Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação

Viviane de Queiroz

Fundo patrimonial (*endowment fund*) no Brasil: uma agenda do capital para as universidades públicas

Rio de Janeiro
2021

Viviane de Queiroz

Fundo patrimonial (*endowment fund*) no Brasil: uma agenda do capital para as universidades públicas

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profª. Dra. Deise Mancebo

Rio de Janeiro
2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

Q3 Queiroz, Viviane de.
Fundo patrimonial (endowment fund) no Brasil: uma agenda do capital para as universidades públicas / Viviane de Queiroz. – 2021.
399 f.

Orientadora: Deise Mancebo.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

1. Fundo patrimonial – Teses. 2. Educação (Superior) – Teses. 3. Endowments funds – Teses. I. Mancebo, Deise. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

bs CDU 378

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Viviane de Queiroz

Fundo patrimonial (*endowment fund*) no Brasil: uma agenda do capital para as universidades públicas

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 03 de fevereiro de 2021.

Banca Examinadora:

_____

Profª. Dra. Deise Mancebo (Orientadora)

Instituto de Psicologia – UERJ

_____

Profª. Dra. Kátia Regina de Souza Lima

Universidade Federal Fluminese

_____

Prof. Dr. Luiz Fernando Reis

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

_____

Profª. Dra. Simone Maria Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____

Profª. Dra. Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÒRIA

Aos que lutam por um novo projeto de sociabilidade e de educação, motivado por uma perspectiva emancipadora, em defesa da educação pública, gratuita, laica, anticapitalista, antirracista, antimachista, antissexista, anticapacitista.

AGRADECIMENTOS

A caminhada até aqui contou com o apoio e estímulo de muitas pessoas que, de alguma forma, me impulsionaram a seguir em frente mesmo diante dos desafios. A conclusão desta etapa é uma grande conquista (individual e coletiva).

Inicialmente, quero agradecer às trabalhadoras e trabalhadores que custeiam e sustentam a educação pública brasileira com seu trabalho por meio do fundo público.

Aos que lutaram e continuam lutando para que os recursos públicos sejam destinados exclusivamente à educação pública e gratuita nesse país.

Aos meus avós (*in memoriam*) Georgina e João, com saudades.

À Regina, minha mãezinha, mulher admirável e a maior incentivadora de todas as jornadas. Sem seu amor e apoio incondicional, este trabalho não seria concluído. Foi mais uma das batalhas que conquistamos juntas. Eu te amo, "Veinha"!

Aos meus dois pais – pai Vitor (*in memoriam*) e pai João – por me ajudarem a compreender, desde meus primeiros dias de vida, que o amor nos move e nos fortalece – "consideramos justa toda forma de amor".

Aos meus irmãos queridos, Marcos Paulo e João Vitor, pelo amor partilhado e estímulo de sempre. Sou grata por tudo!

Ao filho amado, João Netto, dono de sorriso radiante, a luz no caminho percorrido. Sempre nos ensina que a vida é uma descoberta diária dos nossos limites e potencialidades. Mamãe te ama, neguinho!

À Sálvia Karen, minha companheira. Seu apoio foi essencial para a conclusão desta etapa. Dengo meu, obrigada pela oportunidade de caminhar a seu lado! "Nosso amor é tão bonito, tão sincero feito festa de São João". Orgulho de amar você!

À Efigênia, minha sogrinha, mulher corajosa e afetuosa que tanto me inspira. Obrigada por todo carinho e torcida de sempre!

À professora-orientadora Deise Mancebo, por aceitar o desafio de compartilhar este estudo, pelas valiosas contribuições e generosidade em todo o processo. Uma intelectual militante sensível e potente que nos inspira a continuar pesquisando sobre os dilemas da educação superior brasileira. E, também, as/os companheiras/os do grupo de orientação coletiva.

Aos trabalhadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em especial, aos professores, técnicos-adminstrativos e estudantes do Programa de Pós-graduação em Políticas

Públicas e Formação Humana, por terem contribuído com esta etapa da minha formação acadêmica durante o curso de doutorado: Deise Mancebo, Eveline Algebaile, Gaudêncio Frigotto, Floriano Oliveira, Ney Almeida, Raquel Villard.

Ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Superior e Serviço Social (GEPESS), pelos estudos e reflexões partilhados, comprometidos com a produção do conhecimento crítico e articulados às ações políticas em diálogo com as lutas realizadas pelos movimentos sociais – sindical e estudantil – em defesa da educação e da universidade pública.

À Kátia Lima, amiga querida, intelectual militante, referência essencial neste trabalho. Desde o início do meu ingresso na graduação, caminhamos juntas compartilhando estudos e afetos. Kátia linda, sua generosidade e sensibilidade às nossas dificuldades acadêmicas e pessoais deixam lições para toda vida. Obrigada por tudo!

À banca de qualificação e defesa desse trabalho – profº. Luiz Fernando Reis, profª. Kátia Lima, profª. Simone Silva e profª. Virgínia Fontes – intelectuais militantes que tanto admiro e referências fundamentais deste estudo, pelas valiosas contribuições e interlocuções.

À Gabrielle Ferreira, pela parceria e incentivo para participar da seleção do doutorado, partilhando as alegrias e os desafios no início deste processo.

Ao amigo e às amigas queridas, grandes encorajadores – Michelle Reis, Lívia Prestes, Luana Luna, Raquel Mascarenhas, Fábio Boscaglia e Carina Souza – pelo companheirismo e carinho de sempre.

Às professoras e professores da Escola de Serviço Social da UFF e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, pela socialização do conhecimento no meu processo de formação na graduação e no mestrado, especialmente, Kátia Lima, Marina Barbosa, Sônia Lúcio, Francine Helfreich, Roseli Rocha, Haroldo Abreu, Ana Paula Mauriel, Rodrigo Lima, Luiz Marcos, Gleice Lima, Lucília Carvalho, Maria das Graças, Andréa Vale, Tatiana Dahmer e tantos outros. Assim como as supervisoras de campo, Rosana Ribeiro, Luciana, Leila Cerqueira e Cristiane Raquel.

Às companheiras e companheiros do movimento estudantil no período da graduação, pelas lutas conjuntas em defesa da universidade pública e gratuíta.

Às professoras e amigas Sandra Serafim, Hagda do Patrocínio e Fernanda Alves que contribuíram para minha formação na educação básica.

Às companheiras e companheiros da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (ADUFF-SSIND), do grupo de pesquisa "Corpo docente da UFF e Condições de Trabalho", criado pelo Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE), sob a coordenação

de Eblin Farage e Elizabeth Barbosa. Obrigada pela troca nos estudos, interlocução e ações políticas lançadas.

Aos trabalhadores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), principalmente, professoras, professores, técnicos-administrativos e estudantes do Curso de Serviço Social onde trabalhei como professora substituta, período marcado por experiências e aprendizados. Um agradecimento especial aos que partilharam reflexões e afetos dentro e fora da UFOP: Verônica Medeiros, Marlene Albergaria, Paula Leão, Carina Souza, Letícia Dellgado, Raquel Mascarenhas, Rodrigo Nogueira, Sheila Dias, Kathiuça Bertollo, Isis Roza, Alessandra Souza e Patrícia Coutinho.

À Associação das/os Docentes da UFOP (ADUFOP-SSIND), pelas ações políticas coletivas compartilhadas.

Contra a intolerância dos ricos,
a intrasigência dos pobres.
Não se deixar cooptar.
Não se deixar esmagar.
Lutar sempre!
Florestan Fernandes

RESUMO

QUEIROZ, V. *Fundo patrimonial (endowment fund) no Brasil:* uma agenda do capital para as universidades públicas. 2021. 399 p. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Este trabalho tem como objeto de estudo a agenda do capital para a criação dos fundos patrimoniais (*endowments funds*) no Brasil, especialmente, para as universidades públicas. Para tal, busca-se compreender a dinâmica das lutas de classes no Brasil e a educação como um campo em disputa (entre projetos antagônicos de educação e de universidade), aprofundando o debate com base nas análises sobre a pedagogia do capital na condução das diretrizes da política educacional em curso, vinculadas aos estudos sobre as ações do Estado brasileiro e a disputa do fundo público onde essas políticas materializam a contrarreforma do Estado e da educação superior brasileira. A hipótese que orienta a pesquisa é de que a pauta do capital para a criação do fundo patrimonial ou fundo filantrópico – mecanismo de fundo privado para as políticas públicas – representa novas faces do privatismo histórico, apontando novidades e continuidades do empresariamento, mercadorização, comoditização e industrialização da educação superior no Brasil, processos intensificados na educação privada e que apresenta novos traços privatizantes para as IES públicas. O objetivo geral é entender a função social, política e econômica desse processo, analisando o protagonismo dos aparelhos privados de hegemonia (APHs), vinculados às políticas de Estado para difundir e implementar o *endowment*. Para atingirmos o objetivo proposto, buscamos investigar as políticas do Banco Mundial compartilhadas pelos governos brasileiros para a educação superior no Brasil, a partir das diretrizes da reformulação desse nível de ensino, e suas orientações para a criação de fundo patrimonial. Assim como as ações do Instituto de Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) representa a *Charities Aid Foundation* (CAF) no Brasil e na América Latina, esse APH empresarial está na direção desse processo de difusão e implementação dos fundos patrimoniais no Brasil. Os intelectuais orgânicos do capital afirmam que o fundo patrimonial (*endowment*) diferencia-se dos fundos de investimento, conhecidos como fundo filantrópico no Brasil. Esse tipo de fundo privado, na essência, constitui-se como fundo filantropo-mercantil, um mecanismo que converte as políticas sociais em mercadorias comercializadas, ou seja, como ativos financeiros, e configura novas formas de expropriações. Em especial, a educação superior como aponta a proposta do Projeto de Lei do Future-se, de designar as universidades federais a produzir e comercializar seus produtos e serviços no mercado educacional.

Palavras-chave: Fundo patrimonial. Endowments funds. Educação superior. Aparelhos privados de hegemonia.

RESUMEN

QUEIROZ, V. *Fondo patrimonial en Brasil: una agenda capital para las universidades públicas*. 2021. 399 p. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Este trabajo tiene como objetivo estudiar la agenda de capital para la creación de fondos patrimoniales en Brasil, especialmente para las universidades públicas. Para ello, buscamos comprender la dinámica de las luchas de clases en Brasil y la educación como campo en disputa (entre educación antagónica y proyectos universitarios), profundizando el debate a partir del análisis de la pedagogía del capital en la conducción de lineamientos. la política educativa en curso, vinculada a los estudios sobre las acciones del Estado brasileño y la disputa por el fondo público donde estas políticas materializan la contrarreforma del Estado y la educación superior brasileña. La hipótesis que orienta la investigación es que la agenda de capital para la creación del fondo patrimonial o filantrópico - mecanismo de fondos privados para políticas públicas - representa nuevas caras del privatismo histórico, señalando novedades y continuidades del emprendimiento, mercantilización, mercantilización y industrialización de la educación superior en Brasil, procesos intensificados en la educación privada y que presenta nuevos rasgos privatizadores para las IES públicas. El objetivo general es comprender la función social, política y económica de este proceso, analizando el rol de los dispositivos de hegemonía privada (APH), vinculados a las políticas de Estado para difundir e implementar el dotación. Para lograr el objetivo propuesto, buscamos investigar las políticas del Banco Mundial compartidas por los gobiernos brasileños para la educación superior en Brasil, con base en los lineamientos para la reformulación de este nivel de educación, y sus lineamientos para la creación de un fondo patrimonial. Además de las acciones del Instituto de Desarrollo de Inversión Social (IDIS) que representa a la Fundación Charities Aid (CAF) en Brasil y América Latina, esta APH corporativa está en la dirección de este proceso de difusión e implementación de fondos patrimoniales en Brasil. Los intelectuales orgánicos de la capital afirman que el Fondo de Dotación es diferente al de los fondos de inversión, conocido como fondo filantrópico en Brasil. Este tipo de fondo privado, en esencia, se constituye como un fondo filantrópico-mercantil, un mecanismo que convierte las políticas sociales en bienes comercializados, es decir, como activos financieros, y configura nuevas formas de expropiación. En particular, la educación superior, como señala la propuesta del Programa Future-se, para designar universidades federales para producir y comercializar sus productos y servicios en el mercado educativo.

Palabras clave: Fondos patrimoniales. E*ndowments funds*. Educación universitaria. Dispositivos privados de hegemonía.

ABSTRACT

QUEIROZ, V. *Endowment fund in Brazil: a capital agenda for public universities*. 414p. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This work aims to study the capital agenda for the creation of endowments funds in Brazil, especially for public universities. To this end, we seek to understand the dynamics of class struggles in Brazil and education as a field in dispute (between antagonistic education and university projects), deepening the debate based on the analysis of the pedagogy of capital in the conduct of guidelines the ongoing educational policy, linked to studies on the actions of the Brazilian State and the dispute over the public fund where these policies materialize the counter-reform of the State and Brazilian higher education. The hypothesis that guides the research is that the capital agenda for the creation of the patrimonial fund or philanthropic fund - a private fund mechanism for public policies - represents new faces of historical privatism, pointing out novelties and continuities of entrepreneurship, commodification, commoditization and industrialization of higher education in Brazil, processes intensified in private education and which presents new privatizing traits for public HEIs. The general objective is to understand the social, political and economic function of this process, analyzing the role of private hegemony devices (APHs), linked to State policies to disseminate and implement the endowment. In order to achieve the proposed objective, we seek to investigate the World Bank policies shared by Brazilian governments for higher education in Brazil, based on the guidelines for the reformulation of this level of education, and their guidelines for the creation of a heritage fund. As well as the actions of the Social Investment Development Institute (IDIS) that represents the Charities Aid Foundation (CAF) in Brazil and Latin America, this corporate APH is in the direction of this process of diffusion and implementation of heritage funds in Brazil. The organic intellectuals of the capital state that the Endowment Fund is different from investment funds, known as philanthropic fund in Brazil. This type of private fund, in essence, is constituted as a philanthropic-mercantile fund, a mechanism that converts social policies into commercialized goods, that is, as financial assets, and configures new forms of expropriation. In particular, higher education, as the proposal of the Future-se Program points out, to designate federal universities to produce and market their products and services in the educational market.

Keywords: Equity Fund. Endowments funds. College education. Private devices of hegemony.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dia Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública (2019) 179

Figura 2 – Dia Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública em São Paulo (2019) 180

Figura 3 – Como funciona o *Endowment Fund* 199

Figura 4 – Modelo de governança de instituição com fundo patrimonial 200

Figura 5 – Como opera um fundo de *endowments*? 302

Figura 6 – IFES que recusaram o Future-se 318

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Empresas brasileiras mais internacionalizadas 87

Quadro 2 – Lista das famílias mais ricas do Brasil em 2014 101
Quadro 3 – Comparativo entre PL 1.258/88 e PL 101/93 123
Quadro 4 – Aparelhos Privados de Hegemonia – APH vinculado à educação 145
Quadro 5 – Frente de atuação do MBC 150
Quadro 6 – Ações do TPE 153
Quadro 7 – As mantenedoras e apoiadores do TPE 155
Quadro 8 – Prestação de contas do TPE (2018) 156
Quadro 9 – Propostas do MBL para a política de educação 158
Quadro 10 – Ministros da Educação no governo Jair Bolsonaro (2019-2020) 160
Quadro 11 – Compromissos de luta e construção do Movimento Nacional da Educação do Campo 168
Quadro 12 – Plano de lutas do Encontro nacional de Educação (2019) 173
Quadro 13 – Parcerias e ações do IDIS 186
Quadro 14 – Equipe e conselho do IDIS 191
Quadro 15 – Legislações específicas que promovem fundo patrimonial 205
Quadro 16 – Modalidades de doação 206
Quadro 17 – Propostas de estrutura jurídica e tributária dos APHs para os fundos patrimoniais 208
Quadro 18 – Maiores fundos patrimoniais no mundo e no Brasil em 2018 209
Quadro 19 – As aquisições de terras agrícolas por meio do fundo patrimonial de Harvard 229
Quadro 20 – Lista dos participantes do Grupo de Estudos Fundos Patrimoniais..... 239
Quadro 21 – Registros do Fórum Internacional de *Endowments* (2018) 248
Quadro 22 – Participantes da Coalizão Fundos Patrimoniais Filantrópicos 250
Quadro 23 – "Associados de Descoberta" PtP e regiões 256
Quadro 24 – Intelectuais orgânicos do projeto Filantropização via Privatização 257
Quadro 25 – Diversas experiências de Filantropização via privatização 260
Quadro 26 – Tipologia de filantropização por meio de privatização 261
Quadro 27 – Projetos de Lei para a criação de fundos patrimoniais no Brasil..... 271
Quadro 28 – Benefícios do PLS 16/2015 elencados pelo BNDES 272
Quadro 29 – O tema fundo patrimonial na mídia 277
Quadro 30 – Pessoas jurídicas distintas da Lei nº 13.800/2019 280
Quadro 31 – Fundos Patrimoniais na Educação Superior Brasileira em 2019 285
Quadro 32 – Estrutura Organização da AFPAP 292
Quadro 33 – Propostas do Projeto Future-se 315

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Países produtores e vendedores de TIC por região (1999) 68
Gráfico 2 – As Organizações da Sociedade Civil no Brasil, por década de fundação 91
Gráfico 3 – Evolução dos percentuais de estudantes matriculados (1964-2016) 131
Gráfico 4 – Orçamento Federal Executado em 2018 171
Gráfico 5 – MIT – Escola ou Centro de venda de pesquisa? 216
Gráfico 6 – A pirâmide da educação superior estadunidense 220
Gráfico 7 – Fonte por parcela do total (1990-2017) 224
Gráfico 8 – Distribuição para a Universidade de Harvard (US $ bilhões) 231
Gráfico 9 – Fontes da receita operante (2019) 232
Gráfico 10 – Pagamento utilizando doações 234
Gráfico 11 – Flexibilidade dos gastos com doações 235
Gráfico 12 – Patrimônio Líquido do Fundo patrimonial (R$ milhões) 298

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Investimentos da CFI na educação na América Latina (de 2000 até junho de 2012, em milhões de dólares) 65
Tabela 2 – Gastos tributários de 2010 a 2014: bases efetivas de 2010 a 2012 e projeções para 2013 e 2014 98
Tabela 3 – Valores do orçamento da União e das transferências para ESFLs (2001 a 2017) 100
Tabela 4 – Financiamento estrangeiro à pesquisa (1961-1964) 111
Tabela 5 – Recursos destinados ao FIES e PROUNI como percentual das despesas da União com as universidades federais - 2003-2017 134
Tabela 6 – Grandes fundos patrimoniais 203
Tabela 7 – As dez melhores instituições de ensino do mundo com fundo patrimonial 210
Tabela 8 – Movimento dos Fundos de P&D nos Estados Unidos, 1961-62 (Em milhões de dólares) 216
Tabela 9 – Maiores fundos patrimoniais com investimentos em terras agrícolas 227
Tabela 10 – Contagem preliminar das fundações PtP, por país 263
Tabela 11 – Lista geral preliminar dos casos PtP identificados no Brasil 264
Tabela 12 – Demonstrações do resultado financeiro da AFPAP 299
Tabela 13 – Investimentos da AFPAP 300
Tabela 14 – Demonstração Financeira do Fundo Patrimonial Centenário em 2019 304
Tabela 15 – Recursos do Fundo Patrimonial Centenário para bolsa de pesquisa vinculada as empresas 305
Tabela 16 – Evolução das Despesas da União com as universidades federais (incluídos os hospitais universitários) por Grupo de Natureza da Despesa (GND): 2003-2020. Valores (R$ 1,00) a preços de janeiro de 2020 (IPCA) 308

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIEE – Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior

ABONG – Associação Brasileira Organizações Não Governamentais

ABRAES – Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior

ABRUC – Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior

AFPAP – Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli

AI – Ato Institucional

AID – Associação Internacional de Desenvolvimento

AMCHAM – Câmara de Comércio Americana do Brasil

AMGI – Agência Multilateral de Garantia de Investimentos

ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANACEU – Associação Nacional dos Centros Universitários

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

ANEC – Associação Nacional de Educação Católica do Brasil

ANPG – Associação Nacional de Pós-Graduandos

ANUP – Associação Nacional das Universidades Particulares

APH – Aparelho Privado de Hegemonia

APHE – Aparelho Privado de Hegemonia Empresarial

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

CAF – *Charities Aid Foundation*

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBE – Conferência Brasileira de Educação

C²D – Centro de Ciência de Dados

CEF – Caixa Econômica Federal

CEO – Chefe Executivo de Operações

CF – Constituição Federal

CFAT – *Carnegie Foudation*

CFI – Corporação Financeira Internacional

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CICDI – Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos

CNV – Comissão Nacional da Verdade

COFINS – Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social

COMUNG – Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas

CONAD – Congresso Nacional de Associações Docentes

CONED – Congresso Nacional de Educação

CONEDEP – Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita

CONFIES – Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação

COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia

COPPETEC – Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos

CREDUC – Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes

CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DEM – Democratas

EAD – Educação a Distância

EC – Emenda Constitucional

ENE – Encontro Nacional de Educação

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ENERA – Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária

ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes

EPL – Movimento Estudantes Pela Liberdade

ESFL – Entidades sem fins lucrativos

EUA – Estados Unidos da América

FASFIL – Fundações e Associações empresariais sem fins lucrativos

FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-administrativosem Instituições de ensino Superior Públicas do Brasil

FPC – Fundo Patrimonial Centenário

FDC – Fundação Dom Cabral

FENET – Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico

FGEDUC – Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDEP – Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

GBM – Grupo Banco Mundial

GEB – *General Education Board*

GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

GT – Grupo de Trabalho

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

HMC – *Harvard Management Company*

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBM – *Instituto do Banco Mundial*

IBMP – Instituto de Biologia Molecular do Paraná

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IES – Instituição de Ensino Superior

IDIS – Instituto de Desenvolvimento do Investimento Social

IEDI – Instituto para o Desenvolvimento Industrial

IEES – Instituição Estadual Ensino Superior

IEPE – Instituto de Estudo Político Econômico

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

ILAPE – Instituto Latino-americano de Planejamento Educacional

IMPA – Instituto de Matemática Pura e Aplicada

INDIGO – Instituto de Inovação e Governança

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Nacional

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IRPF – Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física

IRPJ – Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica

IRPJ – Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza

ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica

ITCMD – *Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação*

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOA – Lei Orçamentária Anual

MBC – Movimento Brasil Competitivo

MBL – Movimento Brasil Livre

MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MEC – Ministério da Educação

MIT – *Massachusetts Institute of Technology*

MP – Medida Provisória

MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NOVO – Partido Novo

OGFP – Organização Gestora de Fundo Patrimonial

ONG – Organização não governamental

OS – Organização Social

OSC – Organização da Sociedade Civil

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PCE – Programa Crédito Educativo

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

PL – Projeto de Lei

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNE – Plano Nacional de Educação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP – Parceria Público-Privada

PROIES – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI – Programa Universidade para todos

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PtP – *Philanthropication through Privatization*

PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PV – Partido Verde

SDS – Estudantes para uma sociedade democrática

SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimento de Ensino Superior no Estado de São Paulo

SINASEFE – Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica

SRF – Secretaria da Receita Federal

TCU – Tribunal de Contas da União

TIC – Tecnologia da Informação e da Comunicação

TPE – Todos pela Educação

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UnB – Universidade Federal de Brasília

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – Agência dos Estados Unidos pelo Desenvolvimento Internacional

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	23
1	**A PEDAGOGIA DA HEGEMONIA E A AGENDA EDUCACIONAL DO CAPITAL: O PACTO DE DOMINAÇÃO NO BRASIL**	35
1.1	**A expansão do capitalismo e a criação do Banco Mundial: sujeito político e intelectual do capital**	36
1.2	**As políticas do Banco Mundial para a educação superior e a pedagogia do capital**	46
1.3	**A burguesia brasileira e o pacto de dominação no capitalismo dependente**	70
1.4	**A generalização dos aparelhos privados de hegemonia empresarial no Brasil**	78
2	**LUTA DE CLASSES E A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: DISPUTA ENTRE PROJETOS ANTAGÔNICOS**	104
2.1	**Universidade brasileira e a disputa entre projetos antagônicos de educação**	107
2.2	**As novas faces do privatismo exaltado na educação superior brasileira**	126
2.3	**A pedagogia do capital e a interferência dos grandes grupos econômicos na educação brasileira**	142
2.4	**A luta contra-hegemônica e a agenda em defesa da educação pública: a necessidade de um novo ponto de partida**	163
2.5	**O Instituto para o Desenvolvimento de Investimento Social (IDIS): o principal APHE condutor da agenda dos fundos patrimoniais no Brasil**	182
3	**FUNDO PATRIMONIAL (*ENDOWMENT FUND*): A NOVA TRANSPLANTAÇÃO DE MODELOS INTERNACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA**	196
3.1	**O que são os fundos patrimoniais (*endowments funds*)**	197
3.2	**O sistema de educação superior nos Estados Unidos**	211

3.2.1 O *endowment* da Universidade de Harvard: o maior fundo patrimonial do mundo vinculado a uma instituição de ensino 226

3.3 **A agenda do capital para a difusão dos fundos patrimoniais no Brasil: o IDIS na direção do processo** 236

3.3.1 A "Filantropização via Privatização": privatizações dos lucros e socialização dos prejuízos 255

3.4 **O fundo patrimonial no Brasil: orientações para a criação desse mecanismo nas instituições de ensino superior brasileiras** 266

3.4.1 Fundo Patrimonial Amigos da Poli: o maior fundo desse tipo ligado a uma universidade no Brasil 390

3.4.2 Fundo Patrimonial Centenário: o primeiro *endowment* em uma universidade federal no Brasil 301

3.5 **O programa Future-se e a nova função da universidade pública no Brasil: o fundo patrimonial em questão** 306

CONSIDERAÇÕES FINAIS 330

REFERÊNCIAS 343

ANEXO A – Documentos elaborados pelos APHs e encaminhados ao governo para a regulamentação dos fundos patrocinais disponibilizados pelo IDIS (2019) 372

ANEXO B – Instituições vinculadas ao fundo patrimonial do Instituto Serrapilheira (2017) 398

ANEXO C – Comprovante de inscrição do Fundo Patrimonial COPPETEC na Receita federal 399

INTRODUÇÃO

Este trabalho se constitui como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O objeto de estudo é a agenda do capital para a criação dos fundos patrimoniais (*endowments funds*)[1] no Brasil, especialmente, para as universidades públicas. Para tal, busca-se compreender a dinâmica das lutas de classes no Brasil e a educação como um campo em disputa (entre projetos antagônicos de educação e de universidade), aprofundando o debate com base nas análises sobre a pedagogia do capital na condução das diretrizes da política educacional em curso, vinculadas aos estudos sobre as ações do Estado brasileiro e a disputa do fundo público[2] onde essas políticas materializam a contrarreforma[3] do Estado e da educação superior brasileira.

O objetivo geral é entender a função social, política e econômica desse processo, analisando o protagonismo dos aparelhos privados de hegemonia (APHs)[4], vinculados às políticas de Estado para difundir e implementar o *endowment*. Para atingirmos o objetivo proposto, buscamos investigar as políticas do Banco Mundial compartilhadas pelos governos brasileiros para a educação superior no Brasil, a partir das diretrizes da reformulação desse nível de ensino e suas orientações para a criação de fundo patrimonial. Assim como as ações do Instituto de Desenvolvimento para o Investimento Social (IDIS) que representa a *Charities Aid Foundation (CAF)* no Brasil e na América Latina, esse APH empresarial está na direção desse processo de difusão e implementação dos fundos patrimoniais no Brasil.

---

[1] Segundo Fabiani (2012), *endowment* é o termo original em inglês no que se convencionou definir, no Brasil, como fundo patrimonial ou fundo filantrópico.

[2] O fundo público é caracterizado, neste estudo, a partir do ponto de vista da crítica à economia política que expressa sua relação com o valor e o processo de acumulação de capital. No Brasil, a formação e alocação do fundo público atravessa o processo de exploração tributária, articulado pela expropriação de duas formas: o desfinanciamento das políticas sociais e a supercapitalização (BEHRING, 2018).

[3] Faço uso do termo contrarreforma por entender que as mudanças ocorridas na então chamada "Reforma" do Estado e da educação superior no Brasil não apresentam transformações para ampliar direitos como previstos na palavra reforma no seu sentido tradicional. As ações conduzidas pelas classes dominantes, sob uma aparente reforma, são processos que retiram/destroem direitos historicamente conquistados pelas classes trabalhadoras, como uma importante estratégia de ampliação do campo de exploração lucrativa do capital e de difusão do projeto de sociabilidade burguesa.

[4] Aparelho Privado de Hegemonia (APH) é uma categoria gramsciana. Fontes (2010) destaca que os APHs "não se definem, em Gramsci, unicamente pela vontade de transformação (ou conservação), mas pelos laços orgânicos que os ligam às classes sociais fundamentais" (p. 282).

A hipótese de pesquisa que orienta a análise é de que a pauta do capital para a criação do fundo patrimonial ou fundo filantrópico – mecanismo de fundo privado para as políticas públicas – representa novas faces do privatismo histórico, apontando novidades e continuidades do empresariamento, mercadorização, comoditização e industrialização da educação superior no Brasil[5], processos intensificados na educação privada e que apresenta novos traços privatizantes para as IES públicas.

Elencamos a percepção de que o Estado brasileiro compartilha, nos diferentes governos de formas específicas, a concepção de educação elaborada e difundida pelos APHs empresariais ligados à política educacional. A atuação burguesa nessas entidades é financiada por empresas e/ou empresários para conter formas de lutas populares e transformar meios de vida em capital[6] sob a aparente exaltação do discurso "benevolente" das doações e das ações empresarial-filantrópicas. A investigação, apoiada nessa proposição, buscará compreender, como ocorreu nos últimos vinte anos, o processo de intensificação das faces privatizantes da educação superior, em particular, a agenda do capital para a criação do fundo patrimonial nas IES públicas.

O movimento docente, em anos anteriores, apontava a necessidade de compreender e enfrentar a agenda dos fundos patrimoniais no Brasil para as universidades públicas. Docentes das seções sindicais que participaram do 35º e 37º Congressos do Andes-SN[7] deliberaram, nesses dois encontros, a luta contra a PL nº 4643/2012 da Deputada Federal Bruna Furlan (PSDB/SP) que autoriza a criação de fundo patrimonial (*endowment fund*) nas instituições federais de ensino superior, assim como a construção de debates, estudos e publicações sobre diversos temas que analisassem os projetos de lei dos referidos fundos. Sendo essa também uma das demandas do movimento sindical, compreende-se a urgência do debate sobre essa temática e a construção de ações coletivas que devem partir da identificação dos principais sujeitos políticos coletivos do capital que elaboraram e difundem a concepção da educação como um lucrativo mercado.

A falta de clareza sobre o objeto em questão apontava uma lacuna de produções científicas a partir de uma perspectiva crítica sobre esse fenômeno, tornando-se uma preocupação apresentar uma análise que pudesse contribuir para estudos acadêmicos e ações

[5] O privatismo constitui-se um dos eixos estruturantes da política educacional no Brasil, como analisados pela obra florestaniana.

[6] Fontes (2010) destaca que as expropriações são elementos determinantes dos processos de acumulação de capital.

[7] Ver Carta de Curitiba (2016) e Carta de Salvador (2018). Disponível em https://issuu.com/andessn/docs/anexo1-circ038-20 Acesso em 16 de jun. 2020.

políticas. As produções encontradas[8] foram de intelectuais orgânicos defensores e difusores dessa temática no Brasil, que representam entidades diretamente ligadas às ações políticas coletivas do capital para o fortalecimento desse tipo de fundo no país e no mundo. O mecanismo do fundo patrimonial é apresentado, nesses estudos, como estruturas criadas para proporcionar sustentabilidade financeira para entidades sem fins lucrativos e/ou para a execução de programas e projetos de interesse público.

A pesquisa desenvolvida é documental, procurando analisar as diretrizes da reformulação do papel do Estado e da educação superior brasileira, articuladas aos documentos elaborados pelo Banco Mundial e às associações e fundações privadas no Brasil, assim como os marcos legais construídos pelos governos brasileiros e a disputa pela apropriação do fundo público. Para atingirmos o objetivo proposto, realizamos uma revisão de literatura para a fundamentação teórica deste trabalho. Buscamos também analisar os principais documentos legislativos e governamentais (Projetos de Lei, Medidas Provisórias, Portarias, Leis e Decretos sobre a temática, para o financiamento da educação superior), especialmente para a criação dos fundos patrimoniais no Brasil; os documentos oficiais que orientam a contrarreforma do Estado e da educação superior brasileira, que tenham como eixo central a parceria público-privada (PPP) e a estagnação dos gastos sociais às IFES; os documentos e as ações políticas das entidades representativas das IES públicas para compreender o processo de resistência desse setor de ensino; um imenso volume de fontes de jornais e revistas de circulação nacional; estudos e pesquisas dos intelectuais orgânicos do capital, defensores da agenda dos fundos patrimonias; os relatórios anuais e documentos das entidades pesquisadas, disponibilizados em suas páginas na internet.

O interesse pela temática da educação superior surgiu do trabalho realizado ainda na graduação como pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social (GEPESS), vinculado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenado pela Profa. Dra. Kátia Lima e, também, nas ações políticas coletivas do movimento estudantil, junto ao Diretório Acadêmico Maria Kiel (DAMK) da Escola de Serviço Social da UFF. O estudo teve seguimento na dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-

[8] Tal é a situação do livro “Fundos Patrimoniais: criação e gestão no Brasil”, publicado com o apoio da Fundação Vale e da Fundação Ford, lançado pelo IDIS em 2012; da dissertação de mestrado intitulada "Os Fundos Patrimoniais Endowment no Brasil", apresentada ao programa de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de Erika Spalding (advogada e sócia do escritório Spalding Sertori Advogados que presta assessoria para a criação desse tipo de fundo); dos Guias de Endowments Culturais lançados pela Levisky Negócio & Cultura, em 2016, com o patrocínio do BNDES, Petrobras e a Caixa Econômica Federal, e o apoio do IDIS e PLKC Advogados; do livro “Fundos Patrimoniais Filantrópicos: sustentabilidade para causas e organizações” organizado pelo IDIS em 2019, reunindo especialistas que articularam a regulamentação dos Fundos Patrimoniais no Brasil, com o apoio do Banco Santander; assim como artigos de revistas e de jornais.

Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF, e a participação no eixo IV e, posteriormente, no eixo I da Rede Integrada Universitas/Br. A experiência profissional como pesquisadora do Grupo de Trabalho de Política Educacional / GTPE da Associação das/os Docentes da UFF (ADUFF-SSIND), o aprendizado no processo de trabalho como professora substituta do Curso de Serviço Social na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e a militância nas ações coletivas da Associação das/os Docentes da UFOP (ADUFOP-SSIND) também foram experiências fundamentais para a motivação desse estudo e para dar densidade ao tema.

A apreensão do objeto indicado neste trabalho será organizada com base no método marxista de análise da realidade, o que significa perceber o objeto em sua complexidade e totalidade, constitutivas da essência do fenômeno. Segundo Netto (2011, p. 53), o método implica para Marx "uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações".

É uma condição para o marxismo pensar o capitalismo como um processo histórico e não como um processo natural/lógico, seu desenvolvimento não é linear e nem um crescimento homogêneo. É um modelo de sociabilidade que está em permanente expansão, no qual é ampliada a estrutura da reprodução do capital.

Na arena das disputas no interior do campo científico, precisamos desvendar algumas questões sobre história e verdade. Para Fontes (2016), não devemos deixar de apresentar a tensão que traz a discussão sobre a verdade. Destaca que "os regimes políticos de verdade expressam as verdades possíveis. Numa sociedade onde impera a desigualdade e, pior, onde não cessa de se aprofundar, haverá muitas verdades convenientes ao poder, outras nem tanto, outras ainda o desagradarão" (FONTES, 2016, p. 205). No capitalismo contemporâneo, enfrentamos novos determinantes de ocultamento da realidade, singularmente, com o controle das novas tecnologias por meio das falsas notícias, as chamadas *fake news*, como uma forma de manipulação para controle das lutas populares.

Para Virgínia Fontes (2016), esse debate é marcado pela contraposição entre verdade e inexistência de verdade, buscando apresentar dois níveis: universal e absoluto. A autora destaca a diferença entre eles e afirma que o primeiro é tudo aquilo que pode ser partilhado por homens, como por exemplo, a lei da gravidade. Já por absoluto seria o que não é passível de discussão, apresentando como exemplo a ideia de uma divindade que tem conhecimento infinito sobre todas as coisas, mas essa não é a única forma de pensamento absoluto. "Toda e qualquer forma de manifestação do pensamento cujo núcleo não possa ser explicado, dependendo, pois, de uma

adesão incondicional (crença, não passível de discussão), tende a tornar-se absoluto" (FONTES, 2016, p. 184).

Sendo a verdade absoluta não passível de erro e nem de crítica, por esse ângulo, devemos descartar a ideia de verdade absoluta, mas também a suposição de inexistência de qualquer forma de verdade. Buscamos, do mesmo modo, compreender a essência da concepção de verdade absoluta que desenvolve um poder de difundir a aparência de que toda contestação é compreendida como mentira. As diferentes ideias e noções de verdade estão inseridas nas relações sociais e nas dimensões políticas que atravessam as ciências sociais. Segundo Fontes (2016, p. 186 e 187),

> [...] O conhecimento – ou o campo científico – mantém sempre uma relação constitutiva com o poder e, em especial, com o poder do Estado. Essa relação pode ser definida como uma tensão permanente entre a dependência frente ao poder e à autonomia, isto é, a capacidade de decidir, segundo critérios próprios, as direções de pesquisa e os protocolos de controle interno. Ao reduzir-se a essa tensão, resolvida em favor do poder, o conhecimento vê limitada a matriz de sua capacidade inovadora, submetida às injunções da rotina. Limitam-se assim suas características próprias, dentre elas a de tensionar a lógica do poder – e sua reprodução – pela permanente introdução de outros critérios de verdade.

O ser social constitui-se como um sujeito conhecedor a partir do processo de sociabilidade. Segundo Fontes (2016), ao longo do século XX, instituem-se diversas formas de controle do sujeito conhecedor, sendo a academia e as instituições de pesquisa os espaços que concentram os sujeitos que detêm o conhecimento. Para essa perspectiva, a verdade se dá por meio do consenso cientista, que aponta os critérios de validação ou invalidação do conhecimento. A análise sobre o conhecimento deve considerar a relação entre sujeito e objeto inseridos na disputa entre projetos antagônicos de sociabilidade, podendo levar à produção de verdades no conhecimento social. A autora destaca que, para Marx, o conhecimento da sociedade deve destacar a síntese de suas diversas articulações e a história.

> [...] para Marx o conhecimento não é a soma dos atributos individuais, o que constituiria apenas visões parcelares ou atomizadas. Para ele, é insuficiente a elaboração de belas abstrações genéricas para falar de vários períodos históricos. O conhecimento só se torna científico quando é capaz de articulá-las mediante um processo de síntese. Esta deve explicar as diferentes formas históricas de articulação concreta de tais categorias, indicando seus agentes e sua hierarquia no interior do objeto em estudo. Este ponto é nodal no seu raciocínio: não basta identificar categorias (variáveis ou constantes) com relevância histórica atual ou pretérita. O conhecimento científico supõe a identificação de seu peso e papel em cada contexto histórico preciso (ou sua correlação) (FONTES, 2016, p. 201).

O objeto e os sujeitos são históricos e é na luta de classes que se constitui a história ou a verdade, apontando suas disputas ou negando-as. Essas disputas apresentam-se no campo científico e não existe neutralidade no processo histórico nas análises das relações sociais.

“Considerar a verdade como processo é admitir que tendemos a ela, mas que ela jamais será terminada. Significa também admitir que o contraditório exige discussão e debate, e não imposição unilateral” (FONTES, 2016, p. 205).

A expansão do capitalismo, ao abrir novas possibilidades, coloca novas questões, novos problemas que exigem ser respondidos, baseados nos conceitos e categorias já existentes, mas que nunca está fechada, finita. Está sempre colocando novas exigências. Frigotto (2016, p. 50) considera o materialismo histórico o instrumento mais radical na análise das relações sociais capitalistas. O autor destaca que a ciência burguesa,

> [...] percebe os problemas concretos, como o da desigualdade nos diferentes âmbitos humano-sociais, que é inerente à forma social capitalista, como uma mera disfunção e acaba sempre atacando, de forma focalizada, as consequências, e não as determinações.

O grande desafio da pesquisa social é delimitar o objeto de estudo e apontar suas múltiplas determinações. Para analisar o objeto de pesquisa, devemos inscrevê-lo na totalidade da vida social, indo para além da aparência e do imediato, buscando a essência do fenômeno. Segundo Kosík (1976, p. 11), “a essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva”.

Nesse contexto, entendemos que a aparência, a imediaticidade do fenômeno não é falsa, e os reais interesses dominantes são ocultados. Entretanto, devemos desvendar criticamente a essência do discurso hegemônico, que omite um projeto de dominação de uma classe sob outra. Ianni (2011) destaca que a reflexão dialética de Marx é fundamentalmente crítica em duplo sentido: “de que não toma a realidade como ela se apresenta imediatamente, mas sim a toma como misteriosa; e questiona essa realidade até descobrir seus nexos internos, ou seja, a essência do real” (IANNI, 2011, p. 142).

Para analisar o objeto em sua essência e apreender suas contradições, buscaremos, com fundamento na matriz teórica marxista, inscrever o objeto da pesquisa na totalidade da vida social. Situá-lo histórico-sócio-politicamente com vistas à apropriação do seu significado concreto, indo para além da aparência e do imediato. Fernandes (1961), ao analisar o método marxista, nos ajuda a compreender o processo de aproximações como o objeto de pesquisa. Apresenta-nos que

> [...] o todo, tal como aparece na cabeça, como um todo de pensamento, é um produto da cabeça pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que o pode fazer, maneira que difere do modo artístico, religioso e prático-espiritual de se apropriar dele. O objeto real permanece em pé antes e depois, em sua independência e fora da cabeça ao mesmo tempo, isto é, a cabeça não se comporta senão

> especulativamente, teoricamente. No método também teórico da economia política, o objeto – a sociedade – paira como pressuposição diante da representação (FERNANDES, 1961, p. 410-411).

O capitalismo se apresenta como uma lei inexorável – naturalmente o mundo só pode ser assim – colocando que não há nenhuma opção que não seja a ordem vigente. Porém, para Marx, o processo histórico é movido por contradições e a classe dominante não domina o processo histórico. Dessa forma, o autor nos ajuda na compreensão que todo o conhecimento é histórico e social, e a necessidade de produção do conhecimento ser contra-hegemônico.

São muitos os artifícios ideológicos do projeto burguês de sociabilidade: a disseminação da ideia de que a história está fechada e que o capitalismo será eterno. Porém, existe um conjunto de sujeito políticos coletivos – movimentos sociais, estudantis e sindicais – que resistem e lutam ao longo da história em oposição à concepção de conhecimento hegemônico. Frigotto (2016, p. 58) destaca que

> Se nos fixarmos no debate sobre a atual situação do capital global, ou mundializado, encontraremos inúmeros argumentos para afirmar a ideia de que nunca o capital foi tão forte. Com o colapso do socialismo real, sua ideologia foi celebrada como única e irreversível e, neste sentido, as relações capitalistas foram alcançadas à condição de eternas. Este é o sentido mais literal da tese de Fukuyama (1992) sobre o "fim da história".

O capitalismo é um processo histórico que envolve permanente expansão e momentos de crises. Coloca-nos a tarefa de analisar o próprio conhecimento sempre em busca de uma aproximação da verdade, nunca absoluta, porque a verdade se sujeita a condições da historicidade da qual ela emerge. Sempre com uma aproximação da verdade, pois, como afirma Fontes (2016), o marxismo exige o compromisso com a verdade, ainda que essa não seja absoluta. São diversos os caminhos para chegar à verdade, por meio de diferentes visões de mundo e de realidade, sendo necessária, para a lógica de construção do objeto científico, a aproximação da realidade por meio da reconstrução da história.

Este estudo apresenta os conceitos e categorias centrais que colaboraram para a elaboração dos elementos norteadores necessários para a produção da tese e contribuíram para o avanço e desenvolvimento do objeto de pesquisa baseado no concreto pensado[9]. O objetivo foi pesquisar fundamentada no método dialético materialista histórico de análise. Do mesmo modo, as escolhas teóricas e a opção metodológica para o desenvolvimento da tese tomaram por base a contextualização histórico-social que permeia o debate teórico dos regimes políticos de verdade e o processo de produção de conhecimento na sociedade burguesa.

---

[9] Fernandes (1961, p. 410), com base nas análises de Marx, destaca que "o concreto é concreto, porque é a concentração de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da concentração, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação".

O projeto de sociabilidade vigente é complexo e contraditório, institui historicamente regimes políticos de verdade que propagam a compreensão da realidade e os desafios que devemos enfrentar no processo de produção de conhecimento para reconstruirmos analiticamente essa realidade.

O caminho de fundamentação teórica percorrido consiste em analisar a política educacional formal nos marcos do sistema capitalista. Marx e Engels[10] não apresentam elementos específicos do sentido estrito sobre educação, referindo-se a ela a partir da "perspectiva da formação do caráter do ser humano novo para uma nova sociedade e, contraditoriamente, construído no seio desta sociedade, e não idealmente" (FRIGOTTO; CIAVATTA; CALDARTI, 2020, p. 13). Os fundamentos da educação nas obras de Marx e Engels demonstram a mediação da construção de uma pedagogia com finalidades emancipatórias como um princípio educativo. Isso nos ajuda a compreender e criticar a forma hegemônica da política educacional no atual estágio do capitalismo ao relacionar os fundamentos da realidade de exploração, alienação e expropriação do trabalho, determinantes da forma histórica da produção capitalista.

O desafio deste trabalho é analisar as múltiplas determinações – políticas, econômicas, sociais e ideoculturais – da política de educação formal (educação escolar) que, no Brasil, têm uma marca muito forte da educação oligárquica e elitista, considerando, como eixo estruturante e condutor, a disputa entre projetos antagônicos de educação e de universidade para compreendermos a política de educação superior brasileira nos dias atuais, defendendo uma educação classista, crítica, criativa e emancipadora.

A aproximação com a temática despertou algumas questões no início da pesquisa: Quais os principais elementos que articulam lutas de classes e educação no Brasil contemporâneo na disputa de projetos antagônicos de educação? Qual a estratégia da burguesia brasileira em defender investimento privado via fundo patrimonial para as universidades públicas e a pesquisa? Como ocorre a nova face privatizante das universidades brasileiras?

A tese é dividida em três capítulos: 1) a pedagogia da hegemonia e a agenda educacional do capital: o pacto de dominação no Brasil; 2) a luta de classes e a educação superior brasileira: disputa entre projetos antagônicos; e 3) o fundo patrimonial (*endowment fund*): a nova transplantação de modelos internacionais para a educação superior brasileira.

[10] Ver o livro História, natureza, trabalho e educação / Karl Marx, Friedrich Engels, organizado por Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Roseli Salete Caldart, em 2020. Essa obra reúne os textos fundamentais de Marx e Engels para uma prática educativa que tenha como horizonte a emancipação do trabalho.

No primeiro capítulo, o objetivo é analisar o processo de expansão do capital-imperialismo[11] e as transformações do capitalismo no pós-Segunda Guerra Mundial, a expansão das expropriações (a continuação da expropriação da terra acelerada no mundo todo), as formas de expropriações secundárias[12] massivas de trabalhadores, a expansão de processos de trabalho precarizados (desprovidos de contrato, direitos trabalhistas, com extensas jornadas etc.). Além disso, expõe os fundamentos da atual pedagogia da hegemonia, difundindo um determinado conformismo nas lutas populares e uma educação para o consenso adequado aos interesses privados e forjada pelo capital.

Apresentamos os elementos teóricos sobre os processos de dominação de classes por meio das manifestações dos novos fenômenos da "pedagogia da hegemonia" no Brasil contemporâneo[13] a partir das novidades e continuidades das estratégias do capital em formar as/os trabalhadores para a conformidade, como o programa da Terceira Via, que recupera e articula duas noções importantes para as estratégias capitalistas de dominação: a Teoria do Capital Humano[14] e a Teoria do Capital Social[15], para apassivar as lutas populares e ocultar as contradições do capital/trabalho.

---

[11] O conceito de capital-imperialismo criado por Fontes (2010) busca capturar o movimento histórico de expansão do capitalismo e suas transformações desde a Segunda Guerra Mundial, apresenta a forma internacionalizada dos elementos políticos, econômicos, sociais e ideoculturais do capital contemporâneo. A autora evidencia a modificação e ampliação dos traços fundamentais do imperialismo analisados por Lênin, com as novas conexões entre a imensa expansão do capitalismo e o imperialismo. Esse processo está articulado com a generalização dos aparelhos privados de hegemonia (local e internacional) para garantir a expansão do capital-imperialismo.

[12] Ver Fontes (2010). Segundo a autora, desde os anos de 1950, a concentração de capitais necessita e impulsiona formação de trabalhadores, portanto intensifica no mundo inteiro a expropriação primária dos trabalhadores (original, de grandes massas campesinas ou agrárias) – retirada dos trabalhadores do campo. E, principalmente nos anos de 1980, se volta para as expropriações secundárias – expropriação de bens coletivos (bens da natureza e expropriação de direitos), impulsionadas pelo capital-imperialismo.

[13] O livro "A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso", obra coletiva organizada por Lúcia Neves em 2005, se constitui a partir dos estudos desenvolvidos pelo Coletivo de Estudos sobre a Política Educacional, composto por Adriana Melo, Adriane Tomaz, André Martins, Ialê Falleiros, Kátia Lima, Lúcia Neves, Marcelo Melo, Maria Emília Algebaile e Ronaldo Sant'Ana. Esses intelectuais apresentam os elementos teóricos sobre os processos de dominação de classes por meio das manifestações dos novos fenômenos da "pedagogia da hegemonia" no Brasil contemporâneo.

[14] A Teoria do Capital Humano é a concepção econômica de educação dos anos 1940-50, desenvolvida por Theodore Schultz em 1960 e seus seguidores da Universidade de Chicago. Segundo Frigotto (2012, p. 12), essa teoria foi construída em resposta à questão central dos dirigentes e intelectuais orgânicos do capital, a ampliação geopolítica do socialismo, no pós-Segunda Guerra Mundial. As pesquisas elaboradas por Schultz têm como objetivo elaborar estratégias políticas de convencimento para falsear o sentido real do fundamento do capital que é a exploração e expropriações de uma classe sob a outra. "A tese básica sustentada por Schultz (1973), e que se consagrou senso comum, foi a de que países, famílias ou indivíduos que investissem em educação acabariam tendo um retorno igual ou maior do que aquele experimentado em outros investimentos produtivos. Assim se teria o caminho-chave para diminuir a desigualdade tanto entre nações quanto entre grupos sociais e indivíduos. Tratava-se de uma perspectiva que procurava integrar a educação escolar ao mundo do emprego, uma estratégia para evitar a penetração do ideário socialista, bem como o risco de sua expansão".

[15] De acordo com Vânia Motta (2012), a ideologia do capital humano é rejuvenescida com elementos da ideologia do capital social. A Teoria do Capital Social, de Robert Putnam e Francis Fukuyama, incorporada e

Nessa perspectiva, buscamos apreender a concepção de educação dos intelectuais orgânicos do capital, investigando as políticas do Banco Mundial (BM) para a educação superior na América Latina, especialmente, o Brasil. Ainda analisamos o direcionamento e orientações desse sujeito político do capital para a reformulação do papel do Estado, em defesa da reconfiguração dos gastos públicos, para que a manutenção do ensino superior ocorra por meio das diversas modalidades de parcerias público-privadas que direcionam recursos públicos diretos e indiretos para a iniciativa privada, do seu condicionamento às demandas do mercado com a cobrança de mensalidades e da criação de fundos patrimoniais (*endowment fund*).

Para compreender a essência da agenda do capital para a criação dos fundos patrimoniais no Brasil, foi necessário relacioná-los aos elementos estruturais e conjunturais do pacto de dominação estabelecido no Brasil, combinando elementos de coerção e consenso e atravessando seus fundamentos centrais – processo de escravização, o capitalismo dependente, autocracia burguesa e a negação da democracia, como elementos estruturais da contrarrevolução[16] preventiva e prolongada[17]. Para compreender as particularidades da configuração do capitalismo no Brasil, esse capítulo recupera alguns conceitos centrais da obra de Florestan Fernandes e de seus interlocutores, para fundamentar a análise da natureza da burguesia local e o pacto de dominação estabelecido no Brasil a partir da ótica dos "de baixo". O autor nos ajuda a identificar a essência das transformações históricas de desagregação do regime escravocrata-senhorial de expropriação fundada no latifúndio e no trabalho escravo e a formação da sociedade de classes no Brasil a partir do pacto de dominação.

---

difundida pelos organismos internacionais, constitui uma nova noção ideológica que amplia o fetiche do capital humano, que legitima o processo de educação para o conformismo a partir da "batalha das ideias" de mecanismos de conservação da coesão social, de despolitização e conformação com as condições impostas pelo grande capital. "As políticas abordadas planejam a consolidação da sociedade civil como uma esfera dissociada do Estado e mais eficiente no atendimento das demandas sociais, reforçando a ideia de que se trata de um espaço de harmonia solidária e livre associação voluntária dos indivíduos" (p. 21).

[16] Florestan Fernandes destaca que precisamos nos libertar da tutela terminológica da burguesia que provoca confusões sobre o significado da palavra revolução, ou seja, de relações de dominação que definem aspectos ideoculturais. O autor define que "a revolução constitui uma realidade histórica; a contrarrevolução é sempre o seu contrário (não apenas a revolução pelo avesso: é aquilo que impede ou adultera a revolução)" (FERNANDES, 2018, p. 11). Segundo Fernandes (2005), no país de capitalismo dependente como o Brasil, a revolução burguesa aconteceu, portanto, de forma diferenciada da "revolução burguesa clássica". O autor identifica esse processo como contrarrevolução, que não possui um caráter revolucionário de rupturas com o antigo regime. Florestan Fernandes destaca que, no início da modernização conversadora no Brasil (que separa a "era senhorial" da era "burguesa"), não houve uma crise no poder oligárquico, e sim "uma recomposição das estruturas do poder" que configurarão, historicamente, a dominação e o poder burguês.

[17] Kátia Lima (2017), com base na obra de Florestan Fernandes, destaca que o autor recupera o conceito marxista de contrarrevolução burguesa, ressaltando apreensão da contrarrevolução como um processo permanente e prolongado, que ora se materializa em práticas repressivas (a quente) e ora se recicla via projetos de democracia restrita (a frio), de acordo com as configurações históricas da luta de classes. "A primeira expressa uma ação violenta, associada à ditadura militar e ao Estado autocrático burguês. A segunda forma de identificação da contrarrevolução burguesa está articulada com a existência de "fases seguras e construtivas da contrarrevolução" (p. 97).

Nesse capítulo, também apresentamos como o processo de generalização dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) empresariais – entidades sem fins lucrativos das burguesias brasileiras – ocorre pelo aumento das desigualdades, para des(educar)/formar as lutas populares e criando novos sujeitos políticos coletivos do capital. Grande parte desses APHs anuncia disputas intraclasses dominantes em torno do direcionamento econômico, da definição de políticas públicas e da formação de seus quadros. Assim, buscamos compreender como a classe dominante e suas respectivas frações vêm operando na difusão do projeto burguês de sociabilidade e na construção de um novo consenso, particularmente, pela ingerência na política de educação superior dos países capitalistas dependentes como o Brasil.

O segundo capítulo tem como objetivo analisar a disputa entre projetos antagônicos de educação e de universidade para compreender a política de educação superior no Brasil nas duas primeiras décadas dos anos 2000. Nessa sequência, buscará apreender nos eixos centrais do pensamento educacional de Florestan Fernandes e seus interlocutores, os elementos constitutivos da configuração da luta de classes em um país capitalista dependente como o Brasil. São considerados, ainda, a concepção e os projetos de educação para os intelectuais orgânicos do capital e do trabalho. Apresentamos as ferramentas teóricas para analisar os elementos teóricos e políticos fundamentais a fim de compreender a política de educação superior brasileira no capitalismo contemporâneo, principalmente, a agenda dos fundos patrimoniais no Brasil.

Para compreender os dilemas atuais do capitalismo contemporâneo e da educação superior brasileira, determinados pelas relações sociais, é necessário esclarecer as particularidades da universidade no capitalismo dependente, o colonialismo educacional, o privatismo exaltado, os interesses hegemônicos e contra-hegemônicos, elementos estruturantes do padrão dependente de educação superior no Brasil, como indica Florestan Fernandes e seus interlocutores.

Tratamos, neste estudo, da participação dos aparelhos privados de hegemonia empresarial (APHE) nas políticas educacionais de Estado e de governo e o movimento contra-hegemônico, apontando as disputas entre projetos antagônicos de educação e universidade pautadas nas contradições capital/trabalho. Veremos que as empresas da grande burguesia brasileira interferem diretamente na política educacional por meio das entidades ditas sem fins lucrativos, com forte ativismo dos setores dominantes que difundem suas agendas particulares como se fossem de interesse público, como é o caso dos fundos patrimoniais. Igualmente, apresentamos as entidades que protagonizam as lutas contra-hegemônicas em defesa da educação pública e gratuita, e que pautam a defesa de um projeto de sociedade emancipatório

e anticapitalista, vendo a educação como um direito conquistado por suas lutas históricas, e não um serviço ou uma mercadoria.

No terceiro e último capítulo, analisamos a agenda do capital para a criação dos fundos patrimoniais no Brasil como um novo processo de transplantação de modelos internacionais, notadamente dos Estados Unidos (EUA), para a educação superior brasileira. Buscamos compreender as estratégias dos APHs de difundir e implementar o *endowment* no Brasil e no mundo.

Há várias experiências de *endowments* em diferentes países. Este estudo elegeu direcionar a análise da legislação dos EUA para compreender os fundos patrimoniais relacionados à educação superior estadunidense, por sempre ser referenciada pelos intelectuais orgânicos do capital como uma experiência de sucesso, em particular, os benefícios fiscais.

No Brasil, o Projeto de Lei do Future-se é mais uma face da transplantação do modelo estadunidense de educação superior, reunindo um conjunto de medidas que tem como objetivo mercantilizar a educação pública. Esse PL contém elementos da Lei nº 13.800/2019, conhecida como a Lei dos Fundos Patrimoniais no Brasil. Esse fundo filantropo-mercantil consiste num mecanismo que converte as políticas sociais em mercadorias comercializadas, ou seja, como ativos financeiros, por meio do empresariamento da filantropia e do tripé ensino-pesquisa-extensão público-mercantil[18], transformando a produção do conhecimento em "produto comercializável", uma mercadoria/*commodity* para construir um mercado do conhecimento público e explorar a força de trabalho. Esse tipo de fundo constitui um novo produto financeiro que passa a ser transacionado no Brasil, que poderá converter as universidades públicas no novo espaço de acumulação do capital na esfera financeira.

Veremos, por fim, que o caráter privatista da política educacional no Brasil é um elemento estruturante apresentado de diversas formas e modalidades de parcerias público-privadas. Um novo traço do padrão de subordinação pactuada de universidade e de pesquisa é intensificado nos anos 1990 e se consolida nos anos 2000, com a criação dos fundos patrimoniais no Brasil.

[18] A proposta do Future-se é criar um fundo patrimonial composto pelo patrimônio da União, integrado com fundos de investimento imobiliário. Esse projeto busca inserir as IFES em transações comerciais na bolsa de valores e capital financeirizado, para construir um mercado do conhecimento público.

1. A PEDAGOGIA DA HEGEMONIA E A AGENDA EDUCACIONAL DO CAPITAL: O PACTO DE DOMINAÇÃO NO BRASIL

Contra as ideias da força, a força das ideias!
Florestan Fernandes

Este capítulo tem como objetivo compreender as particularidades da configuração do capitalismo no Brasil, recuperando alguns conceitos centrais da obra de Florestan Fernandes e de seus interlocutores, para fundamentar a análise da natureza da burguesia local e o pacto de dominação estabelecido no Brasil a partir da ótica dos "de baixo". Pretende também analisar o processo de expansão do capital e as transformações do capitalismo internacional pós- Segunda Guerra Mundial, assim como apresentar os fundamentos da atual pedagogia da hegemonia, difundindo um determinado conformismo nas lutas populares e uma educação para o consenso adequada aos interesses privados do capital – uma pedagogia forjada pelo capital.

Nesse sentido, buscaremos apreender a concepção de educação dos intelectuais orgânicos do capital, investigando as políticas do Banco Mundial (BM) para a educação superior na América Latina, especialmente, o Brasil, no novo século. Assim, analisaremos o direcionamento e orientações desse sujeito político do capital para a reformulação do papel do Estado, em defesa da reconfiguração dos gastos públicos, para que a manutenção do ensino superior ocorra por meio das diversas modalidades de parcerias público-privadas, do seu condicionamento às demandas do mercado com a cobrança de mensalidades e da criação de fundos patrimoniais (*endowment fund*).

Apresentaremos também o processo de generalização dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) empresariais – a burguesia brasileira e suas entidades sem fins lucrativos – que ocorre pelo aumento das desigualdades, para des(educar)/formar as lutas populares, criando novos sujeitos políticos-coletivos do capital. Grande parte desses APHs anuncia disputas intraclasses dominantes em torno do direcionamento econômico, da definição de políticas públicas e da formação de seus quadros. Buscaremos compreender como a classe dominante e suas respectivas frações vêm operando na difusão do projeto burguês de sociabilidade e na construção de um novo consenso, especialmente, pela ingerência na política de educação superior dos países capitalistas dependentes como o Brasil.

As principais questões norteadoras presentes neste capítulo são: Quais são as formas pelas quais as relações sociais capitalistas se expandem? Quais são os elementos estruturantes e dinâmicos da ordem burguesa no Brasil? Quais são as diretrizes da reformulação do Estado e

da educação superior elaboradas e difundidas pelo Banco Mundial? Para atender a que projeto de sociabilidade? A atuação da burguesia por meio das entidades sem fins lucrativos objetiva garantir posições sociais e situações lucrativas ou propagar a filantropia? Quais são as ações direcionadas pela grande burguesia em seus APHs? Qual o papel do Banco Mundial no processo de reformulação da educação superior e suas orientações para a criação dos fundos patrimoniais? Para atender a que projeto de educação? Quais os eixos gerais que fundamentam a atual pedagogia da hegemonia e como incidem na educação superior brasileira?

Para compreender a essência da agenda do capital para a criação dos fundos patrimoniais no Brasil, é necessário relacionar esse fenômeno com as múltiplas determinações a partir da perspectiva materialista da realidade, assim como analisar os elementos estruturais e conjunturais do pacto de dominação estabelecido no Brasil, combinando elementos de coerção e consenso e atravessando os seus fundamentos centrais (processo de escravização, o capitalismo dependente, autocracia burguesa e a negação da democracia, como elementos estruturais da contrarrevolução preventiva e prolongada).

1.1 **A expansão do capitalismo e a criação do Banco Mundial: sujeito político e intelectual do capital**

O capitalismo, no final do século XIX, passou por grandes transformações econômicas, políticas e sociais, ocorrendo o período histórico de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista do século XX em função da escala da concentração de capital. Todavia, não se extinguiu a concorrência intercapitalista – esse processo ficou conhecido como o estágio imperialista[19]. O Imperialismo é caracterizado pela exportação de capitais que estão concentrados em seus países de origem para novos mercados de capitais. Lênin (2012) apresenta uma análise teórica sobre essas transformações, expondo as determinações

[19] A obra "O imperialismo, estágio superior do capitalismo" foi escrita no primeiro semestre de 1916, antes da Primeira Guerra Mundial – guerra pela partilha do mundo. A versão aqui utilizada é do ano de 2012 – 1ª edição da Editora Expressão Pulular. O imperialismo, segundo Lênin (2012), é o estágio monopolista do capitalismo. "Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital de grupos monopolistas de industriais, e, por outro, a partilha do mundo é a transição da política colonial, que se estende sem obstáculo às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista, para a política colonial de dominação monopolista dos territórios de um mundo já inteiramente repartido" (p. 124).

fundamentais para se compreender o imperialismo no início do século XX, no período da Primeira Guerra Mundial.

Lênin apontava uma junção entre expressões concretas como os bancos e as indústrias para definir o capital financeiro. O desafio do autor, naquele contexto histórico, era identificar os grandes proprietários do capital financeiro (grandes proprietários industriais e os grandes banqueiros). A fase do capitalismo monopolista é explicada por Lênin (2012) com a definição do Imperialismo como uma etapa do capitalismo, na qual aponta cinco principais características:

> 1) a concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada neste "capital financeiro", da oligarquia financeira; 3) a exploração de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro; em que a exportação de capitais adquiriu marca importante; em que a partilha do mundo pelos trustes internacionais começou; em que a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes terminou (p. 124-125).

O imperialismo sofreu várias transformações e Fontes (2010) pontua a necessidade de assinalar a fusão da grande propriedade como destacou Marx na análise dos recursos sociais de produção. A capacidade de extrair valor e de fazer funcionar os meios de produção é mais importante do que a propriedade direta dos meios de produção – o convencimento e enquadramento das massas de trabalhadores em apoio à expansão do capitalismo, forma clássica de imperialismo do Lênin em 1916.

A partir da interlocução estabelecida com Marx, Lênin e Gramsci, o conceito de capital-imperialismo, criado por Fontes (2010), busca capturar o movimento histórico de expansão do capitalismo e suas transformações a partir da Segunda Guerra Mundial. A autora evidencia a modificação e ampliação dos traços fundamentais do imperialismo, analisado por Lênin, com as novas conexões entre a imensa expansão do capitalismo e o imperialismo.

> [...] Novas determinações resultaram da própria disseminação do imperialismo, quando, para além de dominar o planeta, intensificaram-se tanto as lutas sociais quanto a penetração difusa e desigual – porém estreitamente conectada – das relações sociais próprias do capitalismo, a ponto de o capitalismo tornar-se a forma da vida social, de maneira generalizada e profundamente assimétrica. Essa é uma diferença expressiva com relação ao início do século XX, quando a grande maioria da população do planeta vivia no mundo rural e controlava em grande parte seus recursos diretos de existência (FONTES, 2010, p. 13).

Para a autora, essa nova forma de concentração capital-imperialista sob a égide do capital monetário impulsiona o crescimento de uma "fusão pornográfica" de todos os tipos de

capital (capital financeiro ou bancário e capital industrial ou de serviços, ou meramente especulativo). O capital-imperialismo não se reduz a instâncias meramente econômicas, e sim, envolve todo o conjunto de sociabilidade, dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais. O capital é uma relação social cujo objetivo é extração de valor – o capital não existe sem trabalho e, com crise ou sem crise, segue se expandindo.

> Mais de cem anos depois, em finais do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, a escala da acumulação, centralização e concentração agigantou-se. Não é mais possível identificar as figuras específicas, concretas, da propriedade do capital, no que chamei de fusão pornográfica. A grande propriedade do capital tornou-se essa personificação abstrata e social, integrada por proprietários com origens nas indústrias (os que extraem mais-valor de qualquer atividade, fabril ou não), bancos ou intermediações monetárias diversas, como os fundos de investimentos, comerciantes, acionistas, gestores com direitos de participação (ou, mais apropriadamente, capitalistas funcionantes, quer sejam proprietários ou não dos meios de produção). Completamente incorporada pelos Estados, suas exigências de valorização apresentam-se como se delas dependesse a existência humana (FONTES, 2018a, p. 45).

O sistema capitalista se expandiu de uma forma que não tem elementos anteriores para comparar. Isso não significa negar a origem conceitual. Ao contrário, mesmo que já se tenha passado mais de cem anos da gênese do imperialismo, não constitui seu congelamento, mas envolve grandes mudanças na sua forma de organização. O capitalismo difunde um novo projeto de sociabilidade que não se constitui apenas em alteração econômica e política, e sim, na formação de um novo homem (alteração ideocultural), reforçando a concepção de mundo burguesa, mantendo a sociedade capitalista, e que será consolidada, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, modificando também o processo de extração de valor e a organização da classe trabalhadora.

Virgínia Fontes (2010) assinala três características do capital-imperialismo: o predomínio do capital monetário, propagando a dominação da pura propriedade capitalista e um impulso expropriador avassalador – determinando mudanças significativas do conjunto da vida social (o universo das empresas, mundo do trabalho, forma de organização política, dinâmica da produção científica, a cultura). A autora destaca que a constituição da burguesia brasileira está coligada à forma imperialista de expansão capitalista – econômico e organizativo – à precocidade da organização burguesa no Brasil em APHs[20] e à formação do Estado atravessado pelas entidades empresariais. Aponta também as novas características assumidas

[20] Aparelho Privado de Hegemonia é uma categoria gramsciana, como forma de organização da sociedade civil como espaço de luta social e estreita relação com o Estado. Fontes (2010, p. 282) destaca que os APHs "não se definem, em Gramsci, unicamente pela vontade de transformação (ou conservação), mas pelos laços orgânicos que os ligam às classes sociais fundamentais".

pelo Brasil, associadas às duas faces de tendência à expansão do capital: concentração de recursos sociais e recriação permanente das expropriações.

A autora destaca que as expropriações são elementos determinantes dos processos de acumulação de capital, transformando meios de vida em capital. Afirma que "os processos de expropriação não estão apenas na pré-história do capitalismo, mas também integram sua expansão, acompanhando a extensão das próprias relações sociais capitalistas e aprofundando-as, e prosseguem resultando em massas de trabalhadores disponíveis para vender sua própria força de trabalho, e necessidade disso" (Fontes, 2018a, p. 21). Também chama atenção para o cerne central da existência do capital, que é a extração de mais-valor. Nos dias atuais, a grande maioria dos seres sociais está desprovida de meios de existência que assegure sua sobrevivência. "Antes como na atualidade, as expropriações geram seres sociais sem meios de trabalho, sem o acesso a matérias-primas, sem o acesso a terra, convertidos em trabalhadores e que precisam, imperativamente, vender sua força de trabalho para assegurar sua subsistência" (p. 23).

A autora elenca, como primeira característica, a escala de centralização e concentração de capitais que tende a ter expressão de domínio à outra propriedade do capital – forma predominante do capital portador de juros ou capital monetário segundo Marx, com dupla função: extrair mais valor da força de trabalho com a drenagem dos recursos da vida social e transformados em capital. O capital valoriza-se e expande-se de três maneiras: exploração da força de trabalho; apropriação de riquezas; e especulação financeira como mais uma maneira de extrair valor. Para Fontes (2018a), "não basta denunciar o rentismo, pois ele é apenas a *aparência* da grande propriedade dominante do capital na atualidade. É preciso compreender a explicitação brutal da grande propriedade capitalista decorrente de sua própria expansão" (p. 47).

Dessa dinâmica, resulta a segunda característica – a expansão das expropriações – a continuação da expropriação da terra acelerada no mundo todo, e formas de expropriações secundárias massivas de trabalhadores e a expansão de processos de trabalho precarizados (desprovidos de contrato, direitos trabalhistas, com extensas jornadas etc.).

> O cerne central da existência do capital é a extração de mais-valor. Para tanto, as classes dominantes sob o capitalismo controlam desde os meios diretos de produção até recursos sociais de produção, ou seja, detém capacidade econômica que permite dominar, direta ou indiretamente, os meios e produção com o único fito de valorizar o valor. A criação de valor novo exige relacionar força de trabalho, meios de trabalho (ou de produção) e natureza. Esses elementos aparecem para o capital como secundários, frente à sua premência expansiva: seres sociais ou natureza parecem existir apenas para permitir a expansão da lucratividade através da atividade dos primeiros sobre a segunda, objetivando unicamente a apropriação pelo capital do sobretrabalho realizado pelos trabalhadores, apropriação que se dá sob a forma de

> mais-valor. É o elo fundamental, que não pode ser esquecido na análise das formas contemporâneas de expropriação e de ressubordinação dos trabalhadores (FONTES, 2018a, p. 29).

A autora considera que o Brasil tem hoje uma massa concentrada de capitais de origem brasileira e estrangeira que precisa se valorizar, pois há uma concentração da propriedade sob a forma monetária muito similar à estrutura dessa propriedade em outros países. As expropriações e o desemprego ampliam as massas trabalhadoras no mundo, refletindo diretamente nas lutas internacionais no âmbito dos Estados nacionais. A resposta a esse processo ocorre de maneira comum a todos os países, controlada por entidades empresariais que se apresentam como centros e institutos de estudos.

> [...] Nesses aparelhos privados de hegemonia, de burguesias brasileiras na direção e/ou gestão de empresas procedentes de diversas nacionalidades (especialmente estadunidenses) mostra o quanto o imperialismo é hoje constitutivo das burguesias nativas, como o imperialismo está entranhado em sua forma de ser. Como já lembrou Florestan Fernandes, as burguesias brasileiras são as mais fervorosas defensoras do imperialismo (FONTES, 2018b, p. 12).

O imperialismo não ocorre somente a partir de pressão externa, de fora para dentro, mas também de dentro para fora. Nos países centrais e periféricos, especialmente a partir de 1950, o imperialismo passa a organizar internamente as burguesias que se ampliam. Em países como o Brasil, a inserção de capitais estrangeiros de diversas procedências, em especial dos EUA, é significativa para a composição dessas burguesias brasileiras sem projeto de nação _ altamente concentrada com atividade multinacional com características truculentas na atividade cotidiana de extração de valor.

Fontes (2010) afirma que o capital-imperialismo envolve protocolos de aliança interburguesa, centrados no disciplinamento, contensão, convencimento das massas trabalhadoras na coerção aberta. A autora afirma que falar de capital-imperialismo, "é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria" (p. 149). Destaca também, que a expansão do imperialismo, na sua forma original, precisava responder às novas injunções.

> Para além da dominação estadunidense, consolidava-se uma rede de associações intercapitalistas com interesses similares, o que permitiu o deslocamento dos procedimentos de recolonização direta (que enfrentavam as lutas nacionais populares) para uma atuação fomentadora de uma nova escala de acumulação e de concentração, capaz de atuar em diferentes pontos do mundo (FONTES, 2010, p. 164).

No contexto internacional, foram criados os organismos internacionais de suporte e imposição da forma de expansão imperialista. Em julho de 2019, a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada nos Estados Unidos em 1944 no Mount Washington Hotel, em Bretton Woods, New Hampshire (EUA), completou setenta e cinco anos. É no

cenário do final da Segunda Grande Guerra Mundial que, na Conferência de Bretton Woods[21], foi definido o Sistema Bretton Woods de gerenciamento econômico internacional.

As propostas traçadas pelo governo dos Estados Unidos foram determinantes para a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), nomeado de Banco Mundial – com o objetivo de reconstruir e recuperar os mercados dos países afetados pela guerra em curso. Para Toussaint (2002), o Banco Mundial tinha como finalidades iniciais "dar assistência à reconstrução e ao desenvolvimento dos territórios das nações membros, facilitando o investimento do capital com fins produtivos" e "promover o crescimento equilibrado do comércio internacional a longo prazo" (TOUSSAINT, 2002, p. 169).

Preocupados com a expansão do socialismo, os EUA criaram o Plano Marshall (1948-1953), conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Europeia para a reconstrução dos países aliados da Europa no pós-Segunda Guerra Mundial, que fortaleceu mundialmente a posição anticomunista. Nesse sentido, o BM redefiniu seu papel e passou a fazer empréstimos e fornecer assistência técnica sob o discurso do desenvolvimento econômico dos países periféricos, mas com o objetivo de fortalecer e difundir o projeto de sociabilidade burguesa.

O BM é uma instituição financeira que se constitui como um sujeito político e intelectual do capital que passa a operar em 1946. Segundo Pereira (2018), o Banco se tornou uma organização imensa e complexa, bastante distinta daquela imaginada em Bretton Woods dois anos antes.

> [...] o Banco Mundial não é um mero emprestador de recursos, mas sim um ator político, intelectual e financeiro, combinando a concessão de empréstimos com assistência técnica para a definição e desenho de políticas públicas, produção intelectual abundante e influente, e liderança em políticas globais de desenvolvimento. Não por acaso o Banco Mundial é enorme, com mais de 12 mil funcionários, muito maior do que as demais organizações multilaterais. Nessa articulação de funções, o dinheiro funciona como um instrumento para a indução do produto principal: ideias e prescrições sobre como pensar e o que fazer em matéria de desenvolvimento (PEREIRA, 2018, p. 2).

[21] Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas que aconteceu em julho de 1944, reunindo 160 delegados oficiais e 44 países cujo objetivo era estabelecer as regras de uma nova ordem econômica internacional para o pós-guerra. Marcaram uma mudança no eixo político-econômico mundial. "A Conferência de Bretton Woods, como passou a ser conhecida, ocorreu nos marcos de uma assimetria de poder extraordinária. Enquanto grande parte do mundo ainda era constituída por colônias de potências ocidentais, a Europa estava destruída e a União Soviética, mais do que qualquer outro país beligerante, contabilizava milhões de cidadãos mortos, os Estados Unidos não apenas não haviam sofrido qualquer ataque ao seu território continental como tinham superado a depressão econômica detonada em 1929, e que se havia arrastado durante toda a década de 1930. Ao final da guerra, após o lançamento das bombas atômicas no Japão, os Estados Unidos emergiram indiscutivelmente como superpotência econômica, política e militar" (PEREIRA; PRONKO, 2014, p. 13).

O Grupo Banco Mundial (GBM) é composto por organizações internacionais. O chamado Banco Mundial designa duas organizações, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), criado junto com o FMI em 1944, e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), criada em 1960. As demais são instituídas pela Corporação Financeira Internacional (CFI), fundada em 1956; Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CICDI) de 1966; Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI) de 1988; Instituto de Desenvolvimento Econômico, de 1955, renomeado como Instituto do Banco Mundial (IBM) em 2000; Painel de Inspeção, fundado em 1993.

O Grupo Banco Mundial, uma das mais importantes instituições coligadas ao imperialismo sob a hegemonia estadunidense, criou também formas de organização de intelectuais coletivos por meio de ações educativas e pedagógicas para a formação de quadros do grande capital. Segundo Pereira, o Instituto de Desenvolvimento Econômico criado em 1955, renomeado como Instituto do Banco Mundial (IBM), em 2000, contando com o apoio financeiro e político das fundações Rockefeller e Ford, funciona na sede do BM em Washington – constitui-se um centro internacional de formação intelectual.

> Seu objetivo original era formar e treinar quadros políticos e técnicos locais para atuar na elaboração e/ou execução tanto da política econômica doméstica quanto de projetos e programas direcionados ao desenvolvimento. Com o tempo, suas atividades de formação passaram a envolver não apenas quadros técnicos e autoridades de governo, mas também o pessoal de ONGs, jornalistas, acadêmicos em geral, professores de educação secundária, estudantes e grupos de jovens, além do próprio pessoal do Banco Mundial. Parte desse público é contemplada com bolsas de estudo concedidas pelo IBM. A maior parte do financiamento do IBM cabe ao Bird. Os sócios doadores, tais como organismos bilaterais e multilaterais, organizações do setor público e privado e algumas fundações, cobrem pouco mais de vinte por cento do orçamento anual do instituto (PEREIRA, 2014, p. 22).

O Banco Mundial, sujeito político do capital, desde sua criação, atende aos interesses e às premissas fundamentais estabelecidas pelos EUA que sempre foram o maior acionista e o único com poder de veto na instituição. Assim, diante das disputas entre projetos antagônicos de sociabilidade (capital e trabalho), a burguesia busca estratégias para manter sua hegemonia, elaboradas e difundidas por esses importantes sujeitos políticos do capital.

É no contexto de Guerra Fria, período histórico de disputas estratégicas e conflitos entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da URSS (1991) – que ocorre um conflito por áreas de influência entre o capitalismo e o comunismo. O Banco Mundial passa a conceder empréstimos aos países da periferia do capitalismo para a difusão do projeto burguês de sociabilidade, garantindo a segurança do capitalismo e estabilidade econômica para reprodução da lucratividade do capital. Como demonstra Leher (1998), essa afirmação estava presente no

discurso do advogado, John McCloy, presidente do Banco Mundial (BM) em 1947, considerando que "os empréstimos não seriam caritativos, mas instrumentos para criar mercados para os EUA e para combater o comunismo" (LEHER, 1998, p. 107). Esse processo configura um conjunto de mudanças do sistema capitalista sob a tutela dos EUA.

> Neste quadro de consolidação de uma nova fase de acumulação do capital, os recursos do Banco Mundial, desde a sua criação até a década de 1970, foram direcionados para o financiamento da infraestrutura dos países periféricos e estão relacionados com o estímulo à industrialização dependente destes países (LIMA, 2005, p. 95).

É a partir da gestão do presidente do BM, Robert McNamara (1968-1981), ex-secretário de Defesa dos EUA durante a Guerra do Vietnã, que ocorre um reforço do poder financeiro do Banco. O BM comete intervenções nas economias nacionais a partir do compartilhamento das burguesias locais, fazendo com que os países periféricos demandem por seus serviços e empréstimos. O BM apoiou política e financeiramente os regimes antidemocráticos (ditatoriais) da periferia do sistema capitalista, como no Brasil, onde os empréstimos chegaram em média a "73 milhões de dólares por ano no restante dos anos 60, e atingiram níveis de quase meio bilhão de dólares por ano em meados da década de 1970" (TOUSSAINT, 2002, p. 176). A cobertura dada pelo BM às ditaduras militares tornou-se uma de suas características entre o fim dos anos 1960 e 1970.

Nesse período, o Brasil integra o grupo de países imperialistas de maneira subalterna, assumindo novas características – um intenso período de expansão de industrialização no pós-Segunda Guerra com protagonismo burguês brasileiro, utilizando-se das disputas interimperialistas – e procurando ocupar os espaços internos – um duplo processo interno e externo na defesa da expansão de capitalismo no país, atrelados à direção dos EUA, um processo que se agudiza nos anos 2000 quando o BM buscou novas estratégias de convencimento para conter a expansão do comunismo.

> [...] McNamara e os demais dirigentes do Banco abandonaram gradativamente o desenvolvimentismo e a política de substituição das importações, deslocando o binômio pobreza-segurança para o centro das preocupações; é neste contexto que a instituição passa a atuar verdadeiramente na educação: a ação torna-se direta e específica. O Banco volta-se para programas que atendam diretamente as populações possivelmente sensíveis ao "comunismo" [...] (LEHER, 1999, p. 22).

Visando conter a expansão do comunismo, o BM passa a construir um "novo estilo" de projetos para "aliviar a pobreza", no qual as propostas de educação e de saúde tornaram-se também uma parte significativa do portfólio do Banco Mundial. Para não pôr em risco a ordem hegemônica (capitalista), o BM passa a defender que, para atingir o desenvolvimento, os países periféricos deveriam implementar políticas de "alívio à pobreza". Assim,

> o Banco Mundial começou a atuar na área educacional na década de 1960, tendo como prioridade o ensino técnico-vocacional. Tal prioridade decorreu da visão

> predominante na época, de educação como formadora de mão de obra especializada necessária ao processo de desenvolvimento (entendido como industrialização) (SIQUEIRA, 2004, p. 47).

É nesse contexto que o BM passa a defender a participação da sociedade civil nas políticas públicas. Segundo Fontes (2011, p. 19), essa gestão de McNamara inaugura a "pobretologia", com o objetivo de extinguir as análises totalizantes "sobre as condições internacionais de produção da desigualdade e estimulando financeiramente estudos limitados a mensurá-la, capturando-a como alvo prioritário de atuação 'coletiva' mercantil-filantrópica e de expansão do capital imperialismo".

A sociedade civil, em Gramsci, é um espaço de luta de classes e relação com o Estado, terrenos de luta onde se formam sociabilidade, modos de ser e modos de pensar. Nessa perspectiva, inúmeras entidades e organizações, tanto dos dominantes quanto dos dominados, se organizam na disputa de concepções antagônicas de mundo e de educação. Com base nos conceitos clássicos de Gramsci, Fontes (2010) destaca a dinâmica de estruturação da dominação por meio das organizações burguesas da sociedade civil e a importância de compreender os processos contemporâneos de multiplicação dos chamados "aparelhos privados de hegemonia", sobretudo as entidades mercantil-filantrópicas no Brasil e no contexto internacional.

> [...] Em Gramsci, a sociedade civil não pode ser seccionada ou amputada da totalidade na qual emerge: responde a uma extensão da socialização do processo produtivo, mas não atua apenas nos espaços produtivos. Compõe-se de aparelhos privados de hegemonia que, ao mesmo tempo em que procuram diluir as lutas de classes, expressam e evidenciam sua difusão e generalização no conjunto da vida social. A sociedade civil, para Gramsci, é parte integrante do Estado e somente por razões analíticas pode dele ser destacada (FONTES, 2010, p. 216, grifos meus).

A partir de 1980, o Banco Mundial expandiu e diversificou, imensamente, suas áreas de incidência. Além dos setores tradicionais (infraestrutura, energia e transporte), o Banco passou a atuar também na administração pública, desenvolvimento urbano e rural, educação, habitação, meio ambiente, política econômica, políticas fundiárias, saúde e reconstrução nacional. "Para o Banco, o dinheiro serve de alavanca na difusão e institucionalização de ideias econômicas e prescrições políticas sobre o que os governos dos Estados clientes devem fazer, e como, em matéria de desenvolvimento capitalista, nas suas mais diversas dimensões" (PEREIRA, PRONKO 2014, p. 14). Segundo o autor e a autora, a relação entre o BM e os governos de Estados nacionais não deve ser compreendida como mera imposição externa unilateral, pelo contrário, as ações do Banco são apoiadas e difundidas por entidades públicas e privadas do Estado e da sociedade civil empresarial[22] (nacionais e internacionais).

[22] Essa noção é baseada no estudo de René Dreifuss sobre o que ele chamou de sociedade civil empresarial que analisa a participação das diversas entidades associativas empresariais no Estado e na política brasileira.

> Existem formas e mecanismos de pressão e coerção de diferentes tipos (financeiros, políticos, intelectuais e simbólicos) acionados pelo banco conforme o momento, as circunstâncias e o caso, mas isso é apenas uma parte da história. Com efeito, a atuação do banco se dá em meio a uma malha larga, densa e bastante opaca de relações, que envolve agentes nacionais e internacionais públicos, privados, não governamentais, filantrópicos e empresariais que apoiam, formulam, adaptam, negociam e veiculam as ideias e prescrições de política da instituição. A efetividade das ações do banco, portanto, depende de uma série de pontos de sustentação, negociação e difusão, tanto dentro quanto fora dos espaços nacionais (PEREIRA, PRONKO 2014, p. 14).

Como já apontamos, o BM é um sujeito político, intelectual e financeiro, que busca expandir seu controle e institucionalizar, por meio dos empréstimos, formulação e articulação de políticas e atuação na sociedade civil, para fortalecer o projeto de sociabilidade burguesa. Pereira destaca que é exatamente essa combinação singular de papéis que o BM opera. Em junho de 1995, o Tesouro indicou James Wolfensohn para a presidência do BM e uma das primeiras medidas dessa nova gestão foi abrir ou ampliar canais de diálogo e cooperação com Organizações não Governamentais (ONGs). "Afinal, afirmava ele, todos faziam parte do mesmo "negócio do desenvolvimento" e estavam interessados em resultados concretos" (PEREIRA, 2014, p. 36).

A estratégia de Wolfensohn de persuasão e cooptação foi bem sucedida e algumas ONGs internacionais, que anteriormente apontavam críticas à instituição, colocaram-se à disposição de dialogar com o BM. Segundo o autor, a ênfase desse processo ocorre entre 1987 e 1995 quando o número de projetos do BM em colaboração com ONGs chegou a representar 25% do total, sendo que, no ano de 1999, alcançou nada menos que 52% dos projetos financiados pela entidade. Nesse contexto, "muitos dos ativistas dos anos 1980 se transformaram em especialistas em leis e gestores de projetos na década seguinte, buscando credenciais para negociar com círculos políticos e empresariais a captação de fundos e a administração de 'boas práticas'" (PEREIRA, 2014, p. 36), porém não foi um processo isento de tensões e contradições.

> [...] A cultura organizacional do BM por muito tempo o havia fechado a qualquer tipo de colaboração com ONGs. O reconhecimento das ONGs como atores legítimos das políticas de desenvolvimento resultou não apenas da capacidade delas de adaptação ao novo contexto econômico e político, mas também da construção de conhecimento,

---

Segundo o autor, os conglomerados de empresários rurais e urbanos no Brasil se impõem como associações econômicas, culturais e políticas. "No período republicano, em plena instauração do capitalismo e coexistindo com os remanescentes da antiga estrutura escravagista – que projetava sua rígida divisão social, a segregação racial e a submissão servil para além dos decretos que tardiamente as proibiam –, o empresariado urbano constitui suas atividades econômicas, articulações políticas, procedimentos legais e normas vivenciais, em uma tessitura social e política diferenciada, da qual emergia, neste século, a *Sociedade Política Empresarial*. Ao organizar-se, o empresariado desbordou os limites regionais ou locais – que caracterizaram formações socioeconômicas não-classistas – e almejou associar-se, primeiro, no âmbito estadual, e depois, no país inteiro. Essa organização unificada foi feita através de associações corporativas e políticas permanetes e não simplesmente como um alinhamento que expressasse a solidariedade em torno de interesses imediatos (DREIFUSS, 1989, p. 10).

> eficiência e conexões com a academia e a indústria da ajuda, gerando um tipo de capital valorizado pelo BM. Ainda que a abertura do BM para ONGs não deva ser vista apenas como uma forma de cooptação dos seus críticos, é evidente que a estratégia de colaboração ajuda a limitar o âmbito das críticas (PEREIRA, 2014, p. 36-37).

O termo ONG oculta a luta de classes visando ao apagamento da participação empresarial nessas organizações. Os documentos elaborados pelo BM a partir dos anos de 1990 para a educação superior na América Latina orientam a reconfiguração do papel do Estado e o fortalecimento da sociedade civil empresarial. Dessa forma, o papel da educação estrategicamente se constitui um instrumento de controle e dominação para garantir a segurança e a expansão da ordem burguesa, compartilhado pela burguesia local, assim como reforça a atuação dos APHs por meio das ONGs com o objetivo de des(educar) para o consenso a classe trabalhadora.

1.2 **As políticas do Banco Mundial para a educação superior e a pedagogia do capital**

No período de transição da década de 1960 a 1970, ocorre um conjunto de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, transformando o cenário mundial. Temos também a retomada da pressão organizada dos trabalhadores através do aumento significativo do peso do movimento sindical nos países centrais. Intensificam-se as ações mediadas por organismos internacionais, e a política educacional passa a ocupar a escala de prioridades do Banco Mundial para garantir a segurança do sistema capitalista.

> [...] O crescente sentimento anti-Estados Unidos nos países periféricos é apreendido como uma ameaça à supremacia deste país [...] as manifestações da crise estrutural do capitalismo começam a assumir feições cada vez mais nítidas nos anos 1970, uma situação que logo produziria um aumento da tensão social nos países periféricos e na relação destes com Washington. A consideração simultânea desses fatores provocou mudanças na orientação tática do Departamento de Estado. Cresceu, então, a preferência por ações indiretas, mediadas por organismos multilaterais. É neste contexto que McNamara deixa o Departamento de Defesa para presidir o Banco Mundial. A partir deste novo quadro, a educação é cada vez melhor situada na escala de prioridades do Banco (LEHER, 1999, p. 21).

Para enfrentar a crise de acumulação capitalista e ampliar sua lucratividade, a burguesia internacional conduz a reestruturação produtiva, o reordenamento do papel dos Estados nacionais e a formulação de um novo projeto de sociabilidade, reconfigurando a participação dos Estados nacionais na implementação das políticas sociais e diminuindo, consequentemente, a alocação de verbas públicas para as áreas sociais.

Nos anos de 1980, ocorre a crise do endividamento dos países periféricos, causada pelo aumento das taxas de juros dos empréstimos do BM e do FMI aos países devedores. Para Toussaint (2002), o BM, sob gestão de McNamara, contribuiu ativamente para criar a crise da dívida, na medida em que fortaleceu a subordinação e a dependência dos países subordinados aos países credores, justamente quando a ideologia neoliberal ganha força nos países da América Latina, pois

> [...] longe de ver diminuir seu poder, o Banco Mundial o viu aumentar de uma maneira impressionante. Manifestamente, o governo dos Estados Unidos e seus colegas das outras grandes potências capitalistas não estavam descontentes com o trabalho realizado pelo Banco. Se não, teriam eliminado seu papel. Ao contrário, reforçaram os recursos e os do FMI, durante e depois da crise. É preciso acrescentar igualmente que o Banco Mundial e o FMI acumularam "lucros", sob a forma de reserva, graças aos países endividados (TOUSSAINT, 2002, p. 185).

A partir desse contexto econômico e político, esses organismos internacionais, sujeitos políticos do capital, direcionam condicionalidades, compartilhadas pela burguesia local. Como estratégia desse processo, as contrarreformas nos países periféricos, no qual está inserido o Brasil, temos o avanço de ações ultraliberais, enquanto uma nova fase do capitalismo monopolista.

> [...] O Banco abraçou o ideário neoliberal e, diante da vulnerabilidade dos países endividados, impôs drásticas reformas liberais (ajuste e reformas estruturais). Esta crise colocou o Banco Mundial diante de novos desafios, propiciando condições excepcionais para o exercício de seu poder. No contexto da crise estrutural, o Banco pôde impor condicionalidades com uma abrangência inédita (LEHER, 1999, p. 23).

O objetivo da contrarreforma é atender os interesses do capital e não da classe trabalhadora. O conceito de reforma, ainda que nos limites da ordem do capital, seriam transformações para ampliar direitos como previstos na palavra reforma no seu sentido tradicional, porém as contrarreformas expressam a perda dos direitos historicamente conquistados pelas lutas da classe trabalhadora.

É nesse sentido que se configura a contrarreforma da política educacional, especificamente, da educação superior, como uma importante estratégia de ampliação do campo de exploração lucrativa do capital e de difusão do projeto de sociabilidade burguesa. Nessa perspectiva, temos como tarefa compreender o contexto atual da nova pedagogia de hegemonia a partir das novidades e continuidades das estratégias do capital em formar as/os trabalhadores para a conformidade, tendo como ponto em comum a teoria do capital humano articulado ao programa da Terceira Via[23] para apassivar os movimentos sociais. Segundo Lima e Martins

[23]A origem da terceira via ocorre no final dos anos de 1980, com o governo trabalhista que emergiu na Austrália. Ganha popularidade durante o governo de Bill Clinton nos Estados Unidos, sendo também defendida pela senadora Hillarye, posteriormente, secretária de estado, durante a campanha presidencial de 2008. O primeiro-ministro britânico Tony Blair e o New Labour (sua organização dentro do Partido Trabalhista) foram os defensores mais entusiastas da corrente.

(2005), a Terceira Via recupera e articula duas noções importantes para as estratégias capitalistas de dominação: a Teoria do capital humano e do capital social. Essa percepção nega a centralidade da categoria "trabalho" e suas constradições, ou seja, não existem classes sociais, demonstrando uma oposição à teoria marxista.

> [...] Inicialmente, retoma a teoria do "capital humano", difundida por Theodore Schultz nos anos de 1960, em que se definia o conhecimento e as capacidades técnicas dos trabalhadores como uma forma de capital capaz de gerar lucro e riqueza. Para a teoria do capital humano, existiria uma associação direta, portanto não histórica, entre produtividade, eficiência, desenvolvimento e riqueza capaz de explicar as diferenças de crescimento econômico entre países e empresas e de salários entre os indivíduos (LIMA e MARTINS, 2005, p. 62).

A Teoria do capital humano é a concepção econômica de educação dos anos 1940-50, desenvolvida por Theodore Schultz em 1960 e seus seguidores da Universidade de Chicago. As vertentes conservadoras como a Teoria do capital humano sustentam a lógica de educação para a competitividade. Nessa concepção, a classe trabalhadora é reduzida a um tipo de capital, partindo da afirmação que todos seriam capitalistas: "alguns por serem os proprietários dos meios de produção (a burguesia) e outros por serem proprietários do capital humano (os trabalhadores)" (LIMA e MARTINS, 2005, p. 62), não havendo contradição entre o capital e o trabalho.

O discurso de culpabilização do sujeito e das capacidades humanas atravessa a história do sistema capitalista, e o discurso de fim do trabalho e das lutas de classes estão presentes nessas teorias. Essas ideias foram difundidas para a massa de trabalhadores explorados para que esses incorporassem a sociedade do conhecimento de competências e empreendedorismo no capitalismo contemporâneo, caracterizado por Lima (2007) como uma armadilha de um fetiche tecnológico[24].

Esse discurso defende a necessidade de elevar os níveis de escolaridades como elementos centrais para garantir o desenvolvimento das condições de vida partindo do pressoposto que vivemos uma nova ordem mundial – a era da informação por meio da difusão das tecnologias da informação e comunicação (TICs), principalemte pelo uso da internet. Nessa perspectiva, o desemprego estrutural e a desigualdade são difundidos como consequência da incapacidade individual e não como elementos estruturantes do sistema capitalista.

[24] Para aprofundar a análise crítica da noção "sociedade da informação/conhecimento", consultar Lima (2007). A autora destaca que a base de fundamentação desse projeto é a perda da centralidade da categoria trabalho. As alterações na esfera produtiva são caracterizadas pelos "novos métodos de produção baseados na microeletrônica, na flexibilização do processo e da gestão do trabalho e na exigência de maior capacitação tecnológica dos trabalhadores, constitutivos da acumulação flexível, geram, por um lado, aumento na produtividade para o capital e, por outro, reduções salariais e dos postos de trabalho para o conjunto da classe trabalhadora" (LIMA, 2007, p. 36).

Nos anos de 1990, o "empresariado exerceu hegemonia, difundindo a ideologia de que o desemprego dos jovens resulta da falta de qualificação dos mesmos e que o melhor antídoto para o desemprego é a oferta de cursos "profissionalizantes" de curtíssima duração" (LEHER, 2018, p. 23). O autor afirma que, após 1995, todos os governos federais brasileiros compartilharam a narrativa do capital humano como fundamento de seus projetos de educação.

A Terceira Via é uma inflexão da socialdemocracia à direita e, a partir de uma leitura crítica a essa nova agenda político-econômica, constitui um elemento importante de ação da nova pedagogia da hegemonia, que pode ser também nomeado de social-liberalismo. A Terceira Via foi sistematizada por Anthony Giddens – sociólogo britânico, assessor de Tony Blair e articulador político do novo trabalhismo inglês e da Cúpula Mundial da Governança Progressiva – programa que "tem como objetivo a reforma ou governo do capitalismo por intermédio de mudanças na política e na economia" (LIMA e MARTINS, 2005, p. 44). Segundo os autores, a referida Cúpula reúne governantes de diversos países, como o Brasil, que, em 2002, contou com a presença de Fernando Henrique Cardoso e, em 2004, com Lula da Silva.

O projeto da Terceira Via, entre outros aspectos, sugere que a governabilidade deve ser construída por meio da reconfiguração do papel do Estado e da sociedade civil, assim como pela articulação entre suas ações dando base e fundamentação ao conceito de público não estatal. Nesse projeto, a política educacional cumpre um papel importante na formação de intelectuais responsáveis pela difusão do projeto burguês de sociabilidade.

> O que se define nessa estratégia de realização do projeto da Terceira Via é a afirmação da escola e os demais meios de difusão e espaços educativos como instrumentos de formação e atualização do intelectual urbano, tendo na concepção de mundo burguesa seu eixo central. A Terceira Via parece desejar que, por intermédio das reformas educacionais, não só seja realinhado todo o processo formativo a partir das novas exigências de perfil humano demandadas pelo estágio atual do capitalismo monopolista, mas também sejam diminuídas ao máximo as possibilidades de difusão da contra hegemonia no espaço escolar (LIMA e MARTINS, 2005, p. 64-65).

Para os autores, a reinvenção da sociedade civil é um dos mais relevantes princípios constitutivos do projeto político da Terceira Via. Os defensores desse tema reforçam a construção de uma nova sociedade civil nomeada de sociedade civil ativa. A chamada sociedade civil ativa se tornaria o *locus* da ajuda mútua, da solidariedade, da colaboração e da harmonização das classes sociais. Afirmam também que as ações do Estado definem a flexibilização de um marco regulatório que busca cumprir dois objetivos: impulsionar a economia capitalista e repolitizar a política.

> Em relação ao primeiro, seu mais expressivo indicador é a defesa da parceria entre público e privado, destinada tanto ao incentivo à eficiência e agilidade do mercado quanto à cobertura de um amplo leque de ações que envolvem as empresas em obras e serviços e as genericamente chamadas de organizações não governamentais na provisão de bens sociais para o estabelecimento de novos parâmetros econômicos. Já

> em relação ao segundo, destaca-se a necessidade de criação de uma nova subjetividade e de novos sujeitos políticos coletivos, com a tarefa de assumir as responsabilidades sociais até então restritas à aparelhagem estatal, eliminar as resistências sociais à ordem burguesa e disseminar valores caros a essa doutrina. É nessa direção que o Estado da Terceira Via assume sua função educativa (LIMA e MARTINS, 2005, p. 58 e 59).

A dominação de classes, constitutiva do sistema capitalista, não se faz somente pela força, mas também pelo convencimento, e essas ações de coerção e consenso vão se transformando ao longo do tempo. Segundo Neves (2005), os aparelhos privados de hegemonia são importantes na condução e fortalecimento dessa nova pedagogia da hegemonia que aposta na implementação de novas formas de dominação pelo consenso, como as igrejas, a escola, a mídia, entre outros.

Neves (2005) indica que a conjuntura de contrarreforma do Estado brasileiro[25] insere-se num conjunto de ações do capital, visando à reconfiguração do Estado, especialmente quanto ao seu papel de provedor de políticas e serviços sociais focalizados no "alívio da pobreza" e a difusão de um novo projeto de sociabilidade nos marcos do capital. Assim, a reformulação da educação superior em curso faz parte de um processo maior que é o reordenamento do Estado capitalista no processo de ofensiva do capital.

Nesse contexto, o Consenso de Washington (1989)[26] reuniu um grupo de economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos para pensar estratégias políticas para que a América Latina saísse da crise "(estagnação, inflação, dívida externa)", elaborando novas formas de organização do capital e do trabalho, indicando reconfigurações na luta de classes, tendo como eixos políticos centrais: "a) a defesa da liberdade individual como um dos fundamentos básicos do pensamento liberal; b) a concepção do mercado como instância de ordenação da vida social e c) a crítica à excessiva intervenção do Estado nas atividades econômicas" (LIMA, 2005, p. 86).

---

[25] A Contrarreforma do Estado constitui-se de um conjunto ações – políticas focalizadas, privatização, parceria público-privada (PPP) – que se caracterizam como uma resposta da burguesia à crise de acumulação do capital.

[26] Segundo Ugá (2004, p. 56), "Williamson destaca dez propostas do receituário do "Consenso de Washington": 1) disciplina fiscal, ou seja, redução dos gastos públicos, na tentativa de manter um superávit orçamentário; 2) prioridades de gastos públicos – reduzir o papel do Estado na economia, redirecionando o gasto para as áreas desinteressantes para o investimento privado – geralmente bens públicos; 3) reforma tributária, tornando a tribulação menos progressista; 4) liberalização financeira, cujo objetivo máximo é deixar que a taxa de juros seja determinada pelo mercado; 5) manutenção da estabilidade da taxa de câmbio; 6) liberalização comercial; 7) abolição das barreiras à entrada de investimentos externos diretos no país; 8) privatização das empresas estatais; 9) abolição das regras que impedem a entrada de novas firmas do setor e 10) o sistema legal deve assegurar direitos de propriedade (WILLIAMSON, 1993, p. 1332)."

Para Lima (2005), essas reformulações serão norteadas a partir do caráter atribuído à educação escolar pelos organismos internacionais. Tais organismos entendem a educação escolar como: i) “alívio da pobreza” nos países periféricos; ii) uma política internacional de segurança do capital; iii) uma nova e promissora área de investimento do capital em crise; e iv) uma forma de difusão da concepção de mundo burguesa.

A partir dos anos de 1990, o conceito de “pobreza” passa a ser central nos relatórios dos organismos internacionais, especialmente do Banco Mundial, que inserem esse conceito na reformulação das políticas sociais – direcionando uma concepção de política social não como um direito, mas com um caráter de política focalizada e compensatória.

> [...] É aos pobres, então, que a política social deve (e passa a) estar voltada. As recomendações do BM, como foi observado, são todas focalizadas nos pobres, vistos como pessoas incapazes que necessitam de ajuda para inserirem-se no mercado. Portanto, suas propostas de políticas de combate à pobreza resumem-se apenas à transformação do indivíduo capaz e competitivo, por meio do aumento de “capital humano” (no relatório de 1990) ou de “capacidade humana” (no relatório de 2000-2001) (UGÁ, 2004, p. 60).

É nessa dinâmica política e econômica que se inscreve a contrarreforma da política educacional. Uma importante referência da centralidade adquirida pela educação escolar nesse período foi a Conferência Mundial de Educação para Todos que aconteceu na Tailândia, organizada pelos organismos internacionais, tais como Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Nesse contexto, no final da década de 1990 e início do novo século, ocorre a intensificação da contrarreforma da educação superior: “privatização, desregulamentação e desnacionalização da educação farão parte da pauta política dos organismos internacionais para os países periféricos” (LIMA, 2005, p.90). Sob o discurso de "democratização do acesso”, os organismos internacionais, como o BM, indicam a eliminação das fronteiras entre o público e o privado, a compra de vagas públicas em instituições privadas, fazendo com que a formação da classe trabalhadora se dê em instituições nas quais impera a lógica do lucro e do ensino massificado.

Esse processo de contrarreforma da educação superior, conduzido pelas políticas elaboradas, difundidas e monitoradas pelos organismos internacionais, como BM na década de 1990 e início do novo século, e compartilhadas pelos governos locais, ocorrerá, pelo menos, de duas formas: 1) a expansão do setor privado seja pelo aumento de vagas e/ou matrículas; 2) a privatização interna das IES públicas. Segundo Mancebo (2011, p. 33 e 34) a especificidade do processo de privatização da educação superior no Brasil ampliou-se em dupla face:

> [...] (1) conforme as mudanças contemporâneas ocorridas na produção e valorização do capital, a reestruturação produtiva, que teve seu início sistematizado, no Brasil, a partir da década de 1980 e (2) a partir da reforma gerencialista do Estado, posta em movimento em 1995, pelo então ministro Bresser Pereira e em curso até os dias atuais.

Com o avanço da ofensiva do capital nos países periféricos, gerando um profundo processo de mercantilização dos vários setores sociais, especialmente, a educação e a política de educação superior direcionam-se aos interesses mercadológicos e de lucratividade do capital nacional e internacional. Nessa perspectiva, o Banco Mundial, entre outros organismos internacionais, a partir da década de 1990, apresenta sua concepção sobre a política educacional que será implementada pelos países periféricos através da expansão do ensino privado e da privatização interna do ensino público. Segundo Leher e Barreto (2008), das mudanças apresentadas nesse contexto, resultam três frações burguesas dominantes como o novo bloco de poder no Brasil:

> [...] o setor financeiro, o agronegócio e o setor exportador de commodities. A esse bloco interessam o ensino fundamental e o treinamento profissional, pelo maior retorno aos investimentos em educação. Afina-se com as estratégias e prioridades educacionais do BM (World Bank, 1995) também no que tange à rejeição do "modelo europeu de universidade", caracterizado pela indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, e à diversificação das fontes de custeio da educação pública e da diferenciação de instituições, permitindo que o BM encaminhe a sua agenda como sendo a dos setores dominantes locais e vice-versa. Assim, as relações entre a burguesia internacional e as frações locais podem conformar a recontextualização (LEHER, BARRETO, 2008, 431).

Para compreender as estratégias e prioridades educacionais do BM e a afinação dos governos brasileiros ao projeto do capital, destaco, primeiramente, um importante documento elaborado pelo Banco Mundial em 1994 – "La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiência" (O ensino superior: as lições derivadas da experiência) – no qual estarão presentes os eixos norteadores da política do Banco, "sugerindo" a intensificação do processo de privatização da educação superior com base em dois eixos:

> a) a expansão de instituições privadas através da liberalização dos serviços educacionais; b) a privatização interna das instituições públicas, através das fundações de direito privado, das cobranças de taxas e mensalidades, do corte de vagas para contratação dos trabalhadores em educação e do corte de verbas para a infraestrutura das instituições (LIMA, 2005, p. 130).

Esse documento de 1994 é o terceiro programa de trabalho da série que teve início em 1992 com os documentos: "a) Educação Primária; b) Educação técnica e formação profissional" (BM, 1994, p.viii, tradução nossa).

Com base nesses estudos anteriores, o Banco publica, em 1994, um documento focalizando o ensino superior, trazendo questões sobre os principais problemas dessa política nos países latino-americanos e também suas recomendações para solucionar a crise por que passa a educação superior nos países periféricos. Esse documento parte da consideração de que a relação professor / aluno é muito baixa nas universidades federais desses países, citando o

Brasil como exemplo, “que apresenta uma relação de sete alunos para um professor” (BM, 1994, p. 22, tradução nossa).

Essa análise propõe a reconfiguração do processo de trabalho docente, focando apenas no ensino e indicando o fim da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Para esse organismo internacional, a crise da educação superior é maior nos países da periferia do capital. A questão central não é a falta de recursos públicos, mas sim o mau gerenciamento desses, destacando que os gastos dos Estados são muito altos com a assistência estudantil. O Banco Mundial afirma que:

> [...] o problema de diminuição dos recursos por estudante se agrega a seu uso ineficiente [...] muito alto a proporção destinada a gastos não educacionais, como alojamento, alimentação e outros serviços financiados para os estudantes [...]. Estes elevados subsídios aos estudantes de universidades públicas constituem não só um investimento educacional ineficiente como também um gasto social regressivo (BM, 1994, p. 3, tradução nossa).

Além desses aspectos, para o Banco Mundial, o ensino superior é elitista, pois o Estado atende aos interesses dos “ricos” e não da “população pobre” para a qual a demanda é a qualificação no nível básico de ensino, criticando o fato da verba pública ser menor para a educação básica e maior para educação superior. Esse discurso enfatiza que os recursos públicos devem ser, preferencialmente, destinados à educação básica, leia-se ensino fundamental, retirando, assim, a responsabilidade do Estado para com a educação superior, mediante a defesa da diversificação das fontes de financiamento desse setor. Lima (2006a, p. 34), com base nas análises de Florestan Fernandes, considera que:

> [...] no embate entre projetos antagônicos de educação, a questão da gratuidade é criticada e identificada, inclusive, como financiamento público para os filhos das camadas médias e da burguesia brasileira, em detrimento do financiamento público da educação básica para os segmentos mais pauperizados da população brasileira. Qual a resposta da burguesia a essa questão? Acabar com a gratuidade do ensino superior. Qual a resposta que Florestan propõe? A gratuidade e a qualidade em todos os níveis de educação. Na medida em que a classe trabalhadora consegue acesso à educação básica pública, gratuita e de qualidade, terá acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade. Não se trata, portanto, de conceder bolsas de estudo nas instituições privadas para os “mais pobres” ou ampliar o número de cursos privados, ações identificadas por Florestan como uma “marcha à ré histórica”.

Leher (1998, p. 225) destaca como se dá a apresentação desses argumentos:

> O Banco quer abandonar o ensino superior não para transferir os seus recursos para o ensino fundamental, <u>mas pela convicção de que os países pobres estão destinados a ser pouco mais do que fonte de trabalho barato para o Ocidente</u>. [...] Para viabilizar a mudança na forma de financiamento das universidades – o Banco utiliza um discurso cínico, afirmando que são as elites que se apropriam das verbas para a educação em seu proveito, em detrimento dos pobres (grifos meus).

O caráter determinante desse movimento da burguesia é a busca de novos campos de exploração lucrativa, através da criação de instituições de ensino superior privadas e da

privatização interna das IES públicas (LIMA, 2007). Para o Banco, o objetivo é aumentar o número de vagas e diminuir os gastos públicos, além de alocar de forma indireta verbas públicas para instituições privadas por meio de isenção fiscal, o que significa dividir ou repassar os custos do ensino superior com o estímulo ao setor privado, assim como com as fundações de direito privado, que viabilizam a venda de serviços e de cursos das universidades públicas. As fundações privadas, ditas de apoio, são caracterizadas pela venda de projetos, cursos pagos entre outros serviços, havendo um processo de privatização "interna" das universidades públicas.

> A proposta de criação das fundações de apoio às instituições estatais de ensino superior (IES) não surge com o objetivo de oferecer agilidade a uma máquina emperrada, mas sim de diminuir a responsabilidade dos governos no financiamento integral das IES e fortalecer os elementos privatistas em seu interior, sobretudo aqueles capazes de oferecer serviços mercantilizáveis, em detrimento dos serviços socialmente necessários, mas sem mercado comprador (DAVIES, 2006, p. 37).

O Banco orienta que a "realidade fiscal da esmagadora maioria dos países 'em desenvolvimento' sugere que as melhorias da qualidade e o aumento das matrículas no ensino superior devem ser alcançados com pouco ou nenhum aumento nos gastos públicos" (BM, 1994, p.28, tradução e grifos meus).

Segundo a concepção do Banco Mundial, da crise fiscal enfrentada por esses países resulta a crise do ensino superior. Contudo, afirma que esse setor precisa passar por "reformas", apresentando como estratégias quatro orientações principais: 1) incentivar uma maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas; 2) oferecer incentivos para que as instituições públicas diversifiquem suas fontes de financiamento; 3) redefinir o papel do governo no ensino superior; 4) adaptar políticas que se destinam a dar prioridade aos objetivos de qualidade e equidade. (BM, 1994, p. 4, tradução nossa)

Em relação à primeira estratégia, a ideia central é a diversificação das instituições de ensino superior e dos cursos (de curta duração, ciclos básicos, entre outros), sob o discurso de que essa diversificação objetiva desenvolver e melhorar a qualidade desse setor de ensino. Segundo o BM, foram surgindo vários tipos de instituições não universitárias em diferentes países e a "principal vantagem dessas instituições é o menor custo dos programas, que é o resultado de cursos mais curtos, menor taxa de abandono e menos custo anual por estudante" (BM, 1994, p. 34, tradução nossa). Essa estratégia não objetiva atender aos interesses da classe trabalhadora, e sim melhor atender as demandas do mundo do capital.

> [...] a diversificação do sistema é vigorosamente defendida, pois, em geral, vem acompanhada de novos provedores privados e, não menos importante, permite a adequação do ensino superior ao mercado e aos segmentos sociais: universidades com núcleos de excelência, para formar as classes superiores e prestar serviços tecnológicos e políticos ao mercado; universidades de ensino, para formar

> profissionais liberais e técnicos, basicamente provenientes das classes médias; centros universitários e faculdades isoladas, para formar profissionais de pouca especialização, provenientes das classes média-baixa e média; e escolas profissionalizantes para egressos do ensino médio e fundamental vindo das classes subalternas [...] (LEHER, 2003, p. 12, grifos meus).

Nesse sentido, a criação dos vários tipos de instituições de ensino superior não ocorreu para atender, de forma qualitativa, aos anseios dos trabalhadores e filhos dos trabalhadores dos países periféricos, para os quais são elaborados e direcionados esses cursos. Como afirma o Banco, "as instituições não universitárias ajudam a satisfazer a maior demanda de acesso por ensino pós-secundário dos grupos minoritários e dos estudantes economicamente em desvantagens" (BM, 1994, p.35, tradução nossa).

Na aparência desse fenômeno, há um caráter de ampliação do acesso da classe trabalhadora ao ensino superior. Porém, o acesso caminha junto com a desqualificação da formação profissional, de forma que os estudantes não irão participar de atividades de pesquisa e extensão. Nesse mesmo contexto, o ensino à distância[27] se insere como uma das estratégias do Banco para a diversificação das instituições de ensino superior, o qual destaca que o EaD pode ser eficaz e aumentar a um custo moderado o acesso dos grupos desfavorecidos. "Os programas de educação à distância (EAD) são, geralmente, muito menos caros que os programas universitários atuais, devido ao mais alto número de estudantes por professor" (BM, 1944, p.36/37, tradução e grifos meus). Esse discurso de ampliação do acesso ao ensino superior via EAD omite que o uso das tecnologias da informação e conhecimento (TIC's) vem se constituindo uma das principais estratégias de empresariamento da educação superior.

> A análise da educação à distância só pode ser realizada, portanto, nos marcos da crescente desresponsabilização do Estado com o financiamento da educação superior pública; do estímulo à medida que acentuam a privatização interna das instituições de ensino superior (IES) públicas; do aprofundamento do processo de empresariamento da educação superior, seja pela ampliação do número de cursos privados ou pela imposição de uma lógica empresarial à formação profissional; da política de redução do tempo de duração dos cursos e de precarização do trabalho docente (LIMA, 2006b, p. 148/149).

Nas orientações do Banco Mundial, há um intenso processo de mercantilização da educação superior que perpassa todo o documento. Esse setor é direcionado como um serviço e não como um direito. O modelo de IES indicado para a periferia do capital é de instituições voltadas apenas para o ensino que atendam aos interesses do mercado. Nesse sentido, o Banco indica que:

> [...] as instituições privadas constituem um elemento importante de alguns dos sistemas de ensino superior mais eficaz que existem atualmente nos países em desenvolvimento [...]. Os governos podem fomentar o desenvolvimento do ensino

[27] Utilizaremos o termo ensino a distância e não educação a distância, por entender que educação pressupõe pesquisa, extensão e produção crítica do conhecimento.

> superior privado para complementar as instituições estatais como meio de controlar os custos do aumento de matrícula nesse nível, incrementar a diversidade dos programas de capacitação e ampliar a participação social deste setor (BM, 1994, p. 37, tradução nossa).

O cerne da segunda estratégia é a diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas. O Banco orienta que, para a eficiência desse setor de ensino, os governos deverão efetuar reformas importantes no financiamento a fim de "mobilizar mais fundos privados para o ensino superior; proporcionar apoio aos estudantes qualificados que não podem seguir os estudos superiores devido à renda familiar insuficiente; e a melhor eficiência da destinação e utilização dos recursos fiscais entre e dentro das instituições estatais." (BM, 1994, p. 44, tradução nossa). A essência desse discurso, como foi analisada anteriormente, é a defesa da não exclusividade de financiamento público para a educação pública e a intensa participação do setor privado na educação superior. As políticas do Banco Mundial são compartilhadas pelos governos nacionais, para atender aos interesses da burguesia local e internacional, visando ao empresariamento do ensino superior público da periferia do capital.

As diversas ações elaboradas pelo Banco Mundial buscam transformar a universidade pública em um campo de exploração para o capital. Para o Banco, os governos podem mobilizar um maior volume de fundos privados de "várias maneiras: mediante a participação dos estudantes nos gastos, a arrecadação de fundos de ex-alunos e fontes externas e a realização de outras atividades que gerem recursos" (BM, 1994, p. 44, tradução e grifos meus). A premissa dos fundos patrimoniais (*endowments funds*) já estava presente nas orientações do BM para a educação na América Latina desde o início dos anos 1990, propondo doações de ex-alunos e empresas privadas, além da parceria com as fundações de direito privado e convênios com empresas para consultoria e pesquisa. Propõe, ainda, que os estudantes pagassem suas matrículas e mensalidades, por considerar que a assistência estudantil é uma atividade não relacionada à educação, daí a defesa pela não alocação de verbas públicas para alojamento, alimentação e segurança. Em troca dos investimentos privados, essas empresas poderão utilizar os equipamentos e espaços físicos das instituições públicas para atender seus interesses, assim como as pesquisas, os cursos pagos que serão destinados às demandas e prioridades do mercado. Criticando a política do BM, Lima (2005, p. 131) destaca que, para o Banco, os alunos que não conseguirem financiar seus estudos

> [...] participarão de programas de assistência estudantil, executados através do empréstimo financeiro, de bolsas de trabalho na instituição de ensino superior e da realização dos cursos em instituição privadas, que receberão isenção fiscal e incentivos financeiros para admitir o acesso destes alunos.

A questão da redefinição da função do Estado apresenta-se como a terceira estratégia, retirando a responsabilidade de financiamento e manutenção do ensino superior público como atribuições exclusivas do Estado, pela defesa da diversificação das fontes de financiamento, como foi analisada anteriormente, além de reforçar a atuação do setor privado para esse nível de ensino. Para tal, o Banco orienta que:

> [...] o governo, no lugar de exercer uma função de controle direto, tem agora a tarefa de proporcionar um ambiente de políticas favoráveis para as instituições de nível terciário, tanto públicas como privadas, empregando o efeito multiplicador dos recursos públicos a fim de estimular estas instituições a atender as necessidades nacionais de ensino e pesquisa (BM, 1994, p. 62, tradução nossa).

Segundo o documento, o êxito de execução das reformas educacionais depende de "um marco coerente de políticas; apoio com incentivos e instrumentos orientados ao mercado para ampliar as políticas; e uma maior autonomia administrativa das instituições públicas" (BM, 1994, p. 62, tradução nossa). De acordo com a tradição liberal, o mercado é o espaço da autonomia. Logo, para o Banco, a autonomia representa a chave do êxito da contrarreforma do ensino superior público, sendo central a redução ou a não alocação de verbas públicas a esse setor de ensino. As IES públicas terão que captar recursos de formas diferenciadas, atendendo à lógica do mercado. A autonomia é concebida, portando, como autonomia financeira para captar recursos públicos ou privados, assim como afirma Leher (2003, p.12):

> [...] O cerceamento ao autogoverno da universidade prossegue sendo um objetivo e a autonomia continua associada à noção de autonomia financeira (e não de gestão financeira como quer a Constituição Federal brasileira). O documento é explícito. **O financiamento deve ser misto: governo, estudantes e instituições filantrópicas**. Em suma, a autonomia prossegue sendo uma prerrogativa importante – compreendida como desregulamentação – para que a universidade possa captar e ampliar recursos.

A quarta e última estratégia foi pautada ao longo de todo o documento. É similar à estratégia anterior e reside na defesa de uma política de qualidade do ensino e de pesquisa nesse nível de ensino nos marcos e diretrizes do capital. O Banco indica que o principal elemento para melhorar a educação pós-secundária[28] é a diversificação do ensino superior, destacando os

[28] Cursos de curta duração orientados para as demandas específicas do mercado de trabalho. Roberto Leher, ao apresentar uma análise crítica sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), afirma que "o Estado, ao invés de fortalecer sua rede pública, compra vagas no setor privado, para disponibilizá-las como se fossem públicas. Essa é uma lógica de política. É preciso também refletir sobre a natureza da formação. Tanto o sistema S quanto o projeto desejado para os Ifets resultam atualmente de acordos feitos pelo governo brasileiro com a Usaid [*United States Agency for International Development*] — e essa não é uma suposição porque há documentos que comprovam. Isso não quer dizer que seja o projeto praticado pelos Ifets, porque há muitas contradições e lutas dentro dessas instituições sobre a natureza da formação. Mas, já desde 2006, o governo brasileiro procurou a Usaid para assessorar na expansão dos Ifets. E o que a Usaid está propondo para o Ifets é um modelo estadunidense dos chamados *community colleges*, que são aquelas instituições pós-secundárias estadunidenses que ofertam cursos de curta duração e bastante pragmáticos, orientados para as demandas específicas do mercado de trabalho. Isso resulta de uma política

seguintes direcionamentos: “melhor qualidade de ensino e pesquisa; maior adaptabilidade da educação superior às demandas do mercado laboral; maior equidade” (BM, 1994, p. 74, tradução nossa). Essa orientação foi regulamentada no Brasil pelos governos federais brasileiros, transplantando modelos estadunidenses de cursos de curta duração – temos uma política de longa duração, que vem da época de Fernado Henrique Cardoso e que se consolida no governo de Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

É nesse contexto de alargamento do campo de exploração lucrativa do capital que estão inseridas as políticas elaboradas pelo Banco Mundial para o ensino superior público dos países periféricos, fundamentadas pelo projeto burguês de sociabilidade. É um projeto que deve ser conduzido pelo Estado, direcionando essas políticas neoliberais, especialmente a política educacional, assim como será apresentada a seguir.

A política educacional, especialmente a educação superior dos países da periferia do capital, está inserida num contexto de corte em seu financiamento público, havendo um profundo processo de empresariamento desse setor de ensino e o crescimento de investimento no setor privado, no sentido de regulamentar a abertura de novas IES / cursos privados. De acordo com as análises dos intelectuais do BM, o Estado é o grande responsável pela crise fiscal, e o capital, na busca de estratégias para conter tal crise, coloca como necessária a reformulação das relações entre Estado e sociedade civil empresarial, buscando obter um consenso dos interesses entre capital e trabalho para encobrir o antagonismo de classe.

Os governos nacionais compartilharam as políticas elaboradas e direcionadas pelos organismos internacionais, defendendo um Estado que consolidasse e representasse as políticas educacionais desses sujeitos políticos do capital. Siqueira (2004, p. 49) afirma que:

> Nos anos 90, principalmente após a queda do Muro de Berlim, há um grande apoio às ideias do livre-mercado, uma decretação da falência do Estado provedor e a defesa do Estado supervisor, havendo uma grande ênfase no modo de gestão empresarial. No âmbito educacional, isso se consubstanciará no incentivo do setor privado; na busca de fontes de alternativas de recursos no setor público [...]; na defesa da “eficiência”

que vem sendo construída em comum acordo com a Usaid e que, portanto, agora se estrutura como uma política geral para a educação tecnológica brasileira. Parece que é um programa extremamente preocupante no sentido de que vivemos um retrocesso brutal em relação àquilo que tínhamos de bom dentro das escolas técnicas federais, que foi toda a reflexão de educação politécnica feita a partir dos anos 1980. Isso significa dizer que a matriz conceitual do decreto 2208/97, feito por [Fernando Henrique] Cardoso, que promove a desvinculação entre a educação profissional e a educação propedêutica — modelo esse que ficou confirmado no decreto 5154/04 — serve como uma grande política para a formação profissional dos jovens. Em última instância, nós podemos dizer que o Estado brasileiro está organizando e subsidiando uma formação unilateral, assentada nos pressupostos do capital humano, como política pública de educação. Mas, conceitualmente, essa política não pode ser pública. Primeiro, porque tem objetivos particularistas de formação e, segundo, porque resulta dessas parcerias público-privadas. Então, o financiamento público de vagas na rede privada não é um detalhe menor; talvez seja um detalhe constrangedor para os seus elaboradores” (LEHER, 2011, s/p). Disponível em https://barricadasabremcaminhos.wordpress.com/2011/07/05/entrevista-com-roberto-leher-sobre-o-pronatec-o-prouni-do-ensino-tecnico/ Acesso em 03 de agosto de 2020.

> interna [...]; na criação de sistema de "avaliação" (melhor seria medição) pautados em critérios de produtividade, que permitissem comparação e ranqueamento, e viessem a subsidiar a distribuição de recursos para instituições e prestadores dos serviços (pagamento por desempenho, avaliação de alunos via exame de final de curso).

A partir da metade da década de 1990, o Banco Mundial elabora análise crítica em relação ao "distanciamento entre Estado e o povo", defendendo que "a eficácia do Estado é maior quando se escuta as opiniões do setor empresarial e da cidadania em geral e se proporciona a participação de ambos os grupos na determinação e ampliação das políticas" (BM, 1997, p. 12, tradução nossa).

É nesse contexto político que a ampliação da "participação da sociedade civil começa a ser avaliada como eixo fundamental da Reforma do Estado, no qual o 'alívio da pobreza' e a coesão social são elementos centrais, duas importantíssimas estratégias da contrarrevolução neoliberal" (LIMA, 2005, p. 175). Para a autora, as críticas do Banco Mundial ao "distanciamento entre o Estado e o povo" configuram "traços de descontinuidades" em relação à "fase clássica do neoliberalismo" como novas estratégias dos intelectuais orgânicos da burguesia de legitimar o projeto neoliberal através de críticas ao que eles reconhecem como "neoliberalismo radical".

> [...] esses traços não caracterizam rupturas com o projeto societário burguês. O que podemos indicar como "novidades" no discurso elaborado e difundido pelos organismos internacionais a partir da metade da década de 1990 é a capacidade do projeto burguês de sociabilidade de apresentar-se como um capitalismo reformado ou humanizado (LIMA, 2005, p. 126).

Para "responder" a esse "distanciamento", o Banco Mundial elabora, em 1997, o "Relatório sobre o desenvolvimento mundial. O Estado em um mundo em transformação", questionando o papel do Estado no desenvolvimento e defendendo que o "Estado é fundamental para o processo de desenvolvimento econômico e social, porém não enquanto agente direto do crescimento, mas sim como um sócio, elemento catalisador e impulsionador deste processo" (BM, 1997, p.1, tradução nossa). Propõe que o Estado se reconfigure e que, para ser eficiente, precisa realizar "reformas" para que possam se adaptar ao "mundo em transformação". Segundo Ugá (2004), isso significa, para o Banco Mundial, que o Estado não deve ser mais promotor direto do desenvolvimento, deixando essa tarefa para os setores privados, criando porém um arcabouço jurídico que garanta a movimentação lucrativa desses setores.

O cerne dessa proposta é a reconfiguração da esfera pública, a disputa do fundo público e a execução dos serviços públicos pelas entidades empresariais por meio das parcerias público-privadas sob o discurso de que, em muitos países, os monopólios públicos de infraestrutura, serviços sociais e outros bens e serviços têm poucas probabilidades de serem eficazes. "Ao mesmo tempo, as novas tecnologias e sistemas de organização criam novas oportunidades para

que fornecedores privados competitivos participem em atividades até agora reservadas ao setor público." (BM, 1997, p. 7, tradução nossa). O Estado é tido como um facilitador e parceiro dos mercados. Ugá afirma que para o Banco Mundial, os Estados:

> [...] devem voltar sua ação para a implementação e adaptação de instituições que estimulem um melhor desempenho dos mercados. Assim, o Estado deve, por um lado, facilitar e garantir o bom funcionamento dos mercados; seu papel seria delineado pela necessidade de construírem-se novas instituições, modificar as existentes e eliminar as que não servem mais para tal objetivo [...] (UGÁ, 2004, p. 57, grifos meus).

No relatório do Banco Mundial de 1997, assim como no documento de 1994 analisado anteriormente, o Banco critica o financiamento da educação superior pública dos países da periferia do capital, afirmando que, algumas vezes, os "governos gastam muito mais em educação superior para os estudantes ricos e de classe média do que em educação básica para a maioria da população e com bolsas para os mais necessitados" (BM, 1997, p. 6, tradução nossa). No entanto, é importante percebermos que:

> No âmago desse discurso está a contraposição entre o ensino fundamental (voltado para o conjunto da população) e o ensino superior (pretensamente destinado às elites privilegiadas que, embora não necessitem do ensino público, desfrutam da maior parcela do orçamento educacional). Este argumento é repetido por intelectuais como o Nobel de economia Gary Becker e em editoriais dos principais jornais brasileiros. Os defensores do ensino público são desqualificados como elitistas e insensíveis ao descalabro do ensino fundamental (LEHER, 1999, p. 28, grifos meus).

O Banco defende a necessidade da "Reforma" do Estado nos países periféricos com o objetivo de difundir um novo projeto de sociabilidade burguesa, que ocorre através da utilização da noção de um descaracterizado "bem público" como fundamento político para: "a) diluir as fronteiras entre público e privado e b) legitimar o perverso processo de privatização em larga escala dos serviços públicos" (LIMA, 2005, p. 129). Reforçando o desenvolvimento do setor privado, propõe a retirada da responsabilidade exclusiva do Estado na implementação das políticas sociais, ou seja, "um processo de privatização bem administrado produz grandes benefícios econômicos e fiscais" (BM, 1997, p. 1997, tradução nossa). O BM defende, assim, o corte nos gastos sociais e, cada vez mais, a destruição dos direitos sociais. Conforme afirma Dias (2006a), a resposta capitalista à sua crise é:

> [...] Transformar em objeto mercantil a previdência, a saúde e a educação. O Estado deve abandonar o campo do social, deve transformá-lo em terreno de caça mercantil. Tudo, absolutamente tudo, deve ser submetido à mercantilização [...]. Corta-se, destroem-se direitos sociais, asfixiam-se possibilidades de organização sindical, produzem-se mutações no processo partidário e, acima de tudo, desideologiza-se e despolitiza-se a luta (DIAS, 2006a, p. 51).

Assim, o Banco Mundial, enquanto um organismo internacional do capital, visa atender às demandas do sistema capitalista. O cerne do relatório do Banco de 1997 é a defesa do reordenamento da atuação do Estado na periferia do capital, no qual há um intenso processo de

privatização dos serviços públicos, especialmente a educação superior. A categoria "pobreza" é incorporada ao receituário do Banco Mundial, tendo como um dos objetivos centrais a "luta contra a pobreza" ou seu "alívio". Ugá (2004) afirma que, desde o início dos anos 90, o conceito de "pobreza" passou a assumir centralidade nos documentos dos organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial.

> O tema da "pobreza", ou ainda, da marginalidade, tem uma longa trajetória de pesquisa nas Ciências Sociais da América Latina, desde pelo menos os anos 1950. Assim, não se pode afirmar que a pobreza e a marginalidade sejam simples consequência do neoliberalismo; elas fazem parte da própria natureza do tipo de capitalismo desenvolvido nessa região. [...] a novidade introduzida nos anos 1990 foi que a categoria "pobreza" passou a ser uma peça-chave de uma ordem social implícita nos relatórios do Banco Mundial e hegemônica na formulação de políticas nos nossos países. Nesse sentido, as políticas de "combate à pobreza" estariam vinculadas a essa visão de mundo (UGÁ, 2004, p. 61).

Assim, segundo o documento de 1999 do BM, a política social tem um caráter assistencialista, restrito e focalizado apenas para aqueles que forem enquadrados como "pobres". Nesse sentido, a pobreza é concebida/classificada como incapacidade de indivíduos e grupos sociais de conseguirem condições dignas de vida, como problematiza Ugá (2004, p. 60):

> [...] a) Competitivo é aquele capaz de atuar livremente no mercado, uma vez que tem competitividade (empregabilidade) para conseguir um emprego, assegurar que não vai perder o que tem ou, ainda, se acontecer de perdê-lo, conseguir um novo emprego; b) Incapaz é aquele que não consegue nada disso. Ele não tem empregabilidade, nem é competitivo, uma vez que não pode (ou não quis) intervir em seu próprio "capital humano" (grifos meus).

É nesse contexto que o discurso estratégico do Banco Mundial de "combate à pobreza", transforma as políticas sociais, como a educação, em ações destinadas aos "pobres" por meio das políticas focalizadas e compensatórias, ampliando o processo de privatização das políticas sociais para aqueles que podem pagar pelos serviços privados. Há um culto ao individualismo, estimulando que um indivíduo, ao educar-se, torna-se competitivo e estaria atingindo sua "empregabilidade". Nesse discurso, o desemprego e a "pobreza" aparecem como consequências da incapacidade individual, omitindo que o desemprego estrutural e a desigualdade econômica e social são necessários para manter e reforçar o próprio sistema capitalista.

A partir dessas problematizações, verificamos que o Banco Mundial lança o documento no final dos anos 90, reafirmando suas concepções de educação e de universidade. O Banco, em 1999, apresenta o documento "Estratégia para o setor educacional - documento estratégico do Banco Mundial: a educação na América Latina e Caribe" com uma análise sobre a educação nessa região no decorrer da década de 1990 e suas diretrizes para esse setor no século XXI. O objetivo central do Banco é "reduzir a pobreza mediante o crescimento econômico, elevar o

capital humano da América Latina e Caribe, particularmente dos pobres" (BM, 1999, p. xii, tradução nossa).

Para alcançar essa meta, no que tange ao ensino superior, o Banco considera como prioridades estratégicas: o incentivo financeiro às famílias pobres; o aumento das oportunidades de educação superior por meio de bolsas; a descentralização dos gastos públicos; a diversificação e reformada educação superior, fortalecendo o papel integral do setor privado no financiamento e prestação de serviço; o estímulo à ampliação do acesso através da tecnologia (TIC's). A descentralização dos gastos públicos e o aumento do acesso ao ensino superior devem ocorrer através da privatização desse nível de ensino, do ensino à distância e de seu condicionamento às demandas do mercado.

O Banco Mundial reforça o processo de privatização do ensino superior e o papel da educação como estratégia de "alívio da pobreza". No documento, o Banco reafirma que os setores privados e sem fins lucrativos desempenham um papel importante no financiamento e na prestação de serviços educacionais, especialmente no nível superior, considerando que as ONG's (Organização não governamental)[29] "desempenham um papel importante no melhoramento das oportunidades de aprendizagem dos pobres e o apoio fornecido pelo setor privado tem se tornado cada vez mais importante" (BM, 1999, p. x/xi, tradução e grifos meus). O principal eixo norteador do documento é o seguinte: a reformulação do papel do Estado enquanto financiador e executor das políticas de ensino superior, passando a dividir gerenciamento com o setor privado, as ONG's (identificado como setor público não estatal) e as famílias. Para Siqueira (2001, p. 7), o documento de 1999 do setor educacional reforça uma visão claramente comercial, pois a educação

> [...]não é tratada como um direito humano e social; como um processo profundo e contínuo de observação, leitura, escrita, confrontação, análise, questionamento e proposição de alternativas, mas como um tópico rápido e descartável que pode ser entregue para sua casa por qualquer empresa educacional de sua "escolha", com preços – inicialmente – mais acessíveis. [...] Reforçando as alegações de reduzidos recursos e de má gestão por parte dos governos, o documento advoga a transferência de recursos públicos para instituições privadas, assim como a ideia de que as famílias e as comunidades deveriam arcar com uma maior parte dos custos educacionais (grifos meus).

[29] Segundo Fontes (2010, p. 230 e 231), a denominação Organização Não Governamental (ONG) não esclarece o fenômeno, e destaca dois problemas: "esquece o fato de que a contraposição fundamental a governo/público é privado/empresa e, em seguida, decreta essa diferenciação unicamente por decisão nomeadora, sugerindo uma existência idealizada, apartada tanto da propriedade privada (mercados) quanto da política. Se a etiqueta ONG não é inocente, bem menos inocentes são os que procuram justificar tais entidades através de argumentos angelicais".

O documento de 1999 sinaliza que, durante a década de 90, os governos da América Latina e Caribe têm se comprometido com as reformas educacionais elaboradas pelo Banco, as quais têm como características centrais: "o setor privado e ONGs que prestam serviços educativos, especialmente no nível superior, ajudam a melhorar as escolas estatais" (BM, 1999, p. 38, tradução e grifos meus). As TIC's aparecem reduzidas ao ensino à distância sob o discurso de que as universidades ditas tradicionais deveriam aderir aos "programas de aprendizagem à distância como um meio de abordar problemas de acesso, equidade e eficácia em função do custo, e como meio de ampliar o acesso" (BM, 1999, p. 46, tradução nossa) e, assim, oferecerem melhores resultados para a formação profissional.

Para Lima (2005), o ensino à distância é apresentado como uma estratégia fundamental para a internacionalização da educação superior, a partir das seguintes ações: i) flexibilização e padronização dos currículos; ii) implantação de um sistema de avaliação que estimule a adequação da formação profissional às demandas do mercado de trabalho, e iii) realização de uma gestão empresarial que viabilize as parcerias entre setor público e setor privado.

O EAD atende, dessa forma, às demandas do capital em busca de novos mercados e novos campos de exploração lucrativa, sendo uma estratégia de desqualificação do ensino, na medida em que defende uma formação aligeirada, visando a uma formação de profissionais que aprendam a operar as novas tecnologias, formando assim uma mão de obra barata. Assim, a pesquisa/extensão é reservada aos filhos da burguesia para a formação de dirigentes do projeto burguês de sociabilidade e o ensino à distância aos trabalhadores e filhos dos trabalhadores.

O documento de 1999 reitera, portanto, o eixo central do documento de 1994: diversificar as IES; flexibilizar a gestão e o financiamento das universidades públicas; diversificar as fontes de financiamento (fortalecimento do setor privado); melhorar a qualidade e equidade concebidas como adequação da educação às demandas do capital (BM, 1999, p. 103-104), estratégias que foram elaboradas, difundidas, monitoradas e compartilhadas pelos países periféricos ao longo da década de 90 e que serão aprofundadas no início do novo século como estudaremos a seguir.

No século XXI o Banco Mundial continua dando destaque à preocupação com o "alívio da pobreza" e à coesão social nos países da periferia do capital, reforçando suas políticas apresentadas no documento de 1994 (O ensino superior: As lições derivadas da experiência) para a educação superior dos países periféricos. Essas políticas perpassam os documentos elaborados na década de 1990 e são mantidas nos anos 2000, sendo o documento de 1994 apontado como um "importante parâmetro para a definição de políticas e como referência para a participação contínua do Banco Mundial na educação terciária" (BM, 2003, p. x, tradução

nossa), a partir das seguintes estratégias: a) diversificação das instituições de ensino superior; b) diversificação das fontes de financiamento; c) redefinição do papel do Estado; d) a implementação de uma política de "qualificação" do ensino superior. Como afirma Siqueira (2004, p. 50):

> No final do século XX e início do século XXI, com base no discurso da "sociedade do conhecimento", segundo o qual níveis mais elevados de educação seriam fundamentais para o desenvolvimento e competitividade das nações num mundo globalizado, assim como para contribuir para a coesão social [...], o ensino superior volta a fazer parte das prioridades do Banco. Mas não mais a partir de uma oferta pelo setor público, e sim, para sua abertura como uma área de negócios, ao setor privado internacional e as grandes firmas nacionais a ele associados, que estariam prontos para vender seus pacotes educacionais, consultorias, equipamentos etc.

A CFI, entidade que compõe o Grupo Banco Mundial, é um dos braços do chamado Banco Mundial. Segundo Pronko (2014), a CFI cumpre um papel de destaque entre as organizações responsáveis pela veiculação das parcerias público-privadas em educação na América Latina e no Caribe. Essa intermediação desenvolve orientações para o fortalecimento da educação privada, especialmente a partir do ano 2000, com o objetivo de difundir suas propostas e criando uma rede de especialistas ativistas na elaboração de publicações e produção de eventos, contando com a participação de governantes, políticos, agências doadoras, funcionários de organizações internacionais e acadêmicos.

> A promoção de um marco regulatório adequado para a educação privada tem se tornado uma das tarefas principais da CFI na sua atuação setorial, particularmente com base no modelo de parcerias público-privadas. Desde 2001, a CFI e seus consultores têm publicado uma série de documentos nesse sentido, disponibilizados no sítio da corporação, que conta com uma página específica para orientar os investidores privados (Edinvest), fornecendo ferramentas diversas que servem também de guia para os governos. O *Handbookon PPPs and Education* ("Manual de parcerias público-privadas e educação") constitui uma das publicações pioneiras nesse campo, balizando a orientação e os investimentos desse braço do BM na educação (PRONKO, 2014, p. 102).

A autora destaca que a CFI constitui, hoje, o principal investidor multilateral em educação privada para países da América Latina e o Caribe, que representam o mercado mais promissor, concentrando quase 60% do total de empréstimos para a educação. O Brasil tem um papel de destaque, recebendo 40% do financiamento da região e quase um quarto (23%) do financiamento mundial, como destaca a tabela abaixo.

Tabela 1 – Investimentos da CFI na educação na América Latina (de 2000 até junho de 2012, em milhões de dólares)

País	Setor		Total
	Terciário	Outros	
Antigua e Barbuda	30,00		30,00
Brasil	155,07	44,21	199,28
Chile	56,49		56,49
Colômbia		8,00	8,00
Argentina	19,00		19,00
República Dominicana	20,00		20,00
México	95,55	6,5	102,05
Peru	55,51		55,51
Trinidad e Tobago	5,00		5,00
Uruguai	5,00		5,00
Total	**441,62**	**58,71**	**500,33**
Total mundial			**849,43**

Fonte: Tabela elaborada por Pronko (2014).

Entre as empresas educacionais que a CFI financia no Brasil, tem o maior destaque a Estácio Participações, que recebe metade dos empréstimos concedidos no setor educacional no país; a Faculdade Maurício de Nassau e o Grupo Anhanguera – empresas educacionais controladas por grandes conglomerados financeiros (propagação de aquisições e fusões entre grupos educacionais) que transformam a educação superior em um grande "mercado do conhecimento"[30], reconfigurando a política educacional brasileira.

> Em nome da diversificação das formas de educação superior prefigurada pela nova denominação de educação terciária, o mercado do conhecimento no Brasil se expande ao ritmo do crescimento e expansão do setor privado, cujas bases normativas começaram a ser desenvolvidas no âmbito nacional desde a década de 1990 e receberam um impulso governamental a partir de políticas de transferência de recursos públicos para o setor privado que proliferaram na primeira década deste século. Entretanto, a privatização e a fragmentação da educação superior constituem só a ponta do iceberg da mais recente estratégia do BM para a educação (PRONKO, 2014, p. 105).

Uma importante referência dessas políticas do BM é o documento divulgado em 2003 – "Construir Sociedades de Conocimiento: Nuevos Desafios para la Educación Terciaria" (Construindo a sociedade do conhecimento: novos desafios para a educação terciária). Nesse documento, o Banco apresenta uma nova denominação para a educação superior – "o documento introduz o deslocamento central para passagem: de educação superior à terciária" (BARRETO e LEHER, 2008, p. 423). As chamadas instituições terciárias envolvem os diversos

[30] Neves e Pronko (2008).

tipos de cursos pós-médios e superiores, enfatizando uma educação etapista: primária, secundária e terciária.

Além desse aspecto, nesse documento, o BM destaca novamente a defesa da diversificação das instituições e dos cursos desse nível de ensino dos países periféricos, afirmando que a educação terciária "deve ser mais flexível, diversificada e eficaz, que concorde com as necessidades da economia do conhecimento" (BM, 2003, p. xii, tradução nossa). É nesse contexto que se dá ênfase aos vários tipos de instituições de ensino superior, como os cursos de curta duração, politécnicos, os pós-médios – cursos dentro das empresas para que o trabalhador atenda a demanda/objetivos da empresa, ensino à distância – com incentivo ao uso das TIC's.

> Estão em curso ainda outras mudanças congruentes com a agenda do BM, como a educação à distância, que vive um verdadeiro *boom* neste início dos anos 2000. O BM, a UNESCO e a OMC sustentam seu suposto caráter revolucionário. Ao mesmo tempo, os governos da América Latina e do Brasil em particular apresentam sua regulamentação com vistas à institucionalização dessa "modalidade" de curso. Centenas de novos cursos à distância são criados em ritmo meteórico, em uma desenfreada corrida por novas oportunidades de negócios. [...] O crescimento exponencial das graduações à distância, o esvaziamento do conceito de universidade e a imensa proliferação de diversas instituições radicalmente distintas do "modelo europeu" são partes desse processo. (BARRETO; LEHER, 2008, p. 433).

Considero, nesse sentido, que essas instituições de ensino são direcionadas para os trabalhadores e filhos dos trabalhadores, sob a aparência de ampliação do acesso e de qualificação no nível terciário. A aparência dessas políticas omite a lógica de massificação do ensino, certificação em larga escala, quebrando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (as pesquisas seriam restritas a alguns poucos centros de excelência, sendo essas voltadas aos interesses do mercado).

Na mesma lógica, a educação está a serviço do capital. Para o Banco, "as normas para o estabelecimento de novas instituições, incluindo as privadas e as virtuais, <u>não devem construir barreiras para o acesso ao mercado</u>" (BM, 2003, p. xxv, tradução e grifos meus). Nesse sentido, a maioria das vagas é criada no setor privado para os trabalhadores da periferia do capitalismo, direcionada para formar força de trabalho para o capital. O discurso do Banco Mundial para garantir a coesão e "alívio da pobreza" nos países periféricos, bem como para criar campos de exploração lucrativa para o capital, especialmente através dos provedores internacionais de "serviços educacionais", fica evidente na seguinte afirmativa:

> [...] i) alianças sub-regionais com outros pequenos Estados visando estabelecer uma universidade regional em rede; ii) instituições de educação terciária centradas estrategicamente especializadas em atender uma proporção limitada dos requerimentos da nação em termos de habilidades humanas cruciais; iii) alianças negociadas mediantes <u>franquias entre o governo nacional e provedores externos de educação terciária</u>; e iv) prestação do serviço de <u>educação a distância</u> por parte de um <u>provedor internacional</u> reconhecido

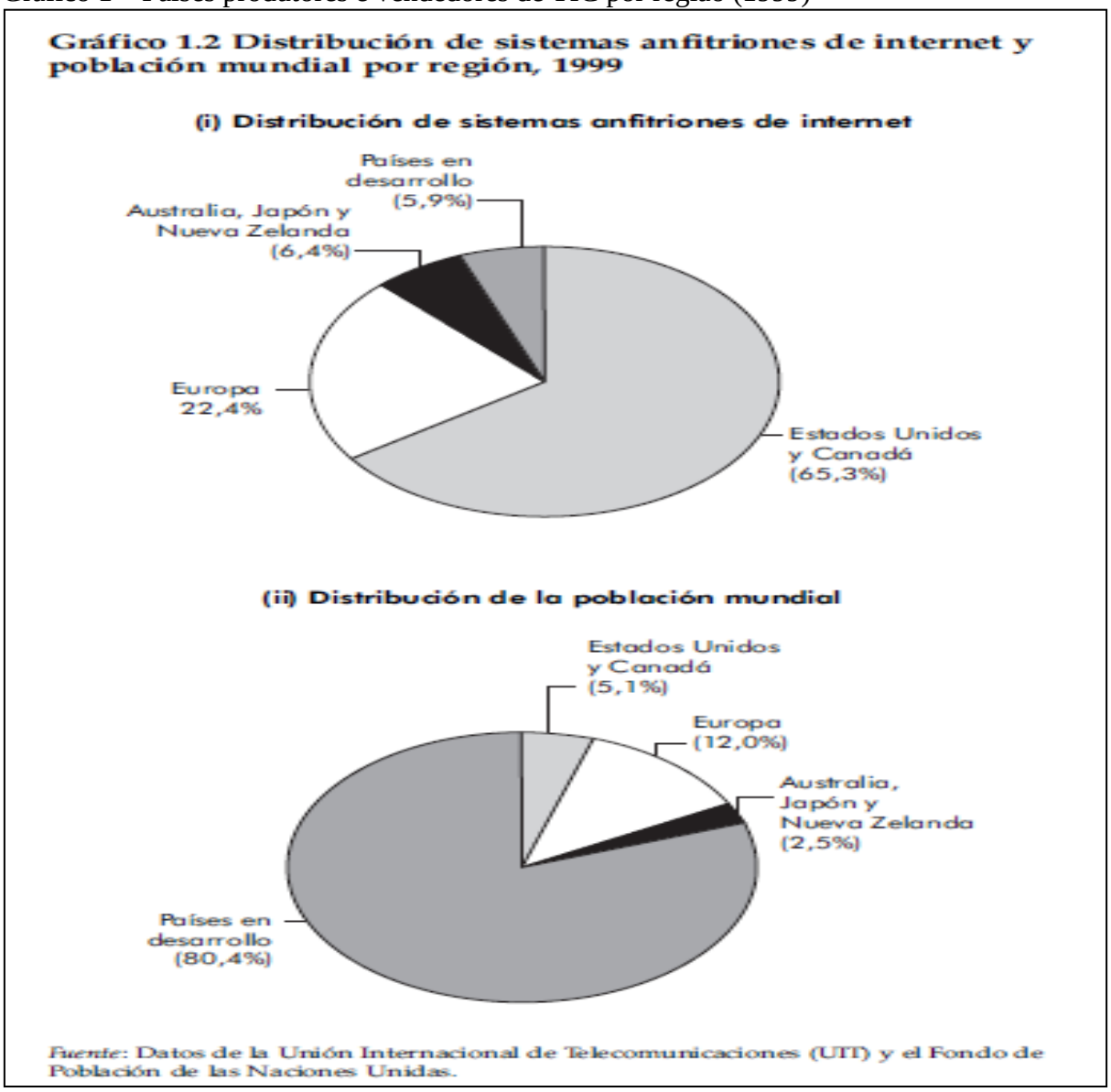
> como resultado de um acordo específico com as autoridades governamentais (BM, 2003, p. xxxi, tradução e grifos meus).

O ensino à distância apresenta-se como elemento central para estratégias de reformulação da educação terciária dos países periféricos. Segundo Lima (2009), esse processo configura um propício "mercado educacional", especialmente para os empresários nacionais e internacionais (estadunidenses e europeus). Para a autora, dois mecanismos devem ser destacados na análise do documento de 2003:

> i) [...] a diversificação da educação via IES públicas e privadas e os cursos (de curta duração, a distância, entre outros), ganha nova racionalidade, na medida em que qualquer curso pós-médio é considerado de nível "terciário" e ii) a ênfase na exportação de "serviços educacionais" para formação de um mercado internacional de "educação terciária", espaço de atuação dos provedores de serviços educacionais, especialmente os "anfitriões da Internet", como EUA, Canadá, Europa, Austrália, Japão e Nova Zelândia, os mesmos signatários dos documentos da OMC sobre a "internacionalização / comercialização" dos serviços educacionais via ensino a distância (LIMA, 2009, p. 10).

A exportação de "serviços educacionais" cria, assim, um mercado internacional de educação terciária. Destaco, para melhor visualização desse processo, os gráficos que constam no documento de 2003, evidenciando a relação entre os países compradores e os países produtores e vendedores das TIC's.

Gráfico 1 – Países produtores e vendedores de TIC por região (1999)



Esses gráficos evidenciam que os países produtores e vendedores de TIC (EUA, Canadá, Europa, Austrália, Japão e Nova Zelândia) correspondem a 94,1% do "mercado mundial" enquanto os países periféricos correspondem a 5,9%. Na relação inversa, temos 80,4% da população mundial consumidora das TIC's nos países periféricos.

Outra importante estratégia prevê a diversificação das fontes de financiamento, como destaquei anteriormente, por meio da participação do setor privado no nível terciário de ensino. Essa política é apresentada novamente nesse documento de 2003, retirando do Estado sua função de oferecer / financiar exclusivamente a educação pública e gratuita, defendendo que as instituições devem "mobilizar recursos adicionais dos estudantes e suas famílias, e estimular doações de terceiros" (BM, 2003, p. 78, tradução e grifos meus), mais um documento que

apresenta mecanismos que orienta a captação de recursos privados, eixos que reforçam a criação de fundo patrimonial. O documento reafirma a estratégia do BM de transformar a educação superior, dita terciária, em um vasto campo de exploração lucrativa para atender à demanda do capital, por meio de cobrança de mensalidade e matrículas aos estudantes, corte de verbas públicas para assistência estudantil (alojamento, alimentação, transportes), concebida pelo Banco como atividade "não relacionada com a educação", como consta no documento (2003, p. xxiv):

> [...] os países que gastam mais de 20% de seu orçamento para educação terciária em atividades não universitárias como, por exemplo, a assistência estudantil possivelmente estarão deixando de investir em materiais pedagógicos, equipes, recursos bibliotecários e outros insumos essenciais para uma aprendizagem de qualidade. (tradução e grifos meus)

A redefinição do papel do Estado também está nesse documento do Banco Mundial pela defesa de que o Estado precisa dividir sua responsabilidade de arcar com o financiamento do ensino terciário por meio da diversificação das fontes de financiamento, via participação do setor privado, pois "a prestação de serviços educativos privados parece ter respondido à falta de capacidade do governo de manter um sistema terciário eficaz" (BM, 2003, p. 79, tradução e grifos meus).

As propostas de privatização e empresariamento da educação estão presentes na política do Banco Mundial para a periferia do capital. Nesse contexto, fica evidente que a educação superior ou educação terciária, conforme expressão do BM, é concebida como um dos principais instrumentos de difusão do projeto burguês de sociabilidade e um promissor campo de exploração lucrativa, especialmente nos países da periferia do capitalismo, a partir da difusão da lógica de educação como mercadoria (*commodity*).

> No contexto educacional, a privatização, a mercantilização e a comodificação crescentes da educação superior foram demandas concretas de uma fração burguesa local, que já possuía sólidos negócios na área. Essa fração, por sua força parlamentar e junto ao bloco dominante, obteve concessões extremamente benéficas para seus negócios: isenções tributárias mesmo para as instituições particulares (com fins lucrativos) estabelecidas pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI) e incentivo permanente à diferenciação das instituições e modalidades de educação superior, naturalizando a sua conversão em educação terciária (LEHER e BARRETO, 2008, p. 434)

A presença empresarial é concebida como determinante para que a educação terciária seja considerada, atendendo aos interesses do mercado. O Banco Mundial orienta o fortalecimento das entidades empresariais a partir da nova pedagogia da hegemonia que se dá com a criação de novos espaços de dominação e a expansão das chamadas ONGs, Fundações e Associações empresariais sem fins lucrativos (Fasfil) no Brasil que difundem a visão de mundo

dominante, sendo uma nova forma de fazer política. Essas alterações, especialmente, no pós-Segunda Guerra, ficam mais evidentes no final do século XX.

Para garantir o padrão compósito de hegemonia inerente aos países capitalistas dependentes, os organismos internacionais do capital têm um papel fundamental atendendo os interesses da burguesia brasileira e internacional. Apresentando novas estratégias de dominação e exploração capitalista e, ainda, garantindo a segurança e legitimidade da ordem vigente, como veremos a seguir.

1.3 **A burguesia brasileira e o pacto de dominação no capitalismo dependente**

Marx (2008), ao analisar a estrutura da sociedade capitalista, demonstra uma totalidade conflitante, e não um todo homogêneo – essa forma de sociabilidade é, necessariamente, contraditória e envolve a disputa de interesses do capital e do trabalho. A análise sobre a burguesia brasileira e o pacto de dominação conduzido pelo imperialismo constitui um tema crucial para compreender os dilemas e desafios que atravessam a educação superior no Brasil, especialmente, a pauta dos fundos patrimoniais. No diálogo com Florestan Fernandes – sociólogo, intelectual-militante, socialista, marxista – é essencial compreender a dinâmica das lutas de classes no Brasil e o papel da burguesia brasileira no cenário mundial.

Segundo o autor, não devemos "pensar a história brasileira segundo esquemas repetitivos da história de outros povos, em particular da Europa moderna", pois não vivemos no Brasil uma "repetição deformada e anacrônica da história daqueles povos" (FERNANDES, 2005, p. 37). Nessa linha de investigação, os estudos de Florestan Fernandes nos ajudam a identificar a essência das transformações históricas de desagregação do regime escravocrata-senhorial (expropriação fundada no latifúndio e no trabalho escravo) e a formação da sociedade de classes no Brasil.

Florestan Fernandes contou com a influência do conjunto da obra de Marx/Engels, Lênin (1916) e Trotsky (1977) na construção do conceito de capitalismo dependente enquanto uma expressão da lei do desenvolvimento desigual e combinado, buscando compreender as particularidades do sistema capitalista no Brasil que não se expande da mesma forma que nos países hegemônicos.

Essa premissa é fundamental para se compreender os elementos estruturantes do regime capitalista no Brasil e suas particularidades para enfrentar os desafios do capitalismo

contemporâneo e construir um novo projeto de sociabilidade. As contradições do sistema capitalista expressam o movimento histórico da luta de classes. “O capitalismo não é apenas uma realidade econômica. Ele é também, e acima de tudo, uma complexa realidade sociocultural, em cuja formação e evolução histórica concorreram fatores extra-econômicos” (FERNANDES, 1968, p. 21). As influências estruturais e dinâmicas da ordem social global e expansão do capitalismo no Brasil ocorrem por meio do padrão de dominação externa – de fora para dentro, mas conduzidos pela burguesia local, de dentro para fora.

> [...] No caso brasileiro, a burguesia se moldou sob o tipo de capitalismo competitivo que nasceu da confluência da economia de exportação (de origens coloniais e neocoloniais) com a expansão do mercado interno e da produção industrial para esse mercado (realidades posteriores à emancipação política e condicionantes de nossa devastadora “revolução urbano-comercial”). No entanto, a burguesia atinge sua maturidade e, ao mesmo tempo, sua plenitude de poder sob a irrupção do capitalismo monopolista, mantidas e agravadas as demais condições, que tornaram a sociedade brasileira potencialmente explosiva, com o recrudescimento inevitável da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento. Em consequência, o caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa apurou-se e intensificou-se (processo que, sem dúvida, continuará, mesmo que encontre formas eficientes de dissimulação, como sucedeu com a dominação senhorial no Império) (FERNANDES, 2005, p. 258).

Quase todas as nações da América Latina, durante pelo menos três séculos, experimentaram o sistema básico de colonização e de dominação externas. Em consequência, o tipo de capitalismo constituído na América Latina ocorreu por meio da combinação da exploração da força de trabalho entre a “modernização do arcaico” e “arcaização do moderno”. Foi a partir do antigo sistema colonial que a colonização e a dominação externa foram constituídas na América Latina, apresentando um duplo fundamento: legal e político de dominação.

> [...] Em termos sociológicos, os fundamentos legais e políticos dessa dominação colonial exigiam uma ordem social em que os interesses das Coroas e dos colonizadores pudessem ser institucionalmente preservados, incrementados e reforçados, sem outras considerações. Isso foi conseguido pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão [...]. Sob tais condições societárias, o tipo legal e político de dominação colonial adquiriu o caráter de exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção, para o benefício das Coroas e dos colonizadores (FERNANDES, 1975, p. 13).

As particularidades da expansão do capitalismo no Brasil ocorrem de maneira desigual e combinada – significa exploração da força de trabalho e novas maneiras de extrair mais valor – a partir de análises marxistas, entende-se o capital como relações sociais que abrangem o campo político, econômico, social e ideocultural.

Os interesses particulares da burguesia local sempre estiveram articulados aos interesses dos países hegemônicos por meio da institucionalização do poder e exploração da classe trabalhadora. Nesse sentido, a burguesia brasileira articula o arcaico e o moderno, sendo a

mentalidade burguesa forjada a partir da mentalidade do senhor rural (aburguesamento do senhor rural). Para Fernandes (1975), é necessário compreender a questão de renda, prestígio e poder.

> [...] o capitalismo transformou-se, através da história, segundo uma velocidade demasiado acelerada para as potencialidades históricas dos países latino-americanos. Quando uma determinada forma de organização capitalista de economia e da sociedade era absorvida, isso ocorria em consequência de uma mudança da natureza do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos, e novos padrões de dominação externa emergiam inexoravelmente. Por outro lado, uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados (FERNANDES, 1975, p.11).

Essa base teórica aponta para a superação das leituras "etapistas" e "dualistas" da expansão do capitalismo no Brasil. A dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e a hierarquização planetária incidirão na formatação do capitalismo dependente. O imperialismo estabelece a relação dos países hegemônicos pela expropriação das riquezas nas colônias. Nesse sentido, o crescimento econômico e a dependência formam a base do capitalismo dependente e isso ocorre porque os "adeptos mais ardorosos do 'desenvolvimentismo' ignoram os laços que os prendem indissociavelmente aos dinamismos econômicos, socioculturais e políticos externos e trabalham por novas alternativas de incorporação dependente" (FERNANDES, 1975, p. 88 e 89), causando um imenso vazio histórico e político.

A revolução burguesa no Brasil aconteceu, portanto, de forma diferenciada da "revolução burguesa clássica". No país de capitalismo dependente, Fernandes (2005) caracteriza como contrarrevolução o processo de revolução burguesa no país, que não possui um caráter revolucionário de rupturas com o antigo regime. O autor não acredita que houve uma crise no poder oligárquico, e sim "uma recomposição das estruturas do poder" que configurarão, historicamente, a dominação e o poder burguês, dando início à modernização conversadora no Brasil que separa a "era senhorial" da era "burguesa". Assim, a burguesia brasileira se constituiu, historicamente, uma força social naturalmente reacionária e ultraconservadora, seguindo a tradição do mandonismo oligárquico com conciliação pelo auto sem participação das classes subalternas. Kátia Lima (2017), descata que,

> [...] Florestan Fernandes aborda, em A revolução burguesa no Brasil, como a burguesia brasileira atua de uma forma diferenciada, em termos do padrão burguês "clássico" de revolução burguesa. Na medida em que a conformação da ordem capitalista no Brasil não implicou uma ruptura com a ordem rural, mas foi sendo efetivada a partir de um conjunto de composições; por um lado, entre os estratos sociais de origem oligárquica e os emergentes interesses industriais e financeiros e, por outro, com os países imperialistas, a burguesia não assume seu papel como "classe revolucionária". Sua ação estará circunscrita a estas composições e à aceleração do padrão dependente de desenvolvimento (LIMA, 2017, p.97).

Quando é pressionada em suas contradições, reage com extrema intolerância[31]– especialmente em relação ao movimento operário autônomo e à pressão sindical, fazendo da repressão do proletariado um eixo condutor da Revolução Burguesa no Brasil.

Fernandes (2005, p. 243) afirma que um dos elementos essenciais para compreender o pacto de dominação burguesa no Brasil é o significado da dimensão autocrática da dominação burguesa. "Entre as elites das classes dominantes havia um acordo tácito quanto à necessidade de manter e de reforçar o caráter autocrático da dominação burguesa, ainda que isso parecesse ferir a filosofia da livre empresa, as bases legais da ordem e os mecanismos do Estado representativos".

A burguesia não tem como objetivo promover a "modernização" na forma universal, pois o processo de aburguesamento do senhor rural tendeu a secularizar suas concepções políticas, ainda que articulado à urbanização do seu estilo de vida. No Brasil, não tivemos uma burguesia em conflito com a aristocracia agrária, ocorrendo, dessa forma, a restauração das velhas estruturas de poder.

> [...] Foi graças a esse giro que velhas estruturas de poder se viram restauradas: o problema central tornou-se, desde logo, como preservar as condições extremamente favoráveis de acumulação originária, herdadas da Colônia e do período neocolonial, e como engendrar, ao lado delas, condições propriamente modernas de acumulação de capital (ligadas à expansão interna do capitalismo comercial e, em seguida, do capital industrial). Aí se fundiram, como vimos anteriormente, o "velho" e o "novo", a antiga aristocracia comercial com seus desdobramentos no "mundo de negócios" e as elites dos imigrantes com seus descendentes, prevalecendo, no conjunto, a lógica da dominação burguesa dos grupos oligárquicos dominantes. Essa lógica se voltava para o presente e para o futuro, tanto na economia quanto na política. À oligarquia a preservação e a renovação das estruturas de poder, herdadas no passado, só interessavam como instrumento econômico e político: para garantir o desenvolvimento capitalista interno e sua própria hegemonia econômica, social e política. Por isso, ela se converteu no pião da transição para o "Brasil moderno". Só ela dispunha de poder em toda a extensão da sociedade brasileira: o desenvolvimento desigual não afeta o controle oligárquico do poder, apenas estimulava a sua universalização (FERNANDES, 2005, p. 246-247).

O pacto de dominação burguesa movimenta tensões intra e entre burguesias e a classe trabalhadora. Segundo Florestan Fernandes, a expansão do capitalismo no Brasil ocorre dentro de um circuito fechado de dominação entre e intra burguesia na produção da desigualdade e na exploração da força de trabalho. A burguesa brasileira conduz à criação de novas estruturas de poder e associa-se, conscientemente, à burguesia internacional para privilegiar seus interesses comuns, econômicos, políticos e socioculturais. Assim, limita ao extremo a participação da classe trabalhadora e a construção de uma "revolução contra a ordem", que nega o capitalismo e oferece uma alternativa real ao padrão dependente de expansão capitalista. Esse conceito

[31] As rebeliões operárias de 1910 e 1920 foram duramente reprimidas – "foram silenciadas pelo poder de dissuasão da burguesia e pela repressão policial" (FERNANDES, 2005, p. 248).

indica a superação do sistema capitalista e construção do socialismo, que só será realizado por meio das lutas políticas populares e radicais, de orientação socialista.

Segundo Fernandes (2018), toda sociedade de classes possui reivindicações políticas, econômicas, sociais, culturais, jurídidas e de "transformações estruturais" como a revolução agrária, revolução urbana, revolução demográfica, revolução democrática, revolução nacional, ou seja, transformações que o autor reconhece como "revolução dentro da ordem", que ocorreram nas sociedades capitalistas "clássicas" ou "atípicas". No Brasil, nem as pautas que potencializam a expansão da ordem burguesa acontecem. A "revolução dentro da ordem" no país capistalista dependente "possui um conteúdo bem distinto do que ela assumiu na órbita histórica dos países capitalistas centrais. As classes burguesas não se propõem às tarefas históricas *construtivas*, que estão na base das duas revoluções, a nacional e a democrática" (FERNANDES, 2018, 15).

Essa subordinação está articulada aos próprios interesses da burguesia brasileira em reproduzir relações de dominação e exploração sobre a classe trabalhadora. No caso brasileiro, representa o que Florestan Fernandes chama de "casos estratégicos". O autor afirma que a burguesia brasileira conseguiu organizar o processo de industrialização e assinala a importância da burguesia local, ainda que de forma subalterna a capitais externos, coparticipando do capital internacional.

O processo de subordinação consentida da burguesia brasileira apresenta-se com faces diferentes. Há alterações jurídicas entre as relações das burguesias locais e internacionais, mas permanecem as relações de poder. O capitalismo dependente conduz um processo de modernização conservadora que mantém a posição heteronômica, e que se redefine ao longo da história, pois,

> Está claro que essa condição se altera continuamente: primeiro, se prende ao antigo sistema colonial; depois, se associa ao tipo de colonialismo criado pelo imperialismo das primeiras grandes potências mundiais; na atualidade, vincula-se aos efeitos do capitalismo monopolista na integração da economia internacional. Ela se redefine no curso da história, mas de tal modo que a posição heteronômica da economia do País, em sua estrutura e funcionamento, mantém-se constante. O que varia, porque depende da calibração dos fatores externos envolvidos, é a natureza do nexo de dependência, a polarização da hegemonia e o poder de determinação do núcleo dominante (FERNANDES, 1968, p. 26).

O traço colonial permanente é, assim, redefinido no curso da história a partir da ruptura com o antigo sistema colonial e a preservação das funções extracapitalistas. A burguesia brasileira se constitui de forma tosca, violenta e ultraconservadora, demandando uma modernização conservadora na condução da transplantação de modelos internacionais de

sociabilidade, que se dá a partir da disputa entre as frações da burguesia sem atingir, entretanto, o pacto de dominação estabelecido.

> [...] As classes altas passam a resguardar o privilegiamento de sua posição como se ele devesse ser natural, eterno e sagrado. Omitem-se ou opõem-se sistematicamente, pela violência onde se torna conveniente, à institucionalização e à fruição das formas de equidade, que garantem à ordem social competitiva um padrão de equilíbrio dinâmico capaz de assegurar as classes sociais com interesses econômicos divergentes ajustamentos normais através de acomodação ou de conflito. O regime de classes assume, pois, como conexão histórico-social do capitalismo dependente, uma dimensão peculiar. Adapta-se normalmente, em termos funcionais, a iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática, reconhecida ou disfarçada, à categoria de estilo de vida (FERNANDES, 1968, p. 82-83).

Para Florestan Fernandes, é nesse contexto que se consolida um projeto de expansão do capital subordinado aos países hegemônicos, com políticas de segurança viabilizadas pelo Estado, apresentando como expressão a forte centralização do poder pelo Estado brasileiro e que realiza acordos com a burguesia internacional para: 1º) estabelecer alianças com o capitalismo financeiro internacional, interessada em ampliar seu capital; 2º) reprimir a participação e a organização da classe trabalhadora; 3º) reconfigurar o papel do Estado como instrumento do poder burguês para que o capital internacional circule no país com segurança.

Os países centrais necessitam de parceiros fortes nos países periféricos para consolidar seu projeto de sociabilidade burguesa. Sendo assim, a burguesia brasileira possui certo grau de autonomia relativa para negociar os termos da dependência estabelecida. O avanço do socialismo no cenário mundial é um dos elementos fundamentais utilizados pela burguesia para negociar com os países centrais a incorporação do Brasil aos seus dinamismos.

> Quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de "parceiros sólidos" na periferia dependente e subdesenvolvida – não só de uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa. [...] depois da Segunda Guerra Mundial, ao entrar numa era de luta pela sobrevivência contra os regimes socialista, tais nações passaram a depender das burguesias nacionais das nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas para preservar ou consolidar o capitalismo na periferia (FERNANDES, 2005, p.342, grifos meus).

O Estado burguês tem um papel central nas políticas de defesa do projeto burguês de sociabilidade, pela estruturação de um arcabouço político e jurídico, isto é, para Florestan Fernandes (1968), o padrão de dominação é conduzido por meio do "cálculo capitalista" do agente econômico privilegiado. Sendo assim, analisar a contradição é perceber que existe um projeto hegemônico que conduz o pacto sagrado entre as frações burguesas entre e intraclasses – a "sagrada aliança", resultando na união da burguesia como classe.

O capitalismo avança a partir dos elementos estruturantes e dinâmicos na sociedade de classes. Para Fernandes (1975, p. 57), o capitalismo dependente "está preenchendo cada vez melhor as funções que lhe cabem, ao promover o crescimento econômico capitalista sob o mencionado padrão de acumulação de capital e a forma correspondente de sobre apropriação repartida do excedente econômico".

É necessário compreender, portanto, que o capitalismo se apropria da riqueza socialmente produzida, modificando-se ao logo do tempo, e esse processo rebate diretamente na política educacional. Florestan Fernandes (1975) evidencia que a industrialização brasileira se desenvolve de forma subordinada aos interesses políticos, econômicos e socioculturais à Europa, posteriormente, aos EUA. Dialogando com o referido autor, Lima (2019, p. 13), destaca que este processo

> [...] evidencia como os padrões de dominação externa estão associados à submissão consentida da burguesia brasileira. Não devemos, portanto, entender a burguesia brasileira como uma burguesia fraca, mas que possui certo grau de autonomia relativa para negociar os termos da dependência estabelecida com os países imperialistas, pois esses necessitavam e necessitam, na atualidade, de parceiros fortes na periferia do capitalismo para consolidar o seu projeto hegemônico.

Lima (2019) destaca que, para fundamentar a análise do caráter ultraconservador da burguesia brasileira como um traço constitutivo de sua dominação de classe, é necessário recuperar os conceitos de capitalismo dependente, padrão compósito de hegemonia burguesa, expropriação dual do excedente econômico e contrarrevolução preventiva – sendo estes elementos analíticos centrais para a compreensão da contrarrevolução burguesa em curso no Brasil.

As frações burguesias no Brasil integram-se ao imperialismo de forma subalternizada, concomitantemente, aos setores mais arcaicos da economia brasileira. Esse processo Lima (2017), com base na obra florestaniana, caracterizou como uma submissão consentida, que estabelece o padrão compósito de hegemonia burguesa e conformando o padrão dual de expropriação do excedente econômico. Segundo a autora, essa perspectiva apresenta duas faces de um mesmo projeto de dominação: a riqueza produzida pelas classes trabalhadoras é partilhada entre burguesia internacional e burguesia local.

Os pactos de dominação entre frações da classe dominante apontam elementos históricos, mas, principalmente, apresentam as características da burguesia brasileira: "submissão consentida ao capital internacional; negociação com camadas conservadoras internas e a luta por seus interesses particularistas, que só fazem aprofundar nossa dependência em relação aos países centrais do capitalismo e ampliar, internamente, a desigualdade econômico-social" (LIMA, 2017, p. 95).

Florestan Fernandes realiza uma ampliação ao conceito marxista de contrarrevolução burguesa, apreendendo a contrarrevolução como um processo permanente e prolongado. O autor caracteriza a contrarrevolução de duas formas: a quente – "expressa uma ação violenta, associada ao regime burguês-militar e ao Estado autocrático burguês"; e a frio – "forma de identificação da contrarrevolução burguesa está articulada com a existência de 'fases seguras e construtivas da contrarrevolução'" (LIMA, 2017, p. 97). Segundo a autora, as ações contrarrevolucionárias "a frio" demonstram,

> [...] a capacidade da burguesia brasileira de alargamento da participação política dos trabalhadores, sem colocar em risco a essência da exploração/dominação capitalista. Para a realização das ações contrarrevolucionárias, a burguesia brasileira adotou uma estratégia de contrarrevolução preventiva e prolongada na qual três aspectos foram fundamentais: (i) estabelecer um pacto de dominação entre as frações da burguesia (em sua dupla face: brasileira e internacional); (ii) construir alianças com a burocracia sindical e partidária da classe trabalhadora; e (iii) limitar as lutas dos trabalhadores à ação constitucional e parlamentar, estimulando o aburguesamento das suas burocracias sindicais e partidárias.

O processo de modernização dependente ocorre, dessa forma, direcionado pelos países hegemônicos que substituíram um colonialismo arcaico por processos políticos indiretos, o que Florestan Fernandes (1975), destacou como o novo imperialismo, que promovia um padrão de modernização ao mesmo tempo intensivo, extensivo e exigente de transplantação de modelos de técnicas e valores econômicos, políticos, ideocultutais e sociais. "O abuso econômico e social se casa com o abuso político, proliferando uma modalidade de modernização dependente que atinge os níveis mais profundos da consciência da pessoa e do controle ativo dos dinamismos da sociedade de massas" (p. 135).

Em um país de capitalismo dependente, cuja formação social colonial é caracterizada pela aliança da burguesia local com o imperialismo, fica evidente o caráter autocrático do Estado. O Estado, enquanto um instrumento da burguesia, se reorganiza a partir da concentração e a militarização do poder político estatal, assim como pela reorientação da política econômica. Responde à crise política e econômica interna e externa por meio da reorganização do padrão de dominação externa, como uma nova forma de submissão ao imperialismo.

No Brasil, não há projeto de nação e de democracia, a forma autocrática do Estado é estrutural, constituindo-se um problema crônico de hegemonia e, nos processos dinâmicos, a autocracia pode assumir outras formas de hegemonia, com características particulares de democracia restrita por meio de ações jurídicas e políticas institucionais, que atende aos interesses de dominação burguesa, fazendo com que, pela contrarrevolução preventiva, o Estado brasileiro impeça a revolução dentro e contra a ordem, como analisa Fernandes (2005).

É nesse contexto, o padrão de hegemonia burguesa, que a atuação da sociedade civil empresarial – entidades sem fins lucrativos financiadas por empresas – entram nos terrenos da luta de classes e buscam converter, alterar a direção dessa luta, resultando no processo de conversão mercantil-filantrópica[32] pela generalização das entidades empresariais, conforme a orientação do Banco Mundial. Processos que serão analisados a seguir.

1.4. A generalização dos aparelhos privados de hegemonia empresarial no Brasil

As práticas regidas pela boa vontade por meio da caridade e filantropia atravessam a história da humanidade e estão diretamente ligadas às ações do voluntariado. A caridade é uma prática de origem religosa cristã desde a Idade Média, chegando ao Brasil através da Igreja Católica. A filantropia constitui-se como uma forma de ampliar a caridade cristã para uma prática universal, não só como uma virtude religiosa e sim como uma ação social, que busca fortalecer o reino das virtudes direcionadas ao enfrentamento da "questão social", configurando a origem conservadora de sua expressão.

As múltiplas expressões da "questão social" são oriundas das contradições do modo de produção capitalista que resulta nas desigualdades sociais ou fenômeno chamado de pauperismo[33]. No Brasil, nas duas primeiras décadas do século XX, ocorrem grandes mobilizações da classe operária. Segundo Iamamotto, esse cenário levou o Estado, as frações dominantes e a Igreja a se posicionar sobre a "questão social", encarando o debate da seguinte forma:

> [...] Para a Igreja, "questão social", antes de ser econômico-política, é uma questão *moral e religiosa.* A sociedade é tida como um todo unificado, através de conexões orgânicas existentes entre elementos, que se sedimentam pelas tradições, dogmas e princípios morais de que a Igreja é depositária. Deus é a fonte de toda a justiça, e apenas uma sociedade baseada nos princípios cristãos pode realizar a justiça social. A

[32] Fontes (2010).

[33] Segundo Netto (2007), a expressão "questão social" começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e divulgada até os anos 1850 por críticos da sociedade e filantropos. O fenômeno do pauperismo se expressa, inicialmente, na história da Europa Ocidental que vivencia os impactos da primeira onda industrializante, inicialmente na Inglaterra. "A designação desse pauperismo pela expressão "questão social" relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino, revelassem eles a resignação que Comte considerava a grande virtude cívica e a histórica subsequente haveria sido outra. Lamentavelmente, para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram com sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência *luddista* à constituição das *trade unions*, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como "questão social" (p. 154). A partir desse período, a expressão passa a compor o vocabulário do pensamento conservador.

> intervenção do Estado na "questão social" é legitima, já que este de servir ao bem comum. O Estado deve assim preservar e regular a propriedade privada, impor limites legais aos *excessos* da exploração da força de trabalho e, ainda, tutelar os direitos de cada um, especialmente dos que necessitam de amparo. Mas o Estado não pode negar a independência da sociedade civil. Entre ele e os indivíduos existem os grupos sociais "naturais" (a família, a corporação, a nação etc.), organismos autônomos, mais que mera soma de indivíduos, que limitam a ação dominadora do Estado. A Igreja deve compartilhar com este a atuação diante da "questão social", na tarefa de recristianização da sociedade através de grupos sociais básicos, especialmente a família. Impõe-se uma ação doutrinária e organizativa com o objetivo de livrar o proletariado das influências da vaguarda socialista do movimento operário e harmonizar as classes em conflito a partir do comunitarismo cristão (IAMAMOTO, 2004, p. 18-19).

A pedagogia da hegemonia aposta na implementação de formas de dominação pelo consenso por meio das ações de formação das igrejas, da escola, mídia, entre outros para o enfrentamento às lutas de classes. O pensamento conservador se apropria da expressão "questão social". Essa reconfiguração busca atender aos interesses dominantes de apassivamento das lutas populares.

As reivindicações contra a ditadura nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil apresentavam semelhanças aos fenômenos internacionais, especialmente, o Maio de 1968, na França. Segundo Virgínia Fontes (2010), vale destacar o incremento das lutas estudantis e populares que iniciaram em 1968 com as ações de rua e o aumento de uma sangrenta repressão. É nesse contexto, a partir dos anos de 1970, que o processo de mercantilização da filantropia contribuiu para segmentar o campo popular.

A violência de classes continua e se intensifica por meio de agressões militares e ditaduras contra as lutas populares em diversos países. A violência clássica e as estratégias de convencimento seguem articuladas por meio da "disseminação de verdadeiros exércitos compostos por tanques de pensamento (*thinktanks*)[34]" (FONTES, 2010, p. 14). É nesse contexto que a modernização capitalista fortalece as formas associativas já existentes, os APHs, em sua maioria "ligados aos próprios setores dominantes e expressando interesses corporativos empresariais, uma vez que seletivamente repressiva e autocrática estrangulara as vias de crescimento das entidades organizativas populares" (FONTES, 2010, p. 224-225).

Essas entidades ditas filantrópicas de origem empresarial que se contrapõem às ações filantrópico-caritativas de entidade sem fins lucrativos e defendem a "filantropia de investimento", sob o discurso das "doações"/investimento, contemplam os interesses privados

[34] Tanques de pensamento que capturam intelectuais universitários sem o debate da contradição que compõe entidades empresariais, as chamadas fábricas de ideias.

da grande burguesia de benefícios fiscais e suas formas de expropriações, garantindo sua lucratividade.

É a partir da compreensão Gramsciana[35] de Estado que Virgínia Fontes (2020) pontua o crescimento do ativismo empresarial da grande burguesia na sociedade civil empresarial que está relacionado às alterações do Estado. Essa burguesia empresarial expande sua atividade parlamentar e extraparlamentar, e define a reconfiguração do papel do Estado com o objetivo de controle e eliminação das pautas principais da luta popular.

O espírito neoliberal forma política de expansão do capitalismo, faz parte das tensões intraburguesas no processo de expansão capitalista no pós-1945. Virginia Fontes destaca que esse ultraliberalismo nasce da expansão do capitalismo sob a égide do Estado de Bem-Estar Social, o qual nunca foi internacional, sempre foi limitado ao grupo de países centrais, onde muitos setores populares não tinham acesso aos direitos, sobretudo os imigrantes. Segundo a autora, em alguns países[36], os chamados "anos dourados" do Welfare State conviveram com imposição de ditaduras brutais.

> [...] A violência primordial do capitalismo é permanente e constitutiva: a produção em massa da expropriação, sob formas variadas, em função da escala da concentração de capitais, jamais se reduziu ou "normatizou" em escala mundial. Mais ainda: esse fenômeno não resulta necessariamente de uma coexistência entre países capitalistas ("normatizados") e não capitalistas (primitivos), mas, ao contrario, das formas históricas da expansão desigual do capitalismo, tanto no interior de cada país, quanto entre os países. Todos, porém, respondem crescentemente a uma mesma dinâmica social. Em outros termos, a normalização das relações capitalistas correspondem à expansão sempre mais truculenta de expropriações, tornando normatizada a existência de massas crescentes da população do planeta necessitadas da venda de sua capacidade de trabalho e, deste ponto de vista, disponíveis sem a utilização de coerção direta pelo capital que as explora (FONTES, 2010, p. 64-65).

A tarefa do Estado burguês é intervir para garantir a expansão econômica, o que significa assegurar mais espaço de exploração capitalista (circulação de capitais), assim como o controle político e jurídico sobre a força de trabalho. Segundo Fontes (2018a, p. 30), "as novas e terríveis formas de extração de valor reconstituídas com as novas expropriações, acrescidas do já conhecido pesadelo do desemprego, reforçam a urgência da venda da força de trabalho para os trabalhadores, abalando suas organizações". Como bem destaca a autora, é necessário enfrentar as novas faces do capitalismo contemporâneo que envolvem características neoliberais, mas uma das mais importantes seja o avanço decidido sobre a expropriação de

---

[35]. Gramsci considera que o Estado é composto de sociedade civil e sociedade política, e que sociedade civil é arena de lutas de classes. Portanto, falar de sociedade civil inclui empresários e lutas que nasce no campo da sociedade civil e vão ter efeitos na configuração do Estado. Iremos dedicar atenção especial à atuação empresarial no âmbito da sociedade civil. A leitura cotidiana de sociedade civil na mídia e na maior parte dos textos é uma leitura liberal que contrapõe sociedade civil e Estado.

[36] A autora destaca alguns casos como no Oriente Médio, América Latina, especialmente, na América Central, na própria Europa (Grécia, Portugal e Espanha), e na Ásia (sendo mais duro o caso da Indonésia).

direitos que é uma forma peculiar, tão capitalista quanto é a expropriação da terra para os camponeses. Os APHs empresariais têm um papel central nesse processo.

O estudo de René Dreifuss sobre o que ele chamou de sociedade civil empresarial (1987) analisa a participação das diversas entidades associativas empresariais no Estado e na política brasileira, no período da ditadura empresarial-militar, que atuaram diretamente nos trabalhos da Constituinte, e muitas delas com atuação nos anos 2000[37] – como analisa Casimiro (2018). Destaca que as organizações empresariais existentes antes do golpe de 1964 contavam com o apoio político-financeiro das entidades estadunidenses por meio de vínculos com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)[38] – centros de estudos que foram centrais para atacar as lutas democráticas. O autor busca a gênese dessas entidades empresariais para localizar suas origens anglo-estadunidenses, e o papel que estas exercem no Brasil e como estão organizadas politicamente, constituindo uma guerra entre as classes até os dias de hoje.

Para Dreifuss (1989), o processo de reconfiguração das entidades empresariais com atuação parlamentar e extraparlamentar buscava combater a expansão de lutas populares. No Brasil, quando a maioria da população exigia direitos legítimos, as grandes empresas e corporações passavam a atuar nas arenas de luta, preparando-se para uma espécie de guerra permanente contra qualquer conquista popular. Casimiro (2018) avança nas análises da nova direita no Brasil, mostrando como tal guerra de classes continuou a ser travada no regime formalmente democrático.

O autoritarismo de Estado é um traço constitutivo do capitalismo dependente, conforme analisa Florestan Fernandes. As duas décadas da ditadura empresarial militar no Brasil foram de contrarrevolução burguesa a quente. Após esse período, os setores dominantes (as

[37] A pesquisa desenvolvida por Flávio Casimiro (2018) avança nas análises sobre as estratégias de atualização dos mecanismos de dominação de classe no Brasil entre 1980 e 2014. Segundo o autor, esse processo de reorganização da burguesia "teve como sustentáculo fundamental a estruturação de uma multiplicidade de aparelhos privados de hegemonia formuladores de projetos de poder e difusores da ideologia de mercado" (CASIMIRO, 2018, p. 17).

[38] Ação democrática é etiqueta estadunidense para contraatacar as lutas democráticas. IBAD era uma agência que recebia recursos diretos dos EUA. O IPES também recebeu recursos dos EUA, mas é criado por uma burguesia brasileira que dá o suporte ao golpe empresarial-militar e ocupa o Estado por meio das entidades representativas do capital. Segundo Dreifuss, essas entidades empresariais constituem-se como um verdadeiro partido da burguesia que atuaram na organização do golpe de 1964. (DREIFUSS, 1987). "A ação da elite orgânica empresarial deve ser considerada como a praxe de um bloco burguês de poder, premeditada e cuidadosamente amadurecida durante vários anos. Trazendo à tona a dimensão orgânica e a dinâmica envolvidas (situação, posição e ação de classe), pode-se perceber e revelar a evidência histórica do emergente bloco de poder multinacional e associado, forjando sua própria forma de Estado. O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter daí para a frente a participação da massa" (DREIFUSS, 1987, p. 230).

associações empresariais, igrejas, partidos, grupos editoriais, entre outros) estavam relativamente organizados.

Os empresários que não sofreram coerção da ditadura empresarial-militar, logo conseguiram se reorganizar. Segundo a historiadora Virginia Fontes (2010), a expressão sociedade civil se difundiu nos anos 1970, de forma tardia na reflexão social brasileira[39] – fortaleceu-se a partir de correlações de forças nesse período e, ao longo dos anos, as entidades empresariais, ditas sem fins lucrativos, ocupam as arenas de disputa no aparelho do Estado, que levam a crescentes processos de privatizações e de parcerias público-privadas nas políticas sociais. Para a autora, os APHs empresariais podem bloquear a participação das organizações das classes trabalhadoras por dentro e fora do Estado.

> Em função do volume de recursos, da sua maior capacidade de organização e de aglutinação, pois muitos se comportam como empresas, com *staffs* e empregados remunerados, os APHs empresariais acedem mais facilmente a posições no Estado, inclusive modificando dispositivos legislativos, e dão caráter 'estatal-legal' a certas elaborações que, voltadas para áreas particulares, corporativas (no sentido de responderem a alguns setores específicos), tornam-se imposições da generalização de tais interesses, como se fossem interesses de todos (FONTES, 2020, p. 20).

Segundo o pensamento marxista, a sociedade civil é um espaço no qual existe vida social. Logo, na concepção adotada nesse estudo, a sociedade civil não se opõe ao Estado, contrapondo o pensamento liberal. Em Gramsci, sociedade civil é lugar da luta de classes, onde se organizam e produzem intelectuais orgânicos das diversas classes e que preparam as classes para o enfrentamento que ocorrem dentro e fora do Estado.

Virgínia Fontes (2018b) afirma que é preciso interrogar o que foi historicamente constituído e expor a correlação dos fenômenos do capitalismo contemporâneo. Destaca também diversos processos que se cruzam: a) crescimento das massas trabalhadoras e vinculação entre formas diversas de extração de mais-valor – coexistência entre trabalhadores com direitos e trabalhadores com escalas variáveis de direitos; b) formato das lutas de classes – lutas com diversas direções (por educação e saúde públicas, transporte, lutas antirracistas, feministas, contra xenofobia, contra discriminação por orientação sexual, lutas sindicais, entre outras); c) configuração dos Estados, que se expandem devido às pressões das lutas sociais e,

[39] Virgínia Fontes destaca que as primeiras publicações de Gramsci no Brasil ocorrem no período pós-golpe de Estado e levaria um tempo para o amadurecimento das interpretações dessa obra. "A longa duração da ditadura – e, em especial, o período no qual vigorou plenamente o AI-5 (1968-1979), um efetivo torniquete adicional jugulando qualquer contestação ou organização de cunho popular, parecia fazer desaparecer do horizonte as características da sociedade civil no sentido vivido por Gramsci, acoplada à socialização da política, ao aumento da participação popular e à democracia. Nesse sentido, as análises sobre as formas da política enfatizaram – como é compreensível – o peso do autoritarismo e da ditadura militar" (FONTES, 2010, p. 223).

especialmente, dos aparelhos privados de hegemonia empresariais por meio da associatividade popular.

> [...] É exatamente para impedir que essa miríade de lutas se unifique contra o capital que se expandiram entidades empresariais sem fins lucrativos, voltadas para o convencimento direto no terreno popular. Seu início remonta às primeiras décadas do século XX, mas no Brasil sua expansão veloz ocorreu após a promulgação da Constituição, em 1988 (FONTES, 2018b, p. 11).

É a partir dos anos de 1980 que a burguesia brasileira busca estratégias para redefinir e atualizar suas bases de dominação e atuação político-ideológica. Casimiro (2018, p. 17) afirma que esse processo de reorganização "teve como sustentáculo fundamental a estruturação de uma multiplicidade de aparelhos privados de hegemonia formuladores de projetos de poder e difusores de ideologia de mercado". Segundo o autor, esse novo contorno de mobilização e articulação representa uma estratégia de reconfiguração das diversas formas de dominação de classe no Brasil.

A transição democrática é consolidada nos finais dos anos de 1980 e início da década de 1990, sem conceber uma ruptura com as forças dominantes da época. Esse processo de reconfiguração da democracia restrita é constitutivo do capitalismo dependente, e na disputa entre projetos antagônicos da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) ocorre um novo modo de organização da burguesia brasileira. Havia novas exigências no processo de expansão do capitalismo contemporâneo.

> [...] Multiplicando-se em uma extensa gama de aparelhos de difusão, os pressupostos da economia de mercado e de valores conservadores e/ou reacionários ganham capilaridade e penetração nos mais distintos meios, adquirindo ressonância em diferentes espaços da vida social, estruturando e inaugurando o que se convencionou chamar de a "*nova direita"* no Brasil (CASIMIRO, 2018, p. 27).

A nova estrutura de dominação burguesa no Brasil vem sendo construída ao longo das últimas décadas com a expansão do capitalismo e o controle ideológico dos "de baixo", resultando nas modificações da gestão política, nos novos padrões de sociabilidade burguesa e na restruturação produtiva.

Em meados dos anos 1980 e início da década de 1990, ocorrem lutas populares acirradas, assim como uma atuação burguesa forte para conter as lutas da classe trabalhadora – aparelhos privados de hegemonia e contra-hegemônico disputando os terrenos de lutas de classes. Segundo Fontes (2010), as ONGs (etiqueta do capital)[40] nascem, no Brasil, das formas organizadas de lutas de classes que vão constituir entidades que compõe a sociedade civil. Essas entidades apresentavam uma modificação nas formas de organização popular, sendo algumas

[40] Entidades que se apresentava como uma grande novidade histórica. A autora lembra que são APHs "e que seu papel, de conservação ou de transformação, deriva de sua atuação orgânica com as classes sociais em luta".

delas protagonizadas por muitos ex-exilados da ditadura empresarial-militar, “apoidas, em sua maioria, em fontes de financiamento internacional, não mais estavam coligados a partidos e a um projeto social e político comum, mas em demandas específicas” (p. 231). Em escala muito reduzida, algumas ONGs anunciavam a tentativa de unificação de lutas anticapitalistas no plano internacional.

A autora também destaca que a dinâmica das lutas de classes dos anos 1980 apontava uma intensa organização das lutas populares a partir de reivindicações e embates sociais que, em conjunto, emplementaram entidades nacionais tais como a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1981; a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983; o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) em 1984 e também ações das pastorais inspiradas na Teologia da Libertação. Esse contexto impulsionou a expansão de APHs com o objetivo de modificar e redirecionar o sentido dessas lutas.

> [...] É esse o terreno social e intelectual do primeiro surto de ONGs – no Brasil, ocorrido na década de 1980. Elas tiveram como solo uma efervescência tanto o chamado “entulho autoritário”, isto é, a legislação arbitrária da ditadura (que só se transforma em 1988, com a nova Constituição), quanto formas variadas de perseguição social (discriminação dos setores populares, alto grau de violência e repressão a todas as formas organizativas, inclusive por segmentos paramilitares), heranças tradicionais aprofundadas durante os anos da ditadura, quanto, ainda, contrapunham-se em muitos casos ao predomínio da lógica capitalista. As ONGs se queriam “originais”, mas nasciam em terreno já ocupado, de um lado pelas entidades empresariais já estabelecidas, de outro por uma variedade de entidades sociais populares embrionárias e de sua imantação pelo tripé então constituído por PT, CUT, MST (FONTES, 2010, p. 234).

As ONGs atraíam pesquisadores universitários (como profissionais)[41] para constituir “educadores” desses movimentos, o que Virgínia Fontes chamou educadores de novo tipo que cumpre um papel segmentador, resultando na crescente profissionalização, transformando o perfil da uma parte da militância e o teor de participação sob o argumento central a defesa da democracia burguesa. Nesse mesmo caminho, a filantropia se intrometia na militância, “nesse deslizamento da ‘luta social’ para estar ‘a serviço de’, desapareceria do horizonte a contradição óbvia entre fazer filantropia militante e ser remunerado por essa atividade” (p. 237).

Essa mudança da forma política no Brasil transplanta os padrões dominantes no cenário internacional de capital-imperialismo e comprometia a concepção de autonomia de classe com perspectivas contra-hegemônicas. Um processo de descolamento do papel das organizações contra-hegemônicas, quando grande parte muda de posição na disputa do fundo público para a

[41] Segundo Fontes (2010, p. 237), a transformação da militância em emprego, “os serviços profissionais prestados poderiam – e deveriam – ser remunerados conforme o mercado, segundo as condições de pagamento dos movimentos sociais ou, caso mais frequente, através da orientação para obtenção de recursos junto a agências financiadoras. Uma nova especialização técnica se introduzia: a de agenciadores de recursos, nacionais e internacionais”.

iniciativa privada, resultando o que Virgínia Fontes chamou de mercantil-filantropização da luta social, que serviu para a segmentação do campo popular.

> A luta atravessava a sociedades civil, através da expansão de aparelhos privados de hegemonia de estilos e escopos variados, cuja proximidade com as classes fundamentais nem sempre era muito nítida – assim como ambivalentes eram as formas de conceituá-la. A expansão das ONGs contribuiria para uma diluição importante do significado do engajamento social e para embaralhar a percepção da real dimensão da luta que se travava. As ONGs – e por extensão, boa parcela do PT – sacralizavam a sociedade civil como momento virtuoso, com o risco de velar a composição de classes sociais em seu interior. [...] A própria democracia seria também idealizada, como o reino de uma sociedade civil filantrópica e cosmopolita, para a qual todos colaborariam, sem conflitos de classes sociais. Para estes, o tema da revolução se esfumaçava num futuro longínquo e, quiçá, almejavam, não fosse mais necessário. A queda do muro de Berlim e, nos anos 1990, o desmonte da União Soviética, traria novos desdobramentos (FONTES, 2010, p. 251, grifos meus).

Nos anos de 1990, intensificam-se os ataques e a retirada dos direitos (em forma de leis) conquistados pela classe trabalhadora. Esse processo foi seguido do controle das burguesias sob a massa crescente de trabalhadores e a expansão de diversos segmentos empresarias e suas entidades representativas (entidades sem fins lucrativos empresariais). Dessa forma, o empresariado brasileiro atua nos terrenos de luta pela disputa das consciências na conformação da expansão do capitalismo, buscando (des)educar essa população a ser trabalhador e trabalhadora sem direitos trabalhistas.

É também em meados da década de 1990 que os organismos internacionais intensificaram sua atenção na sociedade civil. O BID adotou o termo sociedade civil e criou uma Unidade da Sociedade Civil em sua sede, em Washington, que financiou diversas conferências e consultorias em países da América Latina para melhor direcionar e fortalecer a interação entre governos e sociedade civil (concebida como somatório de grupos, indivíduos, igreja, empresas).

Segundo o documento do BM (2000), "Do Confronto à Colaboração - Relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil", as ONGs foram os mais importantes interlocutores do Banco Mundial nas últimas décadas. Incentivado pela Câmara de Comércio Americana do Brasil (AMCHAM) e pela Fundação Kellogg, por meio de estudos e encontros informais, um grupo de fundações privadas ou vinculadas a empresas criou, em 1995, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), em São Paulo, tendo como base o modelo do *Councilon Foundations* ou o Conselho de Fundações, dos Estados Unidos. Fontes (2010, p. 231), destacando que

> [...] A filantropia internacional apoiava diretamente a construção de grande parcela de ONGs, assim como a grande maioria de seus projetos. O que me parece importante ressaltar é o duplo movimento que aqui ocorre: de um lado, intensificava-se a adesão ao formato predominante do capital-imperialismo, de atuação interna e voluntariamente coligada às frentes móveis de ação internacional do capital,

> apagando-se discursivamente a relação capital/trabalho (ou a existência de classes sociais) pela centralização do combate internacional 'comum' contra a pobreza ou pela redução dos efeitos mais deletérios das gritantes desigualdades sociais.

O Banco destaca como importante iniciativa na área empresarial a criação do Instituto Ethos, que tem como principal objetivo promover a "responsabilidade social" junto a empresas, ou seja, fortalecer o empresariamento das políticas sociais. No início dos anos 2000, o BM afirma que "as ONGs podem ser atores institucionais importantes para assegurar um modelo de desenvolvimento efetivo e sustentável em nível local" (BM, 2000, p. 40).

O terreno que as ONGs ocupavam se modifica a partir dos anos de 1990 com a expansão das Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (Fasfil) e grande parte desse crescimento se dá por meio de entidades empresariais. A grande burguesia está diretamente ligada às entidades mercantil-filantrópicas no Brasil – entidades sem fins lucrativos, mas com fins engordativos como caracteriza Fontes (2010) por receberem benefícios fiscais do Estado.

> A sociedade civil é arena de luta de classes e, portanto, do embate entre aparelhos privados de hegemonia e de contra hegemonia no sentido do convencimento, da formação, da educação de quadros, de sua organização segundo objetivos e projetos de classe contrapostos. O papel cumprido pela indistinção que a Abong ajudou a imprimir entre as formas associativas – ONGs ou Fasfil – contribuiu discursivamente para apagar a existência de lutas contra hegemônicas na sociedade civil, que persistiam, e para a destruição de direitos universais recém-conquistados na Carta Constitucional de 1988. Do conjunto desse processo resultou a produção massiva de trabalhadores com escassos direitos, mas mobilizados sob a forma de militância mercantilizada, reiterando-se o apagamento retórico da classe trabalhadora no Brasil. Por esse viés, a Abong chegaria ao século XXI afogada sob entidades e associações similares dirigidas diretamente pelos setores empresariais (FONTES, 2010, 291).

Além disso, esses APHs elaboram o projeto de poder para a expansão do capitalismo, buscando desqualificar qualquer forma de contestação e fortalecendo a formação de consensos. Nesse sentido, as mudanças ocorridas no sistema capitalista no século XXI aprofundam o imperialismo, analisado no início do século XX por Lênin, sob novas roupagens. Cabe destacar que a burguesia no Brasil, país de capitalismo dependente como já apontava Florestan Fernandes, não é uma burguesia fraca – possui certo grau de autonomia relativa, um forte poder econômico, social e político – ainda que de forma subalterna a capitais externos, a burguesia local coparticipa do capital internacional.

> [...] Ao contrário do chavão corrente, as burguesias não são, sob o capitalismo dependente, meras 'compradoras' (típicas de situações coloniais e neocoloniais, em sentido específico). Elas detêm um forte poder econômico, social e político, de base e de alcance nacionais; possuem o controle da maquinaria do Estado nacional; e contam com suporte externo para modernizar as formas de socialização, de cooptação, de opressão ou de repressão inerentes à dominação burguesa (FERNANDES, 2005, P. 344-345).

A coparticipação da burguesia local no capital internacional e na exploração de trabalhadoras/os fora do país foram intensificadas a partir dos anos 2000. A pesquisa

desenvolvida pela Fundação Dom Cabral (FDC), em 2014, apresenta o protagonismo da burguesia brasileira e destaca as empresas mais internacionalizadas do país, que obtêm boa parte de seu faturamento vindo do mercado externo. O ranking foi organizado utilizando como critério o índice de transnacionalidade, analisando os seguintes elementos: quanto da receita total vem do exterior; quanto dos ativos estão fora do país e quantos funcionários a empresa emprega no estrangeiro.

Quadro 1 – Empresas brasileiras mais internacionalizadas

EMPRESAS BRASILEIRAS MAIS INTERNACIONALIZADAS	
Construtora Norberto Odebrecht Fundador: Norberto Odebrecht	O primeiro negócio da Odebrecht fora do país foi aberto em 1979, no Peru. Em 2014, a empresa operava em dezessete países, tendo 65,2% de suas receitas vindas de negócios no exterior, segundo os dados da pesquisa. A empresa possui lá fora 61,2% do total de seus ativos, número que a leva a liderar o ranking das multinacionais mais internacionalizadas do país.
Gerdau (empresa siderúrgica) Fundadores: Hugo Gerdau, João Gerdau	Foi em 1980 que a Gerdau investiu em sua primeira operação fora do país, no Uruguai. Em 2014, a empresa contava com a presença em dezenove países e tem 55% de suas receitas provenientes do mercado externo. Com isso, 46,5% dos funcionários da Gerdau no mundo trabalham fora do Brasil.
Inter Cement (antiga Camargo Corrêa Cimentos) Fundador: Camargo Corrêa	A empresa de cimento Inter Cement, que pertence ao grupo Camargo Corrêa, ocupa o terceiro lugar do ranking por ter quase metade de suas receitas e ativos localizados fora do país. "A empresa se beneficiou nestes últimos anos do forte crescimento de demanda dos países africanos", segundo informações da pesquisa. Por meio de suas fábricas em Portugal, a empresa abasteceu o mercado do continente.
Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S/A Fundador: Marco Stefanini	A consolidação das aquisições internacionais da Stefanini levou a empresa a ocupar a primeira posição entre as empresas com operações fora do país (está presente em 32 lugares) e o quarto lugar entre as mais internacionalizadas. Do total de ativos da empresa hoje, 0,705% ficam no exterior e, do total de funcionários, 46,5% estão fora do país.
Metalfrio Solutions (indústria de refrigeração comercial) Fundadores: Joaquim Caio, Alfredo Brasil	De acordo com a pesquisa, a capacidade da Metalfrio de alavancar a produção nas operações europeias fez com que a empresa faturasse mais fora do país, resultado do aumento de vendas tanto para os clientes tradicionais quanto para os do Oriente Médio e Europa. Entre as empresas que faturam mais de R$ 1 bilhão por ano, a Metalfrio é a mais internacionalizada.
Magnesita Refratários S.A Família Pentagna Guimarães, e presidida atualmente por Octavio Lopes	A Magnesita tem operações em 22 países e 64,4% de suas receitas são provenientes de vendas no mercado estrangeiro. A empresa lidera no quesito de mais ativos no exterior: 75,8% de tudo o que a empresa possui de estrutura está fora do país.
Marfrig Global Foods Fundador: Marcos Antonio Molina dos Santos	A Marfrig começou sua internacionalização por meio de sua primeira subsidiária no Chile, em 2005, e já ocupa o sétimo lugar no ranking geral. Em 2014, 0,628 de suas receitas vinha do mercado externo e 0,521% de seus funcionários estão fora do país, segundo dados da FDC.

JBS S.A Fundador: José Batista Sobrinho	O primeiro negócio da JBS fora do país foi aberto em 2005 na Argentina, mas, em 2014, a empresa foi a que mais teve receitas provenientes do mercado externo: 70,1%. Do total de funcionários da empresa, 47,6% estão no estrangeiro.
Artecola Fundador: Francisco Xavier Kunst	Com 38,4% dos funcionários fora do país, a Artecola expandiu as operações no exterior com a entrada no mercado da Ásia, viabilizada por um novo produto e joint venture com um sócio local, segundo informações do relatório.
IBOPE Inteligência Fundador: Auricélio Penteado	A primeira operação do IBOPE fora do país foi feita na Argentina em 1990. A consolidação dos negócios da empresa na América Latina e o aumento da fatia de participação em empresas parceiras fora do país contribuíram para a empresa estar em décimo lugar no ranking, de acordo com a FDC.
Sabó - Indústria e Comércio de Autopeças Fundador: José Sabó	Também foi pela Argentina que a Sabó começou a operar fora do Brasil, em 2005, segundo dados da pesquisa. Do total faturado pela empresa, 46,6% provêm de negócios fora do país.
Tupy S.A Fundadores: Albano Schmidt, Hermann Metz e Arno Schwarz	A Tupy iniciou sua internacionalização nos Estados Unidos, em 1976 e, hoje, 45,4% das receitas são de operações da empresa conquistadas fora do país.
Tavex[42] Grupo Camargo Corrêa	Foi em 1995, na Argentina, que a Tavex (também controlada pelo grupo Camargo Corrêa) abriu sua primeira subsidiária fora do país, apesar da expansão dos negócios nos Estados Unidos por meio de sua operação no México ter contribuído, fortemente, para a empresa ocupar a décima terceira posição no ranking, segundo a FDC.
Minerva Foods Fundador: Edivar Vilela De Queiroz	A fabricante de alimentos processados Minerva começou sua internacionalização por meio de uma subsidiária aberta no Paraguai em 2008. Hoje é a segunda empresa brasileira com mais ativos no exterior: 74,5%.
Votorantim S.A Fundadores: José Ermírio de Moraes, Antônio Pereira Inácio	A primeira subsidiária internacional da Votorantim foi aberta em 2001 no Canadá: 21 países contavam com uma operação da companhia em 2014.
DMS Logistics Fundador: Dílson Arruda	A DMS Logistcs abriu sua primeira filial fora do Brasil em 2007 nos Estados Unidos. A companhia está entre as cinco empresas mais internacionalizadas do país, com faturamento até 1 bilhão de reais. Recentemente, a fim de expandir suas operações na América Latina, a empresa abriu duas filiais, uma no Chile e outra na República Dominicana. O índice de receita vinda de suas operações no exterior é de 48,7%.
Construtora OAS Fundador: César Mata Pires	A primeira filial da OAS foi aberta em 2005 no Chile. A companhia do setor de infraestrutura tem índice de ativos de 59,9%, vindos de seus negócios no exterior.
BRF S.A (fusão entre Sadia e Perdigão)[43] Fundadores: Atílio Fontana (Sadia), Saul Brandalise (Perdigão)	Presente em dezenove países, a BRF está entre as empresas mais internacionalizadas do país. Em 2008, a companhia, dona das marcas Sadia e Perdigão, abriu sua primeira unidade na Holanda.
Vale S.A[44] Fundador: Getúlio Vargas	A Vale está presente em 27 países e, em 2006, estreou no mercado canadense. A companhia está entre as dez empresas

[42] Tavex, empresa espanhola, torna-se brasileira comandada pelo Grupo Camargo Corrêa. A empresa se fundiu em 2006 com a empresa brasileira Santista Têxtil. Disponível em https://br.fashionnetwork.com/news/tavex-a-empresa-espanhola-torna-se-brasileira,451917.html. Acesso em 30 de janeiro de 2020.

[43] Em maio de 2009, Nildemar Secches e Luiz Fernando Furlan anunciam fusão entre Sadia e Perdigão.

[44] A Vale foi privatizada no dia 06 de maio de 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

	com maior índice de ativos fora do mercado brasileiro, que chega a 51,6%.
Tigre Fundadores: Carlos Roberto Hansen, João Hansen Junior	A empresa começou suas operações no exterior em 1977 no Paraguai. Fundada em 1941, a Tigre possui mais de dez fábricas que operam fora do mercado brasileiro.
Grupo Andrade Gutierrez (construtora) Fundadores: Gabriel Donato de Andrade, Flávio Gutierrez, Roberto Andrade	A Andrade Gutierrez é uma das maiores construtoras do Brasil e possui operações em cerca de vinte países diferentes. O processo de internacionalização da companhia começou nos anos 80, com foco em América Latina, Europa e África.
WEG Fundadores: Werner Ricardo Voigt, Eggon João da Silva, Geraldo Werninghaus	A primeira filial da WEG fora do Brasil foi aberta nos Estados Unidos em 1991. Atualmente, a companhia está presente em 31 diferentes países.
Marcopolo Fundador: Paulo Bellini	A primeira unidade da Marcopolo inaugurada no exterior foi em Portugal no início da década de 90. Atualmente, a companhia possui operações em 25 diferentes países. O índice de funcionários fora do território nacional da Marcopolo é de 0,398%.
CZM Fundador: imigrante Italiano LorisCló (os filhos DalvioCló e Marcos Cló são os proprietários)	A primeira unidade da CZM fora do Brasil foi aberta em 2012 nos Estados Unidos. Embora o processo de internacionalização tenha começado recentemente, a companhia está entre as dez empresas mais internacionalizadas do país com faturamento de até 1 bilhão de reais.
Embraer Fundador: Ozires Silva	A primeira filial da Embraer fora do Brasil foi inaugurada em 1979 nos Estados Unidos. Em 2013, a fabricante de aviões inaugurou uma nova planta no mercado americano para a produção dos Super Tucanos adquiridos pela Força Aérea dos Estados Unidos.
Camil Alimentos Fundador: Luciano Quartiero	A Camil começou seu processo de internacionalização em 2007, com a compra da companhia Saman no Uruguai. Em 2009, comprou, no Chile, a Tucapel. Com essas aquisições, a companhia possui atualmente doze plantas produtivas no Brasil, nove no Uruguai e quatro no Chile.
Alpargatas Fundador: Robert Fraser	A Alpargatas, dona da Havaianas, começou seu processo de internacionalização em 2007, na Argentina. Em outubro de 2008, a companhia adquiriu mais de 60% da Alpargatas Argentina, sua antiga controladora. Em 2013, comprou a totalidade das ações da empresa.
IndusParquet	A IndusParquet, centenária companhia do setor madeireiro, inaugurou sua primeira filial fora do Brasil em 2005 na França. Bem antes disso, no entanto, já exportava seus produtos para diferentes países do mundo.
Construtora Camargo Corrêa	O processo de internacionalização da Camargo Corrêa começou em 1978, com a primeira filial da companhia aberta na Venezuela. Atualmente, a empresa tem operações em mais de vinte países.

Fonte: Revista Exame[45].

[45] Matéria de Daniela Barbosa, Tatiana Vaz no dia 27 de ago. 2014. Disponível em https://exame.abril.com.br/negocios/as-30-empresas-brasileiras-com-mais-negocios-fora-do-pais/.Acesso em 30 de janeiro de 2020.

Embora de forma subalterna, grandes empresas brasileiras investem fora do país, como por exemplo a Vale[46], Odebrecht e a Stefanini, a processadora de carnes JBS, a Camargo Corrêa e a siderúrgica Gerdau. No referido ranking, as empresas que mais possuem franquias fora do Brasil são: Showcolate, a locadora de carros Localiza Rent a Car e a Hering, do setor têxtil[47]. Segundo Fontes (2020,) é nesse contexto que ocorre a expansão dos APHs empresariais internacionalmente, com a junção de setores locais e internacionais.

> O capital passou a atravessar as fronteiras, com a liberação da circulação internacional de capitais, para explorar trabalhadores onde fosse mais conveniente. Promoveu uma enorme centralização e concentração da riqueza cuja contraface vem sendo a explosão de condições degradadas de existência para as grandes maiorias. De maneira concomitante, APHs empresariais se expandiram e se implantaram internacionalmente, agregando setores locais e internacionais (FONTES, 2020, p. 20).

No Brasil, nos anos 2000, visando conter processos de lutas sociais, há uma generalização de entidades empresariais. Essas instituições "não pretendem apenas dirigir a nossa vida social, mas se organizam para uma verdadeira guerra, desde a guerra psicológica, até a ocupação de posições estratégicas no Estado" (FONTES, 2018b, p. 16). A expansão das relações sociais capitalistas aprofunda as desigualdades, e o fortalecimento do discurso da filantropia capitalista constitui a base do processo de reprodução do capital. Porém, o senso comum apresenta a filantropia dos ricos como exemplo a ser seguido para "aliviar" as mazelas recorrentes das ações direcionadas pelos mesmos capitalistas. Fontes (2020) destaca que a característica mais difundida dessa filantropia é a atuação empresarial dita sem fins lucrativos.

> [...] A maioria desses APHs expressam disputas intraclasses dominantes em torno do direcionamento econômico, da definição de políticas públicas e da formação de seus quadros ("lideranças"). Surtos de APHs empresariais "altruístas" também ocorrem quando aumentam as reivindicações populares, visando enquadrá-las; quando agem em ataque concertado aos direitos sociais; ou, ainda, quando a atuação empresarial resulta em aumento brutal das desigualdades sociais, visando a conter as possibilidades de revolta (FONTES, 2020, p. 19).

O gráfico abaixo demonstra a expansão das entidades da sociedade social no Brasil a partir dos anos de 1990 e sua ampliação no século XXI (dos setores populares aos empresariais). Há um crescimento de entidades empresariais com atividades mercantil-filantrópicas financiadas por empresas brasileiras e/ou estrangeiras articuladas ao Estado, desmontando as

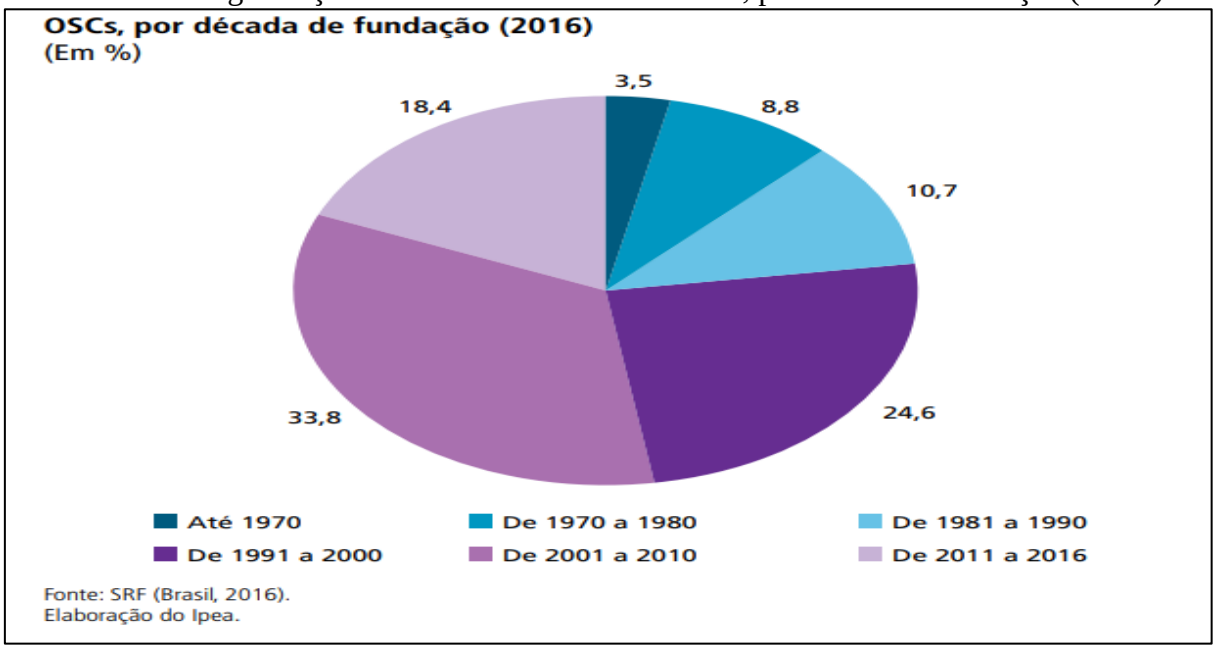
---

[46] Segundo a matéria da revista Exame do dia 27 de novembro de 2019, a mineradora Vale, entre as empresas brasileiras, libera os projetos internacionais. Em 2018, a companhia anunciou o relançamento de um grande projeto de mineração de níquel no Canadá, em um investimento que, sozinho, vai consumir US$ 2 bilhões. No total, a companhia investiu US$ 2,8 bilhões fora do Brasil em 2018. Disponível em https://exame.abril.com.br/negocios/vale-lidera-investimento-de-empresas-brasileiras-no-exterior-em-2018/. Acesso em 30 de janeiro de 2020.

[47] Segundo a matéria da revista Veja do dia 28 de agosto de 2013, a Vale é a empresa brasileira mais internacionalizada do Brasil. Os atingidos pela Vale estão no Brasil, Canadá, África, Europa, América do Sul. Disponível em https://veja.abril.com.br/economia/vale-e-a-empresa-brasileira-mais-internacionalizada-confira-ranking/.Acesso em 30 de janeiro de 2020.

políticas públicas concebidas como direito histórico e pautando a execução de políticas focalizadas no alívio à pobreza. O papel ideológico dessas ações difunde uma concepção de diluição dos antagonismos de classe e reproduzem o projeto burguês de sociabilidade como único horizonte societário possível.

Gráfico 2 - As Organizações da Sociedade Civil no Brasil, por década de fundação (em %)



Fonte: Gráfico elaborado por IPEA (2018)[48]

Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2018) apresentam a criação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no Brasil desde a década de 1970, com a ampliação do movimento das APHs na década de 1990. A expansão ocorre, especialmente, a partir do século XXI, significativamente dos anos 2000 a 2016, totalizando 52%. A pesquisa lançada pelo IPEA sobre o perfil das OSCs, em 2018, destaca que já são mais de 820 mil instituições desse tipo no Brasil: 709 mil (86%) são associações privadas, 99 mil (12%) são organizações religiosas, 12 mil (2%) são fundações e 0,1% configuram-se como organização social, a maioria localizada na região Sudeste.

Os intelectuais orgânicos responsáveis[49] por esse estudo dizem que "ao lado da gestão pública, o setor empresarial privado e as agências internacionais constroem estratégias de

[48] Livro – Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180607_livro_perfil_das_organizacoes_da_sociedade_civil_no_brasil.pdf. Acesso em 25 de janeiro de 2020.

[49] Estiveram à frente desse estudo "a equipe de desenvolvimento do Mapa das Organizações da Sociedade Civil, sob gestão do Ipea, e sua construção envolveu também a colaboração de um grupo de discussão constituído por especialistas no tema vinculados a órgãos de pesquisa, universidades ou coletivos das OSCs. Integraram esse grupo de discussão Aline Souza (FGV/SP), Ana Camila Ribeiro (Ipea), André Degenszajn (Instituto Ibirapitanga), André Vieira (Ipea), Anna Peliano (Ipea), Diana Melo (Ipea), Eleutéria Amora (Abong),

parceria, investimento e formulação de políticas a partir de informações estruturadas sobre o setor" (IPEA, 2018, p. 9). A expansão do movimento das entidades empresariais tem como objetivo (des)educar, formar e enquadrar a classe trabalhadora para uma vida sem direitos. As demandas da classe trabalhadora são apropriadas pelo capital e reconfiguradas, sendo devolvida aos trabalhadores como serviços (para os que podem pagar) ou como benefícios (para alívio da pobreza). Esses APHs da burguesia estão inseridos nas arenas de lutas de classes, atuando em diversas pautas – direcionado, encaminhado ou financiado por entidades empresariais.

> Apenas a categoria de "aparelho de hegemonia" tem alcance suficiente para abrigar as diferentes modalidades organizativas, as tendências diversas que se abrigam no âmbito da sociedade civil, os conflitos que expressam e seu papel nas lutas de classes e na configuração do Estado capitalista. APHs são a expressão de lutas sociais, permeadas pelas condições e posições de classe, por tensões geradas entre sociabilidades diferentes e contrapostas. Os próprios APHs suscitam novas contradições, para além da inserção heterogênea no Estado. Todas as formas associativas – populares ou empresariais – nascem em terreno de lutas, intra e entre classes, e essa correlação é fundamental para identificar os fios que se entrelaçam no extenso novelo de APHs, que é profundamente desigual (FONTES, 2020, p.23-24).

Nesse contexto, a expansão dos APHs expressa o aumento de lutas sociais, indicando novas modalidades de extração de valor e agregando as ações organizadas por APHs empresariais. Tal processo constitui a expropriação de direitos universais a partir das diversas formas de parceiras público-privadas, atuando nas definições de políticas públicas, como uma prática dos últimos governos, sendo que "a esquerda para o capital e direita para o social"[50] compartilham do mesmo horizonte de que a ordem do capital é inalterável. Parte da esquerda convertida à ordem burguesa.

Para o BM, as organizações empresariais são sujeitos importantes para fortalecer o projeto burguês de sociabilidade. Assim, a burguesia busca possibilidades de apoiá-las mais diretamente, defendendo que "muitas delas estejam sendo ameaçadas de cortes ou mesmo fechamento devido à retração das fontes tradicionais de financiamento" (BM, 2000, p. 41). Esse discurso tem como objetivo a disputa do fundo público e busca difundir a criação de fundos patrimoniais (*endowments funds*) para assegurar uma maior sustentabilidade institucional e financeira dessas organizações e, também, a lucratividade do capital rentista.

> As ONGs precisam ser vistas como uma boa opção de carreira e não como estágio passageiro para os que querem seguir carreira no governo ou na universidade. Em termos de orçamento, as ONGs devem criar e diversificar as fontes e desenvolver novas opções internacionais e (principalmente) locais de financiamento junto ao setor privado, governo e organismos multilaterais, assim como partir para outros meios de

Erivelton Guedes (Ipea), Fabricio Bonecini (Ipea), Felix Lopez (Ipea), Francisco Marta (IBGE), Graziela Silva (Gife), Iara Rolnik (Instituto Ibirapitanga), Janine Mello (Ipea), José Carlos dos Santos (Ipea), José Szwako (Uerj), Lais de Figueirêdo Lopes (Ipea), Patrícia Mendonça (USP), Pedro Andrade (Ipea), Silvio Sant'Ana (Fundação Grupo Esquel Brasil) e Vinicius Fonseca (IBGE)" (IPEA, 2018, p. 9).

[50] Neves (2010).

> gerar receitas, como a formação de uma base de filiados que paguem mensalidades ou a venda de serviços. Diversas ONGs e agências de cooperação estão começando a analisar a possibilidade de estabelecerem ***endowments***, ou fundos de investimentos, para financiar ONGs. A ABONG, por exemplo, recebeu financiamento de diversos doadores, inclusive do BID, para explorar a possibilidade de criar uma fundação comunitária no Brasil, voltada para apoiar a consolidação das ONGs (BM, 2000, p. 48 e 49).

Os eixos estruturantes do processo de contrarreforma do Estado brasileiro estão presentes no discurso do Banco em diversos documentos da década de 1990 e nos anos 2000, conforme analisamos. A orientação para o fortalecimento das instituições mercantil-filantrópicas objetiva a busca de novas fontes lucrativas para o capital, por meio das diversas modalidades de parcerias público-privadas, entre elas, os fundos patrimoniais (*endowments funds*) ou fundos de investimentos[51] (o próprio Banco Mundial apresenta os *endowments* como fundos de investimentos).

As parcerias público-privadas no Brasil ocorrem por meio de um regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no artigo 175 da Constituição Federal. Essas "parcerias" intensificaram-se com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), comandado por Bresser Pereira a partir de regulamentações e instrumentos normativos criados no processo da "reforma" administrativa gerencial pública no governo de Fernando Henrique Cardoso, assim também a promulgação das Leis nº 9.637/1998 e nº 9.790/1999 que dispõem sobre a qualificação de entidades como organizações sociais – de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos – como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, instituindo e disciplinando o termo de parcerias público-privadas.

As entidades de direito privado, de interesse social e utilidade pública são criadas para executar atividades nas áreas de assistência social, cultura, educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, meio ambiente, combate à pobreza, direitos humanos, pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico, transportes, entre outros, são considerados serviços não exclusivos do Estado. O período de Bresser Pereira foi muito restrito. A contrarreforma do Estado seguiu nos governos petistas[52], com Lula da Silva e Dilma Rousseff, período em que

---

[51] Veremos no capítulo III que os intelectuais orgânicos, disseminadores da agenda do fundo patrimonial, defendem os *endowments* como um fundo filantrópico e não fundo de investimento.

[52] A classe trabalhadora criou muitas expectativas da ordem vigente em torno da eleição do Lula da Silva em 2002, mas, segundo Falleiros, Pronko, Oliveira (2010, p. 85), o Partido dos Trabalhadores (PT) transmutou-se em uma esquerda nova. "No redesenho de uma direita para o social e de uma esquerda para o capital, o modelo de democracia brasileiro vem se aproximando, nos anos 2000, do modelo de articulação da disputa política e representação de interesses de tipo americano, caracterizado por partidos sem definição ideológica, que atuam como frentes de grupos corporativos, defendendo, na prática, o mesmo projeto de sociedade. Para isso, a nova pedagogia da hegemonia vem também estimulando práticas como o sindicalismo de resultados, em um imbricamento entre os restritos interesses corporativos, particulares, de determinadas categorias profissionais e os interesses mais amplos de manutenção da ordem social capitalista".

ocorreu a expansão das OSCs no Brasil, significativamente dos anos 2000 a 2016, totalizando 52% (IPEA, 2018), seguindo as recomendações do BM.

A sacralização da sociedade civil como momento virtuoso por uma parcela do PT na década de 1980, destacada por Fontes (2010), estava presente no discurso de Lula da Silva no processo eleitoral de 2002. Segundo Dias (2006b), as propostas apresentadas nos programas eleitorais deixavam claro o compromisso com os organismos internacionais e o "laboratório do pacto social", revelavam a articulação com os setores dominates que impediram os avanços sociais pautados pelas classes subalternas. O discurso de Lula da Silva foi absolutamente claro: "o trabalho com os empresários, as ONGs (aquelas que fazem sua ação com o 'coração' – como se as ONGs fossem homogênias), a presença de pessoas ligadas ao mercado nos organismos da política econômica etc" (p. 132).

A crise do capital supõe a refundação do Estado e das relações sociais para que o capitalismo permaneça hegemônico. Para Dias (2006b), esse redesenho das formas produtivas, das classes sociais e institucionalidade como um processo de contrarrevolução preventiva, sendo o articulador o ex-operário e líder sindical que ocupa a Presidência da República. Segundo o autor, esse processo "ultrapassa de longe a possibilidade de revolução passiva. Não se trata apenas de capturar as subjetividades antagonistas, mas de incorporá-las ativamente ao bloco de poder", e a própria burguesia reconhece a necessidade desse aparente paradoxo.

A análise de Kátia Lima (2017), pensando na atualidade a partir da interlocução com Florestan Fernandes, destaca que política de coalizão de classes e a democracia restrita de cooptação dos governos petistas são as manifestações da contrarrevolução preventiva e prolongada no capitalismo contemporâneo.

> Este desdobramento do processo contrarrevolucionário foi possível na medida em que a burguesia brasileira combinou repressão com ampliação da participação política da classe trabalhadora, porém, uma ampliação nos limites de uma igualdade jurídica e política formal que conviveu com o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas. Uma ampliação restrita e conduzida pelas lideranças sindicais e partidárias da classe trabalhadora organizadas no Partido dos Trabalhadores e convertidas à ordem do capital (LIMA, 2017, p. 100-101).

No período 2003/2016, a contrarrevolução "a frio" estava em curso, indicando o discurso de conciliação do inconciliável antagonismo de classe[53]. Assim, a manifestação da

[53] A política de coalizão de classes no Brasil adquire um caráter específico no período de 2003/2016. "Uma ampliação restrita e conduzida pelas lideranças sindicais e partidárias da classe trabalhadora organizadas no Partido dos Trabalhadores/ PT (de Lula da Silva a Dilma Rousseff) em associação, no período de 2003 a 2005, com o Partido Liberal/PL (José Alencar, vice-presidente da República); de 2005 a 2010 com o Partido Republicano Brasileiro/PRB (também com José Alencar como vice-presidente da República) e de 2011 a 2016, com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB (Michel Temer, vice-presidente da República)" (SILVA, MINTO, LIMA, 2019, p. 86).

contrarrevolução preventiva e prolongada no Brasil, nesse momento, adquire características específicas.

Seguindo a mesma perspectiva de FHC, o governo Lula da Silva (2003/2010) apresenta as modalidades de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública para a criação de um novo arranjo normativo (Lei nº 11.079/ 2004) que institui normas gerais para licitação e contratação. Esse arcabouço jurídico é mantido no governo de Dilma Rousseff que cria as leis nº 13.019/2014 e nº 13.204/2015, estabelecendo o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

A plataforma dos APHs por um novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) ocorre em 2010. Laís de Figueiredo Lopes[54] – que atuou de 2011 a 2016 como Assessora Especial do Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República no governo Dilma Rousseff (hoje Secretaria de Governo da Presidência da República) – foi quem conduziu a agenda do MROSC, resultando na promulgação da Lei nº 13.019/2014[55]. Nesse período, houve uma articulação das entidades sem fins lucrativos em conjunto com o Poder Executivo Federal Brasileiro para formular políticas e legislação próprias mais favoráveis à existência das Organizações da Sociedade Civil (OSC).

> No ano seguinte, o governo federal passou a organizar debates sobre a regulação incidente acerca da sociedade civil no Brasil impulsionado pela Secretaria-Geral da Presidência da República ('Secretaria Geral'). Foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial ('GTI'), com participação da sociedade civil indicada pela Plataforma, a partir de sua previsão institucional no Decreto n.º 7.568, de 2011. A coordenação desse processo participativo foi estruturada como uma agenda técnica e política de compromissos intitulada de Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que contava com uma equipe de assessores e consultores especializados (LOPES, 2019, p. 195-196).

Segundo a autora, em novembro de 2011, ocorreu o primeiro encontro para definir a atuação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) durante o I Seminário Internacional do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. O evento contou com a presença de representantes do governo e das OSCs, especialistas e ministros de Estado. Nessa reunião,

---

[54] Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, advogada, sócia de Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueiredo Advogados, e intelectual orgânica que defende o fortalecimento dos fundos patrimoniais no Brasil.

[55] Lei nº 13.019/2014 universaliza alguns benefícios a todas as entidades sem fins lucrativos conforme o art. 84-B. As organizações da sociedade civil farão jus aos seguintes benefícios, independentemente de certificação (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015): I - Receber doações de empresas, até o limite de 2% (dois por cento) de sua receita bruta; II - Receber bens móveis considerados irrecuperáveis, apreendidos, abandonados ou disponíveis, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; III - Distribuir ou prometer distribuir prêmios, mediante sorteios, vale-brindes, concursos ou operações assemelhadas, com o intuito de arrecadar recursos adicionais destinados à sua manutenção ou custeio. Esse último foi revogado pela Lei nº 14.027, de 2020.

vários temas da agenda do capital foram discutidos na mesa de negociações, entre os quais constavam na pauta os Fundos Patrimoniais (*endowments*).

> Na ocasião, temas relevantes sobre a regulação da sociedade civil organizada apareceram na mesa de negociações, gerando diversos estudos e proposições. Foi construído um plano de ação e definidos temas orientadores para a agenda, **sendo os Fundos Patrimoniais - ou endowments** - um deles. A relação de parcerias entre Estado e Organizações da Sociedade Civil acabou sendo considerada uma prioridade para o grupo, em razão do diagnóstico de insegurança jurídica e institucional nessa seara, que demandou um aperfeiçoamento mais urgente, o que resultou na Lei n.º 13.019, de 2014, mais conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (LOPES, 2019, p. 196).

Os APHs empresariais consideram essa etapa importante para a agenda regulatória dos Fundos Patrimoniais apoiada pela Secretaria Geral da Presidência da República por meio do GTI no fortalecimento do tema. O Instituto de Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) participou ativamente e esteve na direção desse processo, como veremos no capítulo III deste estudo. Lopes (2019, p. 196) afirma que os temas debatidos foram: cultura de doação; incremento a fundos; estímulo a doação e incentivos fiscais. "No eixo de incentivos fiscais, o tema da regulamentação de Fundos Patrimoniais foi tratado, também, com a reflexão de articular a autorização de fontes alternativas de recursos de compensação socioambiental imputadas às empresas".

É nesse contexto que, em 2014, foi promulgada a Lei nº 13.019/2014, também conhecida como Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que definiu regras para orientar as relações de parceria entre OSCs e poder público, bem como novas regras comuns para o estabelecimento de parceria público-privada. Está presente no art. 2º, I, "a" da referida Lei, o mecanismo de **Fundo Patrimonial que aparece pela primeira vez na legislação brasileira** e também na Lei nº 13.151/2015, que autoriza a remuneração de dirigentes dessas instituições.

O Decreto Federal nº 8.726/2016, da presidenta Dilma Rousseff, regulamenta a Lei no art. 13.019/2014 no âmbito federal, dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil, e institui a criação do Mapa das Organizações da Sociedade Civil sob a gestão do IPEA, com a finalidade de reunir e divulgar informações sobre as OSCs e as parcerias com a administração pública federal. Esse marco legal intensifica a disputa do fundo público no Brasil que, segundo Behring (2018), o processo de exploração tributária e expropriação apresentam-se da segunte forma:

> [...] o desfinanciamento das políticas sociais, que implica em menos suportes para a reprodução da força de trabalho; e a supercapitalização, que se trata da mercantilização direta de serviços antes públicos, e que passam a ser adquiridos no mercado. Esses são processos inteiramente conectados e por vezes concomitantes, o

> que dificulta sua distinção. Por exemplo, a contrerreforma da previdência estimula fortemente a oferta da previdência complementar aberta (pelos bancos) e fechada (pelos fundos de pensão), e o argumento repetido à exaustão é do peso da previdência no orçamento público e a necessidade de diminuir o gasto público diante da crise, cuja responbilidade recai sobre o setor público (BEHRING, 2018, p. 198).

As entidades sem fins lucrativos contam com renúncia fiscal do Estado, ou seja, a administração pública deixa de arrecadar tributos que seriam destinados às políticas públicas. A renúncia fiscal divide-se em três modalidades: isenções, imunidades e incentivos fiscais. Evilasio Salvador (2015, p. 10) destaca que, das chamadas desonerações tributárias e dos incentivos fiscais, estabelece "um conjunto de medidas legais de financiamento público não orçamentário de políticas públicas (econômicas e sociais), constituindo-se em renúncias tributárias do fundo público, geralmente em benefício das empresas".

Para o autor, as renúncias tributárias permitem a transferência indireta e extra-orçamentária de recursos para o setor privado da economia, os chamados gastos tributários – conceito utilizado pela própria Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) – são desonerações equivalentes a gastos indiretos de natureza tributária. Com base nos relatórios sobre os gastros tributário da RFB, Salvador (2015), destaca que, a partir de 2009, para conter os efeitos da crise econômica mundial no Brasil, o governo Lula da Silva implementou um conjunto de medidas, sendo o cerne dessas ações as renúncias tributárias para favorecer as burguesias brasileiras. O quadro abaixo demonstra como esses gastos evoluíram nos anos posteriores no governo Dilma Rousseff (2010-2014).

Tabela 2 - Gastos tributários de 2010 a 2014: bases efetivas de 2010 a 2012 e projeções para 2013 e 2014

	Estimativa das bases efetivas			Projeção		Variação de 2010 a 2014
Tributos	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**Em %**
Impostos	**101.172.042.728**	**106.233.021.717**	**107.160.077.436**	**112.861.607.378**	**117.843.191.940**	**16,48%**
Imposto Importação – II	3.862.338.054	3.444.387.403	3.442.153.911	3.961.216.566	3.874.656.326	0,32%
Imposto sobre a Renda de Pessoa Física – IRPF	30.150.499.729	32.308.871.312	33.026.387.297	34.375.617.066	37.145.891.434	23,20%
Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ	36.751.983.255	36.475.764.409	38.207.805.846	39.293.781.983	41.302.913.049	12,38%
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – IRRF	5.075.291.827	5.903.514.655	5.562.672.878	6.081.560.824	6.027.167.425	18,76%
Imposto sobre Produtos Industrializados – Operações Internas – IPI-I	20.884.107.034	21.761.883.977	21.266.851.713	23.384.348.261	23.586.904.950	12,94%
IPI-Vinculado	2.702.990.504	2.836.155.107	3.174.434.789	3.718.962.086	3.788.693.672	40,17%
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	1.708.356.509	3.465.603.234	2.443.987.952	2.010.261.228	2.081.351.672	21,83%
Imposto sobre Propriedade Territorial Rural – ITR	36.475.818	36.841.619	35.783.050	35.859.364	35.613.413	-2,36%
Contribuições sociais	**83.273.374.795**	**88.506.209.269**	**106.494.001.408**	**129.654.886.026**	**143.862.904.881**	**72,76%**
Contribuição Social para o PIS-Pasep	8.234.286.663	8.763.224.903	9.885.666.469	11.888.309.718	12.262.831.011	48,92%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	8.328.235.057	8.596.306.619	9.696.125.843	9.936.799.909	9.800.053.523	17,67%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	42.366.860.467	44.874.056.145	50.487.493.643	60.083.559.736	61.646.695.151	45,51%
Contribuição para a Previdência Social	24.343.992.609	26.272.621.601	36.424.715.452	47.746.216.663	60.153.325.196	147,10%
Outros	-	**1.228.318.277**	**1.361.991.951**	**1.396.077.838**	**1.445.065.089**	
Adicional ao frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM	-	1.228.318.277	1.361.991.951	1.396.077.838	1.445.065.089	
Total	**184.445.417.524**	**195.967.549.262**	**215.016.070.795**	**243.912.571.241**	**263.151.161.911**	**42,67%**
Gastos tributários/arrecadação em %	17,52%	16,24%	18,30%	19,84%	23,06%	
Gastos tributários/PIB em %	3,60%	3,68	4,12%	4,51%	4,76%	

Fonte: Elaborado por Salvador (2015).

O autor demonstra que, no último ano do governo Lula da Silva, os gastos tributários alcançaram R$ 184,4 bilhões, ou seja, 3,6% do PIB em 2010. Nos anos seguintes, no governo da Dilma Rousseff, os gastos tributários evolucionam de forma significativa, passando de 3,68% do PIB em 2011 para 4,76% do PIB em 2014, comprometendo 23,06% da arrecadação tributária federal. Destaca também que os dados estão organizados por tributos (impostos e contribuições sociais) e revelam que,

> [...] nos últimos cinco anos, os gastos tributários cresceram 42,67% acima da inflação medida pelo IGP-DI. Chama a atenção que, enquanto as desonerações de impostos

> cresceram 16,48%, os gastos tributários advindos das contribuições sociais (Cofins, PIS, CSLL e contribuições previdenciárias) que financiam a seguridade social tiveram uma evolução de 72,76% em termos reais. [...] Os dados também revelam o acréscimo de R$ 16,7 bilhões nos gastos tributários dos impostos (Imposto sobre a Renda, IPI, IOF e ITR) no período de 2011 a 2014, o que reduz a base do cálculo mínimo dos recursos a serem aplicados na educação (SALVADOR, 2015, p. 15-16).

O crescimento do gasto tributário, no período de 2010 a 2014, na funsão assistência social, foi de 20% acima da inflação, represent 7,49% (2014) do montante dos gastos tributários federais. Essses gastos se deram com os recursos alocados e os benefícios tributários concedidos às entidades filantrópicas e às entidades sem fins lucrativos, que obtiveram R$ 13,2 bilhões (5,3% do montante dos gastos tributários federais em 2014), totalizarando R$ 19,7 bilhões, aproximadamente, 30% do orçamento da política de assistência social.

Para Fontes (2010), todas as entidades sem fins lucrativos possuem fins "engordativos", por receberem benefícios fiscais. Adicionalmente, remuneram suas direções a preço de mercado e têm entidades com *headhunter* (caçadores de dirigentes) para compor a gestão das entidades empresariais. Esses APHs elaboram projetos de poder para a expansão do capitalismo, buscando desqualificar qualquer forma de contestação e fortalecendo a formação de consensos.

As iniciativas de interesse empresarial contam com recursos públicos que podem resultar de acordos, contratos, convênios, entre outros. As empresas lucrativas que dirigem e financiam as entidades ditas sem fins lucrativos podem beneficiar-se das ações de seus APHs. O montante de recursos públicos destinados a tais entidades empresariais pode ter proveniências diversas – isenções federais, estaduais e municipais. O quadro abaixo demonstra as transferências de recursos públicos da União para as entidades sem fins lucrativos (ESFLs).

Tabela 3 – Valores do orçamento da União e das transferências para ESFLs (2001 a 2017)

Valores do orçamento geral da União e das transferências para ESFLs e percentual desta em relação à primeira (2001-2017)

Ano	Despesa executada (R$)	Transferências para ESFL – modalidade 50 (R$)	ESFL no total do orçamento (%)
2001	727.479.257.693	5.130.532.787	0,71
2002	771.878.323.704	4.598.195.802	0,60
2003	743.710.007.680	4.195.105.487	0,56
2004	809.350.694.222	4.250.342.597	0,53
2005	900.748.923.571	5.773.295.795	0,64
2006	972.814.533.344	6.292.904.893	0,65
2007	1.076.447.134.756	6.179.212.976	0,57
2008	1.163.566.813.371	5.628.554.519	0,48
2009	1.242.848.755.162	5.386.957.809	0,43
2010	1.324.427.103.087	6.342.110.963	0,48
2011	1.385.280.423.069	4.948.314.821	0,36
2012	1.454.645.793.265	6.756.235.570	0,46
2013	1.527.750.400.768	8.279.528.387	0,54
2014	1.589.499.212.595	8.349.037.895	0,53
2015	1.592.112.981.875	6.812.604.791	0,43
2016	1.554.280.926.419	4.951.029.112	0,32
2017	1.241.616.092.341	4.332.145.974	0,35
Total	**20.078.457.376.923**	**98.206.110.175**	**0,49**

Fonte: STN (Brasil, 2018b), Senado Federal (Brasil, 2018c), MPDG (Brasil, 2017a) e Rais/MTE (Brasil, 2015).
Elaboração do Ipea.
Obs.: Valores corrigidos para preços de janeiro de 2018 pelo IPCA/IBGE. Os valores são do orçamento empenhado, referentes apenas aos grupos de natureza de despesa 1, 3 e 4, sem incluir despesas com refinanciamento da dívida pública.

Fonte: Tabela elaborada por IPEA (2018).

Segundo a matéria do jornal O Globo[56] em setembro de 2019, o governo federal iria abrir mão de R$ 331,1 bilhões de arrecadação – o valor das renúncias tributárias equivale a 4,35% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) do país –, 8% superior ao registrado em 2019. Um dos maiores destaques de gasto tributário é o sistema nacional que representa 25,01% de impostos que a União deixa de arrecadar – o programa concede redução de impostos para micro e pequenas empresas, assim como os rendimentos isentos e não tributários do Imposto de Renda da Pessoa Física (10,4%); isenções para entidades sem fins lucrativos (9,2%); renúncias da área de agricultura e agroindústria (8,8%); e a Zona Franca de Manaus (8,64%).

Como vimos no quadro acima, as entidades empresariais sem fins lucrativos recebem recursos públicos e, além disso, são mantidas por grandes empresas, bancos, escritórios jurídicos, empresários isoladamente e também por outras entidades sem fins lucrativos

[56] Matéria do jornal O Globo doa dia 02 de set. 2019 - País vai perder R$ 331 bilhões com renúncia tributária no ano que vem. Disponível em https://oglobo.globo.com/economia/pais-vai-perder-331-bilhoes-com-renuncia-tributaria-no-ano-que-vem-23922860. Acesso em 25 de janeiro de 2020.

empresariais. Esses APHs estão organizados politicamente e atrelados ao Estado, elaboram políticas econômicas, educacionais, sociais etc., institucionalizando-as em formas de leis. “Em todas elas, a marca da imposição de uma gestão pública definida como se fosse privada e da defesa dos interesses do grande empresariado” (FONTES, 2018b, p. 15).

Segundo a Revista Forbes, na primeira lista de bilionários do mundo lançada em 1987, havia apenas três brasileiros: Sebastião Camargo (fundador do conglomerado industrial de São Paulo Camargo Corrêa e proprietário da marca Havaianas), Antônio Ermínio de Moraes (acionista controlador do Grupo Votorantim) e Roberto Marinho (herdou de seu pai, em 1925, as organizações Globo – a maior império de mídia da América Latina).

De acordo com a última lista, de 2019, temos 58 bilionários[57], entre eles Jorge Paulo Lemann, Joseph Safra, Marcel Herrmann Telles, Carlos Alberto Sicupira, Ermínio de Moraes e os filhos de Camargo e Marinho, entre outros. Muitos se constituem *Chief Executive Officer* (CEO), Chefe Executivo de Operações, que pode ser traduzido por diretor executivo, diretor geral ou diretor presidente de uma empresa ou corporação. O quadro a seguir apresenta a lista das famílias mais ricas do Brasil e a suas respectivas empresas em 2014.

Quadro 2 – Lista das famílias mais ricas do Brasil em 2014

Lista das famílias mais ricas do Brasil em 2014

Posição	Família	Empresa	Membros da família
01	Família Marinho	Grupo Globo	João Roberto Marinho José Roberto Marinho Roberto Irineu Marinho
02	Família Safra	Banco Safra	Joseph Safra Miose Safra Lily Safra
03	Família Ermírio de Moraes	Votorantim	Ermírio Pereira de Moraes Antonio Ermírio de Moraes José Roberto Ermírio de Moraes Maria Helena Moraes Scripilliti Neide Helena de Moraes José Ermírio de Moraes Neto
04	Família Moreira Salles	Itaú Unibanco Companhia Brasileira de Metaturgia e Mineração (CBMM)	Fernando Roberto Moreira Salles Pedro Noreira Salles João Moreira Salles Walter Moreira Salles Júnior
05	Família Camargo	Camargo Corrêa	Renata de Camargo Nascimento Rossana Camargo de Arruda Botelho Regina de Camargo Pires Oliveira Dias
06	Família Villela	Itaúsa	Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

[57] Disponível em: https://www.forbes.com/billionaires/#3ab6787b251c acesso em 20 de jan. 2020.

			Ana Lucia de Mattos Barretto Villela
07	Família Maggi	Amaggi	Lucia Borges Maggi Blairo Borges Maggi Marli Maggi Pissollo Itamar Locks Hugo de Carvalho Ribeiro
08	Família Aguiar	Bradesco	Lina Maria Aguiar Lia Maria Aguiar Maria Angela Aguiar Bellizia
09	Família Batista	J&F Investimentos	Joesley Batista Wesley Batista
10	Família Odebrecht	Organização Odebrecht	Marcelo Odebrecht
11	Família Civita	Grupo Abril	Giancarlo Civita
12	Família Setúbal	Itaúsa	Neca Setubal Roberto Setubal
13	Família Igel	Ultra-Ultrapar	Daisy Igel
14	Família Penido	Grupo CCR	Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna
15	Família Feffer	Suzano Papel e Celulose	Daniel Feffer David Feffer

Fonte: Dados da Revista Exame[58].

Esse quadro mostra algumas famílias da grande burguesia que estão direta ou indiretamente ligadas às entidades mercantil-filantrópicas no Brasil por meio da atuação de seus intelectuais coletivos. Esses nomes listados compõem o conselho fundador e executivo dos APHs empresariais – estratégia burguesa de deslocar uma parcela da propriedade burguesa para entidades sem fins lucrativos. Essas entidades elaboram políticas de Estado com atuação econômica têm como objetivo central o disciplinamento, o controle, (des)educação e a formação da classe trabalhadora, assim como articulam mecanismos de lucratividade.

No capitalismo, todos os produtos se destinam ao mercado, todos se convertem em mercadoria, sobretudo a força de trabalho. De acordo com a teoria social marxista, considerando as sociedades de produção capitalista, "vemos que a mercadoria nelas surge como condição de existência e pressuposto elementar do capital e simultaneamente como resultado imediato do modo de produção capitalista" (MARX, 1969, p. 141).

As parcerias público-privadas com o setor empresarial atuando na política educacional atendem aos interesses do capital que precisa se valorizar por meio da empresariamento, mercadorização, comoditização e industrialização da educação, fortalecendo o projeto de sociabilidade burguesa, onde tudo se transforma em mercadoria. A política de educação pública é uma das mais evidentes no caso brasileiro. A grande burguesia direciona suas ações por meio dos APHs – Movimento Todos Pela Educação, Movimento Brasil Competitivo, entre outros.

[58] Disponível em https://exame.abril.com.br/negocios/quem-sao-as-15-familias-mais-ricas-do-brasil-segundo-a-forb/ .Acesso em 30 de janeiro de 2020.

A disputa entre projetos antagônicos de educação superior faz parte do processo histórico do Brasil, que se intensifica nos anos de 1990 com a contrarreforma da educação superior brasileira, na qual o governo federal compartilha das políticas educacionais elaboradas pelo BM. De um lado, os sujeitos coletivos lutam pela educação pública e gratuita, em defensa da verba pública exclusivamente para a educação pública – setores do movimento estudantil, movimento sindical e dos movimentos sociais e, do outro lado, as entidades representativas dos empresários do ensino que defendem a educação com mercadoria, demandando do governo federal recursos públicos para as IES privadas.

A negação e a contraposição ao pacto de dominação burguesa estão sempre presentes em diferentes processos de lutas populares, especialmente, nas ações coletivas dos movimentos sociais classistas e combativos que apontam as contradições e lutam contra a ordem vigente. Contudo, devemos estar atentos a todos os passos dos sujeitos políticos do capital, fortalecendo o conjunto dos movimentos sociais comprometidos com a defesa do projeto classista de educação (pública, gratuita e de qualidade). Veremos no próximo capítulo a dinâmica da luta de classes na disputa em projetos antagônicos de educação e de universidade no Brasil.

2 **LUTA DE CLASSES E A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: DISPUTA ENTRE PROJETOS ANTAGÔNICOS**

Não existe neutralidade possível: o intelectual
deve optar entre o compromisso com os
exploradores ou com os explorados.
Florestan Fernandes

Este capítulo tem como objetivo analisar a disputa entre projetos antagônicos de educação e de universidade para compreender a política de educação superior no Brasil nas duas primeiras décadas dos anos 2000. Nesse sentido, buscará apreender os eixos centrais do pensamento educacional de Florestan Fernandes e os elementos constitutivos da configuração da luta de classes em um país capitalista dependente como o Brasil. Serão considerados a concepção e o projeto de educação para os intelectuais orgânicos do capital e do trabalho. Iremos apresentar as ferramentas teóricas para analisar os elementos teóricos e políticos fundamentais a fim de compreender a política de educação superior brasileira no capitalismo contemporâneo, especialmente, a agenda dos fundos patrimoniais no Brasil.

A sociedade capitalista se compõe de duas classes fundamentais, sejam elas, a burguesia, a classe dominante e hegemônica, a classe trabalhadora ou massa de trabalhadores e a classe dominada nesse processo, conforme analisamos no capítulo anterior. Essas duas classes, por sua maneira de produzir a vida oposta, acabam se tornando contrapostas do mesmo modo em seus interesses, como Marx e Engels (2008, p. 09) destacam: toda a sociedade se divide, em duas grandes classes diretamente opostas.

Quanto mais o capitalismo se expande, mais se concentra capital e se torna mais profundo o abismo entre a burguesia e os milhões de trabalhadores explorados. Isso significa que a luta de classes só pode se agravar, baseando-se, portanto, nos antagonismos de interesses entre ambas as classes. Trataremos, neste estudo, das lutas no campo educacional, especificamente, na educação superior.

Para conter esse antagonismo e visando preservar a produção e a acumulação capitalista, o Estado tem um papel fundamental, estando inserido nas contradições da sociedade capitalista. Segundo Engels e Marx (2009, p. 112), “o Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns”, e apresenta-se como Estado para todos. O Estado mantém as ações coercitivas, porém articuladas com ações de coesão social (busca de

consenso), o qual configura um conjunto de ações para o disciplinamento do/a trabalhador/a no sentido de convencê-lo/a de que o projeto burguês de sociabilidade é o mais eficaz e insubstituível.

Como vimos no capítulo anterior, a sociedade civil em Gramsci é um espaço de luta de classes e relação com o Estado, terrenos de luta onde se formam sociabilidade, modos de ser e modos de pensar. Nessa perspectiva, inúmeras entidades e organizações, tanto dos dominantes quanto dos dominados, organizam-se na disputa de concepções antagônicas de mundo e de educação.

Iremos tratar, neste estudo, da participação dos aparelhos privados de hegemonia empresarial (APHE) nas políticas educacionais de Estado e de governo. Veremos que as empresas da grande burguesia brasileira interferem, diretamente, na política educacional por meio dos APHE, com forte ativismo dos setores dominantes que difundem suas agendas particulares como se fosse interesse público, como é o caso dos fundos patrimoniais. Também apresentaremos as entidades que protagonizam as lutas contra-hegemônicas em defesa da educação pública e gratuita, e que pautam a defesa de um projeto de sociedade emancipatório e anticapitalista, educação vista como um direito conquistado por suas lutas históricas e não como um serviço ou uma mercadoria.

As principais questões norteadoras presentes neste capítulo são: Qual o papel da educação superior na atual configuração do capitalismo, em particular, em um país capitalista dependente como o Brasil? Como a classe dominante e suas respectivas frações burguesas vêm operando na educação superior brasileira? Qual o papel dos aparelhos privados de hegemonia empresarial no campo educacional? Qual a pedagogia direcionada pelos setores dominantes? Como a luta contra-hegemônica ocorre na política educacional? Quais os principais elementos que articulam lutas de classes e educação no Brasil contemporâneo na disputa de projetos antagônicos de educação? Como se expressa a agenda dos setores classistas e combativos da classe trabalhadora em defesa da educação pública?

O privatismo constitui-se um dos eixos estruturantes da política educacional no Brasil, como analisados pela obra florestaniana. As novas características desse elemento central são analisadas a partir dos seguintes conceitos: empresariamento, mercadorização, comoditização e industrialização da educação. O empresariamento corresponde a uma concepção empresarial da educação (como uma empresa que presta serviços educacionais), analisada pelo estudo coletivo organizado por Neves (2002)[59], que articula os interesses de grupos empresariais e suas

[59] O livro "Empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990", organizado por Lúcia Neves, obra coletiva com estudos desenvolvidos pelo Coletivo de Estudos sobre

entidades, o governo local e os organismos internacionais. Para Bianchetti e Sguissardi (2017), a mercadorização direciona a educação superior / universidade à *commoditycidade*[60] por meio do processo de compra e venda de produtos chamados educação/ensino como produtos comercializados na Bolsa de Valores, apontando que tudo na educação superior é transformado em mercadoria/commodity. A comoditização[61] é o discurso educacional comoditizado analisado por Fairclouch (2016), destacando que "em termos de ordens do discurso, podemos entender a comoditização como a colonização de ordens do discurso institucionais e mais largamente de ordem do discurso societária por tipos de discursos associados à produção de mercadoria" (p. 266). Para o autor, o discurso educacional contemporâneo é apresentado por meio de um conjunto de palavras que caracteriza os serviços e produtos educacionais como uma mercadoria comercializável. A industrialização da educação, analisada por Fontes (2018a, 2019), consiste na articulação entre o crescimento da massa de trabalhadores, expropriados pelo movimento do capital, e a necessidade de criação de mais-valor a partir da imensa centralização e concentração de capitais. Há um intenso volume de capital à procura de valorização e, sobretudo, impulsionadores da extração de mais-valor. Esse processo configura-se na expansão da industrialização da educação[62].

Para compreender os dilemas atuais do capitalismo contemporâneo e da educação superior brasileira, determinados pelas relações sociais, é necessário esclarecer as particularidades da universidade no capitalismo dependente, o colonialismo educacional, o privatismo exaltado, os interesses hegemônicos e contra-hegemônicos, elementos estruturantes

Política Educacional composto por Alexandre do Nascimento, Andréia Silva, Kátia Lima, Lúcia Neves, Marcos Oliveira, Maria Emília Algebaile, Nicholas Davies, Roberto Leher, Romildo Fernades, Ronaldo Sant'Ana.

[60] Os autores criam esse neologismo que não se tratava, explicitamente, da educação superior como uma simples matéria-prima em seu estado bruto ou primário (de origem agropecuária, vegetal ou mineral), seguindo os termos estritamente econômicos. Bianchetti e Sguissardi (2017) apresentam essa relação do termo *commodity* à universidade por seu derivado *commoditycidade* para enfatizar o novo fenômeno que reconfigura o papel das IES como um grande negócio investido mercado financeiro.

[61] O conceito comoditização de Fairclouch (2016, p. 265) intitui "o processo pelo qual os domínios e as instituições sociais, cujo proprósito não seja produzir mercadorias (*commodities*) no sentido econômico restrito de artigos para venda, vêm não obstante a ser organizados e definidos em termos de produtos, distribuição e consumo de mercadorias. Não surpreende mais, por exemplo, que setores das artes e da educação, como o teatro e o ensino da língua inglesa, sejam referidos como 'indústrias' destinadas a produzir, a comercializar e a vender mercadorias culturais e educacionais a seus 'clientes' ou 'consumidores'".

[62] A expansão da industriazação da educação ocorre por meio "da participação de fundos de capitais na produção de sistemas, de aulas, de materiais educativos; ou com a terceirização massiva do trabalho em áreas como a saúde e os cuidados; ou ainda com o endividamento massivo, que impele ao trabalho sob quaisquer condições e punciona mais valor, além de saquear o próprio trabalho necessário que esses trabalhadores conseguem realizar. São todas modalidades massivas de extração de mais-valor, com total descompromisso dos proprietários do capital das próprias condições de trabalho" (FONTES, 2019, p. 332).

do padrão dependente de educação superior no Brasil, como indica Florestan Fernandes e seus interlocutores.

2.1 **Universidade brasileira e a disputa entre projetos antagônicos de educação**

Como sinalizado no capítulo anterior, as características da burguesia brasileira como uma burguesia forte para consolidar e preservar o projeto hegemônico e, simultaneamente, uma submissão consentida ao capital internacional, aprofundam cada vez mais a dependência do Brasil em relação aos países hegemônicos do capitalismo para fortalecer o pacto de dominação burguesa, inerente ao capitalismo dependente.

A burguesia brasileira demonstra um perfil profundamente conservador, marcado pela exploração violenta do trabalho e pelo acirramento das desigualdades econômicas e sociais, configurando um padrão burguês de hegemonia relacionado ao projeto burguês de educação. Segundo Lima (2007), o imperialismo e o capitalismo dependente são as bases de fundamentação do padrão dependente de educação superior, ou seja, da heteronomia cultural e do "colonialismo educacional" vigente historicamente no Brasil, que configura a permanência do padrão dependente de educação superior.

O colonialismo educacional ocorre por meio da submissão pactuada de transplantação de modelos europeus e estadunidense. Para Fernandes (1979), esse processo não acontece estritamente de fora para dentro, mas também de dentro para fora, ou seja, as convicções que definem os padrões de educação superior são compartilhadas e sustentadas intramuros da universidade brasileira. Ao analisar a política educacional no Brasil nos anos 1960, o autor destaca elementos fundamentais que caracteriza a educação como um privilégio.

> Ao que parace, existe razões mais profundas para explicar por que o Brasil ocupa, entre 20 países latino-americanos, o 14º lugar quanto à proporção de população em idade escolar matriculada no ensino superior. Tais razões se prendem à nossa formação econômica, social e cultural. Herdamos da colonização portuguesa, da sociedade senhorial e escravista, e da oligarquia da I República, níveis ínfimos de aspiração educacional, a propensão a bloquear a democratização do ensino e a concepção de que o ensino superior constitui um privilégio das elites das "classes possuidoras" (FERNANDES, 1979, p. 72, grifos meus).

O autor indica que as nossas "escolas superiores" nasceram exprimindo interesses sociais e culturais impregnados da concepção de mundo das classes dominates que obtinham um controle relativo. O processo histórico da educação superior no Brasil é configurado pelos modelos de universidades europeias e, posteriormente, estadunidenses, pela transplantação e

absorção de conhecimentos, e pelos valores produzidos pelos países hegemônicos, sendo identificados como um processo de "modernização conservadora".

A passagem da era da escola superior para a era da universidade no Brasil[63] significou formas renovadoras de controle das velhas elites. Esses elementos indicam um processo de "colonialismo educacional". A universidade brasileira como uma "universidade conglomerada"[64] – um somatório de unidade – representa o fortalecimento do padrão dependente de educação e a inserção dependente do Brasil na economia mundial.

> Daí resultou algo paradoxal: um ensino superior profissionalizante, mas destituído de cunho prático e de qualquer pragmatismo; ou seja, um tipo de escola superior capaz de canalizar o desenvolvimento do ensino correspondente segundo um padrão próprio, inconciliável com as tendências de modernização dessa instituição no cenário europeu. O "novo" não só nascia completamente "arcaico" – pelo menos continha um grau de obsoletização inexistente nos paradigmas explorados (FERNANDES, 1979, p. 102).

Para Florestan Fernandes, a universidade no Brasil já nasce velha, e há muitos que pensam a educação para os trabalhadores e filhos dos trabalhadores como uma educação exclusivamente técnica. O autor afirma que esse tipo de educação não contempla a classe trabalhadora.

> Por que os que são proprietários dos meios de produção têm capacidade de comandar, a arrogância de mandar etc.? Porque eles aprendem nas escolas uma educação de classe e adquirem uma cultura geral que é uma cultura formativa. Temos de dar ao trabalhador essa mesma educação. O educador precisa conhecer o mundo, explicar o mundo, transformar o mundo e, para isso, não basta dar ao trabalhador adestramento na situação de trabalho, a escolaridade técnica. Ele precisa, inclusive, se possível, percorrer todos os graus de ensino (FERNANDES, 1991, p.49).

---

[63] Leher (2019b) destaca que a universidade no Brasil nasce tardiamente, somente três décadas após a Proclamação da República, em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, atualmente UFRJ. "Mais tardia ainda foi a institucionalização da pesquisa universitária, somente possível com a afirmação do sistema de acumulação da Industrialização por Substituição da Importação (ISI). Nesse contexto, foram criados o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que possibilitaram bases nacionais para o desenvolvimento científico do país, até então dependente de fundações estrangeiras (Rockefeller, Ford, Kellog), frações burguesas de São Paulo criaram a Universidade de São Paulo (USP) (1934) e, um pouco mais tarde, ocorreu a federalização que possibilitou a criação das universidades federais, com destaque para a Universidade de Brasília (UnB)" (p. 45).

[64] Ao analisar as transformações em curso na educação superior brasileira na traNsição da era da escola superior para a era da universidade, Florestan Fernades (1979) destaca que "bem ou mal, o que conseguimos organizar institucionalmente e explorar construtivamente foi a "escola superior". Ela se adaptava plasticamente às condições de um ambiente intelectual mais ou menos tosco e provinciano, que privilegiava socialmente o saber letrado e, em particular, o profissional liberal. Ela podia atingir certos níveis de eficácia em tais condições, nas quais a sua estrutura abrangia um número reduzido de estudantes, professores e funcionários: a concentração do poder nas mãos dos catedráticos era compatível com a ordem existente na instituição ou com a organização política da sociedade; e o meio social possuía mecanismos para suplementar a aprendizagem dos graduados. Essas condições se perpetuaram, em bloco, aproximadamente até a década de 30. Por isso, quando se tentou instituir a "universidade", não se pensou em corrigir os defeitos estruturais da "escola superior", e a "universidade brasileira" assumiu o caráter de uma conglomeração de escolas superiores" (p. 73-74).

O autor destaca que a educação para o/a trabalhador/a precisa ser transformadora, como exercício de prepará-los para combater sua condição de classe, adquirindo uma consciência crítica, "e que essa consciência crítica pode passar por um tipo de educação que não seja conformista, mas sim ativista e militante" (FERNANDES, 1991, p. 41).

Florestan Fernandes, socialista convicto, defendia que as pesquisas nas universidades públicas precisam ser peças de combate e criticava os paladinos da "neutralidade científica"[65] imposta pela ditadura empresarial-militar. Havia uma pressão não só de fora das universidades, mas também de dentro, onde professores catedráticos faziam a defesa da neutralidade científica existente pela dita tensão intelectual e moral da autocracia burguesa.

Segundo Florestan Fernandes (1995), o processo de resistência e o compromisso crítico dos intelectuais têm um papel importante para a transformação dessa realidade na contribuição para a "revolução contra-ordem". Ao repudiar a "neutralidade científica" e defender a responsabilidade política e de participação militante, evidencia "que os critérios de verdade da ciência valem tanto para a explicação da realidade quanto para sua alteração" (FERNANDES, 1995, p. 161). O autor destaca a importância do movimento socialista nos trabalhos intelectuais, integrado à transformação do real e ao processo de investigação a partir do pensamento crítico. Afirma que somente os intelectuais socialistas são capazes

> [...] de romper com o monolitismo cultural do pensamento conservador e com uma visão do mundo intrinsicamente contrarrevolucionária, que exclui a ciência do momento de vontade política, que tende a unir o inconformismo intelectual às propensões revolucionárias das classes despossuídas (FERNANDES, 1995, p. 162).

Para o autor, os conservadores defendiam mudanças organizacionais para acelerar a expansão do capital, mantendo o padrão dependente de educação superior nos marcos da "modernização conservadora". Em oposição, o movimento da classe trabalhadora (o movimento estudantil, dos professores, entre outros) coloca-SE como defensor de uma universidade totalmente nova.

> Como expectativa universal, todos os círculos sociais mencionados querem universidades que concorram para diminuir ou para eliminar a dependência cultural

[65] Os paladinos da "neutralidade científica" são neutros somente na aparência. "Eles apenas deixam de evidenciar as polarizações ideológicas, subjacentes às suas análises e descrições da realidade. Na medida em que se identificam com o status quo e com as ideologias nele consagradas, nem sequer conseguem descrever e explicar a realidade como ela é. No fundo, negam o principal caráter da objetividade na ciência, que consiste em transcender ao conhecimento de senso comum e ao pensamento especulativo, através de proposições que possam ser estabelecidas e comprovadas com base em algum tipo acessível e repetível de experiência. Por conseguinte, o que apresentam como 'explicação objetiva' não passa de uma variação semântica deturpada do conhecimento de senso comum e do pensamento especulativo; e tomam como mira não a 'explicação das relações necessárias entre as coisas', mas a consagração do status quo e a apologia da ordem existente. Portanto, o que tais paladinos renegam não é, propriamente falando, o envolvimento intelectual – mas a independência do investigador, que se recuse a confundir a verdade e os critérios de verdade do pensamento científico com o que parece 'certo' e 'necessário' em termos dos interesses e dos valores sociais das classes dominantes e das elites no poder" (FERNANDES, 1968, p. 13-14).

> extrema, em relação ao exterior, em que nos achamos. A essa expectativa junta-se a exigência específica dos jovens e dos professores, educadores e intelectuais radicais, em prol da democratização interna da universidade. Para eles, reforma universitária é indissociável da destruição da monopolização do poder pelos estratos conservadores das classes altas e médias. Por isso, quando falam ou lutam pela reforma universitária não querem apenas "reorganizar" formalmente o ensino superior. Visam construir uma universidade totalmente nova – educacionalmente criadora, intelectualmente crítica e socialmente atuante, aberta ao povo e capaz de exprimir politicamente os seus anseios mais profundos (FERNANDES, 1979, p. 64, grifo meu).

Essa reconfiguração da universidade deveria ocorrer, segundo os movimentos sociais, sindical e estudantil contra-hegemônicos, a partir do incentivo à criação intelectual e pesquisa crítica e, assim, combater o padrão dependente de educação superior, conduzido pelo binômio imperialismo-capitalismo dependente. Diante das pressões para a reforma universitária, o governo militar organiza uma contrarrevolução conservadora, preservando os interesses da burguesia brasileira e internacional, duas faces do projeto burguês de dominação. Por esse ângulo, "criaram-se inúmeros mecanismos para neutralizar os setores críticos e que podiam ter alguma autonomia frente ao imperialismo. A repressão sistemática ao pensamento crítico e mais avançado em todas as áreas foi uma das estratégias mais acionadas" (SILVA, MINTO e LIMA, 2019, p. 89).

As análises de Florestan Fernandes (1979) apresentam o debate na década de 1960 sobre a reforma universitária brasileira, um movimento histórico-social que se deu de forma tardia no Brasil. Tratava-se de uma disputa entre projetos antagônicos de universidade: de um lado, a burguesia demandando a adequação da universidade à expansão do capitalismo e, DE outro, a passagem da era da escola superior para a era da universidade no Brasil, reivindicada pelos movimentos sociais, particularmente, o movimento estudantil. Para o autor, era impossível "mudar a universidade" sem "transformar a sociedade".

> O movimento da reforma universitária esbarrou com uma resistência intensa e multiforme dentro das escolas superiores. Entretanto, essa resistência não era especificamente intelectual. Quase se pode dizer que ela fazia parte e exprimia dramaticamente uma "tradição cultural". O "poder de dirigir e de fazer escolhas" sempre foi, indiscutivelmente, uma prerrogativa do "setor ilustrado e responsável" da coletividade. Em poucas palavras, sempre foi exercido pelas elites dos estratos sociais que pertenciam à **sociedade civil**, os quais detinham o monopólio do poder político institucionalizado e o exerciam como se agissem em nome da coletividade como um todo. [...] Os círculos conservadores, de extração tradicional ou de origem recente, representam-se como sendo os únicos com condições intelectuais, morais e políticas para "tomar decisões de interesse coletivo" e para "gerir responsavelmente a Nação". A intensa mobilidade social horizontal ou vertical e as fortes mudanças culturais ocorridas na sociedade brasileira não abalaram essa representação. A razão é simples. Era legitima o monopólio do poder pelas classes inseridas na sociedade civil, servindo de baliza política ao pensamento e ao comportamento conservadores (FERNANDES, 1979, p. 166, grifos meus).

Nos anos de 1960, o colonialismo educacional, conduzido pela burguesia brasileira associada à burguesia estadunidense, contou com a cooperação científica no Brasil. O regime

empresarial-militar concedeu o envio de docentes aos EUA que obtiveram financiamento de pesquisa com recurso de fundações estrangeiras, como Fundação Rockefeller, Fundação W.K. Kellogg e Fundação Ford. No referido período da Guerra Fria, tais fundações passaram a "politizar" o fomento, inserindo valores político-ideológicos em seus planos de trabalho. A tabela abaixo apresenta expressivo financiamento desses aparelhos privados de hegemonia empresarial à pesquisa no Brasil.

Tabela 4 – Financiamento estrangeiro à pesquisa (1961-1964)

	US $
Ford Foundation	3.955.000
Rockefeller Foundation	1.850.983
Kellogg Foundation	592.157
U. S. Air	313.300
United Nations – Technical Assistance	6.502.200
U. S. Department of Agriculture	248.838
Nat. Instituteof Health	132.478
Departmentof Defense	96.320
Atomic Energy Commission	12.300

Fonte: Tabela elaborada por Leher e Silva (2014).

Segundo Leher e Silva (2014), essas entidades empresariais, em parceria com o Estado brasileiro, por meio dos chamados acordos MEC-USAID[66], constituem as bases da estruturação da educação superior que temos nos dias atuais. Nessa sequência, ocorre uma transplantação dos valores e do modelo de ensino superior estadunidense, bem como indução de recurso público aos programas e intelectuais que estivessem atrelados ao processo de "modernização conservadora". As ações pactuadas entre as fundações estadunidenses, IPES e do IBAD, tinham como um dos objetivos elmininar o marxismo das instituições de ensino superior (LEHER, 2019b).

O projeto de universidade em questão está atrelado aos interesses conservadores do pacto de poder no Brasil, que se contrapõem a uma universidade crítica, autônoma, integrada, multifuncional, reivindicada pelos movimentos sociais, pela "reforma de base" ou "reforma de estrutura" (FERNANDES, 1979). Esse processo contou com a assessoria da USAID e o apoio

[66] Pactos entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência dos Estados Unidos pelo Desenvolvimento Internacional (USAID, em inglês), acordos internacionais que direcionaram a organização da universidade, pesquisa e da pós-graduação.

de setores militares, empresários e acadêmicos que submetem a universidade a um conjunto de medidas das frações burguesas dominantes, atreladas ao regime e ao projeto de educação superior direcionado pelos Estados Unidos (EUA). É nesse contexto que a teoria do capital humano é consolidada no Brasil no decorrer da reforma educacional da ditadura civil-militar.

Segundo Florestan Fernandes (1979), a crise da universidade brasileira resulta de um conjunto de ameaças que pairam sobre ela e sobre a natureza de sua contribuição educacional. Essas ameaças articuladas estão relacionadas à posição que o Brasil ocupa na economia mundial e na divisão internacional do trabalho que fundamenta o padrão dependente de educação superior vigente em nosso país.

A burguesia brasileira compartilha orientações do capital internacional. Convidou os EUA e organizou-se para dar o golpe empresarial-militar em 01 de abril de 1964, início de um período sombrio e sangrento da História do Brasil, em que milhares de pessoas foram presas, torturadas, perseguidas, assassinadas e privadas de direitos. O relatório lançado em 2014 pela Comissão Nacional da Verdade (CNV)[67] revela o pano de fundo das violações de direitos humanos perpetradas pela ditadura empresarial-militar nas universidades brasileiras e no meio educacional: prisões, tortura e mortes de professores, estudantes e funcionários, boa parte deles sem ligação com organizações políticas. Eram os governantes que nomeavam os reitores. Além disso, impôs-se um projeto de educação de acordo com os interesses dos financiadores do regime[68].

> Esse contexto se caracteriza principalmente por atos normativos que redundaram em afastamentos e demissões, por um lado, de professores e funcionários e, por outro, de estudantes. Também, as inúmeras invasões de faculdades ou de universidades demonstram a cultura política repressiva que conduziu os militares à prática de graves violações. Uma série de projetos, linhas de pesquisas, cursos e grupos foram afetados e, muitas vezes, banidos do sistema. A ditadura passou até mesmo a controlar a produção de livros e estabeleceu a censura para muitos outros (Decreto-lei no 1.077/1970). Implantou uma política de modernização autoritária das universidades. Também ocorreu colaboracionismo de professores e dirigentes com o novo regime. E, algumas vezes, universidades[69] chegaram a firmar parcerias com a Escola Superior de Guerra para ministrar cursos em seus campi, como foi o caso da UFPR, conforme

[67] A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi instituída em 2012, com o objetivo de apurar as violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, sobretudo no período pós 1964. A comissão publicou, em 2014, um relatório sobre o período de repressão.

[68] Ver o "Caderno 27 – Luta por justiça e resgate da memória", lançado pelo ANDES-SN em 2016. O material é resultado dos levantamentos e eventos realizados pela Comissão da Verdade do ANDES-SN criada em 2013, durante o 32º Congresso do sindicato nacional, ocorrido no Rio de Janeiro. A comissão investigou os fatos ocorridos durante a ditadura empresarial-militar contra docentes universitários entre os anos de 1964 e 1985.

[69] Segundo Deise Mancebo (2016), "ligações mais orgânicas também foram estabelecidas entre a UEG [atual UERJ] e as instituições militares, como o Instituto Militar de Engenharia (IME), a Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), a Escola de Aeronáutica e, principalmente, a Escola Superior de Guerra (ESG). Essas ligações implicaram trocas frequentes de correspondência, abertura de vagas na UEG para militares, com dispensa de vestibular, participação de representantes da UEG em cursos militares, conferências e palestras proferidas, visitas recíprocas de grupos de estagiários e cursos e aulas práticas dadas em conjunto" (MANCEBO, 2016, p. 287).

> consta de ata do Conselho Universitário da UFPR, de 20 de abril de 1966 (CNV, 2014 p. 266).

Nesse período, a aliança das classes dominantes implementou a chamada Reforma Universitária de 1968, que Florestan Fernandes denominou de "reforma universitária consentida"[70] – dirigida pelo governo militar para conter o movimento docente e estudantil. A classe dominante apropria-se da bandeira do movimento, ressignifica seus moldes, corrompe e sabota a imagem da reforma universitária.

Segundo Fernandes (1979), esse processo ocorreu de duas formas: a) a impugnação ideológica e moral das soluções técnicas formuladas atacavam a posição dos próprios agentes ou defensores da reforma universitária, com o objetivo de desacreditá-los como 'subversivos', 'agitadores' ou 'comunistas', e incriminá-los como 'perturbadores da ordem pública'; b) comprometia-se com a direção da reforma universitária, sendo essa reduzida a um jogo de regras fixas, em que estão empenhadas as aparências das coisas, não a sua realidade histórica.

O objetivo da classe dominante[71], por meio do governo, com a criação de decretos-leis, "consiste em se antecipar às pressões radicais de mudança educacional, que visam associar a inovação institucional à destruição da estrutura social existente e à criação de uma ordem social democrática" (FERNANDES, 1979, p. 212). O autor apresenta a reforma universitária consentida como uma manifestação de tutelagem política e como mera panaceia.

> [...] ela não flui de nossa vontade, não responde aos anseios que animam as nossas lutas pela reconstrução da universidade e não possui fundamentos democráticos legítimos. Complemento de dois decretos-leis de um governo militar autoritário e expressão perfeita do poder que engendrou a constituição outorgada à Nação em janeiro de 1967, ela representa uma contrafação de nossos ideais e de nossas esperanças. A ela devemos opor a autêntica reforma universitária, que nasce dos escombros de nossas escolas e da ruína de nossas vidas, mas carrega consigo a vocação de liberdade, de igualdade e de independência do povo brasileiro (FERNANDES, 1979, p. 207-208).

O projeto de universidade dominante materializado pela "reforma universitária consentida" estava integrado às bases do projeto de sociedade burguesa. Segundo Leher (2018),

---

[70] Segundo Florestan Fernandes, o movimento de estudantes de professores repercutiu na esfera política e despertou o governo federal que instituiu o Grupo de Trabalho (GT) para estudar a reforma universitária brasileira por meio do decreto n° 62.937/68. "Os dois estudantes, designados para fazer parte do GT, eximiram-se dessa responsabilidade. Assinam o 'Relatório', além do Ministro Tarso Dutra, os senhores João Paulo dos Reis Velloso, Valnir Chagas, Newton L. Buarque Sucupira, Fernando R. do Val, João Lira Filho, Antônio Moreira Couceiro, Roques Spencer Maciel de Barros, Padre Fernando Bastos de Ávila e Leon Peres. Como se vê, o GT contou com a colaboração de alguns técnicos, educadores e cientistas de reconhecida competência e de grande prestígio. Podia realizar uma obra marcante, capaz de abrir novos rumos ao nosso ensino superior" (FERNANDES, 1979, p. 205-206).

[71] Para Fernandes, nessa época, o controle conservador do poder se intensifica por meio da "orientação política predominante nas forças armadas, nos chamados meios empresariais (de origem nacional ou estrangeira) e nas inspirações tecnocráticas das novas classes médias em ascensão social. O equilíbrio do poder conservador apenas se redefiniu" (1979, p. 213).

a “reforma” tinha como um dos objetivos combater a influência marxista na universidade e, assim, reconfigurar o campo das ciências sociais desde outras referências: o funcionalismo e o (neo)positivismo. Esse processo contou com a colaboração de fundações estrangeiras, entre elas, a Fundação Ford nas ciências sociais.

> Os atos ditatoriais deixaram claro que a impugnação do marxismo envolveria não apenas as ideias, por meio de financiamento a pesquisas com outras orientações teóricas e epistemológicas, apoio a publicações de livros e revistas antimarxistas, de assessoria à formação de entidades acadêmicas representativas de área, mas, também, ações contra os próprios marxistas ou de intelectuais que os operadores ideológicos supunham próximos desse campo (LEHER, 2018, p. 158).

Nesse cenário, a ditatura empresarial-militar promulgou a Lei nº 5.540/1968 que constitui a “reforma universitária consentida no Brasil”. Com o aumento das manifestações do movimento estudantil de 1968 (nos EUA, Brasil, França, México etc.), os setores dominantes promulgaram, ainda, o Ato Institucional nº 1 (AI-1), Ato Institucional nº 5 (AI-5) e o Decreto nº 477/69. Os professores e estudantes que defendiam a universidade pública foram perseguidos ou aposentados compulsoriamente das instituições de ensino. Em contrapartida, os apoiadores da “reforma” se beneficiaram com o consentimento da ditadura, “usufruindo de bolsas, recursos para seus laboratórios e nomeações para a burocracia do aparato de C&T ampliado pelo regime, permitindo que esses sujeitos estivessem à frente da enorme expansão da pós-graduação” (LEHER, 2018, p. 158).

Os dados apontam que ocorreu, no período ditatorial, uma expansão dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado): em 1965, havia 41 cursos e passou para 1.063 em 1985. Leher (2018) sustenta, em seu estudo, a importância de apreender as conexões entre grupos associados ao projeto de modernização conservadora e que deram a direção dos projetos dos novos programas de pós-graduação nesse ínterim, para compreender o ajustamento da pesquisa hoje no Brasil.

Para o autor, a problemática da mercantilização, privatização e atuais formas de comodificação do ensino superior não podem ser analisadas como processos desarticulados da “modernização conservadora” e de seu modelo universitário, que foi dirigida não só por militares, mas também pelas chamadas lideranças civis, empresários associados ao imperialismo e aos banqueiros. E aponta que a condição de capitalismo dependente e a *americanização*[72] concebida pela Reforma Universitária de 1968 pavimentaram o caminho para os dilemas e desafios contemporâneos.

> [...] os apoiadores do golpe sabiam que era preciso produzir e difundir disposições ideológicas que permitissem manejar o consenso social, por meio do processo de

[72] Conceito de Antonio Gramsci para analisar os elementos de “nova cultura” e de “novo modo de vida” difundida sob a etiqueta estadunidense no processo de americanização da Itália (GRAMSCI, 2001).

> hegemonia, combinando, conforme as circunstâncias, coerção (prevalecente em distintos graus) e consenso (sobre a desejabilidade da "modernização"), problemática que os *policymakers* denominam de *governabilidade* e, mais recentemente, de *governança*. Por isso, as classes dominantes não podem se furtar de atrair e criar intelectuais da ordem existente (LEHER, 2018, p. 166, grifos meus).

As instituições educacionais ocuparam um papel importante na direção desse processo. Cada vez mais, as universidades foram sendo "requisitadas para legitimar a política econômica, edificar marcos jurídicos, promover tecnologias necessárias à ordem econômica, oferecer explicações, processos sociais de alusões e justificativas para a forma de governo etc." (LEHER, 2018, p. 167 e 168). Esse bloco de poder interveio diretamente na autonomia universitária para implementar o novo privatismo.

Para Fernandes (1979), a orientação central do GT da reforma universitária consentida foi instaurar um novo privatismo. A filosofia privatista, nascida da dominação patrimonialista e do poder dos interesses particularistas das grandes famílias, que constituía a escola superior tradicional, entrou em crise. Mas esse privatismo apenas muda de forma, sendo este um elemento estruturante da educação superior brasileira. Um privatismo típico de países de capitalismo dependente: "um **'privatismo exaltado'** (ou **exasperado**), que não pode ser contido e policiado pela ordem social estabelecida, porque é ele que a configura e a determina (e não o contrário)" (FERNANDES, 1979, p. 230, grifos do autor).

O GT recomendava medidas privatistas de organização das universidades em fundações. Também manteve, na LDB de 1961, os interesses empresariais no controle financeiro e político-administrativo e a representação da comunidade acadêmica nos colegiados superiores (garantindo os círculos empresariais). Também estabelece a integração entre docentes e pesquisadores como consultores das empresas privadas e destina estudantes de medicina para unidades não universitárias por meio de convênios. Segundo Florestan Fernandes, essas medidas derivam de interesses de classes ultra-egoísticas, antissociais ou antinacionais.

> [...] De um lado, porque elas se alimentam de uma desconfiança mórbida em face do estudante, do professor e do administrador universitário. Não podendo acompanhar o compasso da mudança ao nível intelectual mais alto da cultura, os "meios privatistas" procuram redefinir o estilo conversador da tutelagem a que estava submetida a antiga escola superior, tentando criar novos controles externos, suscetíveis de reduzir, solapar ou destruir o ímpeto de renovação a partir de dentro das universidades existentes. De outro lado, porque medidas do teor apontado objetivam fazer da universidade uma fronteira da livre empresa, sem encargos nem riscos equivalentes da iniciativa privada. No fundo, ocorreria uma dupla privatização do público, na esfera do controle pessoal e na da pesquisa científica ou tecnológica, sem qualquer compensação para o setor público e sem qualquer espécie de reciprocidade (FERNANDES, 1979, p. 231, grifos meus).

A educação superior no Brasil sempre foi subordinada aos interesses da burguesia internacional e da burguesia brasileira. O capitalismo dependente gera a dependência

econômica, política e sociocultural. Assim, a reformulação da educação superior deve ser caracterizada como "antirreforma" universitária, ou da "reforma universitária consentida" pelo capital, vigente historicamente no Brasil. Os intelectuais têm como tarefa a defesa do pensamento e do conhecimento crítico e, através das ações políticas junto aos movimentos sociais, a mudança dessa realidade e a transformação revolucionária. Segundo Lima (2019), com a expansão do capitalismo no Brasil,

> [...] a expansão do acesso à educação passou a ser uma exigência do próprio capital, seja de qualificação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de mundo burguesa sob a imagem de uma política inclusiva. Esse processo foi historicamente confrontado pela pressão de professores e estudantes para a destruição da monopolização do conhecimento pelas classes dominantes e pela democratização interna das universidades públicas. Por outro lado, as diversas frações da burguesia brasileira reivindicavam a modernização da educação superior para atender às alterações no mundo do capital (LIMA, 2019, p. 14).

Nesse sentido, sujeitos políticos coletivos lutam em defesa do caráter público da educação brasileira[73]. Esse processo ocorreu a partir da resistência de setores do movimento estudantil, movimento sindical e movimentos sociais por meio das manifestações e mobilizações contra a agenda educacional do capital, tendo como pauta a educação pública, gratuita, laica, de qualidade e referenciada nas demandas dos trabalhadores.

Entre os sujeitos coletivos em defesa da educação pública, faremos referência ao projeto de universidade e à atuação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN)[74], sindicato autônomo e democrático criado durante a ditadura

[73] A partir da segunda metade dos anos 1970, ocorreu um conjunto de inciativas de resitência aberta à ditadura empresarial-militar. Nas universidades, Leher (2019b) destaca a importância da 29ª Reunião Anual da Sociadade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), bem como o protagonismo crescente da Andes. "De fato, a Andes e a Confederação dos Professores do Brasil (atual CNTE), em conjunto com o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), a Associação Nacional de Educação (Ande), a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped), criada em 1977, e o movimento estudantil lograram incluir na Constituição Federal importantes conquistas para a educação pública. Com o movimento docente, ainda no período da ditadura, aconteceram as primeiras greves, em defesa da unificação da carreira federais, da dedicação exclusiva, entre outras pautas que foram adensadas com a Proposta da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) e das Associações de Docentes do Ensino Superior para a Universidade Brasileira (Caderno Andes, 1981), agora, as universidades possuíam concepções educacionais distintas da ditadura e, de algum modo, dos grupos de poder que se constituíram em associação com a ditadura. Também a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra) elaborou sua proposta (Universidade para os Trabalhadores), protagonizando lutas marcantes no final dos anos 1980. Desse modo, seus trabalhadores, docentes e técnicos e administrativos confluíram para as lutas contra a ditadura empresarial-militar, somando forças com o movimento estudantil em processo de reorganização da União Nacional dos Estudantes" (52-53).

[74] O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) foi fundado em 1981 como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (a ANDES). Após a promulgação da Constituição Federal em 1988, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. "O movimento docente das instituições de Ensino Superior no Brasil teve início em um ambiente hostil para a liberdade de expressão e associação do(a)s trabalhadore(a)s, pois se deu no interior do enfrentamento à ditadura empresarial-militar (1964-1985). A Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior, a ANDES, nasceu calcada em uma firme organização pela base, a partir das Associações Docentes

empresarial-militar, período em que as/os docentes não tinham direito à organização sindical. Foi a partir das ações de coletivas das/os professores em Associações Docentes (as chamadas ADs) que estes articulavam suas pautas setoriais (lutas por melhores salários e condições de trabalho) com as lutas coletivas da classe trabalhadora por democracia e direitos sociais.

Houve um grande esforço do movimento docente para a elaboração de um projeto de universidade coerente com a defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Suas propostas para a universidade brasileira[75] foram construídas desde um movimento histórico-social com base nos seguintes princípios: a) Manutenção e ampliação do ensino público e gratuito; b) Autonomia e funcionamento democrático da universidade, com base em colegiados e cargos de direção eletivos; c) Estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino superior que estimule a pesquisa e a criação intelectual nas universidades; d) Dotação de recursos públicos orçamentários suficientes para o ensino e a pesquisa nas universidades públicas; e) Criação de condições para a adequação da universidade à realidade brasileira; f) Garantia do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a universidade, bem como no exercício das funções e atividades acadêmicas (ANDES-SN, 2013).

O documento "Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira" foi essencial para divulgar as propostas do movimento docente, fundamentadas em uma análise crítica da realidade, na defesa intransigente da educação pública e gratuita, e de uma concepção de universidade que não dissocia ensino, pesquisa e extensão. Esses elementos centrais direcionaram os debates no processo da constituinte e na elaboração de uma lei nacional de diretrizes e bases para a educação nacional[76].

A última versão do Projeto para a Universidade Brasileira foi publicada em 2013, passando por diversas atualizações. O projeto segue pautado nos seguintes conceitos: 1) Estruturação tributária; 2) Defesa da educação pública; 3) Defesa da universidade pública pautada na indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, democrática e universal; 4) Defesa do ensino-pesquisa-extensão públicos; 5) Educação técnica e tecnológica pública; 6)

(as chamadas AD) que surgiram em várias universidades brasileiras, desde 1976, com a finalidade de defender os interesses dos docentes e das instituições seriamente abaladas pelas constantes intervenções do regime militar" (ANDES-SN, 2020a, p. 9).

[75] A "Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira", elaborada por professores do ensino superior de todo o país, "a partir de discussões sobre a reestruturação da universidade realizadas desde 1981, em simpósios, reuniões, assembleias e congressos internos" (ANDES-SN, 2013, p. 11), tendo sua primeira versão aprovada em junho de 1982, no V Congresso Nacional de Associações Docentes (V CONAD, Belo Horizonte/MG), foi apresentada ao Ministério da Educação (MEC) no mesmo ano.

[76] Ver Cartilha produzida pelo ANDES-SN, "Conhecendo o ANDES-SN Quem sabe mais, luta melhor!". Disponível em https://www.andes.org.br/sites/publicacoes. Acesso em 29 de maio de 2020.

Gestão democrática; 7) Autonomia universitária conforme expresso no artigo 207 da CF/88; 8) Financiamento público e estatal para as universidades; 9) Programa de ciência e tecnologia públicos; 10) Carreira docente; 11) Padrão unitário de qualidade voltado à superação de desigualdades regionais; e 12) Avaliação da educação superior.

Na contramão desses princípios, destaca-se, entre o grande número de entidades representativas das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, a Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES)[77], criada em 1982, que representa entidades mantenedoras de educação superior particular no Brasil e atua junto ao governo. Similarmente, a Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP)[78],criada em julho de 1989, com o objetivo de defender a livre iniciativa e os direitos do segmento particular do ensino superior.

Outra importante referência do movimento em defesa do caráter público da educação no Brasil é o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP). A agenda heterogênea que direcionou a atuação do FNDEP na constituinte e na elaboração da LDB foi construída na IV Conferência Brasileira de Educação (CBE) em 1986. O evento ocorreu na Universidade Federal de Goiás com o tema "A Educação e a Constituinte". Segundo Leher (2018, p. 45), essa agenda foi "composta de proposições liberais republicanas e por proposições em que a agenda republicana estava mesclada por teses socialistas, a exemplo do debate sobre a escola unitária e o princípio pedagógico do trabalho".

Em 1987, foi constituído o FNDEP, por entidades científicas, acadêmicas, profissionais, sindicais, estudantis e movimentos populares de âmbito nacional, atuando na defesa intransigente da universalização da educação pública, gratuita, laica, com qualidade social, em todos os níveis. Esse fórum tinha como objetivo incluir pontos fundamentais sobre educação e cultura na Carta Magna do país. O movimento conseguiu algumas conquistas, porém muitas propostas foram rejeitadas.

---

[77] Atualmente, a presidência da instituição é composta por: Celso Niskier (diretor presidente) da Associação Carioca de Ensino Superior, Débora Andrade Guerra (vice-presidente) da Associação de Ensino Superior dos Inconfidentes, Daniel Faccini Castanho (vice-presidente) da Ânima Educação, José Janguiê Bezerra Diniz (vice-presidente) da Ser Educacional. Informações disponíveis no site da instituição: https://abmes.org.br/categoria/239. Acesso em 01 de juno de. 2020.

[78] A ANUP conta com os seguintes parceiros: Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung), Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ABRUC), Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (ABIEE), Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior (Abraes), Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu), Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), Instituto Latino-americano de Planejamento Educacional (Ilape), Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP). Disponível em https://anup.org.br/sobre/parceiros/. Acesso em 01 de junno de 2020.

Simultaneamente, em oposição aos golpes militares, um setor de intelectuais latino-americanos busca produzir a crítica ao poder político vigente, apontando que a universidade não se modernizou no período da ditadura empresarial-militar. Do início dos anos de 1960 a 1980, a expansão de matrícula ocorre, principalmente, na rede privada por meio de Crédito Educativo e isenções tributárias.

> [...] As transformações nas universidades no período ditatorial não apagaram os germes da rebeldia intelectual e da busca sistemática da ética na pesquisa, especialmente na pesquisa básica. Mas a forma específica do capitalismo dependente engendrou marcos estruturais de heteronomia e, conforme o trabalho propõe, a chamada transição democrática não foi capaz de romper com essas formas estruturais de heteronomia (LEHER, 2018, p. 17).

Essa transição foi direcionada, inclusive, pelos intelectuais da ditadura e tinha como objetivo manter a ordem vigente com a conexão das universidades a "modernização conservadora". A transformação da universidade ocorrerá quando partir os laços do capitalismo dependente, e somente a classe trabalhadora é capaz de romper com essa condição.

Nessa época, foi criado o primeiro programa que destinava recurso público às IES privadas, o Programa Crédito Educativo (PCE), criado em 23 de agosto de 1975 e, inicialmente, administrado com recursos da Caixa Econômica, Banco do Brasil e bancos comerciais. No ano de 1983, ocorreu uma mudança no custeio dos recursos, passando a ser "promovido pelo Orçamento do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e pelas receitas da loteria, ficando a Caixa Econômica Federal como seu único agente financeiro", e o programa apresentando um índice de 83% de inadimplência (BARROS, 2003, p. 4).

Segundo Florestan Fernandes (1989), a Constituição Federal (CF) de 1988, caracterizada como uma "constituição inacabada", híbrida e ambígua, garantiu avanços políticos, mas manteve a privatização do público, permitiu um campo maior para alocação de verba pública para a iniciativa privada de forma direta e indireta. O autor sempre manteve, em suas análises, a defesa intransigente dos recursos públicos exclusivamente às escolas públicas e à gratuidade para todos os níveis da política educacional, juntamente, crítica à alocação de verba pública para instituições privadas.

Em relação às fontes indiretas de recursos públicos, Almeida (2006, p. 78-79) afirma que as isenções fiscais e previdenciárias[79] são evidenciadas como as principais para as IES

[79] As isenções fiscais para o setor privado de ensino já eram previstas na Constituição Federal de 1934, segundo Almeida (2006, p. 78): no art. 154 da CF de 1934, "estimulava que 'os estabelecimentos particulares de educação gratuita primária ou profissional, oficialmente considerados idôneos, serão isentos de qualquer tributo'. As Constituições Federais de 1946, 1967 e 1988 ampliaram esse alcance para as instituições de educação de todos os níveis de ensino". A contribuição previdenciária patronal é outra importante forma de destinar indiretamente recursos públicos para as IES privadas. "Durante longo tempo, as entidades

privadas. Segundo o autor, a CF de 1988, comparada com as anteriores, acrescentou que somente as instituições de educação sem fins lucrativos seriam isentas: "esta exigência, entretanto, fez com que algumas instituições que se autodenominavam sem fins lucrativos, encobrissem lucros como 'contribuição a entidades mantenedoras'", mas as IES privadas são privilegiadas com a imunidade fiscal desde a criação do Código Tributário Nacional em 1966.

O autor destaca que, nos anos seguintes, outros tributos federais apresentaram isenções e cobranças diferenciadas[80] entre instituições com fins lucrativos, sem fins lucrativos e filantrópicas: o Programa de Integração Social – PIS (Lei complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988), voltada ao financiamento da Seguridade Social, e a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei complementar nº 70 de dezembro de 1991), destinada às áreas da Saúde, Previdência e Assistência Social.

A CF de 1988 manteve margem de manobra em relação ao financiamento público da educação privada. O Estado burguês continua atendendo aos interesses do mercado educacional, reforça o papel do ensino superior e a universidade como a solução dos dilemas sociais do mundo, da sociedade brasileira e da crise da civilização, mecanismos que estão na contramão dos eixos centrais do pensamento educacional de Florestan Fernandes. Kátia Lima (2005) identifica que as análises do sociólogo apontam a defesa:

> (i) de um sistema nacional de educação laica financiado, implementado e coordenado pelo Estado; (ii) da alocação de verbas públicas *exclusivamente* para a educação pública; (iii) da democratização do acesso à educação e, (iv) do papel fundamental da educação na ruptura com o capitalismo dependente (LIMA, 2005, p. 303).

As políticas educacionais analisadas neste trabalho, como a criação dos fundos patrimoniais para a educação superior, opõem-se aos eixos centrais do pensamento de Florestan, apresentando-se em plena consonância com a agenda do capital a serviço do mercado educacional. Florestan Fernandes enfatiza que os intelectuais têm que enfrentar a responsabilidade de saber a que projeto de sociedade sua produção de conhecimento e sua ação política estão sendo funcionais: ao pensamento conservador ou ao pensamento socialista. O

---

filantrópicas de modo geral estiveram isentas da sua contribuição (a chamada cota patronal) para a previdência social, por força de legislação ordinária específica (p. 81)".

[80] A diferença entre as IES eram as seguintes: Programa de Integração Social – PIS – para as com fins lucrativos a calcula-se com alíquota de 1,65% e para as sem fins lucrativos e as filantrópicas correspondem a 1% da folha de pagamento; a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL – "sua base de cálculo é o valor do resultado do exercício antes de provisão para o imposto de renda e a alíquota atual é de 9%, as entidades sem fins lucrativos e beneficentes são isentas da cobrança do tributo"; e a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS – é "de 7,6% e incide, de forma não cumulativa, sobre o faturamento mensal. Para as instituições sem fins lucrativos, a alíquota é de 3% e mantém a forma de cálculo da legislação original. A isenção da COFINS restringe-se às entidades da assistência social" (ALMEIDA, 2006, p. 80 e 81).

segundo é apontado pelo autor como "o único que encarna as potencialidades da transformação revolucionária da ordem social imperante no Brasil" (FERNANDES, 1995, p. 163). Por esse ângulo, a tarefa deste estudo é apresentar a essência da agenda do capital para a criação dos fundos patrimoniais no Brasil a partir da teoria social crítica.

Os intelectuais orgânicos do capital defendem a reconfiguração da educação superior que faz parte de um processo maior que o reordenamento do papel do próprio Estado. O projeto de educação da burguesia local e internacional constitui-se numa estratégia de ampliação do campo de exploração lucrativa do capital em crise e de difusão do projeto de sociabilidade burguesa.

Nesse sentido, o processo de contrarreforma do Estado e da educação superior intensifica-se no Brasil em 1990. O governo Collor/Itamar aprofunda as seguintes ações: diminuição da execução e dos investimentos na área social, privatização do patrimônio nacional; ajuste fiscal, abertura do mercado brasileiro, e desregulamentação do mercado de trabalho e da legislação trabalhista (LIMA, 2005). Porém, pode-se afirmar que o reordenamento permanece até os dias atuais.

Essa redefinição do papel do Estado materializa-se, obviamente, na política educacional. O programa pioneiro que destinava recurso público direto às IES privadas foi o Programa Crédito Educativo (PCE), reformulado no governo Fernando Collor, que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes (CREDUC), por meio da Lei n. 8.436, de 25 de junho de 1992, sendo este financiado por meio de recursos públicos com os encargos educacionais entre cinquenta por cento (50%) e cem por cento (100%) do valor da mensalidade ou da semestralidade, depositado pela Caixa Econômica Federal na conta da instituição de ensino superior participante do programa (§ 2º do Art. 2º - Lei nº 8.436/1992). Em 1997, último ano do programa, este apresentava um índice de 83% de inadimplência (BARROS, 2003).

No governo Cardoso (1995-2002), foi criado o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) em 1999[81], com as mesmas fontes de recurso do CREDUC, através da Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999 e oficializada em 12 de julho de 2001 pela Lei nº 10.260/2001. A lógica privatista não foi somente mantida, mas ampliada, dando continuidade ao prejuízo aos cofres públicos. Segundo o Art. 1º da Lei nº 10.260/2001, será "destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não

[81]O FIES foi criado pela Medida Provisória - MP nº 1.827, de 27/05/99, regulamentado pelas Portarias MEC nº 860, de 27/05/99 e 1.386/99, de 15/19/99 e Resolução CMN 2647, de 22/09/99. As reedições da MP nº 1.827 foram: MP nº 1.865-2, em 29/06/1999; MP nº 1.972-8, em 10/12/1999 e; MP nº 2.094-22, em 27/12/2000. Os recursos do FIES são oriundos de dotação orçamentária do MEC, retorno de financiamentos e recursos de loterias não utilizados pelo antigo Programa de Crédito Educativo – PCE.

gratuitos". Desde sua implementação, ocorreram mudanças significativas no programa para fortalecer e intensificar o empresariamento, mercadorização, comoditização e industrialização da educação superior no Brasil da educação superior brasileira.

O financiamento destina-se aos estudantes matriculados em cursos da educação profissional e tecnológica, bem como aos programas de mestrado, mestrado profissional e doutorado, para os quais são financiados até 100% (cem por cento) dos encargos educacionais cobrados dos estudantes pelas IES privadas. No CREDUC, as IES recebiam em espécie. Já no FIES, segundo Souza (2008, p. 102), essas instituições "recebem títulos do Tesouro Nacional, que podem ser trocados por dinheiro ou usados para pagar o Instituto Nacional de Seguridade Nacional (INSS)".

Nos anos de 1990, os empresários aprofundam o investimento em educação superior que se constitui como um "grande negócio". Minto (2011, p. 277-278) afirma que, sendo a educação um setor estratégico, vive então momento de "glória": "de um lado, cumpre a função ideológica de servir ao capital; e, de outro lado, surge como campo aberto à acumulação de capital, sem quaisquer impedimentos éticos, políticos ou morais".

Em janeiro de 1995, o campo educacional brasileiro passa por uma intensa reformulação, especificamente, a educação superior. Segundo Almeida (2006), antes mesmo da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996, o Ministério da Educação – MEC elaborou uma série de projetos de reforma da Constituição, projetos de lei, decretos, medidas provisórias, "cuja lógica não foi explicada previamente, nem mesmo na proposta de governo do candidato Fernando Henrique Cardoso" (ALMEIDA, 2006, p. 38).

Apesar de haver vários dispositivos legais que regulamentam a educação superior brasileira, merecem destaque a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394 de dezembro de 1996, o Decreto nº 2.306 de agosto de 1997 e o Decreto nº 3.860 de julho de 2001 que dispõem sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições e dão outras providências. O debate entre projetos antagônicos de educação e de universidade ganhou novos contornos.

> Por um lado, o projeto defendido pelos empresários industriais, pelos empresários de ensino e pela Igreja Católica, para ampliação da privatização da educação brasileira, especialmente da educação superior, tanto pela abertura de novos cursos como pela subvenção de suas atividades com verba pública. Por outro lado, a pressão de setores do movimento sindical, do movimento estudantil, dos movimentos sociais e de parlamentares comprometidos com a elaboração de uma legislação para a área educacional, fundada na concepção da educação pública, gratuita, laica, democrática, de qualidade e socialmente referenciada (LIMA, 2007, p. 135).

O Projeto de Lei da LDB (PL 1.258/88), formulado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e apresentado ao Congresso Nacional, que tramitou na Câmara e Senado,

apresentava diferenças profundas em relação ao Projeto de Lei (Projeto 101/93) apresentado pelo deputado Jorge Hage (PMDB/BA) e elaborado pelo senador Darcy Ribeiro (PDT/RJ) que, posteriormente, foi promulgado na Lei 9.394/96, materializando uma vitória dos privatistas.

Segundo Lima (2007), os projetos expressam concepções antagônicas de educação, em especial, da educação superior. A autora apresenta um quadro comparativo, baseado nas análises realizadas por Bollmann, Lobo Neto e Siqueira (1995), destacando alguns aspectos centrais dos projetos antagônicos de educação em disputa.

Quadro 3 – Comparativo entre PL 1.258/88 e PL 101/93

PROJETO DE LDB – PL 1.258/88	**PROJETO 101/93 – LEI 9.394/96**
Concepção de educação vinculada ao mundo de trabalho e à prática social, produtora de conhecimentos.	Concepção de ensino limitada à aquisição de conhecimentos.
Educação como direito fundamental de todos. Reafirma o dever do Estado na garantia de acesso e permanência em todos os níveis.	Educação como direito público subjetivo. O dever do Estado fica reduzido ao ensino fundamental, com progressivo atendimento ao ensino médio.
Os princípios de educação nacional são os ideais de liberdade, igualdade, tolerância e justiça social.	A igualdade e a justiça social não estão presentes como princípios norteadores da Lei.
Igualdade de condições de acesso e permanência, cabendo ao Estado efetivá-las.	Implantação de condições de acesso à educação, incluindo que deverá haver incentivo da colaboração entre Estado e sociedade.
Vincula a coexistência de escolas públicas e privadas ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, reafirmando a gratuidade nas escolas públicas.	Vincula a coexistência de escolas públicas e privadas e exclui a questão da gratuidade.
Reconhece o papel normativo, consultivo e deliberativo do CNE.	Indica a criação de um órgão colaborador do MEC.
Em relação à educação superior, afirma a obrigatoriedade da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	Retira a obrigatoriedade da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão por meio da diversificação das IES e dos cursos.
Um dos objetivos centrais da educação superior é a reflexão crítica e participação na produção, sistematização e socialização do saber.	Os objetivos da educação superior estão limitados ao domínio e desenvolvimento das ciências e humanidades para resolução de problemas nacionais.

Fonte: Lima (2007, p. 137).

O caráter privatista é constitutivo da história da educação superior[82] no Brasil, e a CF de 1988 reafirma-o ao assegurar a destinação de recursos públicos para a iniciativa privada,

[82] Segundo Minto (2011), o caráter privatista é constituinte do processo de ensino superior no Brasil. "Chama-se 'privatismo' ao processo pelo qual a lógica do capital se hegemoniza crescentemente no campo educacional, do qual a ampliação do setor privado de ensino é uma das formas. Muitas das tendências privatizantes, constituintes do processo de expansão do ensino superior no Brasil pós-1964 já estavam em curso antes do período da Ditadura. A predominância dos interesses do setor de ensino privado na educação superior brasileira, por exemplo, já se concretizara no texto final da LDB/1961 e noutros dispositivos legais em disputa desde os anos 1930. A tendência de substituir o regime jurídico das novas universidades criadas a

seguindo-se o mesmo viés, posteriormente, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 9.394/96. Ambas asseguram a destinação de recursos públicos para a iniciativa privada, porém a definição dos tipos de IES privadas é, significativamente, distinta.

A CF de 1988 adianta o caráter privatista para a educação superior ao assegurar a destinação de recursos públicos para a iniciativa privada, ainda que restringindo tal financiamento às IES de finalidade não lucrativa, conforme o art. 213. O texto da LDB/1996 define os tipos de IES privadas de ensino, emoldurando-as nas categorias de particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas. Aqui temos uma primeira admissão de que existe no Brasil um tipo de IES que não é nem filantrópica, nem comunitária e nem confessional.

O privatismo da educação superior brasileira não era novidade, "mas a reforma do Estado e as políticas neoliberais elevaram-no a um novo patamar" (MINTO, 2011, p. 216). É nesse contexto que surgiram novos sujeitos políticos coletivos em defesa do setor privado de ensino superior.

A reconfiguração do papel do Estado brasileiro na educação superior, conforme as orientações do BM, a partir da década de 1990, são bem sucedidas nos governos brasileiros[83] com base na ampliação do setor privado, privatização interna das IES públicas, terceirização dos serviços públicos, que se intensificam com a reforma trabalhista, levando a um desmonte (por dentro) das políticas públicas.

> A privatização da educação brasileira não é um elemento político exclusivo do projeto neoliberal de sociabilidade: constitui-se em uma marca histórica da inserção capitalista dependente do Brasil na economia-mundo, seja por intermédio da privatização interna das universidades públicas ou do estímulo à abertura de cursos privados. No entanto, nos anos de contrarrevolução neoliberal essa privatização ganhou novos contornos. O dramático corte no financiamento das políticas públicas, entre elas a política educacional e especialmente a educação superior, objetivou ampliar ainda mais esta privatização. Esse processo remonta ao privatismo exaltado da década de 1960, com a "antirreforma universitária" (LIMA, 2007, p. 130-131).

A criação dos Centros Universitários no Brasil deu-se logo depois da promulgação da LDB, com a regulamentação do Sistema Federal de Educação através do Decreto n° 2.207, de 15 de abril de 1997, posteriormente substituído pelo Decreto n° 2.306, de 19 de agosto de 1997 no governo de FHC, o qual reforça a política do BM com a diversificação institucional. Esse novo modelo institucional representa um elemento importante para a expansão das IES privadas.

---

partir de 1961 (antes e depois da LDB, seguindo uma velha tradição no país), por meio da criação de fundações ao invés de autarquias, também, é exemplar (MINTO, 2011, p. 189).

[83] Sobre essas diversas ações consultar Lima (2007).

Os centros universitários contam com as vantagens da "autonomia" universitária, porém não possuem obrigações para com a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, entre outras. No Art. 8º do Decreto n° 2.306/97, a organização acadêmica é mencionada, o qual classifica as instituições de ensino superior do sistema federal de ensino em: I. Universidades; II. Centros Universitários; III. Faculdades Integradas; IV. Faculdades; V. Institutos Superiores ou Escolas Superiores. Seguindo esse viés, no período pós-LDB/1996, o processo de diferenciação entre as instituições aprofunda-se[84].

A emergência dos novos formatos acadêmicos, como os Centros Universitários, demonstra o crescimento da iniciativa privada nas políticas educacionais, ora apresentada, para Rodrigues (2012), como um processo que não se vem dando pela "mão invisível" do mercado, ao contrário, é resultado da política do governo brasileiro em plena consonância com as políticas dos organismos internacionais para a educação superior na periferia do capital.

> [...] a "mão invisível" do mercado tem sido auxiliada pela política educacional concreta de sucessivos governos federais democraticamente eleitos (Collor/Itamar Franco, FHC e Lula da Silva). Um aspecto relevante, nesse sentido, é a atual conformação político-administrativa do Conselho Nacional de Educação que, desde a ditadura militar, vem favorecendo a multiplicação de IES privadas e a transformação de muitas delas em "universidades" (RODRIGUES, 2012, p. 40).

No final da década de 1990 e início do novo século, ocorre a intensificação das faces privatizantes na educação superior brasileira. Sob o discurso de "democratização do acesso", os organismos internacionais, como o BM, indicam a eliminação das fronteiras entre o público e privado, a compra de vagas públicas em instituições privadas, fazendo com que a formação da classe trabalhadora se dê em instituições nas quais impera a lógica do lucro e do ensino massificado (LIMA, 2005). Historicamente, os governos brasileiros compartilham a política do BM e atendem as demandas do empresariado[85] da educação superior, especialmente, no início do novo século.

---

[84] Organizou-se, em dezembro de 1999, a Associação Nacional dos Centros Universitários (ANACEU), tendo como objetivo central defender e representar os interesses dos Centros Universitários instalados em todo o território nacional.

[85] Rodrigues (2012, p. 43) caracteriza os empresários do ensino como uma "fração da nova burguesia de serviços, embora atuantes em todos os níveis e modalidades de venda do ensino-mercadoria, atuam mais fortemente na educação superior, sendo responsáveis por mais de 70% das vagas desse nível educacional".

2.2. As novas faces do privatismo exaltado na educação superior brasileira

As análises de Florestan Fernandes (1980) demonstram que, historicamente, no Brasil, a contrarrevolução é um processo permanente e prolongado. Em resposta às crises, o capitalismo cria e recria novas estratégias para mante sua hegemonia, comprovando a capacidade do projeto burguês de sociabilidade de apresentar "o velho sob a aparência do novo", como uma das estratégias do sistema capitalista cria novos campos de exploração lucrativa.

No período 2003/2016, a contrarrevolução "a frio" estava em curso, indicando o discurso de conciliação do inconciliável antagonismo de classe. Nesse momento, as ações de contrarrevolução preventiva e prolongada no Brasil, adquirem características específicas.

> Estas análises nos auxiliam a compreender os eixos constitutivos da configuração da luta de classes em um país capitalista dependente, evidenciando a impossibilidade de constituição de um governo de coalizão de classes pelas alianças estabelecidas com uma burguesia que historicamente conduz o capitalismo de forma heterônoma, conciliando os interesses dos países imperialistas com os setores internos mais arcaicos, que relutam em promover sequer a desagregação da expropriação fundada no latifúndio e no trabalho escravo (SILVA, MINTO e LIMA, 2019, p. 86).

O panorama da educação superior brasileira nas duas primeiras décadas do novo século, apresentado por Lima (2019), destaca as principais ações da ofensiva do capital por meio das orientações políticas do Estado, assim como os dilemas e desafios da universidade pública no capitalismo dependente. A dualidade educacional constitui-se como um eixo do capitalismo e, no capitalismo dependente, ganha contornos bem definidos, como:

> (i) formação de força de trabalho minimamente qualificada para a classe trabalhadora, (ii) um lucrativo serviço a ser negociado no mercado educacional, articulando o setor privado local, os conglomerados internacionais e a rentabilidade da bolsa de valores, bem como (iii) um privilégio destinado à formação de novos quadros dirigentes, quando ofertada para os seus filhos (LIMA, 2019, p. 9-10).

Nesse ponto de vista, a política de coalizão de classes conduzida pelo Partido dos Trabalhadores constituiu-se em uma etapa da contrarrevolução burguesa, como afirma a autora, esse processo indica a capacidade da burguesia brasileira de alargamento da participação política dos trabalhadores, sem colocar em risco a essência da exploração/dominação capitalista. Essa etapa fortaleceu a reprodução do projeto burguês de sociabilidade na atualidade, inaugurando uma nova fase da ofensiva conservadora aos direitos da classe trabalhadora.

> Um processo relacionado com as mudanças na conjuntura internacional e nacional de ofensiva do capital contra o trabalho e, simultaneamente, de aburguesamento da referida burocracia partidária e sindical da classe trabalhadora que substituiu na sua

> pauta de ação política a "revolução contra a ordem" pela "ocupação do poder", através da coalizão de classes, consubstanciando um novo "acordo pelo alto" na história brasileira, demarcando o período de 2003 a 2016 (LIMA, 2017, p. 93).

O governo Lula da Silva permaneceu subordinado aos interesses do capital, dando continuidade aos pontos centrais do projeto de educação superior dos governos anteriores que, segundo Lima (2005), era composto de propostas "requentadas" sob um discurso maquiado por um "capitalismo humanizado ou refomulado" (teoria do capital humano e capital social). Um projeto dito democrático-popular da democracia restrita e de cooptação dos governos petistas, dando continuidade aos projetos de contrarreformas do Estado e da educação superior a partir da coalizão de classe, que se propõe a conciliar o inconciliável para garantir a manutenção do sistema capitalista. Segundo a autora, esse processo combinou repressão com ampliação da participação política da classe trabalhadora, um aumento restrito e conduzido pelas lideranças sindicais e partidárias da classe trabalhadora, organizadas no PT e convertidas aos interesses do capital.

O rebaixamento da pauta da luta por direitos "dentro da ordem" foi, gradativamente, substituído pelo "melhorismo"[86], levou à desmobilização da classe trabalhadora e aprofundou a burocratização das entidades combativas criadas nos anos 1980, como afirma Sampaio Jr (2017). É nesse contexto que o FNDEP ficou esvaziado, e grande parte das entidades aderiram às políticas econômica, sociais e educacionais implementadas pelo governo petista e passaram a fazer parte da gestão do governo. E, também, não havia mais consenso sobre os princípios que norteavam as ações coletivas do Fórum, como a defesa do fundo público exclusivamente para a educação pública. Em 2004, ocorreu o último Congresso Nacional de Educação

[86] Segundo Sampaio Jr (2017), "a conversão da CUT aos cânones do 'melhorismo' é um emblemático da terrível pressão exercida pelas forças objetivas e sujetivas que empurravam o movimento social para uma dócil adaptação às exigências da ordem global. Sob o comando da tendência sindical liderada por Lula, que esmagou todos os adversários que se opuseram a sua estratégia de acomodação aos imperativos da ordem, a CUT abandonou o sindicalismo classista, responsável por sua conhecida combatividade, e aderiu incondicionalmente ao 'sindicalismo de resultados'. Compactuando com um padrão de acumulação que é antagônico aos interesses estratégios da classe operária, os discursos e as ações passaram a priorizar a defesa pragmática do emprego, a obtenção de vantagens concretas para os trabalhadores do sindicato e o aproveitamento (coletivo e individual) das oportunidades de 'negócios' e benesses abertas ao sindicalismo. As diferenças com as centrais rivais oriundas do velho sindicalismo, que há anos lançaram mão de tais expedientes, foram reduzidas a uma disputa de espaço entre burocracias sindicais pelegas e cada vez mais corruptas. Por inicativa do chamado campo majoritário, comandado por Lula e José Dirceu, o PT começou sua adaptação aos novos tempos ainda no início dos anos noventa. No início, o giro para o 'melhorismo' ficou parcialmente mascarado pela manutenção de uma retórica petista que preservava elementos reformistas. Logo, as definições ficariam mais claras. Na segunda metade da década de noventa, a perspectiva de conquistar a presidência da República acelerou a conversão neoliberal do PT" (p. 67).

(CONED). Segundo dados do ANDES-SN, esse evento foi marcado por desacordos por conta da eleição de Lula da Silva à presidência da República em 2003[87].

Segundo Sampaio Jr. (2017, p. 47), a campanha do candidato do PT, Lula da Silva, com o *slogan* "a esperança venceu o medo", tinha o seguinte significado: "as pessoas estavam cansadas do *status quo* e maniatavam o presidente eleito a tomar iniciativas que impulsionassem a transformação social". A eleição de uma liderança sindical indicava para muitos uma aparente mudança nos rumos da sociedade brasileira, porém já na Carta aos Brasileiros, o PT "comprometeu-se a jogar toda sua credibilidade na estabilização da economia e o apaziguamento da insatisfação social" (p. 176).

O governo Lula da Silva aposta na reciclagem do modelo neoliberal com a lógica das políticas compensatórias com as promessas de minorar o sofrimento do povo, aderindo à orientação do BM de alívio da pobreza sem ao menos pontuar suas causas, cumprindo a agenda dos organismos internacionais de contrarreformas – universitária, sindical, trabalhista e a institucionalisazação da independência do Banco Central, como destaca o autor.

> [...] Com uma mão, ampliou o desemprego, intensificou o arrocho salarial e retirou direitos sociais; com a outra, distribuiu fortuitamente as migalhas do orçamento fiscal, anunciando um punhado de programas sociais esquálidos, mal definidos e desarticulados (Bolsa Família, Fome Zero, Porgramas de Crédito Fundiário (ex-Banco da Terra do Banco Mundial), Farmácia Popular, Prouni, etc). A aposta do governo Lula da Silva na reciclagem do modelo econômico fica evidente não apenas pelo que já foi feito como também pelo que se pretende fazer (SAMPAIO JR, 2017, p. 47).

No início do novo século, observamos continuidades no projeto de modernização conservadora de educação que trazem algumas novidades para a educação superior brasileira. Segundo Lima (2007), o governo Lula da Silva aprofundou os elementos de reformulação da educação superior, presentes no governo FHC, expressas nas seguintes pautas de ação política:

> [...] a) o estabelecimento de parcerias público-privadas para o financiamento e a execução da política educacional brasileira: do combate ao analfabetismo à implementação da educação fundamental, do ensino médio e da educação superior e b) a abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação das empresas e grupos estrangeiros, estimulando a utilização da educação superior à distância (LIMA, 2007, p. 152-153).

[87] A contrarreforma da previdência, exigida pelo capital financeiro e conduzida pelo governo Lula da Silva, "foi o ponto de inflexão no processo político que acabou dividindo o movimento social brasileiro sobre o modo de interpretar o governo Lula. O promíscuo relacionamento entre a alta burocracia da Central Única dos Trabalhadores, os dirigentes dos fundos de pensão e o Estado explicava as motivações que mobilizavam as lideranças sindicais mais diretamente vinculadas ao Presidente da República, afastando a possibilidade de ações conjunturais. As evidências de que o governo do PT encontrava-se integralmente subordinado à lógica do capital acirrou as divergências entre as organizações políticas e sociais que haviam se juntado para disputar o governo Lula. Impulsianada pelo PSTU, antiga dissidência trotskista do PT, e pelo recém-criado PSOL, agremiação criada pelos parlamentares 'radicais' expulsos do PT no final de 2003, uma parte do movimento social partiu para oposição frontal ao governo Lula" (SAMPAIO Jr, 2017, p. 71).

As medidas de parceria público-privada que aproximam a universidade pública da empresa são intensificadas nos anos 1990 e se consolidam nos anos 2000, buscando alterar determinadas políticas de fomento[88]. De acordo com Simone Silva (2018), inicia-se o estabelecimento de um novo padrão de pesquisa. As expectativas de possíveis mudanças nesse campo, com a eleição do Partido dos Trabalhadores, não se concretizaram em políticas opostas aos eixos estruturantes do privatismo exaltado do padrão dependente de universidade e pesquisa, como já sinalizava Florestan Fernandes. Ocorreu, na verdade, a consolidação da agenda do capital na disputa do fundo público por meio do aprofundamento das parcerias público-privadas a partir de novas medidas e legislações.

O governo Lula da Silva remodelou projetos anteriores e apresentou, no começo do seu mandato, a "Reforma da Educação Superior" que, segundo Otranto (2006, p. 43), inicia seu curso em caráter oficial com o Decreto de 20 de outubro de 2003, que "institui o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)[89], encarregado de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)".

O GTI, em dezembro de 2003, apresentou o relatório final que foi dividido em quatro partes, com destaque para os seguintes temas: ações emergenciais, autonomia universitária, complementação de recursos (financiamento) e etapas para a implementação da "reforma" universitária. Lima (2007) destaca que a composição desse GT indica um conjunto de reordenamentos na relação do Estado e a sociedade civil e, nessa perspectiva, se constitui a terceira fase da contrarrevolução neoliberal no Brasil[90] – o privastimo ganha novos contornos por meio da privatização interna das universidades públicas ou do estímulo à abertura de cursos

[88] Simone Silva (2018) destaca que esse processo materializa-se por meio das ações dos governos brasileiros "com a criação dos "Núcleos de Excelência - Pronex" (1996), dos Fundos Setoriais (1999), por ocasião do fechamento dos departamentos de pesquisa e desenvolvimento das antigas estatais e, posteriormente, da Lei de Inovação Tecnológica (Lei 10.973/04), da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa – Embrapii e da aprovação do Novo Marco de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/2016)" (p. 18). A autora analisa as implicações dessas políticas na pesquisa realizada nas universidades públicas e, principalmente, na pós-graduação.

[89] O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) era formado por doze membros, sendo dois representantes de cada órgãos a seguir: "Ministério da Educação; Casa Civil; Secretaria Geral da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; e Ministério da Fazenda" (OTRANTO, 2006, p. 43).

[90] Segundo Lima (2007, p. 88), a conrrevolução neoliberal no Brasil ocorre com "a busca incessante pela lucratividade e a defesa, acima dos interesses específicos de cada fração, do projeto burgues de sociabilidade fazem com que a fração hegemônica administre as disputas dentro do bloco no poder para garantir a perpetuação de seu poder de classe". Nos marcos de cada projeto de governo, principalmente o processo de reformulação do papel do Estado e da educação superior (do início dos anos 1990 ao início do novo século), a autora apresenta em três fases as formas e conteúdos dos projetos econômico-políticos dos diferentes governos nesse período: a) os governos Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994); b) Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002); c) os dois primeiros anos do governo Lula da Silva (2003-2004).

privados. O documento elaborado pelo GT recomenda a diversificação das fontes de financiamento das IES públicas e a garantia de autonomia financeira para as IFES que, para o governo Lula da Silva, significava autonomia para as universidades públicas federais se autofinanciarem, pelo menos parcialmente.

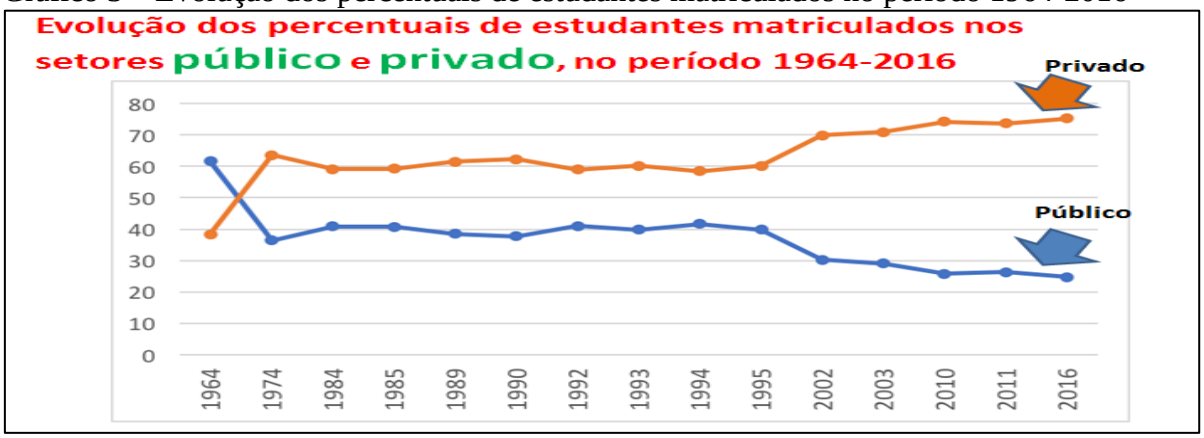
> A pauta de reformulação da educação superior brasileira permaneceu a mesma de Tarso Dutra a Tarso Genro: o privatismo exaltado que alocava verbas públicas para o setor privado leigo e confessional; a ampliação do número de cursos privados; a privatização interna das universidades públicas; a indicação de que o financiamento da educação superior poderia ser realizado por meio de loterias federais; a integração dos docentes e pesquisadores com o setor privado, brasileiro e internacional; a compra de pacotes tecnológicos produzidos nos países centrais; a concessão de bolsas para os alunos "pobres" estudarem nas instituições privadas; a ampliação da isenção fiscal para os privatistas laicos e confessionais; a diversificação e o aligeiramento dos cursos e as alterações na carreira docente, imprimindo uma lógica empresarial ao trabalho docente (LIMA, 2007, p. 190).

Segundo a autora, historicamente, os governos brasileiros compartilham com as políticas elaboradas e direcionadas pelos organismos internacionais, defendendo um Estado que consolide e represente as políticas educacionais desses sujeitos políticos do capital. Sob o discurso de "democratização do acesso", os organismos internacionais indicam a eliminação das fronteiras entre o público e o privado, a compra de vagas públicas em instituições privadas, fazendo com que a formação da classe trabalhadora se dê em instituições nas quais impera a lógica do lucro e do ensino massificado. Rodrigues (2012, p. 42) destaca que a expansão da Educação Superior no Brasil "tem se dado fundamentalmente a partir do crescimento de IES privadas, instituições que têm buscado se construir como empresas prestadoras de serviços educacionais fortemente atreladas às demandas do mercado".

Os governos do PT permaneceram subordinados aos interesses do capital, dando continuidade aos pontos centrais do projeto de educação dos governos anteriores. Implementaram diversos mecanismos para garantir a expansão do setor privado, principalmente, com estímulo do Estado por meio do FIES e PROUNI – alocação de recursos públicos para viabilizar os lucros das IES privadas e seus grupos financeiros.

O gráfico abaixo apresenta a evolução dos percentuais de estudantes matriculados nas IES públicas e privadas no período de 1964-2016, demonstrando como o privatismo exaltado, destacado por Florestan Fernandes, constitui um traço estruturante da educação superior brasileira. A expansão da educação superior no setor privado já ocorria no período da ditadura empresarial-militar, assumindo novas feições nos governos posteriores.

Gráfico 3 – Evolução dos percentuais de estudantes matriculados no período 1964-2016



Fonte: Dados apesentados pelo eixo 1 - Política econômica e financiamento da educação superior no Brasil da Rede UNIVERSITAS/Br (2018)[91]

Nos anos 2000, ocorreram várias mudanças na política educacional, cuja trajetória fica mais clara quando se cotejam as propostas das reuniões anuais do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior com as ações do Estado para atender as demandas do setor privado, que foram criadas tanto pelo poder Executivo por meio das Portarias, Medidas Provisórias, Leis e Decretos, quanto pelo Legislativo, com as propostas dos Projetos de Lei e das Emendas, realizando larga presença de publicações de Portarias que dispõem sobre alterações e outras providências ao FIES. Tal processo evidencia que o governo evitava que essas políticas transitassem pelos espaços que, ao menos por princípio, seriam mais abertos a algum tipo de ingerência por parte de outros grupos de interesse, como é o caso das instituições parlamentares.

Os recursos públicos alocados na Lei Orçamentária Anual (LOA) deveriam ser destinados, exclusivamente, à educação pública, segundo os sujeitos políticos coletivos que lutam, historicamente, pelo direcionamento exclusivo de verba pública às IES públicas, porém são direcionadas para as IES privadas por meio do FIES para o fortalecimento dos empresários da educação superior. Para Arruda (2019), o FIES institui-se enquanto uma política de Estado, que materializa uma nova forma de expropriação dos meios de subsistência da classe trabalhadora por meio da apropriação do fundo público e do endividamento dos "de baixo".

O estímulo ao privatismo da educação brasileira, que se dá ao longo da história desse país, concretiza-se, nas últimas décadas, com novos arranjos que aprofundam um padrão de financiamento público direto e indireto, destinados ao setor privado de ensino. O governo

[91] Dados apresentados por Vera Jacob e Nelson Amaral no XXVI Seminário da Rede UNIVERSITAS/Br em Belo Horizonte no ano de 2018.

federal transfere recursos públicos às IES privadas por meio de Crédito Educativo, FIES, PROUNI e Programa IES – BNDES, entre outros (QUEIROZ, 2014).

Para fortalecer o empresariamento da educação superior, o governo Lula da Silva criou o Programa Universidade para Todos – PROUNI, em 2004. O Ministro da Educação, Tarso Genro, em abril de 2004, encaminhou ao Congresso o Projeto de Lei – PL nº 3.582/2004 sobre a criação do PROUNI, e adiantou[92] parte da contrarreforma da educação superior brasileira. Em 13 de janeiro de 2005, o programa transformou-se na Lei nº 11.096/2005, que inicialmente tramitou da seguinte forma: Medida Provisória - MP nº 213, em 10 de setembro de 2004, o Decreto nº 5.245, de 18 de outubro de 2004, que regulamenta a MP, a Portaria nº 3.268, de outubro de 2004, que estabelece os procedimentos para adesão das IES privadas ao PROUNI[93]. Otranto (2006, p. 49 e 50) destaca o discurso falacioso de justificativa da MP de que "toda a atuação política relativa ao marco regulatório do ensino superior foi orientada a buscar a formação de um amplo consenso".

O governo Lula da Silva, sob a aparência de ampliação das vagas na educação superior em IES privadas, deixou de arrecadar tributos, dando isenção de impostos aos empresários da educação superior, fazendo propaganda de que estava democratizando o acesso aos trabalhadores e filhos dos trabalhadores.

A renúncia fiscal aos empresários da educação superior significa a redução da receita tributária, a imunidade e a isenção de tributos, instrumentos financeiros destinados à iniciativa privada. Segundo Carvalho (2009, p. 2), essa fonte de financiamento indireto "foi denominado pela Secretaria da Receita Federal (SRF), até 2003, de benefício tributário, mas, desde 2004, foi substituído pelo termo 'gasto tributário'". A autora destaca a definição desse termo para a SRF, apresentado no relatório de 2005: "gasto tributário" é entendido como "gastos indiretos do governo realizados por intermédio do sistema tributário visando atender objetivos econômicos e sociais" (idem). Por esse ângulo, entendemos que a isenção dos tributos destinados às IES privadas que aderirem ao PROUNI não são benefícios tributários, e sim, gastos públicos indiretos.

---

[92] O PROUNI adiantou parte da proposta de contrarreforma da educação superior. "Em julho de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Congresso Nacional seu projeto de reforma universitária. Na verdade, meses antes, o governo havia estabelecido um diálogo com os empresários do ensino, além de outros segmentos da sociedade, com o fito de produzir uma peça legal mais ou menos conciliatória [...]. Os empresários do ensino, fração da nova burguesia de serviços, embora atuantes em todos os níveis e modalidades de venda do ensino-mercadoria, atuam mais fortemente na educação superior, sendo responsáveis por mais de 70% das vagas desse nível educacional" (RODRIGUES, 2012, p. 42-43).

[93] Ver maiores detalhes sobre essa tramitação em Almeida (2006).

No plano da aparência desse fenômeno, o governo Lula da Silva apresenta o PROUNI como uma proposta de democratização do acesso e regulamentação da contrapartida das IES filantrópicas ao governo, mas, na essência, atende aos interesses dos empresários do ensino, fração da "nova burguesia de serviços"[94] e em plena sintonia com a orientação dos organismos internacionais, notadamente, com o Banco Mundial.

O estímulo ao empresariamento, mercadorização, comoditização e industrilização da educação superior brasileira foi aprofundado no governo Lula da Silva (2003-2010), com a importante estratégia de diluição das fronteiras entre público e privado. O processo da contrarreforma da educação superior em curso no Brasil consolida-se por meio de leis, decretos, medidas provisórias e portarias, implementados pelo governo federal.

> [...] Foi em nome da democratização do acesso à educação superior, notadamente no segundo governo de Lula da Silva e, a seguir, do governo Dilma Rousseff, que a mercantilização assumiu proporções que levou o Brasil a ter a educação mais mercantilizada do mundo. Apenas um único grupo, sob controle de diversos fundos de investimentos, especialmente estrangeiros, o grupo Kroton, possui mais estudantes do que todas as 63 universidades federais reunidas (LEHER, 2019b, p. 77).

A partir do governo Lula da Silva e, especificamente, no governo Dilma Rousseff, levou a educação brasileira á mais mercantilizada do mundo, conforme destacou Leher (2019b). Nesse período, o FIES ficou muito mais atrativo para os empresários da educação, significando um aumento do número de IES participantes do programa e o crescimento de novos contratos.

[94] Rodrigues (2007, p. 18) define a nova burguesia de serviços com base na análise de Boito Jr. (1999), e afirma: com "a retirada do Estado brasileiro da ação direta nos chamados serviços sociais tem propiciado a emergência agressiva de uma nova burguesia de serviços. O referido autor entende que a nova burguesia de serviços, ligada principalmente à educação e à saúde, é consequência da política neoliberal que acabou por desmontar os serviços públicos nessas áreas. [...] As IES privadas apresentam-nos casos bem sucessivos do crescimento dessa nova burguesia de serviços".

Tabela 5 – Recursos destinados ao FIES e PROUNI como percentual das despesas da União com as universidades federais, 2003-2017. Valores (R$ 1,00), a preços de janeiro de 2018 (IPCA)

ANO	GASTO UNIÃO EM EDUCAÇÃO (A)	FIES E PROUNI (B)	B/A %	UNIVERSIDADES FEDERAIS (C)	C/A %	B/C %
2003	48.665.067.734	1.609.450.918	3,3	20.187.196.628	41,5	8,0
2004	46.769.011.534	1.484.701.814	3,2	22.866.012.694	48,8	6,5
2005	48.593.601.980	1.779.082.121	3,7	22.083.234.529	45,4	8,1
2006	55.683.574.792	2.158.076.912	3,9	27.066.641.607	48,6	8,0
2007	63.379.575.516	2.430.960.884	3,8	29.058.193.340	45,9	8,4
2008	69.173.181.860	2.796.358.920	4,0	31.278.352.252	45,2	8,9
2009	82.477.786.362	3.188.857.273	3,9	36.835.961.847	45,0	8,7
2010	98.883.638.378	3.645.941.284	3,7	42.499.166.828	43,0	8,6
2011	110.488.135.152	4.500.009.323	4,1	45.349.601.317	41,0	9,9
2012	104.852.983.846	5.821.235.049	5,6	42.431.063.757	40,5	13,7
2013	115.795.932.165	11.446.161.480	9,9	46.806.531.735	40,4	24,5
2014	128.094.764.415	16.433.493.441	12,8	49.276.722.860	38,5	33,4
2015	129.307.208.005	18.178.015.384	14,1	48.900.727.030	37,8	37,2
2016	125.911.464.024	20.129.202.952	16,0	48.986.388.147	38,9	41,1
2017	130.369.584.769	21.820.088.542	16,7	51.599.122.337	39,6	42,3
Δ % 2003-2017	167,89	1255,75	7,2	155,60	42,7	17,8
ACUMULADO	1.358.445.510.532	117.421.636.298		565.224.916.908		

Fonte: Dados do eixo 1 - Política econômica e financiamento da educação superior no Brasil da Rede Universitas (2018).

Os dados apresentados apontam que, nos governos Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer, a alocação de recursos públicos para o setor privado continuou sendo um dos principais instrumentos para garantir a rentabilidade do capital financeiro, direcionando a educação superior a commoditycidade apontando que tudo na nesse nível de ensino é transformado em mercadoria. Os governos brasileiros, a cada ano de gestão, intensificam suas ações para atender as demandas dos empresários da educação, especificamente, através do PROUNI e FIES para a educação superior no Brasil. Esses programas são apresentados como uma proposta de democratização do acesso da classe trabalhadora, porém atende aos interesses dos empresários do ensino – que aumentam sua lucratividade com a redução de seus custos com isenção tributária.

Essa tabela destaca recursos destinados ao FIES e PROUNI como percentual das despesas da União com as universidades federais (2003-2017). Constatamos que, nesse período, o governo Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer atenderam aos interesses privados, os recursos públicos destinados às IES privadas cresceram de R$ 1,609 bilhão para R$ 21,820 bilhões, representando um aumento de 1.255,75% no montante dos gastos da União com FIES e PROUNI. Enquanto o financiamento para as universidades federais, no mesmo período, evoluiu de R$ 20,187 para R$ 51,599 bilhões, vemos um crescimento de apenas 155,60% para

as IFES. Segundo Luiz Fernando Reis (2015), os números demostram o apoio efetivo dos governos Lula e Dilma à expansão da mercadorização da educação superior no Brasil, convertendo os recursos públicos em mercadoria lucrativa a ser comercializada pelos grandes grupos financeiros/educacionais.

Nessa sequência, os empresários da educação têm como um dos instrumentos fundamentais a expansão do ensino superior privado por meio de recursos públicos. Além disso, Reis (2015) destaca que os governos petistas deram prioridade ao ajuste das contas públicas para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública[95]. E o escoamento de grande parte do fundo público para as despesas com a dívida causa redução de recursos disponíveis ao financiamento da educação, da ciência e tecnologia, entre outras políticas sociais.

> [...] A política econômica adotada pelos governos Lula e Dilma, em continuidade ao governo Fernando Henrique, deu prioridade ao ajuste das contas públicas para a geração de superávits primários, necessários ao pagamento da dívida pública. A dívida pública tem sido um mecanismo privilegiado para garantir a transferência de riqueza, na forma de impostos arrecadados pelo Estado, para os circuitos de valorização/acumulação do capital. Em decorrência disso, parcelas crescentes do orçamento público têm sido destinadas ao pagamento da dívida pública em detrimento do financiamento das políticas sociais, necessárias à reprodução da força de trabalho, dentre as quais a educação superior pública (REIS, 2015, p. 15).

Os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff deram continuidade aos pontos centrais do projeto de educação superior dos governos anteriores, reconfigurando o FIES a partir das mudanças ocorridas na legislação do programa. Tais modificações foram intensificadas no governo do PT: o agente operador do FIES passou a ser o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; ampliou os agentes financeiros Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil; reduziu a taxa efetiva de juros dos contratos do FIES em 3,4% ao ano para todos os cursos de graduação; aumentou o período de carência dilatado para dezoito meses para o início da fase de amortização; o prazo de amortização do financiamento foi aumentado para três vezes o período financiado, acrescido de doze meses; os estudantes que se formarem em cursos de licenciatura ou medicina e optarem por atuar como professores da rede pública de educação básica (com jornada mínima de vinte horas semanais) ou como médicos do Programa Saúde da Família em especialidades e regiões definidas como prioritárias pelo Ministério da Saúde

[95] O autor destaca que, comparado a outros países, o Brasil é um dos que mais gasta com juros sobre a dívida pública. "No período de 2003 a 2014, os governos Lula e Dilma destinaram cumulativamente, por meio do orçamento da União, R$ 11,029 trilhões para a dívida pública (juros, amortizações e refinanciamento). Esse montante representou, em média, praticamente metade dos recursos orçamentários da União, em todas as áreas de atuação governamental que, cumulativamente, no período de 2003 a 2014, atingiu o montante de R$ 22,193 trilhões. O montante de recursos destinados à dívida pública representou vinte vezes mais que os recursos destinados à Educação (R$ 542,331 bilhões), treze vezes mais que os recursos destinados à Saúde (R$ 819,010 bilhões) e 21 vezes mais que os recursos destinados à Assistência Social (R$ 529,722 bilhões)" (REIS, 2015, p. 191).

poderão abater 1% da dívida a cada mês trabalhado; redefinição do percentual dos encargos educacionais cobrados pela IES e financiados pelo FIES de acordo com a renda familiar mensal bruta do estudante que varia em menor ou igual a vinte salários mínimos; a fase de amortização passou a se iniciar após o período de carência com duração de até três vezes o tempo de financiamento, acrescidos de doze meses; as inscrições no FIES passaram a ser efetuadas exclusivamente pela Internet, em qualquer período do ano; foi criado o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), assim, os estudantes podem contratar o FIES, sem necessidade de apresentação de fiador, optando pela garantia do FGEDUC; criaram-se novas regras para integrar FIES e PROUNI; surgiram duas novas modalidades, o FIES Técnico e o FIES Empresa; ampliou o FIES à pós-graduação stricto sensu – cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado.

Percebemos que essas mudanças vão de encontro às demandas do mercado educacional e garantem o crescimento das matrículas nas IES privadas. Os dados demonstram um aumento dos recursos públicos alocados na Lei Orçamentária Anual (LOA), destinados ao programa desde sua implementação. Verificamos que o governo Dilma sempre executou a mais do que o orçado na LOA, em 2013, direcionando R$ 5.596.506.179,43 (cinco bilhões, quinhentos e noventa e seis milhões, quinhentos e seis mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e três centavos), alcançando a verba estipulada em 340,29%, acima do previsto. De acordo com os dados das despesas liquidadas na educação superior e pós-graduação no exercício de 2012, analisados pelo Tribunal de Contas da União – TCU (2013), verifica-se que as duas maiores despesas da educação superior brasileira foram o gasto com o FIES (32,6%) e com o pessoal (25,4%).

O PROUNI, em resposta às demandas do setor privado, do mesmo modo, obteve algumas mudanças desde o início do programa. Dentre as modificações realizadas ocorreram: a ampliação do perfil do bolsista, que incluiu estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em instituições privadas na condição de bolsista integral e estudante portador de necessidades especiais; atualmente concede bolsas de estudo integrais e parciais de cinquenta por cento (50%) em IES privadas; o bolsista parcial de 50% poderá utilizar o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) para custear os outros 50% da mensalidade, sem a necessidade de apresentação de fiador na contratação do financiamento; o candidato deve realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); as IES com ou sem fins lucrativos não beneficentes terão a alternativa de substituir a relação de estudantes pagantes de 10,7 para cada bolsa integral disponível, conceder uma bolsa integral para cada 22 estudantes pagantes e bolsas parciais que atinjam 8,5% da receita bruta; o programa passou a conceder bolsa permanência no valor de R$

300,00 para alunos com bolsa integral e que estejam matriculados em cursos presenciais com no mínimo seis semestres de duração com carga horária igual ou superior a seis horas; foi instituído o Módulo Internacional no âmbito do PROUNI, entre outras mudanças autorizadas por instância municipal[96].

Além das ações supracitadas, encontramos Projetos de Lei, Portarias, Leis e Decretos que fortalecem as faces do privatismo da educação superior por meio de recursos públicos a serem destinados às IES privadas. Igualmente, o governo federal conduz o privatismo exaltado por meio de ações de recuperação econômica e fiscal para instituições de ensino superior privadas e cria a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, que institui o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES), com o objetivo de assegurar condições para a continuidade das atividades das entidades mantenedoras. Esse programa é um benefício fiscal para as IES privadas, "que posterga por um ano a obrigatoriedade de pagamento de dívidas tributárias fiscais antigas". Com o PROIES, a lei supracitada "autoriza a moratória[97] e o parcelamento dos créditos tributários federais, concede benefício fiscal de redução de multas e institui programa de concessão de bolsas de ensino[98], cujos valores poderão ser utilizados pelas IES para pagamento de até 90% das dívidas tributárias federais".

Em 2010, foi criado o PL 8035/10 pelo Poder Executivo que apresentava as diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE 2011-2020. Segundo Lima (2012, p. 626), historicamente, existe uma disputa entre os projetos antagônicos[99] de educação e de universidade: "de um lado, os setores privatistas defendendo a "liberdade de ensino" e, por

[96] O prefeito do Rio de Janeiro decretou, em 2014, que o estudante bolsista do PROUNI tem direito ao cartão do benefício do Passe Livre Universitário que substitui o cartão Bilhete Único Universitário, e conta com o passe livre no município do Rio de Janeiro. Os alunos das IFES e IEES que não se incluem no campo das cotas não gozam do mesmo benefício.

[97] Moratória é suspensão temporária de cumprimento da obrigação tributária. De acordo com a Portaria Conjunta n.º 6, de 17 de agosto de 2012, "considera-se em **estado de grave** situação econômico-financeira a mantenedora de Instituições de Ensino Superior (IES) que, em 31 de maio de 2012, apresentava montante de dívidas tributárias federais vencidas que, dividido pelo número de matrículas total, resulte em valor igual ou superior a R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)".

[98] É concedido às IES privadas o pagamento de **até 90%** (noventa por cento) "do valor das prestações mensais mediante a utilização de certificados de emissão do Tesouro Nacional, emitidos pela União, na forma de títulos da dívida pública, em contrapartida às bolsas Proies concedidas pelas mantenedoras das IES para estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelos órgãos referidos no parágrafo único do art. 5º, condicionada à observância das seguintes condições por ocasião da adesão: I - adesão ao Programa Universidade para Todos (Prouni); II - adesão ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); III - adesão ao Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC).

[99] O fundo público também está presente nessa disputa: "os privatistas lutando pelo uso da verba pública para subsidiar o crescimento do setor privado (constituído pelas Instituições de Educação Superior – IES) com finalidade lucrativa e pelas IES sem finalidade lucrativa – comunitárias, confessionais ou filantrópicas, através das isenções e renúncias fiscais, e os militantes da educação pública reafirmando: verba pública *exclusivamente* para a educação pública!" (LIMA, 2012, p. 626).

outro, educadores, movimentos sociais, sindicais e estudantis em defesa da educação pública e gratuita". Entidades profissionais, movimentos sindicais e estudantis e sociais criaram o "Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para Educação Pública Já!". Essa campanha realizou um plebiscito que contou com a participação de 360 mil pessoas (352 mil votaram a favor do aumento do financiamento da educação).

O PNE foi sancionado quatro anos depois com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Esse novo plano define as bases da política educacional brasileira. O PNE 2014-2024 aprofunda as faces privatizantes da educação superior via parceria público-privada em relação à política de Educação Superior do PNE anterior. A meta 20 do PNE indica o aumento do investimento público em educação pública a atingir 10% do PIB até 2024. Observamos que até a mídia comemorou esse aumento, tal como ativistas e militantes, que acreditaram ser uma conquista das manifestações organizadas pela "*Campanha 10% do PIB para a Educação Pública, já!*[100]". Porém, esse recurso não irá somente para as instituições públicas, incluirá também a parceria público-privada.

> A Lei n. 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (2014-2024), instituiu um conjunto de metas e estratégias para essa educação que está basicamente assentado nessa lógica; para o ensino superior público, de: 1) expansão internacionalizada das áreas ditas de "excelência" nas universidades, com vistas a ampliar a competitividade do conhecimento nelas produzido; 2) expansão barateada e sem garantia permanente de recursos – ao modo REUNI – para os setores não "estratégicos" da rede pública, que se subordinam também a instrumentos de produtividade e "eficiência"; e para o privado, de 3) privatização do ensino de massas, com amplo suporte público ao ensino superior mais mercantilizado e associado ao setor financeiro. Além da patente flexibilização da noção de "público", matizada por outras noções como as de "bem público" e "função pública", noções estratégicas para legitimar a mediação privada na oferta do ensino, inclusive por instituições empresariais que recebem dinheiro público para ofertar ensino "gratuito" (SILVA, MINTO, LIMA, 2019, p. 92).

Destacam-se as metas referentes ao financiamento público que fortalecem os empresários da educação superior por meio da alocação direta e indireta de recursos públicos para as IES privadas: expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) para estudantes em cursos presenciais ou à distância, ampliar o FIES à pós-

[100] A Campanha Nacional Unificada em defesa do investimento imediato de 10% do PIB brasileiro para a Educação Pública foi lançada em 2011 e fazia oposição às propostas do PL 8035/2010 – PNE (2011-2020). Segundo Lima (2012, p. 646), a ***Campanha 10% do PIB para a Educação Pública, já!***" não se trata da alocação de verba pública para a educação, mas para a ***educação pública e gratuita*** (o que exclui a alocação direta e indireta de verba pública para o setor privado) e da alocação de 10% do PIB para a educação pública, ***já,*** isto é, não é um processo que dure dez anos,mas a alocação imediata para garantir a oferta de educação pública, gratuita e de qualidade referenciada nas lutas e demandas dos trabalhadores".

graduação stricto sensu[101] e ampliar o PROUNI para estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais ou à distância.

O fortalecimento do setor privado se dá por meio de duas estratégias: de forma indireta, através de isenção fiscal, como o PROUNI, e de forma direta, pelo FIES e os Programas IES do BNDES. Esse processo de expansão do acesso à educação superior ocorre por meio da eliminação das fronteiras entre o público e o privado, destinando recursos públicos ao setor privado por várias modalidades (QUEIROZ, 2014).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE[102] foi criado pela Lei 1.628, em 1952, sob o discurso de que essa instituição tinha como objetivo reforçar a industrialização do país e apoiar a economia brasileira. Em 1982, o banco passou a se chamar Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Nos anos de 1990, o Estado brasileiro fortaleceu o processo de privatização das grandes estatais brasileiras. "O Banco foi o órgão responsável pelo suporte administrativo, financeiro e técnico do Programa Nacional de Desestatização, iniciado em 1991" (BNDES, 2012). Segundo Castelo (2012), o BNDES é um dos aparelhos da política econômica de Estado que defende o novo desenvolvimentismo, tornando-se um dos maiores bancos de investimentos do mundo.

O MEC e o BNDES, em março de 1997, assinaram o Protocolo de Atuação Conjunta 01/97 para viabilizar a implementação do Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior – Programa IES, que afirmava "contribuir para a consolidação e a modernização do ensino superior no Brasil e apoiar a renovação e a ampliação dos meios físicos voltados ao ensino, à pesquisa e à administração das instituições de ensino superior (IES)" (BNDES, 2010, p. 228). Os itens financiáveis eram "obras civis e equipamentos". Inicialmente, o Programa teria vigência de sessenta meses (cinco anos), porém sua duração foi de dez anos, até 2007. Segundo o estudo realizado pelos intelectuais do BNDES, sujeitos políticos e intelectuais do capital, a vigência capital do Programa (1997-2007) "coincidiu com um período de grande crescimento do ensino superior no Brasil, especialmente nas instituições privadas" (BNDES, 2010, p. 228).

---

[101] O governo Dilma criou a Portaria Normativa nº 15, de 1º de julho de 2014, alterando a Portaria Normativa nº 1, de 22 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES: são considerados habilitados ao financiamento os cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado recomendados pela CAPES.

[102] O estudo elaborado pelo BNDES afirma que "o capital inicial do Banco, 20 milhões de cruzeiros, foi fornecido pelo Tesouro Nacional. Nos primeiros anos, a principal fonte de recursos viria do Fundo de Reaparelhamento Econômico, constituído por adicionais sobre o Imposto de Renda e depósitos obrigatórios de parte das reservas técnicas dascompanhias de seguro e de capitalização. O BNDES ficaria responsável pela negociação de empréstimos externos para o financiamento do Plano de Reaparelhamento e por executar as operações financeiras conexas" (BNDES, 2012, p.21).

Para o BNDES, a educação superior apresenta-se como um mercado brasileiro de ensino superior privado a nível de graduação, caracterizado como um ambiente competitivo e atrativo e com as IES privadas, visando ao lucro e disputa por alunos. Segundo Sécca e Leal[103] (BNDES, 2009, 103), a partir dos anos de 1990 e início do novo século, surgiram novas IES. O governo federal aperfeiçoou o "sistema de avaliação, e alguns dos participantes do mercado profissionalizaram sua gestão, até mesmo abrindo capital na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e realizando aquisições e novos investimentos por todo o país". Essas ações buscam fortalecer a mercadorização e a comoditização que direciona educação superior à commoditycidade da educação superior brasileira, caracterizada a partir do ponto de vista do mercado competitivo e lucrativo e sob o discurso educacional comoditizado, ou seja, tratando a educação superior como uma mercadoria investida na bolsa de valores, como se fossem commodities comerciáveis.

Conforme os dados apresentados pelo BNDES, no primeiro Programa IES (1997-2007), foram contratados um total de 61 projetos, sendo quatro projetos (12%) para três IES públicas – todas via Fundações[104] – e 57 projetos (88%) para 45 IES privadas. O próprio banco destaca que, em 2005, no governo Lula da Siva[105], surpreende com o "maior valor contratado, por motivo da especificidade da contratação das operações com os valores mais altos de todo o programa, uma de R$ 35 milhões e outra de R$ 30 milhões" (BNDES, 2010, p. 239). No mesmo ano, ocorreu um acréscimo no orçamento do programa de R$ 150 milhões.

A parceria do BNDES com o MEC renovou-se em 2009 por meio do novo programa IES, cujo objetivo central era "apoiar a melhoria da qualidade de ensino". Intitulado como Programa de Melhoria do Ensino das Instituições de Educação Superior, com vigência até 2014, dispunha de orçamento inicial de R$ 1 bilhão para financiamento a IES públicas e privadas. De

[103] Engenheiro e economista do Departamento de Operações Sociais da área de Inclusão Social do BNDES.

[104] Segundo o Caderno 23 do ANDES-SN, instalou-se, a partir dos anos de 1980, um processo de privatização "por dentro" das universidades públicas. As Fundações privadas ditas de apoio organizam a "realização de negócios (venda de projetos, cursos pagos e outros serviços). [...] Essas fundações agridem frontalmente o caráter público da universidade, desvirtuando as suas atividades-fim: de ensino, pesquisa e extensão, passam a ser dirigidas cada vez mais pelas necessidades do chamado mercado do que pela lógica da produção de saber e do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural" (ANDES, 2006, p. 9).

[105] No governo Luiz Inácio, o "BNDES participou ativamente da retomada do crescimento econômicono país, desembolsando 40 bilhões de reais em 2004 – o maior volume de recursos até então liberados pelo Banco em seus 52 anos de história" (BNDES, 2012, p. 161). Para Castelo (2012, p. 614), a ideologia desenvolvimentista, historicamente, percorre o pensamento econômico-político no Brasil, que retornou com novos arranjos no governo Luiz Inácio, "acoplada dos prefixos 'novo' e 'social'. [...] A nova fase do desenvolvimento capitalista, inaugurada nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), foi comemorada pelas classes dominantes. [...] No interior das classes dominantes (e seus aliados nacionais e internacionais), criou-se um clima de otimismo sobre os rumos do desenvolvimento capitalista, que também é alimentado pelo apassivamento das lutas da classe trabalhadora, gerado pelo transformismo do PT. Otimismo mais do que justificado, tendo em vista que lucros e juros capitalistas bateram recordes nos últimos anos".

acordo com a Portaria Normativa nº 14, de 24 de setembro de 2009, para as IES públicas ou privadas com ou sem fins lucrativos, inclusive beneficentes de assistência social, o Programa IES – MEC/BNDES disponibilizou recursos financeiros "na forma de financiamento concedido pelo BNDES com o intermédio de Instituições Financeiras Credenciadas (IFC) para projetos que visam à melhoria da qualidade do ensino superior, compreendendo atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica das IES" (MEC, 2009).

Em resposta às demandas do setor privado, Fernando Haddad, Ministro da Educação, alterou os procedimentos referentes ao Programa IES (2009-2014) com a promulgação da Portaria Normativa 18, de 30 de agosto de 2011. O programa passou a ter regras mais simples que as que tinham sido fixadas pela Portaria Normativa 14, de 24 de setembro de 2009.

Em 2011, no governo Dilma, as IES privadas, para serem contempladas com recursos do BNDES, teriam de aderir, de forma articulada, ao PROUNI, ao FIES e ao FGEDUC. Segundo o MEC, entre os itens que podiam ser financiados pelo Programa IES-BNDES, estavam as obras de melhoria de infraestrutura; máquinas e equipamentos de fabricação nacional; livros, nacionais e importados para constituição do acervo das bibliotecas; softwares nacionais didáticos; importação de equipamentos que não apresentem similar na indústria nacional; e projetos de reestruturação financeira.

O BNDES também participa ativamente na disseminação da agenda dos fundos patrimoniais no Brasil, objeto deste estudo. Segundo Luciane Gorgulho e Fabricio Brollo[106] (2019), o BNDES se engajou na luta pelos *endowments* e defendeu esse tipo de fundo como um instrumento para a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Em 2006, o BNDES criou uma unidade operacional para o desenvolvimento da Economia da Cultura, "passou a estruturar políticas e ações em prol do fortalecimento e da expansão do setor, dispondo para isso de diferentes instrumentos financeiros, como linhas de crédito, fundos de investimento e apoio não reembolsável" (p.162). O BNDES, nos últimos anos, esteve envolvido ativamente na promoção da agenda do capital para a criação de fundos patrimoniais no Brasil. Os intelectuais orgânicos do Banco afirmam que é

> [...] urgente a introdução de novos modelos de gestão e a atração de recursos privados como fonte complementar de recursos, como já ocorre em vários países. Doadores privados, mecenas, filantropos e a sociedade de modo geral podem e devem fazer parte dessa equação. Os Fundos Patrimoniais apresentam-se como sólida alternativa para essa questão (GORGULHO e BROLLO, 2019, p. 164).

[106] Luciane Gorgulho é chefe do Departamento Educação e Cultura do BNDES; e Fabrício Brollo é gerente do Departamento Educação e Cultura do BNDES.

O BNDES atua ativamente sobre esse tema em conjunto com as entidades empresariais a partir das iniciativas dos primeiros projetos de lei sobre Fundo Patrimonial[107]. Concedeu apoio à estruturação jurídico-administrativa de Fundos Patrimoniais de instituições que tiveram projetos apoiados. Em 2016, em parceria com o IDIS e Levisky Legados, realizou o I Fórum Internacional de *Endowments* Culturais, "que despertou o debate e a disseminação do assunto no Brasil e contribuiu para identificar e tratar dos entraves para o avanço dessa agenda" (GORGULHO e BROLLO, 2019, p. 166). Da mesma forma, contribuiu para o II Fórum que ocorreu em seu auditório na sede do Rio de Janeiro, fortalecendo esse instrumento no mercado de capitais.

Esse processo intenso de hegemonia dos grupos dominantes expressa a influência pedagógica do capital na política educacional brasileira. Como vimos, a burguesia brasileira utiliza a brutalidade histórica da sua herança colonial, mas utiliza, atualmente, novas formas de convencimento mais refinadas. Assim, articula convencimento e truculência, e os APHs cumprem um papel central na (des)educação para o consenso da massa de trabalhadores, como veremos a seguir.

2.3 **A pedagogia do capital e a interferência dos grandes grupos econômicos na educação brasileira**

O intenso processo de crescimento da iniciativa privada na educação superior brasileira corresponde, historicamente, à participação organizada do empresariado no debate educacional e no compartilhamento do Estado burguês às demandas apresentadas por esses sujeitos coletivos do capital, legitimadas e defendidas pelos governos brasileiros. A burguesia brasileira está organizada nas empresas e entidades patronais, bem como em grande parte de entidades sem fins lucrativos que formulam programas e aplicam os programas públicos.

Como vimos no capítulo anterior, as entidades empresariais estão ocupando os espaços públicos e (des)educando a massa de trabalhadores para a luta. Estamos diante de um

[107] Como veremos no próximo capítulo, o BNDES participou ativamente da elaboração do texto final da Lei 13.800/2019, que regulamenta os fundos patrimoniais no Brasil. O Banco apoiou a ampliação das causas abarcadas pelos Fundos Patrimoniais, inicialmente restritas a causas específicas, tais como o ensino superior, esportes e cultura, e defendeu uma estrutura única que contemplasse as instituições públicas e privadas. Esse arcabouço jurídico foi construído pelas entidades empresariais e contou com a participação do BNDES.

hiperativismo burguês empresarial a partir da criação de entidades sem fins lucrativos (financiadas por empresas brasileiras e/ou estrangeiras) que se expandem a partir da década de 1990, o que se intensifica nos anos 2000, com o objetivo de conformar os trabalhadores à lógica do capital, ou seja, converter as lutas da classe trabalhadora à pauta do projeto burguês de sociabilidade.

A tentativa de controle de ação das massas de trabalhadores foi sendo paulatinamente desarticulada no processo de luta para uma atuação empresarial. Isso significa que nas lutas pelos direitos da mulher, antirracistas, feminicídios, LGBTQIfobia, contra o machismo, em defesa da educação e saúde pública, questão ambiental, entre outras, terão ações das entidades empresariais para formar o consenso. Esse crescente ativismo foi ocupando a participação coletiva e a disputa da definição de políticas de Estado. Essa forma de atuação burguesa abre espaço para frações burguesas que, em parte, se contrapõem às pautas e, por outro, se aproveitam dos resultados dessas ações de convencimento.

As entidades empresariais buscam bloquear, dentro e fora do Estado, a participação dos movimentos sociais combativos e classistas, sendo necessário pensar esse ativismo de setores dominantes não só na indústria, finanças, serviços, agronegócio, tal como na política educacional. No mesmo sentido, a "nova pedagogia de hegemonia" aponta as novidades e continuidades das estratégias do capital para (des)educar os trabalhadores para a conformidade, tendo como ponto em comum a teoria do capital humano e do capital social concepções econômicas de educação nas ações educativas de fortalecimento do projeto de sociabilidade burguesa[108].

Essas novidades e continuidades dos dilemas do privatismo exaltado da educação superior na atualidade são distintivas das ações ofensivas do capital por meio das orientações políticas do Estado e, conduzidas pela ofensiva reacionária da burguesia brasileira. No século XXI, ocorre uma nova fase da histórica dualidade educacional e da mercantilização da educação superior, constitutivas do padrão dependente de educação superior, inerente ao capitalismo dependente, conforme analisado por Lima (2019).

Segundo os dados do INEP (2018), o maior número de matrículas de estudantes da educação superior brasileira está em IES privadas. Os grupos educacionais privados seguem as novas orientações das diversas formas de exploração do trabalho, como, as pautas instituídas

[108] Essas vertentes conservadoras sustentam a lógica de educação para a competitividade para apassivamento das lutas populares. Parte da afirmação que a classe trabalhadora é proprietária do capital humano (suas habilidades e conhecimentos) como um tipo de capital, buscas ocultar e apassivar as contradições entre o capital e o trabalho.

pela lei das terceirizações, da reforma trabalhista e da reforma da previdência. “Os grandes grupos educacionais já operam mudanças em seus contratos de trabalho: a nova legislação fundamenta massivas demissões de trabalhadores, que serão substituídos por outros com menor salário e direitos” (LEHER, 2018, p. 13).

O autor destaca que devemos avaliar os significados de algumas ações do governo federal brasileiro no século XXI, como: a lei antiterrorismo; o uso das forças armadas na segurança interna; o controle dos movimentos sociais pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); o Ministério Público e sua quase soberania dos seus membros; o apassivamento das lutas sociais por meio das políticas sociais focalizadas em forma de bolsas; a ação empresarial (com predomínio bancário) em defesa da reforma da Constituição Federal (CF) de 1988. Sinais claros de que a CF estava sendo corroída (descrições que condizem com a democracia restrita para atender os intesses dominantes) e que essa transição não alterou os fundamentos do modelo capitalista dependente e da heteronomia cultural.

Leher (2018) apresenta a atuação das grandes empresas que estão entre os 200 maiores grupos econômicos atuantes no Brasil do jornal Valor[109] que intervêm diretamente na educação – básica, profissional e superior – e programam suas ações por meio de suas entidades empresariais, os APHs.

> É interessante observar que os grandes grupos criaram uma rede de APH e vêm ampliando sua hegemonia sobre outras organizações sociais, associações e sindicatos de menor porte, havendo, inclusive, centrais sindicais, o que é importante para a capilarização (e aparente despolitização) de suas ações. Merece registro, também, a influência desses APH sobre os governos municipais (em especial, nas secretarias de educação), estaduais e federal (neste último, em especial sobre o MEC – Ministério da Educação, CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (LEHER, 2018, p. 34).

Outra rede de poder importante é a atuação das instituições religiosas, como a igreja católica[110] e correntes protestantes de grupos pentecostais e neopentecostais. A bancada evangélica (bancada da bíblia), nas últimas eleições em 2018, aumentou o número de candidatos indicados e eleitos com a crença evangélica, passando para 91 parlamentares (84 para Câmara dos Deputados e 07 para o Senado). Criaram uma Frente Parlamentar Evangélica (Frente Parlamentar do Congresso Nacional) que busca a aprovação do PL (2013) do Estatuto da Família que define família como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher. Essa frente se organiza em oposição a temas como: igualdade de gênero;

[109] Valor Econômico dez. de 2017, número 16. A lista atualizada em 2019, com as 1000 maiores empresas, está disponível em: https://www.valor.com.br/valor1000/2019/ranking1000maiores Acesso em 17 de jan. de 2020.

[110] No que tange à política educacional, deixa clara a influência da igreja católica, sendo institucionalizado o ensino religioso confessional nas escolas públicas.

casamento entre pessoas do mesmo sexo; legalização do aborto; criminalização da violência e discriminação contra homossexuais, bissexuais e transexuais; e resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que retirou a homossexualidade da lista de distúrbios mentais.

As ações dessas confissões religiosas estão diretamente ligadas ao controle sobre a formação de consciência de grandes massas sociais. Essa medida irá beneficiar, sobretudo, grupos mais capilarizados nas grandes regiões metropolitanas, as pentecostais e neopentecostais (LEHER, 2018), tal como, a aprovação da proposta do movimento Escola "Sem" Partido, uma ameaça à educação e à sociedade brasileira[111].

A política educacional brasileira é formulada com a participação dos APH que tem como objetivo a formação de consciência da massa de trabalhadores. A maior concentração das grandes empresas está no movimento Todos pela Educação (TPE) e no Movimento Brasil Competitivo (MBC), com destaque das instituições financeiras – Bolsa de Valores de São Paulo, Banco Itaú/Unibanco, BID, Grupo Banco Mundial, fundos de investimentos (*private equity*), do mesmo modo que a atuação das entidades patronais como Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio, Confederação Nacional da Agricultura, Associação Brasileira do Agronegócio. O quadro a seguir apresenta como esses APH estão vinculados à educação.

Quadro 4 – Aparelhos Privados de Hegemonia – APH vinculado à educação

APH	**Área de atuação prioritária**	**Frações burguesas mais proeminentes (posição no ranking das 200 maiores empresas Valor)**
Todos pela Educação	Educação básica – logrou importantes influências no texto final do Plano Nacional de Educação e, anteriormente, no Plano de Desenvolvimento da Educação.	DPaschoal (193); Gerdau (21); Suzano Papel e Celulose (70); Instituto Votorantim (26); Fundação Bradesco (2); Fundação Itaú Social (3); Fundação Lemann (12, Ambev); Instituto Unibanco (3); Itaú BBA (3); Gol Linhas Aéreas (78); Fundação Telefônica/Vivo (14); Instituto Península (Carrefour, 17).

[111] O movimento autointitulado "Escola sem Partido" foi criado em 2004, pais e responsáveis de estudantes do ensino fundamental para agir contra a "doutrinação esquerdista" nas escolas. Esse movimento ganha maior visibilidade em 2014, a partir da adesão do deputado estadual Flávio Bolsonaro e do vereador Carlos Bolsonaro, ambos do Rio de Janeiro, decidem criar projetos políticos com as pautas indicadas, incluindo a pauta contra a "ideologia de gênero". Em 2015, o movimento "Escola sem Partido" se expande nacionalmente, e elaboram projetos de leis de âmbito municipal, estadual e federal. O livro "Escola "Sem" Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira", organizado por Guadêncio Frigoto (2017), apresenta uma análise crítica desse movimento, contextualiza e a analisa os interesses políticos e econômicos presentes no discurso e nas ações políticas, e o papel da educação e da instituição escolar. Frigotto (2017) analisa o referido movimento, destacando "seu sentido de ameaça ao convívio social e liquidação da escola pública como espaço de formação humana firmado nos valores da liberdade, de convívio democrático e de direito e de respeito à diversidade" (p. 17).

Fundação Lemann	Educação básica Educação superior	Ambev (12); Google; Itaú BBA (3); Instituto CreditSuisse (113); Hedging-Griffo; Fundação Telefônica(14) Vivo (Telefônica, 14); Instituto Península (17); Instituto Natura (72); Instituto Sonho Grande; Instituto Arapyaú; Rede Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS); Vetor Brasil; Associação de Jornalistas ProA; MGov Brasil.
Fundação Educar DPaschoal	Educação básica, assistência social, alimentação, formação de professores	Associação Paulista de Fundações; Compromisso Campinas pela Educação; Fundação FEAC; Rede GIFE; ISA (Instituto Solidariedade para programas de Alimentação); Instituto Padre Haroldo; JASP (Junior Achievement São Paulo); Mesa Brasil SESC; TPE; Instituto Rubem Alves.
Fundação Educar	Ensino superior	Fundação Lemann (12); Ambev (12); Itaú (3); Stone (Grupo Safra, 35)
Instituto Inspire	"Educação integral na prática"/"Educação Digital"/"Educação integral inovadora"	Fundação Lemann (12); Fundação Telefônica (14); Instituto Natura (72); Instituto Península (17); Instituto Unibanco (3); Prefeitura Municipal de São Miguel dos Campos; Secretaria da Educação do Estado de São Paulo; Secretaria da Educação do Estado de Alagoas; Faculdade Politécnica da Universidade Federal da Bahia – UFBA; Parceiros da Educação; WISE – *Word InnovationSummit for Education*(Dopha, Catar); Associação Cidade Escola Aprendiz; Inketa Serviços de Design; Instituto Tellus; Rede Conhecimento Social; Centro de Inovação para Educação Brasileira – CIEB; Centro de Referências em Educação Integral; Movimento pela Base.
Instituto Unibanco	Nível médio, profissionalizante	Fundação Itaú Social (3); Itaú BBA (3); Fundação Lemann (12); Instituto Península (17); Folha de São Paulo; Fundação Carlos Chagas; INSPER; Fundação Vitor Civita; FGV – Fundação Getúlio Vargas; TPE – Todos pela Educação; CONSED – Conselho Nacional de Educação; GIFE – Grupo de Investidores Sociais do Brasil; Campanha Nacional pelo Direito à Educação, estados do Ceará, do Rio Grande do Norte e do Piauí; Instituto Inspire; Observatório do Plano Nacional de Educação; Baobá – Fundo para a Equidade Racial; ENEM no Futura; Rádio CBN – Central Brasileira de Notícias; ABAVE – Associação Brasileira de Avaliação Educacional; CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade; FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas econômicas.

Instituto Natura	Ensino médio integral	Principal parceiro: Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE).
Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE)	Ensino médio integral	Instituto Natura (72); Itaú BBA (3); Fiat – *Chysler* (24); Jeep; Sonho Grande Instituto; IQE (Instituto Qualidade no Ensino); STEM – Brasil (*World Fund*); Secretarias estaduais e municipais de Educação.
Movimento pela Base Nacional Comum	Educação infantil/ensino fundamental	Fundação Lemann (12); Fundação Roberto Marinho (Grupo Globo, 42); Instituto Unibanco (3); Instituto Ayrton Senna.
Fundação Itaú	Gestores escola básica (secretários de educação e diretores) e ensino médio.	Instituição bancária/financeira. Itaú-Unibanco (3).
Centro de Liderança Pública (CLP)	Empoderar líderes/cursos, pós-graduação/WS	BM&F Bovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – Bolsa de Valores de São Paulo; Agência de publicidade DPZ&T; Visagio Consultoria de Gestão; Itaú Unibanco (3); BTG Pactual (45); CreditSuisse (113); Iguatemi; Instituto Semeia; Casa do Saber; Escola de Coaches; Moreau Advogados; Ecosocial.
Iniciar Porvir	Comunicação e mobilização social; mapeia, produz, difunde e compartilha referências sobre inovações educacionais e qualidade da educação; incentiva a mídia e a sociedade a compreender e demandar inovações educacionais. Atua no ensino fundamental e na formação de professores.	Fundação Itaú Social (3); Fundação Lemann (12); Instituto Natura (72); Fundação Telefônica (14); Antenas: Atemísia; Associação Cidade Escola Aprendiz; Catarse; centro de Referência em educação Integral; C.e.s.a.r Edu; Cipó Comunicação Interativa; Endeavor; Fundação Tide Setúbal; Geekie; Instituto Educadigital; Instituto Rodrigo Mendes; TIC Educa; WISE; Iniciativa Inspirare.
Ensina Brasil	Recrutamento e seleção de jovens talentos; formação docente inicial e contínua; educação básica; membro da Rede Teach for All.	Fundação Itaú Social (3); Fundação Lemann (12); Energisa (44); Instituto Península (17); BrainCompany; Haddad Foundation; Sonho Grande; Garcia Family Foundation; AIESEC Brasil (*AssociationInternationaledesEtudiants em SciencesEconomiquesetCommerciales*); Movimento de Liderança Jovem; Paz Mundial; Potencialidades Humanas; Brasil Jr; *Mobile Government*; *Omydiar Network*; Brasil Cursinhos; FEJESP – Federação das Empresas Juniores do Estado de São Paulo; Instituto Samuel Klein; Fundação Arymax.
CMI – Confederação Nacional da Indústria, FIESP – Federação da Indústria do Estado de São Paulo	Sistema S (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Serviço Social do Comércio, Serviço Social da Indústria e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio); educação básica; educação técnica e tecnológica; e educação superior. Logrou	Compreende as entidades patronais da Indústria no Brasil, abrangendo a Confederação e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, constituída por mais de 133 sindicatos patronais.

	importante influência em todo o capítulo da educação profissional do Plano Nacional de Educação.	
Confederação Nacional da Agricultura, Associação Brasileira do Agronegócio	Educação básica, profissional e superior. Ênfase na formação e no trabalho docente.	Abrangem o agronegócio – inclusive os setores mais tradicionais e os mais modernos e internacionalizados.
Movimento Brasil Competitivo	Educação profissional, educação superior, ciência, tecnologia, inovação (competitividade)	Gerdau (21); Petrobras (1); Odebrech (9); COSAN (16); Camargo Corrêa (62); Natura (72); Riograndense (165); Embraer (36); Grupo Globo (42); Fiat (24); Unimed Seguros (180); Suzano (70); Motorola Solutions; Genral Electric; Microsoft Brasil; Grupo FarmaBrasil; Celulose 3M; Acciona; BiolabFarmaceutica; SPFL, Energia, Ericsson; Eurofarma; IBM; Infraero; Qualcomm; Paypal; Souza Cruz; CNI; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Governo Federal; Central Única dos Trabalhadores; Força Sindical.
***TrinkTanks* (Casa das Garças, Millenium, FGV – Fundação Getúlio Vargas, NEV – Núcleo de Estudos da Violência, Fórum da Liberdade)**	Política educacional. Atuam na disputa pelas concepções de educação, em prol do dito livre mercado.	São financiados por bancos ou possuem dirigentes que são diretamente banqueiros (Casa das Garças). Outros são auspiciados por fundações congêneres estrangeiras.
Diálogo interamericano/ Programa de Reforma da Educação da América Latina e Caribe	Educação básica, trabalho docente (remuneração por tarefa e desempenho), sindicalismo, difusão da língua inglesa na América Latina, qualidade da educação, difusão de boas práticas. Elaboram relatórios gerais por país. Em geral, difundem livre mercado na educação.	BMW Group; Chevron; Ford Foundation; Gordon and Betty Moore Foundation; BID; USAID; FundaciónVidanta; Word Bank Group; Televisa; Sempra International; Pearson; Bernard van Leer Foundation; Henry Luce Foundation. No Brasil, realiza trabalhos com a Fundação Ayrton Senna. Associação Internacional para Avaliação de Rendimento Educacional (IEA), indica a influência de agências governamentais estrangeiras sobre os rumos da educação no Brasil.
Meios de Comunicação (Organizações Globo, FSP – Folha de São Paulo, OESP – O Estado de São Paulo, Grupo Cívita/Abril)	Atuam em todas as frentes da educação, produzem material didático, sistemas de ensino, em defesa da agenda congruente com a do Todos pela Educação. Alguns já atuam diretamente no	Articulam diversos segmentos: jornais, revistas, editoras, TV aberta, TV a cabo, rede de internet, agronegócio, bancos, seguros, previdência privada, variando conforme o grupo.

	fortalecimento de serviços educacionais.	
Grupos de interesse (ABMES; ABRAES; FENEP; ANACEU; ANUP; Fórum das Entidades Representativas do Ensino Particular)	Representam as entidades corporativas patronais, podendo ser gerais ou específicas de segmentos que podem competir entre si, como centros universitários, universidades particulares e organizações com ações negociadas na bolsa etc. Todas atuaram em conjunto em prol do FIES e do ProUni, arrancando concessões diversas do governo federal, o que possibilitou extraordinário aumento das despesa FIES e a redução drástica das contrapartidas do ProUni. A influência no Plano Nacional de Educação foi extremante importante.	Em geral, comportam alianças com o setor financeiro, por meio de fundos de investimentos (*privateequily*), organizadas pela ABRAES – Kroton (102), Estácio Participações (121).
Igrejas (CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Confissões Pentecostais e Neopentecostais)	Atuam em todas as frentes. Muitas possuem redes próprias de escolas e universidades; outras atuam predominantemente na defesa dos valores de suas confissões. Em 2017, lograram importante vitória no STF em defesa do fim da laicidade da escola pública, por meio do ensino confessional.	Em geral, estão vinculados diretamente às suas congregações religiosas, a forças partidárias e também podem possuir associações com fundos de investimentos.

Fonte: Quadro elaborado por Leher (2018).

O Movimento Brasil Competitivo (MBC), criado no governo FHC em 2001, foi a primeira Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) com o objetivo de promover a competitividade e a contrarreforma do Estado. É formado por empresários da grande burguesia, estando sob sua direção Jorge Gerdau Johannpeter (presidente do Grupo Gerdau)[112] que foi coordenador da câmara de gestão e competitividade do governo Dilma

[112] Grupo Gerdau inclui a Usina Siderúrgica Paraense, a Metalúrgica Fibra S.A. e a Mefisa Parafusos e Fixadores S.A., entre outros. Segundo Casimiro (2018, p. 233), Jorge Gerdau é "líder do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGPQP), é membro do Conselho Diretor e do Comitê Executivo do *Insternational Iron and Strel Institute* (IISI), membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), do Conselho do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), do qual foi presidente durante duas gestões, do Conselho de Administração da Petrobras e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do governo federal (**no governo Dilma Rousseff**). Atuante em diversos aparelhos privados de hegemonia da burguesia brasileira, nos anos de 1980 foi membro dirigente da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes), da União Brasileira de Empresários (UB), dirigente do Instituto Liberal (IL), do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), do Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN), conselho de Instituto

Rousseff[113]. Segundo Casimiro (2018, p. 234-235), o "MBC aparece no conjunto das organizações de ações político-ideológicas da burguesia brasileira como uma espécie de 'porta giratória' entre alta burocracia estatal e os CEOs do setor privado". Funciona como um instrumento de aproximação e ativação da aparelhagem estatal, atuando dentro da estrutura do governo federal.

Além de grupos empresariais, multinacionais e empresas estatais, estão entre os associados ao Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP), defendido pelo movimento, as instituições de articulação à política sindical da classe trabalhadora, como: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Assim, o aparelhamento burguês, "além de congregar os interesses do capital, incorpora entidades de representação das classes trabalhadoras, como forma de captura e ressignificação de suas bandeiras de luta, propondo um discurso universalizante, o discurso de um partido político" (CASIMIRO, 2018, p. 241). O quadro abaixo destaca algumas ações do MBC dentre as quais está o referido programa.

Quadro 5 – Frente de atuação do MBC

Frente de atuação do MBC	
2002	Lança seu primeiro projeto, a Rede de Cooperação Brasil+, com parceria com o Sebrae. Tem o objetivo de promover o prêmio de competitividade para micro e pequenas empresas (MPE Brasil) e a rede de programas estaduais – Rede de Qualidade, Produtividade e Competitividade (Rede QPC).
2005	MBC lança o Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP) e as duas primeiras adesões[114] são da Prefeitura de São Paulo e do atual Ministério do Desenvolvimento Social e Reforma Agrária.
2007	MBC realiza, em parceria com o Conselho de Competitividade Americano e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), a primeira Conferência de Inovação Brasil-EUA.
2011	MBC desenvolve programas nas áreas de estratégia, infraestrutura e cultura de governança e gestão junto à Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), criada pela presidência da República.

para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), membro do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), membro do Conselho de Governança do Instituto Millenium (Imil), entre outras instituições de representação classista e sindicatos patronais" (grifos meus).

113 Ver matéria da Revista Veja "Gerdau vai ter sala ao lado de Dilma para aconselhar governo". Disponível em: https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/gerdau-vai-ter-sala-ao-lado-de-dilma-para-aconselhar-governo/ Acesso em 27 de jan. 2020.

[114] Essa forma privatizante da gestão do bem público foi implementada em diversas prefeituras, governos estaduais e outros órgãos como a Casa Civil da Presidência da República, Secretaria de Avaliação Civil – Aeroporto de Guarulhos e o Tribunal de Justiça de São Paulo. Ver Casimiro (2018), o autor apresenta a execução do Programa Modernizando a Gestão Pública (PMPG) do MBC entre 2011 e 2013.

2015	MBC une empresários e governadores para lançar o Pacto pela Reforma doEstado, com a missão de adequar o Estado brasileiro aos desafioscontemporâneos.
2016	O MBC completa 15 anos de atuação com novos projetos para o desenvolvimento do país. Um deles é o **Brasil Digital**, que quer construir as bases para digitalização da economia nacional.
2017	**Mais Gestão** Plataforma online com o objetivo de disseminar e transferir boas práticas na gestão pública.

Fonte: Relatório anual do MBC 2018.

As ações listadas demonstram o acesso do MBC à aparelhagem institucional estatal, atuando na reconfiguração da gestão pública. Casimiro (2018, p. 245) destaca que o objetivo do MBC, a partir de sua plataforma de eficiência e competitividade, não é só "educar" ou "formar" a burguesia para a conformidade da massa de trabalhadores, "mas também difundir e instrumentalizar, na aparelhagem estatal, o seu modelo privado de gestão, como proposta 'modernizadora'". A lógica da gestão privada no processo de reconfiguração do papel do Estado é uma das principais estratégias do MBC, atrelada à nova face de "modernização conservadora", convertendo a administração pública dentro dos princípios da iniciativa privada que orienta a Agenda Nacional da Gestão Pública. Esses são novos traços da contrarreforma do Estado no Brasil que, historicamente, de formas específicas atravessa os diferentes governos.

Seguindo essa mesma lógica, o movimento Todos pela Educação (TPE), uma entidade sem fins lucrativos, foi fundada em setembro de 2006 no museu Ipanema, em São Paulo, onde foi apresentada a carta "Compromisso Todos Pela Educação". A instituição afirma-se como uma avaliadora crítica das ações do governo e legisladores da educação; procura a mobilização de atores-chave; monitora as políticas educacionais; e produz conhecimento para o poder público. É um encontro de entidades empresariais que define a política educacional e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – currículos, formas de contratação e avaliação dos docentes, programa de cursos, avaliação discente, seleção e controle dos secretários municipais e estaduais de educação.

O TPE foi criado por representantes da sociedade política e financiado por diversas empresas de grande porte, entre outras entidades sem fins lucrativos, atuante dentro e fora do Estado, articula interesses do capital e da composição estatal. Influencia e determina diretamente a educação pública brasileira, visando vender produtos da fundação e das empresas (gestão de escola, material escolar, vídeos etc.). Esse movimento define como princípio o

estabelecimento de diretrizes para a educação nacional, com metas a serem atingidas até 2030[115].

Segundo Leher (2018), o TPE conseguiu, em 2007, no governo Lula da Silva, definir o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a mais abrangente política educacional, tal como uma política de Estado, influenciando os termos do PNE (2014). Fernando Haddad, ministro da educação do PT, batizou o PNE com o nome Compromisso Todos pela Educação (o mesmo nome da carta de princípios do TPE). Assim, podemos identificar semelhanças e aspectos complementares no projeto educacional de empresas e governo, ou seja, a agenda do TPE para a política de educação, atrelada aos interesses empresariais. Pode-se afirmar que esse movimento expressa o auge do alcance do capital em todas as esferas da educação brasileira.

> [...] É possível afirmar sua liderança em termos da capacidade de arregimentação de frações burguesas e mesmo de trabalhadores em prol de sua causa; a supremacia das causas por ele defendidas (sua agenda se converte na agenda nacional) e, sobretudo, pelo fato de que conquistaram posições estratégias no âmbito estatal (LEHER, 2018, p. 51).

O conselho de fundadores do TPE (organização intraburguesa) é formado por Jorge Gerdau Johannpeter (presidente do Grupo Gerdau), Daniel Feffer (sócio Suzano Papel e Celulose), Danilo Santos Miranda (filósofo, sociólogo e Diretor do Departamento Regional do SESC-SP), Jayme Sirotsky (jornalista e presidente emérito do Grupo RBS), Luiz Paulo Montenegro (sócio da IBOPE Inteligência), Milú Villela (uma das maiores acionistas do Itaúsa), Viviane Senna (empresária e presidente do Instituto Ayrton Senna) e Wanda Engel Aduan (superintendente-executiva do Instituto Unibanco**)**. Como presidente-executiva, Priscila Fonseca da Cruz[116] e Ana Amélia Inoue[117] na presidência de governança.

A principal mantenedora do TPE é a Fundação Lemann, criada em 2002, pelo economista e empresário suíço-brasileiro Jorge Paulo Lemann, fundador da Fundação Estudar. Acionista principal da ANBEV que participa da INBEV, vem de uma trajetória do Banco Garantia que tem uma gestora de fundos que divide suas atividades em três direções: startups educacionais, atuação diretamente na educação pública e controle e compra de escolas privadas. Em 2019, foi considerado pela Forbes como o segundo homem mais rico do Brasil.

O princípio fundamental desse movimento é difundir sua concepção de "competitividade" para todas as esferas da vida social. Nessa lógica, a estratégia central é estabelecer a pedagogia de hegemonia do capital e educar para o consenso. Em 2007, o

---

[115] Relatório anual do TPE (2018).

[116] Priscila Cruz é presidente-executiva e cofundadora do movimento Todos Pela Educação. É mestre em Administração Pública pela *Harvard Kennedy School of Government*, com graduação em administração de empresas pela FGV-SP e em Direito pela USP.

[117] Ana Amélia Inoue é assessora de Educação do Itaú BBA.

encontro “A educação que precisamos para o país que queremos” foi realizado em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e o compromisso “Todos pela Educação”.

> [...] Na ocasião, Jorge Gerdau Johannpeter defendeu que a “educação é importante para o desenvolvimento social, e fundamental para o desenvolvimento econômico”. É importante questionar: qual modelo de educação está em disputa? A proposta em questão foi estabelecer novas diretrizes para a educação pautadas nas concepções privatizantes e mercadológicas de educação embaladas pelos discursos de competitividade, empreendedorismo e meritocracia que norteia as ações do movimento (CASIMIRO, 2018, p. 243, grifos meus).

Atualmente, a política de educação brasileira está diretamente ligada às grandes empresas. Essas entidades estão inseridas nas escolas públicas (redes municipais e estaduais), direcionando sua política como proposta de governo e adotando a gestão inteira de prefeituras e governos estaduais, conforme indica o estudo de Casimiro (2018). Nesse sentido, a tabela a seguir indica as ações específicas do TPE.

Quadro 6 – Ações do TPE

Ações do TPE	
2006 – Lançamento do Todos pela Educação	O lançamento da carta Compromisso Todos pela Educação.
2007 – Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)	A carta foi a base do Plano lançado pelo MEC. Seu maior indicador é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).
2009 – Educação obrigatória dos 4 aos 17 anos	O TPE contribuiu para a instituição da Emenda Constitucional (EC) nº 59, que amplia a permanência na educação básica. Antes dela, a obrigação era dos 6 aos 14 anos.
2011 – 5 anos de TPE	Foi lançada uma produção "Todos Pela Educação – 5 Anos, 5 Metas, 5 Bandeiras".
2011– Criação da Reduca[118]	Coordenou a criação da Rede Latino-americana de organizações da Sociedade Civil pela Educação com instituições de 14 países.
2012 – O primeiro diagnóstico de alfabetização	Participou da criação da Avaliação Brasileira do Final do Ciclo de Alfabetização (Prova ABC), aplicada no ensino fundamental.
2013 – Prova ABC e a avaliação nacional	A Prova ABC moveu a criação Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), que chegou 02 anos depois.
2013 – Observatório do Plano Nacional de Educação	Enquanto o novo PNE tramitava no Congresso, o TPE coordenou a criação do Observatório do PNE, um portal de monitoramento constante dos resultados do plano.
2014 – novo Plano Nacional de Educação	Após quase quatro anos de tramitação intensa, o atual PNE, do qual participaram ativamente, foi aprovado no Congresso Nacional.

[118] A Reduca – Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação – é formada por entidades sem fins lucrativos de 14 países latino-americanos com o objetivo de participar ativamente das políticas educacionais públicas. Em Brasília, no dia 16 de setembro de 2011, os países participantes assinaram a Declaração de Brasília, que estabeleceu a rede e seus objetivos, com o apoio do Banco

2015– Lançamento do "5 Atitudes pela Educação"	Uma produção sobre a educação de crianças e jovens.
2016 – 10 anos de TPE	Em parceria com a editora Moderna, lançou o "Educação: Agenda de Todos – a trajetória do Todos Pela Educação 2006-2016".
2016 – Ato no Congresso	Realizou um ato de dez anos do TPE no Congresso Nacional pela "Educação pública de qualidade", com a participação de alunos, professores, parlamentares, gestores públicos e organizações.
2017 – Criação de frentes de atuação	O TPE participou de várias frentes para articular governo, sociedade para disputar os interesses do capital sobrea educação.
2018 – #Educação Já!	Lançamento do Educação Já!, uma ação coletiva que reúne diversos especialistas, movimentos e instituições, com propostas de medidas urgentes a serem implementadas pelo governo a partir de 2019.

Fonte: Elabaração da autora com base nos dados disponibilizados pelo TPE.

Esse movimento, sob o discurso aparente de atuação voltada à qualidade e melhoria da educação no Brasil, busca direcionar as diretrizes do campo educacional, atreladas aos interesses da burguesia local e internacional no fortalecimento do projeto burguês de sociabilidade. Casimiro (2018) afirma que esse APH, em relação à produção do consenso, é um movimento estratégico para o projeto de hegemonia da nova direita no Brasil, considerando um projeto vitorioso, em particular, a partir do governo Dilma Rousseff.

Segundo Vânia Motta (2018, p. 312), as parcerias público-privadas na educação se expandem com entidades que compõem o TPE, a exemplo da Fundação Roberto Marinho e o Instituto Ayrton Senna, que desenvolvem projetos nos moldes neotecnicista estadunidense[119]. Essa prática está presente no Plano Nacional da Educação (2011-2020), da mesma maneira que o PDE "incorporou as metas e estratégias de 'gestão de qualidade' do grupo de empresários e banqueiros brasileiros organizados no movimento Todos pela Educação (TPE)". O TPE disputa um projeto de educação dirigido e direcionado para garantir os interesses das grandes corporações econômicas, buscando na política educacional possibilidades lucrativas e ideológicas de implementar seus princípios empresariais como forma hegemônica de formação.

Interamericano de Desenvolvimento (BID). A rede é um exercício livre e voluntário entre os seus membros para a troca de experiências, para o desenvolvimento de projetos em conjunto e para a construção de uma voz de mobilização regional e de incidência em políticas públicas, buscando propor soluções para os principais desafios educacionais de cada país. Fazem parte da Reduca entidades da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e República Dominicana.

[119] Motta (2018, 314) afirma que esse grupo organizado de empresários "segue à luz dos 'reformadores' empresariais da educação nos Estados Unidos, por meio do Programa *No Child Left Behind* (Nenhuma criança deixada para trás). Um programa que insere a abordagem neotecnicista e gerencialista empresarial nas escolas públicas estadunidenses".

O TPE reformulou o seu estatuto em 2014 para tornar-se uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Essa instituição concebe um papel basilar no conjunto das organizações de ações política e ideológica que se estende à política educacional e abrange outros campos da vida social. O quadro abaixo apresenta a lista de mantenedoras e apoiadores do TPE, demonstrando que o movimento é composto pela ampla burguesia, com participação maciça dos grandes grupos econômicos multinacionais.

Quadro 7 – As mantenedoras e apoiadores do TPE

Lista das mantenedoras e apoiadores da TPE		
Associação Crescer Sempre	Daniel Golberg	Família Kishimoto
Fundação Itaú Social	Fundação Lemann	FLUPP – Fundação Lucia &Pelerson Penido
Fundação Bradesco	Fundação Vale	Fundação Telefônica/Vivo
Instituto Natura	Instituto Península	Instituto Unibanco
Itaú BBA	Malú Villela	Prisma Capital
Scheffer	Antonio Carlos Pipponzi	Buguer king
Editora Moderna	Fundação Educar DPaschoal	Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
Fundação Roberto Marinho	Gol Linhas Aéreas	Instituto Cyrela
Instituto MRV	Instituto Votorantim	Movimento Arredondar
PATRI	Shoulder	Suzano Papel e Celulose

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados disponíveis no site do Todos pela Educação[120].

Trata-se de um APHE com uma representação expressiva e com atuação na política educacional. Constitui-se num mecanismo estratégico de ação burguesa, dando as diretrizes da aparelhagem estatal, assumindo o papel de intelectual coletivo do capital, sob a aparência de um consenso intraclasse. Além de contar com recursos das mantenedoras, essas entidades empresariais recebem recursos públicos e definem, de fora e dentro do Estado, a política de educação a ser implementada.

Essa vinculação com as grandes empresas se comprova no quadro de demonstrativo financeiro do TPE, divulgado pelo relatório anual de 2018 da instituição. O movimento conta com doações de seus mantenedores e apoiadores (pessoa jurídica ou física), além do projeto do BID e serviços voluntários. O quadro a seguir apresenta os recursos financeiros de 2018.

[120] Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/quem-somos/#bloco_74 Acesso em 20 de jan. 2020.

Quadro 8 - Prestação de contas do TPE (2018)

TODOS PELA EDUCAÇÃO - TPE
CNPJ: 10.477.478/0001-60

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Sem restrições			
Doações e Contribuições		8.916.500	6.314.682
Restritivas			
Projeto BID	7	1.233.074	-
Serviços Voluntários Recebidos	8	888.000	1.105.600
(=) Superávit Bruto	6	**11.037.574**	**7.420.282**
(+/-) Despesas das Atividades			
(-) Gerais Administrativas	9	(8.637.405)	(5.461.733)
(-) Impostos e Taxas		(78.353)	(11.049)
(-) Outras despesas		(15.750)	-
(-) Custo dos Serviços Voluntários Recebidos	8	(888.000)	(1.105.600)
		(9.619.508)	**(6.578.382)**
(=) Resultado Antes das Receitas Financeiras Líquidas		**1.418.066**	**841.900**
(+/-) Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas			
Receitas Financeiras		327.549	88.584
(-) Despesas Financeiras		(20.145)	(28.876)
		307.404	**59.708**
Superávit do Exercício	2.2(f)	**1.725.470**	**901.608**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Fonte: Relatório anual do TPE (2018).

No dia 11 de abril de 2019, no governo de Jair Bolsonaro, a Frente Parlamentar Mista da Educação foi lançada no Congresso Nacional. A deputada professora Dorinha Seabra (DEM-TO) destacou, no ato de lançamento, que o objetivo da frente é a articulação de deputados e senadores em torno da Educação como foco de ações parlamentares. “Na ocasião, ela disse ainda que as agendas da aprendizagem, do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), e Educação Já!, coordenada pelo Todos Pela Educação em 2018, servirão de base para as iniciativas da Frente”[121].

A frente é composta da seguinte forma: deputada Dorinha Seabra / DEM-TO (presidente); senador Izalci Lucas/PSDB-DF (vice-presidente de educação superior); senador

[121] Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/frente-parlamentar-mista-da-educacao-e-lancada-educacao-na-frente-agendas-devem-estar-focadas-diz-deputada-dorinha/?utm_source=slider_home_site Acesso em 18 de jan. 2020.

Jorginho Mello/PL-SC (vice-presidente da educação básica); deputado Israel Batista/PV-DF (secretário-geral); deputado Tiago Mitraud/NOVO-MG (tesoureiro); deputada Luísa Canziani/PTB-PR (comissão de arranjos federativos de educação); deputado Raul Henry/MDB-PE (comissão de sistema nacional de educação); deputado Danilo Cabral/PSB-PE (comissão de financiamento da educação); deputado João Henrique Caldas/PSB-AL (comissão de formação e valorização de profissionais de educação); deputada Paula Belmonte/CIDADANIA-DF (comissão de primeira infância e educação infantil); deputado Luizão Goulart/PRB-PR (comissão de alfabetização e ensino fundamental); deputado Idilvan Alencar/PDT-CE (comissão de ensino médio); deputada Tabata Amaral/PDT-SP (comissão de educação especial, de indígenas e de comunidades tradicionais); deputado Luiz Lima/PSL-RJ (comissão de desportos). Os parlamentares[122] contarão com um apoio técnico por meio do conselho consultivo formado por instituições, como: Todos Pela Educação, Fundação Lemann, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). O objetivo dessa parceria é garantir que as propostas do campo educacional estejam comprometidas com as demandas da grande burguesia brasileira.

Nessa sequência, temos o ativismo do judiciário que segue fortalecendo os princípios do movimento da ultradireita, regulamentando o direito de greve e as flexibilizações do trabalho, a judicialização das lutas sociais (conflitos no campo, assassinatos indígenas e o povo negro), bem como o direcionamento reacionário da Escola sem partido e as ações do aumento do índice de violência nas favelas brasileiras com o genocídio da juventude negra. O Estado opera a coerção violenta, "incorporando, entretanto essa enorme teia de entidades empresariais que atuam formulando consensos, despejando linguagem de convencimento e, caso não seja suficiente, disparando suas metralhadoras físicas e/ou virtuais" (FONTES, 2018b, p. 12).

O ativismo burguês abre espaço para uma nova figura de extrema direita, o Movimento Brasil Livre (MBL), uma organização virtual que convoca, com início em 2014, protestos de rua da direita. É uma marca criada pelo Movimento Estudantes Pela Liberdade (EPL), uma versão brasileira dos *Students for Liberty*[123] que advém do movimento dos EUA, oficialmente

[122] Os membros inseridos na Frente contam com representes de vários partidos – 301 deputados federais e 38 senadores se reuniram em abril de 2019 para formar a Frente Parlamentar Mista da Educação. Disponível em: http://frentedaeducacao.org.br/membros/ Acesso em 20 de jan. 2020.

[123] A instituição que se intitula como libertária sem fins lucrativos foi criada em 2008 nos Estados Unidos e com atuação internacional (presente em 110 países). Segundo Casimiro (2018), "trata-se de uma organização fundamental na articulação entre os *thinkstanks* conservadores americanos – especialmente entre aqueles que se definem como libertários – e a juventude 'antipopulista' da América Latina. O empresário Alejandro A. Chafuen, presidente da Atlas Network, desde 1991, é o seu mentor. O Atlas Network atua como suporte de

apresentado no Fórum da Liberdade em 2012 – um evento da agenda liberal no Brasil voltado ao público jovem e universitário para compor novos quadros da ideologia de mercado.

O EPL é um dos aparelhos privados de hegemonia de ação doutrinária com a estratégia de atualizar as formas de organização e de dominação da burguesia brasileira[124], financiado e instrumentalizado por setores liberal-conservadores, organizações internacionais e intelectuais coletivos tradicionais, vinculados à doutrina liberal no Brasil. Constitui-se a partir de fóruns onde ocorrem encontros desses grupos de extrema direita para a formação de quadros para disputar espaços e difundir o pensamento conservador nos meios universitários.

> Essa estratégia de recrutamento de quadros e produção de consenso desenvolve-se por meio de diversificados mecanismos de ação tática, que envolvem desde a organização de eventos, organização de grupos de estudo, elaboração e distribuição de materiais panfletários e didáticos, até a disputa pelo controle de centros acadêmicos. Dessa forma, partindo do pressuposto de que a academia brasileira seria fortemente dominada pelo marxismo e as ideologias de esquerda, o EPL busca disputar este espaço como uma espécie de luta política e ideológica ou, como muito bem nos mostrou o filósofo sardo, como uma trincheira na guerra de posição (CASIMIRO, 2018, p. 395).

Segundo o autor, a estratégia de ação do EPL é atuar no interior das instituições de ensino (cursos, departamentos, centros acadêmicos e movimento estudantil) e por meio das redes sociais para recrutar e mobilizar as/os estudantes para as ações política organizadas pela direita no Brasil. Com isso, o EPL cria, financia e organiza as diretrizes do MBL para participar das manifestações de rua, ou seja, o movimento é o seu braço de atuação política e ideológica.

Em seu primeiro congresso em 2015, o MBL elaborou propostas ultrarreacionárias para a educação, saúde, sustentabilidade, reforma política, economia, justiça, transporte e urbanismo. Destacamos, no quadro a seguir, os itens sobre a proposta para a política educacional desses difusores da ideologia de mercado.

Quadro 9 – Propostas do MBL para a política de educação

Propostas do MBL para a política de educação	
01	Implementação do sistema de vouchers para ensino básico, fundamental, médio e superior, com valor igual para todos os alunos de cada nível. Complemento separado para alunos com deficiência.
02	Legalização do *homeschooling* (ensino doméstico).
03	Apresentação do Projeto de Lei "Escola sem Partido" em legislativos estaduais e municipais.
04	Elaboração de uma diretriz nacional buscando a redução do número de alunos por professor.
05	Benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que custeiem educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar. Os municípios e/ou estados fariam o cadastramento das crianças.
06	Expansão do Prouni para o ensino médio, fundamental e infantil.

diversos outros *thinks tanks* de alta influência nos EUA e no mundo, defendendo os pressupostos do livre mercado, a propriedade privada e a desregulamentação da economia" (p. 398).

[124] Casimiro (2018).

07	Incentivo tributário para empresas que façam pesquisa tecnológica em áreas de ciências exatas e biológicas.
08	Diminuição da burocracia para o registro de patentes.
09	Redução de impostos das escolas privadas.
10	Militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar.
11	Gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas.
12	Promoção da competição entre escolas públicas usando métricas como o exame PISA, fazendo parcerias com a iniciativa privada para premiações.
13	Desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e do número de vagas em instituições de ensino privadas.
14	Incentivo ao ensino técnico profissionalizante e desburocratização na contratação de estagiários.
15	Facilitar o financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins de produção científica.

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do MBL (2015).

O MBL, grupo de direita que liderou manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff, em 2015 e 2016, articulou, com as bancadas evangélica e ruralista do Congresso, uma agenda do capital, onde se destacam a contrarreforma trabalhista, o ajuste fiscal e a redução da maioridade penal, apoiando o então candidato à presidência Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições presidenciais de 2018.

Segundo a matéria da Revista Veja[125], Jair Bolsonaro se comprometeu a "consolidar a luta anticomunista" na América Latina, a política de combate ao comunismo na região não nasceu nas eleições de outubro de 2018. Após a eleição de Bolsonaro, em dezembro de 2018, ocorreu em Foz do Iguaçu a 1ª Cúpula Conservadora das Américas, organizada pela Fundação INDIGO (Instituto de Inovação e Governança – Fundação do Partido Social Liberal /PSL) que foi criada "para o desenvolvimento de pesquisa e de doutrinação e educação política"[126]. Fundada em 2010 e após reformulações recentes, tem como objetivos: formar, educar, capacitar, qualificar e desenvolver líderes e militantes da extrema-direita. O INDIGO reúne intelectuais orgânicos do referido governo, criada para contrapor o Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe (chamado de Foro de São Paulo, fundado nos anos de 1980).

[125] Matéria do dia 08 de dez. 2018. Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-se-compromete-a-consolidar-luta-anticomunista-na-america-latina/ Acesso em 16 de mar. 2020.

[126] Dados do endereço eletrônico da instituição. Disponível em https://indigo.org.br/site/a-fundacao/ Acesso em 16 de mar. 2020.

O primeiro encontro da cúpula contou com convidados como o filósofo conservador Olavo de Carvalho, os irmãos Abraham e Arthur Weintraub[127], o príncipe Luiz Philippe de Orleans e Bragança[128] (deputado federal – PSL/SP em 2019)[129], Eduardo Bolsonaro (deputado federal reeleito – PSL/SP), entre outros. Segundo a matéria da Carta Capital[130], esse evento buscava aproximar reacionários do continente para ações políticas conjuntas. Participaram ainda o chileno José Antonio Kast (presidenciável chileno admirador de Augusto Pinochet, ditador conterrâneo de 1973 a 1990), Orlando Gutierrez-Boronat (exilado cubano acusado de terrorismo nos anos 1980) e Maria Fernanda Cabal Molina (senadora colombiana que nega ter havido um fato histórico reconhecido por historiadores de seu país, a matança de camponeses grevistas em 1928).

Esse processo de guerra cultural atravessa a política educacional no Brasil. O MEC em apenas um ano e meio do governo Jair Bolsonaro foi ocupado por quatro ministros que tem como uma das pautas dissiminar as ideias ultraconservadoras, especialmente na educação por meio da pedagogia da violência. No quadro abaixo temos os ministros que estiveram à frente do MEC nesse período.

Quadro 10 – Ministros da Educação no governo Jair Bolsonaro (2019-2020)

01	Ricardo Vélez	01/01/2019 a 08/04/2019	Velez é de origem colombiana, naturalizado brasileiro. É filósofo formado pela Universidade Pontifícia Javeriana e teólogo pelo Seminário Conciliar de Bogotá. É professor da UFJF. O ex-ministro é antimarxista e defensor do movimento político Escola Sem Partido, foi indicado ao cargo pelo filósofo ultraconvervador Olavo de Carvalho.

[127] Abraham Weintraub, ex-ministro da educação do governo Jair Bolsonaro no período de 08 de abril de 2019 a 19 de junho de 2020. E Arthur Weintraub é assessor especial da Presidência da República.

[128] Luiz Philippe é formado em administração de empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, mestre em ciência política pela Stanford University nos EUA e MBA pela INSEAD na França. É co-fundador do Movimento Liberal Acorda Brasil que busca difundir uma visão conservadora-liberal no Brasil. Atuou em empresas do mercado financeiro nos EUA,participou do planejamento financeiro da Saint-Gobain, multinacional francesa, assim como atuou no banco de investimentos JPMorgan em Londres e no banco de investimento do LázardFreres, em Nova Iorque. Em 2000, retornou ao Brasil como diretor de desenvolvimento de negócios da America Online (AOL) na América Latina. Em 2005, fundou a empresa IKAT do Brasil, que atua no ramo de distribuição de moto-peças. Em 2012, fundou a ZAP Tech, uma incubadora de meios de pagamento para plataformas móveis. Disponível em http://www.lpbraganca.com.br/sobre/ Acesso em 16 de mar. 2020.

[129] Desde a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, é o primeiro membro da família imperial brasileira a ocupar um cargo político de relevância. O tataraneto de Dom Pedro II, eleito deputado federal de São Paulo. Disponível em https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/alexandre-frota-e-tataraneto-de-d-pedro-ii-estao-entre-candidatos-a-deputado-mais-votados-em-sp.ghtml Acesso em 16 de mar. 2020.

[130] Matéria do dia 07 de dezembro. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/mundo/quem-e-quem-na-cupula-direitista-das-americas/ Acesso em 16 de mar. 2020.

02	Abraham Weintraub	09/04/2016 a 19/06/2020	É economista e mestre em administração na área de finanças pela FGV. Weintraub é professor da UNIFESP, e ex-aluno de Olavo de Carvalho, defensor das ideias de suas ideias ultraconservadoras.
03	Carlos Decotelli	Nomeação cancelada[131] Cargo ficou vago de 20/06/2020 a 16/07/2020	É formado em Ciências Econômicas pela UFRJ, ex-oficial da Reserva da Marinha e ex-presidente do FNDE. A nomeação durou apenas cinco dias devido a uma série de fraudes em seu currículo[132].
04	Milton Ribeiro	10/07/2020 (atual)	Segundo Tenente do Exército. Possui graduação em Teologia e Direito, com mestrado em Direito e doutorado em Educação pela USP. É pastor evangélico, professor e ex-vice-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. O atual ministro defende uma "educação com dor"[133]. Disseminando uma pedagogia da violência para fortalecer a guerra cultural em curso.

Fontes: Quadro elaborado pela autora.

O antimarxista e defensor do movimento político Escola Sem Partido, Ricardo Vélez Rodríguez, indicado pelo filósofo ultraconvervador Olavo de Carvalho a ministro do MEC do governo Bolsonaro, esteve em exercício de 01 de janeiro a 08 de abril de 2019. A matéria da El País[134] destaca que

> Indicado por Olavo de Carvalho, ícone da extrema direita e um dos gurus intelectuais de Jair Bolsonaro, o filósofo Ricardo Vélez Rodríguez não esconde seu apreço pelo golpe militar de 1964, a inclinação "antimarxista" e o ímpeto em desconstruir uma suposta "ideologização" nas escolas. Entretanto, para além dos discursos ideológicos, o futuro chefe da Educação terá missões complexas à frente de uma das pastas mais visadas durante o período de transição. Tanto pelo círculo próximo do presidente eleito quanto por setores ultraliberais e da bancada evangélica, o 10º ministro do Governo do PSL é encarado como a pessoa certa para colocar em prática as propostas de campanha no setor educacional (EL PAÍS, 2018, s/p).

Em abril de 2019, Abraham Weintraub, professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), desde 2014, assume o MEC, no lugar de Rodríguez, onde permaneceu até 19 de junho de 2020. Weintraub é economista e mestre em administração na área de finanças

[131] De acordo com o decreto de 25 de junho de 2020, Carlos Decotelli foi nomeado a exercer o cargo de ministro da educação, porém não tomou posse, devido a uma série de polêmicas em relação à titulação acadêmica informada em seu currículo. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-de-25-de-junho-de-2020-263472722. Acesso em 10 de fev. 2021.

[132] Ver a matéria do Brasil de Fato do dia 30 de junho de 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/06/30/carlos-decotelli-entrega-carta-de-demissao-a-bolsonaro-cinco-dias-apos-ser-nomeado Acesso em 05 de fev. 2021.

[133] Ver Esquerda Online do dia 11 de julho de 2020 – Contra a pedagogia da violência do novo ministro da Educação, a pedagogia da esperança. Disponível em: https://esquerdaonline.com.br/2020/07/11/educacao-mec-contra-a-pedagogia-da-violencia-do-novo-ministro-a-pedagogia-da-esperanca-castigo-milton-ribeiro/. Acesso em 05 de fev. 2021.

[134] Matéria de 23 de nov. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/politica/1543016372_088607.html Acesso em: 16 de mar. 2020.

pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O ex-ministro foi apresentado inicialmente como "doutor" no twitter de Jair Bolsonaro, apesar de não ter doutorado. É ex-aluno de Olavo de Carvalho e demonstra simpatia pelas ideias do filósofo ultraconservador. Integra, desde o início, a equipe de transição do governo Bolsonaro no qual inicialmente foi nomeado secretário-executivo da Casa Civil. Atuou a maior parte da sua carreira no mercado financeiro (economista-chefe e diretor do Banco Votorantim e como sócio na Quest Investimentos), e já foi membro do comitê de Trading da BM&FBovespa.

Tanto o presidente quanto o ministro da educação concentraram duros ataques à política educacional brasileira, especificamente, a educação superior, como veremos a seguir. O processo de empresariamento, mercadorização, comoditização e industrialização da política educacional brasileira propaga a ampliação do processo de novas formas de extração de mais valor, mas também expressa o projeto de mundo burguês e de educação com o objetivo de conformar a luta de classes, silenciando as ações políticas coletivas de professores, técnicos e estudantes e fortalecendo os APHs.

> [...] O volume de tensões que tal precarização da existência gera e exacerba é alvo da atuação do grande capital através da exploração massiva de trabalhadores sem direitos, ao lado da frenética atividade de APHs empresariais objetivando o controle desses "novos" trabalhadores, com escassos direitos ou deles totalmente desprovidos, ao tentar adequá-los através de empreendedorismos diversos (FONTES, 2020, p. 22-23).

Segundo a autora, a atual conjuntura brasileira é marcada pela existência de condições dramáticas de sobrevivência das massas de trabalhadores, viabilizadas pelas expropriações de seus direitos e intensificação da exploração da força de trabalho, articulado ao hiperativismo da burguesia por meio das atividades dos APHE, buscando o controle desses 'novos' trabalhadores, com parcos direitos ou sem direito algum, e apostando nas diversas frentes do empreendedorismo. Fontes (2020) destaca que essas ações dos sujeitos políticos coletivos do capital intensificam os movimentos de coerção e de consenso.

> Sob tais condições, vemos como no Brasil os dois movimentos assinalados por Gramsci tendem a se intensificar, o da coerção e o do convencimento. Aumenta a interferência cultural de intelectuais orgânicos das classes dominantes para educar e formar para a subalternidade essas massas agora desprovidas de "patrões" diretos (que até então cumpriam em parte esse papel "formativo") e expropriadas de direitos coletivos, o que assegurava parcela da reprodução social dos trabalhadores. As conquistas – implantadas na Constituição de 1988 – que permitiam sua formação através de instituições públicas tornam-se alvo de ingerências crescentes de tais APHs. Na contraparte, exacerba-se a violência de todos os tipos, com modalidades de coerção derivadas diretamente das condições de manutenção da reprodução ampliada do capital – quer ela seja exercida de maneira pública ("judicialização" da política, criminalização crescente dos movimentos sociais, encarceramento massivo) ou privada. Cresce a violência exercida por instituições estatais e policiais, ou por arranjos paramilitares ou milicianos (FONTES, 2020, p. 23).

Na contramão desse ativismo burguês, temos algumas frentes de lutas contra hegemônicas como a Frente Povo Sem Medo (2015), Frente Brasil Popular (2015), Frente da Esquerda Socialista (2016), entre outras ações – movimentos que apresentam divergências estratégicas e táticas na condução do processo. Sem a luta e resistência desses sujeitos políticos coletivos em defesa de um projeto de educação que atenda aos interesses da classe trabalhadora, a realidade da política educacional local e internacional seria muito mais reacionária. A luta de classes está presente na disputa de concepção e projeto de educação na história da educação brasileira em todos os níveis. As ações coletivas expressam o projeto de mundo e de educação no terreno de lutas em defesa da agenda da educação pública por um movimento classista. Examinar essa agenda e as ações contra-hegemônicas em curso é a tarefa que realizaremos a seguir.

2.4 **A luta contra-hegemônica e a agenda em defesa da educação pública: a necessidade de um novo ponto de partida**

A política educacional é determinada pelas relações sociais na expansão do capitalismo. Por isso, é um desafio compreender o movimento das lutas de classes e as disputas entre projetos antagônicos de educação e de universidade pública. Para isso, é necessário entender que o projeto hegemônico em curso não atende aos interesses da classe trabalhadora, e sim ao grande capital.

Desde meados do século XX, ocorrem lutas de classe cada vez mais heterogêneas, extensas e desiguais. Sendo assim, as ações coletivas no capitalismo contemporâneo estão fragmentadas e as condições de resistência são muito mais endurecidas. Cabe aos setores classistas e combativos da classe trabalhadora a tarefa de reorganizar a classe e reafirmar, na atualidade, as ações políticas contra a expropriação econômica e a dominação ideocultural conduzidas pela burguesia.

A política de coalizão de classes, conduzidas pelo Partido dos Trabalhadores, se constituiu como uma etapa da contrarrevolução burguesa a frio, como indica Lima (2017). A autora considera aspectos fundamentais das ações conrrevolucionária das burguesias no Brasil: formar um pacto de dominação entre as frações da burguesia local e internacional; estabelecer alianças com a burocracia sindical e partidária da classe trabalhadora; e limitar as lutas dos trabalhadores à ação constitucional e parlamentar.

Os governos Lula da Silva, Dilma Roussef (2003-2016) e Michel Temer (2016-2018) executaram as novidades e continuidades da política de educação superior no Brasil[135], a dualidade educacional e as faces privatizantes da educação superior provenientes do regime burguês-militar e expandidas nos anos 1990. No contexto atual, no governo Jair Bolsonaro, há uma nova fase desse processo a partir do "avanço ultraconservador conduzido pelas frações reacionárias da burguesia brasileira que incide na profunda reconfiguração da educação superior brasileira nos marcos do aprofundamento dos padrões dependentes de desenvolvimento e de educação" (LIMA, 2019, p. 11).

A partir do diálogo com a obra de Florestan Fernandes, Lima (2019) nos ajuda a apreender os dilemas da educação superior na atualidade, analisando ações conduzidas pela ofensiva reacionária da burguesia brasileira. A autora afirma que está em curso uma nova fase da histórica da dualidade educacional e da mercantilização da educação superior, ocorrendo novos desafios políticos e educacionais para os que lutam pela educação pública no Brasil.

A autora considera como eixo estruturante a disputa entre projetos antagônicos de educação e de universidade para compreender a política de educação superior no Brasil nas duas primeiras décadas dos anos 2000. "Para os trabalhadores, a educação é um direito conquistado por suas lutas históricas. Para o capital, a educação é um serviço a ser negociado no lucrativo mercado educacional" (LIMA, p. 2019, p. 9).

Como vimos anteriormente, desde 1981, o ANDES-SN atua em defesa da educação pública e gratuita no Brasil. A concepção de educação do sindicado é que "deve ser pública e gratuita, em seus diferentes níveis e modalidades, pois é um direito social inalienável da população brasileira e não um serviço ou uma mercadoria, constituindo-se em obrigação do Estado". Segundo Roberto Leher, o ANDES-SN e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)[136], entidades que protagonizam lutas contra-hegemônicas sobre a educação pública, são as mais diretamente criminalizadas.

> Não surpreende que, a despeito do caráter incipiente dessa jornada, as principais entidades que vêm protagonizando as lutas contra a ofensiva pró-sistêmica do governo federal e das entidades empresariais sobre a educação pública estejam sofrendo forte

[135] Prestes (2018) analisa os aspectos estruturantes e conjunturais da crise na universidade pública brasileira nesse período, apresentando os elementos que aprofundam a crise na universidade pública se constituíram historicamente como estruturantes da educação superior no Brasil.

[136] Há diversas ações do MST para a política educacional. A partir de 2005, há uma maior articulação das lutas universitárias com o MST, particularmente, por meio de espaço de formação nas universidades e na Escola Florestan Fernandes. Esse processo contribuiu para a construção da Jornada Nacional de Lutas pela Educação em 2007, que reuniu diversas entidades representativas e foi marcada por muitas tensões. "A Campanha acabou perdendo força organizativa, tornando-se um evento que não assumiu a dimensão de um movimento classista pela educação pública. Apesar de seus limites, a Jornada foi a iniciativa que mais aproximou as lutas brasileiras das demais lutas latino-americanas, pois reuniu, em um mesmo espaço, os movimentos da educação e os movimentos antissistêmicos, como o MST e outros" (LEHER, 2018, p. 52).

> ataque dos aliados governamentais. Entre estas entidades, as mais diretamente combatidas são o MST e o Andes-SN, ambas concebidas como movimentos a serem criminalizados por sua ação política (LEHER, 2018, p. 52).

Segundo o autor, o MST foi alvo não só de um imenso estrangulamento financeiro, mas inclusive de campanhas difamatórias por meio da grande imprensa (liderada pela revista Veja), com falsas acusações que envolviam as atividades educacionais do movimento em suas escolas do campo, entre outras ações de criminalização do movimento.

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) foi criada em 2005 pelo MST, no município de Guararema no interior de São Paulo. A ENFF já foi alvo de uma invasão criminosa por policiais civis[137], ação essa que faz parte da continuidade do processo histórico de perseguição e violência ao MST.

Há quinze anos, a ENFF é um dos principais espaços de formação política dos movimentos sociais da América Latina, construído pela classe trabalhadora. A escola se tornou uma referência internacional por unir a prática com a teoria política, e formar militantes, dirigentes e quadros de organizações populares de vários países.

Segundo os dados disponibilizados no site do MST, a ENFF foi construída[138] entre 2000 e 2005, tijolo a tijolo, pelas mãos de mais de mil integrantes do movimento. A escola é mantida pelo MST com apoio de outros movimentos e realiza convênios com instituições formais de ensino superior, como a Universidade Estadual Paulista (Unesp), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), entre outras.

O ANDES-SN também foi sistematicamente atacado por denunciar as parcerias do governo federal com o setor empresarial-mercantil, por suas ações de lutas classistas e por sua desfiliação da CUT[139]. As propostas de educação construídas pelo sindicato, ao longo dos anos, pautam a defesa de um projeto de sociedade emancipatório e anticapitalista.

---

[137] Em 2016, a ENFF foi alvo de uma invasão criminosa por policiais civis. Cerca de dez viaturas invadiram a escola, sem mandado judicial de busca e apreensão, e chegaram a realizar disparos de armas de fogo. Essa ação faz parte da continuidade do processo histórico de perseguição e violênciaao MST, gerando uma onda de repúdio e indignação de políticos, artistas e intelectuais.

[138] Os recursos para a construção foram levantados com a venda do livro e disco Terra, com fotos de Sebastião Salgado, texto de José Saramago e músicas de Chico Buarque.

[139] Inicialmente, em 1989, o ANDES-SN foi filiado à CUT e, posteriormente, à Conlutas em 2007 e à CSP-Conlutas em 2011. A Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) movimento social de oposição ao governo petista que se organiza de 2004, "dentro de um contexto que surgiram a campanha do funcionalismo público contra a Reforma da Previdência, as primeiras manisfestções de rua com o governo Lula e a proposta, apresentada pelo PSTU, de fundar uma nova central sindical". A criação da Conlutas foi aprovada e oficializada como uma nova entidade no Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT) que se realizou entre o dia 5 e 7 de Maio de 2006 em Sumaré (SP). Em 2010, no I Congresso das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), ocorreu a fusão entre a Conlutas e outros movimentos sociais de oposição ao governo, formou-se a Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas).

> [...] Incialmente, as ações governamentais objetivaram colocá-lo em uma situação de ilegalidade, por meio da suspensão de seu registro sindical, medida parcialmente removida após intensa mobilização política da entidade e de entidades solidárias. Ademais, por meio da CUT, o governo incentivou abertamente a criação de uma entidade para-oficial com o fim de competir com o Andes-SN como representação dos docentes das instituições de ensino superior brasileiras. Em todas as mesas de interlocução com o Ministério da Educação e com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a entidade para-oficial é convocada em detrimento do Andes-SN, apesar dos dirigentes da referida entidade oficializada terem sido sistematicamente derrotados nas urnas. Em suma, também nos embates pela educação é possível verificar a criminalização das lutas sociais (LEHER, 2018, p. 53).

O ANDES-SN atua ao longo de sua história, pautando a educação como um direito fundamental do ser humano, e defendendo o uso do fundo público exclusivamente para financiar a educação pública. Esses princípios fundamentais sempre direcionaram as lutas e ações do ANDES-SN[140], tais como: na Constituinte, na elaboração da LDB de 1996 e do PNE de 2014; nos Congressos Nacionais de Educação (1996-2004); no Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública; nas conferências do governo federal[141]; e nos Encontros Nacionais de Educação (ENE).

Segundo Sampaio Jr. (2017), o temor da crescente onda de inquietação social, como a rebelião urbana de 2013[142], alarmou as classes dominantes em relação ao ato deliberado de desobediência da classe trabalhadora. "As concessões feitas às classes subalternas teriam ultrapassado o limite do razoável, colocando na ordem do dia a urgência de conter o ímpeto das reivindicações sociais e cortar pela raíz o processo de ascensão das massas" (p. 245). Para o autor, esse novo contexto, acentuou a luta entre os partidos da ordem para operar o comando do Estado e administrar o ajuste do Brasil aos interesses do capital (nacional e internacional).

> [...] Na ausência de discrepâncias substantivas entre os projetos políticos – posto estarem ambos perfeitamente enquadrados nos parâmetros mais gerais do

[140] ANDES-SN (2020a).

[141] Em 2009, o ANDES-SN compôs a comissão organizadora da Conferência Nacional de Educação (CONAE), organizada pelo governo federal. E, a partir da decisão de suas instâncias máximas, "foi deliberado que o Sindicato não participaria mais da CONAE. O 29º Congresso, realizado em Belém (PA) em 2010, fazendo o balanço de todo o processo ocorrido até então, reafirmou as deliberações anteriores. A resolução aprovada, afirmava que o ANDES-SN deveria denunciar o processo de instauração da CONAE e sua metodologia pseudodemocrática, que visa à elaboração de um novo PNE, alinhado às diretrizes do MEC/Capital explicitadas no documento-base da referida conferência" (ANDES-SN, 2020a, p. 47).

[142] Grandes manifestações de revolta urbana ocorreram no Brasil em 2013. "As formas tradicionais de luta e protesto recrudesceram. Ocupações urbanas, quebra-quebras, interrupções de ruas, cortes de rodovias e tomadas de prédios públicos tornaram-se parte do cotidiano das grandes cidades. Paralelamente, na esteira do exemplo deixado pelo Movimento Passe Livre, proliferaram novas formas de contestação, mais ou menos politizadas. Algumas delas tiveram forte impacto nacional, como a aguerrida campanha pela deposição do governador do Rio de Janeiro, a vigília em defesa de Amarildo, as manifestações contra a Copa, os 'rolezinhos' nos grandes shoppings. Os sindicatos não passaram ilesos pela forte onda de protestos. Não obstante a presença dominantes de direções burocráticas e pelegas, sob pressão dos trabalhadores de base, as greves multiplicaram-se em todos os setores da economia. Muitas delas, como a dos professores e dos garis do Rio de Janeiro, atingiram uma dimensão que extrapolou largamente o horizonte corporativo para engrossar o coro por reformas democráticas – a substância das reinvindicações que impulsionaram as manifestações dos jovens" (SAMPAIO JR, 2014, p. 8).

> neoliberalismo –, a luta entre partidos da ordem pelo controle do Estado assumiu a forma de uma acirrada disputa para definir quem seria o operador político mais credenciado para administrar o ajuste do Brasil às novas exigências do capital, internacional e nacional, em tempos de crise. Para além das paixões cegas que alimentaram falsos antogonismos, a diferenciação entre as duas facções que polarizam a disputa política girou em torno da forma de combinar "cooptação" e "força bruta" como mecanismos de dominação das classes subalternas (SAMPAIO JR., 2017, p. 245).

Em 2014, a referida batalha entre Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) para o comando do Estado, foi vencida pela reeleição de Dilma Rousseff para a presidência da República. Segundo Sampaio Jr (2017), "ao adotar o programa econômico de seu adversário, Dilma isolou-se de sua base social e abriu caminho para uma contraofensiva reacionária. De tanto ceder à chantagem do mercado e da fisiologia, a presidente acabou comprometendo seu próprio lugar na coalizão liberal-fisiológica" (p. 245).

É nesse cenário, que foi organizado o Encontro Nacional de Educação (ENE), em 2014, com o objetivo de dar sequência política ao plebiscito organizado pelo "Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já", visando avançar na reorganização das entidades não vinculadas ao governo federal. As greves da educação básica e superior (2011 e 2012) e as ações do movimento estudantil nas Jornadas de Junho de 2013 apontavam para a tarefa de formar uma unidade de ação de classe. Leher (2018, p. 53) destaca que "essa avaliação levou um conjunto de entidades a sustentar como necessário retomar a tese do novo ponto de partida para as lutas em defesa da educação pública: esse é o objetivo da convocação do Encontro Nacional de Educação".

O I ENE ocorreu em agosto de 2014 no Rio de Janeiro, a partir da necessidade de construção de um projeto de educação classista e democrática, com o intuito de rearticular os setores classistas, organizar as lutas sociais com diferentes frentes combativas e iniciar uma nova retomada da elaboração de projetos de educação pública da classe trabalhadora.

O encontro reuniu mais de 2 mil participantes, aglutinando entidades[143] nacionais e internacionais do movimento estudantil, movimentos populares e sindicais e trabalhadores da educação. Realizaram um evento comprometido, exclusivamente, com o princípio da educação pública e gratuita, laica, de qualidade socialmente referenciada, em todos os níveis e de acesso universal.

[143] Entidades internacionais, como a União Nacional dos Educadores do Equador, a SUD Éducation – Solidaires (França), a Rede em Defesa da Educação Pública das Américas (México) e o Sindicato dos Educadores da Cisjordânia. Os movimentos e organizações que vinham construindo unidade de ação convocaram o ENE e afirmam uma nova agenda para a educação pública, como ANEL, a esquerda da UNE, ANDES-SN, FASUBRA, SINASEFE, sindicatos de trabalhadores da educação de âmbito estadual (Rio de Janeiro, por exemplo), Central Sindical e Popular, Intersindical, organizações partidárias (PSOL e PCB), entre outros coletivos, contando com a participação do MST (LEHER, 2018).

O MST seguiu uma agenda semelhante ao ENE. Em setembro de 2015, realizou, no município de Luziânia, em Goiás, o 2° Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (Enera). O evento reuniu educadoras e educadores do campo de todo o país com o desafio de criar um novo espaço de articulação entre os trabalhadores da educação com o objetivo de debater os dilemas da educação pública brasileira, submetida a uma lógica mercantilizada ditada por grandes grupos financeiros.

> Desde o início de nossa organização incluímos como prioridade a luta pela universalização do direito à escola pública de qualidade social, da educação infantil à universidade, entendendo que o acesso e permanência é fundamental para inserir toda nossa base social na construção de um novo projeto do campo e nas lutas pelas transformações socialistas. Temos buscado construir coletivamente um conjunto de práticas educativas na direção de um projeto social emancipatório, protagonizado pelos trabalhadores (MST, 2015, s/p).

As lutas do Movimento Nacional da Educação do Campo disputam um novo projeto de educação que garanta a formação dos sujeitos políticos a partir de uma perspectiva libertadora e transformadora, buscando construir uma educação emancipadora e socialista, como sinaliza o Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma, lançado no encontro, assumindo compromissos importantes como os abaixo indicados.

Quadro 11 – Compromissos de luta e construção do Movimento Nacional da Educação do Campo

	Compromissos de luta e construção
01	Seguir lutando por uma sociedade justa, democrática e igualitária, sem exploração do trabalho e da natureza, com Reforma Agrária, com um projeto popular de agricultura e com saúde, cultura e educação de qualidade social para o conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras.
02	Lutar contra qualquer tipo de reforma neoliberal que reduza os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras e comprometa a democracia e a soberania do nosso país.
03	Combater o modelo do agronegócio que representa doenças, morte e destruição da natureza e dos povos do campo, das florestas e das águas, especialmente dos povos indígenas e quilombolas. E resistir à ofensiva das empresas do agronegócio nas escolas do campo, que tenta subordinar educadores e educadoras, educandos e educandas à sua lógica destrutiva, com falsos discursos inovadores.
04	Construir a Reforma Agrária Popular, com distribuição de terras a quem nela vive e trabalha e com avanço da agricultura camponesa que tem como principal objetivo a produção de alimentos saudáveis e ambientalmente sustentáveis para o conjunto da sociedade.
05	Trabalhar pela agroecologia como matriz tecnológica, produção de conhecimento e desenvolvimento de uma agricultura a partir dos princípios da agrobiodiversidade e da soberania alimentar dos territórios.
06	Combater a privatização da educação pública em todas as suas formas, seguir na defesa de uma educação pública desde a educação infantil até a universidade e atuar contra as reformas empresariais defendidas no Brasil pelo Movimento Todos pela Educação, que buscam subordinar as escolas às exigências do mercado, reduzem as dimensões formativas, roubam o tempo da aprendizagem, instalam uma competição doentia e ampliam a exclusão.
07	Defender a destinação de verba pública exclusivamente para a educação pública.
08	Combater a indústria cultural capitalista que produz um modo de vida consumista e individualista.

09	Seguir denunciando que FECHAR ESCOLA É CRIME! E lutar contra a desigualdade educacional em nosso país e pela construção de mais escolas públicas no campo, com infraestrutura adequada, de acordo com a realidade do campo.
10	Trabalhar pela alfabetização e políticas públicas de EJA e exigir políticas que garantam o direito à elevação da escolaridade de todo povo brasileiro.
11	Defender para todos os trabalhadores e as trabalhadoras do campo e da cidade, uma educação emancipatória que vise o desenvolvimento do ser humano em todas as dimensões da vida, que alargue a visão de mundo das novas gerações e permita vivenciar relações sociais baseadas em valores como a justiça, a solidariedade, o trabalho coletivo e o internacionalismo.
12	Seguir na construção de uma escola ligada à vida das pessoas, que torne o trabalho socialmente produtivo, a luta social, a organização coletiva, a cultura e a história como matrizes organizadoras do ambiente educativo da escola, com participação da comunidade e auto-organização de educandos e educandas, e de educadores e educadoras.
13	Lutar contra todo tipo de violência e preconceitos étnicos e raciais, glbtfóbicos e de gênero.
14	Participar das lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação por condições dignas de trabalho, valorização profissional e formação adequada.
15	Seguir trabalhando pela Pedagogia do Movimento e pela Educação do Campo, na construção da Pedagogia Socialista para o conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Fonte: Elaboração da aultora com base no manisfesto do II ENERA (MST, 2015).

Os compromissos de lutas do ENERA representam a articulação da luta pela educação pública e gratuita, vinculada diretamente à luta pela terra. Nesse sentido, o movimento defende um projeto de educação fundamentado na pedagogia socialista.

No ano seguinte, as ações coletivas e a luta por um projeto de educação que atenda aos interesses da classe trabalhadora se intensificam. Ocorreu, em Brasília, o II ENE que reuniu cerca de 3 mil pessoas em 2016, com o tema "Por um projeto classista e democrático de educação". O encontro produziu uma Declaração Política e apontou propostas de ações coletivas contra a privatização e mercantilização da educação brasileira. Os participantes decidiram alterar o nome do "Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para Educação Pública Já!" para Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (CONEDEP).

Em 2016, ano do *impeachment* de Dilma Rousseff, foi apontado sem comoção do conjunto da sociedade. Sampaio Jr (2017) destaca que ocorreram algumas ações isoladas de alguns movimentos sociais, porém a maior parte da população permaneceu indiferente aos eventos do "golpe" parlamentar em Brasília, apontando elementos estruturantes da democracia restrita. O próprio PT não apresentou um esforço de resistência, seus dirigentes e parlamentares[144], dedicava-se a narrativa do golpe e não de confrotá-lo.

[144] A promiscuidade e a ausência de seriedade dos sujeitos políticos coletivos envolvidos é revalado pela "presença de parlamentares do PT, expoentes da batalha contra o impeachment, confraternizando com parlamentares da tropa de choque dos golpistas, na festa Junina oferecida pela ministra recém-deposta Kátia Abraeu" (SAMPAIO JR, 2017, p. 246).

> A narrativa de que a presidente foi vítima de um "golpe" não é falsa, mas omite o fato de que o primeiro golpe – o estelionato eleitoral – foi cometido pela própria Dilma ao jurar na campanha eleitoral que não faria o ajuste fiscal "nem que a vaca tossisse". Denunciar o segundo golpe, ocultando o primeiro, deixa na penumbra o fato de que a verdadeira vítima dos atentados contra a democracia é a classe trabalhadora, que votou de maneira inequívoca contra o ajuste neoliberal. Na conspiração contra os direitos dos trabalhadores, Dilma e Temer são cúmplices, pois o segundo golpe apenas arrematou o primeiro. Mais ainda, sem a devida ponderação sobre o caráter restrito da democracia brasileira, a denúncia do golpe parlamentar como um atentado à democracia não permite perceber a essência da crise que abala o sistema representativo: a impermeabilidade do Estado brasileiro às demandas populares. Supervalorizar os aspectos formais da democracia brasileira sem a devida explicitação sobre seu conteúdo real é uma forma capciosa de esconder os atentados perpetrados pelo PT contra a classe trabalhadora e manter o debate político hermeticamente enquadrado na lógica fechada do cretinismo parlamentar (SAMPAIO JR, 2017, p. 250).

Nesse sentido, os ataques às demandas populares no que tange a política educacional brasileira estão relacionados a uma das principais ações da contrarrevolução neoliberal, que é o tributo colonial da dívida pública. A auditoria cidadã da dívida está prevista na CF 1988. Foi realizado um plebiscito no ano 2000 com mais de 6 milhões de votos que apontaram para o não pagamento da dívida[145]. A autidoria da dívida pública havia sido incluída no Plano Plurianual (PPA 2016-2019), por meio de emenda do deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), e aprovada pela Comissão de Finanças e Tributação[146], porém foi vetada no governo Dilma Rousseff e Michel Temer (2016 e 2017).

Katia Lima (2017), ao analisar as ações dirigidas pelo governo de coalizão de classes (2003/2016) do Partido dos Trabalhadores, demonstrou que o projeto em curso, naquele período, "não indicava qualquer ruptura com a histórica inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial e com a heteronomia cultural a ele associada" (p. 101). Afirma ainda que o padrão compósito de hegemonia burguesa e o padrão dual de expropriação do excedente econômico, historicamente vigente no Brasil, se intensificam nos dias atuais, seguindo a mesma lógica de priorizar o pagamento dos juros e as amortizações da dívida pública, bem como os cortes dos recursos públicos para as políticas sociais.

> Se no período 2003/2016 vivenciamos um processo contrarrevolucionário conduzido pela política de coalizão de classes, a partir do corrente ano (2016), o Brasil entra em uma nova fase da contrarrevolução preventiva e prolongada, conduzida pelas frações mais agressivas e conservadoras da burguesia em sua luta pela reprodução do capital. Nesta luta, uma das suas principais ações é, justamente, o ataque virulento aos direitos da classe trabalhadora (LIMA, 2017, p. 102).

---

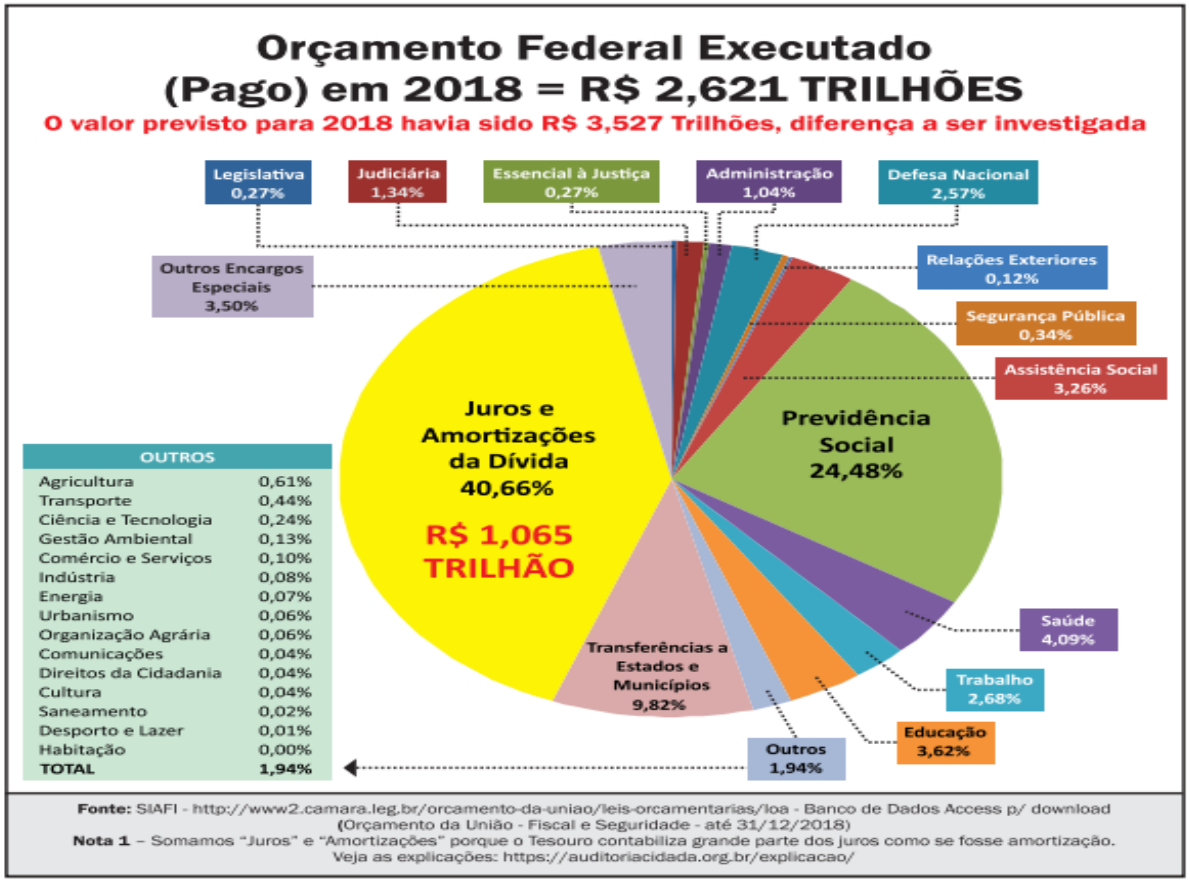
[145] Segundo os dados da Auditoria Cidadã da Dívida, 6.030.329 pessoas participaram do Plebiscito, "sendo que mais de 95% votaram NÃO à manutenção do Acordo com o FMI; NÃO à continuidade do pagamento da dívida externa sem a realização da auditoria prevista na Constituição Federal, e NÃO à destinação de grande parte dos recursos orçamentários aos especuladores". Disponível em https://auditoriacidada.org.br/quem-somos/ Acesso em 02 de fev. 2020.

[146] Disponível em https://auditoriacidada.org.br/conteudo/dilma-veta-auditoria/ Acesso em 02 de fev. 2020.

A criação de dívidas com a ausência de contrapartida constitui o sistema da dívida do Brasil. Os mecanismos financeiros não correspondem ao ingresso de recursos públicos, representando uma contínua sangria de recursos cujo maior beneficiário é o setor financeiro e resultando nos ajustes fiscais, privatizações, contrarreformas, e surgimento de diversas medidas.

Segundo os dados oficiais da Auditoria Cidadã da Dívida, anualmente no Brasil, quase a metade do orçamento federal é destinado ao pagamento dos gastos financeiros de juros e amortização da dívida. Com a EC 95/2016, o ajuste fiscal ganhou status constitucional, a partir do contingenciamento dos recursos públicos para as políticas sociais a fim de pagar os juros da dívida.

Gráfico 4 – Orçamento Federal Executado em 2018



Fonte: Gráfico elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida (2018).

O gráfico demonstra que, em 2018, os gastos financeiros para o pagamento de justos e amortizações da dívida pública (dívida pública federal interna e externa) representam 66% do orçamento federal. Apenas 3,62% foram destinados à área da educação e 0,24% para ciência e tecnologia. Para 2020, o Congresso Nacional aprovou o orçamento federal, destinando, para

juros e amortizações da dívida, 45% (R$ 1,603 trilhão dos R$ 3,565 trilhões previstos). Isso demonstra que a dívida pública continua sendo a principal barreira ao atendimento das políticas sociais no país, resultando em cortes de investimentos sociais.

O gasto da educação federal é menos de 1/10 do que se gasta com a dívida pública. Essa informação é omitida pela grande mídia e pelo governo por meio da metodologia do chamado orçamento primário, sem contabilizar os gastos com a dívida pública para justificar diversas contrarreformas. E isso determina qual serão as políticas implementadas nas universidades e nas demais políticas sociais.

Segundo as análises de Macário e Reis (2020), no período de 2003-2018, ocorreu o aumento dos recursos destinados pelo governo federal às universidades federais (incluídos os Hospitais Universitários): de R$ 21,412 bilhões (2003) para R$ 54,768 bilhões (2018), anuncia um crescimento de 155,8%. Os recursos para as IFES representavam, proporcionalmente, 0,5% do PIB e 1% do orçamento da União em 2003; passando a conceber 0,8% do PIB e 2% do orçamento da União, em 2018. Porém, ao analisar o orçamento das universidades federais, de acordo com o Grupo de Natureza da Despesa, foi constatado que nos últimos anos os recursos destinados ao custeio (Outras Despesas Correntes) e ao investimento têm sido drasticamente reduzidos.

> A partir de 2014, verificamos uma grave restrição dos recursos destinados ao custeio (Outras Despesas Correntes) das universidades federais. Em 2013, as universidades (incluídos os Hospitais Universitários) receberam de R$ 9,701 bilhões para o custeio de suas atividades e em 2018 receberam R$ 7,378 bilhões, uma redução de 23,9%. No caso dos recursos destinados aos investimentos, a situação é ainda pior. Em 2011, as universidades e os hospitais a elas vinculados receberam do governo federal R$ 3,849 bilhões para essa rubrica e, em 2018, apenas R$ 337,589 milhões, **uma redução de 91,2%**. Em outras palavras, os investimentos foram lançados ao chão, ameaçando a conclusão de obras iniciadas e zerando quaisquer possibilidades de novos gastos, o que tem deixado as universidades federais em profunda crise (MACÁRIO e REIS, 2020, p. 300).

Os autores destacam que os cortes orçamentatários também ocorrem na área da ciência e tecnologia, resultado da política ajuste fiscal iniciada por Dilma Rousseff, aprofundada e alargada pelos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro. Os ardilosos ataques do governo atual contra as universidades e a ciência, “ora consideradas bastiões do pensamento crítico ou do marxismo cultural, ora vitimada pelo conservadorismo e irracionalismo que combatem o próprio estatuto das ciências modernas” (p. 302).

O movimento contra-hegemônico reuniu-se em 2019 no III ENE, organizado pela CONEDEP, pautou ações contra a extrema-direita e os ataques à educação pública e gratuita do governo ultrarreacionário de Jair Bolsonaro. Apesar da conjuntura política desfavorável, o evento reuniu em Brasília mais de 1200 militantes de todo o país. Segundo o ANDES-SN

(2020), nesse encontro, ocorreram plenárias da Frente Nacional Escola sem Mordaça e do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas. Os participantes do evento elaboraram uma declaração política que destacava a centralidade da unidade na luta e da construção da greve geral.

A declaração política do III ENE apresenta o debate e os princípios fundamentais que norteiam a construção de um projeto classista e democrático de educação com o objetivo de atualizar o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira. Os grupos de trabalho debateram os seguintes eixos: conhecimento, currículo e avaliação; formação de trabalhadores da educação; trabalho na educação e condições de estudo; universalização da educação, acesso e permanência; gestão/organização do trabalho escolar; gênero, sexualidade, orientação sexual e questões étnico-raciais; financiamento da educação; democracia e autonomia no espaço educacional e liberdade de cátedra; e organização da classe trabalhadora.

O ENE pauta um projeto classista e democrático de educação e nos coloca a tarefa de pensar e lutar por outro projeto de educação no Brasil. Os sujeitos políticos coletivos, presentes nesse encontro[147], organizaram e lançaram um plano de lutas contra a ofensiva do capital com os seguintes eixos norteadores:

Quadro 12 – Plano de lutas do Encontro nacional de Educação (2019)

	Plano de lutas
01	Intensificar esforços para a construção de um calendário nacional de lutas e ações nos locais de trabalho, estudo e moradia para barrar a contrarreforma da previdência.
02	Construir a greve geral para derrotar os ataques da extrema-direita.
03	Construir a semana nacional de paralisação da educação em defesa da educação pública e gratuita, dos serviços públicos e contra a reforma da previdência.
04	Defender o direito irrestrito de organização de lutas e movimentos sociais, manifestações e greves e lutar contra a criminalização de lutadoras e lutadores sociais.
05	Manter a luta pela revogação da contrarreforma trabalhista, Emenda Constitucional 95/2016 e outros ataques que retiraram direitos da classe trabalhadora e resultaram na precarização dos serviços públicos.
06	Aprofundar os esforços de luta contra o Projeto Escola sem Partido e em defesa da liberdade de cátedra e ensino, assim como continuar construindo a Frente Nacional Escola Sem Mordaça como experiência unitária para defender um projeto classista e democrático de educação.
07	Combater e denunciar a educação domiciliar reafirmando o projeto de educação como direito social básico que deve ser de responsabilidade pública.
08	Combater o processo de militarização da educação.

[147] Segundo o relatório do III ENE o evento "teve aproximadamente 1.200 participantes, entre funcionário(a)s, técnico(a)– administrativo(a)s da educação, professore(a)s da educação básica e educação superior, estudantes, representantes de movimentos sociais do campo e da cidade e de luta contra as opressões, centrais sindicais, organizações políticas, associações, grupos de pesquisa, fóruns em defesa da escola pública e a Frente Nacional Escola sem Mordaça" (ENE, 2019). Estiveram presentes ANDES-SN, CSP-Conlutas, FASUBRA, SINASEFE, ABEPS, CFESS, ANEL, ABEM, UNE, FENET, Neabi/ABPN, Luta Popular, MST, MTST, CONADUH, Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Buenos Aires. Disponível em https://ene2016blog.files.wordpress.com/2019/09/iii-ene.pdf Acesso em 10 de mai. de 2020.

09	Defender eleições democráticas para escolha de dirigentes e combater todas as tentativas de eliminar a gestão democrática e a autonomia das instituições públicas de educação.
10	Defender as escolas e a educação do campo, assim como o projeto de educação construído nos movimentos populares. Sabendo que essa pauta não será realizada no nível atual de organização e consciência da classe trabalhadora e da juventude, afirmamos a importância do trabalho de base e a centralidade da unidade para que entidades e movimentos sociais avancem na luta contra a extrema-direita, em favor da educação pública e gratuita e por uma outra sociedade para além do individualismo imediatista, contra as opressões e para além do capital.

Fonte: Relatório final do III ENE (2019).

Os cortes orçamentários e a proposta de captura de recursos privados com alternativa para o financiamento da IES pública têm sido apresentados ao longo da histórica da educação superior no Brasil. Os governos brasileiros compartilham das orienrações dos organismos internacionais, principalmente, o BM para a diversificação dos cursos e das fontes de financiamento. Esse processo atinge diretamente as condições para a continuidade do desenvolvimento das atividades nas IFES, e se intensificam após a aprovação da EC nº 95/2016 e a regulamentação dos fundos patrimoniais no país, com a promulgação da Lei nº 13.800/2019 aprovada por Jair Bolsonaro em janeiro de 2019 – uma das primeiras medidas de desmonte das políticas sociais do atual governo. Esse novo marco legal, altera os eixos históricos que sustentam o caráter público das IFES, como um novo traço do "colonialismo educacional" e do "privatismo exaltado", eixos estruturantes do padrão de educação superior no Brasil.

Entre os primeiros ataques do atual governo à educação, destacamos as declarações de Abraham Weintraub (Ministro da Educação) e de Jair Bolsonaro (Presidente da República) que incentivaram a filmagem de docentes por alunos em sala de aula, sem autorização, criminalizando os professores e professoras e tratando-os como inimigos, um grande desrespeito à autonomia das escolas e das universidades, dos institutos federais e Cefets. Além disso, Bolsonaro declarou, em rede social (Twitter)[148], que estudava descentralizar investimento em faculdades de Filosofia e Sociologia sob justificativa de que essas áreas não dão retorno imediato e melhorias para a sociedade. Esse discurso oculta os interesses políticos reacionários de silenciamento da perspectiva crítica, da ideologia de gênero, do movimento Escola "sem" partido. Tanto o presidente quanto o ministro da educação concentraram suas ofensivas às ciências humanas e sociais. Segundo Leher (2020), esse conjunto de ataques contra a universidade pública federal está no bojo da Guerra Cultural.

> Trata-se de uma campanha efetivada pelo núcleo duro que sustenta o atual governo congregando fundamentalismo "cultural" (hostil à laicidade, ao secularismo, à ciência, à arte e à cultura geral) e fundamentalismo econômico, por meio da adesão aos preceitos mais radicais do neoliberalismo, aqui caracterizado como

[148] No dia 08 de abril de 2019. Disponível em: https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1115261421321883648 Acesso em: 07 de jul. 2020.

> ultraneoliberalismo. A área da educação é um de seus principais teatros de operações: nela pretendem difundir uma suposta ordem moral profundamente hostil à laicidade e ao secularismo, sustentar uma história "celebrativa dos grandes feitos", ecoar ideologias da doutrina de desenvolvimento com segurança em voga na ditadura empresarial-militar e preconizar uma pedagogia centrada no indivíduo competitivo. O seu braço econômico apregoa o fim da educação pública, um mal a ser combatido, pois o público insiste em trabalhar com o horizonte da cidadania, ainda que enfraquecida por anos de ressignificações, no lugar de exacerbar o individualismo possessivo. As alternativas desejadas são escolas charter, uso de vouchers e a refuncionalização das universidades como 'organizações' não gratuitas e utilitaristas, permanentemente calibradas pelos influxos do 'mercado' (LEHER, 2020, p. 107-108)

Os duros ataques à política educacional brasileira, nos últimos anos, intensificam-se com o impacto do teto dos gastos públicos. O orçamento já estava extremamente reduzido em 2019, devido aos cortes dos últimos anos, reflexo da EC nº 95/2016. Com a eleição de Jair Bolsonaro, de extrema-direita, ocorre a ascensão ultraliberal que aprofunda ações reacionárias para desqualificar a educação e atender aos interesses do capital.

O governo federal anunciou um contingenciamento orçamentário de R$ 30 bilhões por meio do decreto nº 9.741, publicado em abril de 2019. A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 garantia R$ 23,699 bilhões de verbas discricionárias para a educação, sendo R$5,8 bilhões retirados (cerca de 25% do previsto). Para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) estava previsto, na LOA, R$ 5,105 bilhões. Com o corte, perdeu 42,27% das despesas de investimento, ficando com apenas R$ 2,947 bilhões com o bloqueio o MCTIC. Esses ataques têm como objetivo intensificar o processo de privatização e mercantilização da educação e da ciência e tecnologia.

Nesse período, Abraham Weintraub, então Ministro da Educação, anunciou de forma não oficial, cortes de verbas em 30% do orçamento de três universidades federais[149] – Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal de Brasília (UnB) – argumentando que os cortes estavam relacionados ao desempenho acadêmico das instituições e pela "balbúrdia" nelas existentes (caracteriza como "balbúrdia" a presença de "sem terra" e a realização de festas nas universidades)[150]. A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) estava sob avaliação. Após as críticas, o governo mudou o discurso. Segundo o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima, "o bloqueio foi preventivo por causa da economia e pode ser revisto se a reforma da Previdência

[149] Disponível em https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/30/mec-anuncia-corte-de-30percent-em-repasses-para-todas-as-universidades-federais.ghtml Acesso em 09 de jun. 2020.

[150] O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma ação civil pública contra Abraham Weintraub e a União, por danos morais coletivos causados a docentes e estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Além do mais aponta potencial discriminatório em declarações do ministro ao justificar os cortes nas universidades. A ação está tramitando na Justiça Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/mPF-denuncia-ministro-da-educacao-por-danos-morais-coletivos1 Acesso em 10 de jun. 2020.

for aprovada. Ele disse ainda que o corte de 30% vai valer para todas as universidades federais e institutos federais de ensino" (G1, 2019).

Essas despesas envolvem desde os investimentos em universidades federais à compra de insumos básicos para o funcionamento dos serviços públicos, os quais foram direcionados a todas as universidades e institutos federais. Esses recursos são utilizados para custear as contas de água, luz, serviços de limpeza, entre outros. O presidente do ANDES-SN, Antonio Gonçalves (2019), afirma que o contingenciamento divulgado, de forma não oficial, é absurdo e ilegal. Além disso, destaca que

> A Universidade deve ser um espaço de formação emancipatória do sujeito, por isso tem que ser um espaço de criticidade e autonomia. O governo, para impor sua política educacional, que é uma política de retrocesso, de pensamento único, e de ataque aos direitos fundamentais, elege como prioridade o contingenciamento de verbas das universidades, usando uma argumentação ilegal e inaceitável politicamente. Nossas universidades continuam primando pela qualidade e isso é comprovado em inúmeras pesquisas nacionais e internacionais (ANDES-SN, 2019)[151].

Em maio de 2019[152], o governo anticiência de Jair Bolsonaro, anuciou cortes bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. A decisão impede que novos pesquisadores recebam bolsas que estavam previstas para 2019. Com o corte generalizado de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estudantes de pós-graduação e docentes foram surpreendidos, pois o MEC não havia informado, anteriormente, sua decisão de reduzir o número de bolsas. Essa ação demonstra um profundo desrespeito à educação e a produção científica, gerando uma reação aos cortes orçamentários das áreas de ciência, tecnologia e inovação públicas, com o movimento #cienciaocupabrasília, organizado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e pela Academia Brasileira de Ciência (ABC), além de outras entidades[153].

O governo atacou ainda a autonomia das entidades sindicais e a livre escolha dos/as trabalhadores sindicalizados por meio da medida provisória (MP 873/2019) que altera as regras para a arrecadação da sindicalização voluntária dos trabalhadores sindicalizados, com o objetivo de enfraquecer as entidades de classe e favorecer bancos. Não haverá arrecadação em

---

[151] Matéria do dia 30 de abril de 2019. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/aNDES-sN-repudia-corte-de-verbas-e-perseguicao-na-uFBA-unB-e-uFF1 Acesso em 09 de jun. 2020.

[152] Matéria do G1 do dia 08 de maior de 2019, intitulada "Capes suspende concessão de bolsas de mestrado e doutorado". Disponível em https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/08/concessao-de-bolsas-de-mestrado-e-doutorado-pela-capes-sao-suspensas.ghtml Acesso em 02 de maio de 2020.

[153] Como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes), Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), ANDES-SN, Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies), Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG). Disponível em https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/pesquisadores-e-cientistas-protestam-em-brasilia-contra-cortes-de-orcamento-e-de-bolsas1/page:3/sort:Conteudo.created/direction:DESC Acesso em 30 de mai. 2020.

folha da mensalidade sindical, e o governo exige autorização prévia por escrito e pagamento via boleto. Todas essas ações arbitrárias buscam desorganizar e desmobilizar os movimentos populares que lutam e resistem aos ataques do governo aos direitos historicamente conquistados.

Segundo a Carta Aberta[154] (assinada pelo ANDES-SN, Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-administrativosem Instituições de ensino Superior Públicas do Brasil/ Fasubra, Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica/Sinasefe, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação/CNTE, Federação Nacional dos Estudantes do Ensino Técnico/FENET, Associação Nacional de Pós-Graduandos/ANPG, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas/UBES e União Nacional dos Estudantes/UNE), além dos retrocessos na política educacional, diversas outras ações do governo federal têm colocado em risco a sociedade: o Decreto nº 9.685/2019, que revogou parte do Estatuto do Desarmamento para permitir o porte desmedido de armas de fogo por cidadãos comuns; o Projeto de Lei "Anticrime", do então ministro Sérgio Moro, que pretende tornar inimputável a força policial contra cidadãos, sobretudo jovens e negros; a transferência da demarcação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Agricultura, amplamente controlado pelo agronegócio; a degradação do meio ambiente com a ampliação do desmatamento e a liberação de defensivos agrícolas nas lavouras, com estímulo à caça e à comercialização da fauna e da flora; o fim do Ministério do Trabalho, tornando a classe trabalhadora ainda mais refém da ganância do capital; a revogação da política de ganho real do salário mínimo e a suspensão de benefícios assistenciais e previdenciários que atingem os mais necessitados; os cortes na base de atendimento do programa Bolsa Família, medida iniciada ainda no governo Temer; entre tantas outras (des)medidas que visam aniquilar direitos e garantias assegurados na Constituição Federal,além da liberação por Tereza Cristina, Ministra da Agricultura (chamada de "Musa do Veneno" pelos ambientalistas), de mais de cem agrotóxicos classificados como altamente ou extremamente tóxicos[155].

Em resposta aos ataques à educação pública por meio de perseguição ideológica e política aos professores, estudantes e técnico-administrativos no governo Bolsonaro, as

[154] Carta Aberta à Sociedade sobre os Ataques à Educação no Brasil! Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/carta-aberta-a-sociedade-sobre-os-ataques-a-educacao-no-brasil1 Acesso em 09 de jun.2020.

[155] De janeiro a maio de 2019 já havia 197 produtos liberados. Segundo a matéria do Brasil de Fato do dia 21 de maior de 2019, três são compostos do glifosato, substância associada ao desenvolvimento de câncer e ligada a processos bilionários nos Estados Unidos. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/05/21/governo-bolsonaro-libera-uso-de-mais-31-agrotoxicos-ja-sao-169-apenas-neste-ano Acesso em 10 de jun. 2020.

entidades[156] convocaram suas categorias para uma Greve Nacional da Educação no dia 15 de maio de 2019 (15M). Essa data foi incorporada ao calendário de lutas aprovado no III ENE. Na manhã do dia 15 de maio, professores, estudantes, técnico-administrativos e movimentos sociais começaram as mobilizações da Greve Nacional da Educação. O 15M foi um marco em defesa da educação, ciência e tecnologia públicas e da liberdade de ensinar e aprender, contra a reforma da previdência, construindo a greve geral, sendo a primeira greve nacional contra as políticas do governo de Jair Bolsonaro, marcada por atos em centenas de cidades do país.

Milhares de estudantes, professores e técnico-administrativos foram às ruas. Ocorreram diferentes formas de manifestações (passeatas, aulas públicas, cartazes, performances). Esse dia ficou conhecido como o Tsunami da Educação. Foram registrados protestos em 222 cidades, com manifestações em todas as capitais do país, incluindo Brasília. Segundo os dados do ANDES-SN[157], os números expressam a força da primeira mobilização contra o governo Bolsonaro: no Rio de Janeiro, o protesto reuniu cerca de 250 mil pessoas; na Av. Paulista, em São Paulo, 120 mil; 50 mil em Fortaleza (CE); 50 mil no Recife (PE); 30 mil em Belém (PA); em Brasília, o ato contou com 50 mil pessoas. A seguir temos registros das manifestações de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Figura 1 – Dia Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública (2019)

[156] A Greve Nacional da Educação foi definida pela CNTE. A data foi incorporada ao calendário de lutas aprovado no III ENE.

[157] Matéria do dia 16 de maio de 2019. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/tsunami-da-educacao-protestos-acontecem-em-todos-os-estados-e-no-dF1 Acesso em 10de jun. 2020.

Fonte: Imagens do G1 e Brasil de Fato.

Após o Tsunami da Educação do dia de 15 de maio, entidades estudantis e sindicais definiram novas ações em defesa da educação e convocaram atos para o dia 30 de maio (30M)[158]. O 2º Dia Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública pautava a construção da greve geral[159] contra a contrarreforma da previdência e o contingenciamento de 30% na educação. Essa foi a segunda grande manifestação nacional em defesa da educação que ocorreu em mais de duzentas cidades.

Segundo a matéria do ANDES-SN[160], as maiores mobilizações do 30M ocorreram em São Paulo com mais de 300 mil pessoas, no Rio de Janeiro com 100 mil manifestantes e no nordeste, atingindo centenas de milhares de presentes contra os ataques do governo Bolsonaro. Ocorreram também atos em defesa da educação de qualidade fora do país, na Espanha, Inglaterra, Portugal, Holanda, Suíça, Irlanda e Estados Unidos.

[158] O 30M foi convocado por diversas entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais: o ANDES-SN, a Fasubra, o Sinasefe, a UNE, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), a Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (Fenet), a Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee).

[159] Greve Geral marcada pelas centrais sindicais para 14 de junho, para enfrentar a reforma da previdência.

[160] Matéria do dia 30 de maio de 2019. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/30M-manifestacoes-tomam-o-brasil1 Acesso em 10 de jun. 2020.

Figura 2 – Dia Nacional de Lutas em Defesa da Educação Pública em São Paulo (2019)

Fonte: Imagem de Maurício Pisani na manifestação em São Paulo.

Em 2019, foi lançado, pelos movimentos sociais, sindicais, estudantis e organizações políticas da cidade e do campo, o "Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas", com o objetivo de estabelecer uma frente para lutar em torno de uma pauta comum, visando construir unidade de ação para combater os retrocessos em curso e lutar pelos direitos sociais.

O Fórum elaborou um manifesto[161], assinado por várias entidades[162], composto por onze eixos: 1) Defesa dos direitos trabalhistas e contra o fim do Ministério do Trabalho; 2) Defesa da previdência pública e universal (contra a Reforma da Previdência); 3) Defesa da educação e da saúde públicas, gratuitas e de qualidade; 4) Defesa da política de igualdade racial, de gênero e respeito às diversidades sexuais; 5) Defesa das liberdades democráticas; 6) Defesa de reforma urbana e agrária; 7) Contra a criminalização dos movimentos sociais; 8) Revogação da EC/95;

[161] Manifesto do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas. Disponível em: https://www.andes.org.br/diretorios/files/manifesto.pdf Acesso em 08 de jun.2020.

[162] Esse manifesto foi assinado por: INTERSINDICAL - Central da Classe Trabalhadora / CSP - CONLUTAS / INTERSINDICAL - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora / ANDES-SN / SINASEFE / FASUBRA / FENASPS / ASFOC-SN / Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza / Sindicato dos Químicos Unificados - Campinas e Osasco / Sindicato dos Rodoviários do Ceará / Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Confecção Feminina de Fortaleza / Sindicato dos Odontologistas do Ceará / Sindicaixa (RS) / Sindimetrô (RS) / Sintepp (Sindicato da Educação Pública do Pará) / SindBancários (ES) / Sinditifes (PA) / Sindsprev (RS) / Sindicato dos Servidores em Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissional de Sergipe / Sinsepeap (AP) / Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Teresina / Sinpro Guarulhos (SP) / Subsedes da Apeoesp: Ribeirão Preto, Franco da Rocha, Guarulhos, Suzano, Tatuapé e São Miguel / Bloco de Oposição na Apeoesp / Associação dos Docentes do Colégio Pedro II (RJ) / Sindicato dos Trabalhadores Técnicos e Administrativos em Educação das Instituições Federais em Juiz de Fora (MG) / Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos Administrativos em Educação da UFTM / Fórum das Seis / Resistência / Unidade Classista / Conspiração Socialista / Resistência e Luta / Luta Socialista - PSOL / Unidos Pra Lutar - CSP Conlutas / Construção Socialista / MUDE - Movimento UFPI Democrática (PI) / Coletivo Enfrente (RN) / UNE / FENET / DCE UFMG / Juntos / Afronte / União da Juventude Comunista / Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde / PSOL / PCB.

9) Defesa do emprego, salário e moradia; 10) Defesa do setor público estatal e contra as privatizações; 11) Liberdade de ensinar e de aprender, em defesa da autonomia das instituições públicas de ensino. Em abril de 2020, o Fórum lançou propostas para enfrentar a pandemia[163].

Outro ataque do atual governo foi a Medida Provisória 914/2019, que aprofunda o autoritarismo ao concentrar o poder nas mãos do/a reitor/a. Conforme a MP, o Presidente da República poderá escolher os/as dirigentes das universidades, institutos federais e do Colégio Pedro II, desrespeitando a autonomia das Instituições de Ensino Superior Públicas (IES). O ANDES-SN defende que os dirigentes sejam escolhidos por meio de eleições diretas, com voto paritário ou universal, e que não haja elaboração de lista tríplice, encerrando-se o processo no âmbito de cada IES.

Segundo a matéria do ANDES-SN[164], a MP perdeu a validade. De acordo com o prazo regimental, o texto da medida deveria ter sido apreciado até o dia 01 de junho de 2020. Antônio Gonçalves (2020), presidente do Sindicato Nacional ANDES-SN, afirma que "os danos provocados pela MP 914/2019 não poderão ser sanados, pois as nomeações ocorridas não serão revistas. Preocupa-nos as consultas previstas para o período de isolamento social. As seções sindicais devem estimular esse debate conforme o cenário local, diante da diversidade que há nas IES". No dia 09 de junho de 2020, o presidente Jair Bolsonaro voltou a atacar a autonomia das universidades e editou outra MP (979/2020), sendo a segunda tentativa de controlar os processos de decisão das instituições.

No dia 16 de junho de 2019, Abraham Weintraub (ex-Ministro da Educação) e Arnaldo Lima (ex-Secretário de Educação Superior)[165] apresentaram o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (Future-se) para 62 reitores, na sede do Ministério da Educação. No dia seguinte, ocorreu o lançamento oficial do Programa Future-se, realizado no auditório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em Brasília, por meio de transmissão ao vivo pela página do MEC no Facebook.

Segundo Leher (2019b), o Future-se é apresentado como uma opção de autonomia financeira para as IFES, porém trata-se de um projeto de refuncionalização dessas instituições, que intensifica o discurso do empreendedorismo, já existentes nas instituições. Com os

[163] Propostas do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de luta por direitos e liberdades democráticas. Disponível em: https://www.andes.org.br/diretorios/files/PDF/pdf%20re/tr/ForumSindical_ANDES.pdf Acesso em 08 de jun. 2020.

[164] Matéria do dia 02 de junho de 2020. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/mP-que-estabelecia-novas-regras-para-escolha-de-reitores-perde-validade1 Acesso em 08 de junho de 2020.

[165] Arnaldo Lima pediu demissão no dia 30 de janeiro de 2020. O então Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) deixa o cargo em meio a diversas crises da pasta, entre elas, os erros na divulgação de notas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e falhas no Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

bloqueios e cortes do orçamento público para as atividades as universidades e pesquisas, a adesão a esse projeto ocorre por meio de constrangimentos materiais e simbólicos.

> Isso não significa que esse processo de indução mercantil ocorra sem contradições, tensões e conflitos, mas o seu alcance é inegável, chegando às áreas sociais por meio de políticas de formação de professores a distância ou pelo encaminhamento de programas governamentais de alívio à pobreza e voltados para a formação do capital social, ou, ainda, programas de qualificação e treinamento profissional. Em níveis distintos e com graus variados de tensionamento, os valores mercantis permeiam toda instituição, naturalizando o uso de categorias como empreendedorismo, competências, empregabilidade, recursos humanos, competitividade, colaboração, governabilidade entre outros. São categorias das ciências que vão asquirindo outro conteúdo semântico: público – passa a ser 'interesse público'; sociedade civil – o lugar da colaboração entre cidadãos desprovidos de classe; luta de classes – conflitos a serem institucionalizados; exploração e expropriação – ressignificados como exclusão e inclusão (LEHER, 2019b, p. 107-108).

A construção desse programa se deu a partir do diálogo exclusivo com o mercado – a grande burguesia por meio dos APHs – para submeter a universidade e a produção de conhecimento aos interesses do mercado e não às necessidades da sociedade, seguindo a orientação dos organismos internacionais do capital, principalmente, o BM, com o seu projeto de educação como setor comercial, e a abertura de investimento estrangeiro nessa área com a proposta de criação do fundo patrimonial para das IFES, como veremos no capítulo III desse estudo.

O movimento docente já apontava, em anos anteriores, a necessidade de compreender e enfrentar a agenda dos fundos patrimoniais no Brasil para as universidades públicas. Docentes das seções sindicais que participaram do 35º e 37º Congressos do Andes-SN deliberam, nesses dois encontros, a luta contra a PL que cria os Fundos Patrimoniais das IFES, assim como a construção de debates, estudos e publicações sobre diversos temas, que analisassem os projetos de lei dos referidos fundos. Sendo essa uma das demandas do movimento docente, compreende-se a urgência do debate sobre essa temática e a construção de ações coletivas que devem partir da identificação dos principais sujeitos políticos coletivos do capital que elaboraram e difundem a concepção da educação como um lucrativo mercado, conforme veremos a seguir.

2.5 **O Instituto para o Desenvolvimento de Investimento Social (IDIS): o principal APHE condutor da agenda dos Fundos Patrimoniais no Brasil**

O capital, em resposta às suas crises estruturais na busca de ampliação de formas de exploração, apresenta novos meios de expropriações, exploração da força de trabalho,

combinando estratégias de apassivamento das lutas de classe. Do mesmo modo, fortalece o processo de financeirização, apresentando diferentes modos de apropriação do fundo público por meio do sistema da dívida interna e externa, parcerias público-privadas, privatizações, entre outras.

Nesse cenário, a teoria do capital humano sustenta a lógica de educação para a competitividade. A teoria do capital social, de Robert Putnam e Francis Fukuyama, se materializa por meio das ações de alívio à pobreza das entidades empresariais locais e internacionais, orientadas pelos organismos internacionais e conduzidas pelo Estado brasileiro. Segundo Motta (2012), essa concepção conservadora amplia o fetiche do capital humano, constitui uma nova noção ideológica que legitima o processo de educação para o conformismo a partir de mecanismos de conservação da coesão social, de despolitização e conformação com as condições impostas pelo sistema capitalista. A sociedade civil é apresentada como uma esfera dissociada do Estado e como um espaço de harmonia solidária, ocultando os fundamentos das contradições capital/trabalho. O Banco Mundial, no documento lançado em 1994, defende a reconfiguração do papel do Estado, sugerindo a diversificação do financiamento e dos cursos, a política educacional como um elemento central no alívio à pobreza e à disseminação de competitividade, assim como o fortalecimento das chamadas ONGs, conforme analisamos no capítulo anterior.

A expressão investimento social privado ou investimento social empresarial é definida pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)[166] como o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais, culturais e científicos, de interesse público, ações direcionadas por empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou instituídos por famílias, comunidades ou indivíduos. Pode ser juntamente arrecadado por meio de incentivos fiscais.

O Instituto para o Desenvolvimento de Investimento Social (IDIS) é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), criada em 1999. Coloca-se como pioneira no apoio técnico ao investidor social no Brasil, completando vinte anos de existência em 2019. A Fundação W.K. Kellogg[167] dos EUA foi a primeira doadora de recursos para o IDIS. Essa fundação, desde os anos de 1960, destinou recursos para financiar a pesquisa no Brasil que, no

[166] O GIFE é uma associação dos investidores sociais do Brasil (institutos, fundações ou empresas), foi criado como grupo informal em 1989 e instituído como organização sem fins lucrativos em 1995. A instituição se apresenta como referência no país no tema do investimento social privado. Disponível em https://gife.org.br/ Acesso em 16 de junno de 2020.

[167] A Fundação W.K.Kellogg foi fundada em 1930 nos EUA. No início do século XXI, foi considerada a sétima maior fundação filantrópica do país.

período da Guerra Fria, com o objetivo de 'politizar' o fomento, inseriu valores político-ideológicos em seus planos de trabalho para difundir o projeto burguês de sociabilidade.

As atividades filantrópicas empresariais atuais apresentam características de investimentos lucrativos sob a aparência de um bem social comum. Virgínia Fontes (2020) destaca que, diferente das formas históricas de caridade anteriores, a filantropia criada nos EUA assume, precocemente, o estatuto de investimento. No capitalismo contemporâneo, novas denominações de apoio ou críticas apresentam essas práticas como filantropia estratégica, *venture philanthropy* ou filantropocapitalismo.

> É interessante observar como a persistência do termo "filantropia", renovada pela "filantropia empresarial", demonstra o quanto perdura a suposição, de maneira aparente ou sub-reptícia, de que doações de recursos sejam equivalentes ao respeito, ou ao merecimento, ou ainda a uma generosidade desprovida de interesses, movida apenas por amor à humanidade. Não à toa o termo é recorrente. Ele é empregado de maneira difusa, mesmo entre os críticos dos procedimentos de tais doações empresariais, que continuam a utilizá-lo, como espécie de anteparo linguístico generoso e inclusivo, levando a destacar o aspecto da "doação" e deixando na sombra os demais aspectos envolvidos em tal "altruísmo" (FONTES, 2020, p. 17).

No Brasil, a historiadora afirma que os intelectuais orgânicos defendem a "filantropia empresarial" na qual o uso empresarial contemporâneo é mais direto e, ainda que sob o discurso de generosidade, especifica que se trata de uma forma de investimento. O IDIS deixa bem claro esse aspecto quando destaca que sua primeira contribuição no Brasil foi introduzir o conceito e a prática de investimento social privado.

> Entendemos como investimento social privado o repasse de recursos privados, de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais, culturais e científicos de interesse público. Incluem-se no universo de investimento social privado as ações protagonizadas por empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou instituído por famílias, comunidades e indivíduos (IDIS, 2019, p. 17).

O IDIS foi fundado por Marcos Kisil[168] (professor da Faculdade de Saúde Pública da USP). Segundo a matéria do Jornal da USP[169], Kisil é um dos oito profissionais mais influentes do mundo filantrópico e o único latino-americano. Na graduação, foi selecionado como bolsista de um programa para lideranças em Harvard, e seu processo de doutoramento ocorreu na Universidade George Washington, nos EUA. Com o resultado da tese, trabalhou por quinze

[168] É fundador do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS). Formado em Medicina pela USP e Doutor em Administração pela George Washington University (EUA). É autor dos livros "Comunidade: Foco de Filantropia e Investimento Social Privado" e "Tendências do Investimento Social na América Latina". Atuou como Diretor Regional para a América Latina e Caribe na Fundação W.K. Kellogg. Foi consultor da Organização Pan-Americana de Saúde. É professor da USP e da Faculdade de Saúde Pública, e membro dos conselhos da Resource Alliance e da SAVE Brasil.

[169] Matéria do dia 17 de julho de 2018, intitulada "Professor da USP, um dos nomes mais influentes da filantropia no mundo". Disponível em https://jornal.usp.br/universidade/eventos/professor-da-usp-e-um-dos-nomes-mais-influentes-da-filantropia-no-mundo/ Acesso em 14 de setembro de 2019.

anos como diretor regional para a América Latina e Caribe da Fundação W. K. Kellogg, na qual foi bolsista no doutorado.

Ao retornar ao Brasil, Kisil fundou o IDIS e recebeu o convite para dar aulas na USP. Anteriormente, atuou junto à Fundação Rockefeller[170], Hospital Sabará, Instituto Avon, WWF Brasil, entre outros. Marcos Kisil defende que a USP deveria se organizar e profissionalizar as formas de captação de recursos privados. A matéria do Jornal da USP destaca que o professor critica a visão de que as questões públicas tenham de ser, obrigatoriamente, uma questão de governo e defende o investimento social privado para as universidades.

Para Kisil (2019)[171], a instituição contribui para a formação de um verdadeiro ecossistema filantrópico que atende a distintas necessidades da relação investidor/empreendedor social. Atuou ativamente na defesa dos seguintes marcos legais: Lei nº 9790/1999 das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sendo o IDIS a segunda organização a receber esse título; regulamentação da Lei nº 13.019/2014, conhecida como o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que fortalece a relação dessas entidades da administração pública; e a mais recente a promulgação da Lei nº 13.800/ 2019, que regulamenta os Fundos Patrimoniais no Brasil.

O IDIS é o APH, que lidera uma iniciativa de *advocacy*[172] por meio de um trabalho em rede para promover os fundos patrimoniais (*endowments*) no Brasil – gestão privada de recursos públicos e privatização interna do espaço público. O instituto representa a *Charities Aid Foundation* (CAF) no Brasil e na América Latina, uma organização britânica sem fins lucrativos, dedicada ao investimento social privado. Essa parceria do IDIS com a CAF foi estabelecida em 2005. A sede fica no Reino Unido e está presente em vários países, como África do Sul (CAF África Austral), Austrália (Good2Give - Austrália), Brasil (IDIS - Brasil), Bulgária (BCause - Bulgária), Canadá (CAF Canada), Estados Unidos (CAF América), Índia (CAF Índia), Nova Zelândia (Good2Give - Nova Zelândia) e Rússia (CAF Rússia). A CAF intitula-se uma instituição de caridade, banco e campeã por melhores doações.

> Os pilares do processo de *advocacy* pelos Fundos Patrimoniais incluíram uma estratégia de debate e disseminação de conhecimento e a articulação de parceiros e pessoas influentes no processo de aprovação da legislação. Por ser, desde 2005, parte

[170] Fundação Rockfeller, uma das fundações filantrópicas que teve papel decisivo no sistema de educação superior dos EUA. Ver Reginaldo Moraes (2015).

[171] Disponível em https://www.idis.org.br/wp-content/uploads/2019/09/IDIS_20Anos.pdf Acesso em 08 de fevereiro de 2020.

[172] *Advocacy* ou *lobby* são expressões inglesas que constituem uma prática política de defesa e argumentação em favor de uma causa, utilizada singularmente por entidades sem fins lucrativos, com o objetivo de influenciar a formulação de políticas públicas e disputar a alocação de recursos públicos. Essas ações ocorrem de diversas formas – produção e publicação de estudos, elaboração de documentos, campanhas para a imprensa, promoção de eventos públicos, reuniões etc. – utilizando o poder para atingir seus objetivos.

> da CAF Global Alliance, a rede mundial de escritórios da organização filantrópica britânica *Charities Aid Foundation*, o IDIS teve acesso a uma importante fonte de informações sobre a realidade dos **Fundos Patrimoniais** em outros países e, também, sobre estratégias efetivas de *advocacy*, prática realizada no Reino Unido por décadas (FABIANI, 2019, p. 175-176, grifos meus).

O IDIS é membro da Aliança Global (*Global Alliance*), uma rede internacional liderada por instituições filantrópicas com o objetivo de apoiar o investidor social privado no mundo, apoiando o IDIS na criação do Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais.

O CAF Bank é um banco que oferece serviços bancários projetados, exclusivamente, a instituições sem fins lucrativos, gerenciando fundos de investimentos. A plataforma de conta de investimento da CAF disponibiliza os seguintes serviços às instituições: gerencia todos os investimentos; acompanha o desempenho do investimento e monitora as transações; acessa mais de 1.200 fundos, bem como as ações do Reino Unido e internacionais. Ou seja, o IDIS representa uma instituição bancária sob a aparência de uma entidade sem fins lucrativos que, ao longo desses vinte anos de existência, realizou diversas ações no Brasil.

A tabela a seguir demonstra as parcerias do IDIS com diversos APHEs, apontando as ações pioneiras que envolvem a temática do investimento social privado no Brasil, onde as famílias da grande burguesia locais e internacionais intensificam seu poder e ampliam suas riquezas. Além disso, não menos importante, inserem-se nos terrenos de lutas de classes para (des)educar/formar as massas de trabalhadores para o consenso.

Quadro 13 – Parcerias e ações do IDIS

Parceria	Iniciativa	Ações desenvolvidas
W. K. Kellogg Foundation e Inter-American Foundation	Primeira iniciativa no campo do Investimento Social Comunitário	Iniciou no ano 2000, com o objetivo de estimular e apoiar as comunidades a se organizarem para buscar o aumento da eficiência e eficácia da filantropia e do investimento social privado locais nos municípios de Botucatu, Guarulhos, Limeira, Penápolis, Santa Bárbara d'Oeste e São José dos Campos. Nessas cidades paulistanas, mais de 4.500 pessoas estavam inseridas no processo de mobilização de recursos para o investimento social local.
Instituto World Childhood Foundation (WCF) Brasil	Primeira incubação de organização	Primeiro projeto de incubação de organização realizado pelo IDIS. O processo de incubação de uma organização implica a transferência da responsabilidade técnica da operação da instituição por um período pré-determinado, até que ela se estruture em

		suas diversas áreas. Durante o período de apoio do IDIS, em 2001, o Instituto captou recursos junto à iniciativa privada nacional e internacional, financiando projetos sociais no Brasil.
Instituto Avon	Mais longa parceria do IDIS, desde 2002 até hoje	O relacionamento do IDIS com o investimento social privado da Avon nasceu em 2002, quando o IDIS apoiou a condução do planejamento estratégico para a criação do Instituto Avon e a estruturação do Programa Avon de Combate ao Câncer de Mama. Desde então, o IDIS vem apoiando o Instituto na gestão de seus investimentos.
Instituto Gerdau	Primeira iniciativa contemplando Investimento Social, Familiar e Empresarial	Apoio à criação do Instituto Gerdau, no ano de 2003, com base em trabalho de Planejamento Estratégico do Investimento Social Familiar e Empresarial, trazendo aspectos da família para a ação social da empresa e definindo o planejamento estratégico do Instituto.
Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal - FMCSV	Primeira estruturação de organização com fundo patrimonial	O IDIS apoiou a estruturação do investimento social da família Vidigal em 2003, desde a identificação da motivação da família até a reestruturação da organização filantrópica familiar e de seu **fundo patrimonial**.
Aracruz Celulose	Primeiro trabalho comunitário	O IDIS apoiou, em 2006, a reestruturação do investimento social da Aracruz. Apoiou o desenvolvimento de projetos em algumas comunidades, especialmente, comunidades próximas às fábricas e fazendas da família Aracruz.
Instituto Renner	Criação de Programa de Marketing Relaciona a Causa (MRC)	O IDIS trabalhou, desde 2006, com o Instituto Renner, organização que visa à promoção da inserção da mulher no mercado de trabalho em várias frentes. Apoiou o refinamento de seu foco de atuação e reordenamento de sua estrutura organizacional.
Fundação Lucia e Pelerson Penido - FLUPP	Primeira avaliação de impacto utilizando a metodologia Social *Returnon Investment* (SROI)	O IDIS apoiou a Fundação Lucia e Pelerson Penido (FLUPP), fundação familiar criada em 2010, realizando a estruturação da organização, seu planejamento estratégico é o desenho de duas iniciativas: o programa Valorizando uma Infância Melhor (VIM) e o **Projeto de Fortalecimento da Gestão Pública da Educação**.
Instituto Ayrton Senna	Apoio ao planejamento estratégico	Apoio ao Instituto desde 2011 em seu planejamento estratégico. Identificação de metas, coordenação, apoio da equipe programática na idealização, construção

		de um plano estratégico e de um plano de ação.
Instituto HSBC	Maior iniciativa de gestão da doação, com análise e validação de dezenas de organizações e projetos	Nos anos de 2011 e 2012, o IDIS apoiou a iniciativa do Instituto HSBC na seleção, formalização e monitoramento de parcerias de projetos de investimento social, que receberiam doações captadas por meio da taxa de administração do cartão de crédito. Em torno de sessenta organizações, a cada ano, receberam apoio para a implantação de projetos.
Bernard van Leer Foundation	Projeto piloto que resultou em política pública no estado do Amazonas	O IDIS desenhou e implantou programa voltado à promoção do desenvolvimento da primeira infância no estado do Amazonas. O Projeto Piloto Primeira Infância Ribeirinha (PIR) foi desenvolvido entre 2012 e 2014, em parceria com a Fundação Amazonas Sustentável e a Secretaria de Saúde do Amazonas, consistindo em um modelo de capacitação de Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) para uma visitação domiciliar. Esse projeto inspirou a aprovação da política pública 'Primeira Infância Amazonense (PIA)'.
Fundação André e Lucia Maggi	Planejamento estratégico seguido de avaliação de impacto	Em 2012, o IDIS apoiou a Fundação André e Lucia Maggi em uma reflexão estratégica para melhor estabelecer seu investimento social, para aprimorar seu foco de atuação, estabelecer seus objetivos estratégicos de projetos e programas prioritários, bem como para a elaboração de um plano de ação. Nos cinco anos seguintes, o IDIS apoiou a Fundação em diversas frentes, como na avaliação de programas e projetos, no acompanhamento da implantação do novo mapa estratégico da Fundação e na captação de colaboradores no tema de investimento social privado.
Diversos	Liderança de iniciativa de *advocacy* pela regulamentação dos **fundos patrimoniais** e criação de coalizão	Desde 2012, o IDIS lidera a agenda para fomentar e regulamentar os Fundos Patrimoniais no Brasil. No ano de 2017, formou, com parceiros, a Coalizão pelos Fundos Filantrópicos, reunindo mais de setenta organizações, o que direcionou o processo de aprovação da Lei 13.800, em janeiro de 2019. Além das ações de *advocacy* e disseminação do conceito no país, publicou o livro "Fundos Patrimoniais: Criação e Gestão no Brasil" e traduziu o livro "Filantropização via Privatização: garantindo receitas para o bem comum", do professor da Universidade Johns

		Hopkins, Lester Salamon. Apoiou a criação de diversos fundos patrimoniais no Brasil e a criação de três guias para quem busca informações sobre a criação de seu fundo.
Fundação Telefônica Vivo	Primeira criação de Unidade de Inteligência	Apoio técnico na estruturação de uma Unidade de Inteligência para a Fundação Telefônica Vivo no Brasil em 2014. A Unidade de Inteligência foi criada para funcionar como um radar de tendências, oportunidades e demais informações que pudessem alimentar, constantemente, a estratégia de atuação tanto da Fundação como a do negócio.
Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo (Fehosp)	Fortalecimento de rede de hospitais beneficentes via capacitação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo	O projeto Santas Casas Sustentáveis teve como objetivo fortalecer as Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Filantrópicos do Estado de São Paulo. Em 2015, onze municípios receberam a equipe do projeto e participaram de três oficinas de capacitação em desenho de projetos e mobilização de recursos. Os consultores do IDIS realizaram mais de trezentas visitas para orientar os hospitais na elaboração de projetos e ações de captação de recursos.
Anglo American	Capacitação de organizações da sociedade civil e de representantes do poder público	O Programa Germinar é uma iniciativa da Anglo American com o objetivo de qualificar e incentivar a sociedade civil para a elaboração de projetos sociais, gestão e captação de recursos.
Fundação Banco do Brasil	Articulação e implantação de tecnologias sociais no Amazonas	O Projeto Tecnologias Sociais no Amazonas (TSA) foi desenvolvido pelo IDIS e implementado em parceria com a Universidade Estadual do Amazonas, Secretaria de Saúde do Amazonas e os governos locais em 2016.
Santa Marcelina Cultura	Primeira avaliação de impacto de programa de grande escala	O IDIS realizou o estudo de avaliação de impacto social em 2018, que seguiu a metodologia SROI (Social *Returnon Investment*). O Programa Guri promove a educação musical e a inclusão sociocultural de crianças e adolescentes.
Diversos	Promoção da Cultura de Doação pelo lançamento da Campanha de Mobilização	A campanha, lançada em 2018, visa fomentar e fortalecer a cultura de doação no Brasil. Para isso, criou o 'Descubra sua Causa'.
Charles Stewart Mott Foundation	Desenvolvimento da Filantropia Comunitária no Brasil	Em 2018, com o apoio da Mott Foundation, foi realizado um novo projeto na temática do Investimento Social Comunitário, que resultou em um mapeamento de iniciativas de Filantropia Comunitária no Estado de São Paulo, cuja sistematização da trajetória de construção conjunta de conhecimento

	sobre o tema gerou a publicação "Filantropia Comunitária: Terreno fértil para o Desenvolvimento Social".

Fonte: Dados disponibilizados pelo IDIS (2019).

Entre os parceiros que contaram com a assessoria do IDIS, temos: *W. K. Kellogg Foundation* e *Inter-American Foundation*; Instituto World Childhood Foundation (WCF) Brasil; Instituto Avon; Instituto Gerdau; Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal (FMCSV); Aracruz Celulose; Instituto Renner; Fundação Lucia e Pelerson Penido (FLUPP); Instituto Ayrton Senna; Instituto HSBC; *Bernard van Leer Foundation;* Fundação André e Lucia Maggi; Fundação Telefônica Vivo; Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo (Fehosp); Anglo American; Fundação Banco do Brasil; Santa Marcelina Cultura; e *Charles Stewart Mott Foundation*.

O IDIS conta ainda com as seguintes entidades brasileiras e organismos internacionais, como parceiros e mantenedores: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Global Partner Network (CSR360); Demarest Advogados; Escola Aberta Terceiro Setor; Fundação Banco do Brasil; Fundação José Luiz Egydio Setúbal; Global Philanthropy Forum; Levisky; PLKC Advogados; Rede Nacional Primeira Infância; Centro Ruth Cardoso; Fundação Roberto Marinho; Fundação Telefônica Vivo; BNP Paribas Asset Management; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; e Grupo de Institutos Fundações e Empresas(GIFE).

Segundo as informações disponíveis no site[173] do instituto, o IDIS tem como objetivo "aumentar o impacto do investimento social privado, construindo parcerias e projetos, produzindo e compartilhando conhecimento". Para os intelectuais orgânicos do IDIS, o investimento privado é a alocação estratégica de recursos (dinheiro, tempo, conhecimento, entre outros). A instituição atua de duas formas: desenvolvendo iniciativas próprias e oferecendo apoio operacional a projetos de empresas, famílias, indivíduos e comunidades. Essas ações são desenvolvidas por meio de parcerias que são qualificadas por quatro eixos: apoio técnico, gestão da doação, implantação de projetos e *advocacy*. Veremos no quadro a seguir a composição da equipe do IDIS.

[173] Disponível em: https://www.idis.org.br/sobre/ Acesso em 14 de setembre de 2019.

Quadro 14 – Equipe e conselho do IDIS

EQUIPE E CONSELHO	
Marcos Kisil Fundador e conselheiro de Conselho Deliberativo	Consultor estratégico e fundador do IDIS. Atuou como Diretor Regional para a América Latina e Caribe na Fundação W. K. Kellogg, sendo o responsável pelo desenvolvimento programático e estratégico da fundação. Médico formado pela Faculdade de Medicina da USP, tendo-se doutorado em Administração pela George Washington University, Washington-DC, EUA, como bolsista da Fundação W.K. Kellogg. Foi consultor da Organização Pan-Americana de Saúde. Atualmente exerce atividades acadêmicas como professor titular da USP, Faculdade de Saúde Pública, e é membro dos Conselhos da Resource Alliance e da SAVE Brasil – afiliada da Bird Life International. Marcos Kisil é autor dos livros "Comunidade: Foco de Filantropia" e "Investimento Social Privado e Tendências do Investimento Social na América Latina".
Paula Jancso Fabiani Diretora-presidente	Diretora-presidente do IDIS. Foi diretora financeira da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e *controller* do Instituto Akatu. Trabalhou no braço de *privateequity* do Grupo Votorantim e em uma das empresas investidas. Atuou no Bank Boston nas áreas de *asset management* e M&A, e no Lloyds Bank em trade finance. É economista formada pela FEA-USP, com MBA pela Stern Schoolof Business – New York University, especialização em *Endowment Asset Management* na London Business School, Yale e Cambridge, e Gestão de Organizações do Terceiro Setor na FGV. Autora dos livros "Fundos Patrimoniais, Criação e Gestão no Brasil" e "Primeira Infância – Panorama, Análise e Prática". Faz parte da Rede de Apoio Político pela Sustentabilidade (RAPS), é membro do Conselho do Instituto Vladimir Herzog e do Conselho Administrativo da Worldwide Initiatives for Grantma king Support.
Ana Paula Lie Otani	Trainee de projetos do IDIS. É formada pela ESPM, realizou intercâmbio na Austrália e intercâmbio de curta duração na McGill University. Foi estagiária no Instituto Ayrton Senna.
Andrea Wolffenbüttel	Diretora de Comunicação do IDIS. Jornalista, com formação na área de Análise de Sistemas e especialização em Economia, teve experiência de redação no O Estado de S. Paulo, SBT e CBS News (EUA). Gerenciou o Centro de Informações e Pesquisas da Gazeta Mercantil. Coordenou a comunicação e o relacionamento com a imprensa da Secretaria Municipal de Transportes de São Paulo, incluindo a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e a gestora do sistema de transporte público, SP Trans. Foi gerente de Comunicação e Conteúdo do Instituto Akatu pelo Consumo Consciente e, mais recentemente, da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.
Andrea Hanai	Gerente de Projetos do IDIS. Foi Relationship Manager na área de Corporate Banking do Banco Sudameris e do Banco ABN AMRO Real e Corporate & Investment Banker na área de Global Banking & Markets do Banco Santander Brasil. É bacharel em Economia pela FEA-USP, possui MBA em Finanças pelo Insper e Mestrado Internacional em Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social pela Escuela de Organización Industrial de Madri, onde se especializou em parcerias intersetoriais para o desenvolvimento.
Celina Yamanaka	Gerente financeira do IDIS. Atuou na área administrativo-financeira por quase oito anos na Unesco, em especial na área de prestação de contas e como coordenadora financeira e administrativa no Instituto Akatu, passando pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa e pela Associação Casa Azul, nessa última como diretora administrativa. É

	formada em Ciências Contábeis pela UnB, com curso de especialização pela FGV em Finanças.
Guilherme Sylos	Gerente de Prospecção de Projetos e Parcerias. Com atuação nas áreas de planejamento, marketing, finanças, captação, comercial e operação. Fundador da Sociedade do Mar e co-fundador da Make-A-Wish Brasil onde atuou como vice-presidente, membro do conselho fiscal e diretor executivo. Tem experiência em negociações com parceiros de negócio para captação de recursos para implantação de projetos. Especialista na liderança, formação e gestão de equipes de voluntários. É formado em Administração Hoteleira pela Faculdade Renascença, com MBA em Gestão de Projetos pela FGV.
Liliana Guimarães	Analista de projetos do IDIS. Formada em Direito e em Administração Pública pela FGV, realizou intercâmbio acadêmico com foco em Sociologia no SciencesPo – Institut d'Études Politiques de Paris.
Luísa Lima	Coordenadora de comunicação do IDIS. Foi gerente de Comunicação Institucional e Cidadania na Edelman, agência global de Relações Públicas. Atuou na Fundação Itaú Social e na Significa. É formada em Administração de Empresas pela USP e possui pós-graduação em Globalização e Cultura pela FESPSP e em *Advocacy* e Políticas Públicas pela FGV. Tem experiências de trabalho voluntário em organizações no Brasil, Índia e Turquia.
Raquel Altemani	Gerente de projetos do IDIS. Atuou na Nielsen Brasil, trabalhando com gestão de projetos e na área de Processos e Qualidade em instituições financeiras, incluindo o Banco Ibi, Banco Votorantim e Banco CBSS. É formada em Administração pela FEA-USP e possui pós-graduação em Gestão Estratégica da Sustentabilidade pela Fundação Instituto de Administração (FIA).
Rita de Cássia Almeida	Assistente administrativa do IDIS. Técnica em contabilidade e com formação em Gestão Financeira pela Uniban de São Bernardo do Campo. Trabalhou como assistente contábil na Veneziani Auditores Independentes.
Ruth Goldberg	Consultora adjunta do IDIS. Formada em Terapia Ocupacional pela USP, com especialização em Saúde Pública pela USP e gestão de organizações sem fins lucrativos pela FGV-SP, com MBA em gestão e empreendedorismo social pela FIA. Atuou junto a governos, empresas, associações, fundações e institutos sempre na área de cidadania e desenvolvimento social. Participa de conselhos de entidades e como membro do IBGC.
Vivian Amorim	Trainee do IDIS. Formada em Relações Internacionais com Ênfase em Marketing e Negócios na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), com experiência profissional na Anistia Internacional e voluntariado em ONGs de proteção animal e no Instituto de Reintegração do Refugiado em São Paulo (ADUS).
Luiz Sorge Presidente do Conselho Deliberativo	Graduado em Engenharia com pós-graduação em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado e Programa de Educação Continuada em Cenários Econômicos pela FGV-SP. Tem experiência na Indústria de Asset Management. Juntou-se ao grupo BNP Paribas, onde ocupa o cargo de CEO da BNP Paribas Asset Management Brasil. Trabalhou nos Bancos HSBC e CCF. É vice-presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e, membro do Conselho do Banco Estado S.A. Administradora General de Fundos (BEAGF) do Chile.
Walter Piacsek	Graduado em Administração pela FGV-SP, possui MBA pela Harvard Business School. Foi sócio e presidente no Brasil da consultoria

Vice-presidente do Conselho Deliberativo	empresarial The Boston Consulting Group. Foi vice-presidente executivo do Banco Votorantim e trabalhou por vários anos em corporate banking no Citibank. Atualmente é sócio responsável pelas operações do fundo de *privat eequity* Apax Partners na América Latina. É membro do Conselho de Administração do Instituto Ayrton Senna, do CREN e é associado ao YPO (Young Presidents Organization).
Alex Pinheiro Conselheiro	Diretor executivo de Tecnologia Educacional e Transformação Digital da Somos Educação[174]. É cofundador e CEO da EDUMOBI[175] — criadora da plataforma educacional PLURALL. Foi cofundador e diretor da Motrix Mobile e sócio-diretor da HANDS MOBILE S.A. Estudou Engenharia na PUC-RJ.
Hélio Nogueira da Cruz Conselheiro	Professor titular sênior do Departamento de Economia da FEA-USP, onde obteve os títulos de mestre, doutor e livre-docente, sendo o pós-doutorado pela Universidade de Yale (EUA). Foi vice-reitor da USP e é membro do Conselho Curador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Fundação para o Vestibular da USP (Fuvest) e da Fundação Zerbini, bem como do Conselho Fiscal da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e da Fundação Instituto Butantan.
José Guimarães Monforte Conselheiro	Economista formado pela Universidade Católica de Santos. É sócio da Emax Consultoria, presidente do Conselho de Administração da Eletrobrás, presidente dos Conselhos Consultivos da Premix e do Instituto Elos. Membro do Conselho Consultivo do Laboratório Cristália e da Escola Britânica de Artes Criativas, membro do Conselho de Administração da Cyrela, membro do Comitê de Governança de Empresas Estatais da BM&F Bovespa. Participou do desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Atuou como executivo em diversos bancos e empresas como BANESPA, Banco Merrill Lynch, Banco Citibank NA, VBC Energia S/A e Janos Comércio, Administração e Participações LTDA, ocupando posições no Brasil e no exterior.
Luciana Tornovsky Conselheira	Bacharel em Direito pela PUC-SP, com mestrado em Direito pela Harvard Law School e ITP-InternationalTaxProgram pela Harvard University. Trabalhou no escritório Gibson, Dunn & Crutcher. É diretora do Closely Heldand Growing Business Enterprise Committee da International Bar Association (IBA). É vice-presidente da Harvard Law School Association of Brazil e membro do Executive Committee da Harvard Law School Association. Participa da Harvard Business

[174] SOMOS Educação é uma empresa conhecida como a maior companhia de educação básica do Brasil, composta por editoras, sistemas de ensino, escolas, cursos preparatórios, cursos de idiomas e tecnologias na educação. Em 2014, a SOMOS Educação registrou receita líquida de R$ 1,3 bilhão. "A forte expansão da empresa atraiu fundos de *private equity*. Em 2010, a BR Investimentos incorporou 24,7% do capital da Abril Educação como parte de uma estratégia de concentração de investimentos no setor que movimenta cerca de R$ 36 bilhões por ano no Brasil e está em contínua expansão. Em outubro de 2014, a Abril Educação concluiu a migração para o Novo Mercado da BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A.), segmento em que estão alocadas empresas com as mais avançadas práticas de governança corporativa. Em fevereiro de 2015, a Tarpon Investimentos assumiu o controle da companhia, adquirindo 40,6% da empresa, da Abrilpar Participações, pertencente à família Civita. Em junho de 2015, a empresa então deixa a cor verde e a árvore símbolo e adota nova identidade que simboliza a fase atual da companhia: a SOMOS Educação. A nova marca traduz, de forma explícita, a essência nascida na maior empresa de educação básica e pré-universitária do Brasil". Disponível em <http://somoseducacao.stage.convergetecnologia.com.br/pt/somos-educacao/nossa-historia/>. Acesso em 28 de janeiro de 2020.

[175] Criada em 2012 EDUMOBI é a primeira rede de ensino para telefone celular do Brasil – os cursos disponíveis são oferecidos exclusivamente via plataformas móveis. Em 2015, a EDUMOBI foi premiada com o "Global Mobile Awards, em Barcelona, como a melhor inovação móvel para educação e aprendizagem".

	School Angels of Brazil e é Co-Chair no Brasil da Harvard Women Alliance. Head da área de Responsabilidade Social Corporativa do Demarest Advogados, que engloba os grupos de Responsabilidade Social, Diversidade e Pro Bono. Membro do "Lawyers Council for Civil and Economic Rights in the Americas", uma iniciativa do Cyrus R. Vance Center for International Justice, ligadoao New York City Bar.
Raul Cruz Lima Conselheiro	Diretor da RCL Comunicação. Faz parte dos Conselhos Deliberativos do IDIS e do Instituto Vladimir Herzog. Foi jornalista (Veja, Estadão) e publicitário (Salles, Lintas, JWT, Denison). Foi sócio e presidente da Denison Propaganda (vendida para a WPP). Foi presidente do Clube de Criação de São Paulo. Fez campanhas políticas (Montoro Governador SP-1982, Presidencialismo no Plebiscito 1993, Alckmin Prefeito SP-2008, Beto Richa Governador PR-2014).
Priscila Pasqualin Presidente Conselho Fiscal	Especialista em Direito para o Terceiro Setor. Presta consultoria legal a empresas e famílias que queiram investir em Negócios Sociais. É sócia de PLKC Advogados, responsável pela nova área de Filantropia, Terceiro Setor e Responsabilidade Socioambiental. É diretora executiva e uma das fundadoras do Instituto Spiralis. É diretora jurídica e de relacionamento do Instituto de Reciclagem do Adolescente (RECICLAR). Atuou em grandes escritórios de advocacia empresarial no Brasil (Carvalho de Freitas e Ferreira e Demarest Almeida Advogados), foi sócia titular de escritório de advocacia em São Paulo, Pasqualin Advogados.
Luciano Antonio Prates Junqueira Conselheiro	Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1969), graduação em Filosofia no Studium Generale Santo Alberto Magno, mestrado em Saúde Pública pela USP e doutorado em Administração da Saúde pela USP. Atualmente é professor Titular da PUC-SP.
Maria José De Mula Cury Conselheira	É sócia da Price Waterhouse Coopers. É graduada em Ciências Contábeis e Ciências Econômicas pela PUC-SP e formada no Programa Internacional de Governança Corporativa e Mercado de Capitais para Executivas – BI International. Possui experiência em auditoria externa e consultoria no mercado financeiro brasileiro, envolvendo as revisões das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como normas internacionais como o U.S. Generally Accepted Accounting Principles (US GAAP) e o International Financial Reporting Standards (IFRS). Faz parte do Instituto Brasileiro de Economia e Finanças (IBEF) e é membro da Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI).

Fonte: Dados disponíveis no *site* do IDIS.

Essa lista apresenta os intelectuais orgânicos defensores da agenda dos fundos patrimoniais no Brasil, com experiências no setor financeiro, de gestão de *endowment* e com formação fora do Brasil. Desde 2011, o IDIS está à frente da defesa da pauta dos fundos patrimoniais – um fundo com objetivo de sustentar uma organização mercantil-filantrópica a longo prazo, onde o recurso recebido (valor principal) fica intacto. Quando alcançar sua meta de arrecadação, somente 5% dos rendimentos serão utilizados para sustentar os projetos das instituições.

Em 2011, formou-se uma articulação de vários sujeitos políticos coletivos do capital[176] que iniciaram o processo de organização do movimento para desenvolver o tema dos fundos patrimoniais no país. O Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) organizaram eventos, encontros, reuniões sobre a temática ao longo desses anos.

Esses sujeitos políticos coletivos, a partir da criação do grupo de estudos, atuam na assessoria de parlamentares na criação dos projetos de lei de diversas políticas sociais, tendo como pauta central a promulgação de uma lei para os fundos patrimoniais que incluíssem todos os setores, assim, impetrar incentivos fiscais para fortalecer os diversos meios de doações/investimentos e criar regras de governança. Articulados com a Comissão de Valores Mobiliários[177] (CVM), buscam criar fundos patrimoniais como um veículo financeiro para deixar esses recursos dos cotistas (doador) rentáveis.

Os fundos patrimoniais no Brasil se constituem, portanto, uma novidade que compõe os eixos estruturantes do padrão de educação superior brasileira – o "colonialismo educacional" e "privatismo exaltado" – por meio de novas formas de transplantação de modelos internacionais de universidade. Notadamente, o sistema de educação superior estadunidense destacado pelos intelectuais orgânicos do capital como um exemplo a ser seguido nas universidades brasileiras. Analisar como esses fundos patrimoniais estão sendo organizados no Brasil é a tarefa que realizaremos no próximo capítulo.

---

[176] O IDIS participa ativamente na difusão da agenda dos fundos patrimoniais no Brasil, esse APH empresarial está na direção desse processo, junto com outras entidades como o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE); Fundação Getúlio Vargas (FGV); *Endowments* do Brasil (atual Vérios); Levisky Negócios& Cultura; PLKC Advogados; Associação Paulista de Fundações (APF); Associação Samaritano; Confederação Brasileira de Fundações (Cebraf); Humanitas 360; Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. Quiroga Advogados; Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueiredo Lopes Advogados. Também contou com o patrocínio, para suas ações, do Banco JP Morgan; Fundação Vale; Fundação Ford; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Petrobras; Caixa Econômica Federal; e Banco Santander.

[177] A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma autarquia instituída pela Lei 6.385/76, vinculada ao Ministério da Economia do Brasil – com poderes para disciplinar, normalizar e fiscalizar a atuação dos diversos integrantes do mercado – Marcelo Barbosa é o atual presidente. Essa lei foi alterada pela Lei nº 6.422/77, Lei nº 9.457/97, Lei nº 10.303/2001, Decreto nº 3.995/ 2001, Lei nº 10.411/2002, no governo Fernando Henrique Cardoso. Articulada com a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), organizam o funcionamento do mercado de valores mobiliários e a atuação de seus protagonistas.

3 **FUNDO PATRIMONIAL (*ENDOWMENT FUND*): A NOVA TRANSPLANTAÇÃO DE MODELOS INTERNACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA**

O intelectual não cria o mundo no qual vive.
Ele já faz muito quando consegue ajudar a
compreendê-lo e explicá-lo, como ponto de
partida para sua alteração real.
Florestan Fernandes

Este capítulo tem como objetivo analisar a agenda do capital para a criação dos fundos patrimoniais no Brasil como um novo processo de transplantação de modelos internacionais, especialmente dos Estados Unidos (EUA), para a educação superior brasileira. Busca compreender as estratégias dos aparelhos privados de hegemonia (APHs) de difundir e implementar os *endowments*, e como esse mecanismo constitui a base da nova face privatizante das universidades públicas no Brasil.

Há várias experiências de *endowments* em diferentes países. No Brasil, os fundos patrimoniais estão em fase de regulamentação e estruturação, um processo que ainda não está plenamente consolidado. Sendo assim, este estudo elegeu direcionar a análise de experiências dos EUA para compreender os fundos patrimoniais relacionados à educação superior estadunidense, por sempre ser referenciada pelos intelectuais orgânicos do capital como uma experiência de sucesso, em particular, os incentivos fiscais.

No Brasil, o Projeto de Lei do Future-se é mais uma face da transplantação do modelo estadunidense de educação superior, reunindo um conjunto de medidas que tem como objetivo aprofundar a mercantilização e a privatização da educação pública. A Lei nº 13.800/2019, conhecida como Lei dos Fundos Patrimoniais no Brasil, está inserida no PL.

Esse fundo filantropo-mercantil consiste em um mecanismo que converte as políticas sociais em mercadorias comercializadas, configurando um novo produto financeiro, que poderá converter as universidades públicas no novo espaço de acumulação do capital na esfera financeira. Essa agenda do capital combina estratégias de apassivamento das lutas de classe, ampliação de novas formas de expropriações e exploração da força de trabalho.

As principais questões norteadoras deste capítulo são: O que são os *endowments*? Os *endowments* são fundos filantrópicos ou fundos de investimentos? Como esse tipo de fundo surgiu em outros países? Como se caracteriza a racionalidade da filantropia empresarial? Esse

fundo é composto por doadores ou investidores? Qual o sentido da filantropia como investimento, a caridade ou o lucro? Como está ocorrendo a difusão da "filantropização via privatização" no Brasil e no mundo? Qual a estratégia da burguesia brasileira em defender investimento privado via fundo patrimonial para as universidades públicas e a pesquisa? Os fundos patrimoniais para as IFES constituem um novo traço do "colonialismo educacional" e do "privatismo exaltado"? O Programa Future-se seria a nova face privatizante das universidades públicas?

Para compreendermos os atuais dilemas do capitalismo e da educação superior brasileira, é necessário, portanto, retomarmos as análises sobre o colonialismo educacional e o privatismo exaltado como elementos estruturantes do padrão dependente de educação superior no Brasil para, a partir dessa fundamentação teórica, examinarmos suas novas configurações.

3.1 **O que são os fundos patrimoniais (*endowments funds*)**

Os *endowments funds*[178] são conjuntos de ativos de natureza privada, conhecidos no Brasil como fundos patrimoniais ou fundos filantrópicos, formados por recursos derivados de doações. Esse tipo de fundo compõe estruturas financeiras criadas por instituições de diversas naturezas que destinam apenas parte dos rendimentos a uma determinada causa.

Os fundos patrimoniais constituem-se uma soma de recursos provenientes de doações, heranças, onde o valor principal (valor do patrimônio) é aplicado no mercado financeiro por meio dos fundos de investimento que geram rendimentos e são direcionados para iniciativas definidas pelo doador a longo prazo. Os objetivos e estratégias para a criação desses fundos se dá de formas diferentes, de acordo com a tipificação das instituições, que podem ser: a) Fundações Familiares; b) Fundos Independentes ou Organizações da Sociedade Civil (OSC); ou c) Fundações Empresariais.

Para os intelectuais orgânicos do capital[179], os fundos patrimoniais incidem no agrupamento de um patrimônio que serve de fonte de recursos privados para uma determinada causa. Existem diversas formas de captação e de fontes de recursos por meio de doações: pessoa física; empresas ou fundações empresariais; fundações internacionais; governo; gerando seu

[178] Segundo Fabiani (2012), *endowment* é o termo original em inglês no que se convencionou definir no Brasil como fundo patrimonial ou fundo filantrópico.
[179] Principalmente, os que estão vinculados ao IDIS, GIFE, BNDES, FGV, Levisky Legados, entre outros.

próprio recurso (venda de serviço). Fabiani e Wolffenbüttel (2019), defensoras da agenda do fundo patrimonial no Brasil e dirigentes do IDIS, destacam duas diferenças entre os Fundos Patrimoniais Filantrópicos e uma doação convencional.

> [...] As diferenças básicas são duas. Em primeiro lugar, no caso dos Fundos Patrimoniais, o doador está autorizando o gasto apenas dos rendimentos dos recursos doados, garantindo assim que a organização ou a causa conte com apoio financeiro perene. Em segundo lugar, Fundos Patrimoniais Filantrópicos são instrumentos concebidos com regras expressas de governança e funcionamento, assegurando ao doador que os valores nele depositados serão gastos tão somente nas finalidades pré-definidas (FABIANI, WOLFFENBÜTTEL, 2019, p. 7).

Outra diferença é que o Fundo Patrimonial se distingue do Fundo de Investimento convencional regulado pela CVM. Segundo Orleans e Bragança e Biselli[180] (2019, p. 114), no fundo patrimonial, o investimento objetiva a perpetuidade de uma entidade e sua sustentabilidade financeira. Já no fundo de investimento, os investidores procuram retornos financeiros para si próprios. As autoras destacam que "parte do patrimônio de um Fundo Patrimonial também pode ser investido em Fundos de Investimento convencionais, na busca de estratégias que **aumentem a rentabilidade** dos recursos arrecadados". Na prática, ambos garantem a rentabilidade dos acionistas, pois o estatuto social da instituição poderá garantir ao associado o direito à quota ou fração ideal de seu patrimônio nas associações.

Esse mecanismo já existe há bastante tempo, mas não se sabe exatamente a origem dos *endowments*. O que se tem de relato histórico aponta que um dos primeiros fundos dessa natureza foi estabelecido na antiga Grécia por Platão, que deixou uma fazenda e os rendimentos foram destinados a manter o funcionamento da Academia de Atenas: "uma das primeiras instituições de educação superior do mundo ocidental, criada pelo filósofo. Na Idade Média, senhores feudais fizeram algo semelhante ao doarem terras para grupos religiosos usarem seu arrendamento no apoio financeiro de suas ações" (CAPITAL ABERTO, 2018)[181]. Posteriormente, esse tipo de fundo foi difundido por John D. Rockefeller e Andrew Carnegie, que criaram fundações e fundos patrimoniais nos EUA – *Carnegie Foudation* (1910) e a *Rockefeller Foundation* (1913). A matéria da Mais Retorno[182] destaca que

> Nos séculos seguintes, o conceito se espalhou pela Europa, permitindo a criação de vários *endowments*, principalmente no Reino Unido. Com a colonização dos Estados Unidos, as leis e tradições inglesas foram implementadas no território norte-

[180] Luciana Guaspari de Orleans e Bragança é *head* (linguagem empresarial que se refere à liderança de uma determinada área) da Prática de Planejamento Patrimonial do Santander Private Bank. Luciana pertence à família Orleans e Bragança, pois é casada com Gabriel de Orleans e Bragança; Renata Carvalho Beltrão Cavalcanti Biselli é gerente de Investimento Social do Santander.

[181] Matéria de Genésio Carvalho do Jornal Capital Aberto do dia 12 de setembro de 2018. Disponível em https://capitalaberto.com.br/secoes/explicando/endowments-no-brasil/ Acesso em 06 de novembro de 2019.

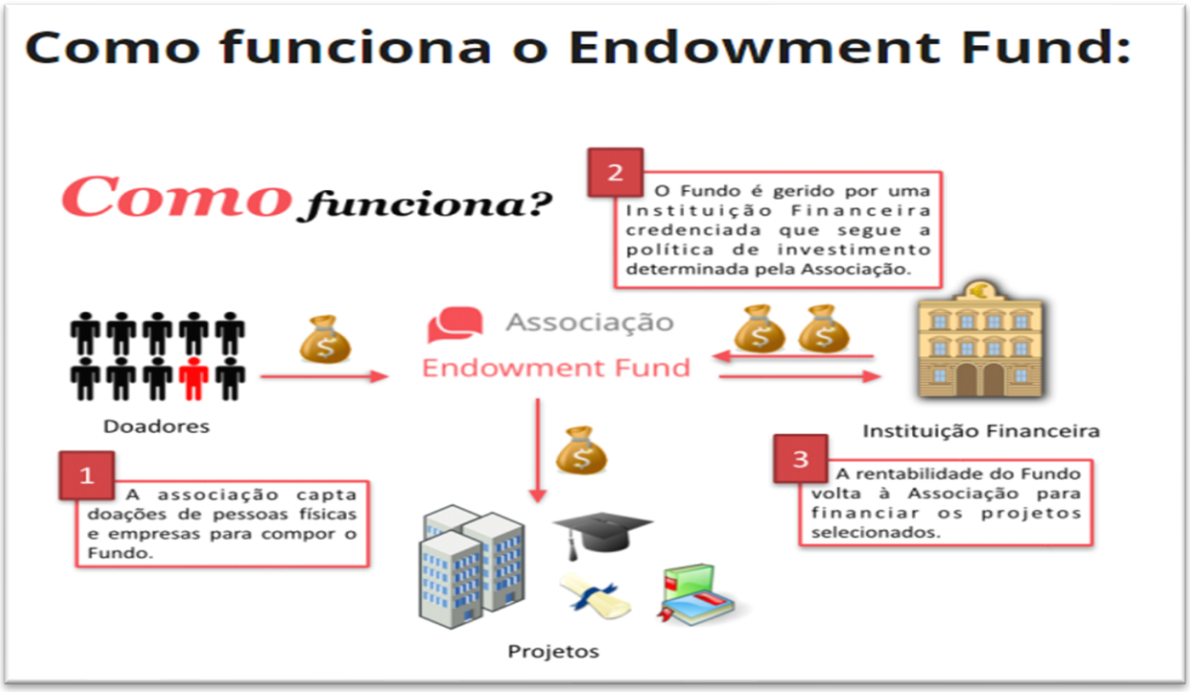
[182] Matéria de agosto de 2019 do Glossário de Finanças e Investimento – Mais Retorno. Disponível em https://maisretorno.com/blog/termos/e/endowment Acesso em 06 de novembro de 2019.

> americano, fazendo com que eles se tornassem comuns ali também (MAIS RETORNO, 2019, s/p).

Na Inglaterra, o fundo patrimonial para o *University College of Oxford* foi formado durante a Idade Média, no século XIII. Algumas faculdades e universidades iniciaram com a Igreja ou foram estabelecidas com a dissolução de monastérios no século XVI, quando os dízimos saíram da alçada da Igreja. Nos EUA, no século XVIII, Benjamin Franklin deixou US$ 4,4 mil por 200 anos para *young married artificers of good character* (jovens casados de bom caráter) dos estados de Boston e Philadelphia. Outros exemplos são as organizações filantrópicas e culturais criadas com a revolução da indústria nos séculos XVIII e XIX (LEVISKY, 2016a).

Os *endowments* passaram de doações de terras para estruturas financeiras complexas e iniciaram os títulos financeiros com rendimentos de juros no início do século XX. As instituições de ensino, principalmente as de ensino superior estadunidense, europeias e algumas orientais, assim como entidades mercantil-filantrópicas, constituem os principais fundos patrimoniais que movimentam o mercado financeiro no mundo. A figura abaixo ilustra como funciona o *endowment fund*.

Figura 3 – Como funciona o *Endowment Fund*



Fonte: Elaborado pela Associação *Endowment Fund*[183].

[183] Disponível em: <https://www.kickante.com.br/campanhas/associacao-endowment-fund>. Acesso em 15 de setembro de 2018.

Esses fundos são cada vez mais utilizados por aparelhos privados de hegemonia (APH) – as chamadas ONGs, Fundações e Associações sem fins lucrativos (Fasfil) e instituições de ensino no Brasil – como fontes de financiamento para as políticas sociais.

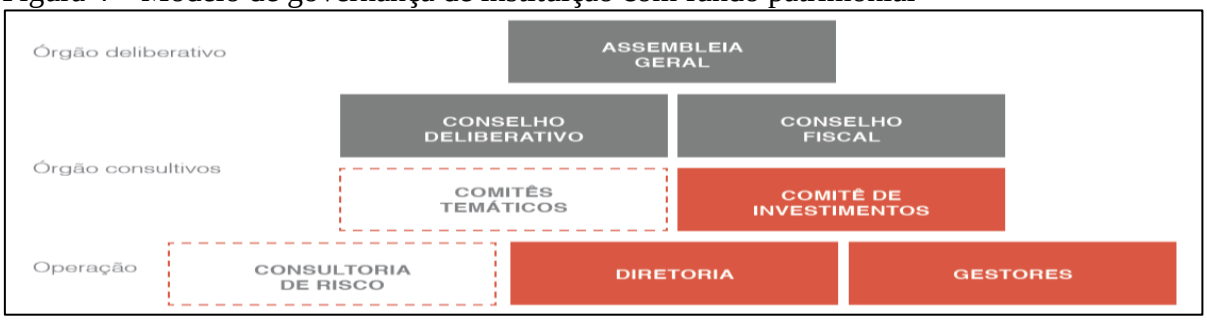
O valor principal (valor do patrimônio) do fundo se mantém intacto, e uma pequena parte do valor dos rendimentos é empregado na manutenção de despesas operacionais, das atividades, projetos específicos, entre outros. "O capital que compõe esses fundos é proveniente de doações de pessoas físicas, jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, heranças e legados com o objetivo de perpetuar uma causa, deixar um legado permanente, eternizar valores" (LEVISKY, 2016a, p. 11). A lucratividade desse tipo de fundo patrimonial ocorre por meio da aplicação de ativos no mercado financeiro, visando à rentabilização. Fabiani (2012) afirma que

> Fundos patrimoniais são estruturas criadas para dar sustentabilidade financeira a uma organização sem fins lucrativos. Em sua maioria, os fundos patrimoniais nascem com a obrigação de preservar perpetuamente o valor doado (chamado de principal), utilizando apenas seus rendimentos para a manutenção da organização. Segundo a *Ford Foundation*, em seu relatório *A Primer for Endowment Grantmakers*, os recursos do fundo patrimonial devem ser investidos para gerar resgastes regulares e previsíveis para as atividades da organização (FABIANI, 2012, p. 26, grifos meus).

Segundo a autora, as regras do resgate e de gestão do fundo devem ser definidas no estatuto da instituição. Destaca que o fundo patrimonial forma-se por meio do valor total dos investimentos de uma organização quando: a) os investimentos são destinados aos gastos financeiros da organização na perpetuidade ou período específico; b) existem regras estabelecidas para a utilização desses recursos, por meio da estrutura de governança.

As instâncias de governança são responsáveis pela administração do fundo patrimonial para estimular a captação de recursos. A figura a seguir apresenta um modelo de governança que pode ser estabelecido por qualquer instituição com fundo patrimonial.

Figura 4 – Modelo de governança de instituição com fundo patrimonial



Fonte: LEVISKY (2016 c, p. 27).

O modelo de governança apresentado por LEVISKY (2016c) é estabelecido da seguinte forma: a assembleia geral cria a instituição nova ou altera o estatuto social da instituição já

existente, cria sua estrutura de governança e admite a instituição do fundo patrimonial (*endowment*); o conselho deliberativo é responsável pelas decisões estratégicas sobre o fundo patrimonial, que controla a preservação do patrimônio e destinação dos recursos; o conselho fiscal fiscaliza a gestão financeira do *endowment* do ponto de vista contábil e fiscal; a diretoria é responsável pela implantação das deliberações e recomendações dos conselhos e comitês; o comitê de investimentos elabora e monitora a proposta da política de investimentos, sendo um órgão de assessoramento do conselho deliberativo nas decisões relativas ao fundo patrimonial; os comitês temáticos são ferramentas de assessoramento e análise, criados para acrescentar o conhecimento sobre temas de seu interesse.

Segundo Paula Fabiani (2014), a criação de fundos patrimoniais é importante para as organizações da sociedade civil. Tem como objetivo promover a sustentabilidade dessas instituições a longo prazo. Destaca que "um dos obstáculos para a disseminação do *endowment* no Brasil, além de nossa pequena tradição em relação ao assunto, é a falta de uma legislação específica que facilite sua criação, e de incentivos fiscais"[184]. A disputa do fundo público é um dos elementos centrais destacados pelos defensores desse tipo de fundo.

Segundo a matéria da revista ISTOÉ, intitulada Dinheiro que não acaba mais[185], o *endowment* é um fundo patrimonial perpétuo, que tem como princípio o investimento no mercado financeiro dos recursos recebidos por meio de doações. O capital principal deve ser preservado e apenas os rendimentos podem ser utilizados. As instituições escolhem um banco ou uma gestora para cuidar do patrimônio.

Os intelectuais orgânicos do capital destacam que "uma campanha de fundo patrimonial é uma campanha de captação de recursos para a **organização investir**, e não gastar" (ALVAREZ, 2012, p. 73, grifos meus). Os recursos dos *endowments* podem ser arremetidos em fundos de investimento rentáveis.

Conforme analisamos no primeiro capítulo deste estudo, o discurso do BM, em diversos documentos da década de 1990 e nos anos 2000, aponta eixos estruturantes do processo de contrarreforma do Estado brasileiro. As políticas do BM para a educação superior na América Latina direcionam e orientam: a reformulação do papel do Estado; a defesa da descentralização dos gastos públicos; o fortalecimento das diversas modalidades de parcerias público-privadas;

---

184 Entrevista da rede GIFE com Paula Fabiani sobre o tema Fundos patrimoniais e a sustentabilidade de organizações da sociedade civil, em 24 de novembro de2014. Disponível em <https://gife.org.br/fundos-patrimoniais-e-a-sustentabilidade-de-organizacoes-da-sociedade-civil/>. Acesso em 13 de novembro de 2018.

185 Matéria do dia 09 de dezembro de 2016. Disponível em <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/financas/20161209/dinheiro-que-nao-acaba-mais/440677>. Acesso em: 12 de setembro de 2018.

a educação pública condicionada aos interesses do mercado com a defesa de cobrança de mensalidade; a diversificação dos cursos e das fontes de financiamento; e a criação de fundos patrimoniais (*endowment fund*).

O BM reforça a atuação dos APHs por meio das ONGs com o objetivo de des(educar) para o consenso a classe trabalhadora e fortalecer as entidades empresariais. Essas estratégias camuflam a luta de classes e difunde uma nova pedagogia de hegemonia com base na criação de novos espaços de dominação e a expansão das chamadas ONGs, Fundações e Associações empresariais sem fins lucrativos (Fasfil) no Brasil como uma nova forma de fazer política.

O documento do BM "Do Confronto à Colaboração – Relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil" (2000) destaca que as ONGs foram as mais importantes interlocutoras do Banco nas últimas décadas do século XX. Assim, essas organizações empresariais são sujeitos políticos coletivos do capital, estratégicas para fortalecer o projeto burguês de sociabilidade. Nesse documento, está implícita a disputa do fundo público, tendo em vista difundir a criação dos fundos patrimoniais (*endowments funds*) para assegurar o crescimento do patrimônio das APHE da burguesia local e internacional, ocupar e disputar os terrenos das lutas populares visando ao consenso e garantir a lucratividade do capital rentista.

Nesse sentido, o discurso do BM fortalece as instituições mercantil-filantrópicas e as diversas modalidades de parcerias público-privadas. Enquanto os intelectuais orgânicos, disseminadores da agenda do fundo patrimonial, no Brasil, apresentam os *endowments* como um fundo filantrópico e não como um fundo de investimento, o próprio BM (2000) reconhece os *endowments* como fundos de investimentos.

Esse mecanismo do capitalismo contemporâneo define os doadores como investidores/acionistas e adota uma nova tendência filantrópica mercantilizada, difundida pela grande burguesia local como fundo patrimonial filantrópico – identificado nesse estudo como fundo filantropo-mercantil. É um tipo de fundo privado, que reivindica a doação como investimento a longo prazo, converte as políticas sociais em mercadorias comercializadas, ou seja, como ativos financeiros.

Os *endowments* são criados para gerar rendimentos destinados às entidades sem fins lucrativos, universidades e instituições culturais, com o objetivo de formalizar e garantir a gestão privada dessas instituições e a movimentação do capital financeiro. Esses recursos podem ser investidos em diferentes ativos como imóveis, ações de empresas, títulos de renda fixa e fundos de investimento. Segundo Fabiani e Cruz[186](2017, p. 191),

[186] Sujeitos políticos e intelectuais orgânicos do capital. Paula Maria de Jancso Fabiani é diretora presidente do IDIS desde 2014. Autora do livro "Fundos Patrimoniais, Criação e Gestão no Brasil", é economista formada

> Os **retornos dos *endowments*** ao redor do mundo impressionam, devido à sua gestão profissional e seus resultados. Conforme relatório publicado pelo banco de investimentos *Morgan Stanley* em 2008 (Portfolio *Strategy: The "Endowment Model"*), muitos dos grandes *endowments* americanos adotaram uma alocação de ativos diversificada com menor concentração em títulos do governo ou ações de grandes empresas, o que resultou em retornos elevados e chamou a atenção de investidores ao redor do mundo para este modelo de gestão de recursos (grifos meus).

O objetivo desse modelo de gestão de recursos é estimular o processo de expansão do patrimônio dos APHE, movimentar o capital financeiro garantindo seus rendimentos, aumentar as doações para os fundos patrimoniais e disputar o fundo público. Segue abaixo a tabela com os grandes fundos patrimoniais do mundo.

Tabela 6 – Grandes fundos patrimoniais

Ord	Fundo patrimonial	Valor (US$ bi)	País
1	Bill and Melinda Gates Foundation	50,7	EUA
2	Harvard University	37,1	EUA
3	Wellcome Trust	30,0	Reino Unido
4	Yale University	27,2	EUA
5	Stanford University	24,8	EUA
6	Princeton University	23,8	EUA
7	Massachusetts Institute of Techonolgy	16,4	EUA
8	Penn University	13,8	EUA
9	Stichting INGKA Foundation	13,7	Holanda
10	Garfield Western Foundation	12,8	Reino Unido
11	Fundação Bradesco	12,2	Brasil
12	Azim Premji Foundation	12,0	Índia
13	Mohammed Bin Rashid Global	10,1	Emirados Árabes Unidos
14	The University of Chicago	7,5	EUA
15	Knut och Alice Wallenberg Stilftelse	5,3	Suíça
16	University of Cambridge	4,3	Reino Unido
17	University of Oxford	3,9	Reino Unido
18	The Metropolitan Museum	2,5	EUA
19	Smithsonian Foundation	1,5	EUA

pela FEA-USP, com MBA pela Stern School of Business – New York University, especialização em Endowment Asset Management na London Business School e Yale, e Gestão de Organizações do Terceiro Setor na FGV. Helio Nogueira da Cruz é professor e chefe do Departamento de Economia da FEA-USP, foi vice-reitor da Universidade de São Paulo. Mestre e doutor pela FEA-USP, realizou pós-doutorado da Yale University (EUA). Membro do Conselho da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), e do Comitê de Investimentos da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

20	MD Anderson Cancer Center	1,1	EUA

Fonte: Jornal Capital Aberto (2019)[187].

Conforme a tabela acima, o maior o fundo patrimonial do mundo é da Fundação Bill & Melinda Gates, criado em 2000 pelo fundador da Microsoft Bill Gates[188] e Melinda Gates. Igualmente, John Rockefeller, Henry Ford, entre outros, que destinaram parte de suas fortunas para a perpetuidade de fundações que atuam até hoje para manter suas vantagens por meio de um "altruísmo" fiscal, sob a aparência de uma boa ação da filantropia, buscam os benefícios fiscais, transformando os recursos públicos em investimentos lucrativos. Esses APHE fortalecem o projeto burguês de sociabilidade para o apassivamento das arenas de lutas de classes, garantindo as diversas formas de lucratividade e o consenso com a implementação de políticas sociais com gerenciamento privado.

> Em 2006, Bill e Melinda decidiram criar o Bill & Melinda Gates Foundation Trust, que passou a ser responsável pela gestão dos ativos do Fundo Patrimonial que recebeu (e ainda recebe) suas doações e as de outros filantropos, como o bilionário Warren Buffett. Esse Fundo Patrimonial contava, em dezembro de 2018, com um patrimônio de mais de 46 bilhões de dólares e **tem o propósito de gerar os recursos financeiros necessários para que a Fundação Bill & Melinda Gates cumpra seus objetivos estratégicos** (o Fundo Patrimonial gerou, no ano de 2018, mais de 5,58 bilhões de dólares em recursos para a fundação) (FABIANI e HANAI, 2019, p. 83, grifos das autoras).

As experiências dos EUA e da Europa são as referências nas análises dos intelectuais orgânicos do capital que difundem a agenda dos fundos patrimoniais no Brasil. Nas universidades estadunidenses, as doações são arrecadadas entre os empresários, alunos, ex-alunos, docentes, pais – uma pauta histórica das orientações do Banco Mundial visando à diversificação das fontes de financiamento para a educação superior na América Latina[189]. O recurso arrecadado é, então, gerido por administradores que o aplicam no mercado financeiro, em renda fixa, renda variável e outros ativos.

> Nos Estados Unidos, o governo determina que, para manterem seus benefícios fiscais, fundações privadas devem utilizar pelo menos 5% do fundo patrimonial a cada ano. Essa regra impõe que os fundos patrimoniais de fundações americanas gerem retornos de, no mínimo, inflação mais 5%, para que mantenham o poder de compra do fundo patrimonial (valor do principal ou valor inicialmente doado) ao longo do tempo (FABIANI, 2012, p.89, grifos meus).

Segundo os dados apresentados e analisados por intelectuais orgânicos do IDIS, em 2014, os EUA e Reino Unido, Rússia, França, República Tcheca, Índia e China, América Latina

[187] Matéria de Paula Fabiani do dia 08 de março de 2019, "Lei de *endowment* pode transformar o Brasil". Disponível em <https://capitalaberto.com.br/secoes/ensaio/lei-de-endowments-pode-transformar-o-brasil/>. Acesso em 21 de março de 2019.

[188] Em 2019, foi considerado o segundo homem mais rico do mundo pela Revista Forbes 2019. Disponível em <https://www.forbes.com/billionaires/#5b8b020251c7>. Acesso em 21 de fevereiro de 2020.

[189] Consultar o documento do BM de 1994, conforme já analisado no primeiro capítulo deste estudo.

expandem os *endowments* a partir de legislações específicas que promovem esse tipo de fundo privado, conforme o quadro abaixo:

Quadro 15 – Legislações específicas que promovem fundo patrimonial

Estados Unidos (e Reino Unido)	Os *endowments* são beneficiados por incentivos fiscais que criam um ambiente favorável para o desenvolvimento de uma cultura de doação e o estabelecimento de milhares de *endowments*. O imposto sobre herança não é exigido sobre as doações para fundações e esses recursos têm isenção de imposto de renda dos rendimentos auferidos. Nos EUA, um mínimo de 5% dos recursos recebidos como benefício fiscal pelas fundações deve ser utilizado anualmente.
Rússia	Em 2006, regulamentou-se a criação de *endowments* por organizações sem fins lucrativos. Um grande número de fundos foi criado após a legislação na área da educação, saúde, entre outros.
França	Em 2008, a Lei de Modernização da Economia reconheceu oficialmente os *endowments* como um instituto jurídico autônomo. No primeiro ano de vigência da referida lei, foram criados cerca de 230 *endowment funds*, essa expansão certamente está relacionada aos incentivos fiscais concedidos para os *endowment* e para os doadores. O Museu do Louvre foi um dos beneficiados, cujos gestores criaram, em 2009, um *endowment fund*.
República Tcheca	A lei sobre fundações e *endowments* permitiu que as fundações estabelecessem Fundos Patrimoniais com o valor mínimo de 500 mil coroas tchecas (cerca de US$ 15 mil), que deverão subsistir durante toda a existência da fundação. As fundações que não tenham *endowments* terão toda a renda de suas propriedades sujeita ao pagamento de impostos sem redução de alíquotas.
Índia e China	Possuem legislações semelhantes. No caso da China, trata-se de uma legislação relativamente nova.
América Latina	Relatos na América Latina têm apontado dificuldades para constituição dos *endowments*. Países como o México, que possuem incentivos fiscais à doação, apresentam cenário mais propício para a criação de fundos patrimoniais.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas análises da IDIS (2014).

Há diferentes fontes de recursos destinados aos fundos patrimoniais. O Levisky (2016b) apresenta alguns exemplos das referidas formas de captação de recursos, tais como: a) privatização de empresas públicas; b) edificações de ativos públicos; c) fluxo de renda controlada pelo governo (loteria etc.); d) recursos de multas; e) recursos apreendidos (produto de crimes); f) perdão de dívida externa; g) venda de instituições filantrópicas.

Quanto às modalidades de doação, a relação se dá por meio de contrato entre a pessoa jurídica titular do fundo e seus doadores, ocorrendo de diversas formas por meio de doação simples, modelos em que os doadores assumem uma relação permanente com a instituição ou com participação em sua governança.

Quadro 16 - Modalidades de doação

ENVOLVIMENTO ANTES, DURANTE E APÓS A DOAÇÃO	
Doação simples	O repasse do recurso não implica qualquer responsabilidade legal. O doador destina ao *endowment* os recursos que desejar, sem qualquer condição ou contrapartida da instituição titular do *endowment*. O contrato termina com a entrega do bem doado ao *endowment*.
Doação condicionada	A doação com encargos, por meio da qual o doador impõe à instituição titular do *endowment* (donatária) que os recursos doados só podem ser utilizados para o fim específico determinado pelo doador, com as limitações de uso dos recursos e governança por ele determinados.
Assento no Conselho	Doação que dá ao doador o direito de participação na Assembleia Geral da instituição ou, ainda, a garantia de um assento no Conselho Deliberativo ou Temático da referida instituição, o que não deixa de ser uma espécie de doação condicionada.
Escrow account (conta de garantia)	Contrato tripartite, onde as partes determinam as condições em que os recursos depositados em referida conta bancária podem ser utilizados. A instituição financeira é a responsável por aplicar e liberar os recursos na forma estabelecida nesse contrato. Essa modalidade é mais recomendável quando o *endowment* é formado com recursos de apenas um doador.
Fundo CVM com *golden share (*ação de ouro)	Criação de um dos fundos regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tendo como quotistas a instituição beneficiária com a maioria das quotas do fundo, e o doador dos recursos com apenas uma quota com poderes especiais de veto e voto para questões como regras de resgate das quotas e dos rendimentos e regras para aplicação dos recursos nas atividades da instituição beneficiária.
Fundo de Reserva	Criado com um propósito específico vinculado a evento futuro previsível e com limitação de tempo e valor. O fundo de reserva mais comum em instituições sem fins lucrativos é o fundo para contingências, formado com a finalidade de fazer frente, em exercício futuro, a possível dívida ou perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado, devendo ser desfeito quando o evento se realizar ou não se consumar. É aplicável, também, para uma finalidade específica, como a construção de uma obra ou de um investimento planejado.
Fundo CVM	Os fundos regulamentados pela CVM podem ser veículos de investimento do patrimônio que compõem o *endowment*, mas não são o *endowment* em si. O *endowment* não é uma comunhão de recursos de diferentes pessoas. O patrimônio é integralmente da instituição titular do *endowment*, que pode ser composto por diversas classes de ativos, com aplicações e modalidades de investimento e rendimentos distintos.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas análises do Levisky (2016c).

A criação de uma modalidade de fundo de investimentos, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tem sido debatida pelos intelectuais orgânicos do capital para obter o fortalecimento dos fundos patrimoniais. Defendem essa forma de investimento para garantir segurança para o doador/investidor, sendo necessário que a legislação tributária abdique de tributos federais e estaduais das doações e dos rendimentos relacionados ao fundo (LEVISKY, 2016b).

No Brasil, os princípios da CF, presentes no art. 5º, II, permitem a criação dos *endowments*, com base no direito privado: tudo aquilo que não é proibido é permitido; todos têm plena liberdade de associação para quaisquer fins lícitos, sendo vedada a interferência estatal (art. 5º, XVII e XVIII, CF). Já a criação de *endowments* por instituições públicas, diferentemente da iniciativa privada, depende de uma lei[190] que lhes permita fazer isso (LEVISKY, 2016a).

Nos EUA, referência de fundo patrimonial dos intelectuais orgânicos do capital no Brasil, há incentivos fiscais para pessoa física e jurídica sobre o imposto de renda, imposto sobre herança e para o imposto sobre doação. A legislação nos EUA permite a dedução de doações feitas a *charities entities* (organizações beneficentes) por pessoas físicas, abatendo 50% do imposto de renda. Para pessoas jurídicas, o limite é de até 10% do imposto de renda a pagar. É a Receita Federal estadunidense que reconhece quem são as entidades sem fins lucrativos.

> Podem ser reconhecidas como tal as instituições sem fins lucrativos, que se dediquem à religião, caridade, fins científicos, literários ou educacionais, segurança pública, competições de esportes amadores ou prevenção contra crueldade com crianças ou animais, sendo vedada a participação em atividades políticas (LEVISKY, 2016b, p. 24).

No caso brasileiro, seguindo o modelo estadunidense, a demanda maior das entidades mercantil-filantrópicas, do mesmo modo, são as isenções fiscais, que recomendam a criação de incentivo fiscal de Imposto de Renda (IR) e/ou de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Essa é uma das estratégias para estimular as doações aos fundos patrimoniais, a formação de patrimônio privado e estimular a cultura de doação no Brasil por meio do fundo público. Tal como, defende retirar a tributação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) sobre as doações direcionadas a fundos patrimoniais. Assim, o Estado brasileiro deixará de arrecadar esses impostos. O quadro a seguir destaca as orientações desejáveis por esses sujeitos políticos coletivos vinculados pelos APHs empresariais.

[190] Essa demanda foi contemplada com a aprovação da Lei nº 13.800/2019, como analisaremos a seguir.

Quadro 17 – Propostas de estrutura jurídica e tributária dos APHs para os fundos patrimoniais

ESTRUTURA JURÍDICA SOCIETÁRIA	TRIBUTÁRIO
Fundo Patrimonial Vinculado no Código Civil ou criação do regime de afetação	Insenção do ITCMD: Fim do desincentivo de pagar para doar
Vinculação garantida à instituição beneficiária	Insenção dos ganhos do Endowment: estímulo à migração do investimento particular com doações pontuais
Contorno da governança necessária	Incentivo fiscal temporário sem aumento da renúncia fiscal atual como estímulo à doações privadas em conjunto com os recursos públicos
Proteção ao patrimônio de riscos	
Maior segurança aos doadores e às instituições	

Fonte: Quadro elaborado por LEVISKY (2016b).

Na primeira década do século XXI, os sujeitos políticos coletivos do capital, por meio de seus APHs empresarias, destacam que uma das maiores dificuldades encontradas no Brasil é a falta de incentivos fiscais e de uma legislação específica que fortaleça a criação do *endowment fund* no país. Segundo o IDIS (2014, p. 14), "é urgente a modernização da legislação para fomentar essa prática no país, que favorecerá diretamente organizações que exercem atividades em benefício da sociedade e apoiam o desenvolvimento de um Brasil mais justo e igualitário". Esse discurso está presente em diversos documentos do BM, especialmente, no "Um Ajuste Justo – Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil" (2017). Cabe destacar que a essência desse debate apresenta duas dimensões ou duas faces articuladas: disseminar a sociabilidade burguesa e garantir a lucratividade do capital. A busca de "doações" está atrelada ao "investimento social" e "negócio social", ou seja, o empresariamento da filantropia que fortalece o direcionamento das políticas sociais não como um direito e sim como mercadoria.

Fabiani e Wolffenbüttel (2019) afirmam que os pioneiros dos fundos patrimoniais no Brasil nasceram vinculados a organizações religiosas que recebiam doações em ativos imobiliários ou heranças de seguidores das entidades, com exceção do fundo patrimonial da Fundação Bradesco. Os Fundos Patrimoniais começaram a ganhar mais força no Brasil, com a criação de fundos que foram acumulados por meio de ações empresariais.

> A grande exceção vem das mãos do banqueiro Amador Aguiar, que deixou suas ações do Banco Bradesco para a Fundação Bradesco, instituída em 1956, de modo a garantir que ela continue funcionando para sempre. Outros bancos também criaram Fundos Patrimoniais Filantrópicos para suas organizações sociais, tais como o Banco Itaú, para a Fundação Itaú Social, e o Unibanco, para o Instituto Unibanco (FABIANI, WOLFFENBÜTTEL, 2019, p. 9).

Além da Fundação Bradesco, no início dos anos 2000, o setor bancário, por meio das ações mercantil-filantrópicas de seus APHE, criou fundos patrimoniais – Fundação Banco do Brasil, Fundação Itaú Social, Instituto Unibanco – e está consolidando esse modelo de investimento, bem como as instituições culturais, educacionais e as entidades ditas sem fins lucrativos, como: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Sticket, Instituto Alana, Instituto Ayrton Senna, Fundação Romi, Fundação Abrinq, Fundo Elas, Fundo Baobá, Fundo Zona Leste Sustentável, Fundo Brasil de Direitos Humanos. O quadro a seguir demonstra quais foram considerados, pelo jornal Folha de São Paulo (2018)[191], os maiores fundos patrimoniais do Brasil e do mundo em 2018.

Quadro 18 – Maiores fundos patrimoniais no mundo e no Brasil em 2018

No mundo	No Brasil
Universidade Harvard – US$ 32 bilhões (R$ 132,24 bilhões)	Fundação Bradesco – R$ 34,5 bilhões
Universidade Stanford – US$ 17 bilhões (R$ 70,25 bilhões)	Itaú Social – R$ 2,4 bilhões
MIT (Instituto de Tecnologia Massachusetts) – US$ 10 bilhões (R$ 41,33 bilhões)	Instituto Unibanco – R$ 1 bilhão
Universidade de Chicago – US$ 6,67 bilhões (R$ 27,52 bilhões)	Fundação Maria Cecília Souto Vidigal – R$ 400 milhões
Universidade de Oxford – 3,9 bilhões de libras	Instituto Alana – R$ 280 milhões

Fonte: Jornal Folha de São Paulo (2018).

Os maiores fundos patrimoniais existentes no Brasil são: Fundação Bradesco, um dos maiores do mundo; Fundação Itaú Social; Instituto Unibanco; Associação Maria Cecilia Souto Vidigal, criado pelos donos do banco Mercantil Finasa; Fundação Renova; Associação Samaritano, o maior fundo patrimonial na área da saúde do Brasil, fruto da venda do Hospital Samaritano de São Paulo; Instituto Alana, ligado ao Banco Itaú; Fundação Volkswagen; Fundação Banco do Brasil; Instituto Moreira Sales, entre outros. Por esse ângulo, percebe-se que há vários fundos patrimoniais emergidos no Brasil, e a grande maioria tem origem no setor bancário. Esse interesse dos bancos revela o quanto esse tipo de fundo movimenta o mercado financeiro e a lucratividade do setor rentista, garante também a inserção da grande burguesia por meio de seus APHE nas arenas de lutas populares na conversão de políticas sociais em mercadorias e na busca por consensos.

[191] Matéria do dia 05 de setembro de 2018, "Coalizão apoia lei para criação dos fundos patrimoniais para museus e outras instituições". Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2018/09/coalizao-apoia-lei-para-criacao-de-fundos-para-museus-e-outras-instituicoes.shtml Acesso em 08 de setembro de 2018.

A Fundação Maria Cecília Souto Vidigal é um caso pioneiro de criação e gestão de fundo patrimonial perpétuo desde o ano 2000. Seu patrimônio foi construído por ações do Banco Mercantil de São Paulo S/A. A instituição foi criada em 1965 pelo banqueiro e empresário brasileiro Gastão Bueno Vidigal, advogado formado pela Faculdade de Direito da USP e secretário de Fazenda de São Paulo durante o governo Carvalho Pinto (1959-1963). Vidigal era uma das principais lideranças empresariais no apoio ao regime militar e um dos homens mais rico do país. Começou sua carreira no banco controlado por seu pai Gastão Vidigal.

Uma grande parte dos fundos patrimoniais está focada na política de educação, museus, entre outras áreas, especialmente na educação superior. Essa é uma questão importante: por que na área da educação? A agenda do capital busca aprofundar a mercantilização. A política educacional é uma área potencialmente lucrativa e o fato de ser considerada, no Brasil, como setor não exclusivo do Estado, desde o goverdo de Fernando Henrique, facilita essa movimentação.

Segundo o estudo produzido pelos intelectuais orgânicos do Levisky (2016a), dentre as dez melhores instituições de ensino do mundo, seis são dos EUA e quatro da Inglaterra, todas possuindo *endowments*, conforme a tabela abaixo.

Tabela 7 – As dez melhores instituições de ensino do mundo com fundo patrimonial

Rank	Entidade	País	Fundos Patrimoniais
1º	Harvard University	EUA	US$ 32 bilhões
2º	Stanford University	EUA	US$ 17 bilhões
3º	Massachusetts (MIT)	EUA	US$ 10 bilhões
4º	University of Chigado	EUA	US$ 6,67 bilhões
5º	University of Oxford	Reino Unido	£ 3,9 bilhões
6º	University of Cambridge	Reino Unido	£ 4,3 bilhões
7º	California Institute of Technology (Caltech)	EUA	US$ 1,74 bilhões
8º	Yale University	EUA	US$ 19 bilhões
9º	Imperial College London	Reino Unido	£ 76 bilhões
10º	UCL (University College London)	Reino Unido	£ 72 bilhões

Fonte: Tabela elaborada pelo LEVISKY (2016a, p. 18).

Os defensores da agenda dos fundos patrimoniais no Brasil apresentam a experiência de *endowments* estadunidense como o modelo a ser seguido, principalmente do sistema de educação superior dos EUA. Esse é o novo traço do “colonialismo educacional” (novas formas de transplantação de modelos internacionais de universidade) e do “privatismo exaltado” a

apreensão de que a educação é um privilégio de classe (um privatismo típico de países de capitalismo dependente), eixos estruturantes do padrão de educação superior no Brasil, como aponta obra florestaniana, sendo o fundo patrimonial da Universidade de Harvard a grande alusão dos estudos e análises dos intelectuais orgânicos do capital.

3.2 **O sistema de educação superior nos Estados Unidos**

O sistema de educação superior estadunidense é apontado, com muita frequência, como um modelo a ser seguido, sobretudo nos documentos dos APHEs e destacado por diversos intelectuais orgânicos do capital – sujeitos políticos ativos que elaboram, minitoram e difundem a agenda para a criação de fundo patrimonial no Brasil, como algo a ser copiado no Brasil.

Nessa sequência, dispomos compreender a estrutura e a constituição da política de educação superior dos Estados Unidos, para apreender esse direcionamento de forma crítica e a influência estadunidense na educação superior brasileira que, segundo Fernandes (1979), combinou as influências francesa e estadunidense. Esta prevaleceu na "reforma universitária consentida" da ditadura, com a coexistência de universidades e escolas isoladas, a departamentalização, a supressão da cátedra e a adoção do sistema de créditos.

Segundo Moraes (2015 e 2017), os EUA são considerados a maior potência econômica do mundo. Há uma imagem muito difundida no mundo de uma história distorcida em torno do país ser a pátria do mercado, que defende a livre iniciativa, leis mínimas, constituição enxuta, e não é verdade. Quando se analisa o papel do Estado nos EUA, é preciso saber que o estado está sendo mencionado. Cada estado tem seu código penal, tributário e sistema de leis (congresso e senado) próprias.

Há vários sistemas de educação superior nos Estados Unidos. Não existe um sistema de ensino superior nacional, não há universidade federal nos EUA como no Brasil, sendo um sistema descentralizado, profundamente estadualizado, um modelo piramidal, diversificado e hierarquizado. E cada instituição tem um perfil de estudante, um modo de operar e estruturas diferenciadas.

> Nos EUA, os governos federal, estaduais e municipais destinam recursos ao ensino público e gratuito, embora a palavra educação não apareça na Constituição do país. Como a divisão de responsabilidades não está clara, o Supremo americano definiu que o papel predominante sobre o tema ficaria com os estados. Cada um dos 50 estados possui leis próprias em relação ao ensino público. Mais da metade das receitas usadas

> para financiar a educação, em média, vem, portanto, dos próprios estados. Na Califórnia, segundo dados da Associação Nacional de Educação dos Estados Unidos, 58% dos recursos para o sistema, em 2017, saíram do governo estadual. Outros 8,9% vieram do governo federal, e 33,1%, dos municípios (ANDES, 2019, s/p)[192].

O financiamento é um dos elementos importantes para demonstrar as diferenças e semelhanças entre as instituições. Todo o ensino superior nos EUA é pago pelo estudante, que inclui os cursos das IES públicas. Não há um sistema público e gratuito como no Brasil. Porém, apenas um terço do orçamento das escolas é apoiado pelas taxas e anuidades cobradas dos estudantes, o recurso é basicamente público.

As escolas privadas, como as renomadas *Harvard University* e *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), recebem grande quantidade de verba pública. A receita derivada das aplicações dos patrimônios privados das universidades e as doações feitas por grandes milionários (ex-alunos) cobrem uma pequena parte dos orçamentos (MORAES, 2015).

Moraes (2015) analisa a formação do sistema de ensino superior dos EUA, o critério encontrado pelo autor foi apresentar as fases da educação superior estadunidense baseado em dois eixos que constituem a superfície visível e imediata da história.

> [...] Fatos como o *Morril Act*, que criou uma rede de escolas superiores no país mediante a doação de terras federais. Ou o ato de reinserção dos veteranos, o *GI Bill*, que massificou o sistema de ensino superior, colocando o setor público e, principalmente, o governo federal e os governos estaduais como protagonistas da expansão (MORAES, 2015, p. 7).

Antes de apresentar as diferentes fases, consideramos necessário explicar a expressão *college* que significa faculdade. Os *Community Colleges* foram criados no final do século XIX, exportarando esse modelo para vários países do mundo (Canadá, Austrália, Filipinas, Coreia, Japão, Taiwan,Vietnã Iugoslávia, entre outros). Havia no sistema de ensino superior, as universidades estatuais, que surgiram a partir do programa federal de doação de terras para os estados após a guerra civil no final do século XIX. Os governos estaduais doavam as terrras para as escolas, esse processo ampliou consideravelmente a educação superior estadunidense.

Seguindo essa lógica, os *colleges* coloniais antigos, ou seja, faculdades criadas no século XVII e XVIII (*Harvard University, Yale University e Princeton University etc*), foram transformando-se em universidade de pesquisa e pós-graduação. Havia ainda as novas escolas, criadas no final do século XIX, universidades tipicamente de pesquisa e pós-graduação, inspiradas no modelo de ensino superior alemão (*Johns Hopkins University, The University of Chicago* –criada por John D. Rockefeller).

---

[192] Matéria do dia 25 de janeiro de 2019. Disponível em https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/professores-de-los-angeles-nos-eUA-protagonizam-greve-apos-30-anos1 Acesso em 09 de março de 2020.

Moraes (2015) destaca cinco grandes fases da educação superior nos EUA. As fases destacadas estão articuladas às transformações econômicas, políticas, sociais e demográficas ocorridas na sociedade estadunidense, processos e produtos de inovação como, por exemplo, citado pelo autor, a ferrovia, o automóvel, o avião, a informática, a telemática e a biotecnologia.

Na primeira fase, do início do século XIX (segunda guerra da Independência em 1819) até a Guerra Civil, tem-se a continuidade dos *colleges* coloniais, período conhecido como Marcha para o Oeste através de doações de terras para o desenvolvimento da indústria manufatureira. São criados os primeiros cursos de engenharia (*West Ponint, Rensselaer*), antigos *colleges* (Harvard, Yale), novas escolas (MIT), as primeiras universidades estaduais.

A segunda fase estabelecida no período da Guerra Civil (1861-1865), do primeiro *Morrill Act*[193] (doação de terra em 1862) até 1920, foi chamada de Era Progressiva do capitalismo corporativo. "Surgem os *Land Grant Colleges* e universidades e as primeiras universidades de pesquisa (*Johns Hopkins, Clark*, Chicago). Os *Colleges* antigos transformam-se em universidades (*Harvard, Yale, Princeton, Cornell*)" (MORAES, 2015, p. 8). Ocorre, na era das corporações, um grande deslocamento populacional em direção ao norte do país, caracterizando uma espécie de segunda revolução burguesa nos EUA, uma segunda revolução industrial (1890-1910).

De 1900 a 1940, as fundações mercantil-filantrópicas desenvolvem um papel fundamental no movimento de concentração do capital, de hierarquização e padronização do mundo empresarial, favorecendo a expansão do capitalismo nos EUA. E, posteriormente, como vimos no capítulo anterior, no período da Guerra Fria, as fundações estadunidenses destinavam recursos para financiar a pesquisa no Brasil e "politizar" o fomento para difundir o projeto burguês de sociabilidade e impedir o fantasma do comunismo. Segundo Moraes (2015),

> A ***Carnegie Foudation*** (CFAT) resulta de uma dotação adicional (135 milhões de dólares em 1905) do velho barão de aço, Andrew Carnegie, dotação substancialmente acrescida depois de sua morte. A ***Rockefeller Foundation*** patrocinou o *General Education Board* (GEB) com a bagatela de 200 bilhões de dólares. É sabido que essas duas organizações, CFAT e GEB, tiveram papel central na modelagem do sistema norte-americano de ensino superior. Sobretudo na primeira metade do século XX, elas tomaram para si a tarefa de liderar a transformação daquela coleção de escolas "desregradas" em um sistema sequenciado, hierarquizado e ordenado por requisitos e normas (MORAES, 2015, p. 34, grifos meus).

Como já vimos, John D. Rockefeller e Andrew Carnegie criaram suas fundações e foram os grandes propagadores de *endowments* nos EUA. A padronização e hierarquização do sistema incidem como a terceira fase da educação superior nos EUA (1920-1945). As fundações

[193] *Morrill Act* (doações de terras federais) foi aprovado pelo congresso em 1862 para promover a criação de, pelo menos, um *college* em cada estado. As terras poderiam ser doadas às instituições privadas.

privadas filantrópicas[194] – *Carnegie Foudation* (CFAT) e a *Rockefeller Foundation* que patrocinou o *General Education Board* (GEB) – tiveram um papel estratégico e determinante na construção de uma base econômica para a pesquisa acadêmica e, também, definiram o desenho dos currículos das escolas. Nesse período, expandem-se os cursos de curta duração (*junior colleges*), o ensino médio (*high school*) e estabilizam-se as universidades de pesquisa, quando acontece a crise de 1929 e a reconfiguração do papel do Estado[195].

Os líderes das universidades estaduais e de pesquisa propõem a criação de uma escola que funcione como intermediária entre o ensino médio e a universidade e que faça o trabalho de formação nos dois primeiros anos. Em regra geral, o *college* (bacharelado) é dividido em dois momentos: *low division* (*ou junior college*), com um período de dois anos de "educação geral", quase secundária; *e high division* (*sênior*), mais dois anos de concentração uma área de conhecimento ou carreira. Assim, era denominada até a Segunda Guerra Mundial (MORAES, 2017).

No início do século XX, havia uma política dos estados e das comunidades locais para acrescentar mais dois anos nas escolas médias (*High School*), estudos pós-graduados do secundário para ser o preparatório da universidade. Os primeiros *junior college* eram localizados em prédios das escolas médias. Seriam, inicialmente, uma ampliação do ensino médio até tornarem-se independente e constituírem-se em ma rede de escolas públicas (estaduais e locais).

Segundo Moraes (2015), nos anos de 1945-1970, ocorre a quarta fase da educação superior nos EUA, amparada na intervenção federal que transformou a universidade de pesquisa para atender interesse militar, do mesmo modo que as universidades estaduais, com a expansão dos *community colleges* como instituições públicas (locais e estaduais) que passaram a ser, majoritariamente, públicas.

---

[194] Segundo Fontes (2020, p. 16), fundações empresariais e entidades sem fins lucrativas nos Estados Unidos são criadas e/ou mantidas por empresas e empresários, como as Fundações Carnegie, Fundação Rockefeller e outras. Vários setores populares e da imprensa denunciaram "as tentativas dos 'barões ladrões' (*robber barons*) de ocultar sob o manto filantrópico as marcas de sua atuação predatória na vida social". A matéria do *Business Insider* destaca que, nos séculos XIX e XX, os magnatas da América acumularam riquezas e construíram impérios por meio da exploração dos trabalhadores de suas fábricas. Matéria de Elena Holodny do dia 29 de julho de 2017, intitulada "19 barões ladrões que construíram e governaram a América". Disponível em https://www.businessinsider.com/robber-barons-who-built-and-ruled-america-2017-7 Acesso em 02 de dezembro de 2019.

[195] *New Deal*, novo acordo, quanto há criação de uma série de programas nos Estados Unidos entre 1933 e 1937, no governo do presidente Roosevelt, com o objetivo de recuperar e reformar a economia estadunidense.

Nessa época, surge o ensino massificado nos EUA, ocorre um aumento das matrículas na educação superior com a lei dos veteranos (*GI Bill*)[196] que institui bolsas de estudo para os chamados desmobilados da guerra. Segundo Moraes (2015, p. 58), "o *GI Bill* era mais do que bolsa de estudo. Era um 'pacote de bondade', incluindo serviços de recolocação profissional, ajuda aos desempregados, suporte a hipotecas de moradias, benefícios educacionais". Entre os anos de 1944 e 1947, o número de matrículas cresceu mais de 50%, e mais da metade dos estudantes de ensino superior eram os veteranos do *GI Bill*. Assim, conformava-se um novo público e a reconfiguração do sistema de educação superior nos EUA.

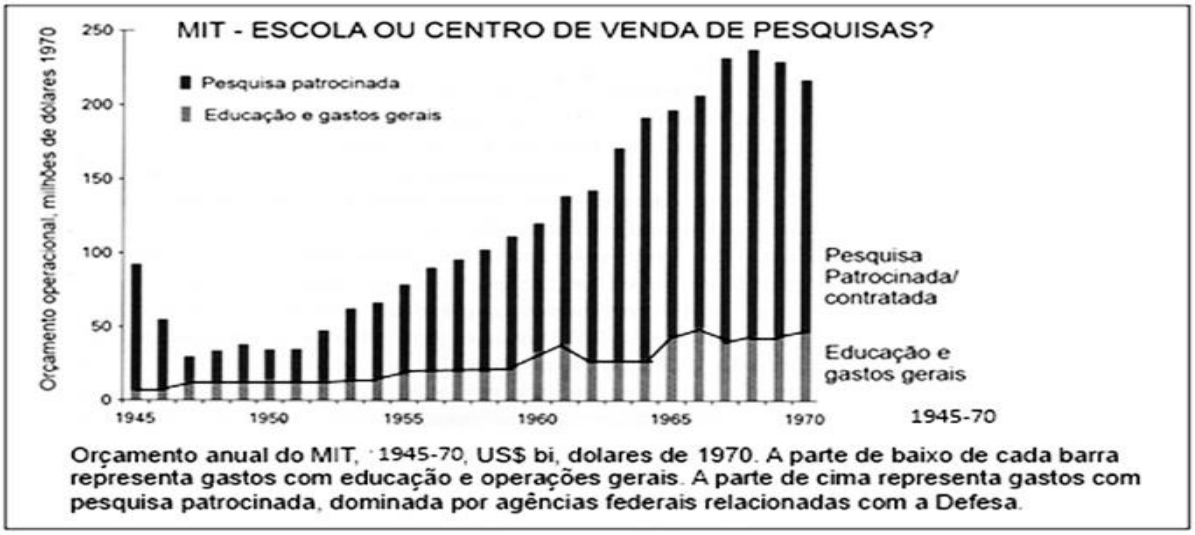
> Além da lei dos veteranos, uma cadeia de intervenções federais foi dando suporte à aspiração (e já crença) de que "ir ao *college*" era um dado de realidade para o grosso da juventude norte-americana e para suas famílias, não apenas para suas camadas superiores. E, tanto nas instituições privadas quanto nas públicas, isso acontecia com **muita injeção de dinheiro público**, quer mediante o financiamento privilegiado para construção de instalações (inclusive dormitórios estudantis), quer por meio de repasses e subsídios diretamente a instituições, para gastos correntes com ensino ou, depois, com bolsas e empréstimos às famílias. A provisão federal era visível nos trinta anos do pós-guerra (MORAES, 2015, p. 61, grifos meus).

No pós-Segunda Guerra, o recurso público para as instituições privadas é significativo. As universidades privadas dependem de dotações federais (*federal grant universities*), assim como de empréstimos federais e dos programas de bolsas. Em 2003, entre os vinte maiores receptores de dotações para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), onze eram instituições privadas. Essas universidades contam com a participação dos *lobbies* – sujeitos políticos coletivos para alterar a legislação e os programas dessa área (MORAES, 2017).

A *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) é apresentada como um grande modelo a ser seguido. O MIT é uma escola privada criada no século XIX, copiando um modelo francês de uma escola de engenharia do antigo regime. Criou uma escola de engenharia, depois expandiu para outros campos e para ser um modelo de exportação de instituição de ensino superior moderna. Tem uma escola como anexo para formar quadros. Não é uma escola que faz pesquisa, e sim uma instituição que vende pesquisa, como pode ser identificado a partir do gráfico a seguir.

[196] Lei de Reajuste dos Militares de 1944, que oferecia uma série de benefícios para os veteranos que retornavam da Segunda Guerra Mundial. Para Moraes (2015, p. 58), "a preocupação de Roosevelt era o impacto econômico da volta dos veteranos e a eventual instabilidade social e política que já se havia anunciado nos anos 1930 com a marcha dos veteranos em Washington, para não falar dos similares europeus".

Gráfico 5 – MIT – Escola ou Centro de venda de pesquisa?



Fonte: Gráfico do Jornal Unicamp[197].

A pesquisa contratada é uma importante fonte de recursos para as instituições de ensino superior nos EUA. Anteriormente, esse tipo de pesquisa foi, basicamente, direcionado ao setor militar. Agora, está mais diversificada e a maioria dos estudantes vincula-se a laboratórios sustentados pelos contratadores. O MIT é um grande fornecedor de pesquisa contratada e os gastos com ensino recebem pouco incentivo no orçamento da instituição.

Os dados apontam para um aumento dos gastos em P&D e a decisiva participação do governo federal no financiamento da pesquisa no país. Porém, é necessário distinguir quem financia e quem executa a pesquisa nos EUA, como veremos no quadro abaixo.

Tabela 8 – Movimento dos Fundos de P&D nos Estados Unidos, 1961-62 (Em milhões de dólares)

	Executores do Trabalho de P&D					
Fontes de Recursos P&D	Governo Federal	Indústria	Universidades	Instituições não lucrativas	Fundos totais fornecidos	% do total
Governo Federal	$2090	$6310	$1050	$200	$9650	65,5
Indústria	0	4560	55	90	4705	31,9
Universidades	0	0	230	0	230	1,6
Outras não lucrativas	0	0	65	90	155	
Custo total da P&D executada	2090	10870	1400	380	14740	100
Percentagem do Total	14,2	73,7	9,5	3,6	100	

Nota do autor: As cifras são arredondadas e talvez não correspondam aos totais.

[197] Matéria do dia 21 de setembro de 2017. Disponível em https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/reginaldo-correa-de-moraes/o-financiamento-do-ensino-superior-americano-e-alguns-de-seus Acesso em 28 de outubro de 2019.

Fonte: Moraes (2017, p. 22).

De 1961 a 1962, o governo federal financiou grande parte da pesquisa, mas a indústria é que executava, chegando a concentrar 73,7% das pesquisas. O governo federal financia a pesquisa na indústria, nas universidades (públicas e privadas), em centros e institutos vinculados às universidades, mas só executa 14,2% das pesquisas, enquanto todas as instituições executam mais do que financiam.

Desde os anos 1960, ocorre uma expansão do *community college*, conhecido como um segmento não seletivo e de massa. Esse crescimento fica ainda mais visível quando verificamos o total de matrículas, principalmente, o número de ingressantes. Com base nas análises de Sean Pury (2010), as condições e os desafios encontrados pelos estudantes em sua formação, tal como o racismo, exploração econômica e guerras contribuíram para que o movimento estudantil se rebelasse e organizasse ações políticas coletivas.

> O enorme crescimento econômico do período pós-guerra nos Estados Unidos criou as próprias forças que iriam contestar a estabilidade econômica e social. O governo patrocinou a expansão da educação superior para melhorar a produtividade do seu capitalismo nacional. A década de 1960 testemunhou um aumento expressivo de novas universidades e expansões de faculdades existentes para absorver o crescente número de jovens na sociedade, cada vez mais provenientes de camadas mais populares (PURY, 2010, p.1).

Nos primeiros anos de 1960, surge o Movimento Estudantil nos EUA como parte de uma "Nova Esquerda"[198]. O grupo mais importante dessa nova tendência opositora era "Estudantes para uma sociedade democrática (SDS)"[199], fundada em 1962. A primeira grande mobilização aconteceu na Universidade da Califórnia, em Berkeley (1964-1965). A pauta era o direito dos estudantes de organizarem atividades políticas no *campus*, que estavam proibidas desde os anos 1950.

Além da crítica dos estudantes da Universidade Berkeley da Califórnia, às "fábricas de conhecimento", o movimento estudantil organizou manifestações sob a bandeira do

[198] Segundo Sean Pury (2010), eram diversos movimentos sociais definidos pela juventude. "A Nova Esquerda tendia a atuar entre estudantes e povos oprimidos como negros e vítimas do imperialismo norte-americano, construindo movimentos contra a guerra do Vietnã, pelos direitos estudantis nas universidades e por mais liberdade individual na vida quotidiana. Enfatizaram a democracia participativa, a espontaneidade e o ativismo criativo, tendências táticas e estratégicas que caracterizavam movimentos sociais no mundo inteiro na época". Disponível em https://revistacult.uol.com.br/home/1968-a-rebeliao-estudantil-nos-estados-unidos/ Acesso em 10 de janeiro de 2020.

[199] Grande parte de seus membros era inspirada pelos movimentos negros. "Na segunda metade da década, impulsionaram o movimento contra a guerra do Vietnã. A SDS chegou a ter seções em milhares de faculdades com dezenas de milhares de filiados" (Idem).

"Movimento pela Livre Expressão"[200] que ocupou, em dezembro de 1964, o prédio da administração da universidade. Com a repressão policial, foram detidos mais de 700 estudantes e, no mês seguinte, a instituição suspendeu as lideranças do movimento, o que provocou uma ampla greve estudantil, resultando na conquista de liberação das atividades políticas no campus.

> Até 1968, manifestações, motins e ocupações foram comuns em faculdades por todo o país. Em janeiro, a polícia atacou 400 estudantes que protestavam em uma reunião do Secretário do Estado, Dean Rusk. No dia 8 de fevereiro, três estudantes foram mortos pela polícia em uma manifestação por direitos civis na Carolina do Sul. Na primeira semana de março, alunos da Universidade de Nova York protestaram contra a empresa Dow Chemical, a fabricante principal de armas biológicas usadas pelos Estados Unidos no Vietnã. Em pequenas e grandes universidades, nas cidades grandes e no interior, a SDS e outras organizações estudantis, influenciadas pelas ideias socialistas, organizaram campanhas contra a guerra do Vietnã e pelos direitos civis (PURY, 2010, p.1, grifos meus).

Nesse momento, o processo de mobilização do movimento estudantil se intensificava, tendo como pauta a luta por questões internacionais, como a da guerra do Vietnã; as reivindicações locais; o envolvimento da universidade com pesquisas militares usadas na guerra da Vietnã; e a reivindicação pelo fim dos planos para construir um prédio no *campus* em terras expropriadas do bairro pobre negro do *Harlem*.

Segundo Pury (2010), a rebelião estudantil de 1968, representada pelo movimento estudantil, impulsionou uma contracultura radical da juventude e ações políticas contra as políticas tradicionais, um combativo movimento operário de base e o movimento militante negro '*Black Power*'. Esse movimento de1968 inspirou uma 'segunda onda' de feminismo e um novo movimento pelos direitos de lésbicas e gays.

Em entrevista concedida à revista Le Monde Diplomatique Brasil[201], Christopher Newfield, professor da Universidade da Califórnia (a maior e mais prestigiosa universidade pública estadunidense) e autor livro *The Great Mistake: How We Wrecked Public Universities and How We Can Fix Them* (O grande erro: como arruinamos as universidades públicas e como podemos recuperá-las, Johns Hopkins University Press, 2016), afirma que a transformação das universidades públicas estadunidenses, em mais uma modalidade de negócios, foi um "grande erro".

O autor destaca que o desmonte das universidades públicas dos EUA e sua transformação em prestadores de serviços para o mercado foram motivadas para impedir as

---

[200] Esses movimentos conquistaram importantes pautas e impulsionaram lutas estudantis em todo o país. "Com a aceleração da guerra no Vietnã, a SDS e outras organizações montaram campanhas nacionais contra a guerra e contra o serviço militar obrigatório" (Idem).

[201] Matéria de Pedro Fiori Arantes, em 01 de outubro de 2019. "Como os Estados Unidos arruinaram suas universidades públicas". Disponível em https://diplomatique.org.br/como-os-estados-unidos-arruinaram-suas-universidades-publicas/ Acesso em 10 de janeiro de 2020.

ameaças aparentes das universidades aos poderes econômicos e políticos vigentes. Aponta que um dos momentos determinantes foi a campanha de Ronald Reagan para governador da Califórnia em 1966 contra Edmund Gerald Brown, conhecido como Pat Brown do Partido Democrata (1959 a 1967), que redefiniu o sistema de ensino superior no estado.

> [...] Reagan decidiu que não poderia concorrer contra Brown, mas poderia concorrer contra manifestantes estudantis de esquerda na UC Berkeley, e foi isso que ele fez. Ele derrotou Brown, em parte, apresentando as universidades de Brown como lugares que encenavam ataques a norte-americanos respeitáveis e tementes a Deus, que reverenciavam o sistema de livre-comércio (NEWFIELD, 2019, s/p).

Em 1970, Lewis Powell – juiz republicano da Virgínia, posteriormente, juiz associado da Suprema Corte dos EUA – enviou um memorando à Câmara de Comércio, solicitando às empresas que lutassem contra o anseio anticapitalista instalado nas universidades. Segundo Newfield (2019, s/p), as sugestões desse documento eram de "financiar pesquisadores e *think tanks* que criariam e difundiriam visões conservadoras que ajudaram a construir as redes políticas conservadoras que ainda dominam a política local".

Christopher Newfield (2019, s/p) afirma que "nos últimos cinquenta anos, as empresas e seus aliados políticos tentaram controlar as universidades, por razões que não são tão diferentes da Igreja Católica ou do Estado bonapartista em outras épocas". Isso sinaliza que, historicamente, os APHs miram inserir-se nos terrenos de lutas populares.

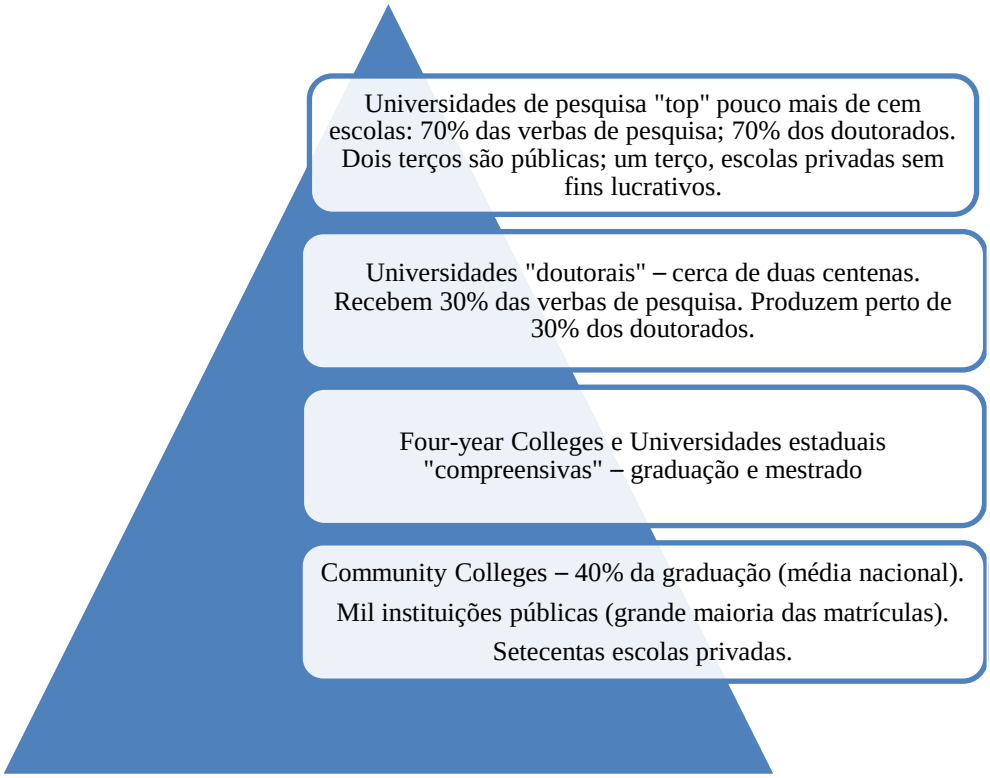
A presidência de Ronald Reagan (1981 a 1989), após ter sido governador da Califórnia, adotou uma doutrina anticomunista. Nesse tempo, as empresas passaram a pagar cada vez menos imposto de renda, uma política massacrante de renúncia fiscal com desconto fiscal para quem investisse em filantropia, pesquisa, entre outros, o que fundamenta a agenda dos fundos patrimoniais.

Os recursos dos *endowments*, se não fosse doado pela grande burguesia a esse tipo de fundo, seria pago como imposto, ou seja, indiretamente, quem financia os *endowments* na educação superior dos EUA é o Estado, que cria arcabouço jurídico de isenção de impostos que incide sobre o gasto público. Há incentivos fiscais para pessoas físicas e jurídicas, suas contribuições e doações de propriedade a instituições sem fins lucrativos. Sobretudo, as instituições de educação superior e de pesquisa, em sua grande maioria criadas pela grande burguesia, podem ser deduzidas da renda tributável. Esse benefício é mais sedutor aos doadores em épocas de alta taxa de impostos. Nos anos de 1980, com a reformulação das leis de renúncia fiscal, aumenta o número de pesquisas financiadas pela indústria.

Moraes (2015, p. 9) afirma que é nesse cenário que consiste a quinta fase da educação superior estadunidense: a era da privatização no ensino superior dos EUA. "Delineia-se um

novo modo de operação e de estruturação desse sistema, tanto no ensino quanto na pesquisa, com a busca de novas formas de financiamento, gerenciamento e especialização de funções entre diferentes tipos de instituição". Ocorreram algumas mudanças depois dos anos 1980, notadamente no século XXI: a) os recursos para a pesquisa foram reduzidos e as instituições construíram novas formas de organização e financiamento, com o fortalecimento de parceria com empresas privadas; b) o aumento da pesquisa médica para determinados procedimentos, aparelhagens e fármacos para doenças selecionadas; c) maior interação das instituições acadêmicas como o mundo comercial e a economia local (MORAES, 2017). O autor demonstra como se organiza o modelo piramidal, diversificado e hierarquizado da educação superior estadunidense, conforme a imagem abaixo.

Gráfico 6 – A pirâmide da educação superior norte-americana



Fonte: Moraes (2017).

No topo da pirâmide, está o que é mais destacado como ensino superior estadunidense – *Harvard University, Yale University e Princeton University*, – instituições relativamente pequenas que estão entre os seis maiores fundos patrimoniais do mundo. As matrículas na pós-graduação estão concentradas nas IES privadas, com altos valores e com um viés elitista para a formação de novos quadros. As instituições privadas sem fins lucrativos obtêm vantagens e seguem reunindo as mais prestigiosas universidades estadunidenses. As universidades que

alcançam o maior financiamento são as que contam com programas de pós-graduação e projetos de pesquisa afinados aos interesses das agências. “Em suma, a situação favorecia universidades em que a maior parte das atividades e professores-pesquisadores estivesse ligada a ciências da saúde e engenharias. A maior parte das escolas com essa inclinação estava no setor privado, não no setor público” (MORAES, 2015, P. 178).

Os cursos de curta duração (dois anos) são a base da pirâmide, metade dos ingressantes do ensino superior americano está nessas instituições. Em média, 70% das matrículas estão em escolas públicas, que também cobram anuidade, com valores mais baixos que as privadas, mas não há ensino superior público gratuito nos EUA. O custo é um motivo importante desse alto índice de matrículas já que os preços tendem a ser muito mais acessíveis que nas universidades privadas. Além do processo de admissão, os *Community Colleges* são menos concorridos que as universidades e são, geralmente, mais próximos do local de moradia ou de trabalho. A maioria dos estudantes são negros, latinos e brancos não latinos pobres, em particular, no Texas, Califórnia e na cidade de Nova Iorque (sistema não seletivo e de massa).

A maior parte das universidades de pesquisas são instituições privadas sem fins lucrativos, mas construídas com recursos públicos de várias formas, tal e qual as instituições privadas com fins lucrativos. Moraes (2017, p. 13) descreve o sistema de educação superior estadunidense da seguinte forma:

> [...] A primeira é a caracterização de dois **“modelos de negócios”**. De um lado, caracterizando as seletivas, prestigiosas (e relativamente pequenas) universidades privadas sem fins lucrativos, pode-se falar em um modelo baseado em volume pequeno e alto custo. Do lado das universidades públicas, estaduais, abrangentes, grandes e complexas, o modelo é de alto volume e baixo custo. A grande universidade pública tem menos patrimônio e menos concentração per capita de líderes nacionais. Mas tem mais programas, especialistas e professores em maior número de campos (grifos meus).

Nesse ponto de vista, ocorre uma transformação das universidades estadunidense. São cada vez mais planejadas de acordo com os modelos de negócio, objetivando educar profissionais para produzir conhecimento para o mercado. Esse projeto de educação e pesquisa é antagônico ao dos sujeitos políticos coletivos que defendem a produção do conhecimento como um processo social.

Nas instituições públicas, o gasto público (federal e estadual) está mais concentrado em diversas formas (dotações, bolsas, contratos etc.). Nas escolas que aferem bacharelados (*four years*), o recurso público cobre dois terços dos orçamentos e 17% são advindos das anuidades, refletindo no alto índice de endividamento das/os estudantes. Nas escolas de curta duração (*two years*), o gasto público é ainda maior, chegando em média a 80% do orçamento. O setor privado sem fins lucrativos recebe recursos públicos, sendo, aproximadamente, um terço do orçamento.

Um quarto do orçamento das instituições privadas com fins lucrativos é proveniente de fontes públicas (MORAES, 2017), ou seja, todas as modalidades das IES públicas e privadas contam com recursos públicos.

No Brasil, o curso de graduação forma em bacharelado ou licenciatura. Nos EUA, é chamado de *undergraduate education*. No sistema de ensino superior estadunidense, *graduation* são os estudos posteriores ao bacharelado de pós-graduação, mestrado e doutorado.

No ensino superior de curta duração, com os cursos de dois primeiros anos do ensino superior, o estudante obtém um certificado (*Associate Degree*) e, por meio do mecanismo de acordos de transferências (*transfers*), há um processo de reconhecimento de crédito, entre as escolas de dois anos (*Two-year College*), a universidade e as escolas de quatro anos (*Four-year Colleges*), escolas de longa duração. Caso o estudante tenha interesse, após o certificado de ensino superior de curta duração (*Associate Degrees),* pode estudar mais dois anos e adquirir o diploma de bacharel *(Bachelors Degree),* mas não é garantido, pois terá que passar por outro processo de avaliação.

Entre as diferenças das IES privadas brasileiras e estadunidenses, destacamos que, nos EUA, as IES privadas são de origem religiosa que se desenvolveram como fundações sem fins lucrativos. Já as instituições com fins lucrativos estão em processo de expansão desde os anos 2000 que, segundo Newfield (2019), são as piores instituições de ensino superior da história, têm os menores números de matrículas da graduação e emprego do país, com o custo mais alto para os estudantes. No caso brasileiro, essas instituições privadas com fins lucrativos recebem recursos do governo federal por meio de empréstimos aos estudantes para que paguem as mensalidades, como o FIES, e por meio de isenções fiscais com o Prouni[202]. O autor afirma que, nos últimos quinze anos, o total de recursos públicos destinados às universidades privadas estadunidenses passou de US$ 4,6 bilhões para US$ 26 bilhões por ano.

Para as fundações sem fins lucrativos são destinados recursos públicos por diversas vias (bolsas, pesquisas compradas), compondo mais de 30% do seu orçamento anual. Essas instituições privadas foram beneficiadas com as doações de terras no século XIX. Os *endowments* foram resultado dessas doações, um mecanismo que gerencia e constrói o patrimônio das instituições de ensino. Veremos a seguir que essa proporção de recurso público é ainda maior devido às isenções fiscais dos doadores aos fundos patrimoniais, por onde o financiamento do Estado ocorre de forma indireta.

[202] Queiroz (2014).

Christopher Newfield (2019) afirma que assistiu, durante 25 anos atuando como docente, ao processo de privatização indireta do ensino superior nos EUA, um esforço contínuo de tornar a universidade pública mais parecida com uma empresa[203]. Quando passou a trabalhar em comitês de planejamento e orçamento depois do ano 2000, ficou "surpreso com a perda de confiança no modelo de financiamento público e com a fé cega de que os contratos de filantropia e pesquisa tornariam as universidades públicas bem-sucedidas como suas contrapartes privadas". O autor aponta alguns problemas existentes, afirmando que as universidades têm dificuldades financeiras, os estudantes possuem dívidas educacionais altíssimas[204] e há pouco retorno social para a população, porque o ensino e a pesquisa giram em torno de assuntos rentáveis.

Nos anos 2000, o setor privado com fins lucrativos, antes minoritário, inicia uma razoável expansão. Segundo Moraes (2017, p. 19), isso é reflexo da "queda dos repasses e subsídio público, assim como bolsas, e as reformas legais que permitiam empresas a se valerem dos empréstimos federais, esses fatores viabilizaram um setor estritamente 'empresarial' na educação superior". Cabe destacar a progressiva precarização do trabalho docente, havendo um aumento dos contratos temporários de 18,6% em 1975 para 37,5% em 2007.

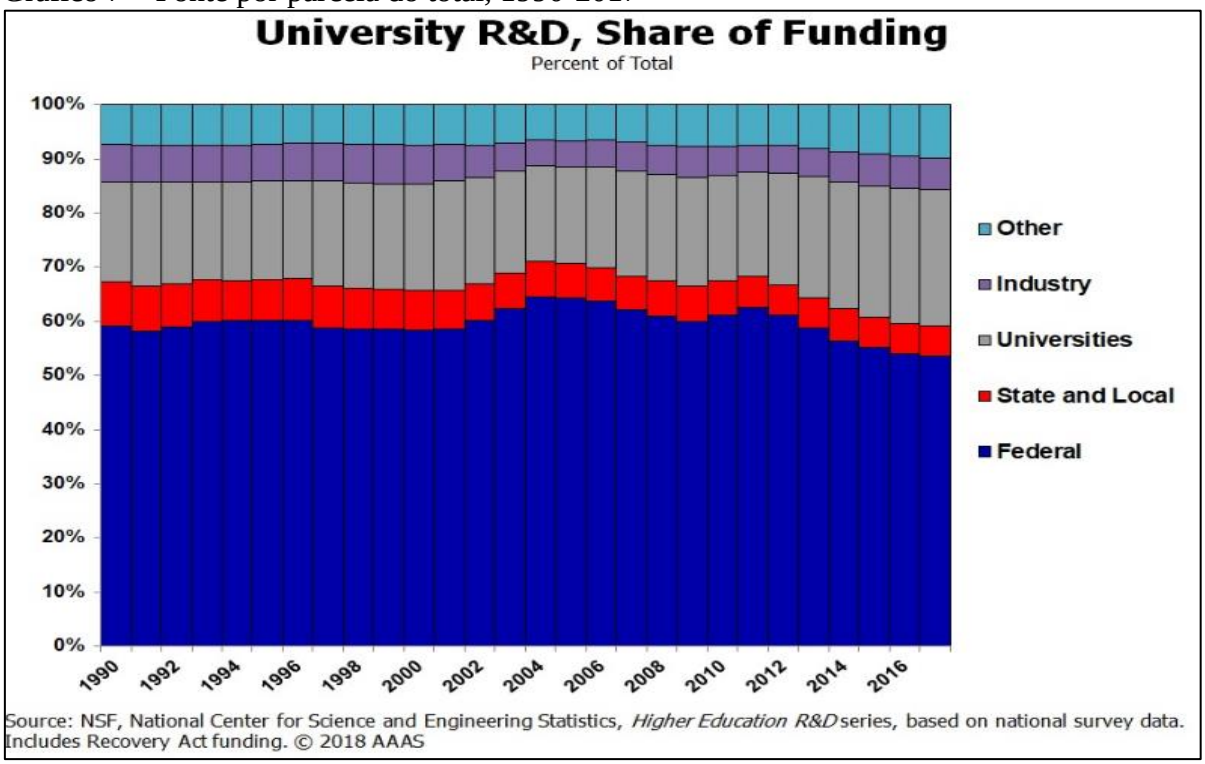
Moraes (2017) aponta as mudanças gerais na estruturação da pesquisa acadêmica no sistema estadunidense de educação superior. A primeira são as fontes de financiamento com destaque para três mudanças: a) relação entre investimento público e setor privado; b) deslocamento no interior do setor público (quais agências e, portanto, quais campos de pesquisa se destacam); c) além desse "de onde vem", há o "para onde vai" o dinheiro da pesquisa (instituições, campos de conhecimento).

Os centros de pesquisas vinculados às universidades são extremamente importantes para o sistema de inovação dos EUA. Grande parte das principais universidades de pesquisa se dá em instituições privadas e parte do seu orçamento vem do fundo púbico, como aponta o gráfico a seguir.

[203] É essa a lógica do empresariamento da educação superior no Brasil, como analisamos nos capítulos anteriores.

[204] Segundo Newfield (2019), a dívida estudantil "atingiu US$ 1,6 trilhão nos Estados Unidos. Aumentou muito mais rapidamente do que a renda necessária para atendê-la; mais de 10% dos empréstimos estudantis estão em inadimplência. Desde 1993, o financiamento estatal diminuiu 25% (corrigido pela inflação), enquanto as mensalidades líquidas (o valor que os alunos pagam do bolso após a aplicação de toda a ajuda financeira) dobraram. Isso sugere como a privatização é ineficiente".

Gráfico 7 – Fonte por parcela do total, 1990-2017



Fonte: Dados da Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS)[205].

Os sujeitos políticos do capital têm afirmado que, nos países centrais, a pesquisa seria custeada, praticamente, por meio de recursos privados, e as universidades públicas no Brasil deveriam seguir esse modelo. Mas, como vimos, o Estado é quem financia boa parte da pesquisa nos EUA, mas o recurso é conduzido e gerenciado por instituições empresariais.

> Um dos mitos da privatização a meio caminho era que, se os acadêmicos fizessem um trabalho melhor na comercialização de suas pesquisas, o dinheiro corporativo chegaria. As universidades agora divulgam, incessantemente, suas start-ups e objetivos comerciais, mas o dinheiro nunca chegou. Na realidade, o financiamento corporativo representa entre 5% e 7% do total das despesas de pesquisa nas universidades norte-americanas há décadas; isso nunca substituiu os fundos federais (NEWFIELD, 2019, s/p, grifos meus).

O autor demonstra que as universidades não são apoiadas por recursos corporativos. Os maiores subsídios são do Estado, mensalidades e patrocínios. Newfield (2019) defende que a pesquisa é um bem público básico e que não tem valor de mercado. A produção do conhecimento não pode ser estimulada por uma perspectiva de um retorno de mercado improvável, distante ou inexistente. Para ele, não será um bom pesquisador enquanto atua como *Homo economicus* (animal de mercado) que sempre está à procura de retornos lucrativos. As disciplinas de artes e humanas, com suas pesquisas de valor político e não

[205] Disponível em https://www.aaas.org/programs/r-d-budget-and-policy/rd-colleges-and-universities Acesso em 23 de junno de 2019.

lucrativo, são as mais atingidas, sendo as disciplinas de engenharia e ciências aplicadas as grandes exceções. Contudo, "o dinheiro real será ganho por laboratórios corporativos focados no desenvolvimento de produtos, não nas universidades que exploram conceitos fundamentais" (NEWFIELD, 2019, s/p). Seguir esse modelo no Brasil significa um grande problema. Assim, a universidade pública poderá conduzir sua infraestrutura de pesquisa e atividades dos pesquisadores para atender objetivos que não estão articulados a sua função social, evidenciando uma nova fase do privatismo exaltado.

Como em todo espaço, há, nas universidades estadunidenses, processos de resistências a essa lógica mercantil. Segundo a matéria do ANDES-SN[206], em janeiro de 2019, após trinta anos[207], vestidos de vermelho, as/os professoras/es das escolas públicas de Los Angeles nos EUA protestam e protagonizam a greve na educação superior, reivindicando aumento salarial de 6,5%, redução do número de alunos por sala de aula, mais funcionários nas escolas, entre outras medidas. As ações do movimento chamado *#RedforEd* (Vermelho pela Educação) durou nove dias e contou com o apoio dos estudantes, familiares, artistas e figuras públicas.

> Além da luta em defesa do sistema público de ensino, os manifestantes criticam outros modelos de educação no país, como as escolas charter, criadas nos anos 1980 (públicas, mas com gestão privada). Essas escolas recebem recursos governamentais, e por isso competem por verbas com as demais escolas. Em Los Angeles, por exemplo, já existem 224 delas. Em Nova Orleans, o modelo foi amplamente adotado. "Eu quero falar aos bilionários. Nós não iremos no mesmo caminho de Nova Orleans, onde vocês privatizaram e fecharam cada escola pública da cidade. Educação pública não é seu brinquedo, ela pertence ao povo de Los Angeles", afirmou o presidente do sindicato municipal, durante as manifestações (ANDES, 2019, s/p, grifos meus).

A gestão privada nas universidades públicas brasileiras segue sendo uma das pautas da burguesia brasileira e de seus APHs. Os intelectuais orgânicos do capital que defendem e difundem a agenda dos fundos patrimoniais sempre destacam o sistema estadunidense de educação superior e a experiência dos *endowments* da Universidade de Harvard[208] como o modelo a ser seguido.

---

[206] Matéria do dia 25 de janeiro de 2019. Disponível em https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/professores-de-los-angeles-nos-eUA-protagonizam-greve-apos-30-anos1/page:8/sort:Conteudo.created/direction:DESC Acesso em 15 de janeiro de 2020.

[207] Em 1989, ocorreu a última greve da categoria em Los Angeles, reivindicando 21% de aumento salarial, quando vinte mil professores pararam suas atividades. Desde 2018, em vários estados do país, as paralisações têm se intensificado – em Virgínia Ocidental, Arizona, Oklahoma, Kentucky, Colorado e Chicago.

[208] A *Harvard University*, situada na cidade de Cambridge, estado de Massachusetts, nos Estados Unidos, com sede em Cambridge e Boston, Massachusetts, foi criada em 1636 pela Assembleia Estadual de Massachusetts. É considerada a instituição mais antiga de ensino superior do país. Depois foi nomeada em homenagem ao primeiro doador do colégio, o jovem ministro John Harvard de Charlestown que, após sua morte em 1638, deixou sua biblioteca e metade de seus bens para a instituição. Atualmente, uma estátua de John Harvard está em frente ao University Hall, em Harvard Yard.

3.2.1 O *endowment* de Universidade de Harvard: o maior fundo desse tipo do mundo vinculado a uma instituição de ensino

Atualmente, a Universidade de Harvard é composta por onze principais unidades acadêmicas: dez faculdades que supervisionam escolas e divisões que oferecem cursos e concedem graus acadêmicos, além do Instituto Radcliffe de Estudos Avançados, museus, institutos de pesquisa, um sistema bibliotecário extenso para atividades de ensino e pesquisa.

Segundo os dados disponibilizados pelo site da instituição[209], a Universidade de Harvard é uma instituição de educação superior privada, com aproximadamente 6.700 alunos da graduação e 13.400 da pós-graduação. O Presidente e os Colegas do Colégio de Harvard (a "Corporação" um conselho governante da Universidade) são responsáveis por todas as questões financeiras de Harvard. A Corporação delega autoridade substancial às escolas e departamentos para o gerenciamento de suas fontes e operações.

A Universidade de Harvard inclui a *Harvard Management Company* (HMC)[210] – Companhia de Gerenciamento de Harvard – o *endowment* que gerencia as posses de investimento de Harvard. A HMC é dirigida pelo Conselho de Diretores, apontado pela Corporação. Segundo os dados disponibilizados pela instituição, o *endowment* de Harvard é composto por mais de 13.000 fundos individuais, investidos como uma única entidade que é supervisionada pela HMC[211], um dos maiores fundos patrimoniais do mundo, que movimenta o mercado financeiro.

> Segundo a *National Association of College and University Business Officers* (NABUCO), organização americana de apoio aos profissionais que gerenciam universidades, os retornos dos fundos patrimoniais de universidades americanas atingiram patamar de destaque no ano de 2014 quando os retornos alcançaram 15,5% contra retorno da taxa de juros de títulos do governo ao redor de 5%. Nos anos seguintes, os retornos foram menores, mas, como aponta o relatório do *Morgan Stanley*, **os *endowments* apresentam retornos maiores do que muitos gestores de recursos do mercado** (FABIANI e CRUZ, 2017, p. 192).

O fundo patrimonial da Universidade de Harvard, um dos maiores fundos globais de *endowment*, compõe um sistema de doações, tradicional nos Estados Unidos, construído por ex-alunos, entre eles o bilionário Jorge Paulo Lemann[212]. A experiência estadunidense pauta que a educação superior não deve ser responsabilidade apenas do Estado, e sim da iniciativa privada para garantir seus lucros. Fabiani e Cruz (2017), intelectuais orgânicos defensores dos

---

[209] Disponível em https://www.harvard.edu/schools Acesso em 19 de fevereiro de 2019.
[210] Entidade sem fins lucrativos fundada em 1974.
[211] Disponível em https://www.hmc.harvard.edu/ Acesso em 01 de fev. 2020.
[212] Em 2019, foi considerado pela Forbes, o segundo homem mais rico do Brasil e da Suíça. E ficou em 35º lugar entre os mais ricos do mundo. Disponível em https://www.forbes.com/billionaires/#1a46adf4251c Acesso em 16 de abril de 2019.

fundos patrimoniais no Brasil, destacam a experiência dos *endowments* dos EUA como um modelo a ser seguido.

Em 2006, a universidade de Harvard inaugurou no Brasil seu segundo escritório na América Latina. O primeiro foi criado no Chile. Segundo a matéria do jornal O Globo[213], tem como objetivo facilitar o intercâmbio entre estudantes das universidades brasileiras e alunos da instituição estadunidense. Além disso, o governo Lula da Silva passou a disponibilizar uma bolsa de graduação para brasileiros nas áreas de educação, saúde e administração para estudar em Harvard. Há, implícito nessa relação, um pacto de fortalecimento da agenda educacional do capital e de projeto de sociabilidade burguesa.

A matéria do jornal Brasil de Fato[214] destaca que a Universidade de Harvard é uma das maiores proprietárias de terras do mundo, possuidora de mais de 300 mil hectares de terras agrícolas na Bahia e no Piauí. A tabela a seguir destaca os maiores fundos patrimoniais com investimentos em terras agrícolas, todos ligados às universidades dos EUA.

Tabela 9 - Maiores fundos patrimoniais com investimentos em terras agrícolas

Fundo Patrimonial	Ativos gerenciados (US$bi)	Alocados para recursos naturais (US$mi)	Localização das terras agrícolas
University of Texas Investment Management Company	40,3	4.978	Austrália, América Latina
Harvard Management Company	36	4.644	África, Oceania, América Latina, EUA
Princeton University Investment Company	21,7	3.625	Desconhecido
Stanford Management Company	29,1	2.301	Desconhecido
Yale University Endowment	25,4	2.007	Desconhecido
University of Michigan Endowment	9,7	700	Desconhecido
Emory University Endowment	4,6	642	Desconhecido
University of Pennsylvania Endowment	10,7	642	Desconhecido

Fonte: Tabela elaborada por GRAIN, RSJDH (2018, p. 4).

No período dos governos petistas, Lula da Silva e Dilma Rousseff (2008 a 2016), a universidade estadunidense tornou-se um dos maiores proprietários estrangeiros de terras

[213] Matéria do Jornal O Globo do dia 27 de junho de 2006 – **Harvard inaugura escritório no Brasil**. Disponível em https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/harvard-inaugura-escritorio-no-brasil-4577364 Acesso em 09 de setembro de 2018.

[214] Matéria do Jornal Brasil de Fato do dia 06 de setembro de 2018 – **Harvard compra 300 mil hectares de terras e gera conflitos com comunidades locais**. Disponível em https://www.brasildefato.com.br/2018/09/06/harvard-compra-300-mil-hectares-de-terras-e-gera-conflitos-com-comunidades-locais/ Acesso em 09 de setembro de 2018.

aráveis do Brasil. Contudo, a compra do domínio não é feita de forma direta, envolvendo estruturas comerciais nada transparentes, o que dificulta o caminho dessa verificação.

No relatório de agosto de 2018[215], a GRAIN e a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos apresentam uma análise sobre os investimentos da universidade de Harvard na compra de terras agrícolas. O relatório deu destaque às seguintes conclusões:

O fundo patrimonial de Harvard gastou próximo a US$ 1 bilhão para comprar o domínio sobre estimados 850.000 hectares de terras agrícolas no mundo, fazendo da universidade um dos investidores maiores e mais geograficamente diversos em terras agrícolas.
As compras de terras agrícolas por Harvard procederam sem a responsabilidade corporativa (*due diligence*) e contribuíram para o deslocamento e perseguição de comunidades tradicionais, para a devastação ambiental e conflitos sobre água. As consequências dessas operações são particularmente graves no Brasil, onde o fundo patrimonial (*endowment*) de Harvard comprou quase 300.000 hectares de terras no Cerrado, a savana mais biodiversa do mundo.
Os investimentos em terras agrícolas feitos por Harvard, sem transparência alguma, trouxeram lucros extraordinários para os gerentes do fundo e seus parceiros comerciais, mas foram um fracasso enquanto estratégia de investimento para a universidade.

Fonte: Relatório da GRAIN e a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

Após a crise financeira[216] e aumentos dos preços dos alimentos em 2007-2008, a Universidade de Harvard passou a comprar terras agrícolas. Segundo a pesquisa, além das explorações agrícolas no Brasil, várias empresas adquirem terras em outros países pela universidade, ou seja, a universidade usa as empresas para fazer a compra das terras. Os dados revelaram "que, na última década, a Universidade de Harvard usou diversas estruturas empresariais para adquirir vastas terras no Brasil, África do Sul, Rússia, Ucrânia, Nova Zelândia, Austrália e Estados Unidos" (GRAIN; RSJDH, 2018, p. 4).

As aquisições de terras agrícolas por meio do fundo patrimonial de Harvard estão estimadas em 854.151 hectares com valor gasto nas aquisições de $931,8 milhões no mundo. No Brasil, deu-se através de três estruturas diferentes, envolvendo três operadores locais, conforme o quadro abaixo.

[215] Relatório de agosto de 2018: "O fiasco agrícola bilionário da universidade de Harvard". Disponível em https://social.org.br/files/pdf/PT_FINAL_PDF_Harvard.pdf Acesso em 09 de setembro de 2018.

[216] Segundo Boschetti (2010), a crise de 2008/2009 expressou inicialmente, nos Estados Unidos, como uma bolha de especulação imobiliária – mera expressão da crise. "Desde 2008, os países capitalistas enfrentam uma crise de proporções comparáveis à crise de 1929 e cujas consequências ainda não são totalmente conhecidas. Apesar de o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmar que, no Brasil, a crise chegou sob a forma de "marolinha" (uma pequena onda que não causa destruição), o que significa dizer que seus efeitos não seriam devastadores como ocorreu em outras partes do mundo, já temos elementos suficientes para atestar que tal afirmação foi, no mínimo, descontextualizada e desprovida de anteparo na realidade. Permanece um "otimismo" descabido em torno dos efeitos da crise no Brasil, que se alimenta em algumas medidas econômicas em curso no país, apontadas com precisão por Oliveira (2008, p. 38): o superávit elevado constitui abundante reserva cambial e superávit comercial; há um controle da dívida pública; o crescimento econômico está mantido em torno de 5% ao ano; há uma taxa de emprego crescente; e o Brasil possui uma robusta arrecadação tributária" (p. 64).

Quadro 19 – As aquisições de terras agrícolas por meio do fundo patrimonial de Harvard

1. A família Ioschpe O magnata brasileiro do setor de autopeças Ivoncy Ioschpe teria notado o potencial financeiro da agricultura do Cerrado em 2000. Logo começou a adquirir terras agrícolas no estado do Piauí e contratou um grupo de agrônomos locais, que formaram uma empresa chamada Insolo para converter suas terras em grandes plantações de soja e algodão. Em 2008, Ioschpe comprou a Insolo, colocou seu filho Salomão no comando e transformou a empresa em um veículo para canalizar dinheiro do fundo patrimonial de Harvard para a compra de grandes áreas de terras agrícolas no Piauí. São de Harvard 95,80% das ações dessa empresa, a Insolo Agroindustrial S/A, através da sua empresa de gestão de fundos Phemus Corp e várias subsidiárias em Delaware e no Brasil. Entre junho de 2008 e junho de 2016, Harvard injetou pelo menos US$ 138,7 milhões na Insolo Agroindustrial S/A, que então adquiriu pelo menos seis fazendas que ocupam mais de 115.000 hectares no Piauí. Harvard também pagou US$ 3 milhões por ano em consultorias a uma empresa ligada ao grupo dos Ioschpe por "serviços de investimento", de junho de 2009 a junho de 2017.
2. Gordian Bioenergy A Gordian Bioenergy, conhecida como GBE, é uma empresa de capital privado, administrada pelo empresário grego-brasileiro Diomedes Christodoulou, ex-CEO de operações da Enron na América do Sul e por vários de seus ex-colegas da Enron – Roberto Hukai, John Novak e Steven Madrid. Em 2007, Christodoulou e sua equipe procuraram investidores dos EUA e da Europa para apoiar um projeto de US$ 150 milhões para uma plantação de cana-de-açúcar com refinaria de etanol que planejavam construir no Brasil.Fizeram um acordo com o fundo patrimonial de Harvard e os dois lados estabeleceram uma estrutura corporativa, passando por uma empresa das Ilhas Cayman para canalizar o dinheiro de Harvard para o empreendimento. Em seguida, a GBE começou a adquirir terras agrícolas em torno da cidade de Guadalupe, no Piauí, onde se propunha a montar suas operações com cana-de-açúcar, além de uma grande fazenda de tomates. Terras também foram adquiridas em estados vizinhos, por razões desconhecidas. Uma das empresas que trabalhava com a GBE na aquisição de terras para Harvard foi a Pró-Flora Agroflorestal Ltda, empresa do empresário brasileiro Antônio Pontes da Fonseca, um dos maiores proprietários de terras agrícolas do estado de Minas Gerais.Entre junho de 2008 e junho de 2015, Harvard transferiu mais de US$ 246 milhões para a GBE comprar terras agrícolas. Não está claro quanto disso foi pago à GBE para o gerenciamento de investimentos e outros serviços.
3. Granflor Antes de sua entrada na agricultura brasileira, Harvard investiu em madeira. Alguns desses negócios foram administrados por dois empresários brasileiros do setor florestal, Romualdo Maestri e Victor Hugo Silveira Boff, cofundadores da empresa Granflor Agroflorestal. Em 2008, Harvard e esses dois empresários estabeleceram uma empresa em Porto Alegre, chamada Caracol Agropecuária. Essa empresa, na qual Harvard detinha 100% do patrimônio através de um conjunto de subsidiárias registradas em Delaware, recebeu mais de US$ 60 milhões da empresa de gestão de fundos de Harvard, a Blue Marble Holdings, entre junho de 2008 e junho de 2016, para a aquisição de terras agrícolas, principalmente no estado da Bahia. Nesse mesmo período, Harvard parece ter pagado a Maestri e Silveira Boff mais de US$ 10 milhões por serviços de investimento através de sua empresa Mb - Gestão e Projetos.

Fonte: Quadro elaborado pela GRAIN e a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (GRAIN; RSJDH, 2018, p. 7 e 8).

Esse fundo patrimonial é operacionalizado pela *Harvard Management Company* (HMC) – uma subsidiária integral e sem fins lucrativos da Universidade de Harvard – que gerencia as doações da Universidade de Harvard e ativos financeiros relacionados, sendo responsável pela gestão de investimentos da universidade. Segundo os dados disponíveis no

endereço eletrônico da HMC, a instituição está "entre os primeiros investidores institucionais em capital de risco, um dos primeiros e maiores investidores em ativos florestais e um investidor líder em algumas das estratégias de retorno absoluto e investimento direto mais bem-sucedidas" (HMC, 2020). A educação e a pesquisa constituem-se uma mercadoria para garantir o lucro de seus "doadores"/investidores, garantindo a movimentação do capital financeiro e o imperialismo estadunidense.

Esse *endowment* é composto por mais de treze mil fundos individuais investidos como uma única entidade. As duas maiores categorias de fundos abrangem os salários dos professores, incluindo bolsas de estudos para estudantes, bolsas de pós-graduação e atividades estudantis. A Universidade de Harvard possui doações para programas acadêmicos, bibliotecas, museus de arte, instalações, entre outras atividades. A prática de gastos da universidade corresponde a duas metas concorrentes: "a necessidade de financiar o orçamento operacional com uma distribuição estável e previsível, e a obrigação de manter o valor a longo prazo dos ativos patrimoniais após contabilizar a inflação" (HMC, 2020).

> [...] A grande maioria dos fundos que compõem a investidura de Harvard é restrita a programas, departamentos ou propósitos específicos (bolsas de estudo dedicadas, professoras nomeadas etc.) e deve ser gasta de acordo com os termos estabelecidos pelo doador. O pagamento desses fundos só pode ser gasto em apoio ao objetivo designado do fundo. Os fundos irrestritos, que representam menos de 20% das doações de Harvard, são de natureza mais flexível e são críticos para apoiar as despesas operacionais estruturais e iniciativas estratégicas transformadoras (HMC, 2020, s/p, grifos meus).

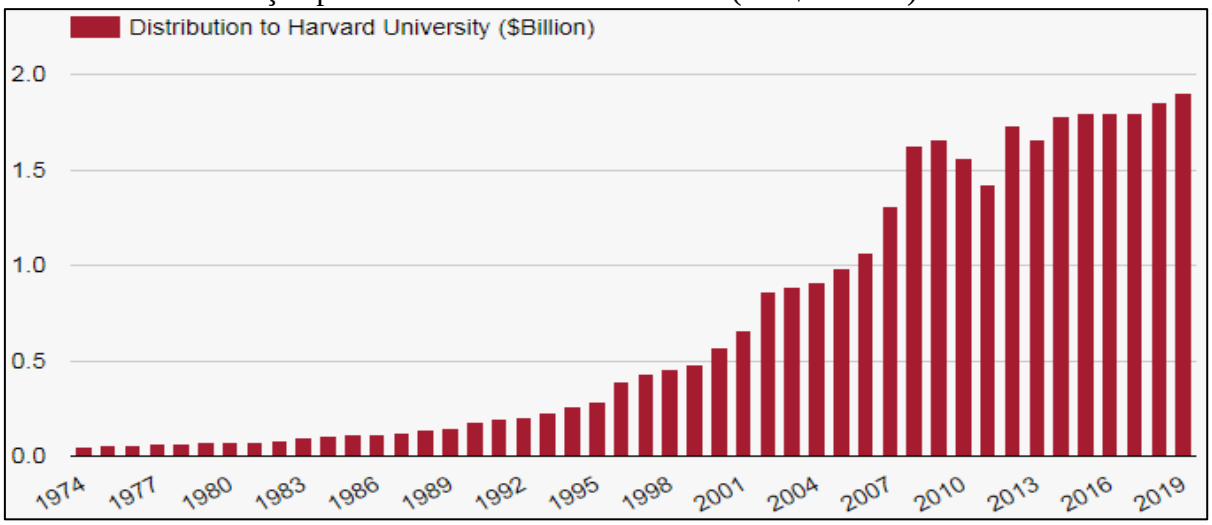
O Conselho de Administração da HMC é eleito pelo presidente e bolsistas da *Harvard College*. Os membros do referido conselho incluem o presidente, o tesoureiro e o diretor financeiro da Universidade de Harvard, tanto quanto o diretor-presidente da HMC. Os membros eleitos são selecionados por seus conhecimentos em investimentos, acadêmicos e no setor.

Em 2019, Harvard matriculou 23.336 estudantes por todo o globo[217] em suas doze escolas, com 6.722 (29%) matriculados na universidade. Segundo o relatório financeiro da Universidade de Harvard (2019)[218], a instituição terminou o ano fiscal de 2019 com um excedente operável de U$298 milhões, comparados aos U$196 milhões no ano fiscal de 2018. A rede de fundos de investimento da universidade, gerenciada pela Companhia de Gerenciamento de Harvard (HMC), totalizou U$49,3 bilhões em 30 de junho de 2019.

[217] A Harvard X oferece cursos online para pessoas ao redor do mundo, ofereceu mais de noventa cursos para, aproximadamente, dois milhões de usuários, incluindo mais de um milhão de internacionalmente registrados.
[218] Disponível em https://finance.harvard.edu/files/fad/files/fy19_harvard_financial_report.pdf Acesso em 02 de fevereiro de 2020.

Conforme o gráfico abaixo, a doação distribuiu US $ 1,9 bilhão no ano fiscal encerrado em 30 de junho de 2019.

Gráfico 8 - Distribuição para a Universidade de Harvard (US $ bilhões)



Fonte: *Harvard Management Company* (2020)[219].

No ano fiscal de 2019, a receita total da Universidade de Harvard aumentou em 6%, crescendo para $5,5 bilhões. Os recursos destinados à universidade se apoiam em três principais fontes: cobrança de mensalidade, pesquisas contratadas e filantropia. De acordo com os dados disponibilizados pela instituição no ano fiscal de 2019, o retorno de "doações" foi de 6,5%, crescendo de $39,2 bilhões no final do ano fiscal de 2018 para $40,9 bilhões no final do ano fiscal de 2019. A universidade direcionou somente $903 milhões de capital em projetos e aquisições durante o ano fiscal de 2019, comparado aos $908 milhões no ano fiscal de 2018, para continuar investindo e movimentando o capital financeiro.

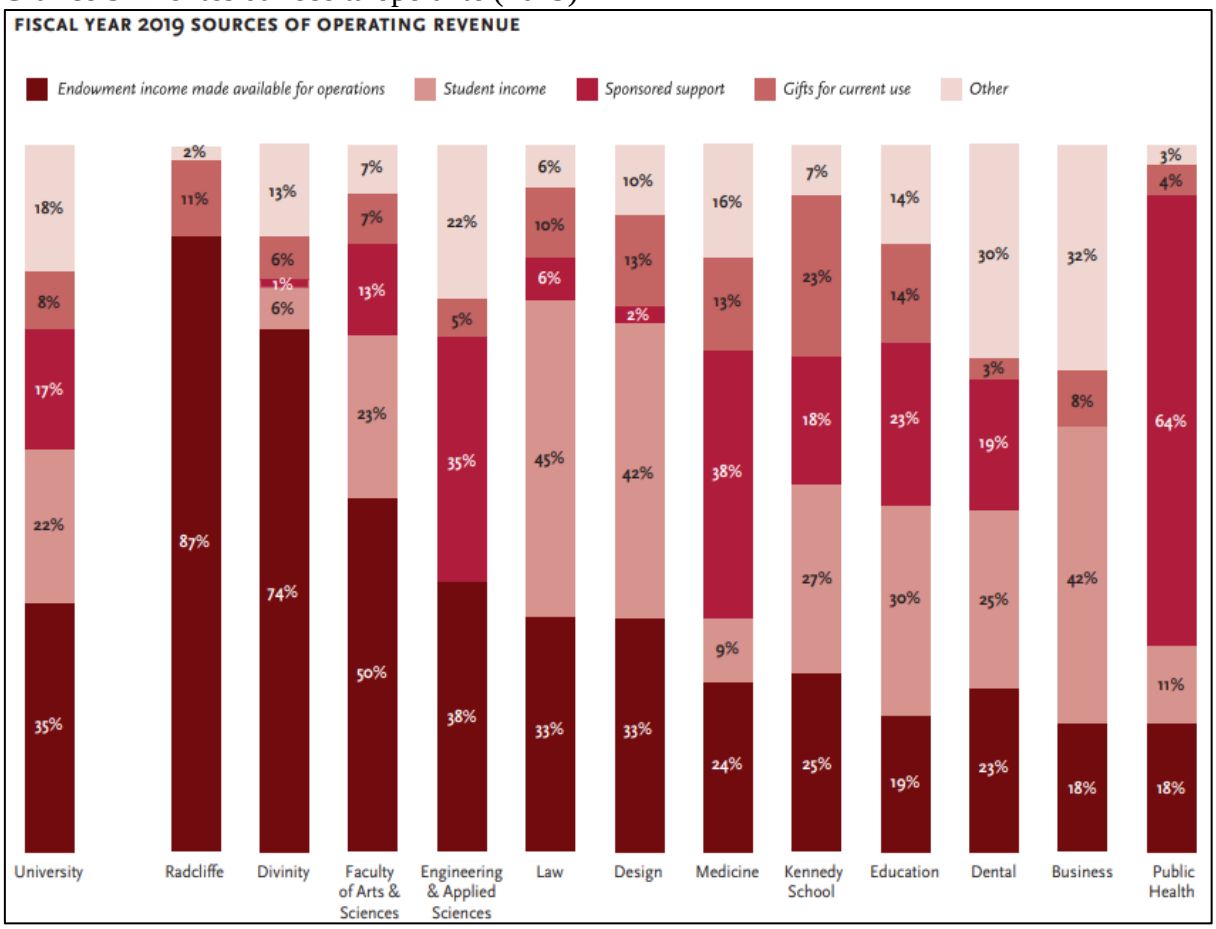
As posses de alocação de rendimentos, ou nível de risco, constituem-se de formas diferenciadas. O relatório fiscal demonstra como a HMC gerencia e obtém o retorno dos fundos públicos e privados. Segundo os dados, uma classe de posse de maior risco proporciona maior recompensa, com retorno significativamente mais alto.

De acordo com o Banco Central, "portfólio" é uma palavra de origem estrangeira que designa carteira ou, mais especificamente em termos de mercados financeiros e de capitais, um conjunto de ativos (títulos, contratos etc.) detidos por uma pessoa. A HMC destaca que o seu portfólio líquido configura a obrigação certa, com existência determinada (os capitais próprios públicos e fundos de barreira), e a maioria de sua porção líquida equivalendo a 59% dos recursos. O portfólio ilíquido depende de prévia apuração, pois o valor ou montante apresenta-se incerto (capital próprio privado, estado imobiliário e recursos naturais).

[219] Disponível em https://www.hmc.harvard.edu/about/ Acesso em 30 de junho de 2020.

A Universidade de Harvard possui doze escolas e cada uma conta como uma parte do *endowment*. As receitas das escolas são diversificadas e cada instituição extrai uma proporção diferente de seu orçamento por meio das “doações”. Aproximadamente 80% dos fundos que compõem o fundo patrimonial são direcionados e condicionados pelo doador a uma escola específica, como veremos no gráfico a seguir.

Gráfico 9 - Fontes da receita operante (2019)



Fonte: HCM (2019).

O relatório fiscal da HMC de 2019 evidencia que as fontes da receita operante constituem-se de diversas formas: renda das doações disponíveis para operações; renda vinda dos estudantes; patrocínio; presentes para uso; e outros. Esses recursos são direcionados de forma diferenciada para cada instituição: Universidade, Instituto Radcliffe, Escola de Divindade de Harvard, Faculdade de Artes e Ciências, Engenharia e suas Ciências, Direito, Design, Medicina, Kennedy School, Educação, Odontologia, Negócios e Saúde Pública.

Os dados apontam que as distribuições dos rendimentos do *endowment* para operações representaram 35% da receita da universidade, significando a maior parte das doações para o Instituto Radclife, que concentrou 87% de sua receita (onde o foco é direcionado à pesquisa

na pós-graduação) e 74% da receita da Escola de Divindade (estudo acadêmico de religião). De acordo, com o relatório do ano fiscal de 2019 da HMC, o *endowment* destinou à Universidade de Harvard o equivalente a 5,0 a 5,5% dos rendimentos dos fundos de investimentos.

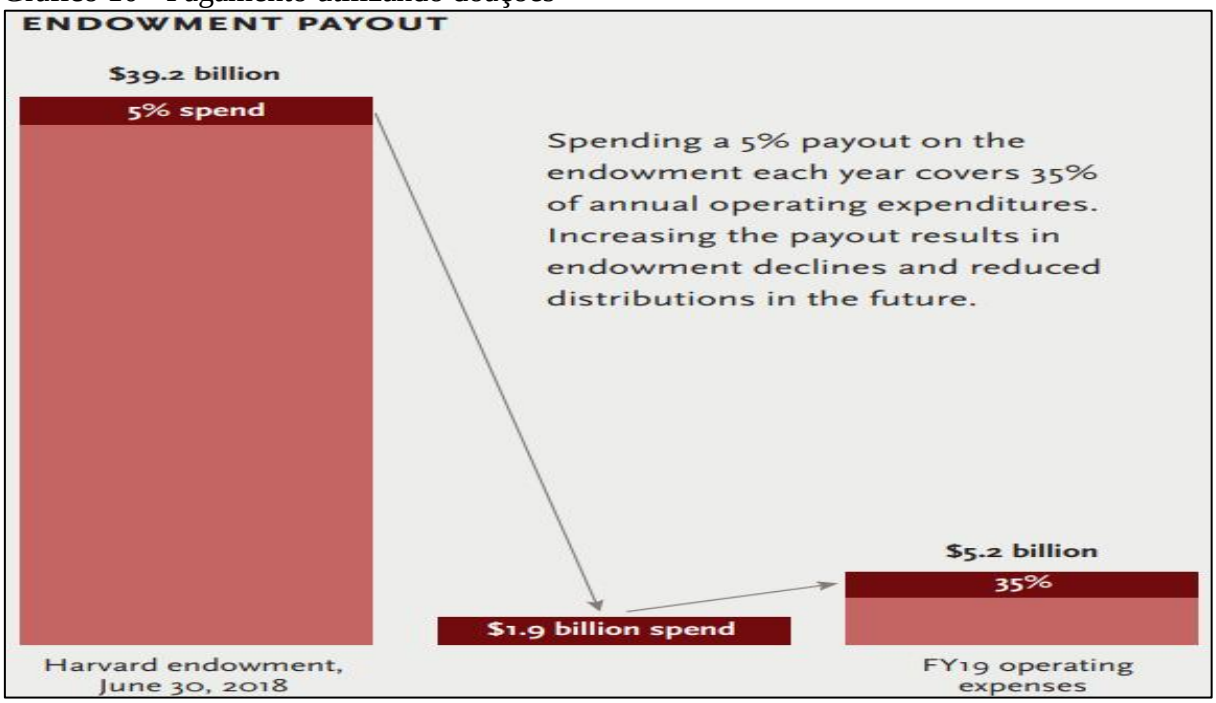
> Como regra geral, Harvard tem como meta uma taxa anual de pagamento de doações de 5,0 a 5,5% do valor de mercado. A taxa de pagamento real da universidade flutuou nos últimos 10 anos, de uma baixa de 4,2% no ano fiscal de 2006 para uma alta de 6,1% no ano fiscal de 2010. Essa variação existe porque o valor em dólares da distribuição para o próximo ano fiscal é determinado bem antes do início do exercício fiscal e antes de conhecer o valor de mercado ao final dele. Essa prática é seguida para permitir às escolas e unidades tempo adequado para o planejamento financeiro (HMC, 2020, s/p).

Para preservar o poder de compra e a lucratividade desse tipo de fundo, a Universidade de Harvard gasta apenas uma pequena fração de seu valor a cada ano. Os doadores têm o poder de decidir para onde são destinados os recursos do *endowment*. "Para Harvard, aproximadamente 80% dos fundos dotados estão sujeitos a essas restrições. As contribuições podem ser dadas em apoio a uma escola, programa ou atividade específica e só podem ser usadas para esses fins" (HMC, 2020).

O governo federal tem um papel central no investimento da pesquisa básica nos EUA. Em 2019, a Universidade de Harvard contou com o crescimento constante nos fundos de pesquisa, os recursos federais e não federais aumentaram em 3%, indo para $937 milhões. Os fundos federais representaram, aproximadamente, 67% do total da receita financiada no ano fiscal de 2019, com o aumento de 1%, indo para $631 milhões. Segundo o documento da HMC (2019), os fundos patrimoniais têm sido uma área de crescimento nos últimos anos. As relações da universidade com corporações, fundações e outros financiadores privados expandiram no ano fiscal de 2019, resultando em um aumento de 6% da receita de patrocínios não federais, os quais totalizaram $307 milhões.

De acordo com o Relatório Financeiro da Universidade de Harvard (2019), ao combinar os recursos privados (chamados de presentes) para uso atual e a distribuição das doações de Harvard, a dita "filantropia" equivale a 43% da receita do ano fiscal de 2019. Esses recursos são indiretamente gastos do Estado, ou seja, recursos públicos indiretos por meio dos benefícios fiscais dos "doadores"/acionistas. O Estado deixa de arrecadar impostos e tributos da grande burguesia, que conta com incentivos fiscais, uma das chaves desse luvrativo negócio. Assim, os "doadores" dos fundos patrimoniais interferem no gerenciamento dos recursos e ações da universidade, aprovam os projetos de pesquisa que atendam seus interesses privados, garantem a movimentação do capital financeiro e sua lucratividade. O gráfico a seguir demonstra a porcentagem dos recursos destinados à universidade.

Gráfico 10 - Pagamento utilizando doações

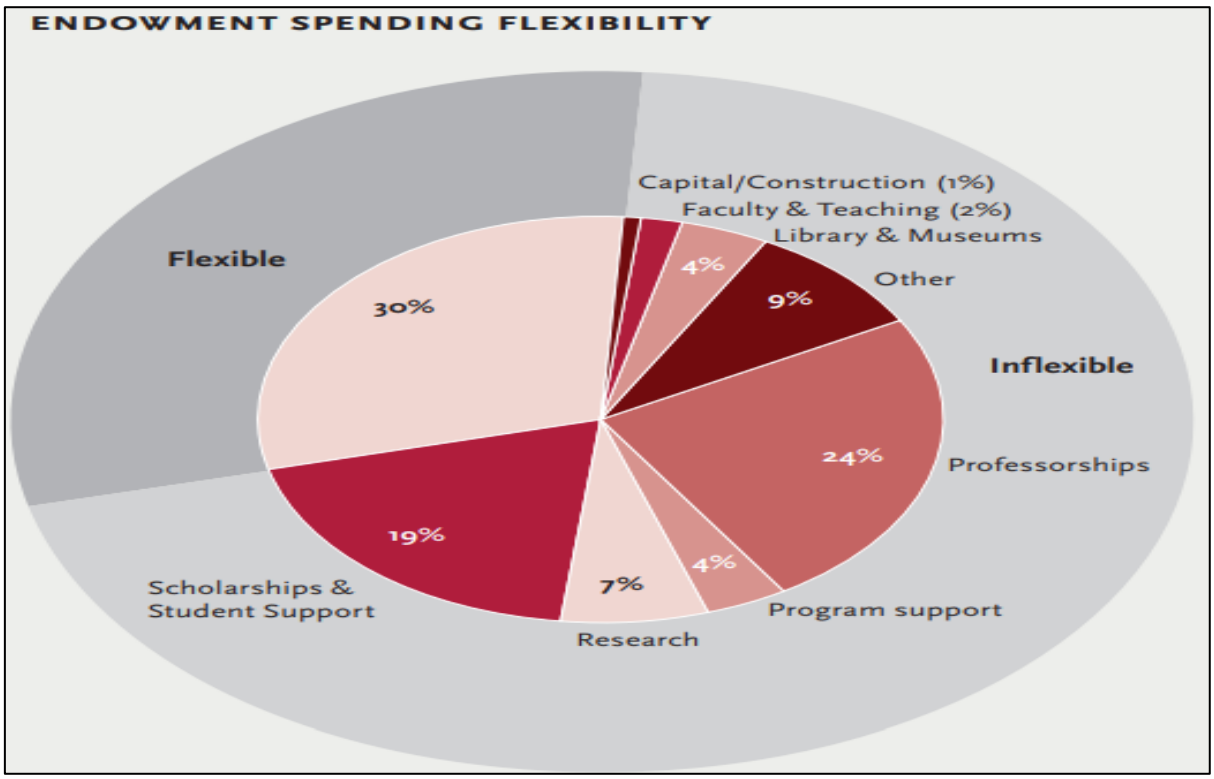


Fonte: HMC (2019, p. 11).

Conforme os dados de HMC (2019), até 30 de junho de 2018, o *endowment* da Universidade de Harvard arrecadou 39,2 bilhões de dólares em doações para seu patrimônio, porém apenas 5% dos rendimentos do fundo patrimonial foram gastos na instituição, ou seja, U$ 1,9 bilhões gastos, referentes a 35% das despesas operantes da universidade do mesmo ano fiscal que totalizaram U$5,2 bilhões em 2019. Os outros 95% dos recursos são para expandir a lucratividade dos fundos de investimento no mercado de capitais.

Segundo o relatório de HMC, desses 5% (U$ 1,9 bilhões) dos recursos provenientes do *endowment* e destinados para os gastos da universidade, 70% da distribuição anual é restrita a programas específicos, departamentos ou propósitos, e devem ser gastos de acordo com os termos determinados pelo “doador”/acionista do fundo patrimonial, sendo os fundos sem restrições do “doador” mais flexíveis.

Gráfico 11 - Flexibilidade dos gastos com doações



Fonte: HMC (2019, p. 11).

Conforme aponta o gráfico, os recursos inflexíveis, ou seja, condicionados e determinados pelos interesses do "doador", equivale a 70% dos gastos que foram destinados da seguinte forma:19% bolsas e apoio estudantil; 7% pesquisa; 4% suporte a programas; 24% cátedras; 9% outros; 4% biblioteca e museu; 2% faculdade e ensino; 1% capital/construção. E os 30% flexível não são discriminados.

Os intelectuais orgânicos do capital, por meio dos APHs, especialmente o BM e o IDIS, buscam justificar a criação de fundos patrimoniais para as universidades brasileiras, alegando que a experiência de *endowments* em outros países como os EUA. Destacam como referência, a Universidade de Harvard, que além de ser uma instituição privada, os recursos públicos (diretos e indiretos) representam a maior parte de seu orçamento.

De acordo com o Relatório Financeiro da Universidade de Harvard (2019), as fontes de receitas da universidade contam com recursos públicos de forma direta (financiamento federal) e indireta (por meio das isenções fiscais dos "doadores"/acionistas). O Estado financia, mas quem executa e gerencia os recursos públicos é a iniciativa privada**.**

No país de capitalismo dependente, o discurso é invertido, a defesa dos fundos patrimoniais no Brasil constitui-se uma forma de financiamento privado como alternativa aos bloqueios e cortes do orçamento público. Esse novo mecanismo compõe os eixos estruturantes

do padrão de educação superior brasileira – o "colonialismo educacional" e "privatismo exaltado". O sistema de educação superior dos EUA é apresentado pelos APHs como um exemplo a ser seguido nas universidades brasileiras, sendo mais uma forma de transplantação de modelos internacionais de universidade, conforme analisaremos a seguir.

3.3 **A agenda do capital para a difusão dos fundos patrimoniais no Brasil: o IDIS na direção do processo**

Os chamados fundos patrimoniais ou fundos filantrópicos (*endowments*) são recentes no Brasil. Nos anos 2000, foram fundados alguns fundos desse tipo, mesmo sem uma legislação que regulamentasse esse mecanismo. Como vimos no primeiro capítulo deste estudo, em 2010, no governo de Lula da Silva, a partir das recomendações do Banco Mundial, deu-se a plataforma dos APHs por um novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). A Secretaria de Governo da Presidência da República criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), que conduziu essa pauta por meio da articulação política com as OSCs para formular políticas e legislação próprias mais favoráveis à existência das entidades sem fins lucrativos.

O I Seminário Internacional do MROSC ocorreu em novembro de 2011. No governo Dilma Rousseff deu-se o primeiro encontro para definir a atuação do GTI e a discussão de vários temas da agenda do capital, entre os quais os fundos patrimoniais. Laís Lopes (2019), assessora especial do Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, afirma que, nesse ínterim, havia muita abertura para escuta e estímulo do governo para que as entidades sem fins lucrativos apresentassem suas propostas para o marco regulatório. Nesse contexto, o IDIS solicitou uma agenda específica sobre os Fundos Patrimoniais, conferida por Gilberto Carvalho (ministro da Secretaria Geral da Presidência da República do governo Dilma Rousseff), fortalecendo as ações das entidades mercantil-filantrópicas. Com essa articulação oficial

> [...] a Secretaria Geral passou a construir pontes com o Poder Legislativo em relação ao tema. Já existia um projeto de lei no Congresso Nacional (PL 4643/2012) para criação de Fundos Patrimoniais para universidades públicas e **o IDIS estava elaborando propostas dentro de um grupo de trabalho**. A apresentação de proposta de projeto de lei, elaborada pelo grupo, certamente foi um aspecto que permitiu o avanço das articulações com a Secretaria Geral da Presidência (LOPES, 2019, p. 197, grifos meus).

O IDIS assumiu o tema como prioritário em sua agenda e buscou criar uma rede de apoio para a criação de uma lei nacional de Fundos Patrimoniais. Nesse segmento, direcionou as seguintes ações: a) criou, em 2011, um grupo de estudos[220] e realizou alguns encontros que tinham como objetivo elaborar uma proposta de lei para Fundos Patrimoniais Filantrópicos; b) em 2012, lançou o primeiro livro sobre o tema no Brasil, "Fundos Patrimoniais: criação e gestão no Brasil", com o apoio da Fundação Vale e da Fundação Ford**;** c) elaborou artigos sobre Fundos Filantrópicos[221], lançou uma série de guias sobre o tema e traduziu um livro sobre filantropia e doações – 'Filantropização via Privatização' (PtP)**;** d) criou a estratégia de *advocacy* com as entidades da sociedade civil e do setor privado ligados à filantropia; e) reuniões com parlamentares, BID, BNDES, Ministério da Educação, Cultura e Economia, resultando em sete projetos[222] de Lei no Congresso Nacional para regulamentar os Fundos Patrimoniais no Brasil; f) criou e coordenou a Coalizão de Fundos Filantrópicos**,** em 2018, para consolidar e direcionar o processo de regulamentação dos *endowments***;** g) em 2019, com o apoio do Banco Santander, o IDIS organizou o livro "Fundos Patrimoniais Filantrópicos: sustentabilidade para causas e organizações". Do governo Lula da Silva ao governo Jair Bolsonaro, a agenda capital para a criação dos fundos patrimoniais no Brasil segue sendo fortalecida.

Em 2011, o IDIS liderou um movimento de *advocacy*, em parceria com outras organizações por meio de produção local de estudos e pesquisas, promoção de eventos, reunindo instituições e profissionais em torno do tema. Segundo Fabiani (2019), intelectual orgânico que defende e difunde a agenda dos fundos patrimoniais no Brasil desde 2012,

> [...] foram produzidos materiais de apoio e realizadas dezenas de reuniões com representantes do Congresso e funcionários do governo em várias áreas, incluindo Secretaria Geral da Presidência, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Ministério da Educação e Cidadania (e antigo Ministério da Cultura), Receita Federal e Tribunal de Contas da União (TCU), além de organismos multilaterais, como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (FABIANI, 2019, p. 180).

[220] O Grupo de Estudos de *Endowments* era composto pelo GIFE, a Endowments do Brasil e o JP Morgan. Contou com noventa membros, entre advogados, executivos das entidades empresariais, promotores públicos, acadêmicos, entre outros.

[221] Em 2016, o IDIS lançou uma série de guias sobre o tema, com patrocínio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Petrobras e da Caixa Econômica Federal, em parceria com a Levisky Negócios& Cultura e PLKC Advogados. Traduziu um livro sobre filantropia e doações – 'Filantropização via Privatização' (PtP) – do professor Lester M. Salamon, da Universidade John Hopkins, além da produção de diversos artigos sobre o tema.

[222] Em 2018, havia sete projetos de lei para regulamentar os Fundos Patrimoniais no Brasil: PL nº 4.643/2012 (em tramitação no Senado como PLC nº 158/2017); PLS nº 16/2015 (em tramitação na Câmara como PL nº 8.694/2017); PL nº 6.345/2016; PLS nº 160/2017; PL nº 7.619/2017; PL nº 7.641/2017; PL nº 8512/2017.

Nesse período, formou-se uma articulação de vários sujeitos políticos coletivos do capital[223] que iniciaram o processo de organização do movimento para desenvolver o tema dos fundos patrimoniais no país, demostrando a estreita intimidade entre os aparelhos privados de hegemonia e os aparelhos de Estado.

O IDIS e a FGV organizaram eventos, encontros, reuniões sobre a temática, que resultaram na elaboração do primeiro livro "Fundos Patrimoniais: criação e gestão no Brasil" (2012)[224]. Essa publicação e o encontro técnico "Criação e Gestão de Fundos patrimoniais no Brasil", em novembro de 2011, contaram com o apoio da FGV, Fundo Vale e patrocínio da Ford Foundation. O IDIS, inclusive, faz referência à contribuição de Airton Grazzioli, José Guimarães Moforte, Marcelo Estraviz e Maria Lúcia de Almeida Prado e Silva, e os representantes do Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável, Fundo Brasil de Direitos Humanos e Fundo Zona Leste Sustentável que apresentaram os conceitos e experiência para essa publicação.

Esse movimento criou, em 2012, o Grupo de Estudos Fundos Patrimoniais sob a coordenação da *Endowments* do Brasil (atual Vérios) e do IDIS, com o apoio do GIFE e do Banco JP Morgan para desenvolver o tema do Fundo Patrimonial do Brasil e criar estratégias para a proposta de projeto de lei que regulamenta a "criação de Fundos Patrimoniais Vinculados (chamados de "*endowments*" nos EUA e Europa), que são instrumentos criados para viabilizar a existência e prover recursos financeiros para uma instituição sem fins lucrativos com finalidade de benefício público[225]". Isso fortalece a inserção do empresariado nas políticas públicas, como formadores e condutores da aparelhagem estatal, conformando a classe

[223] O estudo do Levisky (2016b, p. 20) destaca que "em 2012 foi criado um grupo de estudos encabeçado pelo IDIS (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social) e pela Vérios Investimentos (atual denominação da Endowments do Brasil), com o apoio do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) e de JP Morgan, convidando representantes da sociedade civil, governo e acadêmicos para desenvolver o tema dos fundos patrimoniais no país. Os trabalhos do grupo – que conta com a contribuição de representantes de 33 organizações da sociedade civil, Ministério Público, universidades e advogados, totalizando 90 participantes – tiveram início com a análise do projeto de lei da deputada Bruna Furlan, que prevê a criação de fundos patrimoniais nas instituições federais de ensino superior".

[224] Autores: Marcos Kisil, Paula Fabiani, Rodrigo Alvarez. "Esta publicação é fruto do encontro técnico Criação e Gestão de Fundos Patrimoniais no Brasil, realizado em São Paulo, em 28 de novembro de 2011 na Fundação Getúlio Vargas. Com o objetivo de contextualizar, trocar experiências e fomentar a criação de fundos patrimoniais como alternativa efetiva para a sustentabilidade no longo prazo de organizações sem fins lucrativos, o evento contou com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, Fundo Vale e patrocínio da Ford Foundation" (2012, p. 3).

[225] Proposta de Projeto de Lei – Fundos Patrimoniais Vinculados: documento elaborado pelos intelectuais orgânicos do capital. Disponível em http://www.secretariadegoverno.gov.br/.arquivos/fundos-patronais Acesso em 19 de novembro de 2018. Essa proposta tem relação com a noção de público não estatal de Bresser Pereira do governo FHC, com o processo de reconfiguração do papel do Estado, as universidades públicas com verbas públicas e gestão privada.

trabalhadora aos novos tempos de expropriação de primeira e segunda ordem. O quadro abaixo destaca os sujeitos políticos coletivos que participaram do grupo de estudos.

Quadro 20 – Lista dos participantes do Grupo de Estudos Fundos Patrimoniais

Airton Grazzioli[226] (Ministério Público de SP / Curadoria de Fundações)	Bacharel pela Faculdade de Direito da USP. Especialista em Direitos Difusos e Coletivos pela Escola Superior do Ministério Público (MP-SP). Mestre em Direito pela PUC-SP. Membro do Ministério Público (MP-SP). É promotor de justiça de Fundações de São Paulo desde 2004. Foi vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social. Atualmente, é professor visitante da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Alceu Terra Nascimento (Fundação Gerações)	Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi diretor executivo da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, do Grupo RBS, afiliado da Rede Globo no Sul do país. Atualmente é diretor financeiro da Fundação Gerações.
Aldiza Soares (Fundação Grupo Esquel Brasil)	Coordenadora do Projeto Marco Regulatório da Fundação do Grupo Esquel Brasil e assessora da Pastoral da Criança.
Altamiro Boscoli (Demarest & Almeida Advogados)	É sócio do Demarest Advogados, concentra sua atuação nas áreas corporativa/M&A e finanças corporativas. Especialização pela Harvard Law School. Participou do Programa de Instrução para Advogados da mesma universidade. Graduação pela Faculdade de Direito da USP. Membro do conselho de instituições de caridade e sociedades civis brasileiras, da Ordem Interamericana de Advogados, do Instituto Brasileiro de Direito Tributário, e da Câmara de Comércio Brasil-Americana/SP. Ex-membro do conselho de administração de muitas empresas brasileiras e do conselho de administração da Lex Mundi.
Andre Degenszajn (GIFE)	Secretário geral do GIFE. É bacharel e mestre em relações internacionais pela PUC-SP. Foi professor de relações internacionais na Faculdade Santa Marcelina. Atua em organizações da sociedade civil, foi fundador e, atualmente, integra o Conselho Diretor da Conectas Direitos Humanos. É membro do Conselho Diretor da (WINGS) e do Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa.
Athayde Motta (Fundo Baobá)	Atualmente, faz parte da direção executiva Abong. É diretor executivo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Antes, atuou como assistente de programas na Fundação Ford, gerente de programas na Oxfam Grã-Bretanha e diretor-executivo do Fundo Baobá para Equidade Racial.
Beto Scretas (Instituto Cidadania Empresarial - ICE)	Formado em Economia pela FEA-USP. Atuou no mercado financeiro, com foco em mercado de capitais. Trabalhou na Schroder Investment Management Brasil – filial da firma inglesa de gestão de recursos Schroders PLC – tendo sido seu diretor-presidente. Atua no Instituto de Cidadania Empresarial (ICE), participando de projetos ligados à área de finanças sociais e negócios de impacto. Faz parte da Diretoria Executiva da Força Tarefa Brasileira de Finanças Sociais.

[226] Matéria do Estadão no dia 17 de dezembro de 2019 - Promotoria do crime organizado faz busca na casa de ex-promotor de Fundações em SP. O Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) suspeita que Grazzioli esteja envolvido em esquema de corrupção após encontrar dinheiro vivo em sua residência. Disponível em https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/promotoria-do-crime-organizado-faz-buscas-na-casa-de-ex-promotor-de-fundacoes-em-sp/ Acesso em 03 de janeiro de 2020.

Camila Morsch (Instituto Ethos)	Possui doutorado em Direito Público pela University of Canterbury. Tem experiência nas áreas de Administração e Direito, com ênfase em Responsabilidade Social Empresarial, Direitos Humanos, Diversidade e Governança Global.
Camilla Pardini (Demarest & Almeida Advogados)	Advogada, sócia do Demarest & Almeida Advogados.
Célia Cruz (ICE)	Diretora do Instituto de Cidadania Empresarial (ICE). Foi diretora da Ashoka Brasil, Paraguai e Canadá e Managing Director da Ashoka Global Fellowship. Trabalhou no IDIS no tema fundações comunitárias. Criou a empresa de consultoria em captação de recursos Philantropics e trabalhou como diretora de Desenvolvimento Institucional da EAESP/FGV. É graduada em economia pela FEA/USP e mestrado pela EAESP/FGV com intercâmbios na ESSEC, France e York University, Canadá. É co-autora do livro "Captação de Diferentes Recursos para Organizações Sem Fins Lucrativos", 2000.
Celina Yamanaka (IDIS)	Gerente Financeira do IDIS, de fevereiro de 2011 a outubro de 2019. Atuou na área administrativo-financeira na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em especial na área de prestação de contas. Foi coordenadora financeira administrativa no Instituto Akatu, passando pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa e pela Associação Casa Azul, nessa última como diretora-administrativa. É formada em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB), com curso de especialização pela FGV em Finanças.
Cindy Lessa (Fundo Social ELAS)	Consultora do programa Empreendedor para Empreendedor da Ashoka Global e presidente do conselho do Instituto Rio.
Claudia Nadas (Rubens Naves, Santos Jr., Hesketh Advogados)	Não encontrado.
Daniel Ávila Thiers Vieira (Endowments do Brasil / Vérios)	Possui graduação em Direito pela USP. Atualmente trabalha no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, Teoria do Estado e Filosofia do Direito. Diretor do Centro Acadêmico XI de Agosto 2005/2006, tendo trabalhado diretamente no projeto do Juizado Especial Cível. Colaborador semanal do periódico Jornal dos Lagos, com abrangência no Sul de Minas Gerais. Idealizador do Fundo de Investimento XI de Agosto, baseado nos *Endowments* das universidades dos EUA.
Danilo Tissel (Social Profit)	Advogado formado pela USP, especialista em Direito do Terceiro Setor e Desenvolvimento Institucional. Atua em consultoria jurídica estratégica para a criação e manutenção de Associações, Fundações, Institutos Empresariais e Negócios de Impacto Social; estruturação jurídica institucional; fundos patrimoniais; governança; contratos; conformidade jurídica; acesso a benefícios e incentivos fiscais; desenvolvimento da política de sustentabilidade e responsabilidade social para empresas; elaboração do plano de sustentabilidade organizacional e de captação de recursos; desenvolvimento, implementação e avaliação de projetos socioambientais.
Eduardo Pannuzio (FGV-EDESP)	Graduado em Direito pela USP, mestre em Direito Internacional dos direitos humanos pela Universidade de Essex, Reino Unido, e doutor em Direito do Estado pela USP. Advogado especialista na área de terceiro setor e direito público, sócio de Pannunzio, Trezza Advogados e pesquisador da FGV Direito SP.
Elisa Larroude (FGV-EAESP CEAPG)	Advogada graduada pela Faculdade de USP e mestre em Administração Pública e Governo pela FGV EAESP. É docente da FGV EAESP.

	Integra o Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios (GVcenn). Doutoranda do programa de Administração Pública e Governo da EAESP desde 2017. Tem experiência e interesse de pesquisa nas áreas de administração, comunicação e direito, com ênfase em accountability, negócios sociais, avaliação de impacto, responsabilidade social corporativa e organizações da sociedade civil.
Eloisa Barros Curi (Demarest & Almeida Advogados)	Pós-graduada em Direito Empresarial pela PUC-SP, graduada em Direito e Ciências Contábeis, ambas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, ex-professora de Direito Tributário no curso de especialização da Universidade São Judas. Membro do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF). Tem experiência com estruturação de transações e operações comerciais, consultoria e contencioso administrativo (envolvendo, entre outros, preços de transferência, amortização fiscal do goodwill e questões do artigo 7º dos Tratados para Evitar a Dupla Tributação assinados por Brasil), bem como sucessão e reorganização patrimonial.
Fabio Feldmann (Fabio Feldmann Consultores)	É administrador de empresas, formado pela FGV e advogado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Um dos fundadores da Fundação SOS Mata Atlântica. Já foi deputado federal por São Paulo (três mandatos consecutivos) e secretário do meio ambiente de São Paulo no governo Mario Covas.
Felipe Sotto-Maior (Endowments do Brasil / Vérios)	É advogado pela USP e possui pós-graduação em Finanças Corporativas e Investment Banking pela Fundação Instituto de Administração (FIA). Atualmente, é presidente da Vérios.
Fernando Rossetti (Greenpeace)	Consultor da Reos Partners. Foi jornalista da Folha de São Paulo, diretor-executivo da GIFE, do Greenpeace Brasil e da Cidade Escola Aprendiz e membro do Conselho da Worldwide Initiatives for Grantmaker Support (WINGS). Atualmente, é presidente do conselho da Taboa-Fortalecimento Comunitário.
Flávia Regina de Souza Oliveira (Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados)	Bacharel em Direito pela USP e mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV. Possui especialização em Direito Tributário pela PUC-SP, pós-graduação em Direito para organizações sem fins lucrativos da FGV, e em Responsabilidade Social da FGV. Trabalha na assessoria de entidades sem fins lucrativos, empresas e instituições culturais. É especialista em estruturação de negócios sociais, direitos humanos, reorganização societária, contratos, tributos, societário, processos administrativos e consultorias a empresas nacionais e estrangeiras, atuando nas mais diversas áreas como educação, saúde, cultura, ambiental e microcrédito.
Francisco Tancredi (profissional do setor)	Diretor regional para América Latina e Caribe da Fundação Kellogg de 1999 a 2008.
Gabriel Ligabue (Fundo Zona Leste Sustentável)	Consultor da Fundação Tide Setubal.
Glaucia Barros (Avina)	Psicóloga formada na PUC-MG. Trabalha no Estado (Executivo e Legislativo), na iniciativa privada e em organizações e redes da sociedade civil. Atua na Fundación Avina, coordena, no nível latino-americano, a área de Governança e Bens Públicos da Fundación Avina. Atualmente, na coordenação dos programas de Acesso à Água, Cidades Sustentáveis, Inovação Política, Mudanças Climáticas, Migrações, Reciclagem, Finanças Sustentáveis e Tecnologias para Mudanças Sociais no Brasil.

Guilherme Amorim Campos da Silva (Rubens Naves, Santos Jr., Hesketh Advogados)	É advogado, mestre e doutor em Direito do Estado (PUC/SP). Sócio do Rubens Naves, Santos Jr., Hesketh – Escritórios Associados de Advocacia. Professor da Universidade Nove de Julho (Uninove).
Hélio Nogueira da Cruz (FEA-USP)	Possui graduação, mestrado e doutorado em Economia pela USP. Atualmente é professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP).
Janaina Jatobá (Instituto C&A)	Administradora, pós-graduada em Prática Social Reflexiva pelo Philosophy of Social Innovation Institute da Alanus University, Alemanha. Atuou no fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil Brasileiras (OSCs) e no desenvolvimento do Investimento Social Privado no país. Nesse período, gerenciou programas de abrangência nacional na Oxfam Grã-Bretanha e no Instituto C&A (Laudes Foundation). Na base de sua atuação profissional, estão formações como Programa de Lideranças para Mudança Social na América Latina do Programa de Desenvolvimento da ONU (PNUD/PAPEP). Sua formação mais recente no Teatro da Presença Social (TPS) pelo Presencing Institute/MIT. Faz parte do Conselho Deliberativo de Oxfam Brasil e integrou o Conselho Estratégico do Instituto Fonte e o programa de Fellows da Ford Fund.
João Lobato (Instituto Jatobás)	Professor e biólogo com graduação e doutorado pela USP, pós-doutorado pela University of North Carolina e livre-docência pela Escola Paulista de Medicina. Foi pesquisador do Instituto de Botânica do Estado de São Paulo, assessor de planejamento da Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais (CPRN) da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, cocriador do Programa de Gestão Estratégica Socioambiental (Progesa) da Fundação Instituto de Administração (FIA) e de modelos para sustentabilidade e desenvolvimento sustentável do Instituto Jatobás.
João Paulo Vergueiro (IDIS)	Diretor da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR). É professor de Responsabilidade Social Corporativa da FECAP. Administrador e mestre em administração pela FGV-SP e bacharel em Direito pela USP. Coordenador do Grupo de Excelência de Administração do Terceiro Setor, do Conselho Regional de Administração de São Paulo.
José Eduardo Sabo Paes (Ministério Público do DF)	Procurador de justiça do MP-DF. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Complutense de Madri, Espanha. É professor do programa de mestrado da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Brasília e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor (NEPATS).
Juliana Gomes Ramalho (Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados)	Bacharel em Direito pela PUC-SP, mestre em Direito pela Columbia Law School, Nova Iorque (EUA). Possui especialização em Investimento Social Privado do IDIS, especialização em Direito Tributário PUC-SP. Curso de Extensão em Organizações Não Governamentais Estrangeiras da New York University (NYU), curso de extensão em Direito Ambiental da FVG. Atua com associações e fundações, com vasta experiência em consultoria societária, administrativa, contratual, tributária e previdenciária, atuando nas mais diversas áreas como educação, saúde, cultura e assistência social. Também assessora empresas no aprimoramento de suas políticas e ações relacionadas a dimensões socioambientais (ESG), bem como famílias que buscam consolidar seu investimento social privado. Ainda idealizou e coordenou o Curso de Direitos Humanos e Empresas da Escola de Direito da FGV-SP e é coordenadora do Grupo de Trabalho Direitos Humanos e Empresas do Pacto Global.

Lais Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes (Secretaria Geral da Presidência da República)	Advogada, doutoranda em Direito Público pela Universidade de Coimbra, em Portugal, mestre em Direito pela PUC-SP. Atuou de 2011 a 2016 como assessora especial do ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, liderando a agenda do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13.019/2014). Foi integrante do Conselho Consultivo de 2008 a 2011 e do Conselho Diretor de 2011 a 2014 da International Center for Not-for-Profit Law (ICNL), organização internacional sediada em Washington, nos Estados Unidos. A partir de 2015, voltou a fazer parte do Conselho Consultivo da organização. Atualmente, é sócia de Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados, escritório de advocacia voltado para organizações da sociedade civil. Professora e pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor (NEATS) da PUC/SP. Atua com organizações da sociedade civil em processos de formulação e pactuação de normas, políticas e projetos.
Lucia Dellagnelo (Instituto Comunitário Grande Florianópolis - Icom)	Mestre e doutora em Educação pela Universidade de Harvard. Atualmente, é diretora-presidente do Centro de Inovação para Educação Brasileira (CIEB). Atuou como consultora do Banco Mundial e de fundações nacionais e internacionais na área da educação e desenvolvimento humano. Foi secretária de estado da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina, onde coordenou a elaboração e implantação de políticas públicas nas áreas de desenvolvimento sustentável, desenvolvimento econômico, inovação, educação para sustentabilidade, empreendedorismo e meio ambiente. Fundadora do Instituto Comunitário Grande Florianopolis e cofundadora do Social Good Brasil.
Maria Lúcia Silva (Demarest & Almeida Advogados)	Sócia da área de fusões e aquisições do Demarest, Maria Lúcia de Almeida Prado e Silva. Éformada em direito pela PUC-SP, com especialização em Direito Internacional pela Southwestern Legal Foundation no Texas, EUA. Possui experiência na área de operações corporativas. Entre seus principais clientes, a quem assessora regularmente, estão grandes empresas nacionais e multinacionais de diversos setores, como automotivo, bancário, químico, entre outros.
Maria Nazaré Lins Barbosa (Justino de Oliveira Advogados)	Graduada em Direito pela USP, mestre e doutora em Administração Pública pela FGV-SP. Procuradora-chefe da Câmara Municipal de São Paulo. Atuação docente nas áreas de Terceiro Setor, Direito, Ética e Administração Pública em diversos cursos e instituições, entre as quais a FGV e a Escola do Parlamento. Membro da Comissão de Ética do Instituto de Ciências Biomédicas da USP.
Maximo Hernandez Gonzalez (Amigos da Poli)	Graduação e mestrado em Engenharia na Escola Politécnica da USP, MBA na Stanford Graduate School of Business, CA. Foi diretor do Banco Itaú Unibanco S.A., diretor setorial de produtos de financiamento da FEBRABAN, diretor da Associação Águas Claras do Rio Pinheiros/SP e, atualmente, Diretor Presidente da Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli.
Paula Fabiani (IDIS)	Diretora-presidente do IDIS. Foi diretora financeira da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e *controller* do Instituto Akatu. Trabalhou no braço de *private equity* do Grupo Votorantim e em uma das empresas investidas. Atuou no BankBoston nas áreas de *asset management* e M&A, e no Lloyds Bank em trade finance. É economista formada pela FEA-USP, com MBA pela Stern School of Business – New York University, especialização em *Endowment Asset Management* na London Business School, Yale e Cambridge, e Gestão de Organizações do Terceiro Setor na FGV. Autora dos livros "Fundos Patrimoniais, Criação e Gestão no Brasil" e "Primeira Infância – Panorama, Análise e

	Prática". Faz parte da Rede de Apoio Político pela Sustentabilidade (RAPS), é membro do Conselho do Instituto Vladimir Herzog e do Conselho Administrativo da Worldwide Initiatives for Grantmaking Support.
Paula Storto (Advogada especialista nesse setor)	Advogada graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, mestre em Direito pela USP (área de concentração Direitos Humanos). Professora dos cursos de pós-graduação em Gestão de Projetos Sociais do COGEAE-PUC/SP e do SENAC-SP. Sócia de Szazi Bechara Storto Advogados, escritório de advocacia especializado em assessoria jurídica para organizações do terceiro setor, projetos sociais, culturais e esportivos. Atua na prestação de serviços jurídicos para realização de projetos e programas de interesse público, com foco na promoção da sociedade civil e de suas organizações representativas como entidades aptas a impactar, discutir, fomentar, executar e monitorar a implementação dos direitos da cidadania, dos direitos humanos, do desenvolvimento econômico e social e da sustentabilidade, a partir da perspectiva de que o interesse público, em uma sociedade democrática, não é atribuição exclusiva do Estado.
Paulo Itacarambi (Instituto Ethos)	Engenheiro civil, com mestrado em administração pública e especialização em planejamento estratégico e coaching organizacional. Atual presidente executivo do Uniethos. É fundador e conselheiro da Instituto Polis.Atuou como professor na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Foi diretor de empresa da consultoria Oficina Consultores Ltda, presidente do Conselho de Administração e diretor-presidente da empresa pública Anhembi Turismo e Eventos da Cidade São Paulo.
Priscila Pasqualin Afonso de Souza (Instituto Reciclar)	Especialista em Direito para o Terceiro Setor. Presta consultoria legal a empresas e famílias que queiram investir em Negócios Sociais. É sócia de PLKC Advogados, responsável pela nova área de Filantropia, Terceiro Setor e Responsabilidade Socioambiental. É diretora executiva e uma das fundadoras do Instituto Spiralis e diretora jurídica e de relacionamento do Instituto de Reciclagem do Adolescente (RECICLAR). Presidente Conselho Fiscal do IDIS e autora de artigos sobre fundos patrimoniais.
Raquel Coimbra (IDIS)	Gerente de projetos do IDIS. Foi diretora executiva da Associação Casa Azul e gestora de projetos no Instituto Latino-Americano das Nações Unidas (ILANUD) e na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura de São Paulo. Atuou como advogada na área de direito civil e societário em escritório no Brasil e no exterior. É formada em Direito pela PUC-SP, é mestre em Direitos Sociais pela faculdade de Direito da PUC-SP e especialista em Direito do Terceiro Setor pela FGV.
Laura M Zellmeister (JP Morgan)	Bacharel em Administração de Empresas pela FEA-USP, com intercâmbio na EDHEC Business Schools em Lille, França. É *Program Manager* da JP Morgan Chase Foundation para a América Latina, desenvolvendo as atividades da fundação no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México e Peru.
Renata Biselli (JP Morgan)	Administradora pela PUC-SP com MBA em Gestão e Empreendedorismo Social pela FIA-USP. Trabalhou em organizações como J.P. Morgan, ISMART, Comunistas e Insper. Atualmente, é a executiva responsável pela atuação social e participa do desenvolvimento da frente de fundos patrimoniais do Santander. É conselheira da Arte Despertar, do Pró-Saber SP, do Instituto C e do Instituto Tellus.

Roberto Pasqualin (PLKC Advogados)	Titular do escritório Roberto Pasqualin, especializado em Arbitragem, Mediação, Advocacia, Consultoria Jurídica e *Advocacy*. Formado pela Faculdade de Direito da USP, especializou-se em Direito Tributário por essa faculdade e em Direito Internacional pela "*Academy of American and International Law*", em Dallas, Texas. É presidente do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem (CONIMA). É membro do Conselho Diretor do Comitê Brasileiro de Arbitragem. Participa da Câmara Americana de Comércio para o Brasil (AMCHAM), tendo sido presidente do Centro de Arbitragem. membro do Conselho de Administração, conselheiro legal e membro do Comitê Executivo, membro e presidente do Comitê de Legislação e do Comitê de Tributação, membro do Comitê de Nomeações, membro do Comitê de A*dvocacy*, coordenador do Grupo de Trabalho sobre Reforma Tributária, coordenador do Grupo de Trabalho sobre Pirataria e Evasão Fiscal. Participa em outras associações, onde é membro do Conselho de Administração da Sociedade de Estudos Jurídicos Brasil-Alemanha. Foi presidente da *InterAmerican Alumni Association* da AAIL. É membro do Núcleo Paulista de Estudos Tributários (NUPET), da *International Fiscal Association* (IFA), da Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF), do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP) e da Associação dos Advogados de São Paulo.
Rui Mesquita (Kellogg Fountdaion)	Doutorado em Administração Pública pela FGV-SP, mestre em Estudos do Desenvolvimento, com concentração em Políticas de Desenvolvimento Alternativo pelo *Institute of Social Studies* (ISS), de Haia, na Holanda. Bacharel em Administração pela Universidade de Pernambuco (UPE). Atua profissionalmente junto à W.K. Kellogg Fountdaion (EUA), atualmente na posição de diretor regional para a América Latina e Caribe.
Silvio Rocha Sant' Ana (Fundação Grupo Esquel Brasil)	Presidente da Fundação Esquel.
Valeria Maria Trezza (Rubens Naves, Santos Jr., Hesketh Advogados)	Possui graduação em Direito na Faculdade de Direito da USP e mestrado em Administração Pública e Governo pela FGV-SP. Atua na assessoria jurídica a organizações do Terceiro Setor e empresas, incluindo constituição de organizações sem fins lucrativos, certificações, gestão de cooperação e contratos de entidades do Terceiro Setor com Poder Público, orientação sobre incentivos fiscais.
Viviane Silva de Medeiros (Alfa Sol)	Assessoria jurídica da AlfaSol, criada em 1996 por Ruth Cardoso, que faz parte da Rede Sol.
Wagner T. Cassimiro (Coordenador campanha Modernização Expansão Biblioteca FEAUSP)	Possui graduação em Administração e mestrado, ambos na FEA-USP. Especialista em Educação Corporativa, Aprendizagem e Desenvolvimento de competências. Possui experiência em gestão universitária, sobretudo em *alumni relations* e *fund raising*. Professor de pós-graduação da FIA. Foi membro do grupo de pesquisa em gestão da educação corporativa e pesquisador das três edições da pesquisa trienal "Práticas e Resultados da Educação Corporativa no Brasil" (2009, 2012 e 2015). É fundador e diretor geral da Plâncton, empresa de produção e gestão de canais educacionais e recursos para EaD (ví deoaulas). Idealizador e principal articulista do canal Espresso3.com.br.

Fonte: Elaboraçãoda autora, com base em IDIS (2014).

O "Fundo Patrimonial Vinculado" foi o nome criado pelo Grupo de Estudos de Fundos Patrimoniais, instituído pelo IDIS e Vérios, que elaborou a minuta de projeto de lei da deputada Bruna Furlan[227] (PSDB-SP) que prevê a criação de fundos patrimoniais nas instituições federais de ensino superior. A convocação do grupo tinha como objetivos determinar os principais pontos de uma legislação favorável, proporcionar melhorias ao projeto de lei ou elaborar um novo documento, deliberar a estratégia de *advocacy* pela aprovação do projeto final. Essas entidades que integram as ações do Estado estão na direção do arcabouço jurídico para a regulamentação dos fundos patrimoniais. Segundo Fontes (2020), esses APHs

> [...] acedem mais facilmente a posições no Estado, inclusive modificando dispositivos legislativos, e dão caráter 'estatal-legal' a certas elaborações que, voltadas para áreas particulares, corporativas (no sentido de responderem a alguns setores específicos), tornam-se imposições da generalização de tais interesses, como se fossem interesses de todos (FONTES, 2020, p. 20).

A autora destaca que a sociedade civil empresarial busca atuar, dentro e fora do Estado, sendo necessário pensar esse ativismo de setores dominantes na política educacional[228] associado aos fundos patrimoniais. No mesmo sentido, Neves (2005) analisa como a nova pedagogia de hegemonia aponta as novidades e continuidades das estratégias do capital para (des)educar para a conformidade as/os trabalhadores, tendo como ponto em comum a teoria do capital humano nas ações educativas de fortalecimento do projeto de sociabilidade burguesa.

Tendo como principal objetivo ampliar e difundir os *endowments* no país, a mobilização das entidades em defesa dos fundos patrimoniais no Brasil se intensifica nos últimos anos, especificamente, com a criação do I Fórum Internacional de *Endowments*[229], em novembro de 2016, no governo Michel Temer. Esse encontro foi patrocinado e sediado pelo BNDES no Rio

---

[227] Bruna Furlan é deputada federal por São Paulo desde 2011, e filha de Rubens Furlan, atual prefeito de Barueri-SP (já foi vereador de Barueri, Deputado Estadual e Federal por São Paulo). É formada em Direito pela Universidade Paulista e possui pós-graduação em Gerenciamento de Cidades pela Fundação Armando Álvares Penteado, e em Liderança Executiva pela Universidade de Harvard, nos EUA. A deputada votou a favor do processo de impeachment de Dilma Rousseff; a favor da Emenda Constitucional nº 95/2016; a favor da Reforma trabalhista; e pelo arquivamento do pedido de impeachment de Michel Temer. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/veja-como-deputados-votaram-no-impeachment-de-dilma-na-pec-241-na-reforma-trabalhista-e-na-denuncia-contra-temer.ghtml>. Acesso em: 10 de fev. 2021

[228] Leher (2018) apresenta a atuação das grandes empresas que estão entre as 200 maiores grupos econômico atuantes no Brasil do jornal Valor, que intervêm diretamente na educação básica, profissional e superior – programam suas ações por meio de suas entidades empresariais, os aparelhos privados de hegemonia empresarial (APHE).

[229] Ricardo Levisky é fundador e presidente da Levisky Negócios & Cultura, idealizadora do Fórum Internacional *Endowment* no Brasil em 2016. "O evento reuniu representantes do mercado financeiro, instituições reguladoras, empresas patrocinadoras, doadores e filantropos, com o objetivo de discutir e entender as oportunidades e os desafios para sua implementação no contexto brasileiro" (LEVISKY, 2016a, p. 5). Levisky contou com a parceria de Edelman Significa, IDIS e da consultoria jurídica da PLKC Advogados.

de Janeiro, contando ainda com a Petrobras, Caixa Econômica Federal e governo federal como patrocinadores.

O evento foi construído por personalidades ligadas ao mercado de capitais, instituições mercantil-filantrópicas, patrocinadores, agentes públicos, dentre outros interessados no tema. Nesse espaço, foram lançados os Guias *Endowments* (LEVISKY, 2016) que abordam os seguintes aspectos: a) diretrizes para o aprimoramento da legislação; b) melhores práticas de gestão e governança; c) passo a passo para a criação de *endowments*.

Esse estudo é resultado de uma pesquisa realizada junto a setores do mercado financeiro, das instituições culturais e das instituições mercantil-filantrópicas, do empresariado e de diferentes esferas de governo.

Em 2017, foi criado o fundo patrimonial na área de museus, o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP). O fundo já tem comprometido o aporte, até 2020, de R$ 16 milhões. Os rendimentos começarão a ser usados somente quando o montante atingir R$ 40 milhões, aproximadamente o orçamento anual do museu. A matéria[230] da Revista Museu apresenta o Museu Judaico de São Paulo como outro exemplo de fundo patrimonial da área cultural criado no Brasil. A inauguração do museu estava prevista para 2019[231].

> Em janeiro de 2017, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou apoio de R$ 7,8 milhões, via Lei Federal de Incentivo à Cultura, para restauração da antiga sinagoga Templo Beth-El e construção de prédio anexo onde foi instalado o museu. Desse total, R$ 47,6 mil foram utilizados para os serviços de consultoria para a estruturação do fundo patrimonial (REVISTA MUSEU, 2019, s/p).

Os **"**Guias de *Endowments* Culturais" (2016), elaborados por Levisky Negócios & Cultura, destacam a importância do fundo patrimonial para a educação superior, sendo a essência do fenômeno transformar esse nível de ensino em um campo de exploração lucrativa, gerenciamento privado dos recursos públicos e apassivamento das lutas populares. O IDIS apresenta alguns exemplos da legislação sobre o fundo patrimonial (*endowment funds*) em outros países e defende que o Brasil precisa acompanhar a tendência mundial. Trata-se de uma tendência política de reconfiguração do caráter público das políticas sociais como uma nova face privatizante, particularmente, da educação superior.

---

[230] Revista Museu – matéria do dia 17 de maio de 2019. Disponível em https://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/internacionais/6497-17-05-2019-secretaria-apoiara-forum-em-portugal-sobre-fundos-patrimoniais.html Acesso em 14 de novembro de 2019.

[231] Segundo as informações disponíveis no site da instituição, até o momento – outubro de 2020, o novo museu continua em construção e não foi inaugurado. Disponível em http://novo.museujudaicosp.org.br/ Acesso em 19 de outubro de 2020.

O II Fórum Internacional de *Endowments* ocorreu em 2018 com o objetivo central de debater, junto aos parlamentares, ajustes nos projetos de lei, em curso naquele ano, sobre a regulação favorável aos *endowments* no Brasil. Seguem alguns fragmentos dos registros e destaques do evento[232].

Quadro 21 – Registros do Fórum Internacional de *Endowments* (2018)

Nome	Instituição	Discurso
Fernando Mendes	Chefe da área de investimento, empreendedorismo e garantias do BNDES.	Destaca que há um trilhão e meio de dólares em ativos ligados a endowments no mundo.
Miguel Gomes Ferreira	CEO (*Chief Executive Officer*, que significa diretor executivo em Português) da Santander *Asset Management.*	Informa que os maiores *endowments* dos EUA tiveram retorno nos últimos vinte anos de 11%.
Paula Fabiani	Diretora-presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS).	Afirma que os fundos patrimoniais no Brasil já são uma prática.
Selma Moreira	Fundo Baobá	Destaca a importância de se construir ferramentas de segurança, pois práticas jurídicas, administrativas e de gestão precisam ser muitos seguras.
Dario Ferreira Guarita Neto	Presidente do Conselho da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.	Busca entender o que existia de *endowments*, reforçando que se poderia copiar os modelos de alocação, de gestão, governança e tipos de ativos para investir.
Marcos Ferrari	Diretor de governança e Infraestrutura do BNDES.	Diz que o banco está empenhado na pauta dos *endowments*. Destaca que combinar recurso público com recurso privado irá permitir novas formas de financiamento para áreas sociais.
José Paulo Soares Martins	Secretário de fomento e incentivo à cultura do Ministério da Cultura	Ressalta que há possibilidade de utilizar recursos incentivados pela Lei Rouanet[233], dentro dos fundos patrimoniais.
Felipe Sartori Sigollo	Secretário executivo do MEC	Dispõe-se a trabalhar em conjunto com os demais ministérios para garantir o incentivo fiscal, isenção fiscal que estimule o doador.
Cassio Viana de Jesus	Superintendente Nacional da Caixa Econômica Federal	Caracteriza os *endowments* como uma economia criativa – modelo para o mercado em que ele faz o

[232] Disponível em https://www.leviskylegado.com/endowments/ Acesso em 26 de fevereiro de 2019.

[233] A Lei Rouanet dispõe de incentivos ficais. Tem como "Principal mecanismo de fomento à Cultura do Brasil, a Lei Rouanet, como é conhecida a Lei 8.313/91, instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). O nome Rouanet remete a seu criador, o então secretário nacional de Cultura, o diplomata Sérgio Paulo Rouanet. Para cumprir esse objetivo, a lei estabelece as normativas de como o Governo Federal deve disponibilizar recursos para a realização de projetos artístico-culturais". Disponível em http://rouanet.cultura.gov.br/ Acesso em 26 de fevereiro de 2019.

		bem e, ao mesmo tempo, recebe algo em troca.
Luciana Gorgulho	Chefe de departamento de educação e cultura do BNDES	Considera um avanço a aprovação da MP, um instrumento para as futuras gerações no Brasil.

Fonte: Elaboração da autora.

O discurso desses sujeitos políticos do capital reforça o processo de subordinação das políticas sociais aos interesses do grande capital. Nesse sentido, o IDIS direciona um trabalho de *advocacy* pela regulamentação dos *endowments* para difundir esse mecanismo, ampliar o número de organizações e a cultura de doação, em parceria com o BNDES, MINC e MEC, assim como a PLKC Advogados, GIFE, APF, Cebraf, Levisky Negócios e Cultura, e apoiadores da Coalizão pelos Fundos Filantrópicos, lançada em junho de 2018 no II Fórum Internacional de *Endowments* para Legados Culturais em Brasília. Levisky (2019) afirma que

> Desde então, acompanhamos o quanto os *endowments* entraram na pauta de diversas organizações brasileiras. Na segunda edição do Fórum, iniciada em 2018, já foi possível perceber uma recepção muito positiva do mercado, com instituições como o Museu de Arte de São Paulo (MASP), e a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESP) tendo anunciado a criação de seus Fundos Patrimoniais. Além disso, o Museu Judaico de São Paulo, com abertura prevista para 2019, estruturou seu *endowment* antes mesmo de abrir as portas para o público e será o primeiro do país a já nascer com esse mecanismo (LEVISKY, 2019, p. 129, grifos meus).

Segundo o autor, a intenção era defender a formulação de uma legislação específica para Fundos Patrimoniais e, assim, o tema dos *endowments* entraria de vez na pauta do governo. Logo em seguida, a Medida Provisória nº 851/2018 foi assinada pelo presidente Michel Temer, abrindo as portas para a criação de um marco regulatório para os Fundos Patrimoniais no Brasil após o incêndio do Museu Nacional (ocorrido em 02 de setembro de 2018), um dos maiores patrimônios científicos e culturais das Américas. Da mesma forma como veio a ocorrer na França com o incêndio da Catedral de Notre Dame[234] em Paris no dia 15 de abril de 2019, onde as ações mercantil-filantrópicas foram intensificadas e passaram a ser institucionalizadas pelo presidente Emmanuel Macron.

A Câmara dos Deputados em Brasília foi o local escolhido, estrategicamente, pelos APHs para o primeiro evento do II Fórum Internacional de *Endowments*em 2018, quando o IDIS lançou a Coalizão pelos Fundos Filantrópicos, formada por sujeitos políticos coletivos do

[234] Até hoje as causas do incêndio ainda não estão determinadas. A matéria da Revista Exame destaca que o presidente francês, após o incêndio, disse "que iniciaria uma campanha nacional de arrecadação de fundos para ajudar a reconstruir a catedral". Matéria do dia 17 de abril de 2019. Disponível em https://exame.abril.com.br/mundo/o-que-se-sabe-sobre-o-incendio-na-catedral-de-notre-dame/ Acesso em 27 de fevereiro de 2020.

capital que defendem a criação de uma legislação específica para os Fundos Patrimoniais no Brasil.

> [...] o IDIS vinha trabalhando por uma legislação para a regulamentação dos Fundos Patrimoniais desde 2011. Esse esforço levou à criação de sete projetos de lei sobre o tema, mas quando percebemos que nenhum deles abarcava os três princípios fundamentais para uma boa legislação, ficou claro que seria necessário unir forças em uma única mensagem para que os pleitos importantes fossem atendidos (FABIANI, 2019, p. 184).

O II Fórum em 2018 realizou-se na sede do BNDES no Rio de Janeiro, onde foram apresentadas as experiências de três instituições com *endowments* no Brasil: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundo Baobá e Fundação SOS Mata Atlântica. O evento contou com a presença de representantes do mercado financeiro que investem em Fundos Patrimoniais, como o Santander Asset Management, reforçando e fortalecendo o "ecossistema do mercado de capitais" por meio desse tipo de fundo.

A "Coalizão pelos Fundos Filantrópicos" é um grupo que contempla vários setores, composto por mais de setenta membros, entre organizações, empresas e pessoas que apoiam a regulamentação dos Fundos Patrimoniais no país. O IDIS atua na coordenação da coalizão e a PLKC Advogados, no suporte jurídico. No apoio institucional estão a Associação Paulista de Fundações (APF), a Associação Samaritano, a Confederação Brasileira de Fundações (Cebraf), o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), Humanitas 360, Levisky Negócios e Cultura, Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. Quiroga Advogados. O quadro abaixo apresenta os participantes dessa coalização.

Quadro 22 – Participantes da Coalizão Fundos Patrimoniais Filantrópicos

Participantes da Coalizão Fundos Patrimoniais Filantrópicos		
Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR)	Casa do Coração (ACTC)	Acorde Desenvolvimento Humano
Amigos d'O Museu	Associação pela Saúde Emocional de Crianças (ASEC)	Associação dos Antigos Alunos da PUC-RIO (AaA PUC-RIO)
Arredondar	Associação Paulista de Fundações (APF)	Associação Samaritano
Baluarte Cultura	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	Centro Educacional Assistencial Profissionalizante (CEAP)
Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS)	Cesnik Quintino & Salinas Advogados	Confederação Brasileira de Fundações (Cebraf)
Demarest Advogados	Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo (Fehosp)	Fundação Arymax

Fundação Darcy Vargas	Fundação Educar DPaschoal	Fundação Gerações
Fundação José Luiz Egydio Setúbal	Fundação OSESP – Organização Social de Cultura	Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira
Fundação Stickel	Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)	Grupo Tellus
Humanitas 360	Inovação em Cidadania Empresarial (ICE)	Instituto Acaia
Instituto Akatu	Instituto Apontar	Instituto Arara Azul
Instituto Arlindo Ruggeri	Instituto Ayrton Senna	Instituto Clima e Sociedade (iCS)
Instituto Cyrela	Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper)	Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil)
Instituto Doar	Instituto Ethos	Instituto Homem Pantaneiro
Instituto Jatobás	Instituto Norte Amazônia de Apoio ao Terceiro Setor (INATS)	Instituto Phi
Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS)	Instituto Reciclar	Instituto Ronald McDonald
Instituto Sabin	Instituto Sol	Instituto SOS Pantanal
Instituto SoudaPaz	ISE Business School	KLA Advogados
Laboratório de Inovação Financeira (LAB)	Levisky Negócios e Cultura	Liga Solidária
Lins de Vasconcelos Advogados Associados	Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. Quiroga Advogados	Onçafari
Parceiros Voluntários	PLKC Advogados	Rede de Filantropia para a Justiça Social
Rubens Naves Santos Jr Advogados	Santa Marcelina Organização Social de Cultura	Sistema B
SITAWI Finanças do Bem	Szazi Bechara Storto Rosa Figueiredo Lopes Advogados	Todos pela Educação
Tozzini Freire Advogados	Visão Mundial	Wright Capital Wealth Management

Fonte: Dados do IDIS (2020)[235].

Esses APHs elaboram documentos[236] estratégicos em defesa do tema, utilizados pela Coalizão dos Fundos Filantrópicos, entre estes, a carta que foi apresentada à Secretaria Geral da Presidência. Em 05 de setembro de 2018, esses sujeitos políticos coletivos publicaram uma Nota Pública[237] de apoio à edição da Medida Provisória (MP) de regulamentação dos Fundos Patrimoniais Filantrópicos no Brasil, recomendando ao governo federal a não restrição de instituições que poderiam ser titulares de Fundos Filantrópicos, bem como a causa à qual eles se destinam**.** Sugere que a MP seja clara, objetiva e que contemple unicamente o tema dos

[235] Disponível em https://www.idis.org.br/coalizao/ Acesso em 31 de janeiro de 2020.
[236] Os documentos estão disponíveis no Anexo A deste estudo.
[237] Nota pública de apoio à regulamentação dos fundos patrimoniais filantrópicos lançada no dia 05 de setembro de 2018**.** Disponível em https://www.idis.org.br/coalizao-lanca-nota-publica-de-apoio-a-regulamentacao-dos-fundos-patrimoniais-filantropicos/ Acesso em 31 de janeiro de 2020.

Fundos Patrimoniais Filantrópicos. Logo em seguida, no dia 10 de setembro de 2018, o incêndio que destruiu mais de 90% dos acervos do Museu Nacional, foi um acelerador para a ação do governo. O presidente Michel Temer assina a Medida Provisória (MP) nº 851/2018 que dispõe sobre a criação de Fundos Patrimoniais.

A relatora da referida MP foi a deputada federal Bruna Furlan (PSDB-SP), autora do PL nº 4.643/2012, que autoriza a criação de Fundo Patrimonial (*endowment fund*) nas instituições federais de ensino superior. Na audiência pública da comissão mista da MP dos Fundos Patrimoniais, em novembro de 2018, o IDIS e PLKC Advogados entregaram uma carta[238] (petição de alterações na regulamentação dos fundos patrimoniais filantrópicos) com orientações da "coalizão" aos parlamentares integrantes. O grupo multissetorial sugere as seguintes mudanças no texto: a) regras simples de gestão e governança; b) amplitude de causas; c) amplitude de incentivos fiscais. No mesmo mês, a comissão mista aprova parecer favorável à criação da Lei dos Fundos Patrimoniais Filantrópicos. Em seguida, a MP nº 851/2018 foi aprovada no plenário da Câmara dos Deputados na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 31/2018 (PLV 31/2018), que foi aprovado no plenário do Senado. O texto final seguiu para sanção presidencial, transforma-se na Lei n. 13.800/19, conhecida como Lei dos Fundos Patrimoniais, promulgada por Jair Bolsonaro no dia 04 de janeiro de 2019.

O grupo encaminhou ao Ministério da Economia e à Receita Federal uma carta aberta[239], solicitando o reconhecimento da imunidade a impostos federais e da isenção a contribuições sociais das Organizações Gestoras de Fundos Patrimoniais (OGFPs), instituição privada sem fins lucrativos, instituída na forma de associação ou de fundação privada, que foi vetado.

> Com a finalidade de atingirmos maior adesão à lei, solicitamos esclarecimento sobre o reconhecimento da imunidade a impostos federais e da isenção a contribuições sociais das OGFPs destinadas às causas da Educação, Saúde e Assistência Social (art. 12, Lei 9.532 e art. 13, III MP 2.158-35) e reconhecimento da isenção a impostos federais e da isenção a contribuições sociais das OGFPs destinadas às demais causas de interesse público (art. 15, Lei 9.532 e, art. 13, IV, MP 2.158-35). Os tributos abrangidos são: IRPJ, IOF, ITR, PIS, COFINS e CSLL. Para as instituições de educação e assistência social, a imunidade do IRPJ alcança o IRRF. Além disso, é importante esclarecer que a **OGFP pode investir financeiramente**, de acordo com a Lei 13.800, sem impedimento ao exercício de seu direito à imunidade ou isenção (IDIS, 2019, s/p, grifos meus).

Segundo o IDIS (2019), a referida lei regulamenta que as OGFPs poderão investir financeiramente sem empecilho a seus benefícios fiscais, garantindo a formalização do

[238] Carta aos parlamentares – petição de alterações na regulamentação dos fundos patrimoniais filantrópicos. Disponível em https://www.idis.org.br/coalizao/carta/CartaParlamentares_out2018.pdf Acesso em 31 de janeiro de 2020.

[239] Carta aberta ao Ministério da Economia e Receita Federal. Disponível em https://www.idis.org.br/coalizao-pelos-fundos-filantropicos-pede-esclarecimento-sobre-tributacao-federal-de-organizacoes-gestoras-fundos-patrimoniais/ Acesso em 31 de janeiro de 2020.

processo de lucratividade por meio dos rendimentos do patrimônio das chamadas entidades sem fins lucrativos. Esse novo marco legal foi uma vitória dos sujeitos políticos coletivos do capital que defendem a criação de uma legislação específica para os Fundos Patrimoniais no Brasil.

Os Fóruns Internacionais de *Endowments* posteriores tiveram como objetivo atrair investimento nacional e internacional para os *endowments* brasileiros. Trata-se da mundialização de um projeto para as políticas sociais, especialmente, de mundialização da educação, como já indicava Melo (2004) no início dos anos 2000[240], que analisa o processo de mundialização da educação como parte do processo de mundialização do capital, apresentando formas específicas nas políticas educacionais dos países da América Latina e Caribe.

Segundo a Revista Museu (2019)[241], a edição portuguesa do Fórum Internacional de *Endowments* Legados Culturais aconteceu em Lisboa no dia 20 de setembro de 2019. A Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania, representada pelo secretário Henrique Pires, recebeu convite de Ricardo Levisky e apoiou o evento. O Fórum apresentou a nova legislação brasileira para os investidores portugueses, assim como as formas e vantagens de investimento em instituições culturais brasileiras para o capital internacional. Após o encontro em Lisboa, o Fórum também ocorreu em São Paulo, Nova York (EUA) e Xangai (China).

A Lei nº 13.800/19 dispõe sobre a constituição de fundos patrimoniais que poderão apoiar instituições ligadas à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa, à inovação, à cultura, à saúde, ao meio ambiente, à assistência social, ao desporto, à segurança pública, aos direitos humanos e a demais ramos de interesse público, ou seja, fortalece a noção de público não estatal, o empresariamento da gestão de políticas públicas. Após a aprovação da lei, a pauta central da agenda de *advocacy* da Coalizão pelos Fundos Filantrópicos, liderada pelo IDIS, tem sido a discussão da importância de incentivos fiscais à doação para os fundos de todas as causas para abocanhar o fundo público.

Segundo o IDIS (2020), o grupo multissetorial que compõe a coalizão, atualmente, apresenta quatro eixos em sua pauta política central para melhorar o marco regulatório e fortalecer os Fundos Patrimoniais no Brasil, tais como: a) reconhecimento da imunidade a

[240] A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina - Brasil e Venezuela (MELO, 2004), tese de doutoramento defendida em 2003, na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas e publicada no ano seguinte. O elemento central esse estudo é que a mundialização da educação se constitui sob influência da hegemonia estadunidense, materializada pelas ações dos organismos internacionais (BM e FMI) por meio da direção política de seus documentos elaborados para as políticas da América Latina e Caribe.

[241] Matéria do dia 17 de maio de 2019. Disponível em https://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/internacionais/6497-17-05-2019-secretaria-apoiara-forum-em-portugal-sobre-fundos-patrimoniais.html Acesso em 14 de novembro de 2019.

impostos federais para as OGFP voltadas para a Educação, Saúde e Assistência Social, e isenção de impostos federais e contribuições sociais para as Organizações Gestoras voltadas para as demais causas, incluindo o Imposto de Renda sobre aplicações financeiras; b) regulamentação da Lei Rouanet para os Fundos Patrimoniais; c) ampliação de incentivos fiscais para as outras causas, além da cultura; d) criação de mecanismos para implementar a "Filantropização via Privatização"[242], com o direcionamento de recursos não tradicionais para a criação de Fundos Patrimoniais.

Em novembro de 2019, foi lançado o livro "Fundos Patrimoniais Filantrópicos: sustentabilidade para causas e organizações", organizado pelo IDIS com o apoio do Banco Santander. Ele reúne os especialistas que articularam a regulamentação dos Fundos Patrimoniais no Brasil, Paula Jancso Fabiani e Andrea Hanai (IDIS), Priscila Pasqualin (PLKC Advogados) e Ricardo Levisky (Levisky Legado), além dos seguintes autores: Aline Viotto Gomes (GIFE), Ana Claudia Andreotti (GIFE), Augusto Jorge Hirata (FGV), Diego de Carvalho Martins (Fundo Amigos da Poli), Dora Silvia Cunha Bueno (APF/Cebraf), Eduardo Pannunzio (FGV Direito), Fabrício Brollo (BNDES), Izabela Goulart Algranti (BNDES), Laís de Figueiredo Lopes (Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueiredo Lopes Advogados), Luciana Guaspari de Orleans e Bragança (Banco Santander), Luciane Gorgulho (BNDES), Marcos Kisil (IDIS), Renata Carvalho Beltrão Cavalcanti Biselli (Banco Santander) e Rodrigo Hubner Mender (Instituto Rodrigo Mendes).

No relatório de atividades de 2019 do IDIS[243], esse APHE afirma que, em 2020, continuará seus esforços na disseminação dos Fundos Patrimoniais no país, reforçando a importância das formas de "Filantropização via Privatização" (IDIS, 2020). Esse foi um dos temas centrais do debate ocorrido no encontro de lançamento do livro "Fundos Patrimoniais Filantrópicos: sustentabilidade para causas e organizações", no Rio de Janeiro.

O evento ocorreu na sede do BNDES, em fevereiro de 2020[244]. Na ocasião, Gustavo Montezano (presidente do BNDES) reafirmou o compromisso do banco na promoção de Fundos Patrimoniais no Brasil. Os APHEs debateram o histórico e os aspectos jurídicos dos Fundos Patrimoniais no Brasil, o desempenho do BNDES com esse tipo de fundo, as ações dos

[242] Não se trata da concepção anterior de filantropia associada ao grego "amor pela humanidade", mas de uma concepção empresarial, que está nas bases de fundamentação do Banco Mundial (2000).
[243] Relatório de Atividades 2019 do IDIS. Disponível em https://www.idis.org.br/wp-content/uploads/2020/06/RELATORIO_IDIS_2019_F.pdf Acesso em 03 de julho de 2020.
[244] Matéria do IDIS do dia 21 de fev. 2020. Disponível em https://www.idis.org.br/em-parceria-com-o-bndes-livro-sobre-fundos-patrimoniais-e-lancado-no-rio-de-janeiro/ Acesso em 06 de junho de 2020.

Fóruns de *Endowments* Culturais, as experiências de "Filantropização via Privatização" no mundo e as ações para o fortalecimento desse mecanismo no Brasil.

3.3.1 **A "Filantropização via Privatização": privatizações dos lucros e socialização dos prejuízos**

A expressão filantrocapitalismo emerge em 2008 no contexto do colapso financeiro no norte global. O aprofundamento das desigualdades provocado pela expansão capitalista fortalece a necessidade de o capital construir o discurso de filantropia como exemplo a ser seguido, como doações fornecidas pela burguesia para as mazelas construídas pelos mesmos. Virgínia Fontes (2020, p. 19) afirma que a filantropia é um atributo de ricos que procuram justificar seu excesso de riqueza e legitimá-la. "Há filantropia no capitalismo – esse é um privilégio da desigualdade. Pode ser compreendido como uma espécie de elogio do vício (a produção de desigualdades) à virtude. Não existe capitalismo filantrópico". A filantropia, por meio das "doações" que conta com benefícios fiscais, constitui-se como mais uma forma de expropriação com a criação de fundos patrimoniais.

> O termo filantropia está na moda, mas nubla as questões envolvidas, exatamente por deixar à sombra as demais relações que tais "doadores" mantêm com as diversas instâncias de poder, os recursos públicos com os quais se nutrem e, finalmente, porque tal termo enfatiza a atuação contemporânea das entidades como se fossem apenas "sem fins lucrativos". Ora, há uma enorme quantidade e variedade de entidades associativas empresariais, sem fins lucrativos, porém voltadas diretamente para a defesa corporativa de empresas, corporações, empresários, setores de atividade etc. (FONTES, 2020, p. 18-19).

A filantropia é absorvida pelo senso comum e essas práticas são apresentadas como as grandes maiorias defendem, sugerindo "que o excedente da riqueza dos excessivamente ricos poderia ser utilizado para melhorar a vida dos muito pobres ou para contribuir com a 'coletividade' ou o 'bem comum'" (FONTES, 2020, p. 16). A autora destaca que a mescla entre negócios e filantropia é reforçada pelos intelectuais orgânicos do capital da França e dos EUA. "O que seriam 'negócios filantrópicos'? A resposta não é explícita, e sugere que apresentar-se como filantropia ou como altruísmo, apesar de introduzir um elemento estranho aos negócios, permite impulsionar negócios e fortalecer empresas" (p. 16-17).

Esse mecanismo curioso dos "negócios filantrópicos" está relacionado aos fundos filantropo-mercantis, ou seja, os fundos patrimoniais como um produto financeiro que poderá converter as políticas sociais em novo espaço de acumulação do capital na esfera financeira, uma reconfiguração da filantropia-caritativa para a filantropia de investimentos lucrativos, sendo o processo de "Filantropização via Privatização" um elemento central desse processo.

A iniciativa do IDIS em traduzir para o português o livro "Filantropização via Privatização (*Philanthropication through Privatization*- PtP)" é resultado do projeto dirigido por Lester Salamon, que analisou as estratégias para a criação ou o reforço de fundos patrimoniais de organizações da sociedade civil a partir dos processos de privatização.

Salamon é professor da *Johns Hopkins University* e diretor do Centro de Estudos da Sociedade Civil do Instituto Johns Hopkins, nos EUA. Esse estudo está ligado, administrativamente, ao Instituto East-West Management (EWMI), uma organização estadunidense sem fins lucrativos que tem disseminado as diretrizes da construção de fundos patrimoniais para entidades empresariais em vários países.

O autor cria o termo "Filantropização via Privatização" com fundamento em uma proposta de estudo lançada com o objetivo de explorar o caminho para a formação de fundações e de extrair ações para as futuras operações de privatização. Tem como elemento central garantir que a alternativa de aplicar em "fundos patrimoniais filantrópicos pelo menos uma parcela dos recursos gerados em qualquer operação de privatização que siga adiante seja considerada mais seriamente e de forma explícita sempre que tais transações estiverem em estudo" (2016, p. 26). Marcos Kisil, fundador do IDIS, representa o Brasil no comitê criador da Filantropização via Privatização.

Quadro 23 – "Associados de Descoberta" PtP e regiões

NOME *Afiliação*	PAÍS DE ORIGEM	REGIÃO COBERTA
FELIZ BIKMAN, *Fundação Sanbanci*	Turquia	Região do Egeu (Turquia, Grécia)
FAITH KISINGA	Quênia	Região Africana de Língua Inglesa
JEANNE ELONE, *TrustAfrica*	Senegal	Região Africana de Língua Francesa
GABRIEL BERGER, *Univesidad de San Andres*	Argentina	América Latina de Língua Espanhola
MARCOS KISIL, *Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social*	Brasil	Brasil
POORAN PANDEY, *Times of India Foundation*	Índia	Região do Sul da Ásia
JUREE VICHIT-VADAKAN	Tailândia	Sudeste da Ásia (Tailândia, Laos, Vietnã, Mianmar, Malásia, Indonésia, Filipinas, Camboja)
MARK LYONS, *Australian Technical University*	Austrália	Ásia Orla do Pacífico (China, Coreia, Japão, Nova Zelândia, Austrália)
GIAN PAOLO BARBETTA, *Universidade Católica de Milão*	Itália	Sul da Europa (Itália, Espanha, Portugal, França)
RUPERT STRACHWITZ, *Maecenata Institute*	Alemanha	Norte da Europa (Alemanha, Áustria, Suíça, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Suécia)
NIGEL SIEDERER, *Good Foundations*	Reino Unido	Reino Unido, Irlanda, Canadá
BORIS STRECANSKY, *Centre of Philanthropy*	Eslováquia	Europa Central e Oriental
AMANI KANDIL, *Arab Network for NGOs*	Egito	Região do Oriente Médio

Fonte: Quadro elaborado por Salamon (2016).

O livro foi publicado em 2014 pela *Copyright Società editrice il Mulino*, Bolonha, que cedeu os direitos para tradução dessa obra para o português, apenas em meio eletrônico, para o

IDIS. Salamon (2016) defende que a criação de fundos patrimoniais com os recursos das privatizações conduzidas pelos governos locais não deve pertencer somente ao Estado e sim, ser gerido pela iniciativa privada – para fortaleler as entidades mercantil-filantrópicas.

> A Iniciativa Filantropização via Privatização (PtP) foi concebida para explorar e promover as potencialidades para a criação ou o reforço de fundos patrimoniais filantrópicos permanentes em países de todo o mundo a partir da captação de parte dos bilhões de dólares aplicados em operações de privatização em andamento nos diversos países, dedicando-a permanentemente para fins sociais, culturais e ambientais com o intuito de fortalecer as instituições da sociedade civil (SALAMON, 2016).

Esse estudo contou com o auxílio de vários intelectuais orgânicos, como o Dr. Gian Paolo Barbetta (Itália), o procurador Chuck Bell (EUA), Peter McKinlay (Nova Zelândia), o Dr. Lucas Meijs (Holanda), Amélie Mernier (Bélgica), o Dr. Bartek Pielinski (Polônia), Nigel Siederer (Reino Unido), o Dr. Rupert Strachwitz (Alemanha) e Boris Strecansky (Eslováquia). Entre esses, Bell, McKinlay, Siederer e Strachwitz que descreveram 21 estudos de casos existentes sobre essa temática.

O projeto recebeu o apoio de oito fundações italianas de origem bancária por meio da *Associazione di Fondazioni e di Casse di Risparmio* (ACRI)[245]: Fondazione Cariplo, Compagnia di San Paolo, Fondazione Banca del Monte di Lucca, Fondazione del Monte di Bologna e Ravenna, Fondazione Cassa di Risparmio di Bolzano, Fondazione Cassa di Risparmio di Cuneo, Fondazione Cassa di Risparmio di Fossano, e Fondazione Cassa di Risparmio Salernitana, bem como das entidades empresariais da Alemanha, Bélgica, Berlim e EUA: Fundação Charles Stewart Mott (EUA), Fundação Rei Baudouin – King Baudouin Foundation (Bélgica), Fundação Volkswagen (Alemanha), Instituto Maecenata (Berlim).

Quadro 24 – Intelectuais orgânicos do projeto Filantropização via Privatização

Intelectuais orgânicos do projeto	
Lester M. Salamon	Professor da Universidade Johns Hopkins, diretor do Centro de Estudos da Sociedade Civil do Instituto Johns Hopkins, professor sênior de pesquisa no Johns Hopkins School of Advanced International Studies Bologna Center e diretor científico do Laboratório Internacional de Estudos do Setor de

[245] Fundada em 1912, ACRI se institui como uma associação bancária italiana que representa os bancos de poupança e as fundações de origem bancária. De acordo com as informações do site da instituição, "nos anos 90, eles sofreram profundas mudanças legais que os transformaram em empresas comerciais privadas, de maneira semelhante a outros bancos. Ao mesmo tempo, sua atividade filantrópica foi herdada por novos sujeitos: os Fundamentos, chamado bancário por causa de sua origem. Sem fins lucrativos, pessoas físicas com plena autonomia estatutária e gerencial, hoje existem 86 fundações bancárias; buscar propósitos de utilidade social e promoção do desenvolvimento econômico, intervindo na vida social e econômica do país, tanto como sujeitos filantrópicos (em média nos últimos anos, em torno do bilhão de euros do total de doações por ano, principalmente destinadas à arte e cultura, pesquisa, assistência social, treinamento, voluntariado, saúde pública, desenvolvimento local) e como importantes investidores institucionais (ativos totais no valor de 39,6 bilhões de euros, valores contábeis, demonstrações financeiras de 2018)". Disponível em https://www.acri.it/Articles/PublicArticle/33/acri Acesso em 02 de fevereiro de 2020.

	Organizações Sem Fins Lucrativos da Escola Superior de Economia da Rússia. Anteriormente atuou como diretor fundador do Johns Hopkins Institute for Policy Studies, como diretor do Center for Governance and Management Research do Urban Institute em Washington, DC, e como vice-diretor associado do Escritório de Gestão e Orçamento dos EUA. Salamon é um especialista nas ferramentas de governo e desenvolve estudo empírico do setor de organizações sem fins lucrativos nos Estados Unidos e em todo o mundo. É bacharel em Economia e Estudos Políticos pela Universidade de Princeton e em Administração Pública pela Universidade de Harvard. Trabalhou de 1998 a 2006 como presidente do Conselho da Fundação Chesapeake Community.
Gian Paolo Barbetta	Professor de Política Econômica no Departamento de Economia e Finanças da Universidade Católica do Sagrado Coração em Milão, Itália. Sua pesquisa centra-se no papel econômico e social de organizações sem fins lucrativos, com especial atenção às atividades e estratégias de fundações doadoras. Seu livro mais recente, "Le Fondazioni" [Fundações] (Il Mulino, 2013), descreve os vários papéis das fundações na sociedade italiana.
Charles Bell	Diretor do Programa de Relações Externas e Defesa da União de Consumidores (CU), organização de informação e defesa dos consumidores com sede nos EUA. Bell também atua como representante de Nova York para o Projeto Charitable Health Assets da CU, que fornece supervisão pública das conversões de corporações de saúde sem fins lucrativos para empresas com fins lucrativos.
Peter Mckinlay	Diretor do Local Government Centre da Universidade AUT, em Auckland, Nova Zelândia, e um associado do Centre for Local Government Da Universidade de Tecnologia, em Sydney. Tem experiência como consultor e pesquisador em governo municipal, governança e projeto organizacional, tanto na Nova Zelândia quanto internacionalmente, participando do Grupo Consultivo de Pesquisa do Fórum de Governo Municipal da Commonwealth.
Lucas C.P.M. Meijs	Professor de Filantropia Estratégica no Departamento de Gestão Negócios-Sociedade da Rotterdam School of Management e no Centro Erasmus para a Filantropia Estratégica (ECSP) da Erasmus University Rotterdam. Sua pesquisa atual centra-se no futuro da sociedade civil e da filantropia, voluntariado e gestão de voluntários e envolvimento da comunidade empresarial.
Amélie Mernier	Membro do Centro de Pesquisa em Economia Social da Universidade de Liège, na Bélgica. Com formação acadêmica em Matemática, Economia e Ciências Atuariais e experiência nos setores de finanças e seguros, Mernier trabalha atualmente em pesquisa centrada nos determinantes das escolhas estratégicas, feitas pelas organizações filantrópicas na Bélgica.
Bartek Pieliński	Professor associado no Instituto de Política Social da Universidade de Varsóvia. Detém uma posição simultânea na Fundação Korczakowska. As áreas atuais de interesse de Pieliński incluem as dimensões institucionais da política social.
Nigel Siederer	Fundadora e diretora da Good Foundations Consultancy, que presta consultoria às ONGs em governança e estratégia. Anteriormente, foi diretora executiva da Associação de Fundações Filantrópicas do Reino Unido, onde criou a Philanthropy UK e editou a revista de filantropia Trust & Foundation News.
Rupert Graf Strachwitz	Diretor administrativo da Fundação Maecenata e diretor do Maecenata Institute for Philanthropy and Civil Society Studies em Berlim, Alemanha. Strachwitz tem atuado como vice-presidente da Caritas da Alemanha, como membro da Comissão Parlamentar Alemã sobre Engajamento Cívico e

	como membro dos conselhos de várias fundações e organizações sem fins lucrativos na Alemanha e no exterior. Autor de inúmeras publicações sobre fundações, política cultural, terceiro setor e sociedade civil.
Boris Strečanský	Diretor executivo do Centro Eslovaco para a Filantropia. Presta consultoria em construção de capacidade organizacional, avaliação e planejamento estratégico para organizações da sociedade civil em países da Europa Central e do Leste, nos Balcãs, no Cáucaso e na Ásia Central, em cooperação com a Fundação C.S. Mott, o Open Society Institute e outros. Diploma em Filosofia e História pela Universidade Comenius e um certificado de pós-graduação em Prática de Doação para o Desenvolvimento pela London Metropolitan University.

Fonte: Elaboração da autora com base em Salamon (2016).

Essas associações bancárias italianas foram criadas nos anos de 1990. O governo estabeleceu fortes incentivos para os bancos de poupança transferirem suas funções bancárias, transformando-se na chamada "entidades de atribuição" e tornando-se administradores de seus novos bancos por ações. O parlamento do país consentiu a posse das ações "das novas entidades com as antigas instituições de poupança, agora institucionalmente separadas de suas funções bancárias, mas ainda no controle dos bancos e, também, de posse do que sempre foram suas atividades complementares filantrópicas" (SALAMON, 2016, p. 16). As fusões foram lucrativas, aumentando o valor das ações e superando as do antigo banco de poupança original. Várias legislações foram criadas de incentivo às entidades para a diversificação de seus investimentos. A Lei Ciampi transforma as "entidades de atribuição" em fundações privadas de pleno direito, separadas de seus bancos.

> Assim, dez anos depois da aprovação da Lei Amato-Carli, a Itália viu-se não só com um sistema bancário privado substancialmente modernizado, como também com uma nova e forte fundação privada comunitária criada quase que, magicamente, a partir de um processo de privatização e que injetava €1,7 milhão (US$2,2 bilhões) em obras filantrópicas. Em 2000, essas "fundações de origem bancária" ostentavam ativos superiores a 50 bilhões de euros (US$65 bilhões). De forma ainda mais surpreendente, algumas ocuparam seu lugar dentre as maiores instituições desse tipo no mundo. Assim, a Fondazione Cariplo, criada a partir da transformação do banco de poupança da região da Lombardia, acabou, em 2012, mesmo após a crise financeira de 2008, com US$9,8 bilhões em ativos, colocando seu patrimônio em pé de igualdade com a Fundação Ford, a segunda maior fundação dos Estados Unidos. A Compagnia di San Paolo, com ativos de US$8,6 bilhões em 2011, classifica-se empatada com a terceira e a quarta maiores fundações da América, a J.P. Getty Trust e a Fundação Robert Wood Johnson, respectivamente. A Fundação Rockefeller, uma das mais conhecidas instituições norte-americanas, tem apenas um terço do tamanho dessas novas instituições italianas e fica atrás de outras duas – Fondazione Cassa di Risparmio di Torino e Fondazione Cassa di Risparmio di Verona Vicenza Belluno e Ancona, cada uma delas ostentando ativos bastante superiores aos US$3,5 bilhões da Fundação Rockefeller (SALAMON, 2016, p. 18, grifos meus).

Muitas dessas instituições mercantil-filantrópicas são conhecidas como as pioneiras da filantropia mundial e, por meio dos fundos patrimoniais, estão expandido seu patrimônio. Essa experiência tem se reproduzido em diversos lugares. Alguns casos são cópia fiel da privatização

dos bancos de poupança italianos e outros são bem semelhantes, conforme veremos no quadro abaixo.

Quadro 25 – Diversas experiências de Filantropização via privatização

Alemanha	Na década de1960, o governo da Alemanha privatizou a antiga empresa Volkswagen, de propriedade dos nazistas, vendeu 60% de suas ações e aplicou os recursos em uma nova fundação destinada a promover a ciência alemã, chamada Fundação Volkswagen. Embora não tenha relação com a Volkswagen Corporation, essa Fundação tem agora €2,6 bilhões (US$3 bilhões) em ativos.
Nova Zelândia	Nos anos 1980, o país transformou a rede de bancos de poupança sem fins lucrativos em sociedades por ações e a transferência da propriedade das ações dos bancos resultantes para uma rede de doze "fundos comunitários", que hoje formam a espinha dorsal da comunidade filantrópica da Nova Zelândia.
Bélgica	No final da década de 1980, a Fundação Rei Baudouin tornou-se a destinatária de outro tipo de "privatização": um fluxo de receita estabelecido contratualmente, gerado pela Loteria Nacional Belga, uma empresa do governo nacional da Bélgica.
República Checa	No início da década de 1990, a República Checa destinou 1% dos valores consideráveis obtidos com suas privatizações para um Fundo de Investimento em Fundações que, por fim, distribuiu esses recursos como fundos patrimoniais para 74 fundações checas.
Estados Unidos	Mais recentemente, a conversão de alguns hospitais e seguros de saúde sem fins lucrativos nos Estados Unidos em empresas com fins lucrativos levou à criação de cerca de duzentas das chamadas "fundações de conversão".
Áustria	A rede austríaca de Sparkasse, ou bancos de poupança, foi convertida em sociedade por ações, seguindo um padrão praticamente idêntico ao ocorrido na Itália, gerando naquele país a Fundação Erste e mais de trinta outras fundações de origem bancária.

Fonte: Elaboração da autora com base nas análises de Salamon (2016).

Segundo o autor, a privatização de empresas estatais ou de ativos quase públicos (serviços públicos de controle privado) tem colaborado para a criação de fundos patrimoniais em vários países, uma generalização de entidades mercantil-filantrópicas que passa a gerir ativos públicos e privados sob um discurso palatável de fortalecimento das políticas públicas. Porém, a essência do fenômeno é o fortalecimento de mais um mecanismo de lucratividade por meio da privatização e disputa do fundo público.

Um dos exemplos clássicos de Fundos Patrimoniais que resultaram de privatizações conduzidas pelos governos é o caso da Fundação Volkswagen, tido como uma referência para os intelectuais orgânicos do capital. Segundo Kisil (2019), a Fundação tornou-se proprietária da empresa Volkswagen (companhia automobilística estatal, criada por Adolf Hitler, que alimentou a máquina de guerra da Alemanha no nazismo).

> Os recursos obtidos com a venda criaram um Fundo Patrimonial para apoiar e promover a ciência na Alemanha. Essa fundação tem agora €3,2 bilhões (US$3,5 bilhões) em seu Fundo Patrimonial e uma longa história de doações substanciais no valor de €4,7 bilhões para o desenvolvimento científico e tecnológico, que repôs a

> Alemanha na liderança econômica mundial. E a Volkswagen permanece uma empresa independente e uma das líderes do mercado mundial de automóveis (KISIL, 2019, 155-156).

Em seu estudo, Salamon (2016) rejeita a concepção ampla de privatização[246] e emprega, especialmente, as transações que envolvem a transferência de propriedade ou controle efetivo dos ativos do governo para a iniciativa privada, isto é, a proposta é que as entidades ditas sem fins lucrativos apropriem-se e gerenciem os recursos da venda do patrimônio público, que será direcionado ao fundo patrimonial das entidades privadas. A concepção de filantropização não é, portanto, a geração de doações filantrópicas. Ela abrange a criação de um fundo patrimonial, ou seja, um conjunto de ativos para entidades mertantil-filantrópicas. Nessa perspectiva, a Filantropização via Privatização pode ser "caracterizada como uma transação em que os ativos essencialmente públicos ou quase públicos[247] são transformados no todo ou em parte em fundos patrimoniais" (SALAMON, 2016, p. 30). O autor identificou cinco tipos mais ou menos distintos de casos de Filantropização via Privatização.

Quadro 26 – Tipologia de filantropização por meio de privatização

TIPOLOGIA DE FILANTROPIZAÇÃO POR MEIO DE PRIVATIZAÇÃO	
Tipo I: uma empresa estatal	Vendida para um investidor ou transformada em uma empresa com fins lucrativos com a propriedade dos bens ou o produto de sua venda transferidos, no todo ou em parte, para uma fundação nova ou já existente (por exemplo, a venda das ações da empresa automobilística e de munições Volkswagen, anteriormente de propriedade do Estado, e a transferência da maior parte dos recursos obtidos para a recém-formada Fundação Volkswagen).
Tipo II: algum outro ativo de propriedade pública	Como um edifício ou uma instituição cultural é cedida a uma fundação sem fins lucrativos (por exemplo, a conversão de companhias públicas de ópera da Itália em fundações com direito perpétuo de utilizar seus teatros de ópera existentes de forma gratuita).
Tipo III: um fluxo de renda resultante do controle governamental sobre algum ativo	Gera renda para fins especiais (por exemplo, receitas de loteria ou pagamentos de direitos minerais que o governo se compromete a compartilhar com uma fundação filantrópica; outro exemplo seria o compromisso contratual da Loteria Nacional Belga de dedicar, anualmente, uma determinada parcela de seus rendimentos à Fundação Rei Baudouin da Bélgica).
Tipo IV: uma conversão de dívida	Por exemplo, uma operação de perdão da dívida externa que exige do governo beneficiário a aplicação de uma quantia equivalente, em moeda local, em uma instituição filantrópica dedicada a algum fim filantrópico ou de utilidade pública; outro exemplo é a proteção de florestas tropicais ou melhoria das condições de vida e saúde dos pobres.

[246] O processo de privatização é aplicado por uma variedade de transações, como terceirização dos serviços públicos, contratos de gestão por meio de parcerias público-privadas, transferência de propriedade, entre outros.

[247] O autor caracteriza como ativos quase públicos por ser de uma organização sem fins lucrativos ou associação mútua, ou seja, entidades privadas que prestam serviços de interesse público, que é convertida em uma empresa com fins lucrativos e tem seus ativos colocados no todo ou em parte em um fundo patrimonial.

Tipo V: uma organização quase pública ou quase privada	Por exemplo, uma organização sem fins lucrativos ou associação mútua que é convertida em uma empresa com fins lucrativos e tem seus ativos colocados no todo ou em parte em um fundo patrimonial.

Fonte: Elaboração da autora com base nas análises de Salamon (2016).

O estudo identificou mais de quinhentas fundações que resultaram ou foram ampliadas por meio de uma operação que se retrata à Filantropização via Provatização, capturando um total de US$127,5 bilhões (€96,1 bilhões) em ativos para entidades mercantil-filantrópicas, originários desse tipo de transações. Os dados apresentados destacam que 19% das fundações e, aproximadamente, 13% dos ativos resultaram de transações do Tipo I, que envolve a privatização de empresas estatais. Uma quantidade menor é dos tipos II, III e IV por meio da transferência de propriedade do Estado que não seja uma empresa, direcionamento de ativos de controle do Estado para uma fundação ou a conversão de dívidas. E 73% das fundações e 84% dos ativos são casos do Tipo V de privatização dos ativos, essencialmente, quase públicos.

Esse fenômeno está diretamente ligado às várias faces da privatização dos serviços públicos, notadamente, durante a década de 1990, período do auge das privatizações no mundo, que viabilizou 67% dessas transações. Na primeira década do século XXI, ocorreram 18%, e outros 11% na década de 1980. Segundo Salamon, a Fundação Volkswagen, fundada no início dos anos 1960, é o caso mais antigo das fundações de Filantropização via Privatização, servindo de modelo para outros casos desse fenômeno na Alemanha. “A privatização raramente ocorre para realizar a filantropização, mas a filantropização geralmente ocorre para realizar a privatização – a Filantropização via Privatização só é possível quando a privatização está em curso ou claramente em perspectiva.” (SALAMON, 2016, p. 50 e 51). O discurso dos sujeitos políticos coletivos do capital incorpora a defesa da privatização das instituições públicas para expandir a criação de fundos patrimoniais por meio da disputa de fundo público para a iniciativa privada e fortalecimento dos APHs.

> [...] as fundações PtP representam um grupo robusto de instituições no comando de substanciais recursos filantrópicos gerados por intermédio de uma das várias formas de privatização de ativos estatais ou controlados pelo Estado. Agrupadas, uma maior proporção dessas instituições tende a se concentrar mais na extremidade superior da distribuição por tamanho em comparação com o que acontece no caso das fundações em geral, o que provavelmente reflete a grande dimensão de muitas das operações de privatização. Esse é um bom presságio para a promessa que esse conceito reserva para o desenvolvimento futuro de fundações com o avanço do processo de privatização, como parece muito provável que venha a acontecer (SALAMON, 2016, p. 44).

No Brasil, a privatização é um processo relativamente comum desde a década de 1980. Porém, nos anos 1990, esse processo se intensifica com a chamada Era das Privatizações. “Ao todo, foram privatizadas mais de cem empresas que, até 2005, geraram uma receita de 95

bilhões de dólares, o que, corrigindo para valores de 2013, equivale a 143 bilhões de dólares" (SALAMON, 2016, p. 7). Segundo os dados do IDIS, em 2015, a presidenta Dilma Rousseff, após sua reeleição, anunciou um novo pacote de medidas do Programa de Investimento em Logística (PIL), com o objetivo de alcançar até R$ 198 bilhões em concessões e outorgas feitas pelo governo à iniciativa privada, nas áreas de portos (R$ 37,4 bilhões), aeroportos (R$ 8,5 bilhões), ferrovias (R$ 86,4 bilhões) e rodovias (R$ 66,1 bilhões) – um processo que atravessou os governos petistas.

> Se durante o governo Dilma tínhamos uma previsão de R$198 bilhões, no governo Jair Bolsonaro se está trabalhando com a estimativa de R$127,4 bilhões em privatizações ao longo dos próximos anos, considerando apenas 87 projetos que têm maiores chances de acontecer, de acordo com o próprio governo. Desse total, R$113,6 bilhões são de projetos federais, R$9,6 bilhões de estaduais e R$4,2 bilhões de municipais. O atual governo trabalha com o valor de R$142 bilhões em privatizações (KISIL, 2019, p. 157).

Os APHE, no Brasil, estão contando com os recursos das privatizações para garantir a expansão e lucratividade de seus fundos patrimoniais, fortalecendo e disseminando o processo de Filantropização via Privatização. Segundo Salamon, esse é um fenômeno generalizado em todo o mundo, "identificados até hoje em vinte países desde Américas do Norte e do Sul, passando pela Europa Ocidental, pela Europa Central e indo bem além para a região da Ásia-Pacífico. Ao mesmo tempo, parece haver alguns "pontos de maior concentração de PtP" (SALAMON, 2016, p. 37), como veremos na tabela abaixo.

Tabela 10 – Contagem preliminar das fundações PtP, por país

PAÍSES	FUNDAÇÕES		ATIVOS*	
	QUANT.	%	VALOR ($ MILHÕES)	%
Áustria	33	6,1%	$4.882,9	3,6%
Bélgica	1	0,2%	$408,2	0,3%
Brasil	3	0,6%	$2.542,8	1,9%
Canadá	1	0,2%	$53,0	0,0%
República Checa	73	13,5%	$206,7	0,2%
Alemanha	29	5,4%	$15.672,1	11,6%
Hungria	1	0,2%	N/A	N/A
Itália	103	19,1%	$72.021,9	53,4%
Holanda	1	0,2%	$497,8	0,4%
Nova Zelândia	36	6,7%	$7.073,7	5,2%
Noruega	4	0,7%	$6.227,7	4,6%
Polônia	4	0,7%	$511,3	0,4%
Eslováquia	2	0,4%	$24,7	0,0%
Suécia	35	6,5%	$1.478,8	1,1%
Reino Unido	9	1,7%	$3.170,0	2,4%
Estados Unidos	199	36,9%	$19.988,5	14,8%
Outros**	5	0,9%	N/A	N/A
TOTAL	539	100%	$134.760,8	100%

Fontes: Tabela elaborada pelo autor (SALAMON, 2016).
*Ativos não disponíveis para algumas fundações.
**Inclui Bolívia, Chile, Marrocos, Peru e Uruguai.

Segundo a pesquisa, os países de maior concentração de fundações criadas por meio da Filantropização via Privatização são Áustria (6,1%), República Checa (13,5%), Alemanha (5,4%), Nova Zelândia (6,7%), Itália (19,1%) e Estados Unidos (36,9%). Na Itália, ocorre por meio de dois tipos de transações: a privatização de bancos e das companhias de ópera lírica italiana, incluindo o famoso La Scala. Nos EUA, acontece com a preservação de recursos para fins filantrópicos dos ativos de diversas organizações e hospitais sem fins lucrativos de seguro-saúde, que foram transformados em empresas com fins lucrativos. No Brasil, o estudo apresenta uma hipótese de três casos desse tipo de transação: Fundação Banco do Brasil, Fundação Telefônica e Vale do Rio Doce.

Tabela 11 – Lista geral preliminar dos casos PtP identificados no Brasil

NOME DA FUNDAÇÃO	TIPO DO CASO PtP	ANO DE CRIAÇÃO	ATIVOS ($) (31 de julho de 2013)	ANO DO ATIVO	FONTE DOS ATIVOS	FOCO DA ATIVIDADE
BRASIL						
Fundação Banco do Brasil**	II	1998	$881.467,408	2007	Financeira	Benefício público em geral
Fundação Telefônica**	I	1999			Utilidade Pública	
Vale do Rio Doce**	I	1997	$1.661,333,191	2007	Utilidade Pública	Educação, Meio Ambiente
SUBTOTAL do Brasil	3		$2.542,800,600			

Fonte: Tabela elaborada pelo autor (SALAMON, 2016).
** Tipo de transação PtP não confirmado.

A criação e disseminação da "Filantropização via Privatização" busca fortalecer o cenário mercantil-filantrópico mundial. Salamon destaca que esse mecanismo precisa fazer sentido e terá de atender aos interesses dos principais *stakeholders*[248] (parte interessada ou interveniente). Deverá ter defensores dispostos a promover esse artifício e ser capaz de apontar esses interesses aos vários *stakeholders* da privatização. Segundo o autor,

> Convencer os governos a separar, mesmo que uma fração dos recursos provenientes das privatizações pode ser uma tarefa difícil. Mas o rolo compressor da privatização sofreu solavancos suficientes nas estradas ao redor do mundo para abrir as mentes até mesmo dos governos mais resistentes para a necessidade de novas abordagens, e a opção de associar as vendas futuras à criação de consideráveis fundos patrimoniais filantrópicos voltados para as necessidades dos cidadãos locais pode ajudar a suavizar parte da hostilidade que a privatização tem gerado. Esta, pelo menos, é a esperança

[248] Tradução para o português significa a parte interessada ou interveniente. É uma expressão utilizada em diversas áreas, refere-se às partes interessadas que devem estar de acordo com as práticas de governança corporativa executadas pela empresa. Salamon defende que "o principal grupo de *stakeholders* que precisará ser convencido a respeito das vantagens da PtP é o dos possíveis investidores em ativos privatizados e seus consultores" (SALAMON, 2016, p. 164).

> que o nosso projeto vislumbra. Com bilhões de dólares de acordos de privatização em jogo, e os enormes problemas com que se defrontam os próprios países onde muitos desses acordos estão sendo negociados, trata-se, certamente, de uma esperança que vale a pena ser posta à prova (SALAMON, 2016, p. 168, grifos meus).

Essas experiências, igualmente, estão sendo difundidas no Brasil pelos APHs, atrelados ao Estado, sobretudo o IDIS. O Instituto promoveu, em parceria com o BNDES, o evento "Fundos Patrimoniais: novas possibilidades" em maio de 2019 no auditório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em Brasília. O destaque da agenda foi o professor Lester Salamon que apresentou o estudo sobre a "Filantropização via Privatização".

Nessa ocasião, o então ministro da Justiça Sergio Moro recebeu Paula Fabiani (presidente do IDIS), que apresentou a proposta de criação de fundos patrimoniais com recursos obtidos com privatizações, multas aplicadas pelo governo e verbas desviadas que são devolvidas aos cofres públicos[249]. No mesmo encontro, estava presente Lester Salamon, autor da proposta e do livro 'Filantropização via Privatização', no qual analisa casos de fundos criados a partir de verbas que cumprem esses objetivos, assim como Marcos Kisil (fundador do IDIS) e Priscila Pasqualin (sócia do escritório PLKC Advogados e conselheira do IDIS). Salamon (2016) defende a formação de fundos patrimoniais com recursos alternativos, provenientes de privatizações, concessões, multas e dinheiro recuperado de corrupção.

Esse discurso estabelece-se como mais uma estratégia dos sujeitos políticos coletivos do capital na disputa do fundo público para reforçar a criação de fundos patrimoniais e expandir as entidades empresariais mercantil-filantrópicas, transformando as políticas sociais em mercadoria rentável. Virgínia Fontes (2020) destaca alguns exemplos de conversão dos direitos sociais em capital existentes no Brasil:

> [...] Vale rapidamente lembrar os fundos mútuos e caixas de pensões geridos diretamente por trabalhadores transformados em Institutos de Aposentadorias e Pensões, com gestão tripartite; a constituição do FGTS como retirada de direitos e sua conversão em fundo de investimento; dos fundos de pensão de trabalhadores convertidos em coparticipação na propriedade empresarial; e na atualidade, o avanço dos fundos privados e das previdências complementares na tentativa de açambarcar e converter em capital os recursos da Previdência pública (FONTES, 2020, p. 24).

A criação dos fundos patrimoniais faz parte da lógica da burguesia de expropriações dos direitos sociais historicamente conquistados, movimenta o capital financeiro, fortalece as privatizações e disputa os recursos públicos por meio de novas formas de privatizações dos lucros e socialização dos prejuízos. Também, sob o aparente discurso de altruísmo, procura

[249] Proposta de fundos filantrópicos criados e apoiados em verbas de privatização, multas e recursos devolvidos é levada ao ministro Sergio Moro. Disponível em https://www.idis.org.br/proposta-de-fundos-filantropicos-criados-a-partir-de-verbas-de-privatizacao-multas-e-recursos-devolvidos-e-levada-ao-ministro-sergio-moro/ Acesso em 11 de julho de 2019.

disseminar a pauta da grande burguesia, a renúncia fiscal, para garantir sua rentabilidade por meio de suas 'doações' e ativos aplicados. A lógica do capital direciona as bases das instituições das políticas públicas a ganhos imediatos e benefícios comerciais para os APHs da burguesia.

A advogada Priscila Pasqualin[250], especializada nas demandas jurídicas em torno dos investimentos em fundos patrimoniais, que participou da redação da Lei nº 13.800/19 (prevê condições e incentivos para fundos patrimoniais, os *"endowment funds"* no Brasil), afirma que, entre os temas que cativam os clientes de *wealth management* (gestão de riquezas) no Brasil, estão a educação, o meio ambiente e a inclusão. A referida entrevista apresenta que

> As especialistas lembram que, como quase tudo que diz respeito a investir no Brasil em 2019, **o aumento na procura por aplicações responsáveis também é parcialmente reflexo da queda dos juros**. Afinal, se eu, milionário ou bilionário, preciso me expor mais para obter retornos, aquele risco do investimento de impacto passa a ser menos desconvidativo do que era quando deixar o dinheiro na poupança foi opção (VALOR, 2019, s/p).

A matéria do Valor Investe (2019) destaca um estudo elaborado pelo banco americano Morgan Stanley e pela Morningstar (uma empresa de capital aberto de dados e análise de investimentos com sede nos Estados Unidos), divulgado em agosto de 2018, que analisou 10.723 fundos entre 2004 e 2018, apontando uma tendência de fortalecimento dos investimentos ESG (sigla em inglês para "*environmental, social and governance*"), e demostrando que o ESG teve um rendimento igual ou superior aos tradicionais em 64% das vezes. Ao mesmo tempo, proporcionaram "*sharpe*" (relação entre retorno e risco) 20% menor, em média. Pasqualin, nessa entrevista, afirma que uma das políticas que mais atraem os super-ricos é a educação, ou seja, a política educacional como um campo lucrativo e uma frente para o fortalecimentos dos fundos patrimoniais no Brasil.

3.4 **O fundo patrimonial no Brasil: orientações para a criação desse mecanismo nas instituições de ensino superior brasileiras**

Os intelectuais orgânicos do capital querem justificar a criação de fundos patrimoniais para as instituições brasileiras de ensino superior, alegando que a experiência internacional comprova que os *endowments* representam fonte importante de receita para instituições públicas, destacando Harvard, Stanford, MIT, Princeton e Yale – todas são instituições

[250] Matéria do Valor Investe no dia 11 dezembro 2019. Disponível em: https://valorinveste.globo.com/produtos/fundos/noticia/2019/12/11/puxados-por-herdeiros-filantropia-e-investimento-de-impacto-ganham-relevo-no-wealth-management.ghtml Acesso em 06 de jun. 2020.

privadas. Esses são os modelos que o governo Jair Bolsanaro está querendo transplantar no Brasil para as universidades públicas, porém, esse caminho já vem sendo pavimentado pelos governos anteriores – Fernando Henrique, Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer – como analisamos nesse estudo, a agenda do capital para a criação de um arcabouço jurídico que viabiliza a ação dos fundos patrimoniais para as políticas sociais.

Uma das pautas dos sujeitos políticos coletivos que defendem os fundos patrimoniais são as isenções ficais para as doações desses fundos de investimentos para garantir maior lucratividade ao capital rentista. Cabe destacar que essa é uma demanda histórica da burguesia brasileira e que já vem sendo construida ao longo dos anos 2000.

Os governos de coalizão de classes (2003-2016) intensificaram a perspectiva da contrarreforma do Estado de Fernando Henrique. Os governos petistas fortaleceram as modalidades de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública na criação de novos arranjos normativos (Leis nº 11.079/ 2004, nº 13.019/2014 e nº 13.204/2015), estabelecendo o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

Outro arcabouço jurídico de fortalecimento das parceiras público-privadas foi a criação da "Lei do Bem" (Lei n. 11.196/2005), que trata dos incentivos fiscais às empresas que exerçam pesquisa, desenvolvimento e inovação[251]. Essa legislação favorece as empresas por atender suas demandas de incentivos ficais. Segundo Silva, Minto e Lima (2019, p. 94), "os investimentos do setor empresarial saíram de R$ 2,19 bilhões para R$ 8,19 bilhões, o equivalente a 0,09% e 0,15% do Produto Interno Bruto – PIB, respectivamente. Enquanto isso, a renúncia fiscal cresceu, no mesmo período, de R$ 23 milhões para R$ 1,71 bilhão". E não ocorreu diferente com os Parques Tecnológicos e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – EMBRAPII[252].

[251] A inclusão da palavra inovação, como uma palavra-chave no marco regulatório de Ciência e Tecnologia na Lei de Inovação Tecnológica (2016), significa uma mudança de padrão, que parte de uma nova estrutura de financiamento para estabelecer um novo padrão de pesquisa "A problemática não está em desenvolver inovação, mas em fazê-lo dentro das universidades públicas, alterando sua função social ao substituir a pesquisa em ciência e tecnologia, que busca novas descobertas asseguradas no estudo das ciências básicas, por pesquisa e desenvolvimento e inovação, processo que deveria ser realizado no interior do setor produtivo privado, em departamentos específicos. Ademais, esse modelo, além de interferir na função social da universidade, reduz o mercado de trabalho para doutores e mestres, já que as empresas podem realizar essas atividades na universidade, contando com seu corpo docente, discente e técnico, autorizado pela nova legislação". (SILVA, 2018, p. 185). O termo "inovação" parece algo positivo, mas, na realidade, omite a intenção de apresentar mais uma estratégia de privatização do conhecimento.

[252] Segundo Silva (2018), a Embrapii administra os recursos oriundos do MEC e do MCTI e os contratos com os institutos públicos, que também colaboram com o convênio.

As frações burguesas brasileiras não investem em centros de pesquisa a partir de um projeto autônomo de nação, muito menos na defesa de uma comunidade científica articulada aos interesses públicos. O processo de privatização conduzido pela contrarreforma do Estado tem como objetivo transformar a universidade pública em organização social[253] e intensificar os cortes de recursos públicos, mas as IES públicas resistem em manter suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, em defesa da autonomia universitária e da valorização do trabalho docente e técnico.

Nos anos 2000, a inovação passa a compor os mecanismos centrais da política estatal, ajustada a um novo padrão de financiamento e da pesquisa, alterando sua função social e constituindo mais uma forma de subordinação pactuada das frações da burguesia local e internacional.

> Entre 2004 e 2016, portanto, um contundente arcabouço de políticas foi elaborado e aprovado com o intuito de priorizar as parcerias público-privadas no campo da pesquisa no país. Isso tem levado a uma nova tipificação das pesquisas realizadas nas universidades públicas: a substituição da pesquisa em ciência e tecnologia por pesquisa, desenvolvimento e inovação representa, sem dúvida, uma redefinição da função social da universidade que, de muitas maneiras, confirma a opção pela associação subordinada das frações burguesas locais, comprometendo a possibilidade de um projeto autônomo de desenvolvimento (SILVA, MINTO, LIMA, 2019, p. 95-96).

Com a Lei de Inovação Tecnológica e o Novo Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação[254], as linhas traçadas no governo militar assumem novos contornos, ainda mais

---

[253] Segundo Silva (2018), o projeto de contrarreforma do Estado do governo FHC de transformar as universidades públicas em organizações sociais foi criticado na comunidade universitária e nos movimentos sociais, que conseguiram barrar esse ataque. Porém, o governo federal criou novas estratégias para alterar o padrão das políticas de fomento com a criação do PADCT (1985) e dos Fundos Setoriais (1999) – ampliou parcerias com o setor privado que já existiam entre centros de pesquisa e empresas. "Buscando a aproximação entre a universidade e a empresa, a criação dos Fundos Setoriais foi a primeira política de financiamento consistente baseada na criação de um novo padrão ancorado no compartilhamento de recursos. A gestão do recurso é compartilhada entre ministérios afins, agências reguladoras, comunidade científica e setor empresarial. A receita dos fundos tem origem nas contribuições incidentes sobre o resultado da exploração de recursos naturais pertencentes à União, parcelas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide, incidente sobre os valores que remuneram o uso ou a aquisição de conhecimento tecnológico, transferência de tecnologia do exterior. Com exceção do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das 161 Telecomunicações – Funttel que é gerido pelo Ministério das Comunicações, todos os recursos dos demais são alocados no FNDCT e administrados pela Finep. Os recursos são distribuídos por meio de chamadas públicas, os Editais da Finep e do CNPq" (p. 160-161).

[254] A Lei n. 13.243/2016 altera algumas legislações. "Além de emendar a Constituição Federal, altera outras dez leis que versam sobre contratação, licitação e importação (Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, Lei n. 8.666/93, o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, Lei n. 12.462/11, a Lei das Importações de Bens Para a Pesquisa Científica, Lei n. 8.010/90, a Lei de Isenções ou Redução de Impostos de Importação, Lei n. 8.032/90). E ainda outras que atingem diretamente as instituições públicas de ensino (Lei de Inovação, Lei n. 10.973/04; Lei da Contratação Temporária no Serviço Público, Lei n. 8.745/93; Leis das Relações entre as Universidades, Lei n. 8.958/94; Plano de Carreira das Universidades, Lei n. 12.772/12; Lei dos Institutos Federais, Lei n. 11.892/08; e, ainda, o Estatuto do Estrangeiro)" (SILVA, MINTO, LIMA, 2019, p. 95).

evidentes. Assim, o novo marco permite parcerias público-privadas entre universidade e empresa, desconsiderando a autonomia universitária. Segundo Leher (2018, p. 192), a principal contradição dessas políticas:

> [...] é que se valem dos recursos destinados à pesquisa científica e tecnológica para oferecer suporte às empresas por meio das universidades; contudo, a grande maioria dessas empresas não dispõe de departamentos de Pesquisa e Desenvolvimento próprios. As exceções são bem conhecidas, despontando as líderes Petrobras e Embraer, ambas originadas no setor público. Assim, como destacado muitas vezes as universidades são convocadas a preencher lacunas das empresas, distorcendo a função social das universidades e, frequentemente, a autonomia universitária.

Segundo o autor, uma das novas faces da lógica de apropriação e gestão de recursos, nas universidades públicas, ocorre com base no fortalecimento das ações das fundações privadas e da inovação à finalidade principal das atividades de pesquisa, intensificando o processo de disputa do fundo público para a iniciativa privada.

A redefinição da função social da universidade pública brasileira é uma resposta do Estado à demanda dos empresários da educação e aos interesses do capital. Esse marco legal permite que a empresa utilize espaços, equipamentos e servidores de instituições públicas, inclusive, a simplificação dos contratos e processo licitatório entre essas instituições e as empresas. As fundações de direito privado (ditas de apoio) estão autorizadas a receber recursos das agências federais de fomento (Capes, CNPq e Finep) e a lei, além do mais, permite o acesso a recursos públicos, ou seja, esse novo marco legal fortalece o privatismo exaltado por meio das diversas modalidades de parceiras público-privadas, com ações de gerenciamento das atividades nas IES públicas pelos APHEs.

Na realidade, no século XXI, intensifica-se a relação da universidade ao processo de acumulação do capital em todo o mundo e a produção do conhecimento com o controle empresarial. Uma lógica de subordinação de interesses particulares de corporações no Brasil, que não são ativas em ciência e tecnologia, "mas que se valem das universidades para resolver problemas de adaptação de tecnologias, certificações, testes, e mesmo a realização de etapas de grandes projetos de pesquisa que demandam uso significativo de força de trabalho" (LEHER, 2018, p. 161).

A relação de parcerias entre Estado e Organizações da Sociedade Civil se intensifica nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, particularmente, no período da criação do novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, quando o mecanismo de fundo patrimonial aparece pela primeira vez na legislação brasileira.

As diversas modalidades de parcerias público-privadas vão assumindo novos contornos. Em 2012, o grupo de intelectuais orgânicos em defesa da agenda dos fundos patrimoniais no

Brasil elaborou a "Proposta de Projeto de Lei – Fundos Patrimoniais Vinculados". Esse grupo apresentou propostas de ampliação da criação dos *endowments* ao PL nº 4.643/2012. Além do mais, propostas da mesma natureza ao projeto de lei PLS nº 16/2015, que tramita no Senado, e apresentou subsídios técnicos e proposta de redação para o PL nº 6775/2016.

O PL nº 4643/2012 da Deputada Federal Bruna Furlan (PSDB/SP) autoriza a criação de Fundo Patrimonial (*endowment fund*) nas instituições federais de ensino superior. A proposta do projeto de lei é criar um regime misto, em que as IFES poderiam receber verbas também de entes privados. Isso significa o gerenciamento privado dos recursos públicos do Estado, comprometendo a autonomia da universidade e subordinando o ensino e a pesquisa aos interesses privados.

O relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, deputado federal Paulo Teixeira[255] (PT-SP), apresentou a PL nº 4.643/2012 e, articulado à Secretaria Geral, seguindo a demanda do grupo de estudo coordenado pelo IDIS, "incorporou em seu relatório a ideia da ampliação dos *endowments* para além das universidades públicas. Era a primeira vez que o tema aparecia no Congresso de forma a contemplar também as entidades privadas sem fins lucrativos" (LOPES, 2019, p. 197, grifos meus), tanto a deputada Federal Bruna Furlan (PSDB/SP) quanto o deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP) na defesa do mesmo projeto. Segundo Lopes (2019), além do IDIS, outras instituições passaram a se dedicar ao estudo sobre o tema, como o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE).

> Parte das questões referentes à sustentabilidade das organizações que estavam na agenda MROSC foi escolhida como pauta dos trabalhos do projeto apresentado em 2015 pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), em parceria com a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e que recebeu apoio financeiro da União Europeia, Instituto de Cidadania Empresarial, Instituto C&A, Instituto Arapyaú, Instituto de Cidadania Empresarial e Fundação Lemann (LOPES, 2019, p. 198).

Na Câmara e no Senado Federal foram elaborados e encontravam-se em tramitação – antes da promulgação da Lei nº 13.800/2019 – vários projetos de lei voltados para a criação de fundos patrimoniais nas universidades, instituições culturais e unidades de conservação, como apresentados no quadro abaixo.

[255] Paulo Teixeira é vice-presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) e está no quarto mandato como deputado federal por São Paulo. Foi subprefeito de São Miguel Paulista no governo Luiza Erundina (1989-1992) e secretário municipal de Habitação na gestão de Marta Suplicy (2001-2004). Foi também deputado estadual e vereador. Disponível em <http://pauloteixeira13.com.br/#quem-e>. Acesso em 10 de fevereiro de 2021

Quadro 27 – Projetos de Lei para a criação de fundos patrimoniais no Brasil

Projeto de Lei	Autoria	Ementa
PL nº 4.643/2012[256] (em tramitação no Senado como PLC nº 158/2017)[257]	Deputada Federal Bruna Furlan (PSDB/SP)	Autoriza a criação de Fundo Patrimonial (*endowment fund*) nas instituições federais de ensino superior.
PLS nº 16/2015[258] (em tramitação na Câmara como PL nº 8.694/2017)[259]	Senadora Ana Amélia (PP/RS)	Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior.
PL nº 6.345/2016[260] (apensado ao PL nº 8.512/2017)[261]	Deputada Federal Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	Regulamenta a criação de Fundos Patrimoniais destinados à formação de poupança de longo prazo para apoiar as entidades sem fins lucrativos que atuam na atividade desportiva.
PLS nº 160/2017[262]	Senador Elmano Ferrer (PMDB/PI)	Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de unidades de conservação federais.
PL nº 7.619/2017[263]	CPI – Lei Rouanet	Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para promover aperfeiçoamentos no Pronac e em seus mecanismos de promoção do setor da cultura.
PL nº 7.641/2017[264]	Deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	Dispõe sobre fundos patrimoniais vinculados (*endowments funds*) no setor cultural para as entidades privadas de natureza cultural, sem fins lucrativos.

Fonte: Elaboração da autora (2021).

A senadora Ana Amélia (PP/RS), autora do PL nº 8694/2017 (Origem: PLS nº 16/2015), em entrevista à TV Senado[265], defende que precisamos encontrar novas fontes de recursos para ciência, tecnologia e inovação. O fundo patrimonial reúne capital formado por capital de doações (imóveis, dinheiro, dólares, joias, peças de arte) que será aplicado em áreas que deem

[256] Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=558376>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.
[257] Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131755>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.
[258] Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119636>. Acesso em: 15 de fev. 2021.
[259] Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2152978>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.
[260] Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2114763>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.
[261] Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2150541>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.
[262] Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129301>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.
[263] Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2136700>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.
[264] Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2137615>. Acesso em 15 de fevereiro de 2021.
[265] Entrevista publicada em 30 de agosto de 2017. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=zaccBObqhUo&t=24s Acesso em 09 de novembro de 2018.

retorno, e o rendimento investido será o dinheiro que irá financiar e sustentar as pesquisas. Esse é o princípio do fundo patrimonial que compõe uma instituição jurídica de interesse privado, mas com atuação no setor público. O público não estatal e a diluição das fronteiras entre o público e privado segue a todo vapor.

Esses intelectuais orgânicos do capital elaboram um documento onde descreve os benefícios da aprovação do PLS nº 16/2015. O estudo do Levisky Negócios & Cultura (2016b) destaca que a aprovação desse Projeto de Lei trará grandes benefícios para as entidades mercantil-filantrópicas. "Organizações sem fins lucrativos e universidades públicas (e fundações de amparo à pesquisa) poderão ampliar sua capacidade de financiamento operacional e atração de doadores à sua causa" (p. 21). Os benefícios destacados são:

Quadro 28 – Benefícios do PLS 16/2015 elencados pelo Levisky Negócios & Cultura

Atração de mais recursos para atividades em benefício público: Segundo estimativas do "Johns Hopkins Center for Civil Society Studies", o governo norte-americano concede US$ 52,9 bilhões em incentivos fiscais e, com isso, consegue estimular US$ 321 bilhões em doações, ou seja, seis vezes o valor da renúncia fiscal é revertido por meio de doações para atividades socioambientais (fontes: Giving USA, 2014 e Budget of the United State Government FY 2014, Special Analyses). Se no Brasil o efeito da renúncia fosse metade dos Estados Unidos, essa legislação estimularia três vezes o valor da renúncia de receita, o que já representa impacto significativo no capital disponível para ações que poderiam ser direcionadas a áreas estratégicas para o país.
Renúncia fiscal sem aumento da alíquota legal: O projeto de lei proposto pela senadora Ana Amélia prevê a doação de pessoas físicas e jurídicas aos fundos patrimoniais sem aumento da alíquota da renúncia, enquadrando-se nos parâmetros já existentes e previstos na legislação tributária.
Legislação moderna como em outros países: Uma legislação específica para fundos patrimoniais trará ao Brasil as boas práticas existentes em outros países que possuem legislação semelhante sobre a criação de fundos patrimoniais (*endowments*) por todas as organizações sem fins lucrativos e universidades (ex.: EUA e Inglaterra, China, Índia, Rússia e México). No PL 16/2015, optou-se pela segregação do fundo patrimonial em uma pessoa jurídica distinta da pessoa jurídica sem fins lucrativos ou da pessoa jurídica universidade, o que trará maior segurança jurídica aos doadores.
Desenvolvimento das universidades públicas: No caso das instituições de ensino, a existência dessa estrutura permite que a entidade invista em pesquisa, construa melhores instalações e busque excelência em suas atividades. Aquelas que se utilizaram dessa estrutura ocupam, atualmente, posições de destaque em suas áreas de atuação. Dentre as dez melhores instituições de ensino do mundo, seis são dos Estados Unidos e quatro da Inglaterra e todas possuem *endowments* (Fonte: http://www.topuniversities.com). Dois terços do grupo formado por 4.000 instituições superiores americanas possuem *endowments*, o que representou, no ano de 2011, cerca de 19 bilhões de dólares financiando pesquisa, aprimoramento de capacidade técnica e gestão.
Desenvolvimento do terceiro setor: Pesquisa de referência do setor intitulada O Mapa das Organizações da Sociedade Civil do Instituto e Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) aponta a existência de 303 mil organizações da sociedade civil no país em 2014. A possibilidade de se instituir um fundo patrimonial com regras previstas em lei contribuirá para que essas organizações possam adotar essa ferramenta útil para a gestão responsável e planejamento de longo prazo.
Desenvolvimento das iniciativas na área de educação e cultura: No exterior, os fundos patrimoniais, em especial das universidades e museus, são importantes receptores de doações, que viabilizam suas existências na perenidade e permitem o investimento em melhores práticas de gestão e infraestrutura.

Desenvolvimento das iniciativas na área da saúde: Os hospitais sem fins lucrativos (Santas Casas, por exemplo) também serão beneficiados, contando com mais um instrumento de sustentabilidade para essas organizações que estão passando por um momento de crise e que são fundamentais para o sistema de saúde da população brasileira.
Fortalecimento do mercado de capitais: Os FPs são estruturas de investimento de longo prazo. No Brasil, em função das altas taxas de juros históricas, temos poucos investidores dessa natureza, o que fragiliza nosso mercado de capitais. Além disso, são os principais investidores em negócios e fundos de investimento de impacto, novos mecanismos de desenvolvimento socioambiental de um país.
Fonte alternativa de recursos para áreas de interesse público após teto dos gastos públicos: Com a limitação de gastos públicos, os FPs poderão ser uma fonte alternativa de recursos para áreas de suma importância para nossa sociedade, como educação, assistência social, saúde, meio ambiente e cultura.

Fonte: Levisky (2016b).

Cabe destacar que os benefícios elencados pelo Levisky (2016b) atendem os interesses rentistas, fundamentalme do capital bancário, projeto antagônico dos sujeitos coletivos combativos que defendem o uso exclusivo do fundo público à educação pública. A pauta dos fundos patrimoniais intensifica-se após o congelamento do teto dos gastos com a Emenda Constitucional (EC nº 95/2016), e os sujeitos políticos do capital justificam a criação desse tipo de fundos devido à falta de recursos públicos para as políticas sociais, visando fortalecer mais uma forma de parceria público-privada para a educação superior brasileira.

Historicamente, os governos brasileiros criam e fortalecem as iniciativas privadas por meio das diversas modalidades de parcerias público-privadas, como: Programa de Crédito Educativo (Creduc), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade para Todos (Prouni), Programa IES/BNDES, PROIES, marco legal da Ciência e Tecnologia (Lei nº 13.243/2016), cobrança de mensalidade pela pós-graduação *lato sensu*, corte no orçamento para as IES públicas, respondendo às demandas do setor privatista de várias formas de financiamento criadas e/ou alteradas, contando com a participação do fundo público (QUEIROZ, 2014, 2015).

No período 2003/2016 foi conduzido pela política de coalizão de classes um novo "acordo pelo alto" na história brasileira, com processo de aburguesamento da burocracia partidária e sindical da classe trabalhadora, que suprimiu a sua pauta de ação política, a "revolução contra a ordem" pela "ocupação do poder", sendo essa, mais uma face do processo contrarrevolucionário permanente. Em 2016, o Brasil vivencia uma nova fase da contrarrevolução, realizada pelas frações mais agressivas e conservadoras da burguesia sob a direção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, logo depois, sob a direção do Partido Social Liberal (PSL) em 2019 (LIMA, 2019).

Como vimos no capítulo anterior, o golpe parlamentar de 2016 não significou isenção dos governos petistas do afastamento ilegal de Dilma Rousseff, que foi apontado sem comoção

do conjunto da sociedade. Esse processo representou a falência da política de coalizão de classe, marcado por elementos estruturantes da democracia restrita no capitalismo dependente, sendo a classe trabalhadora a grande vítima das ações jurídicas e políticas institucionais – um verdadeiro atentado à combalida democria no Brasil para atender aos interesses de dominação burguesa.

> Em nome da ordem e do progresso, os aventureiros que assumiram o poder, sem nenhuma legitimidade para radicalizar uma política que havia sido rejeitada nas urnas, partiram com voracidade contra os direitos dos trabalhadores, as políticas sociais e a soberania nacional. Os ministérios econômicos foram entregues à sanha do mercado, e os demais, aos apetites da fisiologia. A altíssima coincidência de nomes-chaves entre os próceres que compõem o ministério de Temer e os que fizeram parte das administrações petistas evidencia que o novo governo não é a negação do anterior, mas sua metástese. Um é consequência do outro. Ao dar as costas a seus eleitores, Dima abriu a Caixa de Pandora e liberou as taras do capital. Ao levar ao paroxismo a terceirização do governo em favor do PMDB, o PT tornou-se supérfluo. Tornando-se mera peça decorativa. Dilma perdeu a credencial para permanecer no Planalto. A radicalização do ajuste neoliberal requer a ação de um Estado de Exceção abertamente autocrático. A gritante discrepância entre a imoralidade e absoluta falta de compostura do "andar de cima" e o rigor e disciplina exigidos do "andar de baixo" deve intensificar ainda mais a luta de classes (SAMPAIO JR, 2017, p. 247).

O período pós 2016, governo Michel Temer (2016-2018), foi marcado por duras medidas para o conjunto da classe trabalhadora, que busca destruir completamentos os parcos direitos sociais presentes na CF de 1988, direcionando ações como a Reforma Trabalhista, EC nº 95/2016, Lei das Terceirizações, Reforma da Previdência, a proposta de Reforma Administrativa, a proposta EC da desvinculação da educação e saúde de financiamento da união e estados, entre outras.

O documento "Uma ponte para o futuro" (2015), elaborado pela Fundação Ulisses Guimarães do PMDB, indica clamente o programa de governo Michel Temer. Esse documento é uma das principais ações conduzidas pela ofensiva reacionária da burguesia brasileira na atualidade (LIMA, 2019). O diagnóstico do governo apresenta um programa de soluções a crise fiscal, não considerando as dimensões políticas, econômicas e sociais. Esse programa adotado pela burguesia omite a prioridade do governo de ajuste das contas públicas para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, destinando grande parte do fundo público para as despesas com a dívida e reduzindo os recursos disponíveis ao financiamento do serviço público.

O documento aponta também que a origem da chamada crise fiscal tem a ver com os direitos sociais consignados na CF, que "a solução será **muito dura** para o conjunto da população" (PMDB, 2015, p. 5). O programa de governo Temer propõe uma ação forte e articulada, que conduza a um conjunto de contrarreformas nas leis e na CF, portanto a solução é destruir completamente os direitos historicamente conquistados pelas classes trabalhadoras, especialmente na área da educação, saúde e assistência social. Lima (2019, 23-24) destaca que

> O documento criticava as despesas públicas aprovadas com a Constituição Federal de 1988, especialmente as despesas obrigatórias ou vinculações constitucionais e os benefícios previdenciários e anunciava a pauta política do governo Temer: (i) o aprofundamento da política de pagamento dos juros e amortizações da dívida pública, em detrimento do financiamento público das políticas públicas; (ii) as desvinculações das receitas da União, especialmente dos gastos com saúde e educação públicas; e (iii) a contrarreforma da Previdência Social.

A autora também destaca que as políticas apresentadas no referido documento, em outubro de 2015, foram materializadas pela EC nº 95/2016 que limita por vinte anos os gastos públicos, e pelo documento intitulado A Travessia Social – Uma Ponte para o Futuro (2016), elaborado também pela Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB, apresentando as ações do governo federal para intensificar o desmonte dos serviços públicos e fortalecer a iniativa privada.

O governo federal anunciou, em 2016, cortes orçamentários para a educação pública. Intensifica-se o processo de reconfiguração da educação superior brasileira após a promulgação da EC nº 95/2016, que limita por vinte anos os gastos públicos. Leher (2018, p.12) afirma que, nesse momento, o Estado foi todo redesenhado.

> [...] A medida matriz da contrarreforma é a Emenda Constitucional nº 95/2016, que congela as despesas primárias do governo federal por 20 anos, provocando uma queda acentuada dos gastos sociais, mensuradas por percentuais do PIB (Produto Interno Bruto), podendo alcançar queda anual das despesas primárias entre 0,5% e 0,8%, o que inviabilizará os gastos sociais. É importante lembrar que as despesas primárias compõem todos os gastos públicos, exceto o pagamento dos juros, serviços e amortizações da dívida pública que, com a Emenda, fica protegido de qualquer corte ou limitação futura.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/55, conhecida como "PEC do fim do mundo", contou com uma grande mobilização dos movimentos sociais, sindical e estudantil contra esse retrocesso. A PEC foi aprovada em 13 de dezembro de 2016 em meio a uma brutal repressão policial às manifestações na Esplanada e em todo o Brasil, consolidando-se na EC nº 95, que instituiu, até 2036, um novo regime fiscal. As universidades federais estão sendo profundamente atingidas, com seus recursos públicos estagnados, comprometendo o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, atingindo a área de ciência, tecnologia e inovação.

Adicionalmente, novas ações e propostas são apresentadas para o fortalecimento das IES privadas, bem como a cobrança de mensalidades nas IES públicas, associadas aos interesses do capital financeiro, orientado e reforçado pelo Banco Mundial no documento "Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil" (2017) – entregue ao ministro

Henrique Meireles, mas que havia sido encomendado pelo ministro da fazenda Joaquim Levy[266] do governo Dilma Rousseff em 2015. O desmonte da universidade pública significa até mesmo destruir a ciência e a tecnologia no Brasil, o que irá impossibilitar o desenvolvimento de alternativas aos problemas estruturais que envolvem a humanidade, colocando o país em uma condição neocolonial.

No dia 01 de agosto de 2018, Abilio Neves, presidente da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, anunciou, por meio do Ofício nº 245/2018-GAB/PR/CAPES[267], encaminhado ao Ministério da Educação que, em decorrência dos cortes orçamentários, poderia suspender mais de 93 mil bolsas da pós-graduação – mestrado, doutorado e pós-doutorado a partir de agosto de 2019. Destaca as seguintes consequências da limitação do gasto social:

> **1. Pós-graduação:** Suspensão do pagamento de todos os bolsistas de mestrado, doutorado e pós-doutorado a partir de agosto de 2019, atingindo mais de 93 mil discentes e pesquisadores, interrompendo os programas de fomento à pós-graduação no país, tanto os institucionais (de ação continuada) quanto os estratégicos (editais de indução e acordos de parceria com os estados e outros órgãos governamentais). **2. Formação dos Profissionais da Educação Básica:** Suspensão dos pagamentos de 105 mil bolsistas a partir de agosto de 2019, acarretando a interrupção do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), (Edital n° 7/2018), do Programa de Residência Pedagógica (Edital n° 7/2018) e do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), (Edital nº 19/2018). Interrupção do funcionamento do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e dos mestrados profissionais do Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), com a suspensão dos pagamentos a partir de agosto de 2019, afetando os mais de 245.000 beneficiados (alunos e bolsistas – professores, tutores, assistentes e coordenadores) que se encontram inseridos em, aproximadamente, 110 IES, que ofertam em torno de 750 cursos (mestrados profissionais, licenciaturas, bacharelados e especializações) em mais de 600 cidades que abrigam polos de apoio presencial. **3. Cooperação Internacional:** Prejuízo à continuidade de, praticamente, todos os programas de fomento da Capes com destino ao exterior.

Segundo a reportagem de Sílvia Mugnatto[268], Rossieli Soares, ministro da educação do governo Michel Temer, propôs alterações na legislação sobre financiamentos nas universidades públicas para que essas pudessem captar recursos privados. Sugeria que a Lei de Diretrizes

---

[266] Em janeiro de 2016, logo depois de deixar o Ministério da Fazenda, foi nomeado diretor financeiro do Banco Mundial (BIRD), em Washington. E, no dia 07 de janeiro de 2019, ocupou o cargo de presidente do BNDES do governo Jair Bolsonaro.

[267] Disponível em https://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=0746852&codigo_crc=6755A444&hash_download=ef5e65b749e9b6a0c124c56e438345f0dbb86d4b097fccd29f4b4221365642ee971b5a5e507aea925d83d67d1d4d79f08696fa5be30b507aa19122ff68c396a9&visualizacao=1&id_orgao_acesso_externo=0 Acesso em 10 de agosto de 2018.

[268] Matéria da Câmara dos deputados do dia 16 de mai. 2018. Disponível em http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/557480-MINISTRO-SUGERE-ALTERACAO-NA-LEI-PARA-QUE-UNIVERSIDADES-POSSAM-BUSCAR-RECURSOS.html Acesso em 06 de agosto de 2018.

Orçamentárias trouxesse uma regra que permitisse às universidades prestar serviços públicos, inclusive para instituições públicas fundamentais. Seguindo a mesma lógica, o deputado Alex Canziani (PTB-PR) defendia a necessidade de estimular a criação de fundos de doações privadas para as universidades públicas. Para ele, isso é uma prática que existe no mundo inteiro, na Ásia, na Europa e nos EUA, segundo o deputado. "E nós acreditamos que, até em função do momento que está vivendo o Brasil, da contenção de gastos, seria uma maneira de levantarmos recursos para as nossas universidades" – afirmação do deputado destacada pela repórter.

Nesse sentido, as ações do aparelho do Estado e dos APHs seguem fortalecendo o desmonte das políticas públicas por meio da agenda dos fundos patrimoniais. Em 2018, foi criada a Coalizão pelos Fundos Filantrópicos, um grupo que contempla vários setores, composto por mais de setenta membros, entre organizações, empresas e pessoas que apoiam a regulamentação dos Fundos Patrimoniais no país.

As entidades empesariais atuam por dentro e por fora do Estado. Após o incêndio que destruiu grande parte do acervo do Museu Nacional no Rio de Janeiro, essas entidades conseguiram emplacar suas propostas de regulamentação para as instituições com fundo patrimonial como política de governo com a aprovação da Medida Provisória (MP) nº 851/2018, que visa regulamentar os Fundos Patrimoniais no Brasil, assinada pelo presidente Michel Temer no dia 10 de setembro de 2018. Essa temática esteve em destaque na grande mídia brasileira nos últimos anos, como demonstra a tabela abaixo.

Quadro 29 – O tema fundo patrimonial na mídia

Boletim Gife 30 de julho de 2018	Coalizão defende regulamentação dos Fundos Patrimoniais Filantrópicos no Brasil
Rádio Jovem Pan 04 de setembro de 2018	Incêndio no Museu Nacional expõe ferida brasileira: falta de investimento para Cultura
Band News 04 de setembro de 2018	Fundos Patrimoniais
Folha de São Paulo 05 de setembro de 2018	Coalizão apoia lei para criação de fundos para museus e outras instituições
Band News TV 05 de setembro de 2018	Fundo Patrimonial pode salvar museus de fechar portas
Estadão Conteúdo, O Globo e Terra 05 de setembro de 2018	IDIS divulga Nota Pública de apoio à regulamentação dos Fundos Patrimoniais Filantrópicos
Ministério da Cultura 10 de setembro de 2018	Fundos Patrimoniais ampliam perspectivas para museus no país
Nexo Jornal 13 de outubro de 2018	A favor dos Endowments: o Brasil precisa preservar legados
Pesquisa FAPESP 24 de outubro de 2018	Estratégias para manter museus saudáveis

Revista Filantropia 12 de novembro de 2018	Coalizão pelos Fundos Filantrópicos prepara Carta aos Parlamentares, pedindo ajustes na MP 851
Valor Econômico 12 de novembro de 2018	MP dos Fundos Patrimoniais Filantrópicos
Valor Econômico 27 de novembro de 2018	Comissão avalia MP sobre Fundos Patrimoniais
Folha de São Paulo 03 de dezembro de 2018	O que desperta nossa solidariedade
Globo G1 10 de dezembro de 2018	Câmara aprova MP que permite criação de fundos patrimoniais
Jovem Pan News 17 de dezembro de 2018	Temer deve sancionar nos próximos dias a lei que facilita investimento privado
Valor Econômico, 04 de janeiro de 2019	Nova Lei impulsionará *Endowments* no Brasil
Estado do Ceará e Folha de São Paulo 08 de janeiro de 2019	Fundos Patrimoniais serão bons para mercado de capitais, diz especialista
O Globo 08 de janeiro de 2019	Com novo marco, fundos patrimoniais devem atrair bilionários brasileiros para causas sociais e culturais
Veja 18 de janeiro de 2019	Uma lei na direção certa
Alliance Magazine 22 de janeiro de 2019	Jair Bolsonaro rouba manchetes, mas algo surpreendente aconteceu na política brasileira / *Jair Bolsanaro steals headlines, but something amazing just happened in Brazilian politics*
Capital Aberto 08 de março de 2019	Lei de *Endowment* pode transformar o Brasil
Stanford Social Innovation Review 13 de março de 2019	A nova lei de doações do Brasil pode fortalecer a filantropia e a democracia em todo o mundo /*Brazil's new endowment law could strengthen philanthropy and democracy around the globe*
Folha de São Paulo 04 de maio de 2019	Regulação de fundo patrimonial pode elevar doações de fortunas
Estadão 07 de maio de 2019	Filantropia familiar ganha força no Brasil
MCTIC, 31 de maio de 2019	Comissão do Senado aprova dedução de IR a doações para pesquisas científicas
Mattos Filho 12 de junho de 2019	Fundações de apoio passam a poder figurar como organizações gestoras de fundos patrimoniais
Estadão 05 de julho de 2019	Impactos da regulamentação dos *endowments* no Brasil
Estadão 28 de agosto de 2019	O Future-se pode ser mais simples e eficiente
Estadão 30 de agosto de 2019	Por que doadores privados não dão dinheiro para o setor público?
Jovem Pan 02 de setembro de 2019	Um ano depois do incêndio no Museu Nacional, lei que facilitaria reconstrução não saiu do papel
Folha de São Paulo, 29 de novembro de 2019	Articuladores dos Fundos Patrimoniais lançam livro sobre captação de recursos para filantropia
Valor Investe 11 de dezembro de 2019	Puxados por herdeiros, filantropia e investimento de impacto ganham relevo no *wealth management*
VEJA 20 de dezembro de2019	Privatização contra a pobreza

Valor Econômico 07 de janeiro de 2020	Bancos começam a criar estruturas para 'endowments'
Folha de São Paulo 10 de fevereiro de 2020	A importância dos fundos filantrópicos na educação
Agencia Brasil, 12 de fevereiro de 2020	BNDES anuncia foco na promoção de fundos patrimoniais filantrópicos
Exame 13 de fevereiro de 2020	À espera de (mais) doações
VEJA 28 de outubro de 2020	Organizações cobram do governo regulamentação de incentivo cultural

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados do IDIS[269].

Há tempos as IFES se deparam com grandes bloqueios e cortes orçamentários que atingem, diretamente, as condições para a continuidade do desenvolvimento de suas atividades. Esse quadro de redução de recursos intensifica-se com a EC nº 95/2016 e com o decorrente congelamento dos gastos sociais. Aprofunda-se no governo Bolsonaro que impõe como alternativa uma proposta de alteração dos eixos históricos que sustentam o caráter público das IFES e apresenta os fundos patrimoniais como a nova face da intensificação do desmonte das universidades públicas brasileiras.

A Lei nº 13.800/2019, que regulamenta a constituição de fundos patrimoniais, foi promulgada no dia 04 de janeiro de 2019 pelo presidente Jair Bolsonaro, mas como já sinalizamos, esse processo vem sendo pavimentado pelos governos anteriores. Atende à demanda do empresariado organizado que vem pressionando o governo por essa pauta, fortalecendo as parcerias público-privadas e a nova modalidade de explorações lucrativas. Os fundos desse tipo, no Brasil, não surgem com a lei dos Fundos Patrimoniais e não impõem limitações aos fundos de instituições privadas já existentes. E sim, cria novas regras, especialmente para os fundos destinados a entidades públicas.

Como vimos, antes da referida lei entrar em vigor, os fundos patrimoniais de instituições privadas sem fins lucrativos já era uma prática no Brasil. A novidade, com a promulgação da Lei nº 13.800/2019, os recursos desse tipo fundo passam a ser direcionados, também, à execução de programas, projetos e atividades das instituições públicas (administração direta ou indireta) no Brasil.

Segundo Priscila Pasqualin – sócia do PLKC Advogados e conselheira do IDIS – o trabalho de *advocacy* da instituição esteve presente na discussão dos projetos de lei com os legisladores; apresentou propostas de emendas que contemplassem as instituições e causas filantrópicas para formar o Fundo Patrimonial; sugeriu a criação de pessoa jurídica autônoma

[269] Disponível em https://www.idis.org.br/coalizao/ Acesso 10 de novembro de 2020.

vinculada à instituição; recomendou formas de administração, de políticas de investimento e de resgate; formulou as regras de transparência e operação, com foco no longo prazo.

> Ainda que nem todos, muitos de nossos objetivos acerca da Lei 13.800/19 (Lei dos Fundos Patrimoniais) foram alcançados a começar pelo correto conceito de Fundo Patrimonial que a Lei traz: "conjunto de ativos de natureza privada instituído, gerido e administrado pela Organização Gestora de Fundo Patrimonial com o intuito de constituir fonte de recursos de longo prazo, a partir da preservação do principal e da aplicação de seus rendimentos" (PASQUALIN, 2019, p. 16).

Os projetos de leis existentes contemplavam áreas como educação, saúde, assistência social e cultura. Outro objetivo dos APHs, alcançado com a promulgação da lei, foi a ampliação das áreas. Com o novo marco legal, poderão ser criados fundos patrimoniais relacionados à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação, à cultura, à saúde, ao meio ambiente, à assistência social, ao desporto, à segurança pública, aos direitos humanos e a demais ramos de interesse público, ou seja, as políticas sociais estarão vinculadas aos fundos patrimoniais para atender aos interesses empresariais para expandir o patrimônio de seus APHs.

A lei dos fundos patrimoniais é facultativa para as entidades que já possuem fundo patrimonial. A referida lei não é de aplicação obrigatória, mas é imprescindível para a instituição pública que queira um fundo patrimonial exclusivo. Pasqualin (2019) destaca que o referido marco legal estabeleceu a participação de três pessoas jurídicas distintas.

Quadro 30 – Pessoas jurídicas distintas da Lei nº 13.800/2019

Organização Gestora de Fundo Patrimonial (OGFP)	Constitui, necessariamente, uma associação ou fundação privada, com o intuito de atuar exclusivamente para um fundo patrimonial na captação e na gestão das doações oriundas de pessoas físicas e jurídicas e do patrimônio constituído.
Instituição Apoiada	Pode ser uma instituição pública ou privada sem fins lucrativos, sendo os órgãos a ela vinculados dedicados à consecução de finalidades de interesse público e beneficiários de programas, projetos ou atividades financiadas com recursos de fundo patrimonial.
Organização Executora	Pode ser uma instituição sem fins lucrativos ou uma organização internacional reconhecida e representada no país, que atue em parceria com instituições apoiadas e que seja responsável pela execução dos programas, dos projetos e de demais finalidades de interesse público.

Fonte: Pasqualin (2019).

A instituição pública não poderá gerir o fundo. A organização executora do fundo patrimonial, segundo a Lei nº 13.800/2019, exige que a instituição sem fins lucrativos ou organização internacional seja reconhecida e representada no Brasil. A lei cria a Organização Gestora de Fundo Patrimonial (OGFP), pessoa jurídica de direito privado, responsável por captar e gerir o fundo patrimonial, podendo instituir-se uma associação ou fundação privada,

ou seja, o *endowment* que representa um conjunto de ativos de natureza privada será gerido pela OGFP, que será um dos investidores do mercado financeiro. A gestão desse tipo de fundo pela instituição apoiada passa a ser vedada na referida lei

> Para atingir seu objetivo de geração de rendimentos e de preservação do patrimônio no longo prazo, a OGFP será, naturalmente, um dos investidores do mercado financeiro, possuidora de um capital paciente, que admite fazer investimentos de longuíssimo prazo e/ou maior risco, como investimentos em infraestrutura, em florestas, em startups, em inovação, em investimentos que respeitem os princípios ESG, ou seja, que respeitem o meio ambiente, o social e aspectos de governança. Nesse sentido, a OGFP pode investir ativos do Fundo Patrimonial em fundos regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários, em títulos públicos ou privados, em ações, entre tantos outros (PASQUALIN, 2019, p. 33-34).

A Lei nº 13.800/2019, em seu artigo 13, institui as seguintes fontes de receitas do fundo patrimonial: os aportes iniciais; as doações financeiras de bens móveis e imóveis e o patrocínio de pessoas físicas, de pessoas jurídicas privadas, nacionais ou estrangeiras, de Estados estrangeiros e de organismos internacionais e multilaterais; os ganhos de capital e os rendimentos oriundos dos investimentos realizados com seus ativos; os recursos derivados de locação, empréstimo ou alienação de bens e direitos ou de publicações, material técnico, dados e informações; os recursos destinados por testamento nos termos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) ; as contribuições associativas; as demais receitas patrimoniais e financeiras; a exploração de direitos de propriedade intelectual decorrente de aplicação de recursos do fundo patrimonial; a venda de bens com a marca da instituição apoiada; e os recursos provenientes de outros fundos patrimoniais.

Uma das pautas dos APHEs é a disputa do fundo público e a regulamentação da "filantropização via privatização" (um termo criado pelo professor Lester Salamon, como vimos) que, em alguns aspectos, está prevista na lei e discutida pelos sujeitos políticos do capital em defesa da transferência de recursos públicos para os fundos patrimoniais no Brasil. Segundo Paqualin (2019), advogada e defensora da agenda dos fundos patrimoniais,

> O mais próximo que a Lei 13.800/19 chegou desse conceito do professor Salamon foi a possibilidade de se doar recursos às OGFPs no âmbito da execução de termos de ajuste de conduta, acordos de leniência e colaboração premiada. Mas a Lei 13.800/19 impediu a transferência de recursos da administração pública direta, autárquica, fundacional e de empresa estatal dependente, incluída a instituição pública apoiada, para Fundos Patrimoniais, o que, a nosso ver, poderia ser revisto (PASQUALIN, 2019, p. 32).

Outro destaque positivo para os intelectuais orgânicos do capital é que esse marco legal atendeu a demanda das entidades mercal-filantrópicas sobre os aspectos de governança, seguindo as experiências internacionais e exigindo três instâncias: o Conselho de Administração, o Comitê de Investimentos e o Conselho Fiscal. A legislação prevê a

possibilidade de remuneração aos dirigentes e membros do Comitê de Investimentos e do Conselho Fiscal.

Os incentivos fiscais de Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) e Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) para os acionistas/'doadores' havia sido contemplado no projeto de conversão da Medida Provisória, que foi vetado na lei. A nova legislação garante a vinculação da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet)[270], à doação e ao patrocínio, que será regulamentada pela Secretaria da Cultura. Uma das demandas da coalizão era a ampliação do benefício fiscal para as demais causas, mas não foi contemplada. Segundo Fabiani (2019, p. 206), as outras duas propostas eram: "regras claras de gestão e governança, que foi atendida, e amplitude de causas, que também está incorporada na Lei 13.800/2019". A autora destaca que o movimento da coalizão continuará pressionando

> Para atrair recursos privados e ampliar a adesão à legislação é importante que o incentivo fiscal para doação seja válido para todas as causas. E, além do incentivo fiscal, acreditamos que a exoneração da tributação das aplicações financeiras também é recomendável. Em outras partes do mundo é assim: **os *endowments* não pagam tributos sobre seus rendimentos**. (FABIANI, 2019, p. 206).

Segundo Pasqualin (2019), no exterior, os *endowments* foram os pioneiros nos investimentos de impacto e pelo retorno financeiro ao próprio investimento. No Brasil, as instituições apoiadas com os rendimentos do Fundo Patrimonial terão de ser públicas ou sem fins lucrativos. O retorno do investimento se dá por meio de capital de longo prazo no mercado financeiro, **com potencialidade de investimento superior aos fundos de pensão**, "que possuem um passivo implícito desde sua concepção. No exterior, os *endowments* são responsáveis por investimentos em infraestrutura, florestas, investimentos alternativos, investimentos em *private equity*" (PASQUALIN, 2019, p. 49). A autora destaca que

> No âmbito dos negócios de impacto, apenas aqueles operados por instituições sem fins lucrativos podem fazer parte das instituições apoiadas. Porém, dentre o pool de investimentos do Fundo Patrimonial, para gerar rendimentos, pode haver uma parcela voltada para os investimentos de impacto. Por essa razão, a ENIMPACTO, no seu eixo voltado para a promoção de um ambiente institucional e normativo favorável aos investimentos e aos negócios de impacto, acompanhou a edição da Lei 13.800/19 e, atualmente, apoia o *advocacy* para a regulamentação da tributação dos Fundos Patrimoniais pela Receita Federal do Brasil.

Podemos perceber que há algumas discordâncias entre as frações burguesas e a disputa intraclasses dos intelectuais orgânicos do capital sobre as alterações ocorridas na Medida Provisória 851/2018 na promulgação da lei. Os desacordos estão diretamente ligados aos vetos

[270] A Lei nº 8.313 do dia 23 de dezembro de 1991 – Lei Rouanet – foi criada pelo presidente Fernando Collor de Mello que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). Fortalece a política de incentivos fiscais que possibilita empresas (pessoas jurídicas) e pessoas físicas aplicarem uma parte do IR (imposto de renda) em ações culturais, beneficiando as entidades mercantil-filantrópicas com fins engordativos que contam com as isenções fiscais.

dos incentivos fiscais, o modelo de governança complexo e política de resgate dos fundos patrimoniais, como determinações complexas e rígidas – esses sujeitos políticos passam a questionar se esse modelo é obrigatório para todo e qualquer fundo patrimonial no Brasil.

O novo marco legal não determina que os Fundos Patrimoniais existentes devam se adaptar ao novo modelo instituído. Segundo Eduardo Pannunzio (2019, p. 75), intelectual orgânico defensor dos fundos patrimoniais e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas Escola de Direito de São Paulo, o primeiro artigo da lei destaca, de forma implícita, a multiplicidade de modelos, referindo-se "aos 'Fundos Patrimoniais constituídos nos termos dessa Lei'. Se há os Fundos constituídos nos termos da Lei 13.800/19, é porque há também aqueles constituídos fora dela. Sempre houve".

O governo Dilma Rousseff pavimentou o caminho para a implementação e o fortalecimento dos fundos patrimoniais no Brasil, com a promulgação da Lei nº 13.019/2014, conhecida como o marco regulatório das organizações da sociedade civil. Esse tipo de fundo aparece, pela primeira vez, na legislação brasileira no art. 2º, I, "a" da lei destacada. Pannunzio (2019), pesquisador e disseminador dessa temática, destaca que

> [...] a circunstância de a legislação brasileira não contemplar, até pouco tempo atrás, uma disciplina específica para os Fundos Patrimoniais não impediu que eles fossem criados – até porque, no âmbito privado, não é necessário que exista lei permitindo alguém fazer algo; basta inexistir lei que proíba essa conduta. Não é à toa que o chamado Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, editado mais de quatro anos antes da Lei 13.800/19, já anunciava ser inerente a esse tipo de organização a prerrogativa de 'constituição de Fundo Patrimonial (PANNUNZIO, 2019, p. 75).

O autor afirma que o modelo de fundos patrimoniais da Lei nº 13.800/19 é facultativo, considerando a CF de 1988, que dedica ampla liberdade às associações. Portanto, a referida lei normatiza um modelo para esses fundos, mas não limita adotar essa única configuração e não considera ilegais os fundos já existentes, fundados de diversas naturezas. As situações apontadas como vantajosas a seguir esse modelo são os Fundos Patrimoniais vinculados às instituições públicas e os fundos para a área da cultura, por conta dos incentivos fiscais da Lei de Incentivo à Cultura, a Lei Rouanet para a captação de recursos. Os APHs consideram que a Lei nº 13.800/19 teve um significado político importante para instigar a criação de fundos patrimoniais no Brasil.

O gasto anual do fundo determinado pela lei prevê que a Organização Gestora terá de dispor somente os rendimentos originários da aplicação do valor principal, deduzida a inflação, ficando a cargo do Conselho de Administração a definição do uso de até 5% do fundo, ou seja, o fundo patrimonial busca garantir o investimento rentista.

A gestão e a política de investimentos são definidas pelas entidades mercantil-filantrópicas que criaram os fundos, acumulam recursos e destinam apenas os rendimentos aos projetos. Os fundos de investimento, semelhante aos fundos patrimoniais (*endowment*), são formas de unir recursos aplicados no mercado para obter retornos financeiros por meio de investimentos coletivos.

Como vimos anteriormente, os fundos patrimoniais já eram regulamentados por algumas leis, porém especificados para a causa que seria beneficiada. Na MP nº 851/2018, foram abarcadas várias áreas, como saúde, cultura, educação, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, meio ambiente, assistência social e desporto. O primeiro artigo dessa medida dispõe sobre a constituição de fundos patrimoniais com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas privadas para programas, projetos e demais fins de interesse público, instituindo o Programa de Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação – Programa de Excelência[271].

O Programa de Excelência das Universidades e Institutos Brasileiros em Pesquisa e Desenvolvimento consente captar e destinar recursos para pesquisa e inovação, independentemente de governos. Segundo a matéria realizada com o presidente da CAPES[272], o fundo será constituído por recursos de várias fontes, como recursos de entes privados e doações de estados estrangeiros, organismos internacionais e multilaterais. Um conselho curador, formado por representantes de onze entidades da indústria e de ciência e tecnologia, administrará o programa.

No Brasil, já existem experiências do fundo patrimonial por meio de instituições públicas e privadas de educação superior. O fundo do XI de Agosto do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da USP e a Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli da Escola Politécnica da USP são os pioneiros dessas ações. A USP também foi precursora das fundações de direito privado[273]. De acordo com a matéria da revista Época Negócios[274], as doações aos *endowments* são administradas por equipes específicas de gestores e, por sua vez, **investidas no mercado financeiro** para criar um patrimônio perpétuo para a instituição. Apenas uma

[271] Medida Provisória n° 851, de 2018. Disponível em https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/134246 Acesso em 21 de novembro de 2018.

[272] Matéria publicada pela CAPES no dia 06 de abril de 2018 "Programa de Excelência terá recursos independentes de governos". Disponível em http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8822-programa-de-excelencia-tera-recursos-independentes-de-governos-aponta-capes Acesso em 21 de novembro de 2018.

[273] ADUSP (2004). Disponível em https://adusp.org.br/files/cadernos/Parecer.pdf Acesso em 20 de outubro de 2020.

[274] Matéria do dia 07 de julho de 2014 – Fundos de doações para universidades avançam no país. Disponível em https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2014/07/fundos-de-doacoes-para-universidades-avancam-no-pais.html Acesso em 27 de agosto de 2018.

pequena parcela do montante desses fundos retorna anualmente à instituição em forma de projetos ou bolsas de estudo. O quadro abaixo demonstra os fundos patrimoniais vinculados à educação superior brasileira.

Quadro 31 – Fundos Patrimoniais na Educação Superior Brasileira em 2019

Ano de criação	**Fundo Patrimonial**	**Instituição**
2008	Fundo de Investimento XI de Agosto	Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP)
2010	Associação *Endowment* Direito GV (FGV)	Associação *Endowment* Direito GV da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV)
2012	Fundo Patrimonial Amigos da Poli	Associação Fundo Patrimonial Amigos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP)
2013	Fundação Fundo Patrimonial *Endowment*I MPA	Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA)[275]
2012	Fundo *Endowment* do ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)
2014	Fundo Patrimonial FEAUSP	Fundação Fundo Patrimonial Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAUSP) da Universidade de São Paulo (USP)
2016	Fundo da *Alumni* UnB[276]	*Alumni* UNB Associação dos Ex-Alunos da Universidade de Brasília (UnB)
2016	Fundo Areguá[277]	Associação Fundo Areguá da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP)
2016	Fundo Medicina USP – *Endowment*	Associação Fundo de Apoio à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP)
2016	Fundo Patrimonial Serrapilheira	Instituto Serrapilheira[278]
2018	Fundo Patrimonial Amigos do Hospital do Fundão	Associação Amigos do Hospital do Fundão, vinculada ao Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
2019	Fundo Patrimonial da Fiocruz e do Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP)	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar)
2019	Fundo Patrimonial Centenário	Associação Fundo Patrimonial da Escola de Engenharia, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
2019	*Endowment* da PUC-Rio	Associação dos Antigos Alunos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
2019	Fundo Patrimonial COPPETEC	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC), vinculada à

[275] Instituto da família Moreira Salles.

[276] O termo Alumni significa "ex-alunos" (tem origem no latim) e costuma ser utilizado em alguns países da Europa e nos Estados Unidos para se referir aos egressos do curso de ensino superior. No Brasil, o termo é usado para dar nome à formação de associações e entidades que promovem a integração dos ex-alunos (alumni), que disseminam o tema de doações de recursos para as universidades.

[277] O Fundo Areguá foi estruturado com o apoio do IDIS. Disponível em https://www.idis.org.br/fundo-aregua-endowment-estruturado-com-apoio-do-idis-visa-reter-talentos-na-faculdade-de-ciencias-medicas-da-santa-casa-de-sao-paulo/. Acesso em 15 de dezembro de 2020.

[278] Segundo o relatório Instituto Serrapilheira (2017), a entidade destinou recursos do seu fundo patrimonial para 65 projetos de 34 instituições. Entre essas, totalizaram 21 universidades públicas, conforme o anexo B.

		Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ao Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE).

Fonte: Elaboração da autora (2020).

Encontramos, até o ano de 2019, quinze experiências de fundos patrimoniais (*endowments funds*) na educação superior brasileira, por meio de Associações e Fundações ligadas ao ensino, pesquisa ou extensão. Essas entidades destinam recursos privados por meio de uma pequena parte dos rendimentos de seus fundos patrimoniais aos projetos de pesquisa em diversas universidades públicas.

Os fundos patrimoniais vinculados das IES, no Brasil, existentes antes da criação do marco legal que regulamenta esse tipo de fundos no país, são: Fundo de Investimento XI de Agosto do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP); *Endowment* Direito GV da Associação *Endowment* Direito GV, vinculado à Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Fundo Patrimonial Amigos da Poli da Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli, vinculada à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP); Fundação Fundo Patrimonial *Endowment* do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA); Fundo *Endowment* do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); Fundo Patrimonial da Fundação Fundo Patrimonial, vinculado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAUSP) da Universidade de São Paulo (USP); Fundo da *Alumni* UnB da Associação dos Ex-alunos da Universidade de Brasília (UnB); Fundo Areguá da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP); Fundo Medicina USP – *Endowment* da Associação Fundo de Apoio à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP); Fundo Patrimonial do Instituto Serrapilheira; Fundo Patrimonial Amigos do Hospital do Fundão da Associação vinculada ao Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Após a promulgação da Lei nº 13.800/2019, no governo Jair Bolsonaro, foram criados quatro fundos patrimoniais atrelados às universidades brasileiras em 2019. Entre esses estão: Fundo Patrimonial da Fiocruz e do Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP), vinculado à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar); Fundo Patrimonial Centenário da Associação Fundo Patrimonial da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); *Endowment* da PUC-Rio da Associação dos Antigos Alunos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Fundo Patrimonial COPPETEC da Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos, instituição de direito privado vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ) e Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE). Esses fundos foram estabelecidos nas referidas IES públicas de forma parcelada enquanto o foco do debate era a proposta do Programa Future-se.

Em 2019, a Universidade Estadual Paulista (UNESP)[279] e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)[280] autorizaram, por meio da aprovação do conselho universitário, a criação de funda patrimonial para as ações de ensino, pesquisa e extensão. Segundo a matéria do Valor Econômico (2020)[281], Paula Fabiani (presidente do IDIS) participou ativamente da formatação dos fundos patrimoniais da Unesp e Unicamp.

O financiamento privado tem sido apresentado pelos organismos internacionais como BM, FMI, UNESCO, Organização Mundial do Comércio (OMC), como "alternativa" para as universidades públicas (federais e estaduais) no Brasil há muitos anos. Esse discurso tem se intensificado após a aprovação da EC nº 95/2016 e a regulamentação dos fundos patrimoniais no país. Segundo Paula Fabiani (2019), intelectual orgânica que defende os fundos patrimoniais no Brasil, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo[282], um dos aspectos positivos dessa legislação é o benefício para o mercado de capitais. "São pessoas que podem investir em papéis com longo prazo, para startups, infraestrutura, projetos que requerem capitais pacientes", disse a presidente do IDIS ao jornal.

Seguindo a agenda do capital, o Congresso Nacional alterou[283] a Lei 13.800/2019 e, desde junho de 2019, as fundações de direito privado das universidades públicas e de centros de pesquisa estão autorizadas a criar os fundos patrimoniais. Logo em seguida, o governo

---

[279] O conselho universitário da Unesp aprovou no dia 29 de agosto de 2019, a criação do Fundo Patrimonial da Unesp. Segundo a matéria de Fábio Mazzitelli, a criação do Fundo Patrimonial, ou *endowment*, recebeu sessenta votos favoráveis, em um universo de 77 conselheiros votantes – houve doze votos contrários e cinco abstenções. Disponível em https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/34974/conselho-universitario-aprova-criacao-do-fundo-patrimonial Acesso em 06 de agosto de 2020.

[280] O Fundo Patrimonial da Unicamp foi consentido no dia 24 de setembro de 2019, autorizado pelo reitor Marcelo Knobel por meio da deliberação do Conselho Universitário (CONSU-A-029/2019, alterado pela deliberação CONSU-A-007/2020). O IDIS apoiou a construção do projeto desse tipo de fundo na universidade. "O projeto compreendeu a definição de diretrizes estratégicas e a elaboração de políticas de gestão e de operação para o fundo patrimonial, bem como a criação de plano de estruturação para a organização gestora, nos termos da Lei 13.800/19" (IDIS, 2020). Disponível em https://www.idis.org.br/portfolio-item/unicamp-universidade-estadual-de-campinas/ Acesso em 07 de agosto de 2020.

[281] Matéria de Beth Koike do dia 25 de junho de 2020. Disponível em https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/06/25/unesp-e-unicamp-criam-fundos-patrimoniais.ghtml Acesso em 07 de agosto de 2020.

[282] Matéria do dia 08 de janeiro de 2019. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2019/01/fundos-patrimoniais-serao-bons-para-mercado-de-capitais-diz-especialista.shtml Acesso em fevereiro de 2019.

[283] Disponível em https://www.camara.leg.br/noticias/559400-congresso-nacional-derruba-quatro-vetos-presidenciais/ Acesso em 10 de novembro de 2019.

federal publicou a portaria nº 5.918, de 29 de outubro de 2019[284], que dispõe sobre o apoio institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) às entidades privadas, sem fins lucrativos, que atuam ou pretendam atuar como organizações gestoras de fundos patrimoniais de ciência, tecnologia e inovação (CT&I).

As regras estabelecidas pela referida Portaria nº 5918 criam o "selo do MCTIC" que certificará, com um selo de qualificação, as fundações de apoio que criarem fundos patrimoniais de ciência, tecnologia e inovação. Segundo o Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (CONFIES)[285], o objetivo da portaria do MCTIC é criar um ambiente de negócios para o desenvolvimento de fundos patrimoniais no país, onde o capital principal é aplicado no mercado financeiro e os rendimentos utilizados no fomento de projetos de pesquisa. Marcelo Gomes Meirelles (diretor do Departamento de Estruturas de Custeio e Financiamento de Projetos do MCTIC) informou, no 2º Congresso Nacional do CONFIES, que o selo será entregue quando a fundação de apoio tiver o fundo criado com o CNPJ, instituído com **requisitos da CVM** (Comissão de Valores Mobiliários) e com o comitê de governança.

Segundo a matéria do Jornal da Ciência[286], no dia 05 de novembro de 2019, após a divulgação da referida portaria, ocorreu uma cerimônia na sede do MCTIC e foi assinado um acordo entre o MCTIC e o CONFIES, que estabelece as regras para a criação de fundos patrimoniais (*endowments*) para ciência, tecnologia e inovação, vinculados às universidades públicas no Brasil. As fundações ditas de apoio, para obter a certificação do MCTIC, terão de passar pelas seguintes etapas: assinar o Termo de Apoio Institucional do MCTIC; criar o CNPJ do fundo patrimonial; atender as regras da CVM voltadas para o mercado financeiro; criar o comitê de governança; e o recebimento do selo.

Nesse encontro, o MCTIC assinou o termo de compromisso com cinco fundações de apoio, filiadas ao CONFIES para a criação de fundos patrimoniais: 1) Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC), vinculada ao Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); 2) Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), vinculada

[284] Disponível em http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-5918-de-29-de-outubro-de-2019-224427257 Acesso em 10 de novembro de 2019.

[285] Disponível em http://confies.org.br/institucional/fundacoes-de-apoio-receberao-certificacao-do-mctic-pela-criacao-de-fundos-patrimoniais/ Acesso em 04 de fevereiro de 2020.

[286] Matéria do dia 06 de nov. de 2019. Disponível em http://www.jornaldaciencia.org.br/edicoes/?url=http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/5-ministerio-assina-acordo-com-fundacoes-de-apoio-para-criacao-de-fundos-patrimoniais-vinculados-as-universidades-publicas/ Acesso em 01 de dezembro de 2019.

à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); 3) Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), vinculada à Universidade Federal de Viçosa (UFV); 4) Fundação de Desenvolvimento de Tecnópolis (FUNTEC), vinculada a institutos de pesquisa de Goiás e à Rede Goiana de Inovação da Universidade Federal de Goiás (UFG); 5) Fundação de Apoio e Desenvolvimento (UNISELVA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

No segundo semestre de 2019, COPPETEC, vinculada ao Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criou o Fundo Patrimonial COPPETEC, seguindo as exigências do MCTIC. De acordo com o comprovante de inscrição na Receita Federal (Anexo C desse estudo), o referido fundo foi cadastrado como natureza jurídica de fundo de investimento e não como um fundo filantrópico apresentado pelos APHs.

Segundo o diretor da Coppetec e presidente do Confies, Fernando Peregrino (2020)[287], a lei nº 13.800/2019 incorporou as fundações de direito privado como organização gestora dos fundos patrimoniais a partir da pressão das fundações de direito privado, que derrubou o veto presidencial que as excluía. Peregrino destaca que essas fundações estão em 140 instituições universitárias, institutos e centros de pesquisa, e administram mais de R$ 5 bilhões ao ano em projetos de ensino e pesquisa. O novo marco legal amplia o poder e o patrimônio dessas fundações privadas, que poderão gerir os ativos ou conjunto de ativos constitutivos do fundo patrimonial. O contrato firmado entre a organização gestora de fundo patrimonial e a instituição pública apoiada é que define como serão destinados os recursos aos programas, projetos ou atividades das IFES.

Essas recém-criadas organizações gestoras, ou seja, as fundações de direito privado na gestão de diferentes fundos patrimoniais, vinculadas às universidades federais brasileiras, apresentam uma novidade da lei nº 13.800/2019. Porém, já é uma prática das entidades privadas ligadas a cursos de IES públicas e privadas.

Esse arcabouço jurídico, proposto para a criação do fundo patrimonial nas universidades públicas, reforça a desoneração do Estado na manutenção do ensino, pesquisa e extensão da universidade brasileira. Também compromete a autonomia e ataca o caráter público da educação superior por meio de mais uma modalidade de parceria público-privada, que tem

[287] Matéria do Correio Braziliense do dia 12de fevereiro de 2020, intitulada Artigo: A vez dos fundos patrimoniais no Brasil? Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/02/12/internas_opiniao,827423/artigo-a-vez-dos-fundos-patrimoniais-no-brasil.shtml Acesso em 04 de abril de 2020.

como princípio intermediar a prestação de serviços entre o mercado e as instituições públicas de ensino , sendo mais uma estratégia lucrativa dos rentistas à valorização do capital.

O processo de criação dos fundos patrimoniais para as IES públicas ainda não está plenamente consolidado no Brasil, encontrando-se em fase de regulamentação e estruturação. Como encontramos dificuldades em encontrar dados oficiais e relatórios fiscais de todas as experiências do tema em questão, optamos por trabalhar dois fundos patrimonias que disponibilizaram relatórios aniauis de suas atividades nos *sites* das entidades.

Escolhemos como metodologia da pesquisa analisar o Fundo Patrimonial Centenário da Escola de Engenharia da UFRGS (primeiro fundo patrimonial ligado à IFES após a promulgação da Lei nº 13.800/2019) e o Fundo Patrimonial Amigos da Poli vinculado à Escola Politécnica da USP (por ser considerado o maior fundo patrimonial da educação superior no Brasil).

O Fundo Patrimonial Amigos da Poli é um dos pioneiros nesse tipo de ações, conhecido como o maior fundo patrimonial brasileiro ligado a uma universidade, servindo de referência para os intelectuais orgânicos do capital e para inúmeras instituições de ensino no Brasil. Nas duas experiências, constatamos que os fundos foram criados por empresários da grande burguesia brasileira, transformando a universidade em mais um campo lucrativo, disseminação do projeto burguês de sociabilidade e de expropriações de direitos, como veremos a seguir.

3.4.1 Fundo Patrimonial Amigos da Poli: o maior fundo desse tipo ligado a uma universidade no Brasil

A Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli (AFPAP) é uma associação fundada em 2009 por um grupo de ex-alunos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli), que tinha como objetivo a criação de um modelo de financiamento que permitisse captar recursos privados por meio de doações, para aplicar os rendimentos dos fundos de investimento em projetos na instituição. A associação foi constituída em 27 de outubro de 2011, e as atividades de arrecadação foram iniciadas em 2012.

O fundo foi criado por empresários da grande burguesia brasileira, transformando a universidade em mais um campo lucrativo a disseminar o projeto burguês de sociabilidade e de fortalecimento do empresariamento da educação, que articula os interesses de grupos empresariais e suas entidades, o governo local e os organismos internacionais.

Entre os empresários que compõem a associação, classificados como doadores eméritos, estão: André Clark (Siemens), Antonio Carlos Pipponzi (Raia Drogasil), Antônio Ermírio de

Moraes - in memoriam (Grupo Votorantim), Décio Leal de Zagottis[288] (in memoriam), Guilherme Affonso Ferreira (Teorema Gestão de Ativos), Gustavo A. Pierini (Gradus), Hans Lin, Henrique Meirelles[289], Jayme Brasil Garfinkel (Grupo Porto Seguro), Luis Guilherme Ronchel Soares (Núcleo Capital), Luís Stuhlberger (Verde Asset Management), Luiz Paulo Rodrigues de Freitas Parreiras (Verde Asset Management), Marcelo Pereira Lopes de Medeiros (Lanx Capital Investimentos), Newton Simões Filho (Racional Engenharia), Olavo Egydio Setubal - in memoriam (Itaúsa), Patrice P. Nogueira Baptista Etlin (Advent do Brasil), Pedro Luiz Barreiros Passos (Natura), Pedro Wongtschowski (Grupo Ultra e IEDI), Ricardo Villela Marino (Itaúsa), Roberto Egydio Setubal (Itaú Unibanco) e Rubens Ometto Silveira Mello (Cosan).

Segundo Diego Martins[290] (2019), criador e diretor financeiro do Fundo Amigos da Poli, um dos aspectos centrais dessa iniciativa foi o esboço de uma governança que fosse prontamente compreendida pelos potenciais doadores.

> [...] Para tanto, pensamos numa estrutura aos moldes das melhores práticas para companhias de capital aberto. Em linhas gerais, tal modelo conta com: uma Assembleia de Doadores (acionistas) soberana; um Conselho Deliberativo, com funções estratégicas, eleito pela Assembleia; um Conselho Fiscal, com mandato para acompanhar regularmente as atividades do Fundo, igualmente eleito pela Assembleia; um Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva, eleitos pelo conselho deliberativo. Vale ressaltar que a recém sancionada Lei 13.800/19 de Fundos Patrimoniais estabelece um modelo de governança nessa mesma direção (MARTINS, 2019, 106, grifos meus).

São os acionistas do fundo (os grandes empresários) os membros votantes que direcionam os investimentos da AFPAP. As políticas da organização estão definidas pelo Estatuto da Associação, especificamente, a política de investimentos e a política de resgates, que orientam a forma e as regras de como o capital do Fundo Patrimonial será investido, direcionando a universidade à *commoditycidade*, que reconfigura a funsão social das IES como um grande negócio do mercado financeiro.

Segundo o relatório fiscal anual de 2018, do ponto de vista financeiro, a associação atingiu um patrimônio de, aproximadamente, R$ 23 milhões. Esse crescimento veio acompanhado de um aumento no número de Doadores Associados (entre os 76 doadores dos quais 20 são beneméritos). Essa expansão contou com 130 trabalhadores voluntários

---

[288] Ministro da Ciência e Tecnologia do Brasil (1989-1990) no governo Sarney.

[289] Atual Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo. Já foi presidente internacional do BankBoston, presidente do Banco Central do Brasil no Governo Lula, e Ministro da Fazenda no governo Michel Temer.

[290] Diego Martins é formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP e possui mestrado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas. É sócio da PRAGMA Patrimônio, responsável pela área de Asset Allocation. A PRAGMA Gestão de Patrimônio tem como objetivo auxiliar empresários e fundações na preservação e valorização de seus patrimônios ao longo do tempo.

(majoritariamente alunos e ex-alunos da Escola Politécnica), que não geraram custos caixa para a Associação, intensificando o processo de industrialização da educação a partir do discurso do voluntariado como uma das modalidades de extração de mais-valor e de precarização das condições de trabalho.

O total de 85 projetos no período de cinco anos (2013 a 2018), patrocinados com recursos privados, fortalece a concepção empresarial da educação articulando os interesses de grupos empresariais e suas entidades. Lucas Sancassani (diretor-presidente) destaca três desafios futuros: a) ajudar a Poli a continuar se aperfeiçoando; b) valorizar a imagem da escola perante seus diversos *stakeholders* (acionistas) na sociedade; c) expandir o patrimônio para fortalecer o princípio de crescimento, com o objetivo de atingir R$ 30 milhões em 2020. Esses desafios reconfiguram o papel das universidades públicas, direcionando a educação superior à *commoditycidade*, ou seja, um grande negócio investido mercado financeiro.

A estrutura organizacional da intuição é composta por órgãos de Conselho, Comitês e Diretorias, que direcionam práticas de governança[291] da seguinte forma: assembleia geral (órgão soberano de deliberação), responsável pelas decisões estratégicas e estruturantes da Associação; conselho fiscal, que fiscaliza todos os atos praticados pelos órgãos administrativos; conselho deliberativo, que constrói as estratégias e prioridades de atuação e aprova os investimentos dos projetos; comitê de investimentos, que elabora as diretrizes de investimentos do fundo patrimonial; diretoria executiva e gestão administrativa, que atuam desde a origem dos recursos e divulgação da marca até a condução do impacto.

Quadro 32 – Estrutura Organização da AFPAP

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	
André Clark Presidente Conselho deliberativo	Foi executivo na indústria de Papel & Celulose em 1995 e CEO da Acciona para o Brasil, Bolívia, Uruguai e Paraguai. Atualmente, é presidente e CEO da Siemens no Brasil. É bacharel em Engenharia Química pela Escola Politécnica da USP e possui MBA em Finanças e Gestão de Operações pela New York University Stern School of Business.
Renata Noronha Vice-presidente Conselho deliberativo	Atuou como diretora responsável pelo *private equity* do então Banco Credit Suisse. Estruturou áreas jurídicas e de relações com investidores e captou um novo fundo na Autonomy Investimentos. Sócia da Port Louis, atuante em Robot Process Automation. Formada em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP.
Pedro Wongtschowski Conselho deliberativo	É engenheiro químico, mestre e doutor em Engenharia pela Escola Politécnica da USP. Atuou no PROMON Engenharia (e ULTRA, como diretor de desenvolvimento e diretor superintendente da Oxiteno S.A. Foi presidente da ULTRAPAR Participações S.A. É presidente do Conselho de Administração da EMBRAPII. Presidente do Instituto de

[291] Noção muito utilizada pelo BM.

	Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). É presidente do Conselho Superior da Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (ANPEI). Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social (CDES) da Presidência da República, membro do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Membro do Conselho Deliberativo do Centro de Inovação Empreendedorismo e Tecnologia (CIETEC). Presidente do Conselho de Administração da ULTRAPAR Participações S.A., da EMBRAER S.A., do Centro de Tecnologia Canavieira S.A. e da Votorantim S.A. É pesquisador associado do Núcleo de Política e Gestão Tecnológica da USP.
Marcelo Medeiros Conselho deliberativo	É co-presidente da Cambuhy Investimentos, empresa que fundou juntamente com outros três sócios em 2011. É um dos sócios fundadores da Lanx Capital e do fundo de *Private Equity* DLJ South American Partners. Atualmente, é membro do comitê de investimentos do fundo que sucedeu o DLJ SAP, o Victoria Capital Partners. Foi managing director e membro do comitê executivo do Credit Suisse no Brasil, tendo ocupado as posições de co-head da divisão de Private Equity para a América Latina e Head da área de Investment Banking para a América Latina. Foi sócio do Banco Garantia, onde chefiou a divisão de Investment Banking, sendo responsável pela criação do departamento de Private Equity. Antes de ingressar no Banco Garantia, Marcelo foi sócio do Banco Capitaltec S.A. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Votorantim S.A., Alpargatas S.A., Ideal Invest S.A. e da Eneva S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Cia. Hering, do Grupo Technos S.A., da Springs Global S.A., da América Latina Logística S.A., Brazil Trade Shows Partners Participações S.A., TAM S.A., Coteminas S.A. e do Damásio Educacional S.A. Marcelo é graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP.
Jayme Garfinkel Conselho deliberativo	Jayme Brasil Garfinkel é formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP e graduado no Curso de Especialização em Administração para Graduados (CEAG) – MBA em Gestão, da FGV. Ingressou na Porto Seguro como assistente da diretoria, assumindo o cargo de diretor vice-presidente. Atualmente, é presidente do Conselho de Administração, exercendo, ainda, cargo de diretor presidente da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações SA (PSIUPAR), holding controladora da Porto Seguro SA. É vice-presidente e membro do Conselho Superior da CNSeg (Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização). É presidente do Conselho do Instituto Ação pela Paz e preside ainda a Associação "Crescer Sempre".
Gustavo Pierini Conselho deliberativo	É sócio-fundador e presidente da Gradus. Antes trabalhou na GP Investimentos, identificando alvos de investimento e ajudando no turnaround de empresas do portfólio. Atuou anteriormente como sócio da McKinsey & Co., tendo trabalhado nos escritórios de São Paulo, Lisboa, Madri e Boston. Tem bacharelados Summa cum Laude em Engenharia Naval e Engenharia Mecânica e mestrado em Engenharia de Sistemas pela Universidade de Buenos Aires. Tem mestrado em Administração pela Sloan School of Management do MIT.
Liedi Legi Bariani Bernucci Conselho Deliberativo	Possui graduação em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP, mestrado em Engenharia Geotécnica pela USP, tendo feito pesquisa para seu mestrado no Institut Fuer Grundbau und Bodenmechanik – Eidgenoessische Technische Hochschule Zürich, ETHZ, Suíça.

	Retornou à mesma instituição para seu doutorado, que finalizou em Engenharia de Transportes pela USP. Professora Titular da Escola Politécnica da USP. É atualmente diretora da Escola Politécnica (2018-2022).
Henrique Lindenberg Neto Conselho Deliberativo	Henrique Lindenberg Neto formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP, na qual obteve os títulos de mestre em Engenharia e de doutor em Engenharia. Fez pós-doutorado no Computational Mechanics Institute, em Ashurst, na Inglaterra. Trabalhou como engenheiro calculista na empresa A. C. Vasconcelos S. A. Engenheiros Associados, da qual foi sócio. É professor do Departamento de Engenharia de Estruturas e Geotécnica da Escola Politécnica da USP.
Lucas Sancassani Diretor-presidente	Com experiência no mercado financeiro, atualmente é responsável pela área de Projetos e Atendimento Institucional do Itaú BBA. Anteriormente, teve passagens por áreas de planejamento, estratégia, produtos, operações e asset management do Itaú Unibanco. Trabalhou em outras companhias como Goldman Sachs, Camargo Correa e Promon. Na área acadêmica, Lucas concluiu o Master of Business Administration na Universidade de Columbia, através do Programa de Mestrado no Exterior do Itaú e com os fellowships da Brazilian-American Chamber of Commerce e Goldman Sachs. Além do MBA em Columbia, Lucas é engenheiro formado pela Escola Politécnica da USP e pós-graduado em Administração pela FGV.
Felipe Labate Diretor vice-presidente	Com experiência em consultoria, participou de projetos de estratégia, organização e processos, gestão de desempenho e M&A. Trabalhou principalmente nos setores de serviços financeiros, papel e celulose, energia, óleo & gás e hotelaria. É engenheiro mecatrônico pela Escola Politécnica da USP. Possui título de Master of Science com louvor em Engenharia Mecatrônica pelo Politecnico di Torino. Iniciou sua atuação no Amigos da Poli em 2017, conduzindo a área de Captação Varejo antes de assumir a vice-presidência.
Diego Martins Diretor financeiro	Formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP, é sócio da Pragma Patrimônio, responsável pela área de Asset Allocation, atuando na frente de gestão de carteiras de clientes institucionais (fundações e *endowment funds*). Anteriormente, trabalhou na PPS Portfólio Performance consultoria financeira para investidores institucionais. É engenheiro pela École Centrale de Lyon (França), e mestre em Finanças e Economia pela EESP-FGV.
Célia Kano Diretora de relacionamento com a Poli	Graduou-se em Engenheira Mecatrônica e titulou-se mestre pela Escola Politécnica da USP. Trabalhou na indústria automotiva e em uma consultoria de gestão e novos negócios para multinacionais. Foi voluntária na Interact Club (Rotary) e Instituto CEO do Futuro. Pós-graduada em Gestão de Inovação Social pelo Amani Institute.Hoje é Head da Aceleradora Herd, uma aceleradora de startups fundadas por mulheres e gestora de projetos na Rede Mulher Empreendedora.
Juliana Lisboa Diretora de comunicação	Engenheira Química pela Escola Politécnica da USP.Atualmente, é responsável por precificação a nível América Latina na Thermo King, empresa do setor de refrigeração de transportes do grupo Ingersoll Rand. Iniciou sua carreira em pesquisa aplicada, trabalhando no IWT Universität Bremem, na Alemanha, e em engenharia de projetos na Air Liquide, multinacional do ramo de gases industriais, nos Estados Unidos. Migrou para atuações voltadas à inteligência e estratégia comercial dentro do grupo Air Liquide.
Elias Dantas	Trabalhou em consultoria estratégica, participando de projetos de estratégia, gestão e processos em diversas indústrias: bens de consumo,

Diretor de captação varejo	healthcare, O&G e adquirência. Foi trainee generalista no Banco Safra e hoje é gerente executivo da vice-presidência de Captação de Investimentos e Cash Management. Graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP.
Marcos Carvalho Diretor de tecnologia	Formado em Engenharia de Computação pela Escola Politécnica da USP.Durante a graduação, morou e estagiou na Índia, depois trabalhou no Banco Morgan Stanley, onde projetava e desenvolvia sistemas de trading e algorithmic trading. Fundou sua primeira startup e, atualmente, trabalha na venture capital fs2, focada em fintechs, onde assumiu o desenvolvimento de startups relacionadas à tecnologia blockchain.
Tiago Ziruolo Diretor centro de carreiras	Graduado em Engenharia Metalúrgica pela Escola Politécnica, começou sua carreira no ramo metalúrgico na Gerdau, onde permaneceu até ser aprovado no programa de trainee internacional da Mahle Metal Leve. Trabalhou na matriz da empresa em Stuttgart, Alemanha. Ao retornar ao Brasil, foi nomeado Product Expert da America Latina. Trabalhou na Gradus Consultoria como consultor de gestão e estratégia em grandes multinacionais dos setores de bebidas, papel e celulose, alimentos, eletrônicos, transporte ferroviário e rede de supermercados. Foi cofundador da startup V/Leaf e hoje é sócio fundador da Boas Energias.
Ana Carolina de Andrade Carvalho Gerente executiva	Graduada em Psicologia pela Universidade George Mason e mestre em Educação pela Universidade de Harvard. Desenvolveu trabalhos nas áreas de parcerias, direitos humanos, mobilização de recursos, desenvolvimento local, atendimento direto, elaboração e implantação de projetos, administração de entidades, entre outros.
Luis Stuhlberger Comitê de investimentos	Fundador da Verde Asset e gestor da Estratégia Verde. Iniciou sua carreira na Hedging-Griffo como operador de mercado futuro e de commodities. Tornou-se diretor da corretora Hedging Griffo. Estruturou e implementou a área de gestão de fundos e lançou o Fundo Verde, um dos maiores e mais antigos hedge funds do Brasil. É formado em Engenharia Civil pela POLI (USP) e possui mestrado em Administração pela EAESP (FGV).
Guilherme Affonso Ferreira Comitê de investimentos	Sócio da Teorema Gestão de Ativos e presidente da Bahema Participações S.A., atua como conselheiro nas seguintes empresas listadas: Companhia Brasileira de Distribuição (Pão de Açúcar), Sul América, Valid, Algodonera, Arezzo, Ideiasnet e Banco Indusval. Engenheiro de Produção pela Escola Politécnica da USP.
Luis Guilherme Ronchel Soares Comitê de investimentos	É o responsável pela gestão e membro do Comitê de Investimentos da Núcleo Capital. Anteriormente, foi sócio da Skopos, onde foi responsável pela equipe de análise, cogestor da principal estratégia e gestor do Grey City Fund LLC. Foi o gestor de ações da Otima Investments e trabalhou na mesa proprietária de ações do Banco Matrix. Foi membro do conselho de administração da DASA. Engenheiro de Produção pela Escola Politécnica da USP.
Gilberto Mifano Conselho fiscal	É sócio da Pragma Patrimônio, conselheiro independente da Cielo S/A e da Acumuladores Moura S/A, membro independente do Comitê de Auditoria da TOTVS S/A e do Comitê de Governança e Sustentabilidade do Banco Santander Brasil S/A, consultor externo do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Finanças da Natura S/A. Foi conselheiro, vice-presidente e presidente do conselho de administração do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Foidiretor geral da BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo e da CBLC – Cia Brasileira de Liquidação e Custódia. Nesse período, foi responsável,

	entre outras coisas, pela criação do Novo Mercado, integração das bolsas de valores brasileiras, desmutualização e abertura de capital da própria BOVESPA. Em seguida, negociou a fusão da BOVESPA com a BM&F, quando foi eleito primeiro presidente do conselho da BM&FBOVESPA S/A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. No plano internacional, fez parte dos comitês executivos da WFE - Federação Mundial de Bolsas e da FIAB – Federação Ibero-Americana de Bolsas. Anteriormente, foi executivo e diretor de empresas do setor financeiro no Brasil nas áreas de crédito, planejamento, produtos e marketing. É administrador de empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV.
Guilherme Bottura Conselho fiscal	Sócio da Cambuhy Investimentos. Foi portfolio manager da Lanx Capital e vice-presidente da Goldman Sachs em Nova York. Engenheiro de Produção pela Escola Politécnica da USP.
Reinaldo Giudici Conselho fiscal	Engenheiro Químico, mestre em Engenharia Química e doutor em Engenharia Química pela Escola Politécnica da USP, pós-doutorado pela McMaster University, Canadá. Professor da Escola Politécnica da USP (EPUSP). Atualmente, é vice-diretor da Escola Politécnica da USP (2018-2022). Atua como diretor do Programa de Físico-Química do RCGI – Research Centre for Gas Innovation (Shell-FAPESP).

Fonte: Elaboração da autora com base nos dados disponibilizados pelo site do AFPAP[292].

Esses diferentes sujeitos políticos do capital, que formam a estrutura organizacional do Fundo Patrimonial Amigos da Poli, estão diretamente ligados ao setor financeiro, compondo a direção dos APHEs no Brasil e no mundo.

Em 2018, foi inaugurado o Centro de Ciência de Dados (C²D), localizado no prédio da Engenharia Elétrica da Escola Politécnica, uma parceria entre a Poli e o Itaú-Unibanco, com apoio dos Amigos da Poli. Tem como objetivo "formar profissionais preparados para desafios reais do mercado, envolvendo grandes conjuntos de dados, este centro conecta desenvolvimento acadêmico a problemas de negócios" (AFPAP, 2018, p. 55). A gestão do C²D é realizada por um comitê de acompanhamento e um comitê executivo, formados por professores da Poli e executivos do Banco Itaú. Esse processo fortalece o empresariamento e a mercantilização da educação e da pesquisa no Brasil.

Nesse período, a associação também criou o Centro de Carreira, que forma os estudantes para as habilidades valorizadas pelo mercado, como comunicação, negociação, liderança, habilidades interpessoais, competências socioemocionais, as chamadas 'soft skills'[293] (habilidades pessoais). O Centro de Carreira atende os estudantes da Poli que estão no final do curso, atuando na articulação entre a escola e as empresas de diversos setores.

[292] Disponível em https://www.amigosdapoli.com.br/fundo/quem_somos Acesso em 04 de fevereiro de 2020.
[293] Soft skills é uma expressão inglesa utilizada por profissionais de recursos humanos para definir habilidades comportamentais, competências subjetivas difíceis de avaliar.

Em seu relatório, a associação destaca vários termos em inglês que fazem referência à gestão empresarial. Afirmam que após um *benchmark*[294] extensivo realizado com os *career centers* (centros de carreira) de algumas universidades dos EUA, como Harvard e MIT, a AFPAP transplantou o modelo das referidas instituições e construíram as bases de atuação do Centro de Carreira da Poli da seguinte forma: 1) capacitação profissional (cursos e workshops); 2) conferência anual (painéis e eventos); 3) orientação de carreira (mentoria e networking); 4) divulgação de oportunidades (vagas de estágio); 5) banco de talentos (candidatos para vagas); 6) ponto focal de contato com o mercado de trabalho.

Os grandes empresários garantem suas diversas vantagens com o fundo patrimonial. O Centro de Carreira é mais uma forma de expropriação por meio da força de trabalho, fortalecendo as parcerias com grandes empresas de vários setores da economia. "Ao investir nessa parceria, as empresas puderam ter acesso a estudantes de altíssimo potencial, bem como aumentar a exposição de suas marcas dentro da Escola Politécnica" (AFPAP, 2018 p. 44). As empresas e entidades empresariais, vinculadas ao Centro de Carreira, são: 4People; Ambev; Agência 4; Boston Consulting Group (BCG); Business Training Company (BTC)[295]; CEO Infinitas; Cosan; Deise Calegon; Fundação Estudar[296]; Fundação Lemann; Grupo Fleury; Guia Bolso; Instituto do Mercado Financeiro; Klabin; Learn to fly; IDEA9 Learning Experience; LB Luciane Borges; MBA Empresarial; Natura; NORTIS Incorporação e Construção; Nubank; Oxiteno; Racional Engenharia; RD Raia Drogasil;e Robert Half.

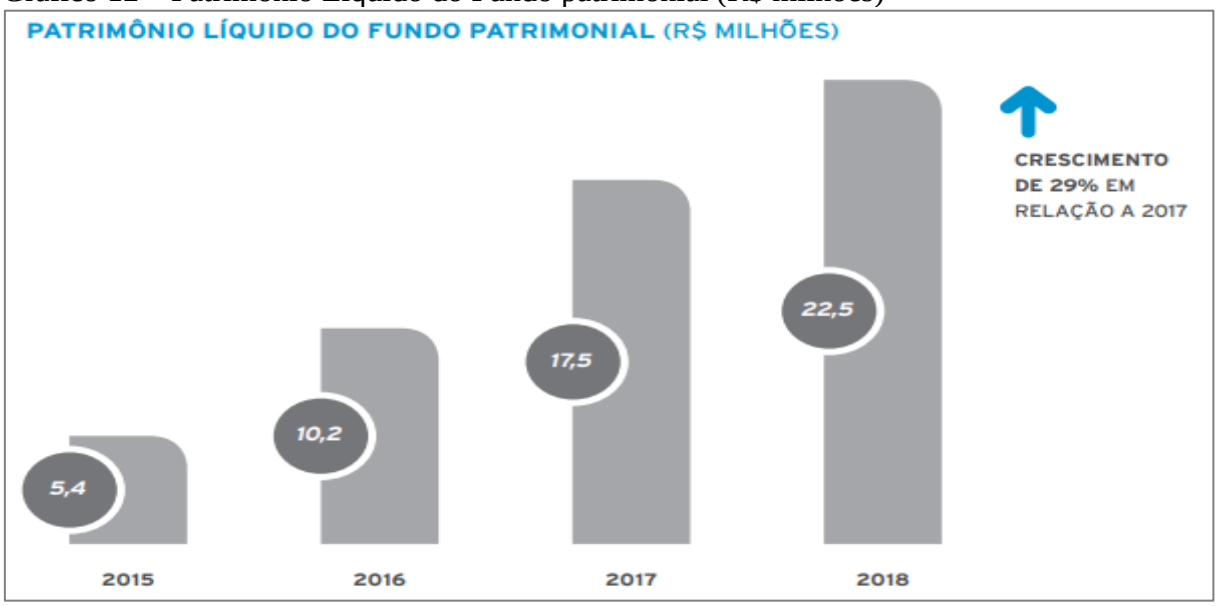
O relatório anual de 2018 da Associação apresenta o crescimento de 29% de seu patrimônio em relação a 2017, chegando ao total de R$ 22,5 milhões. O aumento também ocorreu com o número de doadores, 50% a mais do que o ano anterior, atingindo a marca de 3.043.

[294] *Benchmark* é realizado por meio de pesquisas para comparar as ações de cada empresa. Constitui-se um processo de comparação de produtos, serviços e práticas empresariais.

[295] A *Business Training Company* (BTC) foi criada em 2009 por ex-alunos da Poli-USP e do ITA que atuam nas áreas de negócios, com o intuito de formar jovens para o competitivo mercado de trabalho.

[296] A Fundação Estudar e a Fundação Lemann foram criadas por Jorge Paulo Lemann.

Gráfico 12 – Patrimônio Líquido do Fundo patrimonial (R$ milhões)



Fonte: Gráfico elaborado pelo AFPAP (2018).

Em 2018, o fundo contava com o patrimônio de R$ 22,5 milhões. Dos 85 projetos inscritos, somente 24 projetos foram apoiados, contando com R$ 594 mil para o financiamento, representando apenas 2,6% do total do patrimônio. Isso significa que grande parte do valor será direcionada para movimentar o capital financeiro, que garante a lucratividade e expansão do patrimônio da entidade mercantil-filantropica direcionada por megaempresários que compõem o fundo.

> A carteira de investimentos do fundo patrimonial teve mais um ano de resultado muito positivo. Com ganhos nominais de 13,7%, o portfólio teve rentabilidade muito acima do ativo livre de risco doméstico (o CDI, com alta de 6,4% no ano). Ainda mais relevante, o *endowment* teve retorno real de 9,7% em 2018, substancialmente acima de sua meta de gerar ganhos da ordem de 5,0% acima da inflação (AFPAP, 2018, p. 56).

Segundo o relatório anual de 2018 do Fundo Patrimonial Amigos da Poli, a orientação de seus investimentos seguindo o modelo de *endowments* baseia-se em "gerar um fluxo de rendimentos razoavelmente estável e perene para o apoio de projetos da comunidade politécnica, buscando preservar o poder de compra das doações recebidas no longo prazo" (p. 56). Por esse ângulo, o Comitê de Investimentos conservou sua meta de oferecer à associação uma carteira de investimentos com risco ajustado para alcançar retornos de longo prazo, instituído em títulos da dívida pública.

> Ao longo do ano, o portfólio manteve-se majoritariamente alocado em NTN-Bs (títulos públicos federais atrelados à inflação, portanto uma "proteção" natural às nossas atividades). Na busca por uma exposição mais atrativa em termos de retorno e risco, trocamos ainda no primeiro semestre toda a nossa posição em NTN-Bs com vencimento em 2026 para títulos com vencimento em 2028 (AFPAP, 2018, p. 56, grifos meus).

A instituição se declara sem fins lucrativos, mas demonstra em seu relatório o quanto é rentável seu fundo patrimonial. Assim, entendo que essas entidades não só garantem seus fins engordativos com os incentivos fiscais do Estado[297], como seus fins lucrativos com o aumento de seu patrimônio. Segundo o relatório de 2018, as metas de expansão foram contínuas em 2019, por meio do Comitê de Investimentos que conduz de "maneira técnica e parcimoniosa, seja através do aumento da exposição à Renda Variável, como também através da análise e inclusão de novas classes de ativos, como fundos multimercados" (AFPAP, 2018, p. 57). A tabela a seguir apresenta o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado da associação.

Tabela 12 – Demonstrações do resultado financeiro da AFPAP

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS)

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Receitas operacionais	**Nota explicativa**	**2018**	**2017**
Doações voluntárias	5	3.630.726	6.788.981
Doações no exterior		81.830	-
Trabalho voluntário	8	392.291	361.728
		4.104.847	
Custos operacionais			**7.150.709**
Projetos incentivados		(556.172)	
		(556.172)	(424.083)
			(424.083)
(=) Resultado bruto		**3.548.675**	
			6.726.626
Despesas e/ou receitas operacionais			
Despesa com pessoal		(217.747)	
Despesa administrativas	6	(367.982)	(200.128)
Trabalho voluntário	8	(392.291)	(247.992)
(=) Superávit antes do resultado financeiro		**2.570.655**	(361.728)
			5.916.778
Receitas financeiras		2.660.125	
Despesas financeiras	7	(424)	1.636.496
(=) Resultado financeiro liquido	7	**2.659.701**	(124)
			1.636.372
(=) Superávit do exercício		**5.230.356**	**7.553.150**

Fonte: Relatório anual da AFPAP (2018).

A Associação recebe doações de pessoas físicas e jurídicas (local e internacional). Em 31 de dezembro de 2018, o total de caixa e equivalentes de caixa, sem restrições, era composto da seguinte forma: caixa e bancos R$ 43.772; e aplicações financeiras R$ 1.312.468,

[297] Fontes (2010).

representado por aplicações em fundos de renda fixa de liquidez diária e atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI)[298] sob a gestão do Banco Itaú. Os títulos e valores mobiliários destacados no relatório abrange o investimento de recursos da associação em Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), com vencimentos em 2028, 2045 e 2050. A tabela a seguir apresenta os investimentos da Associação.

Tabela 13 – Investimentos da AFPAP

	2018	2017
NTN - B Credit Suisse (a)	19.347.807	16.457.069
DI PRIVATE FIC FI CREDIT SUISSE (b)	88.328	48.490
ALL VELT 90 FIC FIA (c)	733.295	-
ALL SPX FALCON CSHG FC FIA (c)	718.508	-
ALL APEX INFINITY 8 LB FIC FIA (c)	727.641	-
	21.615.579	**16.505.559**

Os dados apresentados referem-se à seguinte movimentação do capital financeiro: recursos aplicados em títulos públicos atrelados à inflação (NTN-B)[299] do Credit Suisse[300], onde está o maior rendimento; aplicações em fundo de renda fixa de liquidez diária e atrelado à variação do CDI (gestão Credit Suisse Hedging Griffo – CSH); aplicações em Fundos de Investimentos em Ações (FIAs) geridas por terceiros.

Mesmo com esse processo de rendável do patrimônio da entidade, verificamos que o investimento em projetos de pesquisa é muito baixo, comparado à lucratividade dos recursos desse tipo de fundo no mercado financeiro e com a apropriação do fundo público por meio dos benefícios fiscais. Ou seja, quem ganha com a implementação dos fundos patrimoniais é a burguesia (local e internacional) com a expansão do patrimônio de seus APHs em detrimento da reconfiguração da função social do papel das universidades públicas.

Segundo a Associação, esta possui imunidade quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit por ser pessoa jurídica sem fins lucrativos, conforme estabelecido pela Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, assim como a isenção quanto ao recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de R$ 274.429 e do Programa de Integração Social (PIS). Os valores não recolhidos por conta dessa isenção são de R$ 59.580, respectivamente (AFPAP, 2018). Além disso, a instituição

[298] Criados nos anos 1980, os Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs) são títulos emitidos pelos bancos como forma de captação ou aplicação de recursos excedentes.
[299] A NTN-B é um título do Tesouro Direto que é conhecido como o Tesouro IPCA+ com juros semestrais.
[300] Sediado em Zurique (Suíça), o Credit Suisse Group é um banco suíço de investimento e provedor de outros serviços financeiros.

obteve a isenção do Imposto Sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD). Todos esses benefícios ficiais são recursos que o Estado deixou de arrecadar para as políticas públicas.

> Pelo escopo de suas atividades voltadas para o incentivo da melhoria da Educação no Brasil, o Amigos da Poli conseguiu, junto à Secretaria da Fazenda, a isenção do Imposto Sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) em 31/03/2016, nos termos do artigo 7º do Decreto 46.655/02. Após o vencimento do primeiro reconhecimento, a Associação entrou com pedido de renovação do mesmo em 13/12/2017 e obteve, em 19/12/2018, a extensão da validade do reconhecimento de 31/03/2018 até 30/03/2022. O documento que comprova o reconhecimento da imunidade é a “Declaração de Reconhecimento de Imunidade do Imposto sobre Transmissão ‘Causa Mortis’ Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD” (protocolo nº 51220-1072139/2017; data do protocolo de 13/12/2017; nº do processo IM01312035) (AFPAP, 2018, p. 69).

Nessa perspectiva, as frações burguesas no Brasil não estão interessadas em investir em ciência e tecnologia, e sim em lucrar com os recursos do Estado. A Associação, sob o discurso de que os fundos patrimoniais são meios de agrupamento de um patrimônio que serve de fonte de recursos privados para uma determinada causa social, é, na verdade, mais um novo mecanismo de lucratividade por meio de captação de recursos públicos, intensificando não só os incentivos fiscais para os APHE como a movimentação do mercado de capitais do conhecimento público e a explocaração da força de trabalho. Essa é uma agenda do capital para a educação superior brasileira, especialmente, para as IFES.

3.4.2 Fundo Patrimonial Centenário: o primeiro *endowment* em uma universidade federal no Brasil

Após a promulgação da Lei nº 13.800/2019, marco legal que regulamenta a criação de fundos patrimoniais no país, destacamos o Fundo Patrimonial Centenário (FPC), o primeiro *endowment* em uma universidade federal brasileira, vinculado à Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A Associação Fundo Patrimonial da Escola de Engenharia é uma instituição de direito privado, com sede na cidade de Porto Alegre.

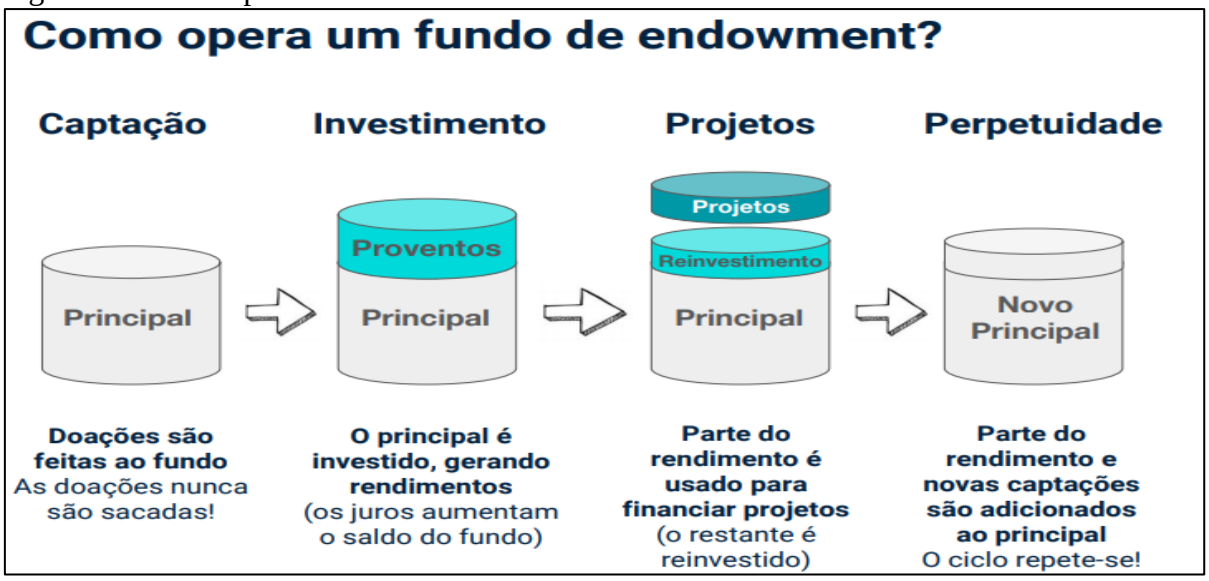
Esse fundo patrimonial foi lançado oficialmente no dia 25 de março de 2019[301] no Salão de Atos da UFRGS. O evento debateu “os possíveis caminhos para uma sociedade mais inovadora”, e a jornalista Marta Sfredo do Grupo RBS foi a mediadora. Entre os palestrantes

[301] O Fundo Patrimonial Centenário foi lançado oficialmente em 2019, mas a construção coletiva de concepção e de estruturação do projeto teve início em 2017.

convidados, estiveram Marcelo Noll Barboza (fundador da Labi Exames, ex-CEO do grupo DASA e ex-aluno da Escola de Engenharia), Marcelo Lacerda (fundador do Terra, ex-aluno da Escola de Engenharia), Marciano Testa (fundador e CEO do Agibank) e Josep Piqué (consultor global de inovação) (FCP, 2019).

Segundo as informações contidas no endereço eletrônico da instituição[302], o objetivo do referido fundo é ser uma fonte de recursos perpétua, dedicada a apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação da Escola de Engenharia da UFRGS. Esse discurso omite a finalidade desse tipo de fundos, que se estabelecem como mais uma modalidade de parceria público-privada, uma nova fronteira do investimento rentista e de novas formas de expropriações.

Figura 5 – Como opera um fundo de *endowments*?



Fonte: Fundo Centenário (2019)[303].

A Lei nº 13.800/2019 determina que a organização gestora de fundo patrimonial deve destinar apenas os rendimentos do valor principal a projetos da instituição apoiada, podendo resgatar até 5% (cinco por cento) dos lucros. Como vimos, os recursos são restritos às aplicações financeiras e visam à preservação do patrimônio do fundo. As doações são captadas para compor o "principal" do fundo e apenas uma pequena parte dos rendimentos é destinada aos projetos e iniciativas da Escola de Engenharia da UFRGS. O financiamento dos projetos

[302] Disponível em http://www.ufrgs.br/engenharia/wp/lancamento-do-fundo-patrimonial-da-escola-de-engenharia-da-ufrgs/. Acesso em 30 de março de 2019.
[303] Disponível em http://www.ufrgs.br/engenharia/wp/wp-content/uploads/2019/02/Fundo-Centenario-Endowment.pdf Acesso em 14 de junho de 2020.

será avaliado por um comitê de investimento[304] e aprovado pelo conselho deliberativo[305] da entidade mercantil-filantrópica, ou seja, essas ações são determinadas pela iniciativa privada e condicionadas aos interesses dos "doadores"/acionistas desse tipo de fundo. Esses investidores compõem o grupo de grandes empresários brasileiros, como Jorge Gerdau.

Segundo o relatório do Fundo Centenário, a instituição conta com três tipos de "doadores"/acionistas: 1. Doadores Beneméritos: Marcelo Pavão Lacerda[306] e Sérgio Cristóvão Pretto; 2. Doadores Patronos: Carlos Klein Zanini, Claudio Berquo, Cristhiano Faé, Dana Incorporated, Jorge Gerdau Johannpeter, Klaus Gerdau Johannpeter, Marcelo Damasceno Ferreira, Nilo Frantz e Valmor Adelar Bratz; e 3. Doadores Mantenedores: Anderson Bertarello Fernandes, Augusto de Araújo Guarita, doação compartilhada de ex-alunos da turma de 2009/1 (Alexandre Pelizzon, Amanda Krug, Bruno Tellini, César Mazzillo, Felipe de Lima Castro, Felipe Bressani, Gabriel Bressani, Harison Druck, Kauê Bohrer, Mateus Meneghini e Maurício Borges), EPR Consultoria, Melnick Even, Rodrigo Vontobel e Stéfano Demari Graef.

As demonstrações financeiras foram preparadas pela Diretoria Executiva da instituição. O relatório anual apresenta a posição patrimonial e financeira da Associação em 31 de dezembro de 2019 e 31 de março de 2020, como veremos na tabela a seguir.

[304] Comitê de Investimentos, em 2020, é composto por Bruno Quinto (Gerval Investimentos), Débora Morsch (Zenith Asset Management) e Felipe Bressani (Puras FO Investimentos) (FPC, 2019).

[305] Conselho Deliberativo, em 2020, é composto por Anderson Bertarello (Conselheiro), Carla ten Caten (Conselheira), Claudio Berquo (Conselheiro), Cristhiano Faé (Conselheiro), Luiz Carlos da Silva Filho (Diretor da Escola de Engenharia), Marcelo Ferreira (Conselheiro) e Sérgio Pretto (Conselheiro).

[306] Marcelo Lacerda, pioneiro da internet no Brasil, foi chamado pelo *Wall Street Journal* (EUA) de "o Bill Gates brasileiro". Sérgio Pretto, sócio que o acompanha desde então, fundou uma empresa pioneira de software de "correio eletrônico", a Nutec. Marcelo Lacerda, em entrevista na Draft, destaca suas quatro empresas: "o Terra (a Nutec, que virou ZAZ), a F.Biz, a Blue Telecom, e agora estou em meu quarto projeto, que tem bem a ver com essa conversa. Chama Magnopus e começou há três anos e hoje temos 39 pessoas trabalhando. É uma criação com esses três meninos, quarentões: Rodrigo Teixeira (brasileiro conhecido em V-Effects), Ben Grossman e Alex Hennemg (que ganharam o Oscar de efeitos especiais com "A Reinvenção de Hugo Cabret")". Disponível em https://www.projetodraft.com/estamos-inventando-um-novo-ser-humano-a-realidade-virtual-e-outra-escala-de-transformacao/ Acesso em 14 de julho de 2020.

Tabela 14 – Demonstração Financeira do Fundo Patrimonial Centenário em 2019

Balanço Patrimonial
(exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de março de 2020)

em R$, exceto se indicado	Nota Explicativa	2019	1T20
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.436	6.763
Títulos e valores mobiliários	4	312.606	349.119
Recebíveis em carteiras digitais	5	7.782	17.958
Total do Ativo		**322.823**	**373.840**
Bolsas de permanência a pagar	6	28.800	35.520
Total do Passivo		**28.800**	**35.520**
Capital social		294.023	338.320
Patrimônio Líquido		**294.023**	**338.320**

Demonstração do Resultado do Exercício
(exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de março de 2020)

em R$, exceto se indicado	Nota Explicativa	2019	1T20
(+) Doações ao fundo patrimonial	7	273.450	42.558
(+) Doações ao Programa de Bolsas		50.000	15.000
Captação bruta		**323.450**	**57.558**
(-) Projetos Incentivados		-	-
(-) Custos de Processamento Financeiro	8	(1.046)	(603)
(-) Provisão para pagamento de bolsas		(28.800)	(11.520)
Captação líquida no fundo patrimonial		**293.604**	**45.435**
(-) Despesas gerais e administrativas	9	(3.319)	(626)
(-) Despesas de marketing	10	(2.928)	(81)
Resultado operacional		**287.358**	**44.729**
(+) Resultado financeiro líquido	11	6.646	(432)
Superávit do exercício		**294.003**	**44.297**

Fonte: FPC (2019, p. 21).

A tabela demonstra que o total de ativos é composto por três formas de operações financeiras: a) caixa e equivalentes de caixa; b) títulos e valores mobiliários; c) carteiras digitais. No final dos períodos de 31 de dezembro de 2019 e de 31 de março de 2020, a composição da posição total de caixa e equivalentes de caixa (depósito bancário)[307] da Associação Fundo Patrimonial Escola de Engenharia, que correspondem a dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez de R$ 2.436,00 em 2019 e R$ 6.763,00 até março de 2020. A conta de títulos e valores mobiliários é onde se concentra o maior valor do fundo patrimonial – R$ 312.606,00 em 2019 e R$ 349.119,00 até março de 2020. Esse patrimônio está vinculado aos instrumentos financeiros, incluindo-se recursos da Associação, investidos em cotas de fundos de investimento (Mapfre, Mongeral Aegon e XP Trend). O total em carteiras digitais (Mercado Pago, PayPal e Stripe) foi de R$ 7.782,00 em 2019 e R$ 17.958,00 até março de 2020.

[307] Os valores indicados como depósitos bancários correspondem ao saldo disponível (não remunerado) em conta corrente de titularidade da associação no Banco Santander Brasil (FPC, 2019).

Em aproximadamente um ano de existência, o total de ativos do FPC chegou a R$ 373.840 até março de 2020, porém esse recurso não foi destinado aos projetos incentivados, como é apresentado nos objetivos do fundo patrimonial. No discurso, com o contrato de patrocínio firmado entre a associação e a pessoa ou entidade doadora, a instituição irá direcionar ao Programa de Bolsas de Permanência o recurso (auxílio mensal de 800 reais aos bolsistas), apresentando-se como um apoio financeiro a estudantes pesquisadores.

> Através de parcerias com empresas e doadores individuais, viabiliza-se um auxílio mensal de 800 reais aos bolsistas, prorrogáveis por até dois anos. Já o saldo restante da doação direcionada ao Programa, passa a compor o "principal" do Fundo, garantindo à entidade doadora o direito aos *naming rights* daquela bolsa (FPC, 2019, p. 12).

No demonstrativo, esse programa está presente como "Bolsas de permanência a pagar" (pelo lado do passivo), um valor correspondente a R$ 28.000,00 em 2019 e R$ 35.520,00 até março de 2020. Esses valores compõem o valor principal do fundo para garantir o rentismo dos fundos de investimento, não consta no demonstrativo, as bolsas pagas.

Entre as empresas doadoras, estão a Dana Incorporated e a Nilo Frantz, que terão o direito aos *naming rights* (a tradução para a língua portuguesa é direito de nome, ou seja, o direito sobre a propriedade de nomes) das bolsas vinculadas ao programa, ou seja, destina recursos para o financiamento das bolsas de auxílio mensal de 800 reais aos pesquisadores, tendo como contrapartida o direito de vender a marca da universidade e obter compensação financeira na participação da empresa nas cotas do fundo. A tabela abaixo apresenta os valores destinados até março de 2020, sendo contemplados apenas dois estudantes.

Tabela 15 – Recursos do Fundo Patrimonial Centenário para bolsa de pesquisa vinculada às empresas

	2019	1T20
Bolsa Dana	9.600	7.200
Bolsa Fundo Centenário	19.200	16.800
Bolsa Nilo Frantz	-	11.520
Bolsas a pagar	**28.800**	**35.520**

Fonte: FPC (2019).

Segundo o relatório anual de 2019 do FPC, o edital lançado pela associação selecionou apenas dois estudantes após a avaliação de dezenas de estudantes dos diversos cursos de engenharia. Entre eles, daremos destaque ao pesquisador que recebe a Bolsa Dana, ofertada em parceria com a empresa automotiva Dana Incorporated para desenvolver "próteses médicas inovadoras", ou seja, o estudante estará a serviço da referida empresa, que lucrará com a

pesquisa na universidade pública, e o doador dos recursos que irá definir como o dinheiro será usado.

A aproximação entre as empresas privadas e universidades é histórica no Brasil, assumindo novas formas no decorrer dos anos 1990 e 2000, conforme demonstra Silva (2018). O fundo patrimonial constitui uma nova face do privatismo e desvalorização do trabalho docente e estudante pesquisador nas universidades públicas, ou seja, a produção do conhecimento/propriedade intelectual é transformada em produto comercializável, uma mercadoria/*commodity* baseada no discurso educacional comoditizado para construir um mercado do conhecimento público e explorar a força de trabalho.

Esse mecanismo é uma proposta para o sistema de educação superior brasileira. No dia 10 de julho de 2019, o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação Arnaldo Barbosa de Lima Júnior disse ao jornal Valor Econômico[308], durante participação na Conferência Internacional sobre Financiamento Vinculado à Renda[309], que o governo federal lançaria um novo programa voltado ao ensino superior, chamado de Future-se, que analisaremos a seguir, no próximo item.

3.5 **O programa Future-se e a nova função da universidade pública no Brasil: o fundo patrimonial em questão**

Historicamente, os governos brasileiros compartilham as orientações da política do Banco Mundial para a educação superior na América Latina fortalecer as várias modalisdades do privatismo por meio da diversificação dos cursos e das fontes de financiamento, conforme analisamos no primeiro capítulo deste estudo. O documento do Banco Mundial "Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil" (2017) reafirma as pautas do capital, presentes em documentos anteriores do banco, sobre as parceirias público-privadas, alegando que o financiamento de universidades públicas no Brasil é ineficiente, defendendo que as IES públicas devem captar recursos privados no mercado.

[308] Matéria de Estevão Taiar, "Governo anunciará programa para autonomia financeira de universidades", do dia 10 de julho de 2019. Disponível em https://www.valor.com.br/brasil/6338187/governo-anunciara-programa-para-autonomia-financeira-de-universidades Acesso dia 11 de julho de 2019.

[309] O evento é promovido em parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Universidade Nacional Australiana (ANU) e a Embaixada da Austrália no Brasil.

O privatismo exaltado da educação superior no Brasil, como sinalizada por Fernandes (1979), é comprovado nos dados sobre as matrículas nas Instituições de Educação Superior (IES), revelando que essas matrículas estão historicamente concentradas no ensino superior privado. Os dados do último Censo da Educação Superior (2018) demonstram que dos 8.450.755 estudantes matriculados nos cursos de graduação presencial e à distância no Brasil, 2.077.481 (24,58%) dos estudantes brasileiros estão matriculados em IES públicas, enquanto 6.373.274 (75,42%) estavam nas IES privadas (BRASIL, MEC/INEP, 2018).

Além da proporção das matrículas dos estudantes nas IES públicas representarem apenas 24,58%, o setor público vem sofrento vários ataques ao longo dos anos no que tange a precarização do trabalho docente[310] e técnicos-administrativos[311], sucateamento do patrimônio público, terceirização, entre outros. As análises de Macário e Reis (2020) indicam a gravidade da situação a partir do estudo do orçamento executado da União no período de 2003 a 2019, da previsão orçamentária para 2020, sobre as precárias condições da ciência e tecnologia e das universidades federais.

> A crise que acomete o complexo público de C&T e de ensino superior federal não se expressa apenas no sistemático corte de verbas do governo central brasileiro desde, pelo menos, 2014. O subfinanciamento do ensino superior, da pós-graduação e das atividades de pesquisa científica é um traço estrutural do capitalismo dependente nacional, que se vem mantendo mesmo quando houve expansão das instituições de ensino superior e das verbas destinadas à ciência e tecnologia em parte do período dos governos petistas. Essa continuidade caminha de par com a permanência dos esteios do padrão de acumulação instaurado no País de meados dos anos de 1980 para cá, sob as diretrizes do neoliberalismo (MACÁRIO, REIS, 2020, p. 1).

Os autores destacam também que o pagamento de amortização, juros e encargos da dívida pública impede, entre outros aspectos, o aumento dos investimentos em políticas sociais. O período analisado de 2003 a 2019 demonstra que o total de recursos destinados, nesses anos, somente ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida pública foi de R$ 8,431 trilhões, representando sete vezes mais do que os recursos destinados pelo governo federal para educação (R$ 1,282 trilhão), onze vezes mais do que os recursos remetidos às universidades (R$ 733,868 bilhões) e 55 vezes mais do que os recursos destinados para a ciência e tecnologia (R$ 153,823 bilhões). Em 2020, houve um aumento de 51,05% das despesas totais com a dívida pública (juros e encargos, amortização e refinanciamento), previstos na LOA/2020[312] – de R$ 1,061 trilhão (2019) para R$ 1,603 trilhão (2020). “Importante é destacar o elevado crescimento

[310] A partir de uma da perspectiva crítica, Léda e Mancebo (2009) analisam alguns elementos da trajetória do REUNI nas IFES, demonstrando como essa política compromete a qualidade das funções desempenhadas pela universidade, precarização do trabalho docente e ampliando a heteronomia universitária.

[311] PINTO (2016) apresenta uma análise crítica sobre as políticas de contrarreforma nos governos petistas na reconfiguração do trabalho dos técnico-administrativos das IFES.

[312] A primeira LOA aprovada no governo Jair Bolsonaro.

da emissão de títulos para o refinanciamento da dívida: de R$ 487,550 bilhões em 2019 para R$ 917,135 bilhões em 2020, 88,11% em relação ao orçamento executado em 2019" (MACÁRIO, REIS, 2020, p. 12).

O estudo apresentado pelos autores evidencia que os cortes dos governos federais, ao longo dos anos, inviabilizam a garantia do desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades federais. Segundo Macário e Reis (2020), no período de 2003 a 2019, o financiamento das universidades federais (incluindo os hospitais universitários) contou em média com 1,62% do orçamento da União, o equivalente a 0,66% do PIB. Do mesmo modo, o orçamento da União destinou, em média, 18,88% às despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública, o equivalente a 7,88% do PIB. Ao analisar o orçamento das universidades federais, de acordo com o Grupo de Natureza da Despesa, demonstra-se que, nos últimos anos, os recursos destinados ao custeio (Outras Despesas Correntes) e ao investimento foram diminuídos drasdicamente, como veremos na tabela a seguir.

Tabela 16 – Evolução das Despesas da União com as universidades federais (incluídos os hospitais universitários) por Grupo de Natureza da Despesa (GND): 2003-2020. Valores (R$ 1,00) a preços de janeiro de 2020 (IPCA)

ANO	PESSOAL	CUSTEIO	INVESTIMENTOS	TOTAL[1]
2003	18.817.731.020	2.406.419.011	225.902.062	21.827.738.454
2004	21.011.110.763	2.984.837.531	313.934.183	24.724.203.442
2005	19.887.930.430	3.167.364.854	428.912.289	23.877.818.414
2006	24.656.749.511	3.511.129.594	612.907.746	29.266.265.831
2007	25.654.283.500	4.093.093.831	1.161.226.589	31.419.580.452
2008	27.656.247.748	4.449.583.936	1.172.993.609	33.820.323.601
2009	31.119.727.728	5.396.034.453	2.693.813.334	39.829.498.434
2010	35.378.201.948	6.995.387.052	2.873.072.680	45.953.004.318
2011	36.822.836.216	7.566.516.281	3.923.391.801	49.035.008.626
2012	37.240.641.857	8.180.429.356	3.870.578.933	50.055.888.115
2013	40.392.327.713	9.888.804.484	3.676.725.381	54.780.051.475
2014	42.806.713.492	9.247.946.807	2.933.436.580	55.838.692.258
2015	43.231.226.914	7.931.202.805	864.037.764	52.874.373.293
2016	43.027.168.213	8.174.818.013	755.018.987	52.967.041.469
2017	46.737.788.750	7.598.729.143	548.093.079	55.792.502.342
2018	47.047.356.087	7.521.178.890	344.139.145	55.830.290.539
2019	48.644.018.978	7.123.033.264	182.274.168	55.975.559.228
2020	46.409.394.285	8.361.978.407	704.394.095	55.654.136.651
Δ 2003-2019	**158,50%**	**196,00%**	**-19,31%**	**156,44%**

Fonte: Tabela elaborada por Macário e Reis (2020, p. 15-16).

Nota: O total resulta da soma das despesas com Pessoal, Custeio, Investimentos, Juros, Amortização e Refinanciamento da Dívida, Inversões Financeiras e Reserva de Contingência.

Os dados apontam uma redução significativa de recursos para o custeio (Outras Despesas Correntes). Conforme indicam os autores, as universidades receberam para custear suas atividades R$ 9,889 bilhões em 2013 e receberam R$ 7,123 bilhões em 2019, uma diminuição de 27,97%. Sendo ainda mais grave, o corte dos recursos destinados aos investimentos, com uma redução de 95,35% entre os anos de 2011 a 2019 – as universidades federais receberam do governo federal R$ 3,923 bilhões em 2011 e apenas R$ 182,274 milhões em 2019.

É nesse contexto de corte dos recursos públicos para as universidades públicas que Abraham Weintraub[313] (ex-ministro da Educação) e Arnaldo Lima (ex-secretário de educação superior)[314], no dia 16 de junho de 2019, apresentaram o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (FUTURE-SE) para 62 reitores na sede do Ministério da Educação. Segundo a matéria do MEC[315], Weintraub afirmou que o programa é uma "ponte para o futuro" – o caminho ao futuro que altera os eixos históricos que sustentam o caráter público das IFES.

A referência da proposta do Future-se está articulada com eixos do programa de governo Michel Temer, como indicam os documentos "Uma ponte para o futuro" (2015) e "A Travessia Social – uma ponte para o futuro" (2016). Lima (2019) destaca que a "travessia de uma ponte" ao "Future-se" em tempos de ofensiva ultraconservadora para a educação superior no Brasil compõe as ações conduzidas pela ofensiva reacionária da burguesia brasileira na atualidade.

---

[313] Discípulo e aluno do filósofo conservador-liberal Olavo de Carvalho. É professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), graduado em Ciências Econômicas pela USP, tendo realizado seu MBA Executivo Internacional e o mestrado em Administração (área de finanças) na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Executivo do mercado financeiro, atuou como economista-chefe e diretor do Banco Votorantim e como sócio na Quest Investimentos. Foi integrante da equipe de transição do governo do presidente Bolsonaro. Em janeiro de 2019, foi nomeado secretário-executivo da Casa Civil, sendo designado, em abril de 2019, para o cargo de Ministro da Educação.

[314] Conhecido como o garoto propaganda do Future-se. É graduado em Economia Internacional e Comércio Exterior pela University of Central Oklahoma, nos Estados Unidos. Atualmente, cursa MBA Executivo em Economia e Gestão na Fundação Getúlio Vargas. É servidor da carreira Analista Técnico de Políticas Sociais. Foi um dos autores da reforma do Fies, que culminou com a edição da Lei 13.530, de 2017. Atualmente, é diretor de Seguridade na Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe) e membro do Conselho Nacional de Previdência Complementar. Foi assessor especial e diretor de Assuntos Fiscais e Sociais no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e secretário adjunto de Política Econômica no Ministério da Fazenda. Foi conselheiro fiscal e de administração das seguintes empresas: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame); Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo (PPSA); BB Tecnologia e Serviços (BBTS); BB Banco de Investimento (BB BI); Banco do Nordeste (BNB); BB Gestão de Recursos, Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários (BB DTVM); e Caixa Econômica Federal (CEF), entre outras. Disponível em https://exame.com/brasil/ministro-abraham-weintraub-anuncia-seis-novos-secretarios-do-mec/ Acesso em 15 de dezembro de 2019.

[315] Matéria do dia 16 de julho de 2019. Disponível em http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/78201-mec-apresenta-programa-de-inovacao-no-ensino-superior-para-reitores-de-universidades Acesso em 13 de maço de 2020.

Além disso, a autora apresenta, entre essas políticas, o documento intitulado "O caminho da prosperidade – Plano de Governo" (Bolsonaro) apresentado com o slogan "Brasil acima de tudo e Deus acima de todos", como uma clara referência aos princípios da Frente Parlamentar Evangélica. Esse último documento foi analisado pela autora, cruzando os elementos do Plano de Governo e do documento intitulado Manifesto à Nação: Brasil para os brasileiros, divulgado pela referida Frente Parlamentar (2018). Kátia Lima aponta que a análise dos documentos acima indicados

> [...] evidencia as prioridades da pauta de ação política do Governo Federal (2019/em curso): (i) o ajuste fiscal permanece como eixo condutor das políticas em mais uma fase (ainda mais intensa) da contrarreforma do Estado pelo fortalecimento dos interesses privados locais e internacionais e o desmonte do serviço público federal, incluindo as universidades federais; (ii) a inserção capitalista dependente do país na economia mundial será aprofundada pela relação estabelecida entre o Brasil e os países hegemônicos, apresentada especialmente nos itens relativos à política econômica (fim do monopólio da Petrobras no Gás Natural, abertura comercial e a redução de muitas alíquotas de importação, entre outras ações) e à política de Ciência e Tecnologia; (iii) o incentivo de uma política de armamento da população e de criminalização dos movimentos sociais pela reformulação do Estatuto do Desarmamento e pela tipificação das ocupações de propriedades rurais e urbanas organizadas pelos movimentos sociais (como terrorismo); e (iv) a contrarreforma da educação superior entra também em nova fase, marcada pela desqualificação do pensamento crítico e criativo e pela defesa da neutralidade axiológica da produção de conhecimentos, associada ao aprofundamento da sua privatização e mercantilização, articulando o financiamento público para as IES privadas com a drástica redução das verbas públicas para a educação superior pública realizada pela EC 95 e pelos sistemáticos cortes, resultando, em curto prazo, na inviabilidade das tarefas de ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas brasileiras (LIMA, 2019, p. 31-32)

O Programa Future-se, incialmente, é apresentado como um programa para dar mais liberdade para as universidades e institutos federais, sob o discurso de proporcionar maior autonomia financeira por meio de captação de recursos junto ao setor privado (fundos de investimento, parcerias público-privadas e privatização do patrimônio imobiliário das IFEs), com a terceirização da gestão das IFEs por meio da parceria público-privada com Organizações Sociais (OSs) de caráter privado. Portanto, o Future-se atende aos interesses do capital, baseado na agenda dos APHEs de fortalecimento da Lei dos Fundos Patrimoniais e, sob esse aspecto, a proposta do Programa Future-se é quase uma cópia da Lei nº 13.800/2019, promulgada em janeiro de 2019.

O lançamento oficial do Future-se foi realizado no auditório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em Brasília, no dia 17 de julho de 2019, por meio de transmissão ao vivo pela página do MEC no Facebook[316]. A construção desse programa não ocorreu com a participação da comunidade acadêmica e suas entidades

[316] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=6g2IQWRthoU Acesso em 02 de maio de 2020.

representativas. Deu-se a partir do diálogo exclusivo com a grande burguesia por meio dos APHEs para submeter a produção de conhecimento aos interesses do mercado e não às necessidades da sociedade, compartilhando as recomendações do BM para a educação superior no Brasil de diversificação do ensino e das fontes de financiamento aberto ao capital nacional e internacional.

O então ministro anunciou que a proposta iria passar por consulta pública e, em seguida, seriam apresentadas as alterações na legislação. Porém, o projeto foi criado de forma autoritária e apresentado à sociedade brasileira sem conhecimento anterior da comunidade acadêmica e das entidades representativas das universidades e institutos federais. Similarmente, ocorreu no período da ditadura civil-militar por meio da imposição dos acordos entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), conhecidos como acordos de MEC/USAID[317].

No lançamento, o programa foi anunciado como uma nova forma de arrecadar recurso privado para o orçamento público. A proposta permite patrocínio para pesquisas; criação de empresas; parcerias público-privadas e contrato simplificado com organizações sociais; exploração das patentes; premiação com dinheiro aos professores que publicarem artigos em revistas de ponta; criação de um fundo soberano do conhecimento. A expectativa é arrecadar R$ 102,6 bilhões e a metade virá da venda e aluguéis de imóveis e lotes da União, segundo o então Ministro da Educação Abraham Weintraub. Segundo Catini e Minto (2020),

> "Fature-se" tornou-se rapidamente o apelido do programa, cujo pilar fundamental é a alteração do financiamento de parte estratégica das atividades das universidades públicas mediante a criação de fundos patrimoniais e de fundos de investimentos. De acordo com o texto do programa, o fundo patrimonial seria composto por recursos decorrentes de prestação de serviços de pesquisas e consultorias, comercialização de bens, aplicações financeiras, ganhos de capital e rendimentos, direitos patrimoniais sobre imóveis e concessões, leis de incentivos fiscais, exploração de direitos de propriedade intelectual, mas também com doações privadas e matrículas e mensalidades em cursos de pós-graduação *lato sensu* (CATINI; MINTO, 2020, s/p).

Uma matéria do G1 (2019)[318], intitulada "MEC lança 'Future-se', programa para aumentar verba privada no orçamento das federais" destaca que o programa fundamenta-se em uma série de dispositivos do mercado financeiro. Para o MEC, essa "carteira de ações" inclui: fundo de patrimônio imobiliário; microcrédito para startups e fundo soberano do conhecimento. Os recursos arrecadados serão geridos neste último. "O capital privado, além do investimento

[317] Sigilosos programaram mudanças no sistema educacional brasileiro que incluem uma série de convênios realizados a partir de 1964. Esses convênios tinham o objetivo de transplantar o modelo norte-americano nas universidades brasileiras da "reforma universitária consentida" do governo que contou com assessores dos EUA.

[318] Matéria de 17 de julho de 2019. Disponível em https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/07/17/mec-lanca-future-se-para-aumentar-verba-privada-no-orcamento-das-federais.ghtml Acesso em 31 de janeiro de 2020.

direto em cada instituição, poderia entrar nesse fundo, de onde seria redistribuído às universidades. Royalties, patentes, parques tecnológicos também aportariam dinheiro nesse fundo" (G1, 2019).

Segundo o MEC, as IFEs serão financiadas por um fundo patrimonial, ou seja, fundo de direito privado, sob a gestão de uma instituição financeira, que funcionará em regime de cotas, desvinculado do orçamento público e substituído pelo financiamento privado. O programa foi apresentado dividido em três eixos: gestão, governança e empreendedorismo; pesquisa e inovação; e internacionalização. O fomento à competitividade, à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo individual são algumas das propostas apresentadas.

> O Future-se trouxe iniciativas para inovar na gestão de universidades e institutos federais. A criação do Fundo Soberano do Conhecimento (FSC) e do funding de R$ 100 bilhões estão entre ações **inéditas** que vão permitir maior autonomia financeira das instituições. "Queremos criar uma cultura empreendedora e uma visão sistêmica para todas as regiões do país e exportá-los", explica o secretário de Educação Superior do MEC Arnaldo Lima (MEC, 2019, s/p)[319].

O então secretário Arnaldo Lima destaca que o Fundo Soberano do Conhecimento (FCS) será um fundo de investimento multimercado, composto por fundos de investimentos imobiliários, apoiado na integralização de bens imobiliários da União e fundos de investimentos em participações, com política de investimento para atrair investidores estrangeiros para o país. "O retorno para os investidores é certo, pois o potencial que temos para gerar mais patentes, startups e sociedades de propósito específico é gigantesco", afirma Lima (MEC, 2019).

A agenda dos fundos patrimoniais para as IFES está presente nesse projeto, constituindo-se um novo traço do aprofundamento do "colonialismo educacional" e do "privatismo exaltado", eixos estruturantes do padrão de educação superior no Brasil. O programa Future-se é apresentado como uma proposta de criação de um novo modelo de gestão e uma nova forma de diversificação das fontes de financiamento, que incentiva as universidades e institutos federais a captarem recursos privados. Ou seja, novos traços da dupla privatização do público, na esfera do controle de pessoal e da pesquisa científica ou tecnológica, e mercantilização da educação superior brasileira. Juntamente, apresenta novas formas de aprofundar a gestão privada das instituições públicas, garantindo a movimentação do capital financeiro (nacional e internacional) e o assalto ao fundo público – elementos do processo de empresariamento, comoditização e industrialização da educação superior.

---

[319] Matéria do dia 14 de agosto de 2019. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79071:saiba-como-vao-funcionar-os-fundos-criados-para-gestao-do-future-se&catid=212&Itemid=86 Acesso em 19 de fevereiro de 2020.

As análises preliminares de Roberto Leher (2019a) sobre o Future-se apontam que esse projeto de lei indica a refuncionalização das universidades e institutos federais, sob o discurso de "autonomia financeira". Considera o PL abrangente por modificar dezesseis leis[320] referentes ao marco legal da educação superior brasileira, estando essa amplitude das mudanças em contraste com o método de construção do texto.

> [...] as universidades, os institutos federais, a comunidade científica e as entidades e organizações vinculadas à pesquisa e desenvolvimento obrigatoriamente deveriam ter sido escutadas e consideradas na elaboração do PL. É impossível escrever uma nova lei sobre tema de tamanha complexidade sem considerar a aprendizagem e experiências de quem trabalha sobre o tema da pesquisa e desenvolvimento, isto é, sem escutar as instituições de ensino, as entidades científicas e do setor de P&D. Se, de fato, o objetivo fosse construtivo, o método seria outro. Elaborar um texto de má qualidade e, a seguir, abrir para consulta não permitirá sua correção e, desse modo, o PL não cumprirá, seguramente, um papel construtivo. (LEHER, 2019a, s/p).

Entre as instituições tidas como modelo para o programa Future-se, foi apresentada a experiência da Universidade de Harvard como exemplo a ser seguido, onde a referência de maior e melhor pesquisa é a que traz mais recursos materiais e não os vinculados à função social da pesquisa básica. Os APHEs, notadamente o BM e o IDIS, justificam a criação de fundos patrimoniais para as universidades federais, citando a experiência internacional dos *endowments*, que representam fonte importante de receita para as instituições públicas, mas essa afirmação não se comprova. Além da Universidade de Harvard ser uma instituição privada, os recursos públicos (diretos e indiretos) representam a maior parte de seu orçamento. Como analisamos anteriormente, não há nos EUA um sistema de educação superior público e gratuito, como no Brasil. Todo o ensino superior estadunidense é pago, incluindo os cursos das IES públicas, e o endividamento das famílias naquele país é altíssimo. Apenas um terço do orçamento das escolas é composto pelas taxas e anuidades cobradas dos estudantes, sendo o recurso basicamente público.

O Future-se é mais uma face da transplantação do modelo estadunidense de educação superior. Segundo Moraes (2015), a maior parte dos recursos das universidades privadas nos EUA são públicos. É falsa a ideia de que essa gestão privada será mais eficiente para um sistema subfinanciado, que tem como objetivo central financiar pesquisa.

---

[320] O PL do Future-se modifica as seguintes legislações: Lei nº 8.010/1990, Lei nº 8.032/1990, 8.313/1991, Lei nº 8.248/1991, Lei nº 9.249/1995, Lei nº 9.250/1995, Lei nº 9.394/1996, Lei nº 9.532/1997, Lei nº 9.637/1998, Lei nº 9.991/2000, Lei nº 10.735/2003, Lei nº 10.973/2004, Lei nº 11.196/2005, Lei nº 12.550/2011, Lei nº 12.772/2012, Lei nº 13.243/2016. "A amplitude do disposto nessas leis confirma que está em curso uma mudança substantiva no marco legal da educação superior (LDB), da ciência e tecnologia (importações, informática e automação, inovação tecnológica, marco legal), comercialização de energia elétrica, cultura (Pronac, lei de incentivo à cultura), de normas tributárias (imposto de renda, Lei do Bem, lucros auferido no exterior, regime especial de tributação para a plataforma de exportação de T.I.), de organizações sociais (lei das OS, Projeto de Interesse Social) e de carreira do magistério do ensino superior EBSERH" (LEHER, 2019a).

Como vimos anteriormente, as atividades da Universidade de Harvard são financiadas, majoritariamente, por recursos públicos. O fundo patrimonial representa apenas 35% dos recursos totais da instituição, segundo o relatório anual de 2019 da instituição. Os intelectuais orgânicos do capital não destacam as particularidades e as diferenças da universidade estadunidense para as IES brasileiras. A Universidade de Harvard é uma instituição privada, sendo a maior parte do seu orçamento proveniente de recursos públicos (diretos e indiretos), mas gerenciados pela iniciativa privada**.**

No dia 09 de setembro de 2019, a matéria do jornal Valor Econômico[321] destaca que o MEC, para captar financiamento privado para pesquisa, desenvolvimento e inovação nas universidades federais, propõe para o Brasil os investimentos de fundos patrimoniais dos Estados Unidos. O objetivo é que os gestores americanos não só apliquem como façam parte do conselho de administração do chamado Fundo Soberano do Conhecimento que, inicialmente, contará com um patrimônio de 4,4 mil imóveis, administrado por uma associação de direito privado, sem fins lucrativos.

Arnaldo Lima afirma que o objetivo é criar um fundo patrimonial do MEC para aplicar os recursos e projetos rentáveis ao capital financeiro. O secretário disse ao jornal Valor Econômico que o MEC irá desenvolver produtos financeiros para esses agentes. A ideia é que alguns dos gestores de fundos patrimoniais já estejam no conselho de administração do fundo patrimonial do MEC, porque eles já investem em empresas do mundo todo, disse o então secretário de educação superior.

Nesse sentido, o fundo patrimonial do MEC estará articulado aos agentes dos fundos patrimoniais das universidades estadunidenses e irá apresentar as propostas de projetos que atendam aos interesses desses investidores internacionais. Adicionalmente, afirmou que, mesmo antes da aprovação do Future-se, este é um instrumento financeiro importante.

A crise da universidade pública contemporânea compõe uma nova forma de inserção social das IES (nacional e internacional), com um novo eixo estratégico, organizado de forma cada vez mais global, "em dois âmbitos principais: o da comercialização do serviço educacional de nível superior e o da padronização global das políticas de formação, dos currículos e das formas de gestão institucional e do trabalho docente" (SILVA, MINTO, LIMA, 2019, p. 91).

[321] Matéria de Edna Simão "MEC quer implantar no país modelo de fundo patrimonial comum nos EUA". Disponível em https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/09/10/mec-quer-implantar-no-pais-modelo-de-fundo-patrimonial-comum-nos-eua.ghtml Acesso em 04 de outubro de 2019.

Em agosto de 2019, o Andes-SN elaborou um material[322] intitulado "FUTURE-SE é a FATURA da Educação Pública – pela imediata recomposição do orçamento público das instituições de ensino!", apresentando vinte motivos para rejeitar o programa Future-se que tem como objetivo mercantilizar e privatizar o ensino público. "Este é um projeto que responsabiliza as instituições de ensino pelas capitalizações de recursos, livrando o Estado de tal responsabilidade e, também, incentiva o afastamento dos estudantes do desenvolvimento da pesquisa básica" (ANDES, 2019). Para isso, o Future-se recomenda:

Quadro 33 – Propostas do Projeto Future-se

01	Construção autoritária do programa no método e no mérito: as universidades, os Institutos Federais, a comunidade científica e as entidades e organizações vinculadas à pesquisa e desenvolvimento não participaram da sua discussão, não levando em consideração a função social pública das instituições de educação;
02	Substituição da "autonomia de gestão financeira" por "autonomia financeira" das IFES, isto é, responsabiliza as instituições de ensino pela captação de recursos e desresponsabiliza o Estado pelo repasse dos recursos para manter o ensino superior;
03	Imposição das organizações sociais (OS) como forma de gestão nas instituições de ensino, passando a gerir pessoal e patrimônio público. Uma privatização das IFES;
04	Criação de Fundos de Investimento, de natureza privada, como novas formas de fomento das universidades. Esses fundos podem resultar de isenções e incentivos tributários para as empresas e a alienação de imóveis públicos, representando a apropriação privada do fundo público;
05	Subordinação da pesquisa, da extensão e do desenvolvimento de tecnologia aos interesses das empresas, limitando a liberdade de ensinar e apreender, intensificando a diferença interna entre as distintas áreas nas IFES, principalmente, entre as que conseguirem captar recursos das que não conseguirem;
06	Imposição da perspectiva de mercado (empresas) para a produção do conhecimento, subordinando a inovação, a pesquisa e o desenvolvimento às exigências das empresas. Ainda que fosse esse o caminho, não há interesse das empresas em desenvolver políticas científicas, tecnológicas e no setor de P&D;
07	Incentivo à parceria público-privada (PPP) através das chamadas *naming rights* – em troca de "compensação financeira" e criação de "parques e polos tecnológicos, incubadoras e start-ups";
08	Apropriação privada do fundo público, com a atração de centros de P&D de empresas estrangeiras com isenções tributárias sobre o lucro líquido e outras modalidades de incentivos fiscais;
09	Incentivo à competição entre professores e entre alunos, na perspectiva de tornarem-se "empreendedores" a partir da possibilidade de criação de "Sociedade de Propósito Específica" no interior dos departamentos, instaurando microempresas, inscritas em parcerias público-privadas. Com isso, promove o desenvolvimento desigual das áreas do conhecimento voltada para os interesses do mercado;
10	Incentivo à meritocracia e à competição entre os alunos para obtenção do título de "aluno empreendedor";
11	Indução ao afastamento dos estudantes do desenvolvimento da pesquisa básica, da interpelação dos problemas lógicos e epistemológicos da ciência e ao abandono da pesquisa histórico-social, sociológica, artística e cultural;

[322] Disponível em https://www.andes.org.br/diretorios/files/Arquivos/FOLDER%20-%20CONTRA%20O%20FUTURESE.pdf Acesso em 14 de março de 2020.

12	Rebaixamento da formação profissional a partir da ampliação do ensino à distância (EaD) no ensino presencial, da liberalização de oferta de disciplinas em plataformas estrangeiras por meio de EaD, da facilitação da revalidação de diplomas estrangeiros nas IFES e nas instituições privadas, da imposição do "notório saber", sem nenhuma regulamentação por parte da comunidade acadêmica;
13	Implementação da dupla entrada de usuários nos hospitais universitários vinculados à EBSERH, por meio de acesso diferenciado de natureza privada: planos e seguros de saúde terão prioridade na abertura de leitos para aqueles que possam pagar;
14	Esvaziamento do sentido e das funções das instâncias colegiadas das IFES que, na prática, estarão subordinadas à gestão das OS e dos Fundos de Investimentos;
15	Desestruturação da carreira docente com o esvaziamento da dedicação exclusiva a partir da subordinação da gestão de pessoal às OS, do incentivo à PPP e ao professor "empreendedor", que será responsável por captar recursos para realizar suas atividades;
16	Descaracterização da dedicação exclusiva, esvaziando seu nexo com o conceito de universidade pública, abrindo caminho para a sua extinção;
17	Ataque ao tripé ensino-pesquisa-extensão, possibilitando contratação celetista de professor via OS, com dedicação apenas à sala de aula, acarretando o fim dos concursos públicos;
18	Desestruturação da política de acesso e permanência para os estudantes;
19	Imposição de avaliações padronizadas, o que repercutirá na exigência de conteúdos padronizados, de autofinanciamento para a manutenção dos cursos, levando as IFES a um processo de ranqueamento;
20	Alterações no estatuto social da Educação Superior Pública, abrindo caminho para que essas propostas também sejam impostas para as instituições estaduais e municipais.

Fonte: ANDES-SN (2019).

Com o objetivo de pressionar os reitores para antecipar o Future-se, o MEC ataca frontalmente a educação e o serviço público no Brasil, determinando o congelamento das progressões e promoções dos docentes e técnico-administrativos das IFEs como alternativa orçamentária, devido aos cortes de mais de R$ 2,7 bilhões do orçamento da educação federal de 2019 para 2020.

Em janeiro de 2020, o primeiro ofício expedido comunica que estão proibidas novas contratações de professores e técnicos nas IFES. O MEC enviou aos gestores das IFES o Ofício Circular nº 1/2020/CGRH/DIFES/SESU/SESU-MEC, que faz referência à Portaria nº 1.469, de 22 de agosto de 2019, que versa sobre os provimentos de cargos de docentes e técnicos para o ano de 2020, determinando que serão considerados atos nulos nomeações de docentes e técnicos nas IFES em 2020.

No dia 04 de fevereiro de 2020, o MEC encaminhou o Ofício Circular nº 8/2020/GAB/SPO/SPO-MEC aos dirigentes das universidades e institutos federais, que tratam da dotação e execução orçamentária, em particular, das despesas com pessoal ativo e inativo, benefícios e encargos a servidores e empregados públicos, pensões especiais e sentenças judiciais no orçamento de 2020. A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) do MEC refere-se à Regra de Ouro prevista pela CF de 1988 (art. 167, inciso III) que veda a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, causando a

obrigatoriedade de não gastar mais que o previsto. Se houver descumprimento, os gestores poderão ser enquadrados na Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo o documento

> [...] o orçamento do MEC no Projeto de Lei Orçamentária de 2020, PLOA 2020, especificamente para as programações citadas anteriormente, constou em R$ 74,6 bilhões. Durante a tramitação do PLOA 2020 no Congresso, houve redução nas mesmas rubricas de R$ 2,7 bilhões, acarretando uma dotação inicial de R$ 71,9 bilhões na Lei Orçamentária Anual – LOA 2020 (MEC, 2020).

O MEC segue atacando as IFES, enviando outro ofício nº 40/2020/CGRH/DIFES/SESU/SESU-MEC aos dirigentes, que determina os limites de provimento de cargos autorizados no Banco de Professor Equivalente e no Quadro de Referência de Servidores Técnico-Administrativos em Educação para o exercício de 2020.

Segundo a matéria do ANDES-SN[323], a diretora Eblin Farage afirma que as medidas do MEC ferem a autonomia universitária, considerando esses ofícios ilegais. Destaca que diversas contratações foram suspensas, mas gestores de várias instituições já se manifestaram contrários à imposição do MEC. Para a secretária-geral do ANDES-SN, a postura do MEC é uma maneira de pressionar as universidades para antecipar o Future-se. Ela ressalta ainda que

> [...] se concursos e contratações previstos não ocorrerem, docentes e técnicos na ativa irão acumular sobrecarga de turmas, o que irá prejudicar a qualidade do ensino e precarizar ainda mais as condições de trabalho. "O orçamento aprovado tem 16% de cortes. O orçamento que já era insuficiente em 2019 é ainda mais insuficiente em 2020. Então, de fato a conta não vai fechar. Essa medida é para empurrar as universidades para a privatização e para as parcerias público-privadas. É para antecipar o Future-se. É isso que o governo quer", acrescenta (ANDES, 2020, s/p).

No dia 18 de fevereiro de 2020, o ANDES-SN, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra-Sindical) e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe Nacional) protocolaram, na Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, uma ação civil pública[324], solicitando suspensão da decisão do MEC de não nomear e contratar docentes e técnico-administrativos nas Instituições Federais de Ensino (IFE) no Brasil. O documento cita o agravo ao direito social fundamental à educação e à autonomia das IFEs na violação de artigos constitucionais como o 205 e o 207, bem como o decreto-lei 200/67. Os sindicatos procuram o diálogo com parlamentares com o objetivo de encontrar alguma medida via Congresso Nacional, assim como com a Andifes para que os

[323] Matéria do dia 21 de fevereiro de 2020. Disponível em https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/medidas-do-mEC-chantageiam-reitores-e-buscam-antecipar-o-future-se1 Acesso em 09 de março de 2020.

[324] Ação Civil Pública. Disponível em https://www.andes.org.br/diretorios/files/Jamile/ACP%20ANDES%20FASUBRA%20SINASEFE.pdf Acesso em 09 de março de 2020.

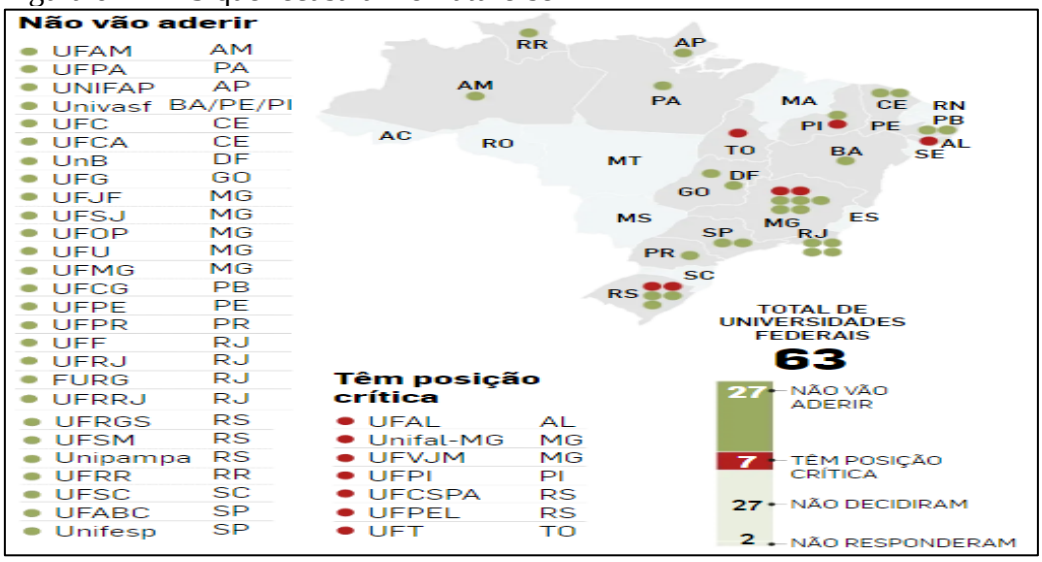
reitores se orientem fundamentados na autonomia universitária e pautem o aumento de recursos para a Educação Pública.

O Programa Future-se reúne um conjunto de medidas que tem como objetivo mercantilizar e privatizar a educação pública. Esse projeto transforma eixos históricos que sustentam o caráter público das IFES, defendido historicamente pelos movimentos sociais, estudantil e sindical. Estamos diante de uma nova fase de reconfiguração da universidade pública, que aprofunda os eixos estruturantes do padrão dependente de educação.

Na primeira versão da proposta do MEC, já estava prevista a criação de fundos patrimoniais, parcerias público-privadas, cessão dos prédios e lote e cessão dos direitos de nomes de campi e edifício. Segundo o MEC, a adesão será voluntária, porém as IFES vêm sendo atacadas de diversas formas para aderir ao programa e a uma nova forma de financiamento, gestão, produção e socialização de conhecimentos. É uma ressignificação bem mais ampla de desmonte da universidade pública.

Desde seu lançamento, o programa foi alvo de muitas críticas devido a seu teor meritocrático e mercadológico. Entre outros aspectos, essa proposta atinge diretamente a autonomia universitária e o financiamento público da educação superior no Brasil, sendo, logo de início, recusado por diversas IFES, que garantiram, de alguma forma, o debate sobre o Future-se. Segundo o levantamento do jornal Estado de São Paulo, em setembro de 2019, a maioria (54%) das IFES já havia se posicionado contra a adesão[325] do Programa Future-se.

Figura 6 – IFES que recusaram o Future-se



Fonte: Jornal Estado de São Paulo (2019)[326].

[325] A adesão é aprovada pelos conselhos internos das instituições.

[326] Matéria do dia 25 de setembro de 2019. Disponível em <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,maioria-das-universidades-federais-rejeita-future-se,70003024425>. Acesso em 10 de outubro de 2019.

A consulta pública sobre o Future-se ocorreu pela internet, visando receber contribuições para a versão final do projeto de lei antes do envio ao Congresso Nacional. A consulta teve uma primeira abertura em curto período, do dia 17 de julho ao dia 29 de agosto, o que inviabilizava o debate da comunidade acadêmica. Após algumas polêmicas e críticas dos dirigentes das IFES e do movimento estudantil e sindical, pela falta de detalhamento e ameaça à autonomia universitária, o texto foi reformulado. Sendo assim, o MEC teve de abrir uma nova consulta pública do dia 03 a 24 de janeiro de 2020, devido a uma exigência do Ministério Público. Instituiu uma comissão de juristas[327] para validar a proposta do texto final do anteprojeto de lei.

> A nova consulta pública foi exigida na Justiça pelo Ministério Público Federal, que alegou que a pasta não atendeu às exigências mínimas legais para o procedimento, por não ter incluído, por exemplo, estudos e materiais técnicos para fundamentar o projeto, e não ter previamente divulgado o documento convocatório (NEXO JORNAL, 2019)[328].

A segunda versão do projeto Future-se começou a circular no dia 16 de outubro de 2019. O MEC retirou alguns pontos polêmicos como a cobrança pelo atendimento a pessoas com plano de saúde privado nos hospitais universitários e de inclusão da obediência à autonomia universitária, da mesma forma, o ponto que trata a gestão das Organizações Sociais (OSs) com o objetivo de terceirizar a gestão das universidades. No texto, não constava a participação das fundações de direito privado. O CONFIES articulou o movimento para inserir as fundações no projeto Future-se.

Como já vimos, o Congresso Nacional atendeu a demanda dos representantes das fundações de direito privado e alterou[329]a Lei 13.800/2019 dos fundos patrimoniais. Desde junho de 2019, as fundações de apoio de universidades públicas e de centros de pesquisa estão autorizadas a criar os fundos desse tipo. O governo federal publicou também a portaria nº 5.918, de 29 de outubro de 2019[330], que dispõe sobre o apoio institucional do MCTIC às fundações de direito privado que atuam ou pretendam atuar como organizações gestoras de fundos patrimoniais de ciência, tecnologia e inovação (CT&I). O pleito das fundações foi contemplado

---

[327] Portaria nº 1.701, de 30 de setembro de 2019 do MEC, institui o Grupo de Especialistas Jurídicos, composto pelos seguintes membros da Advocacia Geral da União: Diana Guimarães Azin; Fernanda Raso Zamorano; José Aparecido Buffon; Ludmila Meira Maia Dias; e Saulo Pinheiro de Queiroz. Segundo o art. 6º, o grupo poderá convidar representantes de outros órgãos, entidades públicas e privadas, além de pesquisadores, especialistas em educação e áreas correlacionadas e integrantes da sociedade civil.

[328] Matéria do dia 28 de outubro de 2019. Disponível em https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/10/28/Future-se-por-que-o-MEC-mudou-seu-plano-para-as-universidades Acesso em 10 de março de 2020.

[329] Disponível em https://www.camara.leg.br/noticias/559400-congresso-nacional-derruba-quatro-vetos-presidenciais/ Acesso em 10 de novembro de 2019.

[330] Disponível em http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-5918-de-29-de-outubro-de-2019-224427257 Acesso em 10 de novembro de 2019.

com a última versão do projeto Future-se, como apresenta o art. 14. do PL nº 3076/2020: "as universidades e os institutos federais, para obterem resultados em cada eixo, poderão celebrar contratos e convênios diretamente com fundações de apoio, devidamente credenciadas nos termos do disposto na Lei nº 8.958, de 1994" (BRASIL, 2020).

Segundo a matéria do CONFIES[331], Marcelo Gomes Meirelles (diretor do Departamento de Estruturas de Custeio e Financiamento de Projetos do MCTIC), ao assinar o termo de compromisso, destacou que as dificuldades encontradas pelas fundações para criar os fundos patrimoniais já estão superadas. E, quanto às questões burocráticas, disse: "quando surgiu essa dúvida, conversamos com a Receita Federal e pedimos para que o pessoal da Receita conversasse com representantes das fundações, porque é de nosso interesse que os fundos de *endowments* funcionem no Brasil" (CONFIES, 2019). Quanto aos incentivos fiscais para os doadores, Meirelles informou que o MCTIC vem trabalhando em parceria com o Ministério da Educação para que os estímulos fiscais sejam viabilizados pelo projeto Future-se, anunciado em julho pelo MEC. "Estamos trabalhando junto com eles naquilo em que pode ser complementado" (idem). As expectativas desses sujeitos políticos coletivos é que

> [...] os fundos patrimoniais rendam as primeiras receitas nos próximos dois anos, mais ou menos. "Estamos fazendo a divulgação, mas acredito que haverá decisão de alocação de recursos para o exercício de 2020, porque ninguém toma decisão de investimento no fim de ano. Ou então em 2021. Estamos criando o ambiente de negócios e colocando o tema em discussão. Mesmo que a alocação para o *funding* seja pequena em 2019 e 2020, estamos criando uma alternativa real, legal, concreta e segura com regras de *compliance* para esses novos mecanismos", destacou Meirelles (CONFIES, 2019, s/p, grifos meus).

No segundo semestre de 2019, deu-se a criação do primeiro fundo patrimonial seguindo as exigências do MCTIC, o Fundo Patrimonial COPPETEC da Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC). Essa fundação é vinculada ao Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Já no evento do lançamento da portaria nº 5.918/2019, o MCTIC assinou o termo de compromisso com cinco fundações de direito privado[332], filiadas ao CONFIES para a criação de fundos patrimoniais.

Essas fundações ou associações privadas vonculadas as instituições públicas sempre estiveram na pauta da agenda do capital para a criação dos fundos patrimoniais no Brasil e, nas

---

[331] Matéria do dia 11 de novembro de 2019. Disponível em http://confies.org.br/institucional/fundacoes-de-apoio-receberao-certificacao-do-mctic-pela-criacao-de-fundos-patrimoniais/ Acesso em 05 de fevereiro de 2020.

[332] COPPETEC, vinculada ao Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da UFRJ; FUNDEP vinculada à UFMG; FUNARBE vinculada à UFV; FUNTEC vinculada a institutos de pesquisa de Goiás e à Rede Goiana de Inovação da UFG; Fundação UNISELVA vinculada à UFMT.

ações dos APHs, na defesa desse tipo de fundo. Essa questão estava presente no estudo elaborado pelo Levisky em 2016, antes da promulgação da lei nº 13.800/2019.

> Os projetos de lei hoje existentes autorizam que a instituição pública de ensino superior crie uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos para manter um fundo patrimonial a ele vinculado. O mesmo poderia ser permitido a instituições artísticas ou culturais públicas. Apenas com uma lei seria possível a uma instituição pública constituir uma instituição privada sem fins lucrativos para administrar seu endowment. Existem também as **fundações ou associações de apoio a instituições públicas. Elas mesmas poderiam instituir um endowment cujos rendimentos seriam destinados à instituição pública apoiada.** Nesses casos, é importante saber que a titularidade e a gestão do endomwent será da associação ou da fundação privada que, a qualquer tempo, pode alterar seu estatuto e, portanto, a instituição pública a ser beneficiada (LEVISKY, 2016c, p. 24).

No dia 28 de janeiro de 2020, ocorreu, em Maceió (AL), o 1º Encontro das Fundações de Apoio às universidades e institutos federais sobre os chamados fundos *Endowments* no Brasil, com o apoio do MCTIC, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)[333] e diversas fundações de apoio. O encontro reuniu 79 pessoas entre dirigentes e colaboradores de 22 fundações afiliadas de 16 estados, de 04 fundações não filiadas, de 06 universidades e de 03 institutos federais, ademais representantes da Controladoria Geral da União (CGU), de Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), de ministérios públicos estaduais (MPs), outros agentes públicos e privados da área de ciência e tecnologia, especialistas em fundos patrimoniais e gestão financeira do Banco Santander, do escritório Spalding Sertori Advogados do Rio de Janeiro, da consultoria Culturinvest de Belo Horizonte-MG e da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura da Universidade Federal do Ceará (FCPC/UFC).

De acordo com a imprensa do CONFIES[334], o presidente do conselho Fernando Peregrino disse que "o evento marca a corrida pela busca de novas fontes de fomento para pesquisas científicas na atual conjuntura. Peregrino considerou o evento amplo, intenso, propositivo e estratégico já que é realizado no momento de crise aguda da ciência nacional" (CONFIES, 2020). Os participantes do evento indicaram dez propostas de ação coletiva: 1) volta dos incentivos fiscais que foram vetados na Lei nº 13.800/2019; 2) mapeamento pelas fundações de apoio das alíquotas do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) nos estados e que sejam zeradas, como no Rio de Janeiro; 3) criação de uma agência fora do estado para creditar os fundos; 4) proposição de canalizar 1% das privatizações para os fundos patrimoniais; 5) criação, pelas fundações, de um CNPJ específico para cada fundo

[333] Financiadora de Estudos e Projetos é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. Empresa de fomento à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas.

[334] Matéria de Viviane Monteiro do dia 29 de janeiro de 2020. Disponível em http://confies.org.br/institucional/encontro-do-confies-indica-10-pontos-consensuais-para-sucesso-de-fundos-patrimoniais-de-universidades-no-brasil/ Acesso em 05 de fevereiro de 2020.

patrimonial; 6) incremento de doações nos setores regulados como forma de quitar obrigações de concessionárias privadas; 7) uso do selo do MCTIC; 8) adaptação eventual de estatutos; 9) redução da burocracia na receita; 10) proposição de um decreto de regulamentação da Lei nº 13.800/2019 para incluir, ao máximo possível, do parágrafo único artigo 2º para fundações exclusivas e distinguir fundos filantrópicos de fundos de inovação.

> [...] Entre esses pontos destaca-se a proposta de ser direcionada a fundos patrimoniais de universidades e institutos federais 1% da receita a ser colhida pelas privatizações previstas pelo governo federal, seguindo o modelo implementado na República Checa. Outro destaque é o que sugere a implementação de incentivos fiscais para pessoas físicas e jurídicas, considerados indispensáveis ao sucesso desse mecanismo no Brasil, assim como em países desenvolvidos, como EUA (CONFIES, 2020, grifos meus).

As propostas destacadas e elaboradas pelos participantes do evento apontam a implementação da pauta do IDIS de disseminação da proposta de Filantropização via Privatização no Brasil, analisado anteriormente. Ainda destaca-se o exemplo da República Checa estudado pelo professor Lester Salamon, com o objetivo de criar novos mecanismos para a formação de fundações e fortalecimento das que já existem e de extrair recursos das futuras operações de privatização, além de criar um *endowment* como um veículo financeiro para deixar esses recursos dos cotistas (doador) rentáveis, articulados com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

No dia 06 de fevereiro de 2020, aconteceu o 2º Encontro sobre *Endowments* de Fundações de Apoio, no Windsor Florida Hotel, no Rio de Janeiro. O evento foi organizado pelo CONFIES, MCTIC, FINEP, com o apoio local da Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC), Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (FIOTEC), Fundação Euclides da Cunha (FEC), Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica (FACC) e Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da UFRRJ (FAPUR). Segundo o presidente do CONFIES, Fernando Peregrino, o objetivo do encontro no Rio de Janeiro seria "sensibilizar o poder público e a sociedade científica para a construção de fundos de médio e de longo prazos, geridos pelas fundações de apoio, e para que sejam mantidos projetos de ciência e tecnologia por meio de recursos privados doados"[335]. Os sujeitos políticos coletivos das fundações de direito privado estão organizados na luta pela implementação da Lei nº 13.800/2019 que apresenta, como pauta central, recuperar o veto presidencial sobre os incentivos fiscais para atrair 'doadores'/investidores para esses mecanismos.

[335] Disponível em http://confies.org.br/institucional/tv-confies-transmite-ao-vivo-encontro-no-rio-sobre-fundos-endowments-para-universidades/ Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

No encontro, o consultor da Culturinvest[336], Cristiano Naves Garcia, declarou que, em 2019, foram criados dois fundos patrimoniais vinculados a instituições de ciência e tecnologia: o Fundo Patrimonial COPPETEC, fundação vinculada à UFRJ e COPPE, e o Fundo Patrimonial da Fiocruz e do Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP). Após a alteração, a Lei nº 13.800/2019 passou a autorizar que as fundações de direito privado sejam gestoras de fundos patrimoniais. Garcia disse que "o foco é a captação de recurso, ou seja, o doador. Ele é o dono do recurso, então o fundo deve ser atrativo para ele. O dinheiro dele deve ser usado de forma transparente e essa doação pode ser usada pelo tempo definido no termo de doação entre as partes" (CONFIES, 2020). Quanto ao perfil dos doadores afirma que

> [...] no mundo, o perfil de doadores de recursos a esses fundos é institucional, filantrópico de autodoação por famílias riquíssimas. Citou o exemplo da Fundação Bill e Melinda Gates, o maior fundo *endowment* do mundo, com capital de US$ 60 bilhões, superior ao fundo de Universidade de Harvard, com US$ 40 bilhões. Na prática, fundos patrimoniais são formados com doações de recursos privados que, aplicados no mercado financeiro (por exemplo, em fundos de investimento), permitem que os rendimentos auferidos do capital principal sejam revertidos em projetos sociais, como educação, ciência e tecnologia (CONFIES, 2020, s/p).

Nessa acepção, quem irá definir os recursos e as diretrizes da ciência, tecnologia e inovação do país serão os investidores dos fundos patrimoniais, intensificando o processo de empresariamento, mercadorização, comoditização e industrialização da universidade e da pesquisa no Brasil. A educação superior se reconfigura como um negócio lucrativo que garante a movimentação do mercado financeiro e (des)educação da classe trabalhadora nas arenas das lutas de classe, maiormente, na área de educação de setores combativos.

O 2º Encontro de *Endowment* contou com a participação do deputado estadual do Rio de Janeiro Renan Ferreirinha[337], autor da legislação estadual nº 8.718/2020, sancionada em 24 de janeiro de 2020. Essa é a primeira lei estadual que regulamenta os fundos patrimoniais para projetos sociais como educação, ciência, tecnologia, pesquisa, meio ambiente e cultura.

---

[336] Disponível em http://confies.org.br/institucional/pais-ja-criou-fundos-patrimoniais-de-universidades-mas-faltam-incentivos-fiscais-para-atrair-doadores-diz-especialista-da-culturainvest-no-ii-encontro-de-fundos-endowments-do-confies/Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

[337] Renan Ferreirinha Carneiro é economista e cientista político formado na Universidade de Harvard, tem 26 anos e está no seu primeiro mandato como deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Renan, em 2013, fundou, junto com Gabriel Richter e Pedro Thomas, o site 'O Formigueiro', a primeira plataforma de *crowdfunding* (financiamento coletivo) voltada à educação no Brasil. Renan Ferreirinha, Lígia Stocche e Tabata Amaral, em 2014, lançaram o manifesto Mapa Buraco, a primeira ação do Movimento Mapa Educação (a Fundação Lemann é a principal mantenedora). Atuam em entidades empresariais para disseminar as diretrizes de educação para o capital. Eles também são lideranças do Movimento Acredito e Movimento Renova, ambos são APHE mantidas por grandes empresários. No jornal Folha de São Paulo (2017), os três são ex-alunos de Harvard e foram destaques da matéria 'empreendedor social' – jovens que criaram o movimento político na área da educação por meio do manifesto Mapa Buraco. Matéria de Fábio Takaha Shi do dia 07 de novembro de 2017. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2017/11/1930839-tres-jovens-criam-movimento-por-educacao-de-qualidade-e-protagonismo.shtml Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

"Segundo o deputado Renan Ferreirinha, a legislação sancionada em janeiro viabilizará fundos patrimoniais para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e as demais universidades estaduais do Rio de Janeiro. O presidente do CONFIES considerou a iniciativa do Rio de Janeiro extremamente positiva para a área de CT&I"[338]. Essa legislação garante a isenção do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) para os doadores/acionistas dos fundos patrimoniais das instituições do estado do Rio de Janeiro, uma das demandas dos APHE para o Brasil.

Entre as tentativas de controlar os processos de decisão das instituições, tendo como um dos objetivos "passar a boiada do Future-se", o governo federal criou a MP nº 914/2019, que alterava as regras para as eleições para reitor de universidades e institutos federais. Após a MP perder a validade, o presidente Jair Bolsonaro, no dia 09 de junho de 2020, voltou a atacar a autonomia das universidades e editou outra MP nº979/2020. Certamente, seguindo as recomendações de Ricardo Salles (Ministro do Meio Ambiente)[339], o ex-ministro da educação Abraham Weintraub também considera um bom momento da pandemia da Covid-19 "para passar a boiada" no período de isolamento social por conta da Covid-19, adotando "medidas infralegais", autorizando o MEC a nomear interventores nas instituições de ensino em razão da pandemia.

Em meio à pandemia da Covid-19, com interrupção das aulas presenciais devido ao isolamento social no Brasil, o governo federal encaminhou à Câmara dos Deputados o projeto de lei que institui o Future-se. O despacho foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) do dia 27 de maio de 2020. Segundo o ANDES-SN[340], a assessoria do MEC informou, por telefone, não possuir acesso ao texto enviado ao Congresso, afirmando que o despacho foi feito diretamente pela Casa Civil. Para virar lei, o texto precisa ser aprovado na Câmara e no Senado e uma semana após o anúncio do governo federal. O texto começou a tramitar como PL nº 3076/2020[341] no dia 02 junho de 2020, assinado por Abraham Bragança de Vasconcellos

[338] Disponível em http://confies.org.br/institucional/no-rio-em-encontro-de-fundos-endowments-do-confies-mctic-e-finep-o-autor-da-lei-dos-fundos-patrimoniais-do-estado-do-rj-diz-que-medida-promovera-desenvolvimento-local/ Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

[339] Ricardo Salles sinalizou, em reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, que "passaria a boiada" em regras ambientais. O ministro sugeriu que o governo aproveitasse a pandemia de coronavírus para adotar "medidas infralegais" e "passar a boiada" no meio ambiente. Segundo a matéria do Brasil de Fato, do dia 05 de junho de 2020, após a declaração, a política ambiental do governo Bolsonaro é alvo de ações na justiça. Disponível em https://www.brasildefato.com.br/2020/06/05/passar-a-boiada-politica-ambiental-de-bolsonaro-e-alvo-de-acoes-na-justica Acesso em 14 de junho de 2020.

[340] Matéria do dia 29 de junho de 2020. Disponível em https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/governo-envia-pL-do-future-se-a-camara-em-meio-a-pressao-por-demissao-de-ministro-da-educacao1 Acesso em 08 de junho de 2020.

[341] Projeto de Lei nº 3076/ 2020. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E6E2B5110B3E1EA6402005C

Weintraub (Ministro da Educação), Marcos Cesar Pontes (Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações) e Paulo Roberto Nunes Guedes (Ministro da Economia).

Para Antonio Gonçalves (ANDES, 2020), o envio do anteprojeto de lei do Future-se coincide com as críticas destinadas ao então Ministro da Educação Abraham Weintraub e a pressão de frações da burguesia por sua demissão, em função de seu discurso violento aos ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF)[342], às menções ao holocausto judeu e ao vínculo com ideais de Olavo de Carvalho. Como bem destacou Leher (2020a), o Future-se está fincado no bojo do compromisso com a estratégia *olavista* da guerra cultural.

> [...] o PL, como o escorpião da fábula, não pode ocultar sua natureza bolsonarista: está inscrito na guerra cultural, é hostil à ciência, à autonomia universitária e à liberdade de cátedra e reafirma a definição estratégica de refuncionalização das instituições em "organizações" empreendedoras e inovadoras em um ambiente produtivo em que, regra geral, a pesquisa e desenvolvimento (P&D) são escassas, desprovidos de originalidade e minguantes. Por meio dessas adjetivações (empreendedora e inovadora), almeja mudanças na função social das universidades frente aos problemas dos povos, aos desafios democráticos – políticos e econômicos – da nação e aos problemas lógicos e epistemológicos do conhecimento. Ao tentar aprisionar a universidade como organização utilitarista, objetiva suprimir, radicalmente, a liberdade de cátedra (LEHER, 2020a, s/p).

Na versão final do Projeto de Lei sobre o Future-se, o governo federal alterou pontos polêmicos e combatidos pela comunidade acadêmica, pelos movimentos sociais, sindical e estudantil que se contrapõem a esse projeto de educação do capital, presentes nas três primeiras versões do texto[343]. Entretanto, o cerne principal das fontes privadas de financiamento, como a criação de fundo patrimonial, mantém-se como uma alternativa de captação de recursos privados à crise da universidade, aprofundada com a EC 95/2016. Esse tipo de fundo é inserido

---

6B2FA0FED.proposicoesWebExterno2?codteor=1900012&filename=PL+3076/2020 Acesso em 04 de agosto de 2020.

[342] Na gravação de uma reunião ministerial em que Jair Bolsonaro ameaça interferir na Polícia Federal. Nessa reunião, Abraham Weintraub sugeriu prender os "vagabundos" da Suprema Corte e disse que odeia o termo "povos indígenas" e o "povo cigano". O então Ministro da Educação, juntamente com Jair Bolsonaro, estiveram presentes em diversos atos antidemocráticos de apoio o governo. As manifestações, além de descumprirem as medidas de isolamento social, exibiam faixas que pediam o fechamento do Congresso e do STF e defendiam um novo AI-5. Segundo o jornal Brasil de Fato (2020), entre outras ações de ataque ao STF pelos apoiadores de Jair Bolsonaro, lançando fogos de artifício contra o prédio do Supremo e fazendo ameaças aos magistrados, o grupo invadiu uma área de acesso restrito do Congresso Nacional. Agitadores armados de extrema direita, autodenominado "300", foram responsáveis por outros ataques ao STF, carregando tochas, vestindo máscaras e outra vez ameaçando ministros. Disponível em https://www.brasildefato.com.br/2020/06/15/ministros-reagem-a-intensificacao-de-ataques-contra-o-stf-weintraub-corre-risco Acesso em 08 de agosto de 2020.

[343] Os pareceres jurídicos do Andes-SN destacam os pontos polêmicos e suas alterações, assim como a coletânea de textos de Jaime Giolo, Robeto Leher e Valdemar Sguissardi, com adendos de Nelson Cardoso do Amaral que apresenta uma análise crítica e uma visão geral das três versões anteriores ao "PL do Future-se". O livro intitula-se "Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado" (2020).

na dinâmica da bolsa de valores, garantindo incentivos fiscais para as empresas e atacando a autonomia universitária.

Assim que a programa Future-se foi lançado, Paula Fabiani (diretora-presidente do IDIS e Priscila Pasqualin (sócia do PLKC Advogados) – intelectuais orgânicos que difundem a agenda do fundo patrimonial no Brasil – afirmam que o "Future-se poderia ser mais simples e eficiente" se o MEC considerasse a oportunidade criada pela Lei nº 13.800, a Lei dos Fundos Patrimoniais para transformar a universidade pública em ativo financeiro. As autoras destacam que

> Ao constituir um Fundo Patrimonial e implementar uma gestão transparente, é possível gerar segurança aos grandes doadores e atrair recursos privados, que devem ser investidos no mercado financeiro, ou em outros ativos, com o objetivo de gerar rendimentos e resgates periódicos a serem destinados às instituições apoiadas. Os rendimentos do Fundo Patrimonial podem, perfeitamente, ser aplicados nos projetos de pesquisa realizados nas universidades apoiadas. A Lei traz ainda a possibilidade de o Fundo Patrimonial direcionar seus rendimentos para programas de bolsa e capacitação da equipe da universidade, o que pode incluir a internacionalização e o incentivo ao intercâmbio científico com universidades estrangeiras, ou seja, a Lei dos Fundos Patrimoniais atende a todos os objetivos do Programa FUTURE-SE e traz ainda outros benefícios (FABIANI, PASQUALIN, 2019, s/p, grifos meus).

Esse mecanismo de captar capital privado está previsto no Programa Future-se, sendo eixo central da proposta do anteprojeto a criação de nova fonte de financiamento por meio dos fundos patrimoniais. Os APHE defendem que esse tipo de fundo poderia ser regulamentado no anteprojeto para as universidades brasileiras pela Lei dos Fundos Patrimoniais que não constava nas três primeiras versões da proposta formulada pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC). Porém, foi inserida na versão final do texto enviado à Câmara dos Deputados. Conforme o art. 27 do PL 3076/2020, os fundos patrimoniais de que trata a Lei nº 13.800/ 2019 "podem apoiar as ações do Programa Future-se, sem prejuízo da existência de outros fundos patrimoniais específicos para universidades e institutos federais" (BRASIL, 2020). Essa PL propõe a diversificação das fontes de financiamento da IFES com os *endowments*, seguindo as recomendações do Banco Mundial.

Como vimos, o mecanismo de captação de recurso privado, por via do fundo patrimonial, já foi criado em algumas universidades brasileiras antes mesmo da promulgação da lei dos fundos patrimoniais. Esse novo marco legal regulamenta a criação desse tipo de fundo nas IES públicas. O Future-se é uma forma de regulamentar, entre outros aspectos, os termos de acordo entre a universidade e o setor privado – a mutação das universidades públicas em ativos financeiros e em captadora de recursos privados.

Segundo os professores da Unicamp, Carolina Catini e Lalo Minto (2020), o Future-se está sendo implementado nas universidades estaduais de São Paulo de forma fragmentada

durante a pandemia da Covid-19, sem um debate expressivo com a comunidade acadêmica. Afirmam que a prática privatista de cobrança por cursos e outras atividades feitas a título de extensão, assim como os cursos pagos de pós-graduação *lato sensu*, têm se naturalizado no âmbito das estaduais paulistas já há algum tempo, sendo os fundos *endowments* uma nova face privatizante das universidades públicas, enfrentando pouca resistência.

Para Calini e Minto (2020), é preciso se contrapor a esse projeto que provoca um dos maiores ataques à autonomia universitária. Apoiado na precarização do ensino e do trabalho, no embargo da produção de conhecimentos e de práticas de ensino, pesquisa e extensão que seguem os princípios da função social da universidade.

> Esse é um dos maiores e talvez mais definitivos ataques desferidos contra a autonomia universitária, pois, ao se voltar completamente aos interesses de empresários e investidores, a universidade toma uma posição que fecha o espaço para processos voltados aos interesses populares, de trabalhadores e trabalhadoras, das periferias, de povos, raças e etnias, todos vilipendiados pela violência estatal, expropriação e opressão econômica (CATINI e MINTO, 2020, s/p).

Os autores destacam que "além da criação dos fundos de tipo *endowment*, que transforma nossos meios de trabalho em meios de extração de renda, a Unicamp também estuda como participar diretamente no capital de empresas" (CATINI, MINTO, 2020, s/p). Destacam a matéria da revista Veja São Paulo[344] em que a Unicamp pretende criar um departamento para lidar com doações privadas para o fundo patrimonial da universidade. Cabe lembrar que os fundos patrimoniais da Unesp e da Unicamp foram autorizados em 2019, com a assessoria dos IDIS, no mesmo ano da promulgação da lei dos fundos patrimoniais e em que a proposta do PL Future-se foi lançada – seguindo as diretrizes da Lei nº 13.800/2019.

Como já destacamos, o IDIS é o APHE que está na direção do processo de difusão dos fundos patrimoniais no Brasil e vem ocupando os espaços de disputas de concepção de educação e pesquisa nas universidades públicas. Fabiani destaca, na referida matéria, que "o dinheiro do fundo filantrópico não pode ser utilizado para pagamento de salários e contas do dia da entidade beneficiada. A lei, aprovada no ano passado, estabelece, inclusive, uma separação total de patrimônio do fundo e das universidades", defende a privatização da gestão financeira da IES públicas, ou seja, a administração dos recursos do fundo filantropo-mercantil deverá ser feita pelas entidades privadas empresariais.

A Unesp e a Unicamp foram as primeiras universidades públicas a permitir a criação de um fundo patrimonial para compor o financiamento de projetos e iniciativas das universidades

[344] Matéria de Pedro carvalho do dia 10 de julho de 2020. Disponível em https://vejasp.abril.com.br/cidades/universidades-de-sao-paulo-recorreram-a-doacoes-de-empresas-privadas/ Acesso em 07 de agosto de 2020.

nas áreas de ensino, pesquisa, extensão. Nas experiências anteriores, os fundos estavam ligados a cursos específicos, hospital universitário e fundação de direito privado, como a Faculdade de Direito da USP, a Escola Politécnica da USP, a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, a Faculdade de Medicina da USP, o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da UFRJ, a Escola de Engenharia vinculada à UFRGS, a Fundação Coordenação de Projetos, as Pesquisas e Estudos Tecnológicos, instituição de direito privado vinculada à UFRJ e COPPE, e da Fiocruz e do IBMP.

A criação de fundo patrimonial para a educação pública tem como objetivo transformar as IES públicas em unidades empresariais, uma nova face da privatização interna da universidade pública como uma oportunidade de negócio da burguesia, por meio da terceirização da gestão do serviço público e do financiamento privado da educação pública e da pesquisa, que serão comercializadas seguindo a lógica de mercado, bem como, da ofensiva fundamentalista da guerra ideocultural em curso na política educacional para modificar as bases do sistema federal de ensino superior público no Brasil.

O fundo patrimonial chamado de fundo filantrópico, identificado nesse estudo como fundo filantropo-mercantil, está em plena expansão no Brasil, especialmente, no período da pandemia da Covid-19, configura-se mais uma forma de apropriação do fundo público para fortalecer o poder e a lucratividade da burguesia brasileira e internacional. Os recursos públicos direcionados para as IFES não estarão sob o controle estatal. São os APHE que irão gerir esse tipo, direcionando os recursos somente para as áreas que atendam aos interesses privados.

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) organizou manifestações em repúdio aos projetos do governo Bolsonaro de desmonte dos serviços públicos e ataques aos servidores. No dia 27 de junho de 2020, no período da pandemia da Covid-19 no Brasil, os Servidores Públicos Federais realizaram diversos atos simbólicos para marcar o Dia Nacional de Luta da categoria em defesa dos direitos, liberdades democráticas, soberania nacional e pelo impeachment do presidente Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão (vice-presidente). Também incorporaram pautas locais como o protesto contra a reabertura do comércio, a falta de estrutura para atendimento à população e as condições de trabalho nos serviços de saúde no combate à Covid-19.

A criação dos fundos patrimoniais, sob justificativa de investir recursos privados na universidade e na pesquisa, não condiz com um direcionamento de um governo anticiência, que ataca de diversas formas a educação pública brasileira. A proposta da autonomia de gestão financeira, por meio dos fundos patrimoniais do PL Future-se, oculta, sob o pretexto

filantrópico, o processo de empresariamento, mercadorização/comoditização e industrialização das IFES, uma estratégia de ressignificação da função da universidade pública pelo discurso, linguagem e valores do capital financeiro. Na contramão desse processo, as/os lutadores seguem reisitindo em defesa do serviço público e não se rendem aos novos padrões de dominação burguesa que captura a subjetividade por renda, prestígio e poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Não podemos ficar indiferentes, aguardando passivamente a decisão dos embates. Temos que avançar com ânimo firme e decidido para libertar a educação e o Brasil das fortalezas do privilégio, do atraso e da opressão.
> *Florestan Fernandes*

Este estudo procurou apresentar e analisar a agenda do capital para a criação dos fundos patrimoniais (*endowments funds*) no Brasil, especialmente, para as universidades públicas, com o objetivo de compreender as estratégias dos APHs, vinculadas às políticas de Estado para difundir e implementar o *endowment.* Esse mecanismo compõe uma nova face privatizante das universidades públicas no Brasil a partir das novidades e continuidades das diretrizes da reformulação desse nível de ensino, em resposta à crise estrutural do sistema capitalista e do ajuste fiscal.

A análise sobre as particularidades da educação formal (educação escolar) no Brasil tem uma marca da educação oligárquica e elitista. É a partir do compromisso com os "de baixo", compreendendo o papel da pesquisa nas universidades públicas como uma peça de combate, que elencamos a luta de classes como o eixo estruturante e condutor desse estudo. A apreensão da política educacional com o recorte na educação superior brasileira deu-se relacionando a temática com suas múltiplas determinações fundamentadas na perspectiva materialista da realidade, para compreender a dinâmica da disputa entre projetos antagônicos de educação e de universidade.

Apresentamos os elementos estruturais e conjunturais do pacto de dominação estabelecido no Brasil, combinando os meios de coerção e consenso, atravessando seus fundamentos centrais como o processo de escravização, o capitalismo dependente, a autocracia burguesa e a negação da democracia, como elementos estruturais da contrarrevolução preventiva e prolongada. As frações burguesas, no Brasil, apresentam característica forte e com uma subordinação pautuada no capital internacional para consolidar e preservar o projeto hegemônico. As classes dominantes aprofundam cada vez mais a relação heterônoma do Brasil em relação aos países centrais do capitalismo para fortalecer o pacto de dominação burguesa, inerente ao capitalismo dependente.

Esses processos explicam como a educação superior é organizada no Brasil, como um privilégio de classe, ajudando-nos a entender a dualidade educacional que constitui a política de educação: um tipo de educação para os filhos da burguesia e outro para a massa de trabalhadores. Tais elementos estão inseridos no processo de reconfiguração do capitalismo contemporâneo e das particularidades do capitalismo brasileiro.

Nesse sentido, compreendem-se os atuais dilemas do capitalismo e da educação superior brasileira, dialogando com quatro eixos essenciais, compreendendo a educação como um campo em disputa: capitalismo dependente e heteronomia cultural; elementos do colonialismo educacional e o privatismo exaltado; a disputa entre projetos antagônicos de educação e de universidade; novas faces privatizantes da educação superior. O caráter privatista é constitutivo da história da política educacional no Brasil. As parcerias público-privadas, que aproximam a universidade pública da empresa, são intensificadas nos anos 1990 consolidam-se nos anos 2000, como um novo padrão de universidade e de pesquisa, de subordinação pactuada.

A tendência contemporânea da filantropia se contrapõe à filantropia tradicional. Transformam doações tradicionais em investimento, a chamada filantropia de risco, sob o aparente discurso de fazer o bem. A burguesia brasileira, devido a sua natureza, não tem interesse em financiar atividades e pesquisas nas universidades públicas. Busca difundir novas formas de empresariamento da filantropia e da educação que, por meio dos APHEs, promove a gestão privada das IES públicas e os recursos públicos. Por outro lado, apassiva as lutas em defesa da educação pública e converte a função social da universidade aos interesses privados e não às classes trabalhadoras.

Os intelectuais orgânicos, disseminadores da agenda do fundo patrimonial no Brasil, apresentam os *endowments* como um fundo filantrópico e não como um fundo de investimento. Porém, como vimos, o próprio BM (2000) reconhece os *endowments* como fundos de investimentos. A estratégia do discurso do BM é fortalecer as instituições mercantil-filantrópicas e as diversas modalidades de parcerias público-privadas.

Os fundos patrimoniais no Brasil estão em fase de regulamentação e estruturação, um processo que ainda não está plenamente consolidado no país. Para apresentar considerações a respeito de um tema presente em movimento, buscamos analisar a experiência de *endowments* nos EUA.

O modelo estadunidense de *endowments*, principalmente do sistema de educação superior, como o fundo patrimonial da Universidade de Harvard, é a grande referência dos estudos e análises dos intelectuais orgânicos do capital no Brasil. Os defensores da agenda dos fundos patrimoniais apresentam a experiência dos EUA como o exemplo a ser seguido. Esse é

o novo traço do "colonialismo educacional" e do "privatismo exaltado", eixos estruturantes do padrão de educação superior no Brasil.

Nos EUA, o Estado é quem financia boa parte da pesquisa, porém o recurso é gerenciado por instituições empresariais. Os APHs, defensores da agenda dos fundos patrimoniais no Brasil, alegam que as universidades públicas no Brasil deveriam seguir esse modelo, pois, nos países centrais, a pesquisa é custeada por meio de recursos privados e, como vimos, essa afirmação não se comprova.

A experiência internacional evidencia que, nos *endowments*, como o da Universidade de Harvard, os recursos públicos (diretos e indiretos) representam a maior parte de seu orçamento da seguinte forma: de forma direta com o financiamento federal; e indireta por meio das isenções fiscais dos "doadores"/acionistas. O Estado financia, mas quem executa, gerencia e lucra com os recursos públicos é a iniciativa privada.

A relação de parcerias entre Estado e Organizações da Sociedade Civil é regulamentada no governo FHC e intensifica-se nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. No período da construção do novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), havia muita abertura e estímulo dos governos petistas para que as entidades sem fins lucrativos apresentassem suas propostas para o marco regulatório, definindo regras para orientar as relações de parceria entre OSCs e poder público, bem como novas regras de parceria público-privada, universalizando benefícios a todas as organizações ditas sem fins lucrativos.

É nesse contexto que os APHs, com a direção do IDIS, propuseram uma agenda específica sobre os Fundos Patrimoniais, fortalecendo as ações das entidades mercantil-filantrópicas por meio da formulação de políticas e legislação próprias mais favoráveis à existência das OSCs. Os governos petistas pavimentaram o caminho para a implementação e o fortalecimento dos fundos patrimoniais no Brasil.

Historicamente, as universidades públicas deparam-se com grandes bloqueios e cortes orçamentários que atingem diretamente as condições para a continuidade e o desenvolvimento das suas atividades político-pedagógicas. Esse quadro de redução de recursos públicos se intensifica desde a EC nª 95/2016, com o congelamento dos gastos sociais no governo Michel Temer, e aprofunda-se no governo Jair Bolsonaro que estabelece como alternativa os fundos patrimoniais, evidenciando uma nova face privatista e de desmonte das universidades públicas brasileiras.

Esse mecanismo de criação do fundo filantropo-mercantil para a educação pública tem como objetivo transformar as IES públicas em unidades empresariais, uma nova face do privatismo exaltado e do colonialismo educacional, eixos estruturantes da política educacional

no Brasil, como analisados pela obra florestaniana. Nos dias atuais, os elementos dinâmicos demonstram a universidade pública como uma oportunidade de negócio da burguesia, apoiada nos seguintes aspectos: a) conversão das universidades públicas em mercadorias comercializadas, ou seja, como ativos financeiros configurados no novo produto financeiro; b) empresariamento da filantropia que transforma as ações filantrópico-caritativas de entidades sem fins lucrativos na defesa da "filantropia de investimento" que garanta os interesses privados da grande burguesia; c) redefinição do modo de operar as políticas educacionais por meio da gestão privada do serviço e recursos públicos; d) lançamento de um novo traço de privatização indireta com o empresariamento, mercadorização, comoditização e industrialização das IES públicas; e) disputa do fundo público através da diversificação das fontes de financiamento e incentivos fiscais aos "doadores"/investidores f) fortalecimento da pedagogia do capital no processo de apassivamento das lutas populares; h) e também pela coerção com a ofensiva fundamentalista da guerra ideocultural em curso na política educacional e de repressão ao pensamento crítico. A educação superior pública, então, aparece como uma mercadoria a ser comercializada no mercado educacional, sob a direção de entidades burguesas (local e internacional).

O tema dos fundos patrimoniais tornou-se prioritário na agenda dos APHs, principalmente o IDIS, que esteve na direção do processo e construiu uma rede de apoio para a criação de uma lei nacional dos fundos patrimoniais. Trata-se de uma política de reconfiguração do caráter público das políticas sociais que estarão vinculadas aos fundos patrimoniais para atender aos interesses empresariais e de suas entidades privadas, particularmente, da educação superior, fortalecendo o ecossistema mundial do mercado de capitais que favorece esse tipo de fundo.

As entidades empresariais, atuando por dentro e por fora do Estado, criaram uma série de eventos e fóruns nacionais e internacionais para atrair investimentos para os *endowments* brasileiros, apresentando a nova legislação para o capital internacional. No Brasil, os *endowments* não surgem com a lei dos fundos patrimoniais e sim, antes da referida lei entrar em vigor.

Esse tipo de fundo de instituições privadas sem fins lucrativos já era uma prática no país. A novidade da Lei nº 13.800/2019 são os fundos destinados a instituições estatais, que passam a ser direcionados à execução de programas, projetos e atividades das instituições públicas (administração direta ou indireta). O novo marco legal não impõe limitações aos fundos de instituições privadas já existentes, e as fundações de direito privado das universidades

públicas e de centros de pesquisa estão autorizadas a criar os fundos patrimoniais equiparando-se à organização gestora.

Cabe destacar que esse novo marco legal regulamenta a lucratividade das chamadas entidades sem fins lucrativos. A organização gestora (instituição privada sem fins lucrativos, instituída na forma de associação ou de fundação privada) do fundo patrimonial poderá investir financeiramente sem impedimento a seus benefícios fiscais, ou seja, a agenda do capital dos fundos patrimoniais garante o rentismo do patrimônio das entidades mercantil-filantrópicas criadas pela burguesia local e internacional por meio da renúncia fiscal e a movimentação de seus ativos no mercado financeiros.

Para os intelectuais orgânicos do capital, o maior desafio desse tipo de fundo no Brasil é isentar as doações de tributos. Após a aprovação da lei, a pauta central da agenda da Coalizão (grupo empresarial multissetorial) pelos fundos filantrópicos, liderada pelo IDIS, é discutir os incentivos fiscais para os "doadores"/acionistas, seguindo a disputa do fundo público[345] a partir de quatro eixos: imunidade a impostos federais, isenção a impostos federais e contribuições sociais, incluindo o IR sobre aplicações financeiras; regulamentação da Lei Rouanet para os fundos patrimoniais; ampliação de incentivos fiscais; e implementação da "Filantropização via Privatização" com o direcionamento de recursos das privatizações para a criação de fundos patrimoniais.

O mecanismo de "Filantropização via Privatização" fortalece a expansão das entidades mercantil-filantrópicas, buscando extrair recursos para a lucratividade de seu patrimônio por meio das futuras operações de privatização, ou seja, a proposta é que as entidades ditas sem fins lucrativos apropriem-se e gerenciem os recursos da venda do patrimônio público, como propõem também o PL Future-se, com a criação de fundo patrimonial com recursos da privatização do patrimônio imobiliário das IFEs. Sendo esse um dos elementos centrais dos "negócios filantrópicos" relacionados aos fundos filantropo-mercantis, uma reconfiguração da filantropia-caritativa para a filantropia de investimentos lucrativos, ou seja, dos fundos patrimoniais como nova forma de acumulação de capital, criando um conjunto permanente de ativos para entidades ditas sem fins lucrativos geridos pela grande burguesia. Esse elemento está diretamente ligado ao ritmo do processo de privatização dos serviços públicos.

Esse fenômeno demonstra como as entidades mercantil-filantrópicas brasileiras podem ser criadas com recursos do processo de privatização dos serviços públicos, ou seja,

[345] A maior demanda das entidades mercantil-filantrópicas no Brasil são as isenções fiscais, transplantando o modelo estadunidense, recomendando a criação de incentivo fiscal de IR e/ou de ICMS e ISS. Defendem retirar a ITCMD sobre as doações direcionadas a fundos patrimoniais.

intensificando um duplo movimento: formalizar uma nova forma de gestão privada dos serviços públicos, lucrar com os recursos das privatizações e movimentar o capital financeiro. No que tange aos elementos políticos, esse processo busca fortalecer o apassivamento das lutas de classes, a expansão das expropriações do trabalho (formas de expansão da subordinação e controle brutal do trabalho ao capital) e dos direitos sociais historicamente conquistados, reforçando a criação de fundos patrimoniais, expandindo as entidades empresariais e transformando as políticas sociais em mercadoria rentável.

Há muitos anos, o financiamento privado tem sido apresentado pelos organismos internacionais e compartilhado pelo Estado brasileiro como uma "alternativa" para as universidades públicas. No Brasil, já existem experiências do fundo patrimonial por meio de instituições públicas e privadas de educação superior.

Até o ano de 2019, encontramos quinze experiências de Associações e Fundações que destinam uma pequena parte dos rendimentos de seus fundos patrimoniais aos projetos de pesquisa em diversas universidades públicas e privadas. Esses fundos foram estabelecidos nas IES públicas de forma parcelada, ligados a cursos específicos, hospital universitário e à fundação de direito privado.

As universidades estaduais de São Paulo seguem como pioneiras, anteriormente em cursos específicos e agora para todas as ações administrativas, implementando as diretrizes da Lei dos Fundos Patrimoniais. A Unicamp e a Unesp são as primeiras universidades públicas a autorizarem um fundo patrimonial para compor o financiamento de projetos e iniciativas da universidade nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Os projetos foram aprovados no conselho universitário, em 2019, definem as diretrizes estratégicas e a elaboração de políticas de gestão do fundo privado para o conjunto da universidade**.**

A criação do fundo patrimonial nas universidades públicas é mais uma estratégia lucrativa dos rentistas à valorização do capital, compromete a autonomia e ataca o caráter público da educação superior, que tem como princípio intermediar a prestação de serviços entre o mercado e as instituições públicas de ensino.

Ao analisar o Fundo Patrimonial Centenário da Escola de Engenharia da UFRGS (primeiro fundo patrimonial ligado a IFES) e o Fundo Patrimonial Amigos da Poli vinculado à Escola Politécnica da USP (maior fundo patrimonial da educação superior), constatamos que os fundos foram criados por empresários da grande burguesia brasileira, transformando a universidade em mais um campo lucrativo, disseminação do projeto burguês de sociabilidade e de expropriações da força de trabalho. Além disso, elencamos alguns aspectos em comum: a) as doações são captadas para compor o "valor principal" (o patrimônio) do fundo, mas apenas

uma pequena parte dos rendimentos é destinada aos projetos da instituição; b) o financiamento dos projetos são avaliados por um comitê de investimento e aprovados pelo conselho deliberativo composto pelos "doadores"/acionista; c) as ações são determinadas pela iniciativa privada e condicionadas aos interesses dos empresários; d) as/os estudantes-pesquisadores estão a serviço das empresas, que lucram com a apropriação do conhecimento produzido na universidade pública; e) o número de projetos contemplados e que receberam recursos privados é muito baixo; f) as instituições declaram-se sem fins lucrativos, porém os próprios relatórios fiscais demonstram o quanto é rentável o fundo patrimonial; g) essas entidades não só garantem os incentivos fiscais do Estado, mas também lucram com a expansão de seu patrimônio; h) mais uma forma de exploração da força de trabalho, fortalecendo as parcerias com grandes empresas de vários setores da economia.

Nessa lógica, as frações burguesas no Brasil não estão interessadas em investir em ciência e tecnologia e sim, em lucrar com os recursos, serviços e patrimônios públicos. As entidades privadas, vinculadas às IES, defendem que os fundos patrimoniais são fonte de recursos privados para uma determinada causa social. Entretanto, é mais um novo mecanismo de lucratividade por meio da disputa do fundo público, demandando mais incentivos fiscais e garantindo a movimentação do mercado de capitais. Essa é uma agenda do capital para a educação superior brasileira, especialmente para as IFES com o PL do Future-se, que indica a refuncionalização das universidades e institutos federais.

O Projeto do Future-se prevê a possibilidade das universidades e institutos federais fazerem parcerias público-privadas, cederem prédios, criarem fundos patrimoniais, ou seja, condicionarem o orçamento das universidades ao investimento privado e transformarem as IFES em uma mercadoria negociável. Baseia-se no modelo de universidade dos EUA, como a Universidade de Harvard, sem considerar as particularidades das instituições de ensino e pesquisa do Brasil. O MEC busca captar financiamento privado, apresentando como alternativa trazer os investimentos de fundos patrimoniais dos EUA.

O texto final encaminhado à Câmara dos Deputados foi reformulado com alteração de pontos polêmicos e combatidos pela comunidade acadêmica, pelos movimentos sociais, sindical e estudantil que contestam e resistem a esse projeto de educação do capital. Atendendo à demanda dos APHs, todavia, mantém-se um elemento central: a criação de nova fonte de financiamento por meio dos fundos patrimoniais (a Lei dos Fundos Patrimoniais foi inserida na versão final do texto do PL nº 3076/2020), como mais um mecanismo de captar capital privado para as IFES. Apresenta-se como uma alternativa de captação de recursos privados à crise da universidade, aprofundada com a EC 95/2016, um imenso ataque à autonomia universitária que

transformará a universidade pública em ativo financeiro. O Future-se regulamenta, entre outros aspectos, a mutação das universidades públicas em captadoras de recursos privados, como já está previsto na Lei dos Fundos Patrimoniais.

O aparente discurso de altruísmo das doações procura disseminar a pauta de renúncia fiscal (o governo abre mão de receber uma grande parte dos impostos) da grande burguesia através de suas entidades, para garantir rentabilidade das "doações"/investimentos e ativos aplicados. Nessa lógica, a criação dos fundos patrimoniais intensifica as expropriações, movimenta o capital financeiro, fortalece novas privatizações e aprofunda a disputa do fundo público.

Esse processo direciona a commoditycidade das universidades públicas brasileiras, sobretudo, com a proposta do Future-se que cria fundos de investimentos para inserir as IFES em transações comerciais na bolsa de valores e capital financeirizado, que transformam a educação superior em um grande mercado do conhecimento. O MEC (2019)[346] afirmou que o fundo patrimonial do Future-se, cujas cotas serão negociadas na Bolsa de Valores, será composto, principalmente, pelo patrimônio da União, integralizado com fundos de investimento imobiliário.

Essa estrutura de "negócio filantrópico" do capitalismo contemporâneo, difundida como fundo patrimonial filantrópico pela grande burguesia local e internacional por meio das ações dos APHEs, identificado neste estudo, como fundo filantropo-mercantil, segue uma nova tendência filantrópica mercantilizada e define os doadores como investidores/acionistas.

Os intelectuais orgânicos do capital afirmam que o fundo patrimonial diferencia-se dos fundos de investimento, chamados pelos APHs no Brasil de fundo filantrópico. Esse tipo de fundo privado, na essência, constitui-se como fundo filantropo-mercantil, um mecanismo que converte as políticas sociais em mercadorias comercializadas, ou seja, como ativos financeiros, configurando novas formas de extração de mais valor, em especial, a educação superior, como aponta a proposta do Future-se de designar as universidades federais a produzirem e comercializarem seus produtos e serviços no mercado educacional.

Constatamos que a base da nova face privatizante das universidades públicas, no Brasil, e a disputa do fundo público são elementos centrais do discurso dos defensores dos fundos patrimoniais. A agenda do capital para a criação desse tipo de fundo no Brasil institui um novo processo de transplantação de modelos internacionais, notadamente dos EUA, para a

[346] Matéria da Agência Brasil do dia 17 de julho de 2019, intitulada "MEC quer criar fundo para financiar universidades federais". Disponível em https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-07/mec-quer-criar-fundo-para-financiar-universidades-federais Acesso em 28 de outubro de 2020.

educação superior brasileira. O objetivo desse mecanismo de gestão de recursos, além de disputar o fundo público, é estimular o processo de lucratividade com a movimentação do capital financeiro para garantir o crescimento dos fundos patrimoniais.

Percebemos que, no período da pandemia, ocorreu um aumento dos fundos patrimoniais no Brasil[347], mascarado de Solidariedade S.A.[348] com exaltação à "benevolência" dos grandes empresários e a omissão dos ataques aos direitos das classes trabalhadoras que estão expostas à contaminação do novo coronavírus, ao aumento das demissões e desrespeito aos direitos trabalhistas. Esse fenômeno é caracterizado como uma ajuda da grande burguesia, ocultando que essa expansão favorece a movimentação do capital financeiro e a intensificação das expropriações secundárias. Ao verificar o monitor das doações[349] ao combate ao novo coronavírus, organizado pela Associação Brasileira Captadores de Recursos, o setor com mais "doações" é o dos investidores do sistema financeiro. Entre as empresas com mais "doações" estão o Itaú, Vale, JBL, Cogna[350], Claro, Votorantim, Ambev, Rede D'Or, Família Moreira Salles, Bradesco, Santander e Caoa Chery.

Segundo a matéria da Folha de S. Paulo (2020), atualmente, dos 25 fundos patrimoniais geridos pela organização financeira Sitawi Finanças de Bem (reconhecida como entidade sem fins lucrativos), dezesseis fundos desse tipo foram criados em 2020 e onze deles voltados, exclusivamente, para o combate ao novo coronavírus. A expectativa de Leonardo Letelier (fundador do Sitawi) é que a empresa mobilize R$ 150 milhões até dezembro de 2020, o triplo que havia movimentado desde 2012. Letelier afirma que os rendimentos estavam crescendo, em média, 50% ao ano, sem pandemia. "Mas agora vai estourar a boca do balão. É possível até que ultrapassemos os R$ 150 milhões" – disse o diretor executivo (Folha de S. Paulo, 2020).

A expansão dos fundos patrimoniais ocorre, igualmente, na educação superior nesse cenário, com o objetivo de criar um ambiente de negócio educacional das políticas públicas.

---

[347] Matéria da Folha de S. Paulo do dia 11 de julho de 2020, intitulada "Pandemia aumenta os fundos filantrópicos e triplica o capital de impacto em 2020". Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2020/06/pandemia-aumenta-os-fundos-filantropicos-e-triplica-o-capital-de-impacto-em-2020.shtml Acesso em 24 de outubro de 2020.

[348] Ver a matéria do dia 17 de junho de 2020, intitulada "Hipocrisia S/A: o que a Globo não mostra sobre as empresas "solidárias" na pandemia". Disponível em https://www.brasildefato.com.br/2020/06/17/hipocrisia-s-a-o-que-a-globo-nao-mostra-sobre-as-empresas-solidarias-na-pandemia Acesso em 08 de novembro de 2020.

[349] Disponível em https://www.monitordasdoacoes.org.br/pt Acesso em 24 de outubro de 2020.

[350] Cogna é o maior oligopólio educacional do Brasil. Segundo Arruda (2019), a Cogna Educação institui-se com a marca mãe – nova holding do grupo Kroton Educacional – "que se caracteriza da seguinte maneira: para atender o mercado de Educação Superior, o grupo passa a contar com duas marcas, a Kroton, que passa a centralizar toda a atuação do grupo no que tange à graduação e a Platos; para atender o segmento de Educação Básica, a Saber que abriga a marca Somos sob o seu guarda-chuva; e a Vasta. Com a divisão, a empresa busca atrair diferentes investidores e se consolidar como prestadora de serviços de tecnologia para escolas e faculdades" (p. 228).

Estamos diante de um boom de fundos patrimoniais nas universidades públicas (federais e estaduais). Essa ampliação vem ocorrendo, notadamente, no período da pandemia da Covid-19, por meio das fundações privadas inseridas nas IFES e centros de pesquisa, que estão autorizadas a criar os fundos desse tipo, assim como as associações que já operam os fundos patrimoniais na educação superior. Segundo a matéria da Veja SP[351], intitulada "Na pandemia, universidades públicas recorrem à doação de empresas privadas", a emergência do coronavírus levou a uma maior aproximação entre pesquisadores das universidades paulistas (USP e Unicamp) e Chefes Executivos de Operações (CEO), diretores executivos das grandes empresas.

Nesse período, um total de 25 fundações de direito privado,[352] vinculadas às universidades e institutos federais, também criaram campanhas e fundos patrimoniais para arrecadar recursos privados, sob o aparente discurso de combate à pandemia. Segundo levantamento do CONFIES (2020)[353], até agosto de 2020, essas fundações arrecadaram mais de R$ 250 milhões.

No dia 22 de outubro de 2020, a Unicamp lançou o fundo patrimonial Lumina, que constitui um ativo ou conjunto de ativos da organização gestora do fundo patrimonial (OGFP) por ela gerido. É a Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp) – fundação de direito privado – que será a OGFP do Lumina. Segundo a matéria do IDIS (2020)[354], foi o IDIS a entidade que orientou os dirigentes da universidade e da Funcamp ao longo do todo processo de sua criação. Anuncia também que, em breve, a Unesp vai noticiar seu *endowment*, criado da mesma forma com participação do instituto.

---

[351] Matéria do dia 23 de julho de 2020. Disponível em https://vejasp.abril.com.br/cidades/universidades-de-sao-paulo-recorreram-a-doacoes-de-empresas-privadas/ Acesso em 23 de outubro de 2020.

[352] Fundação COPPETEC/UFRJ; FIOTEC/FIOCRUZ; Fundação Universitária José Bonifácio/UFRJ; Fundunesp/ UNESP; FUSP/USP; Fundação Fundep/UFMG; FADEPE/UFJF; FAU/ Universidade Federal de Uberlândia (UFU); FUNTEF/Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR); Funpar/Universidade Federal do Paraná (UFPR); Fundação Fundmed/Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA); Fundmed/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); FEEng/Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS); FATEC/Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); FDMS/Universidade Federal de Pelotas (UFPel); FEESC/Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Finatec/UnB; Fundação Uniselva/Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); FGD/Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); Fapese/Universidade Federal de Sergipe; Fundo de Apoio Coronavírus Piauí – FADEX; Fundação Josué Montello/Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Fundação Sousandrade/ UFMA; FAPEX/Fundação da Universidade Federal da Bahia (UFBA); FADE/Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

[353] Matéria do dia 05 de agosto de 2020, intitulada "COVID-19: Fundações de apoio criam mecanismos para viabilizar ações emergências das universidades e instituições de pesquisa públicas". Disponível em http://confies.org.br/institucional/covid-19-25-fundacoes-de-apoio-criam-mecanismos-para-viabilizar-acoes-emergencias-das-universidades-e-instituicoes-de-pesquisa-publicas/ Acesso em 24 de outubro de 2020.

[354] Matéria do dia 22 de outubro de 2020. Disponível em https://www.idis.org.br/unicamp-lanca-lumina-fundo-patrimonial-criado-com-o-apoio-do-idis/ Acesso em 07 de novembro de 2020.

A USP lançou o projeto de *endowment* para a universidade no dia 24 de novembro de 2020. Antonio Vargas de Oliveira Figueira – diretor executivo da Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (Fusp) – apresentou o programa no evento virtual. Segundo a matéria do jornal da USP (2020)[355], Vahan Agopyan (reitor da USP), disse que três ações tornaram possível o lançamento do fundo patrimonial da USP: o aporte de R$ 10 milhões da FUSP no projeto; a Lei nº 13.800/2019, que dá segurança jurídica; e a experiência já vivenciada com o programa USP Vida[356] durante o período da pandemia da Covid-19.

Esses indicativos nos colocam a urgente tarefa de continuar pesquisando sobre a temática e resistindo a essa nova face privatizante da educação superior brasileira. Essa expansão será objeto de nossos estudos futuros, buscando analisar e denunciar as ações ultrarreacionárias, conduzidas pela burguesia brasileira na atualidade (elementos restaurados de sua natureza violenta, antissocial e antidemocrática) e os novos traços da histórica dualidade educacional e das novas modalidades do privatismo da educação superior por meio dos fundos patrimoniais.

Com a expansão desse tipo de fundo dos APHEs, os investidores irão lucrar e determinar o destino dos recursos e as diretrizes do ensino, pesquisa e extensão das universidades e institutos federais no país, intensificando novos e velhos traços do privatismo exaltado dos serviços públicos, principalmente, elementos da heteronomia educacional da universidade e da pesquisa no Brasil, com a criação do fundo patrimonial e de precarização do trabalho, prevista no projeto de lei do Future-se, uma alternativa de captação de recursos privados para a universidade pública, evidenciando uma nova fase do empresariamento, mercadorização, comoditização e industrialização da educação superior brasileira. Compreendido nesse estudo, como uma proposta de refuncionalização das IFES para atender aos interesses do capital, que procura valorizar-se e extrair mais-valor, ou seja, a universidade pública como uma "indústria", que produz e comercializa seus serviços e produtos baseado no discurso educacional comoditizado.

---

[355] Matéria do dia 24 de novembro de 2020. Disponível em https://jornal.usp.br/institucional/usp-lanca-fundo-patrimonial-para-financiar-projetos-academicos/. Acesso em 06 de fevereiro de 2021

[356] O Programa USP VIDA foi criado pela Portaria GR 7633, 6/4/2020 para captação de recursos financeiros para pesquisas e ações da USP no enfrentamento da crise da Covid-19. Os recursos são direcionados para duas ações: fundo único para as pesquisas e ações Covid-19, sendo o comitê gestor que define a alocação dos recursos; e uma pesquisa ou ação específica que, neste caso, o doador deverá declarar em que pesquisa ou ação deseja que a contribuição seja aplicada. A gestão financeira dos recursos é de responsabilidade da Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. Disponível em https://www.fusp.org.br/usp-vida Acesso em: 11 de fevereiro de 2021.

Enquanto as ações do Estado favorecem a criação dos fundos filantropo-mercantis para atender os interesses burgueses, o governo federal apresenta novas medidas de desmonte da administração pública brasileira[357] com a contrarreforma administrativa e sindical, que impactam a vida do conjunto da sociedade, estudantes, servidores públicos em geral, apresentando ataques às políticas públicas, bem como os cortes na pasta da educação (-8,61%) de acordo com o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2021 (em comparações a PLOA 2020). Segundo a matéria do ANDES-SN (2020, s/p)[358], caiu de R$ 21,837 bilhões para R$ 19,955 bilhões o orçamento alocado para verbas discricionárias do MEC, e R$ 3,784 bilhões para R$ 2,735 bilhões para Ciência, Tecnologia e Inovação, representando uma queda de 27,71%. Os fundos patrimoniais atingem frontalmente o que resta da combalida autonomia universitária, reformulando, completamente, o financiamento e a funsão social das IES públicas.

Escrevo as linhas finais da tese, enfrentando a pandemia do novo coronavírus e nos deparamos em defesa do óbvio: o direito à vida. O Brasil, em outubro de 2020, ultrapassou mais de 150 mil óbitos por Covid-19, com uma curva de contaminação ainda em ascensão em muitos estados. Supostamente esses números podem ser ainda maiores devido à subnotificação dos casos. As ações do presidente negacionista, Jair Bolsonaro, governo fundamentalista e anticiência de extrema-direita, levou o país a se aproximar do 5,4 milhões de casos confirmados[359], além das ofensivas ultrarreacionárias do governo por meio do ministério anti-educação contra a universidade, a ciência e a cultura, apresentando novidades, como também continuidades.

Este trabalho é tão somente a busca para oferecer mais um ponto de partida para as reflexões e ações políticas coletivas contra-hegemônicas de um processo que está em curso. Precisamos avançar. Um contexto que coloca novos desafios políticos nas lutas por um novo

---

[357] PEC 438/2018, a PEC emergencial 186/2019, PEC 188/2019 e a MP 922/2020, MP 914/2019, e a mais recente PEC 32/2020. Confira as notas técnicas da assessoria jurídica nacional do ANDES-SN. Disponível em https://www.andes.org.br/conteudos/notas_tecnicas Acesso em 25 de outubro de 2020.

[358] Matéria do dia 01 de setembro de 2020, intitulada “Em meio à pandemia, Educação, Saúde e C&T perdem recursos no PLOA 2021”. O presidente do ANDES-SN, Antonio Gonçalves, destacou, na referida matéria, que "o Teto dos Gastos, imposto pela Emenda Constitucional 95, impede o reajuste para além da inflação, mas não a redistribuição entre as áreas. Então, o governo diminuiu a destinação àquelas que não são prioridade para sua política, ampliando os investimentos naquelas com as quais tem sua pauta comprometida. Retirou recursos das áreas que estão se mostrando essenciais no combate à pandemia, como o SUS, a Educação e as pesquisas públicas” (ANDES-SN, s/p). Disponível em https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/em-meio-a-pandemia-educacao-saude-e-ceT-perdem-recursos-no-pLOA-20211 Acesso em 25 de outubro de 2020.

[359] Matéria da Esquerda Diário do dia 28 de outubro de 2020. Disponível em https://www.esquerdadiario.com.br/Brasil-atinge-157-981-mortes-por-coronavirus Acesso em 28 de outubro de 2020.

projeto de sociabilidade e de educação, fundamentado em uma perspectiva emancipadora, pauta central nas análises e nas ações políticas do saudoso professor Florestan Fernandes. Seguimos pesquisando e lutando em defesa de um projeto de educação para todas/os/es que oriente a luta política em favor da educação pública, gratuita, laica, antimachista, antirracista, antissexista, anticapacitista, anticapitalista.

Nesse sentido, consideramos que a defesa da universidade pública carece de um esforço em ampliar nossas ações. Essa defesa precisa estar atrelada às grandes questões nacionais que atingem a população, sendo necessário apontar as seguintes pautas de lutas: a revogação da EC nº 95/2016; a auditoria da dívida pública; a reforma tributária progressiva; a defesa dos serviços públicos; a luta por vacinação massiva contra a Covid-19; e o auxílio emergencial que atenda às necessidades das trabalhadoras e trabalhadores. Não nos calarão!

REFERÊNCIAS

AAAS. *P&D em faculdades e universidades.* Disponível em: https://www.aaas.org/programs/r-d-budget-and-policy/rd-colleges-and-universities. Acesso em: 23 jun. 2019.

ABCR. Monitor das doações. Disponível em https://www.monitordasdoacoes.org.br/pt Acesso em 24 out. 2020.

ABMES. *Quem é quem*. Disponível em: https://abmes.org.br/categoria/239 Acesso em: 01 jun. 2020.

ACRI. *Sobre nós*. Disponível em https://www.acri.it/Articles/PublicArticle/33/acri. Acesso em: 02 fev. 2020.

ADUSP. *Parecer jurídico sobre a legalidade de vincular cargos executivos da Universidade às direções de fundações privadas "de apoio"*, 2004. Disponível em: https://adusp.org.br/files/cadernos/Parecer.pdf . Acesso em: 20 out. 2020.

AFPAP. *Quem somos*. Disponível em: https://www.amigosdapoli.com.br/fundo/quem_somos Acesso em: 04 de fev. 2020.

_____. Relatório anual 2018. Disponível em: https://www.amigosdapoli.com.br/static/2018-778172b309196e709bb9fb86ad16e71f.pdf. Acesso em: 05 jan. 2020.

ALMEIDA, Sergio Campos de. *O avanço da privatização na educação superior brasileira: o ProUni como uma nova estrategia para a transferencia de recursos públicos para o setor privado.* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006;

ALVAREZ, Rodrigo. *Captação e mobilização de recursos aplicadas a fundos patrimoniais*. In: Fundos Patrimoniais: criação e gestão no Brasil. Marcos Kisil, Paula Jancso Fabiani, Rodrigo Alvarez. 1ª ed. São Paulo: Zeppelini Editorial, 2012;

ANDES. *Fundação privadas ditas de apoio às universidade públicas*. Caderno 23 do ANDES. Brasilia, 2006;

_____. *Propostas do ANDES-SN para a universidade brasileira*. Caderno 2 do ANDES-SN. 4ª Edição Atualizada e Revisada. Brasilia, 2013;

_____. *Caderno ANDES 27 - Luta Por Justiça e Resgate da Memória - Comissão da Verdade do ANDES-SN*, 2016. Disponível em: :https://issuu.com/andessn/docs/caderno_net_/76

_____. *Cartas do ANDES-SN (congressos)*. ANDES-SN, 2020. Disponível em: https://issuu.com/andessn/docs/anexo1-circ038-20

ANDES.. *Conhecendo o ANDES-SN:* quem sabe mais, luta melhor! Cartilha produzida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN, 2020a. Disponível em https://issuu.com/andessn/docs/cartilha_apresandes_2020_web

_____. *MPF denuncia ministro da Educação por danos morais coletivos*. ANDES-SN, 30 de mai. 2020. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/mPF-denuncia-ministro-da-educacao-por-danos-morais-coletivos1. Acesso em: 10 jun. 2020.

_____. *ANDES-SN repudia corte de verbas e perseguição na UFBA, UnB e UFF*. ANDES-SN, 30 de abr. 2019. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/aNDES-sN-repudia-corte-de-verbas-e-perseguicao-na-uFBA-unB-e-uFF1. Acesso em: 09 jun. 2020.

_____. *Pesquisadores e cientistas protestam contra cortes*. ANDES-SN, 09 de mai. 2019. Disponível em https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/pesquisadores-e-cientistas-protestam-em-brasilia-contra-cortes-de-orcamento-e-de-bolsas1/page:3/sort:Conteudo.created/direction:DESC Acesso em 30 de mai. 2020.

_____. *Carta Aberta à Sociedade sobre os Ataques à Educação no Brasil!* ANDES-SN, 10 de ami. 2019. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/carta-aberta-a-sociedade-sobre-os-ataques-a-educacao-no-brasil1 Acesso em 09 de jun.2020.

_____. *Tsunami da Educação: Protestos acontecem em todos os estados e no DF*. ANDES-SN, 16 de mai. 2019. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/tsunami-da-educacao-protestos-acontecem-em-todos-os-estados-e-no-dF1 Acesso em 10de jun. 2020.

_____. *Manifesto do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas*. Disponível em: https://www.andes.org.br/diretorios/files/manifesto.pdf Acesso em 08 de jun.2020.

_____. P*ropostas do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de luta por direitos e liberdades democráticas*. Disponível em: https://www.andes.org.br/diretorios/files/PDF/pdf%20re/tr/ForumSindical_ANDES.pdf Acesso em 08 de jun. 2020.

_____. *MP que estabelecia novas regras para escolha de reitores perde validade*. ANDES-SN, 02 de jun. 2020. Disponível em: https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/mP-que-estabelecia-novas-regras-para-escolha-de-reitores-perde-validade1 Acesso em 08 de junho de 2020.

_____. *Professores de Los Angeles, nos EUA, protagonizam greve após 30 anos*. ANDES-SN, 25 de jan. 2019. Disponível em https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/professores-de-los-angeles-nos-eUA-protagonizam-greve-apos-30-anos1 Acesso em 09 de mar. 2020.

_____. *FUTURE-SE é a FATURA da Educação Pública – pela imediata recomposição do orçamento público das instituições de ensino!*. ANDES-SN, 2019. Disponível em https://www.andes.org.br/diretorios/files/Arquivos/FOLDER%20-%20CONTRA%20O%20FUTURESE.pdf Acesso em 14 de mar. 2020.

_____. *Medidas do MEC chantageiam reitores e buscam antecipar o Future-se.* ANDES-SN, 21 de fev. de 2020. Disponível em https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/medidas-do-mEC-chantageiam-reitores-e-buscam-antecipar-o-future-se1 Acesso em 09 de mar. 2020.

_____. *Ação Civil Pública*. Disponível em

https://www.andes.org.br/diretorios/files/Jamile/ACP%20ANDES%20FASUBRA%20SINASEFE.pdf Acesso em 09 de mar. 2020.

_____. *Governo envia PL do Future-se à Câmara em meio à pressão por demissão de ministro da Educação.* ANDES-SN, 29 de mai. 2020. Disponível em https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/governo-envia-pL-do-future-se-a-camara-em-meio-a-pressao-por-demissao-de-ministro-da-educacao1 Acesso em 08 de jun. 2020.

_____. *Notas técnicas da assessoria jurídica nacional do ANDES-SN*. Disponível em https://www.andes.org.br/conteudos/notas_tecnicas Acesso em 25 de out. 2020.

_____. *Em meio à pandemia, Educação, Saúde e C&T perdem recursos no PLOA 2021*. ANDES-SN, 01 de set. 2020. Disponível em https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/em-meio-a-pandemia-educacao-saude-e-ceT-perdem-recursos-no-pLOA-20211 Acesso em 25 de out. 2020.

ANUP. *Parceiros*. Disponível em: https://anup.org.br/sobre/parceiros/ Acesso em 01 de jun. 2020.

ARRUDA, Jerillee Silva de. *Fies e a oligopolização do ensino superior privado-mercantil no Brasil: nova forma de expropriação da classe trabalhadora?* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, 2019.

AUDITORIA CIDADÃ. *Quem somos*. Disponível em https://auditoriacidada.org.br/quem-somos/ Acesso em 02 de fev. 2020.

_____. *Escândalo: Dilma veta a realização de auditoria da dívida pública com participação de entidades da sociedade civil*. Auditoria Cidadã da Dívida, 14 de jan. 2016. Disponível em https://auditoriacidada.org.br/conteudo/dilma-veta-auditoria/ Acesso em 02 de fev. 2020.

BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia.* Washington, 1994.

_____. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial. O Estado em um mundo em transformação.* Washington, 1997.

_____. *Estratégia para o setor educacional - documento estratégico do Banco Mundial: a educação na América Latina e Caribe.* Washington, 1999;

_____. *Do Confronto à Colaboração - Relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil*. Washington, 2000. Disponível em: http://documents.worldbank.org/curated/pt/139591468741348358/pdf/216450Portugues.pdf Acesso em 12 de fev. 2019.

_____. *Construir Sociedades de Conocimiento: Nuevos Desafios para la Educación Terciaria.* Washington, 2003.

_____. *O desafio de criar universidades de classe mundial (2009).*

_____. *Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil (2017).* Disponível em http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf Acesso em 12 de fev. 2019

BARRETO, Raquel Goulart; LEHER, Roberto. *Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior "emerge" terciária*. Revista Brasileira de Educação, 2008, vol. 13, n.39, p. 423-436;

BARROS, Helena Hellen D. de. *Financiamento Estudantil*. Câmara dos Deputados – Consultoria legislativa: Brasília-DF, 2003. Disponível em http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema11/pdf/313903.pdf Acesso em 23 de junho de 2018;

BEHRING, Elaine Rossetti. *Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise*. In: Expropriação e direitos no capitalismo / Ivanete Boschetti (Org.). São Paulo: Cortez, p. 187-210, 2018;

BIANCHETTI, Lucídio. *Da universidade à commoditycidade: ou se como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado* / Lúcídio Bianchetti, Valdemar Sguissardi. Campinas: Mercado de Letras, 2017.

BNDES. *Análise do setor de ensino superior privado no Brasil*. Revista BNDES Setorial – Educação, 2009;

_____. *O apoio do BNDES a instituições de ensino superior (IES): uma análise do primeiro Programa IES (1997-2007)*, 2010.

_____. *BNDES: um banco de história e do futuro – texto Márcia de Paiva*. São Paulo: Museu da Pessoa, 2012. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro_BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro.pdf Acesso em 01 de mai. 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. *Os custos da crise para a política social*. In: Ivanete Boschetti...[et al.] (orgs.). Capitalismo em crise, política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010;

BRAGANÇA, Luciana Guaspari de Orleans e; BISELLI, Renata Carvalho Beltrão Cavalcanti. *O exercício da filantropia no Brasil*. In: Fundos Patrimoniais Filantrópicos: Sustentabilidade para causas e organizações / Paula Jancso Fabiani, Andrea Hanai, Priscila Pasqualin, Ricardo Levisky (Org.). -- 1. ed. -- São Paulo: IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, p.111-119, 2019;

BRASIL. *Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964*. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.* São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.* Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969***.** Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Lei complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970*. Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp07.htm#:~:text=Lcp07&text=Institui%20o%20Programa%20de%20Integra%C3%A7%C3%A3o,Art Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988*. Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7689.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991*. Restabelece princípios da Lei n° 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Lei complementar nº 70 de dezembro de 1991*. Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp70.htm#:~:text=Institui%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20para%20financiamento%20da,financeiras%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias Acesso em 17 de nov. 2020.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.* Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Lei no 9.790, de 23 de março de 1999.* Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001*.
Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm#:~:text=LEI%20No%2010.260%2C%20DE%2012%20DE%20JULHO%20DE%202001.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Fundo%20de,Superior%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.&text=Art.&text=%C2%A7%203o%20Os%20cursos,preju%C3%ADzo%20para%20o%20aluno%20financiado Acesso em 17 de nov. 2020.

_____. *Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.* Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. I*nstitui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.* Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11196.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. Ministério da Educação. *Protocolo de atuação conjunta n° 01/2009*. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/protocolo_bndes.pdf Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.* Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015.* Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, "que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13204.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012*. Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) a adquirir o controle acionário da Celg Distribuição S.A. (Celg D); institui o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12688.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016*. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016.* Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8726.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016***.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras

providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Medida provisória nº 851, de 10 de setembro de 2018*. Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Mpv/mpv851.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Lei nº 13.800/2019*. Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13800.htm Acesso em 17 de nov. 2020

_____. *Frente parlamentar mista de Educação*. Disponível em: http://frentedaeducacao.org.br/membros/ Acesso em 05 de ajn. 2020.

_____. Câmara dos deputados. *Ministro sugere alteração na lei para que universidades possam buscar recursos*. Agência Câmara de Notícias, 16 de mai. 2018. Disponível em http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/557480-MINISTRO-SUGERE-ALTERACAO-NA-LEI-PARA-QUE-UNIVERSIDADES-POSSAM-BUSCAR-RECURSOS.html Acesso em 06 de agosto de 2018.

_____. _____. *Congresso Nacional derruba quatro vetos presidenciais*. Agência Câmara de Notícias, 05 de jun. 2019. Disponível em https://www.camara.leg.br/noticias/559400-congresso-nacional-derruba-quatro-vetos-presidenciais/ Acesso em 10 de nov. 2019.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – *Ofício nº 245/2018-GAB/PR/CAPES*. Disponível em https://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=0746852&codigo_crc=6755A444&hash_download=ef5e65b749e9b6a0c124c56e438345f0dbb86d4b097fccd29f4b4221365642ee971b5a5e507aea925d83d67d1d4d79f08696fa5be30b507aa19122ff68c396a9&visualizacao=1&id_orgao_acesso_externo=0 Acesso em 10 de ago. 2018.

_____. _____. *Programa de Excelência terá recursos independentes de governos*. CAPES, 06 de abr. 2018. Disponível em http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8822-programa-de-excelencia-tera-recursos-independentes-de-governos-aponta-capes Acesso em 21 de nov. de 2018.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. *Portaria nº 5.918, de 29 de outubro de 2019*. Dispõe sobre o apoio institucional do MCTIC às entidades privadas, sem fins lucrativos, que atuam, ou pretendam atuar, como organizações gestoras de fundos patrimoniais de CT&I. Disponível em http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-5918-de-29-de-outubro-de-2019-224427257 Acesso em 10 de nov. 2019.

_____. Ministério da Educação. *Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação*, 2018. Disponível em https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao Acesso em 20 de out. 2020.

_____. _____. *MEC apresenta programa de inovação no ensino superior para reitores de universidades*. MEC, 16 de jul. 2019. Disponível em http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/78201-mec-apresenta-programa-de-inovacao-no-ensino-superior-para-reitores-de-universidades Acesso em 13 de maço de 2020.

_____. _____. *Lançamento do programa "Future-se" pelo ministério da educação*. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=6g2iqwrthou acesso em 02 de mai. 2020.

_____. _____. *Saiba como vão funcionar os fundos criados para gestão do Future-se.* MEC, 14 de ago. 2019. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79071:saiba-como-vao-funcionar-os-fundos-criados-para-gestao-do-future-se&catid=212&Itemid=86 Acesso em 19 de fev. 2020.

_____. _____. *Portaria nº 1.701, de 30 de setembro de 2019 do MEC*. Disponível em https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.701-de-30-de-setembro-de-2019-219146108 Acesso em 15 de jul. 2020.

_____. _____. *MEC quer criar fundo para financiar universidades federais*. Agência Brasil, 17 de jul. 2019. Disponível em https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-07/mec-quer-criar-fundo-para-financiar-universidades-federais Acesso em 28 de out.2020.

_____. *Decreto de 25 de junho de 2020*. O Presidente da República, no uso da atribuição, resolve nomear Carlos Alberto Decotelli da Silva, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Educação. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-de-25-de-junho-de-2020-263472722. Acesso em 10 de fev. 2021.

_____. *Projeto de Lei nº 3076/ 2020*. Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se. Disponível em https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E6E2B5110B3E1EA6402005C6B2FA0FED.proposicoesWebExterno2?codteor=1900012&filename=PL+3076/2020 Acesso em 04 de ago. 2020.

BRASIL DE FATO. *Governo Bolsonaro libera uso de mais 31 agrotóxicos; já são 197 apenas neste ano*. Brasil de Fato, 21 de mai. 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/05/21/governo-bolsonaro-libera-uso-de-mais-31-agrotoxicos-ja-sao-169-apenas-neste-ano Acesso em 10 de jun. 2020.

_____. *Harvard compra 300 mil hectares de terras e gera conflitos com comunidades locais*. Brasil de Fato, 06 de set. 2018. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2018/09/06/harvard-compra-300-mil-hectares-de-terras-e-gera-conflitos-com-comunidades-locais/ Acesso em 09 de setembro de 2018.

_____. *"Passar a boiada": política ambiental de Bolsonaro é alvo de ações na Justiça*. Brasil de Fato, 05 de jun. 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/06/05/passar-a-boiada-politica-ambiental-de-bolsonaro-e-alvo-de-acoes-na-justica acesso em 14 de jun. 2020.

_____. *Ministros reagem à intensificação de ataques contra o STF; Weintraub corre risco.* Brasil de Fato, 15 de jun. 2020. Disponível em https://www.brasildefato.com.br/2020/06/15/ministros-reagem-a-intensificacao-de-ataques-contra-o-stf-weintraub-corre-risco Acesso em 08 de ago. 2020.

_____. *Hipocrisia S/A: o que a Globo não mostra sobre as empresas "solidárias" na pandemia*. Brasil de Fato, 17 de jun. 2020. Disponível em https://www.brasildefato.com.br/2020/06/17/hipocrisia-s-a-o-que-a-globo-nao-mostra-sobre-as-empresas-solidarias-na-pandemia Acesso em 08 de nov. 2020.

_____. *Carlos Decotelli entrega carta de demissão a Bolsonaro cinco dias após ser nomeado.* Brasil de Fato, 30 de jun. 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/06/30/carlos-decotelli-entrega-carta-de-demissao-a-bolsonaro-cinco-dias-apos-ser-nomeado. Acesso em 05 de fev. 2021.

BUSINESS INSIDER. *19 barões ladrões que construíram e governaram a América*. Matéria de 29 de jul. 2017. Disponível em: https://www.businessinsider.com/robber-barons-who-built-and-ruled-america-2017-7. Acesso em 02 de dez.2019.

CAPITAL ABERTO. *Investimentos em endowments no Brasil*. Capital Aberto, 12 de set. 2018. Disponível em: https://capitalaberto.com.br/secoes/explicando/endowments-no-brasil/ Acesso em 06 de nov. 2019.

_____. *Lei de endowment pode transformar o Brasil*. Capital Aberto, 08 de mar. 2019. Disponível em: https://capitalaberto.com.br/secoes/ensaio/lei-de-endowments-pode-transformar-o-brasil/ Acesso em 21 de mar. de 2019.

CARTA CAPITAL. *Quem é quem na cúpula direitista das Américas*. Revista Carta Capital, 07 de dez. 2018. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/mundo/quem-e-quem-na-cupula-direitista-das-americas/ Acesso em 16 de mar. 2020.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. *Uma análise crítica do financiamento do PROUNI: instrumento de estímulo à iniciativa privada e/ou democratização do acesso à educação superior?* Disponível em http://www.anped11.uerj.br/GT11-935%20int.pdf

Acesso em 10 de out. 2017.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiro. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018;

CASTELO, Rodrigo. *O novo desenvolvimento e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro.* Revista Serviço Social & Sociedade nº 112 – (Neo)Desenvolvimento & Política Social. São Paulo: Cortez, 2012.

CATINI, Carolina; MINTO, Lalo. *Um imperativo do presente: Future-se nas estaduais de SP?*. Revista *Le monde Diplomatique*, agosto de 2020. Disponível em https://diplomatique.org.br/o-future-se-nas-universidades-estaduais-paulistas/ Acesso em 02 de set. 2020.

CONFIES. *Fundações de apoio receberão certificação do MCTIC pela criação de fundos patrimoniais*. Confies, 11 de nov. 2019. Disponível em http://confies.org.br/institucional/fundacoes-de-apoio-receberao-certificacao-do-mctic-pela-criacao-de-fundos-patrimoniais/ Acesso em 04 de fev. 2020.

_____. *Fundações de apoio receberão certificação do MCTIC pela criação de fundos patrimoniais*. Confies, 11 de nov. 2019. Disponível em http://confies.org.br/institucional/fundacoes-de-apoio-receberao-certificacao-do-mctic-pela-criacao-de-fundos-patrimoniais/ Acesso em 05 de fev. 2020.

_____. *Encontro do CONFIES em Maceió indica 10 pontos consensuais para sucesso de fundos patrimoniais de universidades no Brasil*. Confies, 29 de jan. 2020. Disponível em http://confies.org.br/institucional/encontro-do-confies-indica-10-pontos-consensuais-para-sucesso-de-fundos-patrimoniais-de-universidades-no-brasil/ Acesso em 05 de fev. 2020.

_____. *TV CONFIES transmite ao vivo encontro no Rio sobre fundos endowments para universidades*. Confies, 06 de fev. 2020. Disponível em http://confies.org.br/institucional/tv-confies-transmite-ao-vivo-encontro-no-rio-sobre-fundos-endowments-para-universidades/ Acesso em 12 de fev. 2020.

_____. *País já tem fundos patrimoniais de universidades, mas faltam incentivos fiscais para atrair doadores, diz especialista no II Encontro de Fundos Endowments do CONFIES, MCTIC e Finep*. Confies, 07 de fev. 2020. Disponível em http://confies.org.br/institucional/pais-ja-criou-fundos-patrimoniais-de-universidades-mas-faltam-incentivos-fiscais-para-atrair-doadores-diz-especialista-da-culturainvest-no-ii-encontro-de-fundos-endowments-do-confies/ Acesso em 12 de fev. 2020.

_____. *Em encontro de Fundos Endowments do CONFIES, com apoio do MCTIC e Finep, o autor da Lei dos fundos patrimoniais do Rio diz que medida promoverá desenvolvimento do Estado.* Confies, 07 de fev. 2020. Disponível em http://confies.org.br/institucional/no-rio-em-encontro-de-fundos-endowments-do-confies-mctic-e-finep-o-autor-da-lei-dos-fundos-patrimoniais-do-estado-do-rj-diz-que-medida-promovera-desenvolvimento-local/ Acesso em 12 de fev. 2020.

_____. *COVID-19: Fundações de apoio criam mecanismos para viabilizar ações emergências das universidades e instituições de pesquisa públicas*. Confies, 05 de ago. 2020. Disponível em http://confies.org.br/institucional/covid-19-25-fundacoes-de-apoio-criam-mecanismos-para-viabilizar-acoes-emergencias-das-universidades-e-instituicoes-de-pesquisa-publicas/ Acesso em 24 de out. 2020.

CVC. *Violações de direitos humanos na universidade*. Relatório da Comissão Nacional da Verdade: volume II – texto temático 6. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume%202%20-%20texto%206.pdf Acesso em 01 de mar. 2020.

DAVIES, Nicholas. *FEC tem servido a interesses pessoais e seu apoio à UFF está longe de acontecer*. Brasília: Dossiê Nacional 1 – publicação especial do ANDES-SN, 2006;

DIAS, Edmundo Fernandes. *"Reestruturação produtiva": forma atual da luta de classes*. Revista Outubro, São Paulo, n° 3, p.45-52, *2006a*.

_____. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006b.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado ação política, poder e golpe de classe*. 5ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

_____. *O jogo da direita*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

EL PAÍS. *Do ensino básico ao Enem, o que o futuro ministro de Bolsonaro pode modificar na Educação*. Jornal El País, 23 de nov. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/politica/1543016372_088607.html Acesso em: 16 de mar. 2020.

ENE. *Relatório do III ENE, 2019*. Disponível em: https://ene2016blog.files.wordpress.com/2019/09/iii-ene.pdf Acesso em 10 de mai. de 2020.

ENFF. *Uma escola em construção*. Disponível em: https://amigosenff.org.br/uma-escola-em-construcao/ Acesso em 16 de mar. 2020.

ÉPOCA. *Fundos de doações para universidades avançam no país*. Revista Época, 07 de jul. 2014. Disponível em https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2014/07/fundos-de-doacoes-para-universidades-avancam-no-pais.html Acesso em 27 de ago. de 2018.

ESQUERDA DIÁRIO. *Enquanto Bolsonaro critica vacina, Brasil atinge 157.981 mortes pela COVID-19*. Esquerda Diário, 28 de out. 2020. Disponível em https://www.esquerdadiario.com.br/Brasil-atinge-157-981-mortes-por-coronavirus Acesso em 28 de out. 2020.

ESQUERDA ONLINE. *Contra a pedagogia da violência do novo ministro da Educação, a pedagogia da esperança.* Esquerda Online, 11 de jul. 2020. Disponível em: https://esquerdaonline.com.br/2020/07/11/educacao-mec-contra-a-pedagogia-da-violencia-do-novo-ministro-a-pedagogia-da-esperanca-castigo-milton-ribeiro/. Acesso em 05 de fev. 2021.

ESTADÃO. *Vale lidera investimento de empresas brasileiras no exterior em 2018*. Revista Exame, 27 de nov. 2019. Disponível em https://exame.abril.com.br/negocios/vale-lidera-investimento-de-empresas-brasileiras-no-exterior-em-2018/ Acesso em 30 de jan. 2020.

_____. *Promotoria do crime organizado faz busca na casa de ex-promotor de Fundações em SP*. Estadão, 17 de dez. 2019. Disponível em https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/promotoria-do-crime-organizado-faz-buscas-na-casa-de-ex-promotor-de-fundacoes-em-sp/ Acesso em 03 de jan. de 2020.

_____. *Maioria das universidades federais rejeita Future-se, do MEC*. Estadão, 25 de set. 2019. Disponível em https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,maioria-das-universidades-federais-rejeita-future-se,70003024425 Acesso em 10 de out. de 2019.

EXAME. *As 30 empresas brasileiras com mais negócios fora do país*. Revista Exame, 27 de ago. 2014. Disponível em: https://exame.abril.com.br/negocios/as-30-empresas-brasileiras-com-mais-negocios-fora-do-pais/ Acesso em 30 de jan. 2020.

_____. *As 15 famílias mais ricas do Brasil, segundo a Forbes*. Revista Exame, 14 de mai. 2014. Disponível em: https://exame.com/negocios/quem-sao-as-15-familias-mais-ricas-do-brasil-segundo-a-forb/ Acesso em 30 de jan. 2020.

_____. *Entenda o que são golden shares*. Exame.Invest, 09 de out. 2017. Disponível em https://exame.abril.com.br/mercados/entenda-o-que-sao-golden-shares/ Acesso em 12 de nov. 2019.

_____. *O que se sabe sobre o incêndio na Catedral de Notre-Dame*. Revista exame, 17 de abr. 2019. Disponível em https://exame.abril.com.br/mundo/o-que-se-sabe-sobre-o-incendio-na-catedral-de-notre-dame/ Acesso em 27 de fev. 2020.

_____. *Ministro Abraham Weintraub anuncia seis novos secretários do MEC*. Exame, 10 de abr. 2019. Disponível em https://exame.com/brasil/ministro-abraham-weintraub-anuncia-seis-novos-secretarios-do-mec/ Acesso em 15 de dez. 2019

FABIANI, Paula Jancso. *O que são fundos patrimoniais*. In: Fundos Patrimoniais: criação e gestão no Brasil. Marcos Kisil, Paula Jancso Fabiani, Rodrigo Alvarez. 1ª ed. São Paulo: Zeppelini Editorial, 2012;

_____. *Fundos patrimoniais e a sustentabilidade de organizações da sociedade civil*. Entrevista para a Rede GIFE, 24 de nov. 2014. Disponível em https://gife.org.br/fundos-patrimoniais-e-a-sustentabilidade-de-organizacoes-da-sociedade-civil/ Acesso em 13 de novembro de 2018.

_____. *Advocacy pelos fundos patrimoniais filantrópicos*. In: Fundos Patrimoniais Filantrópicos: Sustentabilidade para causas e organizações / Paula Jancso Fabiani, Andrea Hanai, Priscila Pasqualin, Ricardo Levisky (Org.). -- 1. ed. -- São Paulo: IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, p. 170-188, 2019;

_____. *Juntos, chegaremos bem mais longe*. In: Fundos Patrimoniais Filantrópicos: Sustentabilidade para causas e organizações / Paula Jancso Fabiani, Andrea Hanai, Priscila Pasqualin, Ricardo Levisky (Org.). -- 1. ed. -- São Paulo: IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, p. 205-207, 2019;

_____. *Fundos patrimoniais serão bons para mercado de capitais, diz especialista*. Jornal Folha de São Paulo, 08 de jan. de 2019. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2019/01/fundos-patrimoniais-serao-bons-para-mercado-de-capitais-diz-especialista.shtml Acesso em fev. 2019.

FABIANI, Paula Jancso; CRUZ, Helio Nogueira da. *Fundos patrimoniais: caminho para a sustentabilidade de longo prazo*. REPATS - Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor. Brasília, V. 4, nº 2, p.186-203, Jul-Dez, 2017;

FABIANI, Paula Jancso; WOLFFENBÜTTE, Andréa. *Fazendo História*. In: Fundos Patrimoniais Filantrópicos: Sustentabilidade para causas e organizações / Paula Jancso Fabiani, Andrea Hanai, Priscila Pasqualin, Ricardo Levisky (Org.). -- 1. ed. -- São Paulo: IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, p. 7-13, 2019;

FABIANI, Paula Jancso; HANAI, Andrea. *Estrutura e operação dos fundos patrimoniais filantrópicos.* In: Fundos Patrimoniais Filantrópicos: Sustentabilidade para causas e organizações / Paula Jancso Fabiani, Andrea Hanai, Priscila Pasqualin, Ricardo Levisky (Org.). -- 1. ed. -- São Paulo: IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, p. 80-105, 2019;

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FALLEIROS, I. PRONKO, M. A. OLIVEIRA, T. C. de. *Fundamentos históricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia*. In: NEVES, L. M. W. (Org.). A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia no Brasil. São Paulo: Xamã, p. 39-95 2010.

FERNANDES, Florestan. *Marx Engels História*. São Paulo: Ática, 1961;

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Biblioteca de Ciências Sociais. RJ: Zahar, 1968;

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América latina.* 2ª Ed. RJ: Zahar, 1975;

_____. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* 2ª ED. SP: Alfa-Omega, 1979;

_____. *Brasil: em compasso de espera.* Pequenos escritos políticos. Coleção Pensamento Socialista. SP: HUCITEC, 1980;

_____. *O desafio educacional.* SP: Cortez: Autores Associados, 1989. (Coleção Educação Contemporânea);

_____. *Memória Viva da educação Brasileira.* Volume 1. Depoimento Florestan Fernandes. MEC/INEP, Brasília, 1991;

_____. *Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos*. SP: Xamã, 1995.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.* 5ª Ed. SP: Globo, 2005;

_____. *O que é revolução.* 1ª ed. São Paulo: Expressão População, 2018.

FPC. *Quem somos*. Disponível em https://www.fundocentenario.com.br/quem-somos Acesso em 14 de jun. 2020

_____. *Relatório anual 2019*. Disponível em https://7eb29edb-907d-4a7f-a00d-5ffe3170b3cd.filesusr.com/ugd/61782d_afc3d5e9bdac4e8f8b4a8577f8f21853.pdf Acesso em 14 de jun. 2020.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.* Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010;

_____. *O capital-imperialismo, cosmopolitismo e lutas de classes*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300224544_ARQUIVO_VF-ANPUH-SP-2011-Capital-imperialismoelutadeclasses.pdf Acesso em 10 de out. 2018.

_____. *História e verdade*. In: Teoria e educação no labirinto do capital. Gaudêncio Frigotto e, Maria Ciavatta (org) – 4 ed. – São Paulo: Expressão Popular, p. 183-205, 2016;

_____. *A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade.* In: Expropriação e direitos no capitalismo / Ivanete Boschetti (Org.). São Paulo: Cortez, p. 17-62, 2018a;

_____. *Prefácio.* In: A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo / Flávio Henrique Calheiro Casimiro. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 7-16, 2018b;

_____. *Capitalismo filantrópico? – os múltiplos papeis dos APHs empresariais.* In: Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.8, n.14, jan/jun 2020, p. 15-35. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020.

_____. *Crise do capital, financeirização e educação*. Entrevista para a Revista o Germinal: Marxismo e Educação em Debate, v. 11, n. 3, p. 328-347, 2019. Disponível em https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/issue/view/1908/showToc Acesso em 20 de jun. 2020.

FORBES. *História da Forbes: a lista original de bilionários internacionais de 1987*. Revista Forbes, 21 de mar. 2012. Disponível em: https://www.forbes.com/sites/seankilachand/2012/03/21/forbes-history-the-original-1987-list-of-international-billionaires/?sh=264a8525447e Acesso em 19 de fev. 2020.

_____. *Lista de bilionários do mundo em 2019*. Disponível em: https://www.forbes.com/billionaires/#3ab6787b251c Acesso em 20 de jan. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A nova e a velha face da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos*. In: In: Teoria e educação no labirinto do capital / Gaudêncio Frigotto e, Maria Ciavatta (org) – 4 ed – São Paulo: Expressão Popular, p. 45-85, 2016

_____. *A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação*. In: Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / organização Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FRIGOTTO, Gaugêncio; CIAVATTA, Maria; CALDART, Roseli Salete. *História, natureza, trabalho e educação* / Karl Marx, Friedrich Engels. Gaugêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Roseli Salete Caldart (orgs.). 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

GIFE. *Quem somos*. Disponível em: https://gife.org.br/ Acesso em 16 de jun.2020.

GIOLO, Jaime. *Future-se [recurso eletrônico]: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado* / Jaime Giolo, Roberto Leher, Valdemar Sguissardi; ilustrado por Rafael Leme. São Carlos: Diagrama Editorial, 2020. Disponível em https://www.diagramaeditorial.com.br/project/future-se/ Acesso em 15 de out. 2020

GLOBO. *País vai perder R$ 331 bilhões com renúncia tributária no ano que vem*. Jornal O Globo, 02 de set. 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/pais-vai-perder-331-bilhoes-com-renuncia-tributaria-no-ano-que-vem-23922860 Acesso em 25de jan. 2020.

_____. *Alexandre Frota e tataraneto de D. Pedro II são eleitos deputados federais por SP*. G1 SP, 08 de out. 2018. Disponível em https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/alexandre-frota-e-tataraneto-de-d-pedro-ii-estao-entre-candidatos-a-deputado-mais-votados-em-sp.ghtml Acesso em 16 de mar. 2020.

_____. *MEC anuncia corte de 30% em repasses para todas as universidades federais*. Jornal Nacional, 30 de abr. 2019. Disponível em https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/30/mec-anuncia-corte-de-30percent-em-repasses-para-todas-as-universidades-federais.ghtml Acesso em 09 de jun. 2020.

_____. *Capes suspende concessão de bolsas de mestrado e doutorado*. G1, 08 de mai. 2019. Disponível em https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/08/concessao-de-bolsas-de-mestrado-e-doutorado-pela-capes-sao-suspensas.ghtml Acesso em 02 de maio de 2020.

_____. *Harvard inaugura escritório no Brasil*. Jornal O Globo, 27 de jun. 2006. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/harvard-inaugura-escritorio-no-brasil-4577364 Acesso em 09 de setembro de 2018.

_____. *MEC lança 'Future-se', programa para aumentar verba privada no orçamento das federais*. G1, 17 de jul. 2019. Disponível em https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/07/17/mec-lanca-future-se-para-aumentar-verba-privada-no-orcamento-das-federais.ghtml Acesso em 31 de jan. 2020.

GORGULHO, Luciane; BROLLO, Fabricio. *A urgência dos Fundos Patrimoniais*. In: Fundos Patrimoniais Filantrópicos: Sustentabilidade para causas e organizações / Paula Jancso Fabiani, Andrea Hanai, Priscila Pasqualin, Ricardo Levisky (Org.). -- 1. ed. -- São Paulo: IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, p.161-169, 2019;

GRAIN; RSJDH. *O fiasco agrícola bilionário da universidade de Harvard*. Relatório de agosto de 2018 da GRAIN e a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Disponível em: https://social.org.br/files/pdf/PT_FINAL_PDF_Harvard.pdf Acesso em 09 de setembro de 2018.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, volume 4. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HMC. *Endowment at Work*. Disponível em: https://www.hmc.harvard.edu/hmc-harvard/ Acesso em 01 de fev. 2020.

_____. *Financial Report Fiscal year 2019*. Disponível em https://finance.harvard.edu/files/fad/files/fy19_harvard_financial_report.pdf Acesso em 02 de fev. 2020.

HARVARD UNIVERSITY. *Sobre Harvard*. Disponível em https://www.harvard.edu/schools Acesso em 19 de fev. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IANNI, Octavio. *A sociologia e o mundo moderno*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2011;

IDIS. *Fundos Patrimoniais Vinculados - Proposta de Projeto de Lei.* Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social – IDIS. São Paulo, 2014. Disponível em http://www.secretariadegoverno.gov.br/.arquivos/fundos-patronais Acesso em 20 de out. 2018.

_____. *Fundo Areguá, endowment estruturado com apoio do IDIS, visa reter talentos na Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo*. Disponível em: https://www.idis.org.br/fundo-aregua-endowment-estruturado-com-apoio-do-idis-visa-reter-

talentos-na-faculdade-de-ciencias-medicas-da-santa-casa-de-sao-paulo/. Acesso em: 15 de dez. 2020.

_____. *20 anos IDIS: 1999-2019*. Disponível em: https://www.idis.org.br/wp-content/uploads/2019/09/IDIS_20Anos.pdf Acesso em 08 de fev.2020.

_____. *Fundos Patrimoniais Filantrópicos: Sustentabilidade para causas e organizações* / Paula Jancso Fabiani, Andrea Hanai, Priscila Pasqualin, Ricardo Levisky (Org.). -- 1. ed. -- São Paulo: IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, 2019.

_____. *Relatório de Atividades 2019*. IDIS, 2020. Disponível em: https://www.idis.org.br/wp-content/uploads/2020/06/RELATORIO_IDIS_2019_F.pdf Acesso em 03 de jul. 2020.

_____. *Coalizão pelos fundos filantrópicos – quem somos,* 2020. Disponível em https://www.idis.org.br/coalizao/ Acesso em 31 de jan. 2020.

_____. *Coalizão lança nota pública de apoio à regulamentação dos fundos patrimoniais filantrópicos*. IDIS, 05 de set. 2018**.** Disponível em https://www.idis.org.br/coalizao-lanca-nota-publica-de-apoio-a-regulamentacao-dos-fundos-patrimoniais-filantropicos/ Acesso em 31 de jan. 2020.

_____. *Carta aos parlamentares – petição de alterações na regulamentação dos fundos patrimoniais filantrópicos*. IDIS, 2018. Disponível em https://www.idis.org.br/coalizao/carta/CartaParlamentares_out2018.pdf Acesso em 31 de jan. 2020.

_____. *Carta aberta ao Ministério da Economia e Receita Federal*. IDIS, 11 de mar. 2019. Disponível em https://www.idis.org.br/coalizao-pelos-fundos-filantropicos-pede-esclarecimento-sobre-tributacao-federal-de-organizacoes-gestoras-fundos-patrimoniais/ Acesso em 31 de jan. 2020.

_____. *Em parceria com o BNDES, livro sobre fundos patrimoniais é lançado no Rio de Janeiro*. IDIS, 21 de fev. 2020. Disponível em https://www.idis.org.br/em-parceria-com-o-bndes-livro-sobre-fundos-patrimoniais-e-lancado-no-rio-de-janeiro/ Acesso em 06 de jun. 2020.

_____. *Proposta de fundos filantrópicos criados e apoiados em verbas de privatização, multas e recursos devolvidos é levada ao ministro Sergio Moro*. IDIS, 10 de ami. 2019. Disponível em https://www.idis.org.br/proposta-de-fundos-filantropicos-criados-a-partir-de-verbas-de-privatizacao-multas-e-recursos-devolvidos-e-levada-ao-ministro-sergio-moro/ Acesso em 11 de jul. de 2019.

_____. *UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas*. IDIS, 18 de mar. 2020. Disponível em https://www.idis.org.br/portfolio-item/unicamp-universidade-estadual-de-campinas/ Acesso em 07 de ago. 2020.

_____. *Unicamp lança Lumina, fundo patrimonial criado com o apoio do IDIS*. IDIS, 22 de out. 2020. Disponível em https://www.idis.org.br/unicamp-lanca-lumina-fundo-patrimonial-criado-com-o-apoio-do-idis/ Acesso em 07 de no. 2020.

INDIGO. *A fundação*. Disponível em: https://indigo.org.br/site/a-fundacao/ Acesso em 16 de mar. 2020.

IPEA. *Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil* / organizador: Felix Garcia Lopez. Brasília: Ipea, 2018.

ISTOÉ. *Dinheiro que não acaba mais.* Revista ISTOÉ Dinheiro, dia 09 de dez. 2016. Disponível em https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/financas/20161209/dinheiro-que-nao-acaba-mais/440677 Acesso em 12 de setembro de 2018.

JACOB, Vera; AMARAL, Nelson. *Eixo 1 - Política econômica e financiamento da educação superior no Brasil*. XXVI Seminário da Rede UNIVERSITAS/Br em Belo Horizonte no ano de da Rede UNIVERSITAS/Br, 2018.

JC. *Ministério assina acordo com Fundações de Apoio para criação de fundos patrimoniais vinculados às universidades públicas*. Jornal da Ciência, 06 de nov. 2019. Disponível em http://www.jornaldaciencia.org.br/edicoes/?url=http://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/5-ministerio-assina-acordo-com-fundacoes-de-apoio-para-criacao-de-fundos-patrimoniais-vinculados-as-universidades-publicas/ Acesso em 01 de dez.2019.

KICKANTE. *Apoie a criação da Associação Endowment Fund e contribua com a educação.* Disponível em https://www.kickante.com.br/campanhas/associacao-endowment-fund Acesso em 15 de setembro de 2018.

KISIL, Marcos. *Recursos não tradicionais para Fundos Patrimoniais*. In: Fundos Patrimoniais Filantrópicos: Sustentabilidade para causas e organizações / Paula Jancso Fabiani, Andrea Hanai, Priscila Pasqualin, Ricardo Levisky (Org.). -- 1. ed. -- São Paulo: IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, p.148-160, 2019;

KOSÍK. K. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976;

LEHER, Roberto. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para "alívio da pobreza".* Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo 1998;

_____. *Um novo senhor da educação? A política do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Revista Outubro, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999;*

_____. *A relação entre os projetos de autonomia e a privatização. Paraná: Revista da ADUAL, p. 7-20, 2003;*

_____. *Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

_____. *Análise preliminar do "Future-se" indica a refuncionalização das universidades e institutos federais.* Esquerda Online (2019a) Disponível em https://esquerdaonline.com.br/2019/07/25/leia-a-analise-de-roberto-leher-da-ufrj-sobre-o-future-se/ Acesso em 10 de jan. 2020.

_____. *Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública*. 1. Ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2019b

_____. *Esboço de análise sobre o Projeto de Lei do Future-se*. Le monte diplomatique, 2020a. Disponível em: https://diplomatique.org.br/projeto-de-lei-do-future-se/ Acesso em 15 de out. 2020.

_____. *Guerra cultural e universidade pública: o Future-se é parte da estratégia de silenciamento*. In: J. GIOLO, R. LEHER E V. SGUISSARDI. Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado, maio 2020b. Disponível em https://www.diagramaeditorial.com.br/project/future-se/ Acesso em 15 de out. 2020.

LERHER, Roberto; SILVA, Simone. *A universidade sob céu de chumbo: a heteronomia instituída pela ditadura empresarial-militar*. Revista Universidade e Sociedade, nº 54. Brasília: ANDES/SN, p. 06-17, ago. 2014.

LÊNIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular*. 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LEVISKY LEGADO. *Endowments - Fórum Internacional de Endowments para Legados*. Disponível em https://www.leviskylegado.com/endowments/ Acesso em 26 de fevereiro de 2019.

LEVISKY NEGÓCIOS & CULTURA. *Conceitos e benefícios dos endowments como mecanismo de financiamento à cultura*. In: Guias de Endowments Culturais, (2016a). Disponível em http://static.mtools.digital/clientes/levisky/guias/_GUIA_01.pdf Acesso em 10 de agosto 2018;

_____. *Orientações e informações ao poder público: aspectos de regulação e tributação*. In: Guias de Endowments Culturais (2016b). Disponível em http://static.mtools.digital/clientes/levisky/guias/_GUIA_02.pdf Acesso em 10 de agosto 2018;

_____. *Orientações práticas para a implementação de endowments em instituições culturais*. Guias de Endowments Culturais (2016c). Disponível em http://static.mtools.digital/clientes/levisky/guias/_GUIA_03.pdf Acesso em 10 de agosto 2018;

LEVISKY, Ricardo. *Captação de recursos para fundos patrimoniais filantrópicos*. In: Fundos Patrimoniais Filantrópicos: Sustentabilidade para causas e organizações / Paula

Jancso Fabiani, Andrea Hanai, Priscila Pasqualin, Ricardo Levisky (Org.). -- 1. ed. -- São Paulo: IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, p.128-147, 2019;

LIMA, Kátia Regina de Souza. *Organismos Internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração.* Neves, Lúcia Maria Wanderlei (org) – O Empresariamento da Educação - São Paulo: Xamã, 2002;

_____. *Reforma da Educação Superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005;

_____. *Capitalismo dependente e "reforma universitária consentida": a construção de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros*. Siqueira, Ângela C. e Neves, Lúcia Maria Wanderlei (org) – Educação Superior: uma reforma em processo, São Paulo: Xamã, 2006a;

_____. *Educação à distância na reformulação da educação superior brasileira.* Siqueira, Ângela C. e Neves, Lúcia Maria Wanderlei (org) – Educação Superior: uma reforma em processo, São Paulo: Xamã, 2006b;

_____. *Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula.* São Paulo: Xamã, 2007;

_____. *Ensino a distância, organismo internacional e mercantilização da educação superior.* Revista PUC Viva, São Paulo, ano 10- nº 35, p. 6-12, 2009;

_____. *Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século.* Pereira, Larissa Dahmer e Almeida, Ney Luiz Teixeira (org) – Serviço Social e Educação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012;

_____. *A educação superior no plano nacional de educação 2011-2020.* Revista Perspectiva, vol.30, n.02, pp. 625-656. ISSN 0102-5473. Florianópolis, 2012. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-54732012000200014&script=sci_abstract Acesso 01 ago. 2018.

_____. *Brasil em tempos de contrarrevolução*. Revista Universidade e Sociedade, nº 59, Brasília: ANDES/SN, p. 92-103, jan. 2017.

_____. *Desafio educacional brasileiro e ofensiva ultraconservadora do capital*. Revista Universidade e Sociedade. Edição Especial América Latina – out./2019. Brasília: ANDES/SN, p. 8-39, 2019.

LIMA, Kátia; MARTINS, André Silva. *Pressupostos, princípios e estratégias*. In: A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso / Lúcia Maria Wanderley Neves (org.) São Paulo: Xamã, 2005.

LOPES, Laís de Figueirêdo. *Advocacy da Lei de Endowments: diálogo com a Secretaria-Geral da Presidência da República*. In: Fundos Patrimoniais Filantrópicos: Sustentabilidade para causas e organizações / Paula Jancso Fabiani, Andrea Hanai, Priscila Pasqualin, Ricardo Levisky (Org.). -- 1. ed. -- São Paulo: IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, p. 195-200, 2019;

MANCEBO, Deise. *Intensidade do trabalho docente: um debate necessário.* João dos Reis Silva Júnior, Afrânio Mendes Catani e Stela Maria Meneghel (org.) – A cultura da universidade brasileira: mercantilização do conhecimento e certificação em massa. São Paulo: Xamã, 2011;

_____. *Da gênese aos compromissos: uma história da UERJ*. 2.ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016.

MANCEBO, Deise; LÉDA, Denise Bessa. *REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente*. Educação & Realidade. Porto Alegre, v.34, n. 1, p. 49-64 jan/abr, 2009.

MACÁRIO, E; REIS, L. F. *Dívida pública e financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia no Brasil (2003-2018).* In: O pânico com política: o Brasil no imaginário do lulismo em crise / organização Fabio Luís Barbosa dos Santos, Marcos Antonio Perruso, Marinalva Silva Oliveira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 295-306, 2020.

_____. *Crise do capital, dívida pública e financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia no Brasil (2003-2020)*, 2020. Não publicado.

MARTINS, Diego de Carvalho. *Governança e gestão de Fundos Patrimoniais*. In: Fundos Patrimoniais Filantrópicos: Sustentabilidade para causas e organizações / Paula Jancso Fabiani, Andrea Hanai, Priscila Pasqualin, Ricardo Levisky (Org.). -- 1. ed. -- São Paulo: IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, p.106-110, 2019;

MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito de O Capital – Resultados do processo de Produção Imediata.* São Paulo: Ed. Moraes LTDA, 1969;

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Contribuição para à crítica a economia política.* 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008;

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã.* 1.ed – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAIS RETORNO. *Endowment*. Mais Retorno, Glossário de Finanças e Investimento, ago.2019. Disponível em https://maisretorno.com/blog/termos/e/endowment Acesso em 06 de nov. 2019.

MBL. *Propostas aprovadas no primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre*, 2015. Disponível em: https://mbl.org.br/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf Acesso em 02 de set. 2018.

MCP. *Relatório anual 2018*. Disponível em https://www.mbc.org.br/portal/wp-content/uploads/2019/04/Relat%C3%B3rio-Anual-2018.pdf Acesso em 27 de jan. 2020

MELO, A. A. S. *A mundialização da educação*: consolidação do projeto neoliberal na América Latina (Brasil e Venezuela). Maceió: Edufal, 2004.

MINTO, Lalo Watanabe. *A educação da "miséria": particularidade capitalista e educação superior no Brasil.* Tese de doutorado apresentada à Comissão de Pós-graduação da faculdade de educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011;

MORAES, Reginaldo C. *Educação superior nos Estados Unidos: história e estrutura* / 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015;

_____. *Modelos internacionais de educação superior: Estados Unidos, França e Alemanha* / Reginaldo C. Moraes, Maitá de Paula e Silva, Luiza Carnicero de Castro. São Paulo: Editora Unesp, 2017;

_____. *O financiamento do ensino superior americano e alguns de seus meandros*. Jornal Unicamp, 21 de set. 2017. Disponível em https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/reginaldo-correa-de-moraes/o-financiamento-do-ensino-superior-americano-e-alguns-de-seus Acesso em 28 de out. 2019.

MOTTA, Vânia Cardoso da. *Ideologia do capital: atribuindo uma face mais humana ao capital*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

_____. *Investimento social privado em educação: desmonte do caráter público da educação*. XV Jornada do HISTEDBR Edição 15º/ISSN: 2177-8892, 2018. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada12/artigos/2/artigo_eixo2_236_1410438912.pdf Acesso em 01 de fev. 2020.

MST. *Educadores da Reforma Agrária lançam manifesto pela educação durante o 2° Enera*, 2015. Disponível em: https://mst.org.br/2015/10/01/educadores-da-reforma-agraria-lancam-manifesto-pela-educacao-durante-o-2-enera/ Acesso 07 de jul. 2019.

MUSEU. *Secretaria apoiará fórum em Portugal sobre fundos patrimoniais*. Revista Museu, 17 de mai. 2019. Disponível em https://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/internacionais/6497-17-05-2019-secretaria-apoiara-forum-em-portugal-sobre-fundos-patrimoniais.html Acesso em 14 de nov. 2019.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011;

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 6ª Ed – São Paulo: Cortez, 2007;

NEVES, Lúcia Maria Wanderlei (org). O *empresariamento da educação*: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. Rio de Janeiro: Xamã, 2002.

_____. *Reforma Universitária do governo Lula: reflexões para o debate*. São Paulo: Xamã, 2004;

_____. *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso* / Lúcia Maria Wanderley Neves (org.) São Paulo: Xamã, 2005.

_____. *A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil* / Lúcia Maria Wanderley Neves (org.), 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderlei; PRONKO Marcela Alejandra. *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo* / Lúcia Maria Wanderley Neves e Marcela Alejandra Pronko. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

NEXO. *Future-se: por que o MEC mudou seu plano para as universidades*. Nexo Jornal, 28 de out. 2019. Disponível em https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/10/28/Future-se-por-que-o-MEC-mudou-seu-plano-para-as-universidades Acesso em 10 de mar. 2020.

NEWFIELD, Christopher. *Como os Estados Unidos arruinaram suas universidades públicas*. Le Monte Diplomatique, Edição 147 | EUA, 01 de out. 2019. Disponível em https://diplomatique.org.br/como-os-estados-unidos-arruinaram-suas-universidades-publicas/ Acesso em 10 de jan. 2020.

OTRANTO, Celia Regina. *A Reforma da Educação Superior do Governo Lula: da inspiração à implantação*. In: Reforma Universitária: dimensões e perspectivas. João Ferreira de Oliveira, Deise Mancebo (orgs.). Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

PANNUNZIO, Eduardo. *O modelo da Lei 13.800/19 é obrigatório ou facultativo?* In: Fundos Patrimoniais Filantrópicos: Sustentabilidade para causas e organizações / Paula Jancso Fabiani, Andrea Hanai, Priscila Pasqualin, Ricardo Levisky (Org.). 1. ed. -- São Paulo: IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, p. 73-79, 2019;

PASQUALIN, Priscila. *Aspectos jurídicos dos fundos patrimoniais filantrópicos*. In: Fundos Patrimoniais Filantrópicos: Sustentabilidade para causas e organizações / Paula Jancso Fabiani, Andrea Hanai, Priscila Pasqualin, Ricardo Levisky (Org.). 1. ed. -- São Paulo: IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, p. 14-51, 2019;

PEREGRINO, Fernando. *A vez dos fundos patrimoniais no Brasil?* Correio Braziliense, 12de fev. 2020. Disponível em

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/02/12/internas_opiniao,827423/artigo-a-vez-dos-fundos-patrimoniais-no-brasil.shtml Acesso em 04 de abr. 2020.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *Dimensões da história do Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro*. Caderno Saúde Pública, 2018. Disponível em: http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/public_site/arquivo/1678-4464-csp-34-02-e00000118.pdf Acesso em 06 de abr. 2020.

_____. *Poder, política e dinheiro: a trajetória do Banco Mundial entre 1980 e 2013*. In: A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013) / Organização de João Márcio Mendes Pereira e Marcela Pronko. - Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, p. 19-63, 2014.

PEREIRA, João Márcio Mendes; PRONKO, Marcela. *Introdução.* In: A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013) / Organização de João Márcio Mendes Pereira e Marcela Pronko. - Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, p. 13-15, 2014.

PINTO, Amanda. *Contrarreforma do estado nos governos Lula e Dilma: reconfiguração do trabalho dos servidores técnico administrativos em educação das instituições federais de ensino superior*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

PMDB. Uma ponte para o futuro, 2015. Disponível em: https://www.fundacaoulysses.org.br/wpcontent/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf. Acesso em: 05 de fev. 2021.

PRESTES, Lívia. *Para onde caminhamos? Aspectos estruturantes e conjunturais da crise na Universidade pública brasileira*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

PRONKO, Marcela. *O Banco Mundial no campo internacional da educação.* In: A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013) / Organização de João Márcio Mendes Pereira e Marcela Pronko. - Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, p. 89-112, 2014.

PURDY, Sean. *1968: a rebelião estudantil nos Estados Unidos.* Revista Cult, 14 de mar. 2010. Disponível em https://revistacult.uol.com.br/home/1968-a-rebeliao-estudantil-nos-estados-unidos/ Acesso em 10 de jan. 2020.

QUEIROZ, Viviane. *As parcerias público-privadas na educação superior brasileira: FIES, PROUNI E BNDES.* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

_____. Fundo de Financiamento Estudantil (Fies): uma nova versão do CREDUC. In: Revista Universidade e Sociedade. ANDES/SN. n. 55. Brasília, 2015. Disponível em:

http://www. andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1095164128.pdf. Acesso em 05 de mai. 2018.

REIS, Luiz Fernando. *Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

RODRIGUES, José dos Santos. A universidade brasileira rumo à nova América: pós-modernismo, shopping Center e educação superior. Niterói: Editora da UFF, 2012;

_____. *Os Empresários e a Educação Superior*. Coleção polêmicas do nosso tempo, Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SALAMON, Lester M. *Filantropização via privatização: garantindo receitas permanentes para o bem comum* [livro eletrônico]. Título original: Philanthropication thru privatization [tradução Leonardo Abramowicz]. 1. ed. São Paulo: IDIS-Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, 2016. Disponível em: https://idis.org.br/wp-content/uploads/2016/11/publicacao-filantropizacao-via-privatizacao-vFinal.pdf Acesso em: 10 de julho de 2019;

SALVADOR, E. *As consequências das renúncias tributárias no financiamento da seguridade social no Brasil*. Revista Politica social e desenvolvimento, v. 19, 2015. Disponível em https://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2015/05/Revista_19.pdf Acesso 20 de set. 2020.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. *Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma*. São Paulo//; SG-Amarante Editora, 2017.

_____. *Introdução*. Jornadas de junho – a revolta popular em debate / Plínio de Arruda Samaio Jr. (org.). São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2014.

SERRAPILHEIRA. *Relatório anual 2017*. Disponível em https://olz34z4bb51rsojq274o1g19-wpengine.netdna-ssl.com/wp-content/uploads/2018/07/Serrapilheira-Relato%CC%81rio-Anual-2017.pdf Acesso em 05 de jan. 2019.

SILVA, Simone Maria da. *As políticas de ciência e tecnologia a partir da criação do ministério de ciência e tecnologia: um novo padrão de pesquisa e as implicações para as*

universidades públicas. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Simone; MINTO, Lalo W.; LIMA, Katia. *Particularidade capitalista e universidade pública em tempos de contrarrevolução neoliberal.* In: Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social / Adriana Ramos, Douglas Ribeiro Barboza, Larissa Dahmer Pereira, Tatiana Dahmer Pereira (Orgs.). Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. Disponível em https://www.editoranavegando.com/livro-desenvolvimento-formacao-soci Acesso em 10 de mar. 2020.

SIQUEIRA, Ângela Carvalho. *O Novo Discurso do Banco Mundial e o seu mais Recente Documento de Política Educacional*. ANPED, 2001. Disponível em www.anped.org.br/reunioes/24/T0552423529049.doc Acesso em 08 de jan. 2018.

_____. *Organismos Internacionais, gastos sociais e Reforma Universitária do governo Lula*. Neves, Lúcia Maria Wanderlei (org) - Reforma Universitária do governo Lula: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004;

SOUZA, Ana Maria Gonçalves de. *Financiamento público estudantil do ensino superior: uma análise comparativa dos casos do Brasil e de Portugal*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, 2008;

SPALDING, E. *Os Fundos Patrimoniais Endowment no Brasil*. 2016, 134 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2016.

TOUSSAINT, Eric. *A Bolsa ou a Vida – A dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos*. Editora: Fundação Perseu Abramo, 2003;

TPE. *Relatório anual de 2018*. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/downloads/relatorio-de-atividades-2018/ Acesso em 02 de fev. 2020.

_____. *Quem somos*. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/quem-somos/#bloco_74 Acesso em 20 de jan. 2020.

_____. *Agendas devem estar focadas no que importa para a educação, afirma deputada professora Dorinha*. Disponível em https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/frente-parlamentar-mista-da-educacao-e-lancada-educacao-na-frente-agendas-devem-estar-focadas-diz-deputada-dorinha/?utm_source=slider_home_site Acesso em 18 de jan. 2020.

TROTSKY, León. *A história da revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TV SENADO. *Entrevista com a Senadora Ana Amélia*, publicada em 30 de agosto de 2017. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=zaccBObqhUo&t=24s Acesso em 09 de novembro de 2018.

UFRGS. *Lançamento do Fundo Patrimonial da Escola de Engenharia da UFRGS*. Matéria do dia 20 de mar. 2019. Disponível em http://www.ufrgs.br/engenharia/wp/lancamento-do-fundo-patrimonial-da-escola-de-engenharia-da-ufrgs/. Acesso em 30 mar. 2019.

UGÁ, Vivian Domínguez. *A categoria "pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial*. Revista de Sociologia e Política nº 23 – Nov. de 2004.

UNESP. *Conselho Universitário aprova criação do Fundo Patrimonial*. Unesp, 29 de ago. 2019. Disponível em https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/34974/conselho-universitario-aprova-criacao-do-fundo-patrimonial Acesso em 06 de ago.2020.

UNICAMP. *Deliberação CONSU-A-029/2019, de 24/09/2019*. Disponível em https://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=17582 Acesso em 06 de ago. 2020

UOL. *Coalizão apoia lei para criação de fundos para museus e outras instituições*. Jornal Folha de São Paulo, 05 de set. 2018. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2018/09/coalizao-apoia-lei-para-criacao-de-fundos-para-museus-e-outras-instituicoes.shtml Acesso em 08 de setembro de 2018.

_____. *Três jovens criam movimento por educação de qualidade e protagonismo*. Jornal Folha de São Paulo, 07 de nov. 2017. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2017/11/1930839-tres-jovens-criam-movimento-por-educacao-de-qualidade-e-protagonismo.shtml Acesso em 12 de fev. de 2020.

_____. *Pandemia aumenta os fundos filantrópicos e triplica o capital de impacto em 2020*. Folha de São Paulo, 11 de jul. 2020. Disponível em https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2020/06/pandemia-aumenta-os-fundos-filantropicos-e-triplica-o-capital-de-impacto-em-2020.shtml Acesso em 24 de out. 2020.

USP. *Professor da USP é um dos nomes mais influentes da filantropia no mundo*. Jornal da USP, 17 de jul. 2018. Disponível em: https://jornal.usp.br/universidade/eventos/professor-da-usp-e-um-dos-nomes-mais-influentes-da-filantropia-no-mundo/ Acesso em 14 de set. 2019.

_____. *USP lança fundo patrimonial para financiar programas acadêmicos*. Jornal da USP, 24 de nov. 2020. Disponível em: https://jornal.usp.br/institucional/usp-lanca-fundo-patrimonial-para-financiar-projetos-academicos/. Acesso em: 06 de fev. 2021

VALOR. *As 1000 maiores empresas em 2019*. Valor Econômico dez. de 2017, número 16. Disponível em: https://www.valor.com.br/valor1000/2019/ranking1000maiores Acesso em 17 de jan. de 2020.

_____. *Puxados por herdeiros, filantropia e investimento de impacto ganham relevo no wealth management*. Valor Investe, 11 de dez. 2019. Disponível em

https://valorinveste.globo.com/produtos/fundos/noticia/2019/12/11/puxados-por-herdeiros-filantropia-e-investimento-de-impacto-ganham-relevo-no-wealth-management.ghtml Acesso em 06 de jun. 2020.

_____. *Unesp e Unicamp criam fundos patrimoniais*. Valor, 25 de jun. 2020. Disponível em https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/06/25/unesp-e-unicamp-criam-fundos-patrimoniais.ghtml Acesso em 07 de ago. 2020.

_____. *Governo anunciará programa para autonomia financeira de universidades*. Valor, 10 de jul. 2019. Disponível em https://www.valor.com.br/brasil/6338187/governo-anunciara-programa-para-autonomia-financeira-de-universidades Acesso dia 11 de julho de 2019.

_____. *MEC quer implantar no país modelo de fundo patrimonial comum nos EUA*. Valor, 10 de set. 2019. Disponível em https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/09/10/mec-quer-implantar-no-pais-modelo-de-fundo-patrimonial-comum-nos-eua.ghtml Acesso em 04/10/2019.

VEJA. *A Vale é a empresa brasileira mais internacionalizada do Brasil*. Revista Veja, 28 de ago. de 2013. Disponível em: https://veja.abril.com.br/economia/vale-e-a-empresa-brasileira-mais-internacionalizada-confira-ranking/ Acesso em 30 de jan. 2020.

_____. *Gerdau vai ter sala ao lado de Dilma para aconselhar governo*. Revista Veja, 12 de mai. 2011. Disponível em: https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/gerdau-vai-ter-sala-ao-lado-de-dilma-para-aconselhar-governo/ Acesso em 27 de jan. 2020.

_____. *Bolsonaro se compromete a consolidar luta anticomunista na América Latina*. Revista Veja, 08 de dez. 2018. Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-se-compromete-a-consolidar-luta-anticomunista-na-america-latina/ Acesso em 16 de mar. 2020.

_____. *Na pandemia, universidades públicas recorrem a doação de empresas privadas*. Veja SP, 10 de jul. 2020. Disponível em https://vejasp.abril.com.br/cidades/universidades-de-sao-paulo-recorreram-a-doacoes-de-empresas-privadas/ Acesso em 07 de ago.2020.

ANEXO A - Documentos elaborados pelos APHs e encaminhados ao governo para a regulamentação dos fundos patrocinais disponibilizados pelo IDIS (2019)

CARTA ENTREGUE À SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

São Paulo, 20 de maio de 2014

Ao Sr. Ministro Gilberto Carvalho

Secretaria-Geral da Presidência da República

Prezado Sr. Ministro,

Em primeiro lugar muito obrigado por nos receber. Esta é uma iniciativa pioneira de diálogo entre a comunidade filantrópica e o governo para o debate de melhorias que promovam a expansão de uma cultura de doações no país. O grupo de doadores que apoia esta iniciativa tem interesse no estabelecimento de Fundos Patrimoniais no Brasil e o compromisso de cumprir sua regulamentação.

Devido à mudança de data desta reunião, alguns indivíduos importantes não puderam comparecer. Esta carta formaliza seu apoio à iniciativa e interesse na aprovação do projeto de lei devido à sua relevância para a promoção da atuação filantrópica no país.

Seguem abaixo lista com os presentes e os investidores sociais que não puderam comparecer por motivo de agenda:

1. José Luiz Egydio Setubal (Fundação José Luiz Egydio Setubal)

2. Alexandrino Alencar – representando a família Odebrecht (Fundação Odebrecht)

3. Antonia Brandão Teixeira – representando a família Civita (Verdescola)

4. Ricardo Sueyasu – representando a família Vidigal (FMCSV)

5. José Eduardo Sabo Paes (Ministério Público)

6. Maria Lucia de Almeida Prado e Silva (Demarest Advogados)

7. Priscila Pasqualin Afonso de Souza (PLKC Advogados)

8. Marcos Kisil (IDIS)

9. Paula Fabiani (IDIS)

10. Felipe Sotto-Maior (*Endowments* do Brasil)

11. Regina Velloso (família Ermírio de Moraes – Instituto Votorantim e AACD)

12. Fernão Bracher (Instituto Acaia)

13. Ana Lucia Vilela e Marcos Nisti (Instituto Alana)

14. Viviane Senna (Instituto Ayrton Senna)

15. Horácio Lafer Piva (Klabin)

16. Carol Civita (Fundação Victor Civita)

17. Hugo Barreto (Fundação Roberto Marinho)

18. Isabela Pascoal Becker (Fundação Educar D'Paschoal)

19. Cassio Casseb (Instituto Reciclar)

20. Guilherme Affonso Pereira (Bahema - apoia várias organizações)

Temos outros apoiadores do projeto de lei, em caso de interesse podemos organizar nova lista mais completa.

Cordialmente,

Paula Jancso Fabiani
Diretora Executiva
Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social

Alguns exemplos de documentos elaborados como instrumento de pressão para a regulamentação dos Fundos Patrimoniais Filantrópicos no Brasil.

CARTA DE APOIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2015

São Paulo, 27 de março de 2017.

Fundos Patrimoniais (*endowments*) são criados para as mais diversas causas de interesse público, e permitem às organizações estabelecer uma base financeira sólida, capaz de sustentar ou complementar suas atividades com os recursos gerados a partir do rendimento do patrimônio. Organizações se tornam menos dependentes de novas doações e patrocínios, alcançam maior estabilidade financeira e asseguram sua viabilidade operacional, permitindo que se estruturem e desenvolvam suas atividades de forma sustentável e contínua, realizando transformações importantes em áreas estratégicas.

O Projeto de Lei do Senado 16/2015 (PLS 16/2015), apresentado pela Ilustríssima Senadora Ana Amélia, assim como a justificação que a acompanha, é louvável e reconhece as melhores práticas mundiais relacionadas aos Fundos Patrimoniais Vinculados (FPVs ou *Endowment*), como instrumento eficaz ao fortalecimento das instituições públicas de ensino, com o apoio da iniciativa privada.

As Emendas apresentadas pela Ilustríssima Senadora Simone Tebet e pelo Ilustríssimo Senador Amando Monteiro contribuem para o aprimoramento do PLS 16/2015 com a ampliação das orga-

nizações que poderão instituir os Fundos Patrimoniais vinculados e a introdução do instituto do patrimônio de afetação, que protege os recursos do fundo de eventuais contingências, garantindo assim sua perenidade. O projeto e suas emendas refletem as sugestões do Grupo de Estudos de Fundos Patrimoniais formado por representantes de organizações da sociedade civil, poder público, academia e advogados.

Assim, vimos respeitosamente, apresentar nossa expectativa quanto à aprovação do PLS 16/2015 com as emendas propostas e solicitar o seu apoio.

Entendemos que a redação final do projeto, com as Emendas propostas pela CE e pela CAE, contribui para o estímulo de boas práticas de governança e de sustentabilidade das organizações do Terceiro Setor e universidades que atuam em prol do interesse público. Em anexo apresentamos as principais razões que demonstram a importância e potencial transformador deste projeto de lei para o país.

Anexo: Benefícios do Projeto de Lei

1) Desenvolvimento das universidades públicas: No caso das instituições de ensino, a existência desta estrutura permite que a entidade invista em pesquisa, construa melhores instalações e busque excelência nas suas atividades. Aquelas que se utilizaram desta estrutura ocupam atualmente posições de destaque nas suas áreas de atuação. Dentre as 10 melhores instituições de ensino do mundo, 6 são dos Estados Unidos e 4 da Inglaterra e todas possuem *endowments* (Fonte: http://www.topuniversities.com). Dois terços do grupo formado por 4.000 instituições superiores americanas possuem *endowments*, o que representou, no ano de 2011, cerca de 19 bilhões de dólares financiando pesquisa, aprimoramento de capacidade técnica e gestão.

2) Atração de mais recursos para atividades em benefício público: Segundo estimativas do Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, o governo Norte Americano concede US$52,9 bilhões em incentivos fiscais e com isso consegue estimular US$321 bilhões em doações, ou seja, 6 vezes o valor da renúncia fiscal é revertido por meio de doações para atividades sócio ambientais (fontes: Giving USA, 2014 e Budget ofthe United StateGovernment FY 2014, SpecialAnalyses). Se no Brasil o efeito da renúncia fosse metade dos Estados Unidos, esta legislação estimularia três vezes o valor da renúncia de receita, o que já representa impacto significativo no capital disponível para ações que poderiam ser direcionadas a áreas estratégicas para o país. Pesquisa no Brasil indicam números semelhantes aos EUA (Fonif, 2016).

3) Fortalecimento do mercado de capitais: Os Fundos Patrimoniais são estruturas de investimento de longo prazo. No Brasil, em função das altas taxas de juros históricas, temos poucos investidores desta natureza, o que fragiliza o nosso mercado de capitais. Além disso, são os principais investidores em negócios e fundos de investimento de impacto, novos mecanismos de desenvolvimento socioambiental de um país.

4) Fonte alternativa de recursos para áreas de interesse público, após teto dos gastos públicos: Com a limitação de gastos públicos, os FPVs poderão ser uma fonte alternativa de recursos para áreas de suma importância para a nossa sociedade, como educação, assistência social, saúde, meio ambiente e cultura.

5) Renúncia fiscal sem aumento do limite de dedução legal: O projeto de lei que ora se sugere prevê a doação de pessoas físicas e jurídicas aos Fundos Patrimoniais sem aumento da alíquota da renúncia, se enquadrando nos parâmetros já existentes previstos na legislação tributária.

6) Legislação moderna como em outros países: Uma legislação específica para Fundos Patrimoniais trará ao Brasil as boas práticas existentes em outros países que possuem legislação semelhante sobre a criação de Fundos Patrimoniais (*endowments*) por todas as organizações sem fins lucrativos e universidades (ex: EUA e Inglaterra, e países emergentes como China, Índia, Rússia e México).

7) Desenvolvimento das inciativas na área da cultura: No exterior, os Fundos Patrimoniais, em especial dos museus, são importantes receptores de doações, que viabilizam suas existências na perenidade e permitem o investimento em melhores práticas de gestão e infraestrutura.

8) Desenvolvimento das iniciativas na área da saúde: Os hospitais sem fins lucrativos (Santas Casas por exemplo) também serão beneficiados, contando com mais um instrumento de sustentabilidade para estas organizações que estão passando por um momento de crise e que são fundamentais para o sistema de saúde da população brasileira.

9) Desenvolvimento do terceiro setor: Pesquisa de referência do setor intitulada O Mapa das Organizações da Sociedade Civil do Instituto e Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) aponta a existência de 303 mil organizações da sociedade civil no país em 2014. A possibilidade de se instituir um Fundo Patrimonial com regras previstas em lei contribuirá para que essas organizações possam adotar esta ferramenta útil para a gestão responsável e planejamento de longo prazo.

IDIS: www.idis.org.br
PLKC: www.plkc.com.br
APF e Cebraf: www.apf.org.br

CARTA APRESENTANDO OS TRÊS ASPECTOS FUNDAMENTAIS PARA A LEGISLAÇÃO SOBRE FUNDOS PATRIMONIAIS

São Paulo, 30 de outubro de 2017.

Atualmente tramitam tanto no Senado Federal como na Câmara dos Deputados vários Projetos de Lei dispondo sobre a criação e funcionamento de Fundos Patrimoniais no Brasil. Este cenário bastante positivo reflete o reconhecimento, pelos legisladores, da relevância do tema para o país.

Os Fundos Patrimoniais permitem que entidades estabeleçam uma base financeira sólida, capaz de sustentar ou complementar suas atividades com os recursos gerados a partir do rendimento do patrimônio. Entidades cujo objeto social é o interesse público e que possuem Fundos Patrimoniais se tornam menos dependentes de novas doações e patrocínios, alcançam maior estabilidade financeira e asseguram sua viabilidade operacional. Assim, em cenários de limitação de gastos públicos, os Fundos Patrimoniais são uma fonte alternativa e viável de recursos.

Não obstante, as proposições legislativas guardam diferenças originárias de seu processo de gênese e, à medida que avançam em termos de trâmite legislativo, podem estar deixando de prever em sua essência elementos imprescindíveis para que os Fundos Patrimoniais sejam implementados com sucesso no Brasil à luz da legislação e boas práticas internacionais.

Assim sendo, vimos respeitosamente perante V. Exas., apresentar três aspectos que consideramos imprescindíveis à legislação sobre Fundos Patrimoniais no Brasil.

1) Amplitude quanto as causas (objeto social) das entidades que podem constituir Fundos Patrimoniais.

a. Desenvolvimento das universidades públicas: No caso das instituições de ensino, a existência desta estrutura permite que a entidade invista em pesquisa, construa melhores instalações e busque excelência nas suas atividades. Aquelas que se utilizaram desta estrutura ocupam atualmente posições de destaque nas suas áreas de atuação. Dentre as 10 melhores instituições de ensino do mundo, 6 são dos Estados Unidos e 4 da Inglaterra e todas possuem *endowments* (Fonte: http://www.topuniversities.com). Dois terços do grupo formado por 4.000 instituições superiores americanas possuem *endowments*, o que representou, no ano de 2011, cerca de 19 bilhões de dólares financiando pesquisa, aprimoramento de capacidade técnica e gestão.

b. Desenvolvimento das inciativas na área da cultura: No exterior, os Fundos Patrimoniais, em especial dos museus, são importantes receptores de doações, que viabilizam suas existências na perenidade e permitem o investimento em melhores práticas de gestão e infra-estrutura.

c. Desenvolvimento das iniciativas na área da saúde: Os hospitais sem fins lucrativos (Santas Casas por exemplo) também serão beneficiados, contando com mais um instrumento de sustentabilidade para estas organizações que estão passando por um momento de crise e que são fundamentais para o sistema de saúde da população brasileira.

d. Desenvolvimento do terceiro setor: Pesquisa de referência do setor intitulada O Mapa das Organizações da Sociedade Civil do Instituto e Pesquisas Econômicas Aplicadas aponta a existência de 394 mil organizações da sociedade civil no país em 2017 (Fonte: Ipea 2017 - https://mapaosc.ipea.gov.br/). A possibilidade de se instituir um Fundo Patrimonial com regras previstas em lei contribuirá para que essas organizações possam adotar esta ferramenta útil para a gestão responsável e planejamento de longo prazo.

e. Fortalecimento do mercado de capitais: Os Fundos Patrimoniais são estruturas de investimento de longo prazo. No Brasil, em função das altas taxas de juros históricas, temos poucos investidores desta natureza, o que fragiliza o nosso mercado de capitais. Além disso, são os principais investidores em negócios e fundos de investimento de impacto, novos mecanismos de desenvolvimento socioambiental de um pais.

f. Fonte alternativa de recursos para áreas de interesse público, após teto dos gastos públicos: Com a limitação de gastos públicos os Fundos Patrimoniais poderão ser uma fonte alternativa de recursos para áreas de suma importância para a nossa sociedade, como educação, assistência social, saúde, meio ambiente e cultura.

2) Previsão de renúncia fiscal - sem aumento do limite de dedução legal - para fortalecimento da filantropia como um dos eixos de exercício da cidadania.

a. Atração de mais recursos para atividades em beneficio público: Segundo estimativas do Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, o governo Norte Americano concede US$52,9 bilhões em incentivos fiscais e com isso consegue estimular US$321 bilhões em doações, ou seja, 6 vezes o valor da renúncia fiscal é revertido por meio de doações para atividades sócio ambientais (fontes: Giving USA, 2014 e Budget of the United State Government FY 2014, Special Analyses). No Brasil, de acordo com a pesquisa A Contrapartida para o Setor Filantrópico para o Brasil, este valor é semelhante pois a cada R$1,00 (um real) obtido por isenções fiscais cada instituição filantrópica retorna R$5,92 em beneficios para a sociedade (Fonte: Fonif 2016 - http://fonif.org.br/noticias/pesquisas/).

b. Renúncia fiscal sem aumento do limite de dedução legal: Os projetos de lei que preveem a doação de pessoas fisicas e juridicas aos Fundos Patrimoniais sem aumento da alíquota da re-

núncia se enquadram nos parâmetros já existentes previstos na legislação tributária.

3) Regulação da governança do Fundo Patrimonial - porém de forma simples.

a. Legislação moderna como em outros países: Uma legislação específica para Fundos Patrimoniais trará ao Brasil as boas práticas existentes em outros países que possuem legislação semelhante sobre a criação de Fundos Patrimoniais (*endowments*) por todas as organizações sem fins lucrativos e universidades (ex: EUA e Inglaterra, e países emergentes como China, Índia, Rússia e México).

b. Contorno da governança: A lei deve prever que a instituição tenha órgãos com responsabilidade pela atividade fim, órgãos com responsabilidade pela gestão financeira do fundo de forma segregada da gestão financeira do restante do patrimônio e receitas da instituição e órgãos responsáveis pelo controle interno da instituição, assim como regras de transparência, nos moldes do que já é exigido por lei das organizações da sociedade civil aptas a estabelecer parcerias com órgãos públicos (Lei 9.790/99 e 13.019/14).

c. Estímulo à sociedade civil e ao capital privado: A lei deve trazer equilíbrio entre a autonomia da sociedade civil e seu dever de prestar contas e gerir com interesse público os recursos privados e públicos (se houver incentivo fiscal), destinados ao interesse social da sociedade. O excesso de regras e estruturas rígidas pode desestimular a sociedade civil a criar Fundos Patrimoniais, além de tirar a autonomia e agilidade virtuosas e características da iniciativa privada.

Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS)
Associação Paulista de Fundações (APF)
Confederação Brasileira de Fundações (Cebraf)

Apoio jurídico: PLKC Advogados

CARTA SUGERINDO APRIMORAMENTO DO SUBSTITUTIVO AO PLC 158/2017

São Paulo, 21 de maio de 2018

O Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, a Associação Paulista de Fundações, a Confederação Brasileira de Fundações e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, com o apoio jurídico do PLKC Advogados e parceiros, vêm lutando pela regulamentação dos Fundos Patrimoniais - *Endowments* no país. Há décadas os *Endowments* têm se mostrado um mecanismo de uso crescente e exitoso para a mobilização de recursos filantrópicos nos EUA, Inglaterra, Alemanha, dentre outros países que possuem uma legislação específica sobre o tema. Na França, após a aprovação de lei específica em 2008, mais de 200 Fundos Patrimoniais foram criados, dentre eles o fundo do Museu do Louvre.

Assim sendo, vimos respeitosamente perante V. Exas., membros da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, manifestar nosso interesse em contribuir com o aprimoramento do Substitutivo ao PLC 158/2017, de Relatoria do Senador José Agripino , para que os Fundos Patrimoniais sejam implementados com sucesso no Brasil, à luz da legislação e das boas práticas internacionais adaptados à realidade brasileira.

Para tanto, é fundamental que a legislação beneficie uma ampla gama de organizações e causas que poderão constituir seus Fundos Patrimoniais. **No exterior, os grandes doadores a fundos de universidades são outros *endowments*, em especial de famílias e empresas (ex.: Fundação Rockefeller, Gates, Ford, Wellcome Trust).**

Essas organizações podem ser vinculadas ou não a instituições públicas ou privadas de educação, cultura, saúde e assistência social,

como universidades, museus e Santas Casas de Misericórdia - não há razão para restrições. Essa é a boa prática utilizada no exterior. Já temos *endowments* relevantes no Brasil que podem financiar pesquisas como é o caso do Instituto Serrapilheira, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e Associação Samaritano. Uma lei restritiva não fomentaria o estabelecimento de novos fundos desta natureza.

Para refletir a amplitude de organizações e causas mencionadas, recomendamos as seguintes alterações na Emenda CE (Substitutivo) apresentada com o relatório do Senador José Agripino ao PLC 158/2017:

"Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a celebração de termos de parceria e de aplicação de recursos entre organizações gestoras de Fundos Patrimoniais e instituições públicas ou de ensino superior, institutos federais de educação, instituições de ensino superior comunitárias, instituições científicas, tecnológicas e de inovação públicas, fundações e associações privadas que se dediquem a pelo menos um dos fins previstos no artigo 3º da Lei 9.790 de 23 de março de 1999, independentemente de certificação, bem como cria o Programa de Excelência das Universidades e Institutos de Pesquisa Brasileiros e o fundo privado vinculado ao seu fomento."

"Art. 2º As instituições públicas de ensino superior, os institutos federais de educação, as instituições de ensino superior comunitárias, as instituições científicas, tecnológicas e de inovação públicas de que trata a Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004, bem como as fundações e associações privadas que se dediquem a pelo menos um dos fins previstos no artigo 3º da Lei 9.790 de 23 de março de 1999, independentemente de certificação, poderão celebrar termos de parceria, nos termos desta Lei, com organizações de direito privado gestoras de Fundos Patrimoniais constituídos para arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas."

"Art. 4º Para efeitos desta Lei, denomina-se: (...)

II – Organização Gestora de Fundo Patrimonial: entidade sem fins lucrativos, instituída na forma de associação ou de fundação, para atuar exclusivamente na captação e gestão de doações oriundas de pessoas físicas e jurídicas e na destinação às instituições apoiadas;"

Estamos à disposição para apoiar a elaboração de um texto que reflita esta questão. Nosso objetivo é que o Brasil conte com uma lei que traga recursos privados perenes para setores tão importantes como a educação, saúde, cultura, assistência e desenvolvimento social, meio ambiente, dentre outros.

Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, Associação Paulista de Fundações, Confederação Brasileira de Fundações e Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, com o apoio jurídico do PLKC Advogados e parceiros.

Cartas elaboradas após a formação da Coalizão pelos Fundos Filantrópicos

NOTA PÚBLICA DE APOIO À REGULAMENTAÇÃO DOS FUNDOS PATRIMONIAIS FILANTRÓPICOS

São Paulo, 5 de Setembro de 2018

Nós, os integrantes da Coalizão pelos Fundos Filantrópicos, grupo multissetorial composto por mais de 40 membros, entre organizações, empresas e pessoas, viemos a público manifestar nosso apoio à edição da Medida Provisória de regulamentação dos Fundos Patrimoniais Filantrópicos no Brasil, causa pela qual vários de nossos integrantes lutam desde 2012.

Lamentamos que a aceleração do processo de regulamentação dos tenha sido provocada por uma tragédia de dimensões incalculáveis para a Cultura e a História do Brasil, como o incêndio que destruiu grande parte do acervo do Museu Nacional. Nos serve de consolo, entretanto, saber que essa mesma tragédia pode trazer algum fruto positivo para o País, e queremos colaborar para que a legislação que regulará os Fundos Patrimoniais Filantrópicos seja a melhor possível, alcançando seu máximo potencial de contribuição para a sociedade.

Para isso, queremos alertar para um ponto que precisa ser incluído na legislação, para que ela tenha os efeitos desejados.

Os Fundos Patrimoniais Filantrópicos são instrumentos que contribuem para a sustentabilidade financeira de organizações sem fins lucrativos que trabalham por causas de interesse público,

como educação, saúde, assistência, cultura, meio ambiente e esportes, entre outras.

Não há razão para restringir o tipo de organização que pode ser titular de Fundos Filantrópicos, nem a causa à qual eles se destinam. Organizações privadas sem fins lucrativos (fundações e/ou associações) devem ser incluídas entre as que podem contar com esse mecanismo. Os Fundos Patrimoniais Filantrópicos devem ter como objetivo causas de interesse público, podendo ser vinculados ou não, a instituições públicas ou privadas predeterminadas como universidades, museus e Santas Casas de Misericórdia. Essa é a boa prática adotada no exterior.

Recomendamos também a edição de uma Medida Provisória clara, objetiva e que contemple unicamente o tema dos Fundos Patrimoniais Filantrópicos, de modo a facilitar a criação desses instrumentos tão importantes para a sustentabilidade financeira das organizações sem fins lucrativos.

Com a publicação da Medida Provisória, convocamos os deputados e senadores a, ainda nessa legislatura, refletirem conscientemente sobre a importância da sua transformação em lei, garantindo maior capacidade das instituições se financiarem com o apoio daqueles que acreditam em suas causas, e buscando, assim, evitar tragédias como a do Museu Nacional.

Por fim, nos colocamos à disposição para qualquer contribuição que se faça necessária para concretização de uma legislação clara, abrangente e eficaz para os Fundos Patrimoniais Filantrópicos.

COALIZÃO PELOS FUNDOS FILANTRÓPICOS
(www.idis.org.br/coalizao)

Quem somos nós

A Coalizão pelos Fundos Filantrópicos é grupo multisetorial composto por 40 membros, entre organizações, empresas e pessoas

que apoiam a regulamentação dos Fundos Patrimoniais Filantrópicos no país.

Lançada em junho de 2018, e liderada pelo IDIS, Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, essas organizações brasileiras integram a Coalizão, que é aberta para qualquer pessoa ou entidade que apoie a causa dos Fundos Patrimoniais Filantrópicos.

Organizações integrantes da Coalizão pelos Fundos Filantrópicos

Coordenação
IDIS Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social

Apoio Jurídico
PLKC Advogados

Apoio Institucional
APF Associação Paulista de Fundações
Cebraf Confederação Brasileira de Fundações
GIFE Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Humanitas 360
Levisky Negócios e Cultura

Participantes
ABCR Associação Brasileira de Captadores de Recursos
ACTC Casa do Coração
Arredondar
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEAP Centro Educacional Assistencial Profissionalizante
CIEDS
Demarest Advogados
Fehosp Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Est. SP
Fundação Darcy Vargas

Fundação Educar DPaschoal
Fundação José Luiz Egydio Setúbal
Fundação Stickel
Instituto Acaia
Instituto Akatu
Instituto Arara Azul
Instituto Ayrton Senna
Instituto Cyrela
Instituto Doar
Instituto Homem Pantaneiro
Instituto Jatobás
Instituto Phi
Instituto Reciclar
Instituto Sabin
Instituto Sol
Instituto SOS Pantanal
ISE Business School
LAB Laboratório de Inovação Financeira
Liga Solidária
Lins de Vasconcelos Advogados Associados
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. Quiroga Advogados
Onçafari
Rede de Filantropia para a Justiça Social
Santa Marcelina Organização Social de Cultura
Sistema B
Todos pela Educação
Visão Mundial
Wright Capital

PETIÇÃO DE ALTERAÇÕES NA REGULAMENTAÇÃO DOS FUNDOS PATRIMONIAIS FILANTRÓPICOS

São Paulo, 18 de outubro de 2018

Ref: Medida Provisória 851/2018

A Coalizão pelos Fundos Filantrópicos, grupo multissetorial composto por organizações da sociedade civil e outras instituições abaixo-assinadas, vem manifestar publicamente a necessidade das seguintes melhorias na Medida Provisória 851/2018, sem as quais a regulamentação dos Fundos Patrimoniais Filantrópicos no Brasil não alcançará seu potencial de contribuição para a sociedade:

1. Regras simples de gestão e governança: O excesso de regras de gestão, governança e burocracia para as instituições privadas gestoras de Fundos Patrimoniais Filantrópicos poderá afastar os grandes doadores. O maior receio é que a lei venha a limitar a atuação de quem já possui seus Fundos Patrimoniais, trazendo consequências negativas, em especial na área tributária, o que pode representar um retrocesso para a temática. Sugerimos que regras mais restritivas sejam aplicadas apenas para as instituições públicas com cláusula de exclusividade, para garantir que recursos privados possam ir tanto para instituições públicas quanto para privadas.

2. Amplitude de causas: A causa dos direitos humanos deveria ser incluída de forma explícita na lei (outras causas também foram mencionadas como segurança pública). Sugerimos utilizar como parâmetro o art. 3º da Lei 9.790/1999, que já define quais são as causas de interesse público.

3. Amplitude de incentivos fiscais: Sugerimos que o incentivo fiscal para doação seja válido para todas as causas (e não apenas a Cultura). Além do incentivo fiscal, a exoneração da tributação das aplicações financeiras também se mostra recomendável para atrair recursos privados e garantir adesão à lei.

Os Fundos Patrimoniais Filantrópicos são instrumentos que contribuem para a sustentabilidade financeira de organizações sem fins lucrativos que trabalham por causas, como educação, saúde, assistência, cultura, direitos humanos, meio ambiente e esportes, entre outras causas de interesse público.

Convocamos os deputados e senadores a, ainda nessa legislatura, refletirem conscientemente sobre a importância da transformação da Medida Provisória 851 em Lei com os ajustes acima propostos, garantindo maior capacidade das instituições se financiarem com o apoio daqueles que acreditam em suas causas, e buscando, assim, evitar tragédias como a do Museu Nacional.

Por fim, nos colocamos à disposição para qualquer contribuição que se faça necessária no processo, inclusive na redação das modificações no texto da lei.

COALIZÃO PELOS FUNDOS FILANTRÓPICOS
(www.idis.org.br/coalizao)

Quem somos nós

A Coalizão pelos Fundos Filantrópicos é grupo multisetorial composto por mais de 50 membros, entre organizações, empresas e pessoas que apoiam a regulamentação dos Fundos Patrimoniais Filantrópicos no país.

Lançada em junho de 2018, e liderada pelo IDIS, Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, essas organizações brasileiras integram a Coalizão, que é aberta para qualquer pessoa

ou instituição que apoie a causa dos Fundos Patrimoniais Filantrópicos.

Organizações integrantes da Coalizão pelos Fundos Filantrópicos

Coordenação
IDIS Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social

Apoio Jurídico
PLKC Advogados

Apoio Institucional
APF Associação Paulista de Fundações
CEBRAF Confederação Brasileira de Fundações
GIFE Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Humanitas 360
Levisky Negócios e Cultura

Participantes
ABCR
Acaia Pantanal
ACTC Casa do Coração
Arredondar
Associação Acorde
Associação Amigos do Museu Nacional – SAMN
Associação dos Antigos Alunos da PUC-Rio
CEAP
Cesnik, Quintino e Salinas Advogados
CIEDS
Demarest Advogados
Fehosp
Figueira Fundo Patrimonial
Fundação Darcy Vargas
Fundação Educar DPaschoal

Fundação Gerações
Fundação JLES
Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira
Fundação OSESP
Fundação Stickel
GRAACC
Grupo Tellus
Insper
Instituto Akatu
Instituto Arlindo Ruggeri
Instituto Ayrton Senna
Instituto Clima e Sociedade
Instituto Cyrela
Instituto de Tecnologia Social
Instituto Doar
Instituto Ethos
Instituto Jatobás
Instituto Lecca
Instituto Norte Amazônia de Apoio ao Terceiro Setor – INATS
Instituto Phi
Instituto Reciclar
Instituto Sabin
Instituto Sol
Instituto SOS Pantanal
Instituto Sou da Paz
ISE Business School
Koury Lopes Advogados
Liga Solidária
Lins de Vasconcelos Advogados Associados
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. Quiroga Advogados
Parceiros Voluntários
Rede de Filantropia para a Justiça Social
Rubens Naves Santos Jr Advogados

Santa Marcelina Organização Social de Cultura
Sistema B
SITAWI Finanças do Bem
Todos Pela Educação
Visão Mundial
Wright Capital Wealth Management

CARTA ABERTA AO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E RECEITA FEDERAL

São Paulo, 11 de Março de 2019

Ref: Tributação federal das Organizações Gestoras Fundos Patrimoniais (OGFP)

A Coalizão pelos Fundos Filantrópicos, grupo multissetorial composto por organizações da sociedade civil e outras instituições abaixo-assinadas, vem manifestar publicamente a necessidade de esclarecimento na Lei 13.800/19, sem as quais, a regulamentação dos Fundos Patrimoniais Filantrópicos no Brasil não alcançará seu potencial de contribuição para a sociedade.

Os Fundos Patrimoniais Filantrópicos são instrumentos que contribuem para a sustentabilidade financeira de organizações sem fins lucrativos que trabalham por causas, como educação, saúde, assistência, cultura, direitos humanos, meio ambiente e esportes, entre outras causas de interesse público. Organizações se tornam menos dependentes de novas doações e patrocínios, alcançam maior estabilidade financeira e asseguram sua viabilidade operacional, permitindo que se estruturem e desenvolvam suas atividades de forma sustentável e contínua, realizando transformações importantes em áreas estratégicas.

Com a finalidade de atingirmos maior adesão à lei, solicitamos esclarecimento sobre o reconhecimento da imunidade a impostos federais e da isenção a contribuições sociais das OGFPs destinadas às causas da Educação, Saúde e Assistência Social (art. 12, Lei 9.532 e art. 13, III MP 2.158-35) e reconhecimento da isenção a impostos federais e da isenção a contribuições sociais das OGFPs destinadas às demais causas de interesse público (art. 15, Lei 9.532 e , art. 13, IV, MP 2.158-35). Os tributos abrangidos são: IRPJ IOF, ITR, PIS, COFINS e CSLL. Para as instituições de educação e assistência social, a imunidade do IRPJ alcança o IRRF.

Além disso, é importante esclarecer que a OGFP pode investir financeiramente, de acordo com a Lei 13.800, sem impedimento ao exercício de seu direito à imunidade ou isenção.

Por fim, nos colocamos à disposição para qualquer contribuição que se faça necessária no processo, inclusive na redação das modificações no texto da lei.

COALIZÃO PELOS FUNDOS FILANTRÓPICOS
(www.idis.org.br/coalizao)

Quem somos nós

A Coalizão pelos Fundos Filantrópicos é grupo multisetorial composto por mais de 60 membros, entre organizações, empresas e pessoas que apoiam a regulamentação dos Fundos Patrimoniais Filantrópicos no País.

Lançada em junho de 2018, e liderada pelo IDIS, Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, essas organizações brasileiras integram a Coalizão, que é aberta para qualquer pessoa ou instituição que apoie a causa dos Fundos Patrimoniais Filantrópicos.

Organizações integrantes da Coalizão pelos Fundos Filantrópicos

Coordenação
IDIS Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social

Apoio Jurídico
PLKC Advogados

Apoio Institucional
APF Associação Paulista de Fundações
CEBRAF Confederação Brasileira de Fundações
GIFE Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Humanitas 360
Levisky Negócios e Cultura

Participantes
ABCR
Acaia Pantanal
ACTC Casa do Coração
Arredondar
ASEC - Associação pela Saúde Emocional de Crianças
Associação Acorde
Associação Amigos do Mon. (Museu Oscar Niemeyer)
Associação Amigos do Museu Nacional – SAMN
Associação dos Antigos Alunos da PUC-Rio
Associação Samaritano
Baluarte Cultura
BNDES
CEAP
Cesnik, Quintino e Salinas Advogados
CIEDS
Demarest Advogados

Fehosp
Figueira Fundo Patrimonial
Fundação Darcy Vargas
Fundação Educar DPaschoal
Fundação Gerações
Fundação JLES
Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira
Fundação OSESP
Fundação Stickel
GRAACC
Grupo Tellus
Insper
Instituto Akatu
Instituto Arlindo Ruggeri
Instituto Ayrton Senna
Instituto Clima e Sociedade
Instituto Cyrela
Instituto de Tecnologia Social
Instituto Doar
Instituto Ethos
Instituto Jatobás
Instituto Lecca
Instituto Norte Amazônia de Apoio ao Terceiro Setor – INATS
Instituto Phi
Instituto Reciclar
Instituto Sabin
Instituto Sol
Instituto SOS Pantanal
Instituto Sou da Paz
ISE Business School
Koury Lopes Advogados
Liga Solidária

Lins de Vasconcelos Advogados Associados
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. Quiroga Advogados
Parceiros Voluntários
Rede de Filantropia para a Justiça Social
Rubens Naves Santos Jr Advogados
Santa Marcelina Organização Social de Cultura
Sistema B
SITAWI Finanças do Bem
Szazi, Bechara, Storto, Rosa, Figueiredo Lopes Advogados
Todos Pela Educação
Visão Mundial
Wright Capital Wealth Management

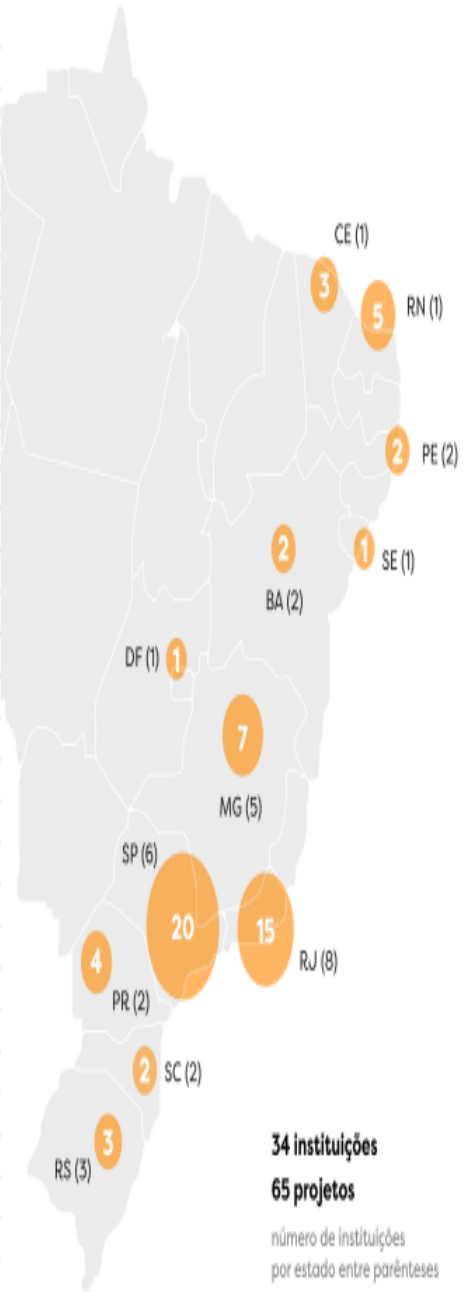
ANEXO B – Instituições vinculadas ao fundo patrimonial do Instituto Serrapilheira em 2017

chamada pública nº1

resultados

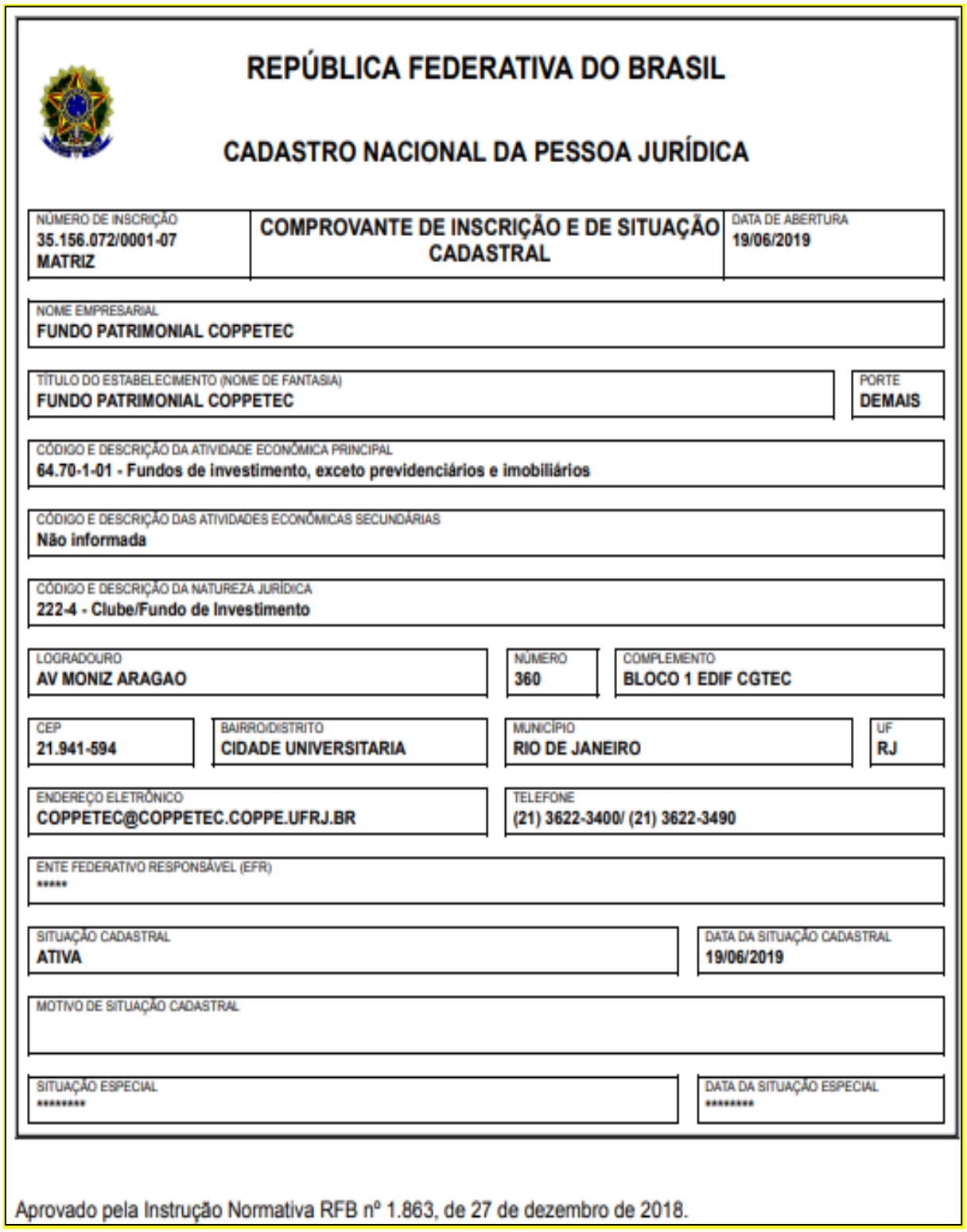
INSTITUIÇÕES E UNIVERSIDADES / PROJETOS / ESTADOS

UF	instituições	projetos
SP	Universidade de São Paulo	8
RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	6
SP	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	5
RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	5
RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	3
SP	Universidade Estadual de Campinas	3
CE	Universidade Federal do Ceará	3
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	2
MG	Universidade Federal de Viçosa	2
PR	Universidade Federal do Paraná	2
PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	2
RJ	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	1
DF	Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia	1
SP	Hospital Sírio Libanes, Instituto de Ensino e Pesquisa	1
SP	Instituto Butantan	1
SC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	1
RJ	Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada	1
RJ	Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira/Fiocruz	1
RJ	Instituto Nacional de Tecnologia	1
MG	Instituto René Rachou/Fiocruz	1
RJ	Observatório Nacional	1
RS	Universidade Brasil	1
BA	Universidade do Estado da Bahia	1
RJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	1
BA	Universidade Federal da Bahia	1
MG	Universidade Federal de Alfenas	1
PE	Universidade Federal de Pernambuco	1
SC	Universidade Federal de Santa Catarina	1
RS	Universidade Federal de Santa Maria	1
SP	Universidade Federal de São Carlos	1
SE	Universidade Federal de Sergipe	1
MG	Universidade Federal de Uberlândia	1
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1
PE	Universidade Federal Rural de Pernambuco	1



Fonte: Relatório anual 2017 do Instituto Serrapelheira.

ANEXO C – Comprovante de inscrição do Fundo Patrimonial COPPETEC na Receita federal



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
35.156.072/0001-07 MATRIZ		19/06/2019

NOME EMPRESARIAL
FUNDO PATRIMONIAL COPPETEC

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
FUNDO PATRIMONIAL COPPETEC	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
64.70-1-01 - Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
222-4 - Clube/Fundo de Investimento

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV MONIZ ARAGAO	360	BLOCO 1 EDIF CGTEC

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
21.941-594	CIDADE UNIVERSITARIA	RIO DE JANEIRO	RJ

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
COPPETEC@COPPETEC.COPPE.UFRJ.BR	(21) 3622-3400/ (21) 3622-3490

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	19/06/2019

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.